

PROGRAMA INTERUNIVERSITÁRIO DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA:
mudança e continuidade num mundo global

Universidade de Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica
Portuguesa e Universidade de Évora

***A Ordem Natural* nas reformas universitárias de Salamanca e Coimbra (1769-1820)**

Carlos Fernando Teixeira Alves

Orientador: José Luís Cardoso (ICS-UL)

Coorientadora: Ana Cristina Araújo (FLUC-UC)

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em História

PROGRAMA INTERUNIVERSITÁRIO DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA:
mudança e continuidade num mundo global

Universidade de Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora

***A Ordem Natural* nas reformas universitárias de Salamanca e Coimbra (1769-1820)**

Carlos Fernando Teixeira Alves

Orientador: José Luís Cardoso (ICS-UL)

Coorientadora: Ana Cristina Araújo (FLUC-UC)

Júri:

Presidente do Júri:

Doutora Ana Margarida de Seabra Nunes de Almeida, Investigadora Coordenadora e Presidente do Conselho Científico do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Vogais:

- Doctor Manuel Martínez Neira, Profesor Titular de Universidad, do Departamento de Derecho Penal, Procesal e História del Derecho da Universidad Carlos III de Madrid, Espanha;
- Doutor Fernando Taveira da Fonseca, Professor Associado com Agregação Aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;
- Doutora Maria de Fátima Nunes Ferreira, Professora Catedrática da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora;
- Doutor José Joaquim Vicente Serrão, Professor Associado da Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa;
- Doutor José Luís Miranda Cardoso, Investigador Coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, orientador.

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em História

Esta investigação foi realizada com o apoio institucional da Fundação para a Ciência e Tecnologia através da concessão de uma bolsa de doutoramento com a referência FCT - PD/BD/128127/2016.

Agradecimentos

A elaboração desta tese realizada entre 2016 e 2020, foi o resultado de um trabalho intenso, e que deve a sua concretização a várias pessoas e instituições. Tive a oportunidade de coordenar o meu tempo e tarefas com algum detalhe, mas de pouco serviria se não pudesse contar com a ajuda da minha família, orientadores, docentes, colegas, bibliotecários/as, arquivistas, etc.

Durante estes quatro anos contei sempre, de várias formas, com o contributo dos meus pais, Heitor e Adélia, que, como sempre aconteceu, nunca faltaram e sempre depositaram grande confiança nas minhas escolhas e no caminho que sempre quis seguir. Foram incansáveis no apoio, dedicação, auxílio e paciência, não só nesta fase, mas nos vários anos que a antecederam. A base familiar sólida, solidária e presente, contribuiu decisivamente para que hoje possa ultrapassar dificuldades que surgiram no nosso caminho. Mais uma vez, obrigado. Para além deles, a minha irmã, Dina, que pacientemente ainda corrige a totalidade dos textos que redigo, onde se incluem as páginas que seguem.

Lembro-me perfeitamente do ano em que começou o meu doutoramento e das muitas dúvidas que na altura me seguiam. Os primeiros meses foram de facto confusos, realidade que muda consideravelmente após uma conversa com um dos docentes do Programa Interuniversitário e, mais tarde, o meu orientador, José Luís Cardoso. Juntamente com a minha coorientadora, Ana Cristina Araújo, tive a sorte de ter uma orientação essencial para que fosse possível terminar a minha tese. As nossas sucessivas conversas foram determinantes para desbloquear muitos dos problemas que encontrei, e tornar a minha pesquisa e escrita mais fluida. Recordando hoje aquele período inicial, em contraste com o trabalho que aqui entrego, ficarei para sempre em dívida a quem me orientou, apoiou e aconselhou durante estes quatro anos: Muito obrigado!

No âmbito do Programa Interuniversitário tenho de realçar principalmente a interação com colegas e docentes que me permitiram desafiar muitas das minhas ideias. Aos meus colegas da oitava edição, que dentro e fora da sala de aula possibilitaram importantes trocas de ideias bastante estimulantes. Aos muitos docentes do Programa, sempre disponíveis para as dúvidas e incertezas que sempre nos acompanham, tenho de agradecer ao Professor Hermenegildo Fernandes, à Professora Mafalda Soares da Cunha, ao Professor Nuno Gonçalo Monteiro, ao Professor José Vicente Serrão, ao Professor Paulo Fontes, à Professora Ângela Barreto Xavier, à Professora Graça Borges (entre muitos outros).

Não podia esquecer a importância do professor Fernando Taveira da Fonseca. Ainda na minha licenciatura e, mais tarde no mestrado, foi de facto uma influência decisiva para o meu percurso. Ao Professor José Luís Peset, referência incontornável, e com quem tive muitas conversas esclarecedoras e indicações preciosíssimas. Muito obrigado. Durante a minha estadia na Universidade Carlos III de Madrid, sob a orientação do Professor Manuel Martínez Neira consegui desbloquear vários assuntos pendentes e avançar consideravelmente no meu trabalho. As suas indicações em assuntos difíceis de contornar foram decisivas.

Tenho também de deixar um especial agradecimento às muitas pessoas que nos vários arquivos e bibliotecas em Espanha e Portugal muito me ajudaram. Em Salamanca, Coimbra, Madrid, Lisboa, Valladolid e Évora, beneficieei de um grande apoio na hora de trabalhar as muitas fontes que compõem este trabalho.

Decerto que me esqueci de várias pessoas, às quais deixo um sincero pedido de desculpas,

A todos/as, muito obrigado!!

Lista de Abreviaturas

AUSA: Archivo de la Universidad de Salamanca

AGS: Archivo General de Simancas

AHN: Archivo Histórico Nacional

ANTT: Arquivo Nacional da Torre do Tombo

AUC: Arquivo da Universidade de Coimbra

BGHUS: Biblioteca General Historica de la Universidad de Salamanca

BGUC: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

BNL: Biblioteca Nacional de Lisboa

Cx.: Caixa

Mç.: Maço

MF: Microfilme

Resumo

As reformas universitárias que ocorreram na Europa ao longo do século XVIII foram um importante momento de mudança na história destas instituições. Na Península Ibérica, esta vaga de reformas deixou a sua marca em Coimbra e Salamanca (alcançando posteriormente as restantes congéneres espanholas). Portugal e Espanha não foram estranhos às motivações e mesmo às linhas gerais desta vaga de reformas. Inseparáveis das ideias do Iluminismo, e com uma vontade clara de combater o *atraso* e *decadência* destas instituições, surgiram relevantes projetos de renovação embora, em graus diferentes. Coimbra enfrentou uma situação inicial bastante disruptiva, enquanto que em Salamanca os planos posteriores (1807, por exemplo) demonstraram ser também bastante ambiciosos. Apesar de sujeitas a mudanças impostas por ordem superior, as Universidades foram agentes ativos nos processos de reforma. A título individual ou em nome de órgãos coletivos, foram várias as iniciativas e propostas de reforma que surgiram durante este período em ambas as Universidades. Para além disso, a participação de docentes nos estatutos e planos que surgem desde 1771 é recorrente. Simultaneamente, não será forçado afirmar que o aspeto curricular foi a marca mais significativa destas reformas. Assim, escolhemos estudar de forma comparada cadeiras que procurassem explicar o conceito de natureza e os seus produtos. Com o objetivo claro de preparar um corpo de técnicos capaz de proporcionar uma exploração racional e eficaz dos vários produtos naturais, surgiram assim as faculdades de matemática e filosofia. No caso da medicina, os produtos naturais eram essenciais para a produção de medicamentos e, nesse sentido, a reforma deste saber trouxe, entre outras alterações, cadeiras ligadas aos estudos farmacêuticos. Na área do direito, uma introdução relevante foi o direito natural. A perceção deste direito não foi semelhante em ambos os países, e uma consequência evidente foi a maior instabilidade desta cadeira em Salamanca. Indissociável dos aspetos curriculares foi a adoção de compêndios estrangeiros e o incentivo à escrita de compêndios próprios, da responsabilidade dos docentes. A adoção de livros de estudo foi bastante similar, e demonstra-nos com clareza as linhas que os reformadores procuraram seguir no sentido de modernizar estas instituições universitárias.

Palavras-Chave

Universidade de Coimbra, Universidade de Salamanca, Iluminismo, Natureza, Ciência

Abstract

The university reforms that took place in Europe throughout the 18th century were an important moment of change in the history of these institutions. In the Iberian Peninsula, this wave of reforms left its mark in Coimbra and Salamanca (later reaching the other Spanish universities). Portugal and Spain were no strangers to the motivations and even to the general lines of this wave of reforms. Inseparable from the ideas of the Enlightenment, and with a clear will to combat the *backwardness* and *decadence* of these institutions, rather ambitious projects emerged, albeit in different degrees. Coimbra faced a rather disruptive initial situation while in Salamanca later plans (1807, for example) proved to be quite ambitious as well. All having a mandatory nature, it would not be correct to say that these Universities did not participate in these processes of reform. Individually or on behalf of collective bodies, several initiatives and proposals emerged during this period in both Universities. In addition, the participation of professors in the statutes and plans that were launched since 1771 is recurrent. Beyond this aspect, it will not be forced to state that the curricular aspect was the most significant mark of these reforms. Thus, we chose to study in a comparative way subjects that sought to explain the concept of nature and its products. With the clear objective of preparing a body of technicians capable of providing a rational and effective exploitation of the various natural products, the faculties of mathematics and philosophy emerged. In the case of medicine, natural products were essential to produce medicines and in this sense the reform of this knowledge brought, among other changes, matters linked to pharmaceutical studies. In the area of law, a relevant introduction was natural law. The perception of natural law was not similar in both countries, and an evident consequence was the greater instability of this chair in Salamanca. Inseparable from the curricular aspects was the adoption of foreign compendia and the encouragement given to the teachers to write their own textbooks. The adoption of textbooks was quite similar, and clearly shows us the lines that reformers sought to follow to modernize these university institutions.

Keywords

University of Coimbra, University of Salamanca, Enlightenment, Nature, Science

Índice

Introdução	1
Balanço historiográfico	1
Problemas de pesquisa	9
Fontes	11
Metodologia	14
Esquema de análise	18
Delimitação cronológica e temática	22
Capítulo I: Iluminismos e universidades	30
Refletir sobre os iluminismos: questionamentos críticos	30
Iluminismo na Península Ibérica	37
O saber natural e as Universidades	46
As reformas universitárias no contexto do iluminismo	53
O panorama universitário no espaço europeu: evolução de modelos institucionais	57
Padrões das reformas universitárias na segunda metade do século XVIII	61
Capítulo II: As reformas universitárias no espaço Ibérico	70
Os reformadores Ibéricos, troca de ideias	79
Autores e influências	83
A ideia de <i>atraso</i> e de <i>decadência</i> das Universidades setecentistas: casos de inovação ou de exceção?	88
A assistência (ou falta dela) em Salamanca e Coimbra: provas da sua <i>decadência</i> ? ..	98
Capítulo III: O estudo da <i>natureza</i> e dos seus produtos nas Universidades de Salamanca e Coimbra (XVIII-XIX)	111
A evolução do estudo do direito nas faculdades jurídicas	111

O direito natural em Salamanca e Coimbra	122
As faculdades <i>naturais</i> (medicina, filosofia e matemática)	131
Reformas nas faculdades de medicina	131
As cadeiras de medicina ligadas ao estudo da natureza	144
Da faculdade de artes à faculdade de filosofia, dois processos	153
Filosofia e matemática em Salamanca e Coimbra	159
As cadeiras <i>naturais</i> em artes, filosofia e matemática	174
Capítulo IV: Dos planos concretizados aos planos menos conhecidos: propostas e contrapropostas	188
Faculdades jurídicas	192
As faculdades de ciências naturais e filosóficas	202
Medicina	202
Filosofia	207
Capítulo V: Docentes e compêndios	217
A carreira docente num período de mudança	217
O docente investigador	229
Compêndios de direito natural	239
Compêndios para as cadeiras do curso de medicina	247
Compêndios para as cadeiras do curso de artes e filosofia	252
Compêndios para astronomia (em matemática e artes)	261
Conclusão	265
Anexos	274

Mapas	274
Tabelas	276
Fichas biográficas	282
Referências	285
Fontes primárias	285
Fontes impressas	292
Referências Bibliográficas	294

Índice de gráficos, tabelas e mapas

Gráficos

Gráfico 1: Esquema de análise	18
Gráfico 2: Intervenientes no processo de negociação	20
Gráfico 3: Evolução do número de matrículas nos cursos de artes/filosofia, direito civil, medicina e matemática na universidade de Salamanca, para o período de 1705 até 1820	98
Gráfico 4: Evolução do número de matrículas dos estudantes de leis em Salamanca	99
Gráfico 5: Evolução do número de matrículas dos estudantes de artes/filosofia em Salamanca	100
Gráfico 6: Evolução do número de matrículas dos estudantes de medicina em Salamanca ...	101
Gráfico 7: Total de alunos na Universidade de Coimbra de 1704 até 1771: teologia, leis, cânones, medicina, filosofia e matemática	102
Gráfico 8: Total de alunos do curso de leis de 1704 até 1771	102
Gráficos 9: Total de alunos do curso de medicina, de 1704 até 1771	103
Gráfico 10 e 11: Matrículas nos cursos jurídicos, medicina e teologia da universidade de Coimbra entre 1767 e 1771 e de 1773 até 1777	104
Gráfico 12 e 13: Evolução do número de alunos em leis e medicina da Universidade de Coimbra entre 1773 e 1790	105
Gráfico 14 e 15: Evolução do número de alunos em leis e medicina da Universidade de Coimbra entre 1800 e 1821	106
Gráfico 16: Evolução do número de matrículas em matemática da Universidade de Coimbra entre 1800 e 1821	107
Gráfico 17: Evolução do número de matrículas (de alunos ordinários e obrigados) em filosofia da Universidade de Coimbra entre 1800 e 1821	108

Gráfico 18: Esquema exemplificativo do método de seleção e aprovação de compêndios ... 232

Gráfico 19: Critérios de escolha para os compêndios adotados em ambas as Universidades . 234

Tabelas

Tabela 1: Universidades no espaço europeu de 1500 até 1790 58

Tabela 2: Relação universidades/população em 1790 59

Tabela 3: Descrição dos membros da Junta da Providencia Literária de 1770 73

Tabela 4: Cursos de leis introduzidos em Salamanca e Coimbra de 1771 até 1820 116

Tabela 5: Evolução da cadeira de direito natural nas Universidades em estudo 127

Tabela 6: Estudos propedêuticos através dos planos/estatutos de 1771, 1772 e 1807 132

Tabela 7: Tabela comparativa do curso de medicina de ambas as faculdades 134

Tabela 8: Cursos de medicina através dos estatutos e de vários planos 138

Tabela 9: Cadeiras que estudavam produtos naturais, nos vários cursos de medicina 144

Tabela 10: Disciplinas para a admissão em artes e filosofia 163

Tabela 11: Cursos implementados nas faculdades de artes, filosofia e matemática, de 1771 até 1820 164

Tabela 12: Disciplinas de filosofia e matemática que estudavam produtos e fenómenos naturais 175

Tabela 13: Cadeiras para leis propostas no final da década de 60 192

Tabela 14: Proposta para uma modificação de leis após a reforma de 1771 194

Tabela 15: Cadeiras do curso de leis proposto por Thiébault 195

Tabela 16: Disciplinas do curso jurídico apresentado em 1781 em comparação com o curso de leis de 1772	198
Tabela 17: Descrição do curso de leis em comparação com o curso de 1772	200
Tabela 18: Disciplinas propostas para medicina em comparação com o curso de 1772	203
Tabela 19: Curso de medicina proposto pela Universidade em comparação com o curso de 1772	203
Tabela 20: Comparação entre o curso médico de 1807 e a proposta de 1811	206
Tabela 21: Proposta da Universidade para o novo curso de artes	208
Tabela 22: Proposta do General Thébauldt para um novo curso de filosofia em comparação com o plano de 1807	210
Tabela 23: Comparação entre o curso de 1772 e a proposta do lente	212
Tabela 24: Demonstradores, substitutos e substitutos extraordinários da cadeira de física experimental da faculdade de filosofia da Universidade de Coimbra	221
Tabela 25: Obras do docente Francisco Tavares para matéria médica	252
Tabela 26: Docentes da cadeira de direito natural da faculdade de leis da Universidade de Coimbra	276
Tabela 27: Docentes da cadeira de matéria médica da faculdade de medicina da Universidade de Coimbra	277
Tabela 28: Docentes da cadeira de história natural da faculdade de filosofia da Universidade de Coimbra	278
Tabela 29: Docentes da cadeira de física experimental da faculdade de filosofia da Universidade de Coimbra	278
Tabela 30: Docentes da cadeira de química da faculdade de filosofia da Universidade de Coimbra	278

Tabela 31: Docentes da cadeira de botânica e agricultura da faculdade de filosofia da Universidade de Coimbra	279
Tabela 32: Docentes da cadeira de agricultura da faculdade de filosofia da Universidade de Coimbra	279
Tabela 33: Docentes da cadeira de metalurgia da faculdade de filosofia da Universidade de Coimbra	279
Tabela 34: Docentes da cadeira de hidráulica da faculdade de filosofia da Universidade de Coimbra	280
Tabela 35: Docentes da cadeira de zoologia e mineralogia da faculdade de filosofia da Universidade de Coimbra	280
Tabela 36: Docentes da cadeira de astronomia da faculdade de matemática da Universidade de Coimbra	281

Mapas

Mapa 1: Representação cronológica e espacial da terceira vaga de reformas universitárias ...	63
Mapa 2: Países representados na primeira vaga de reformas universitárias (1612-1625)	274
Mapa 3: Países representados na segunda vaga de reformas universitárias (início do século XVIII)	275

Introdução

Balanço historiográfico

O interesse pelo estudo das Universidades tem crescido de maneira generalizada nos últimos anos. Os vários estudos, projetos, centros e sítios *online* são bastante significativos, permitindo a qualquer estudioso aceder a um vasto conhecimento especializado sobre o tema. Desta forma, o texto que irá ser aqui apresentado, pretende descrever algumas linhas caracterizadoras da historiografia europeia, espanhola e portuguesa dedicada à construção da história universitária. Começarei por abordar três tópicos que permitem enquadrar o tema em análise: a) balanço geral da história das Universidades no espaço europeu, que tem privilegiado o estudo das Universidades europeias, b) balanço da historiografia espanhola, c) balanço da historiografia portuguesa.

Apesar de existirem vários estudos sobre Universidades realizados antes dos meados do século XX, a verdade é que a partir desta data surge uma nova vaga de obras e de encontros científicos impulsionados por uma tentativa de reforma das Universidades no pós-guerra cujo objetivo foi o de aprofundar conhecimentos sobre a história das várias Universidades europeias.

Neste sentido, resultaram obras cimeiras como: *Les universités européennes du XVIe au XVIIIe siècle. Histoire sociale des populations étudiantes* (1986-1989), *Les Grandes Réformes des Universités européennes du XVIe au XXe siècles. IIIème Session scientifique internationale* (1985), *The History of European Universities, Work in progress and Publications* (1974-1981) e, principalmente, *Uma História da Universidade na Europa* (1996-2006) em quatro volumes¹. Desta viragem historiográfica resultaram linhas de investigação que têm vindo a orientar os estudos mais recentes.

Notker Hammerstein, chama à atenção para a necessidade de entender as especificidades de cada país. Porém, define claramente que em questões de ensino é possível traçar algumas linhas gerais que os reformadores dos vários países procuraram alcançar (2002b, 602). O contexto em que estas reformas ocorreram é ainda mais complexo. Willem Frijhoff situa as reformas em solo ibérico no enquadramento mais amplo, que englobou várias Universidades europeias na segunda metade do século XVIII (2002, 70). Como o próprio autor indica, fez-se sentir principalmente no centro e sul, mas também no leste europeu. Na antecâmara deste movimento reformista esteve a expulsão dos jesuítas, ideia que a

¹ Assinale-se também a realização de dois encontros científicos que, de alguma forma, lançaram este movimento: o XIº Congresso Internacional de Ciências Históricas, realizado em 1960, e a Conferência de Reitores Europeus em 1982.

historiografia atual defende como necessária para que as reformas pudessem ser implementadas, uma vez que em vários países os jesuítas tinham o monopólio do ensino. Todavia, em muitos países, a influência do Iluminismo ficou a dever-se à ausência de profundidade das reformas causadas pelo Humanismo (2002, 69).

Estas reformas procuraram sobretudo responder a dois problemas: a) a responsabilidade dos estados em educar os seus próprios cidadãos; b) e os desafios de uma burocracia dos governos e da Igreja cada vez mais especializada (idem 70). Esta consciencialização sobre a responsabilidade na educação dos cidadãos foi também realçada por Hammerstein, que entende que este dever se estende a todos os níveis de ensino. Esta ideia foi evidente em vários países: Espanha, Portugal, Países Baixos, Escócia, Polónia, Toscana, entre outros (2002a, 113–14).

Atualmente existe uma maior tendência para debater o modelo ou modelos que acabaram por servir de base para as Universidades europeias na época moderna. De uma forma geral, têm sido destacados dois modelos base que, com maior ou menor grau de adequação vieram a ser adaptados. Mas é a partir de 1800 que esta tendência se acentua e passa a ser mais evidente a cisão entre esses modelos: um é o «[...] sistema educativo organizado central e governamentalmente, aperfeiçoado por Napoleão e visando a imediata utilidade social [...] O outro é aquele inspirado por von Humbolt, o da investigação sem objetivos práticos e destinada a servir a educação intelectual da raça humana.» (Ruegg 1996, XXII). Procurarei apoiar-me neste debate, no sentido de entender se algum destes modelos foi seguido nos casos em estudo. Mas, mais do que perceber o modelo, não podemos esquecer que até 1771-72, as influências mais importantes situavam-se, por exemplo, em Itália, onde se destacava Turim e Pádua.

Outro tema importante privilegia o estudo da mobilidade social e a orientação profissional dos estudantes. No caso português e espanhol, tem vindo a destacar muitas vezes os movimentos Império-Metrópole. Para muitos jovens, sair do seu local de origem para continuar os seus estudos numa Universidade europeia era decisivo para alcançarem posições de poder na Metrópole ou nos locais do Império, embora esta realidade tenha sido mais evidente em Portugal, devido ao monopólio da Universidade de Coimbra na atribuição do grau académico.

A historiografia espanhola tem sido bastante ativa e tem-se debruçado sobre vários aspetos das suas instituições universitárias. Luis Enrique Rodríguez-San Pedro Bezares identificou a década de 1960 como o momento de viragem no estudo das Universidades espanholas (2009)²; desde esta data, como refere o autor, a historiografia

² Até este período, parecem ter sido privilegiados apenas aspetos documentais, institucionais, intelectuais ou sobre costumes.

espanhola, parece ter privilegiado uma *história total* onde se crie uma hermenêutica de *contextos* com múltiplas conexões. Estas pesquisas têm apresentado resultados sobre: ofícios académicos, aspetos normativos, constitucionais e legais, questões administrativas e institucionais, conflitos internos, intervencionismo régio, autonomia universitária, oposições às cátedras, controlo de cargos representativos, relações com os poderes locais e com representantes do poder central e sobre o foro académico.

Destacamos principalmente a atenção suscitada nas questões relativas ao ensino (equipamentos e dependências universitárias, horários e circunstâncias das classes, os planos de estudo, calendário escolar, provas de curso e exames), importantes para este estudo. De seguida, e numa linha iniciada por autores como Lawrence Stone (1974), a obra coordenada por Roger Chartier, Jacques Revel e Dominique Julia (1986-1989), Willem Frijhoff (1981) ou Richard L. Kagan (1974), têm surgido trabalhos de história social que trouxeram alguma luz a questões como: quantificação dos matriculados e graduados, mortalidade académica, origem geográfica e local, origem social de estudantes e professores, identificação de linhagens e famílias intelectuais, níveis de riqueza e estruturas de casamento e de parentesco, presença do clero, nobreza privilegiada e grupos intermédios na Universidade, o papel do ensino na mobilidade ou estabilidade social, valorizações sobre possibilidades de emprego, o *cursus honorum* e a promoção extra académica, mobilidade de estudantes e professores.

As obras sobre a Universidade de Salamanca permitem-nos recuar já alguns séculos e podemos encontrar a primeira obra que pretendeu ser uma história da instituição, a *Historia de la Universidad de Salamanca*, escrita em 1569, por Pedro Chacón. De cariz lisoiense, pretendeu garantir a concessão, em Roma, de prebendas da Catedral de Salamanca (Rodríguez e Domínguez 2009). Ligada ao direito, e com uma grande difusão, temos *De Pontificia et Regia Iurisdictione in Studiis Generalibus*, em 1643, da autoria de Alonso de Escobar y Loaysa. No mesmo período foram editadas várias obras direcionadas aos colégios e conventos universitários. Thomás de Herrera e a sua *Historia del Convento de San Agustín de Salamanca*, em 1652, é apenas um exemplo. Estas obras, que marcaram o período moderno e que atualmente mereceram uma atenção detalhada da historiografia, foram já devidamente analisadas e são fontes para o estudo da instituição. Demonstram um conhecimento importante do funcionamento interno da Universidade, uma vez que muitos dos seus autores foram docentes, administradores ou até estudantes. Excluindo temas de conjunto, procuram tratar aspetos isolados, ou sob a forma de biografias individuais. Como explicação para este baixo número de obras para o período medieval e moderno, Mariano Peset e Pilar García Trobat, apontam o

considerável prestígio da instituição como razão do desinteresse por parte dos docentes em redigir uma história da Universidade (2009, 389).

É já no século XIX (1811) que voltamos a encontrar outra obra de referência. Esta foi da autoria de Paul Thiébaud, general francês, e intitulava-se, *Informe*, e sabemos hoje que o autor não procurou privilegiar as fontes (Bezares 2009, 366). Em 1820 surge uma obra com o mesmo nome, mais ampla, e com inspiração nas reformas napoleónicas, que foi elaborada por membros dos claustros³. Duas décadas depois alguns docentes redigem a *Reseña histórica*, com o propósito claro de defesa da instituição, motivando o Reitor a enviar a obra para a Direção Geral de Instrução pública.

Apesar de importantes, estas obras têm de ser entendidas de forma crítica e com a clara noção de que procuraram servir propósitos específicos. Só em 1869 é que encontramos a primeira obra (de cariz científico) sobre a história da Universidade de Salamanca: a *Memoria histórica de la Universidad de Salamanca*, redigida por Alejandro Vidal y Diaz, funcionário da instituição. Após ordem ministerial, Diaz foi encarregado da redação pelo Reitor (Bezares 2009, 367). Bem mais completa, segue uma ordem cronológica dos acontecimentos, contém pesquisa de arquivo, transcrições de fontes, história interna da instituição, listas de intervenientes, informação biográfica e também dados quantitativos sobre estudantes.

Durante o período liberal surgiram mais obras, das quais se destacam: *De la instrucción pública en España*, em 1855, de António Gil de Zárate; *Historia filosófica de la instrucción pública en España desde sus primitivos tiempos hasta el día*, em 1871, de J. M. Sánchez de la Campa. Esta mudança, parece estar associada a fatores políticos e sociais. Com a soberania da nação e do povo, enquanto sujeito de relato histórico, o objeto de estudo amplia-se e diversifica-se consideravelmente, fazendo também das Universidades, e da sua história, um campo de estudo. É a revolução liberal e as suas grandes transformações que altera a história dos séculos anteriores em *pretérito*, suscitando o interesse pela investigação. Por toda a Europa passou-se a investigar e a publicar sobre as Universidades do continente (Peset e García Trobat 2009, 389 e 391).

No século XX, foi publicada a *Historia pragmática e interna* de Enrique Esperabé de Arteaga (1914, no sétimo centenário da Universidade). Atualmente, avaliações da obra definem-na como incompleta, positivista, mas também, com argumentos interessantes como a transcrição de fontes e algumas biografias. Em meados do século encontramos outra obra de referência, principalmente quanto à questão normativa e institucional, *Historia de las*

³ Órgão de representação da Universidade, onde estão reunidos os catedráticos da mesma.

Universidades hispánicas. Orígenes y desarrollo desde su aparición a nuestros días escrita por Cándido M.^a Ajo. A vasta componente documental e a descrição bibliográfica continuam a ser os pontos mais positivos desta obra. Podemos também, juntar, por serem mais recentes e breves, a *Presentación de la Universidad de Salamanca*, de Lamberto de Echeverría em 1985.

No final de século, a ausência de uma obra geral sobre a história da instituição ainda se fazia sentir, apesar das várias obras que descrevemos. É em 1989 que a Reitoria, no sentido de colmatar esta falta, lança o desafio da realização de um grande livro de referência sobre a história da Universidade de Salamanca. Em resposta surge a obra coordenada por Manuel Fernández Álvarez, Laureano Robles e Luis E. Rodríguez-San Pedro Bezares, *La Universidad de Salamanca*, inicialmente em 2 volumes (1989-1990) e ampliada mais tarde. Os coordenadores pretenderam realizar uma *historia total*, institucional, socioeconómica e cultural, onde participaram várias dezenas de estudiosos. Simultaneamente, foi editada outra *Historia de la Universidad de Salamanca*, de Águeda Rodríguez Cruz, em 1990. Um ano depois temos o contributo de Manuel Fernández Álvarez, Luis E. Rodríguez-San Pedro e Julián Álvarez Villar, com *La Universidad de Salamanca. Ocho siglos de magisterio*. Mais recentemente, em 2002, é editado o primeiro volume de uma nova história da Universidade de Salamanca. Com quatro volumes, coordenada por Luis Bezares, e apoiada pelo Centro de História Universitária Afonso IX, intitula-se *Historia de la Universidad de Salamanca* e teve o seu último volume publicado em 2009. Esta é, atualmente, a principal obra de referência e será usada de forma recorrente neste trabalho.

Para além destas obras gerais, contamos com um número bastante alargado de obras (artigos e livros) de 1989 até 1999 que se divide da seguinte forma: para um total de 766 referências, apenas 19% (146) para os séculos XIX e XX, para o período medieval apenas 10% (75) e, para o período de 1474 até 1814, temos 71% (545) (Bezares 2009, 369). O que rapidamente podemos concluir é que existem vazios consideráveis: o período medieval no contexto peninsular e europeu, a transição da Universidade medieval para a renascentista, que marcou a deriva da escolástica ao humanismo, desde a segunda metade do século XV até ao século XVI, e o período liberal.

Como seria de esperar, as linhas seguidas pela historiografia espanhola têm também influenciado muitos dos trabalhos sobre Salamanca. Na perspetiva institucional, tem vindo a ser dada mais atenção ao intervencionismo régio, aos conflitos entre grupos de poder interno, provisões de cátedras e de cargos representativos. A componente normativa também tem merecido a atenção dos investigadores, levando ao aparecimento de várias edições de fontes. O cargo do mestre-escola é até agora bem conhecido, e o mesmo podemos dizer do foro privado

da Universidade. Existem também diversos estudos sobre os aspetos das finanças universitárias (gastos, ganhos, ofícios, relações sociais e económicas com os espaços). Relativamente à docência, planos de estudo e métodos de ensino, é o século XVI que reúne diversas obras de referência de que é exemplo o livro de Francisco Javier Alejo, *La Universidad bajo Felipe II* de 1998. Em falta, continuam os estudos sobre o ensino paralelo à Universidade, como os colégios, conventos, ensino privado ou as academias.

A partir da década de 90, abundaram os estudos sobre os aspetos intelectuais e culturais ligados a personalidades destacadas (Antonio de Nebrija, El Brocense, Miguel de Unamuno, etc.). Estes debruçaram-se, principalmente, sobre teologia, direito ou medicina. Os legistas têm vindo a ser privilegiados, como exemplifica o número *Salamanca y los juristas – Salamanca. Revista de Estudios*, de 2001, coordenado por Salustiano de Dios, Miguel Domínguez-Berrueta e Javier Infante. É sobre a faculdade de filosofia e artes que hoje mais escasseiam os estudos, mas, em contrapartida, dispomos de um leque considerável de obras sobre medicina.

A demografia académica sobre a Universidade de Salamanca tem-se interessado pelos registos de matrículas, privilegiando a procedência dos estudantes. Os números que conhecemos hoje continuam a ser fragmentados para parte da época moderna e contemporânea. Bezares entende que, neste ponto, carecemos de uma prosopografia sociológica da classe docente, privilegiando parentescos formação, níveis de riqueza, vida, costumes, redes (2009, 378). Têm surgido estudos sobre grupos regionais de estudantes, principalmente portugueses e bascos, por outro lado, faltam estudos sobre o panorama geral da presença de estudantes europeus e ibero-americanos ao longo da história da Universidade e sobre a carreira profissional dos graduados. Por sua vez, temos vários trabalhos sobre a vida estudantil quotidiana dos estudantes.

A historiografia portuguesa apresenta um desenvolvimento não menos interessante, conforme podemos constatar através do esquema apresentado por Fernando Taveira da Fonseca (2009), onde a história da Universidade portuguesa foi dividida em cinco momentos.

O primeiro inicia-se na sua fundação, de 1290 até 1537, e é um período de constantes transferências entre Lisboa e Coimbra, acabando por se estabelecer definitivamente na cidade do Mondego. O segundo, de 1537 até 1772, foi um período homogéneo, marcado por uma certa uniformidade do seu modelo pedagógico desde a transferência até à reforma pombalina, onde coexistiram duas instituições, Évora e Coimbra. O terceiro período, de 1772 até 1911, de novo, uma etapa de Universidade única, agora de modelo pombalino que manteve as suas linhas essenciais com algumas alterações. O quarto, a partir de 1911, onde o espaço português passa

a dispor de mais Universidades, Porto e Lisboa, por exemplo, nascidas, em parte da união de instituições de ensino criadas ao longo do século XIX.

Atualmente, contamos já com obras gerais importantes sobre a Universidade portuguesa, embora, muito centradas na Universidade coimbrã, por razões óbvias. O marco inicial pode ser colocado no século XVIII, com a fundação da Academia Portuguesa de História (idem 474). Francisco Leão Ferreira, em 1729, publica as *Notícias Chronologicas* e, quatro anos depois, o *Alphabeto dos Lentes*, uma obra prosopográfica. Ao mesmo tempo, o Reitor Francisco Carneiro de Figueiroa reuniu numerosas informações e elaborou as *Memorias da Universidade de Coimbra*, só editadas em 1937, que continham dados biográficos dos Reitores e de vários momentos da instituição.

Em 1878, é outro Reitor, Júlio Máximo Pimentel que elabora informações sobre vários aspetos da Universidade (*Exposição sucinta da organização actual da Universidade de Coimbra precedida de uma breve noticia deste estabelecimento*)⁴. De 1892 até 1902, da autoria de Teófilo Braga, temos a obra: *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Pública Portuguesa*. Fonseca, define-a como um relato amplo, baseado em transcrições documentais, polémica, mas uma tentativa pioneira (2009, 473)⁵. Ainda no século XIX, surgiram outras obras. José Silvestre Ribeiro redige a *História dos estabelecimentos científicos* e, no primeiro centenário da reforma pombalina, são editadas várias memórias históricas (para medicina, matemática e filosofia).

O grande impulso foi o centenário comemorativo da trasladação da Universidade para Coimbra, em 1937. Para além de algumas compilações documentais, foi editada a *Universidade de Coimbra. Esboço da sua História*, da autoria de Mário Brandão e Manuel Lopes de Almeida⁶.

Destacamos também alguns artigos que têm procurado repensar a história da Universidade em Portugal. A *Análise Social*, em 1968, apresenta no volume IV (números 20 a 24), *A Universidade na vida Portuguesa*, onde reúne trabalhos de vários investigadores. Quase três décadas depois, em 1990, é a *Revista de História das Ideias* que, no seu volume 12, apresenta o tema *Universidade*. No mesmo ano, realizou-se o Congresso de História da Universidade, que levou a publicação de atas em 1991, divididas em cinco volumes. Ainda nas

⁴ Para o mesmo período, temos também alguns artigos na revista *O Instituto* e no periódico *O Conimbricense*.

⁵ Ainda antes desta obra (em 1860) António José Teixeira, professor de matemática, escreveu uma *História Literária da Universidade de Coimbra*, embora nunca fosse terminada.

⁶ Para além de Coimbra, contamos também com algumas obras de cariz genérico sobre outras Universidades. Para Évora, podemos citar algumas *A Universidade de Évora. Elementos para a sua história*, de 1931. Mas temos também *20 anos de História da Universidade do Minho, Depoimentos e Testemunhos; História da Universidade de Aveiro. A construção da Memória; A Universidade Técnica de Lisboa*; etc.

comemorações do sétimo centenário da Universidade portuguesa, começou a ser preparada a *História da Universidade em Portugal*, que reúne vários contributos. O primeiro volume em 1997 trata o período de 1290 até 1772; o segundo volume trata o período após a reforma da Universidade (1772), até 1910; ficando por editar o terceiro volume, dedicado ao período de 1911 até 1974. Por fim, importa realçar o trabalho do *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* que, desde 1973, tem vindo a publicar diversos fundos.

Procurando realizar um balanço historiográfico, podemos ver que os últimos anos têm sido decisivos para o surgimento de novos temas de estudo relacionados com a Universidade de Coimbra. Os vários equipamentos universitários têm sido relativamente estudados. O Paço das Escolas, após a passagem definitiva para Coimbra, conta hoje com o estudo fundamental de António Pimentel, *A Morada da Sabedoria. O paço real de Coimbra: das origens ao estabelecimento da Universidade*. Os vários edifícios académicos criados com a reforma de 1772, também têm merecido alguma atenção, tal como a intervenção realizada no século XX, pelo governo de António Salazar⁷. O financiamento da instituição é outro dos temas ainda em evidência. Para o período medieval, onde a Universidade obtinha o seu financiamento através de direitos dominicais e senhoriais, cedidos pelo poder central e pelo poder eclesiástico o estudo de referência é o de Maria Helena da Cruz Coelho, *As Finanças*. Entre 1537 e 1772 foram incorporados novos rendimentos, devido ao facto de o poder central passar a equacionar o serviço prestado pela Universidade como um serviço público (Fonseca 2009, 484)⁸. Para o século XX, o estudo sistemático da gestão e da situação financeira, esta ainda por fazer, apesar da valiosa obra organizada por António Barreto, *A situação social em Portugal, 1960-1999*.

Outra das temáticas em evidência está ligada à população estudantil, devendo ser realçadas três linhas de investigação: 1.^a a evolução quantitativa, baseada no alcance dos títulos universitários, ligada à tentativa de caracterização da origem social e geográfica dos alunos; 2.^a a vida quotidiana e a formação da cultura estudantil; 3.^a a intervenção social, ideológica e política (Fonseca 2009, 484). A primeira tem trabalhado principalmente as matrículas de estudantes do período de 1753 até 1772, bem mais completas e sistemáticas do que para períodos anteriores. Para o período posterior, as fontes são menos sistemáticas, embora só tenham sido trabalhadas parcialmente. Procura-se desta forma conhecer a procedência e a caracterização social de estudantes e graduados que passaram pela cidade do Mondego. O fluxo de estudantes portugueses em direção a outras Universidades, também tem merecido atenção,

⁷ Para os períodos assinalados, ver Matilde Franco (1983), Luís Reis Torgal e Pedro Dias (2015) e Nuno Rosmaninho (2006).

⁸ Para este ponto, ver o trabalho *As Finanças (Universidade de Coimbra)*, do mesmo autor.

principalmente para Salamanca. Por outro lado, as relações entre o Brasil e a Universidade, que resultaram num considerável número de estudantes originários da colónia, são hoje mais estudados. Tal como o papel da Universidade na formação e manutenção da elite brasileira e no processo de independência.

Quanto à vida quotidiana e à cultura estudantil, o objetivo tem passado por tentar conhecer, com o pormenor possível, o dia-a-dia dos estudantes, muito ligado às formas de subsistência e aos aspetos festivos e à dimensão associativa. Ligado à cultura estudantil, está a dimensão de protesto e de intervenção ideológica e política. Neste ponto, os estudos focaram-se principalmente no século XX, com destaque para a crise de 1969. Os batalhões académicos e as convulsões do século XIX também contam já com alguns estudos.

O papel dos professores continua a ser, tal como em Espanha e no resto da Europa, de extrema importância. A sua relação com o poder político parece ter sido complexa. Uma clara tentativa de subordinação, visível na regulação do estatuto do docente e na composição do corpo dos professores, muito visível em momentos reformistas, leva-nos a crer que o poder central via no grupo dos lentes um corpo de significativa importância. Infelizmente, a dimensão sociológica do corpo docente ainda está por realizar, embora hoje contemos já com algumas biografias de professores. A produção científica dos docentes é outro aspeto pouco trabalhado, à exceção de casos pontuais, de que Vandelli será um dos exemplos. Nalguns casos, a ausência de fontes poderá ser um impedimento, mas para períodos mais próximos, o volume de materiais disponíveis é muito significativo.

Quanto aos períodos de renovação científica e cultural, dois momentos parecem realçar-se dos demais: a reforma de D. João III e a reforma pombalina. Para o Iluminismo, que aqui estudamos, destacamos *O Marquês de Pombal e a Universidade* (2014) coordenado por Ana Cristina Araújo. Para o período da República e para a Revolução de Abril (também momentos de mudança) refira-se, entre outros, o livro de Joaquim Ferreira Gomes, *A Universidade de Coimbra durante a Primeira República (1910-1926)*.

Problemas de pesquisa

Este trabalho pretende ser um estudo comparativo entre dois processos de reforma, Salamanca e Coimbra, ocorridos na segunda metade do século XVIII e no início do século XIX. Optamos assim por analisar estas reformas na sua longa duração, com um maior ênfase na questão curricular.

Para conseguir alcançar este objetivo, será necessário procurar definir práticas de aproximação de alguns movimentos científicos, mas também saber quais as novas formas de ensino da época. A problemática a que esta pesquisa procura responder é a seguinte: quais os métodos e práticas escolhidos para aproximar estas Universidades dos movimentos científicos da época, e quais as mudanças nas práticas de ensino no domínio da perceção e compreensão da ordem natural? Responder a esta questão só será possível através de uma série de subquestões.

A primeira, está ligada ao período anterior às reformas e a ideia de atraso que habitualmente se atribui à situação que prevalecia antes da reforma estatutária de 1772 e o modo como alguns agentes universitários procuraram imprimir um sentido de mudança.

A segunda prende-se com o grau de envolvimento das Universidades. Pelo caso de Salamanca, podemos ver que o corpo docente não era coeso nem perseguia os mesmos interesses. Dentro destes tínhamos docentes privilegiados e outros cuja situação seria bastante precária, como Addy já demonstrou (1966). Foi nos últimos anos que as reformas de Carlos III mais apoio conseguiram. Por outro lado, e ainda no caso de Salamanca, antes do plano de reforma enviado pelo Conselho de Castela, a Universidade procurou participar na tomada de decisão, propondo algumas medidas, provavelmente para tentar assegurar um *status quo* do qual não queriam abdicar.

Outra subquestão, não menos importante, está ligada às razões da escolha de autores e movimentos científicos da época (na área das ciências naturais e do direito). A historiografia tem destacado com razão, a influência italiana, mas as fontes também nos mostraram influências de França, Inglaterra e Alemanha.

Para além das influências, importa também entender quais os intervenientes neste processo. Refiro-me então aos docentes das cadeiras que pretendo estudar, e neste aspeto pretendo realçar, principalmente, o seu contributo para as reformas.

Por fim, as últimas subquestões prendem-se com os conteúdos dos novos cursos e cadeiras, mas também com a adoção de compêndios.

Desta forma, pretendo desenvolver principalmente duas hipóteses. A primeira, também ligada ao papel dos docentes, pretende demonstrar que alguns dos professores, antes e durante a reforma, foram peças importantes na inovação das matérias que lecionaram. A segunda hipótese, prende-se com as influências da reforma e, neste caso, as reformas realizadas na península itálica que acabam por ter um significativo impacto nesta última vaga de reformas.

Fontes

Para procurar responder a este grupo de interrogações consultámos fontes que surgiram principalmente a dois níveis, sendo necessário dividi-las em dois grupos: as fontes de cariz universitário e as fontes resultantes das decisões dos órgãos de poder central.

As fontes de cariz universitário, estão intimamente ligadas à documentação emanada pelas Universidades. E são, principalmente, as atas das congregações e dos decanos para Coimbra, e dos claustros para Salamanca. Atualmente, estas fontes estão maioritariamente acessíveis fora dos arquivos. Para Coimbra foram já editadas as atas referidas, para o período de 1772 até 1820, para todas as faculdades. Durante a pesquisa, pudemos também consultar algumas atas não publicadas sobre o *Conselho dos Decanos*. Para Salamanca, o arquivo conta com um local online que disponibiliza vários documentos digitalizados. A título de exemplo, todas as atas estão já acessíveis⁹. Quanto às limitações destes núcleos, a principal será mesmo não ser possível encontrar momentos de tensão, opiniões desviantes ou até oposições ao estipulado pelos reformadores. Estas atas, como produto final, contêm apenas resoluções e soluções finais amplamente aceites, o que não nos permite uma aproximação mais ampla dos debates por detrás das mesmas.

Ainda no âmbito universitário, e para o caso de Coimbra, as fontes ligadas aos professores, como os *Processos de Professores* contêm informações sobre a carreira docente e também incluem algumas informações pessoais, tais como correspondência, teses e, nalguns casos, compêndios. Contamos também com os *Registos de cartas de provimento* das várias faculdades. A juntar a estas, um fundo não menos importante, intitula-se *Processos, Docs. Diversos*, com informações sobre alguns lentes. Para Salamanca, os *Libros de Processos de cátedras* – 5 volumes de 1763 até 1783 – e o *Catálogo de los Catedráticos, Maestros, Doctores y Rectores que ha tenido esta Universidad «de Salamanca» desde el curso de 1546-1547 hasta el curso 1808-1809*, forneceram importantes informações sobre os docentes da instituição.

Para a Universidade de Coimbra, consultei o fundo relativo à Imprensa (*Balanço ...*, *Livro ...*, *Diário ...*, *Sahidas ...*, *Relação ...*) onde foi possível mapear as várias obras que foram usadas na Universidade. Para Salamanca – com o mesmo objetivo – foram usados vários catálogos que se encontram digitalizados ou na Biblioteca da Universidade, designadamente: *Catálogo de Materias de la Biblioteca de la Universidad de Salamanca* – vários volumes, ver Fontes; *Index Librorum Omnium qui in amplissima Salamanticensis Academiae Bibliotheca*

⁹ <http://ausa.usal.es/>

Publica Publico Studentium usui custodiuntur alfabético ordine digestus labore et studio D. Josephi Ortiz de la Peña 2 vols; e também *Índice general de todos los libros que existen en la Librería de la Universidad de Salamanca*. Estas fontes foram essenciais para a recolha de obras e para poder comparar os autores adotados durante a reforma.

Estes fundos foram consultados no Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), na Biblioteca General Historica de la Universidad de Salamanca (BGHUS) e do Arquivo da Universidade de Salamanca (AUSA). No caso deste último arquivo, temos de fazer referência a uma fonte que demonstrou ser riquíssima. Refiro-me aos *Reglamentos y Planes de Estudios. Reales Provisiones, Cédulas y Ordenes. 1553-1879*. Neste fundo, ficou visível a ação dos órgãos da Universidade quanto às alterações curriculares que o Conselho de Castela procurou introduzir, e não apenas com a reforma de 1771.

Ainda no âmbito universitário temos de fazer uma breve referência a uma fonte impressa muito importante, a *Relação Geral do Estado da Universidade*, escrita em 1777, onde o Reitor da Universidade de Coimbra faz um balanço aprofundado da reforma pombalina. Francisco de Lemos, o autor que tomou parte significativa na elaboração e aplicação da reforma, realizou um discurso onde o objetivo seria descrever negativamente o período anterior à reforma e oferecer um quadro bastante positivo do período de 1772 até 1777. Isto porque a *Relação* surge num contexto muito específico. Com a morte de D. José e a saída de Pombal da vida política, muita da ação do Ministro foi posta em causa, incluindo a reforma da Universidade. Desta forma surge esta obra com o intuito de justificar a mesma e garantir que esta não seria de alguma forma revogada. Daí o seu carácter, em parte, parcial e comprometido.

Passando agora para as fontes resultantes das decisões dos órgãos de poder central, temos de começar por destacar o fundo *Legislação Académica* (AUC) que tornou possível encontrar alguma legislação emanada do poder central e também medidas legislativas adotadas por órgãos universitários. Esta fonte vem contemplar outras já impressas como, para Coimbra, os *Documentos da Reforma Pombalina* e, para Salamanca a *Colección de Reales Decretos, Órdenes y Cédulas*. Estas obras compilam a legislação expedida pelo Ministério do Reino e pelo Conselho de Castela. À exceção da primeira, todas as restantes estão já impressas.

Outra das fontes principais para este trabalho, e da autoria das entidades identificadas anteriormente, refere-se aos estatutos em vigor antes e durante a reforma. No caso de Salamanca, os de 1625, *Constituciones apostólicas y estatutos de la muy insigne Universidad de Salamanca*, e os de 1771, *Plan general de estudios dirigido a la Universidad de Salamanca por el Real y Supremo Consejo de Castilla y mandado imprimir de su orden*, e o *Plan de Estudios* de Juan Antonio Caballero de 1807. Para Coimbra, os *Estatutos da Universidade de*

1653 (os *Estatutos Velhos*) e os *Estatutos Pombalinos*, ou *Estatutos da Universidade de Coimbra*, de 1772. Mas também este conjunto de fontes tem as suas limitações. A principal reside no facto de os estatutos serem omissos a todo o possível processo de negociação entre os envolvidos.

Estas fontes estão já digitalizadas. Mas na pesquisa realizada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) foi possível analisar o fundo *Ministério do Reino. Instrução. Voto dos Decanos da Universidade de Coimbra*, que veio trazer informações novas e que iremos usar juntamente com os estatutos. Refiro-me assim aos vários planos de estudo que surgiram tardiamente – pouco depois da reforma, como foi o caso dos *Apontamentos Para hum novo Regulamento do Curso Juridico da Universidade de Coimbra*; ou do *Mappa do Novo Plano para a Faculdade de Medicina*. Este fundo foi importante para analisar o contributo de alguns docentes para as disciplinas que lecionavam, como foi o caso de Francisco Tavares. A comparação com os estatutos de 1772 pode mostrar-nos com clareza os conhecimentos dos seus autores e as suas influências. Tal como o lado mais inovador que estes novos planos pretendiam introduzir e o estado em que estavam os vários cursos ministrados.

Para o caso da Universidade de Salamanca, identifiquei um fundo de grande importância. Tal como aconteceu para Coimbra, foi possível encontrar pareceres e planos paralelos aos documentos oficiais, que nos forneceram dados relevantes para percebermos contributos e discussões que de outra forma passariam despercebidas – refiro-me ao *Reglamentos y Planes de Estudios. Reales Provisiones, Cédulas y Ordenes. 1553-1879*.

Do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) foram analisados também o fundo da Mesa da Consciência e Ordens, importante para o período anterior à reforma, e da Real Mesa Censória, para os compêndios da Universidade. Para as obras referentes ao Conselho de Castela, os fundos principais foram o Arquivo Histórico Nacional de Madrid (AHNM), com fundos específicos para assuntos sobre a vida e administração universitária, *Consejos, Universidades*. Desde a nomeação para cátedras e sugestões sobre os planos referidos até a alterações curriculares, este fundo mostra-nos a tensão entre os representantes universitários e o poder central. Principalmente, se tivermos em conta que, mais do que em Coimbra, a reforma em Salamanca foi imposta a um corpo docente maioritariamente partidário do *status quo* anterior a 1771.

No Arquivo Geral de Simancas (AGS), também um local ligado à documentação produzida pelo poder central, podemos continuar a ver esta tensão. Na *Secretaria de Gracia y Justicia. Instrucción Pública. Fechos de la Universidad de Salamanca* e na *Secretaria de Gracia y Justicia. Instrucción Pública. Fechos de la Universidad de Salamanca* continuamos

a ver as dificuldades da aplicação das alterações de 1771, a oposição de alguns lentes, mas também algumas movimentações dos sectores favoráveis à mudança, como prova a ação do Reitor Pedro Luis Blanco. E, também foi possível recolher vários dados biográficos sobre docentes ou sobre os problemas no provimento de cadeiras.

Por fim, falta referir outra obra da responsabilidade de um órgão do poder central, o *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, editado em 1771. Saído do trabalho da Junta da Providência Literária, evidencia a situação da Universidade de Coimbra até 1771 o que será importante para tentar apurar o já referido atraso. Por outro lado, esta fonte requer uma abordagem crítica porque teve como fundamento ditar uma certa imagem de decadência para desta forma justificar a intervenção.

A correspondência será outra das fontes usadas neste trabalho. O recurso a esta fonte prende-se com a necessidade de nos afastarmos das fontes oficiais e dos seus silêncios, e procurar momentos de tensão e discussão. Isso mesmo aconteceu com os *Documentos vários de informes y correspondencia sobre assuntos diversos e Informes y correspondencia de assuntos universitarios. Lecciones inaugurales*, para Salamanca e, no caso português, *Ministério do Reino*. Ainda no caso da correspondência, foi importante a Biblioteca Pública de Évora (BPE), que forneceu uma vasta correspondência trocada entre o Bispo de Évora, Manuel do Cenáculo, e personalidades portuguesas e espanholas (*Catálogo da Correspondência*). Para finalizar, falta apenas fazer referência a Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL) e ao fundo *Colecção Pombalina*, também ele com núcleos de alguma correspondência relevantes para o nosso estudo¹⁰.

Metodologia

Qual a metodologia de análise que orientou a pesquisa e tratamento das fontes e que possibilitou as conclusões apresentadas no decurso deste trabalho? Como referi, não pretendo fazer aqui uma longa reflexão historiográfica sobre o método comparativo e o debate que se gerou no campo da história. Mas seria impossível não recorrer a alguns autores de referência, tal como as suas obras e métodos.

Porquê o método comparativo? Quais as potencialidades e limitações? Mais importante ainda: como é que as fontes analisadas possibilitam a comparação desejada?

¹⁰ As fontes apresentadas e a vasta literatura usada neste trabalho estão listadas na parte final desta dissertação.

Neste trabalho, o espaço nacional (nação) é apenas um dos *palcos* a ter em conta. Espanha e Portugal, com todas as suas especificidades, foram afetados por acontecimentos mais amplos. O Iluminismo, as Invasões Francesas e o Liberalismo, vêm afetar o espaço europeu e a Península Ibérica não foi exceção. Nesse sentido, seria impossível não procurar analisar estes contextos numa perspetiva mais ampla. Como veremos, as reformas universitárias, apesar de partilharem traços gerais, têm também as suas especificidades causadas pelo contexto onde se inserem. Isto obriga a que qualquer método de análise aplicado tenha em conta sempre dois níveis de análise: o supranacional, neste caso, movimentos mais amplos como os que referimos acima; e o nacional, tendo este último que levar em conta dois contextos históricos diferentes, Portugal e Espanha.

Ao definirem a história comparada, Deborah Cohen e Maura O'Connor recorrem à formulação clássica de John Stuart Mill, «Comparative history is concerned with similarities and differences; in explaining a given phenomenon, it asks which conditions, or factors, were broadly shared, and which were distinctive [...]» (2004, xi).

No caso dos historiadores, este método tem vindo a ser entendido de diferentes maneiras. Para Marc Bloch é um *método* capaz de alcançar resultados de verificação e de falsificação (Cohen e O'Connor 2004, xii). Raymond Grew afasta-se desta definição, realçando assim que, desta forma, em nada se distingue de qualquer outra prática geral (1980, 776–77). Para Thomas Welskopp a comparação possibilita uma forma de considerar o problema, aproximando-se de um modo de análise (Cohen e O'Connor 2004, xii). Não muito distante, George Fredrickson realça este método como uma forma de provocar o pensamento ou a imaginação do investigador (1997).

Cohen e O'Connor defendem que a história comparada deve respeitar três pontos principais: objetivos, custos e perspetivas (2004, xiv). Para Peter Baldwin ou Michael Miller, a maior preocupação está na causa, diferenças e divergências (2004). Já Bloch realçou a importância da comparação para identificar semelhanças (1953, 507). Por outro lado, Carl Degler, entre outros historiadores, optou por realçar o papel das diferenças e explicações (1968, 426).

Numa postura mais estimulante, Cohen e Susan Pedersen realçam a importância da comparação para destacar facetas de experiências nacionais que os especialistas têm como garantidas (2004). Pederson reforçou esta ideia, defendendo que o método comparativo tem uma função de desnormalização de ideias estabelecidas (2004). Independentemente dos aspetos que cada autor tem realçado, o mais importante será entender as limitações e potencialidades do método comparativo, e como estas serão levadas em conta neste trabalho.

Uma das críticas mais negativas que tem surgido na historiografia, como nos mostrou Heinz-Gerhard Haupt e Jürgen Kocka, prende-se com o número elevado de casos que um trabalho comparativo pretende estudar. A consequência de escolher vários casos vai levar o historiador a afastar-se das fontes primárias e ficar mais dependente da literatura existente (2004, 25). Sobre este aspeto, Baldwin chama à atenção sobre o perigo de passar de uma história nacional para generalizações abstratas (2004, 8).

Como não cair em generalizações e não estar principalmente dependente da literatura secundária? A resposta que pretendemos dar a este problema não se afasta do que já foi referido pelos apologistas deste método. Para ser possível trabalhar com várias fontes primárias e não estar tão dependente da literatura (embora esta seja uma parte importante), optei apenas por escolher duas Universidades. Haupt e Kocka entendem que reduzir o objeto de comparação ao mínimo possível, na maioria dos casos, é essencial para não ficarmos apenas por generalizações, valorizando contrastes e procurando um nível de abstração mínimo em detrimento do máximo possível de detalhe e contexto (2004, 26).

Assim, evitar generalizações e privilegiar argumentos sobre diferenças e similitudes (Baldwin 2004, 11) entre os casos que pretendemos estudar, permitirá entender melhor a vaga de reformas universitárias que ocorreu na segunda metade do século XVIII, através de duas das suas mais importantes Universidades. Privilegiar a perspetiva de Haupt e Kocka, vai permitir que Coimbra e Salamanca sejam tratados como casos independentes, relacionados por uma questão de pesquisa e medidos em termos de similitudes e diferenças (2004, 25). A fase seguinte, consiste em procurar confrontar estes casos com as linhas gerais que a historiografia já apresentou. Por outras palavras, procurar integrar o particular com as questões gerais é um caminho que tem de ser seguido, porque estão em relação entre um e outro (Green 2004, 45).

Miller entende que o método comparado sacrifica a profundidade de análise e, não muito distante do que já vimos, baseia-se nas *versões ortodoxas* das histórias nacionais, razão pela qual não pode desafiar os conhecimentos convencionais (2004). Como o próprio indica, isto pode ser ultrapassado se for possível realizar uma profunda investigação nos arquivos. Neste sentido, as fontes primárias aqui analisadas resultaram da pesquisa realizada em dois países e num total de cinco arquivos e outras tantas bibliotecas. Por outro lado, uma das críticas deste método prende-se com as fontes, ou melhor, a diferença entre as fontes. No trabalho que pretendo realizar, este é um problema com pouca importância.

A maioria das fontes usadas foram produzidas por órgãos universitários. Desde atas a pareceres, entre outras, a tipologia não difere nas Universidades em estudo. As atas, a título de exemplo, mantêm semelhante função em Salamanca e em Coimbra: registar os encontros

oficiais das congregações. O mesmo podemos dizer dos estatutos, provenientes do poder central, neste caso do Ministério e do Conselho de Estado. Nestes, independentemente da origem, concentram-se as linhas com que estas instituições se deviam reger praticamente em todos os aspetos do seu dia-a-dia, o que torna os estatutos consultados muito semelhantes mas, mais importante, capazes de conter respostas às questões levantadas.

Independentemente das semelhanças das fontes, que devem ser entendidas como uma potencialidade, Haupt e Kocka realçam a importância das questões colocadas pelo investigador (2004, 26–27). O que comparar? Neste caso, a introdução do ensino na área do direito e das ciências naturais tomando como referência central a razão da ordem natural¹¹. Estas matérias nem sempre foram introduzidas em cadeiras com a mesma nomenclatura, mas o seu conteúdo é semelhante. Quais os objetivos?

Como vimos, um estudo comparado procura diferenças e semelhanças. Desta forma, o nosso objetivo é o de identificar semelhanças e diferenças na adoção de novos métodos de ensino e de novos conteúdos nas duas Universidades em estudo. Quais os casos escolhidos? Coimbra e Salamanca foram duas das mais importantes Universidades no espaço Ibérico. Coimbra foi durante muito tempo a única instituição universitária portuguesa e Salamanca, neste período, ainda era um modelo para o Império espanhol. Portanto, a sua escolha prende-se principalmente pela sua importância e representação na Península e no Sul da Europa.

A importância das questões e dos objetivos está também ligada à profundidade do estudo (Cohen e O'Connor 2004, xvii). É necessário detetar detalhes de menos importância, mas não cair no erro de os sobrevalorizar, entendê-los através do seu contexto específico, e procurar enquadrá-los em padrões transfronteiriços. Isto leva o investigador a ter em consideração o que é a causa principal e o que é secundário, fazendo uma clara distinção.

Uma das críticas que visam o método comparativo refere-se aos problemas no domínio de várias literaturas nacionais. Neste caso temos de lembrar que a escolha de dois casos em estudo, não foi alheia a este problema. Um estudo comparado que envolva várias realidades nacionais diferentes obriga a um domínio exaustivo da literatura. Neste trabalho apenas contemplamos a realidade portuguesa e espanhola durante o final do século XVIII e início do século XIX. E no caso da história das Universidades, felizmente, contamos hoje com um número significativo de obras que contemplam vários aspetos destas instituições, conforme já assinalai atrás.

¹¹ As questões estão detalhadas no ponto anterior.

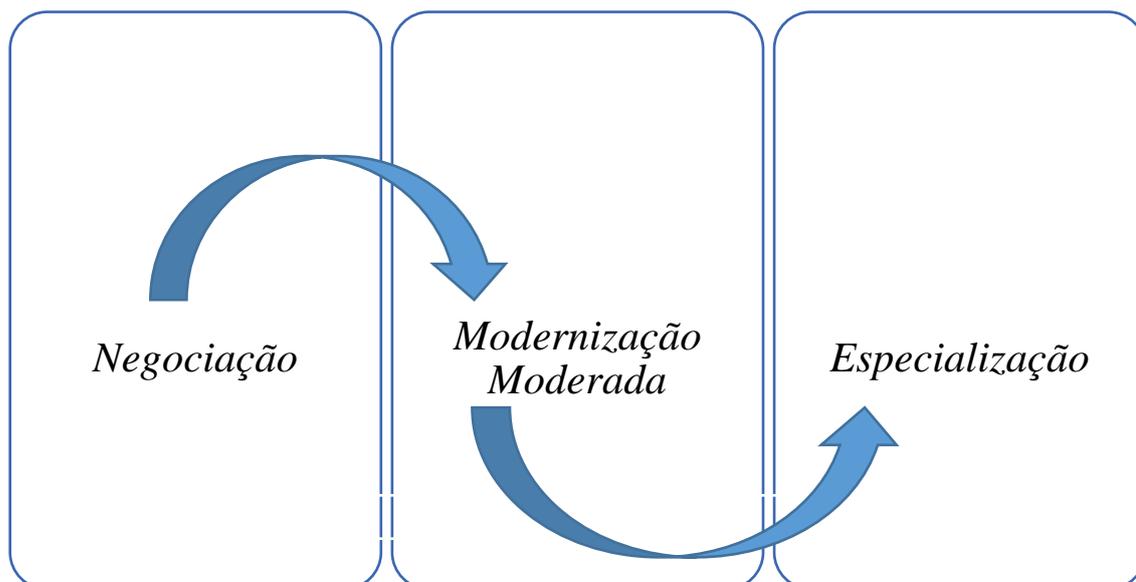
Mas apesar das muitas obras já existentes que contemplam diversas realidades universitárias, carecemos ainda de um esquema de análise base para esta abordagem ao mundo universitário. Assim, de acordo com as fontes consultadas, optamos por tentar criar um esquema que acreditamos poder ser replicado em outras realidades e que se debruça sobre três aspetos: relação entre as instituições e o poder central, com um ênfase na componente de *negociação*; *modernização* das Universidades, limitada pelo contexto específico do Iluminismo católico; e, por fim, a *especialização* resultante da reforma dos conteúdos programáticos.

Concluindo, cabe ao investigador adaptar ao método comparativo as suas questões e objetivos e, através destes, interrogar as fontes, que poderão ser idênticas ou não, para identificar semelhanças e diferenças entre os casos previamente escolhidos, de preferência em número que possibilite a profundidade e atenção necessária para conseguir uma análise profunda e detalhada.

Esquema de análise

Na interação com as várias fontes usadas neste trabalho e partindo da metodologia apresentada, foi possível delinear um esquema de análise capaz de explicar a evolução destas duas reformas (gráfico 1). Este esquema resulta, principalmente, do longo diálogo entre os diversos intervenientes envolvidos nestes processos.

Gráfico 1: Esquema de análise.



O que também fica visível é que as reformas foram processos longos e com vários intervenientes, onde foi possível assistir a tensões internas e externas, mas também à evolução de dois movimentos que estariam em oposição dentro das Universidades: conservadores e progressistas¹². Em Salamanca esta tensão foi mais evidente.

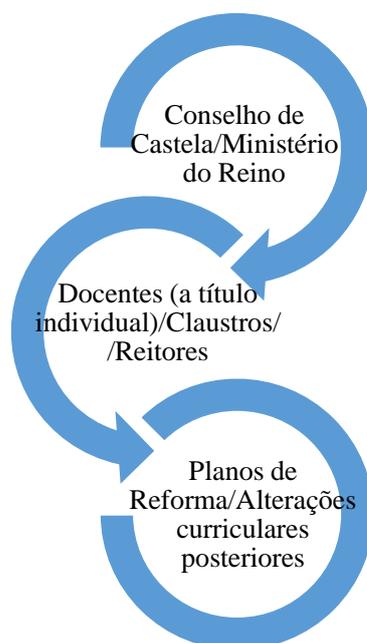
De uma forma geral, após a primeira década de reforma, a colaboração com vários Ministros foi benéfica para que uma facção bem mais progressista e modernizadora pudesse vingar.

O esquema de análise no gráfico 1 divide-se em três pontos que estão correlacionados. No sentido das questões levantadas por Hammerstein (2002b, 599) (se as reformas poderão ter sido iniciadas pelos académicos? Se estes poderiam ter colaborado com Ministros? Ou se estas surgiram através do estímulo do poder central?) construímos o esquema apresentado. As hipóteses do autor, a meu ver, não são de todo opostas. Nos casos analisados, podemos claramente observar que existiram casos de inovação da autoria dos docentes. Por exemplo, em Salamanca, o plano de medicina de 1766 foi da autoria de docentes de medicina, embora isso acontecesse a pedido do Monarca – por sua vez as iniciativas destes continuaram a surgir ao longo de todo o período em estudo. Mas, simultaneamente, é claro o estímulo do poder central em várias ocasiões. O que também fica visível nas fontes é que existiu um intenso contacto através de pareceres, principalmente, mas também cartas entre docentes, Reitor, claustros, fiscais e Ministros.

É precisamente esta complexidade que exige um esquema capaz de fornecer alguma coerência na abordagem que pretendemos fazer. Assim, o primeiro ponto a ter em conta, é a *negociação*.

¹² Esta tensão foi mais evidente em Salamanca, embora em Coimbra fosse visível a partir do fim da década de 80. Analisando o contributo de Addy, vemos que o período de tensão esteve muito presente nos anos anteriores da reforma, e o que separava os dois grupos era claramente a sua posição privilegiada na Universidade. Assim, o grupo dos conservadores podia ser caracterizado por ter uma posição segura (catedráticos), um vencimento mais vantajoso e acesso a posições de relevo fora da Universidade. Por sua vez, os progressistas, também conhecidos como *manteistas*, estavam afastados desta posição privilegiada, detinham uma posição dentro da Universidade bastante precária, menor vencimento e dependiam completamente da instituição para a sua sobrevivência (1966, XV-XVI). Assim, identificar como privilegiados o grupo de catedráticos não será abusivo: «Un grupo de catedráticos de propriedade, com notable proporción de juristas, se consolida en 1411 y permanece [...] a lo largo de la edad moderna. Los sucesivos profesores [...] tendrán que conformarse con cátedras temporales [...] y menor jerarquía. Quedan inermes frente a los propietarios, sin posibilidad de introducir una reorganización que mejore sus posiciones. Tal vez sea ésta una de las causas que expliquen las dificultades para la adopción de nuevas ideas.» (Peset e González González 1990, 25).

Gráfico 2: Intervenientes no processo de negociação.



Não será de todo abusivo concluir que ambas as reformas foram processos que envolveram abundantes contactos. Isso não invalida o facto de que a historiografia apelide a reforma pombalina da Universidade como imposta. O afastamento do corpo docente em Coimbra levou a que a oposição¹³ no interior da instituição, se esfumasse. Após este período, muitas alterações curriculares surgem com o contributo claro de claustros ou até de docentes, a título individual. Vejam-se os vários planos que surgem a partir de 1800 (que serão tratados nos capítulos II e III), quando já se preparavam alterações curriculares em todas as faculdades.

Já o caso de Salamanca foi diferente, apenas e só porque este processo de negociação começa bem antes de 1771. No plano final, o que temos é o resultado da vontade do Conselho de Castela pela ação do seu Fiscal, Campomanes, e dos vários planos enviados pelas faculdades. Não será excessivo dizer que nenhuma das partes consegue implementar totalmente o que pretendia, mas é o Conselho que mais avanços consegue.

Ao longo da reforma o processo passa a ser mais aberto, provavelmente porque em ambos os casos as Universidades tinham já um corpo docente menos conservador. Em Coimbra porque os vários lentes foram escolhidos pelo Ministro e seus colaboradores, e em Salamanca porque a facção progressista acaba por se sobrepor, fazendo com que as

¹³ Teófilo Braga diz-nos que por volta de setembro de 1772, o então Reitor, Francisco de Lemos, seria responsável por elaborar listas de dispensas e permanências na Universidade (1898, III 1700 a 1800:421).

alterações/supressões/criações adviessem de ambos os intervenientes. Como Peset e Peset referem, a Universidade de Salamanca «[...] se esta renovando en los decénios finales del siglo XVIII. Está incorporando el fecundo movimiento ilustrado español [...]» (1969, 69).

Por sua vez, podemos concluir que, 1) as reformas foram processos longos (com avanços e recuos) e, 2) tiveram vários intervenientes (monarcas, Ministros, Reitores e docentes) que procuraram continuar algumas das medidas durante as quase quatro décadas aqui em análise¹⁴.

Diretamente ligado à questão da negociação está o segundo ponto do gráfico 1, e que podemos denominar de *modernização moderada*. De uma forma geral, podemos concluir que, através da comparação dos estatutos de 1771 e 1772, Coimbra foi mais audaz nas mudanças curriculares. Em muitos aspetos podemos afirmar que só as alterações do plano de 1807 em Salamanca se aproximaram das que foram realizadas em Coimbra, no âmbito do nosso objeto de estudo. A resposta estará no facto de que, em Salamanca, a modernização dos currículos foi mais adversa, devido à oposição dos docentes menos interessados na reforma. E foi necessário esperar que estes perdessem a sua influência para começarmos a ver intervenções mais ousadas. O caso de filosofia é bem exemplificativo. Em 1771 optou-se pela reforma da faculdade de artes em Salamanca, mas este cenário não agradou de todo aos docentes de filosofia, que acabam por conseguir a criação da nova faculdade. Outro exemplo poderia ser a cadeira de filosofia experimental. Em 1773, o Monarca pede vários pareceres sobre os objetivos e conteúdo desta cadeira conforme discutirei nos capítulos III e IV. As respostas foram variadas e, em muitos pontos, bastante díspares. Já o resultado apresentado pelo Conselho de Castela optou por afastar esta matéria da filosofia e direcioná-la quase completamente para medicina.

Como seria de esperar, muitas das mudanças iniciais tiveram de ser atualizadas ao longo do período. Mas esta atualização, em muitos casos, estava circunscrita à *origem*. Visível nas intervenções centrais, mas também de vários docentes, este regresso às origens e aos princípios e ideias dos estatutos iniciais, foi sempre valorizado. Como exemplo, podemos recorrer aos vários planos de reforma que surgem em Coimbra. No novo plano de medicina assistimos a uma tentativa de reorganização do curso, mas, mais uma vez, esta estava circunscrita ao que «[...] he determinado nos Estatutos [...]»¹⁵. O mesmo aconteceu com as faculdades jurídicas. No *Breve Plano para a Reforma das Faculdades Jurídicas na Universidade* (1781), os docentes, quando tratavam das matérias de direito civil do quarto ano, tinham que «[...] na sua

¹⁴ Quanto aos docentes que mais se destacaram, serão devidamente sinalizados e a sua ação será explanada nos capítulos III, IV e V.

¹⁵ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Voto dos Decanos da Universidade de Coimbra, Séc. XVIII, Mç. 516, Cx. 642).

regência observem os Estatutos [...]» para decidir devidamente sobre essas matérias – «[...] que ou se devem omitir, ou explicar m.^{to} de passagem e perfunctoriam.^{te} [...]»¹⁶.

Por fim, importa fazer referência à *especialização* que ocorreu em várias cadeiras introduzidas na década de 1770. Esta ideia não é completamente estranha à historiografia. Roy Porter, na análise que faz ao papel das Universidades durante a Revolução Científica, aponta a especialização como uma característica da adoção das novas ideias nos vários currículos europeus (2002, 534 e ss.; Brockliss 2002)¹⁷. Por sua vez, e também não muito distante do que temos vindo a demonstrar com a apresentação do gráfico 1, isto seria a prova de um *conservadorismo defensivo* entre docentes mas, também, *uma variedade de respostas* que – seguindo Porter – refletia a «[...] liberdade e independência de pensamento [...] dos círculos professorais [...]» (2002, 535).

Por outro lado, e para além da conclusão de Porter, o que concluímos neste trabalho é que a evolução de matérias, por exemplo, ligadas às ciências naturais, medicina e química, foi bastante rápida no período em estudo. Como consequência, muitas das cadeiras acabaram por fragmentar-se levando à criação de outras ou à abolição da cadeira original. Estas mudanças vieram de ambos os espectros, representantes universitários e do poder central.

Esta necessidade constante de manter os currículos atualizados esteve presente durante o período em estudo. Várias iniciativas provam que não só a Universidade não foi negligenciada pelos vários monarcas, como foi dela que partiram várias mudanças. Avelar Brotero, em 1824, mostra-nos isso mesmo, «[...] pouco a pouco foi mostrando que era necessário ir satisfazendo algumas pequenas reformas na grande reforma.»¹⁸.

Delimitação cronológica e temática

Fica patente que este estudo está intimamente ligado à história das Universidades e do ensino, mas, também, da história da ciência, das ideias e da história política. Relativamente ao contributo para a história das Universidades da Península Ibérica, a grande contribuição prende-se com a comparação entre duas das organizações mais emblemáticas do sul da Europa, Coimbra e Salamanca.

¹⁶ (idem).

¹⁷ Vários são os exemplos apontados por Porter, embora se sobressaia Leida e as faculdades italianas, relativamente às ideias de Galileu.

¹⁸ (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Processos de Professores, Cx. 26).

Na escolha deste tema, o principal problema foi a circunscrição temática e temporal. Inicialmente, na interação com a bibliografia existente, foi possível ver que as reformas da segunda metade do século XVIII, quer no imediato, ou algum tempo mais tarde, conseguiram alterar significativamente a realidade das organizações universitárias. Seria assim possível trabalhar sobre vários aspetos; mas a limitação que este tipo de trabalho detém, obriga a uma capacidade mais criteriosa por parte de qualquer investigador. A determinado ponto na idealização deste projeto e da interação com a bibliografia e com as fontes surgiu uma questão determinante: qual o aspeto mais inovador deste longo processo de reforma?

Parece ser globalmente aceite que foi na introdução do novo curso de filosofia e matemática, na remodelação profunda de medicina e das faculdades jurídicas, no seu aspeto curricular – de cariz mais prático e com novas disciplinas e conhecimentos que vimos a marca mais profunda destas reformas. Não apenas nas organizações em estudo mas, de uma forma geral, no espaço europeu, mais concretamente, nas Universidades reformadas pela mesma vaga de reformas. História natural, e depois botânica, zoologia, mineralogia, metalurgia, agricultura, direito natural e das gentes, filosofia natural e química, foram inclusões importantes e que caracterizaram a génese destas reformas.

Com a mudança de paradigma que passou a ter como objetivo a compreensão da natureza, o ensino foi uma das áreas que sofreu alterações com o objetivo de proporcionar a capacidade de estudar as leis que regem os processos naturais. No caso português, fica visível a importância da nova ciência e do papel do ensino relativo à natureza: «Acreditava o Marquês de Pombal que esse seria o melhor caminho para a utilização dos produtos naturais do país e que colocaria o Reino na senda do desenvolvimento que o resto da Europa conhecia [...]» (Costa 2014, 185).

Ainda no caso português, é pelo testemunho de Francisco de Lemos que podemos constatar a importância dos novos domínios de ensino, e a resposta que estes deviam dar ao estado de estagnação económica do país:

«[...] o estabelecimento das ciências naturais que na Universidade se fez haveria de tornar possível um melhor conhecimento das riquezas naturais existentes no país, trazendo para a indústria novos recursos materiais, com o conseqüente desenvolvimento do comércio [...] O ensino das ciências naturais implementado não poderia deixar de ter como reflexo o desenvolvimento de novas artes, novas manufaturas, novas fábricas e o aperfeiçoamento das já existentes [...]» (Costa 2014, 188; 207–8).

Estas alterações não foram apenas significativas no campo das ciências naturais, mas também do direito. A reestruturação das faculdades jurídicas levou à introdução de cadeiras como o direito natural e a história civil das nações e das leis para elas estabelecidas. A primeira cadeira é bem reveladora das mudanças de paradigma, obrigando ao estudo do direito natural em si mesmo e de outras vertentes como o direito das gentes (Costa e Marcos 2014, 119). Juntamente com estas, não podemos esquecer a importância de direito pátrio.

O período temporal escolhido foi delimitado, inicialmente, devido à grande incerteza quanto ao início da reforma. Não me refiro à data concreta em que as reformas se iniciaram. Em 1769 foi indicado o diretor para Salamanca com poderes para preparar a analisar a situação da Universidade e preparar as mudanças. E em 1772 temos o início da reforma em Coimbra, não por acaso, no mesmo ano em que Pombal se desloca para Coimbra e aí permanece durante mais de um mês. A grande dúvida residia nos antecedentes da reforma, e não tanto nos pensadores como Gregorio Mayans e Luís António Verney. Mas na dificuldade em marcar a ação concreta dos reformadores como Campomanes e Pombal na preparação das reformas.

Para o caso de Coimbra, sabemos de facto que João Pereira Ramos, já bem antes de 1770, estaria a tratar da realização de parte dos estatutos pombalinos (das faculdades jurídicas), e só depois é que se lhe juntaram outros membros da Junta da Providência Literária, inclusive o seu irmão, Francisco de Lemos. Seria deste trabalho realizado por homens próximos do Ministro que nasceram duas das fontes mais importantes para este trabalho, o *Compêndio Histórico* e os *Estatutos*, de 1771 e 1772, respetivamente. Esta ideia foi já anteriormente referenciada por especialistas das reformas aqui estudadas. Para Rómulo de Carvalho, Mariano Peset e José Luis Peset, estas começaram a ser preparadas bem antes da década de setenta (Carvalho 1986, 461–62; Peset e Peset 2002, 176).

Se continuarmos com o caso de Coimbra, podemos ver que ainda antes da reforma, já Pombal procurava *inspiração* para as alterações que queria implementar na Universidade. Isso mesmo nos mostrou António Amorim da Costa quando refere que é o próprio Ministro que pede a Jacopo Facciolati, professor da Universidade de Pádua, para assumir a direção do Colégio dos Nobres. Apesar de ter recusado, cumpre outro dos desejos de Pombal e envia uma cópia dos estatutos da Universidade italiana (2014, 183), sendo provável que estes tenham exercido alguma influência nos estatutos de 1772.

Para além de nomes que influenciaram as duas reformas, como o já referido Verney, Mayans foi também importante. Depois de ter elaborado um plano que deveria ser seguido para as reformas espanholas, os Ministros de Carlos III acabaram por se afastar do modelo do valenciano. Mas o que fica visível na correspondência de Mayans e Cenáculo, é que o próprio

Marquês acabou por receber o plano do valenciano ainda antes de 1772, ano da edição dos estatutos. Em 1768, já Cenáculo deixava claro que a obra de Mayans era bem conhecida pelos reformadores portugueses (Piwnick 1986, 485–86). O Bispo de Beja acabou mesmo por ser um dos interlocutores que iremos aprofundar mais a frente. Prova disso mesmo é a sua correspondência com Mayans (1767-1797), onde transparece a ideia de que Cenáculo fazia chegar ao Marquês todas as obras enviadas por Mayans. O docente envia mesmo o seu plano ao Bispo, que por sua vez o fez chegar a Pombal (idem 491–92). Por outro lado, em 1771, e em sentido inverso, é Mayans que recebe o *Compêndio* e a notícia de que a legislação para a reforma da Universidade vai muito avançada (idem 517). Em resposta, Mayans realça o conteúdo anti-jesuítico da obra e a necessidade de afastar alguns vícios. Cenáculo tinha-se dirigido desta forma ao valenciano, «[...] deve persuadir-se que não falta aqui barbaridade e fanatismo atrevido: mas acha de encontro hum Ministro forte e seguro Majestatis Suae [...]» (idem 496, 518).

Em 1772, podemos ver que Mayans envia a Cenáculo algumas considerações sobre o ensino do direito natural, das gentes, direito espanhol e municipal, muito inspirado no seu plano enviado para Castela. Resumidamente, entende que o direito natural e das gentes conta já com um interessante número de autores católicos (sem os nomear) mas, mais importante, compreende que devido à ausência de obras que tratem separadamente o direito civil e canónico, deverão as aulas trabalhar com os *Elementos de Direito Natural e das Gentes* de Heinécio, apesar de conter erros (idem 519)¹⁹.

No mesmo ano, Cenáculo envia os estatutos da Universidade a Mayans, mas o primeiro registo da resposta surge apenas dois anos depois. Começa por fazer uma ressalva ao estudo e à pesquisa que levou à elaboração dos estatutos. Mas aponta desde logo um problema difícil de superar, a impraticabilidade do projeto, «[...] los Estatutos se tendrían por impracticables, i por dignos de publicarse en una universidad idealmente estabelecida en la Republica de Platon, o en la Utopia de Thomas Moro [...]». O mesmo refere que esta só podia ser ultrapassada pela qualidade dos compêndios que os estatutos pretendiam introduzir na Universidade, «[...] se perficionarà la ensenanza de todas las demas [...]», o problema da utópica reforma, estaria então, nos ensinamentos que se pretendiam introduzir (idem 539–40).

Esta exposição mais longa pretende demonstrar a dificuldade em indicar com clareza as datas dos primeiros passos das reformas. Desta forma, optamos por apontar para uma data

¹⁹ Para o ensino do direito espanhol, existia o mesmo problema, sugerindo que se usassem a *Instituta, Pandectas* e as *Novelas* de Justiniano.

segura, 1769, o ano em que foi nomeado o Diretor para a Universidade de Salamanca²⁰. Claramente, falamos num momento inicial da reforma, quando foi dado um dos primeiros passos na aplicação prática deste projeto.

Para o caso de Salamanca, é necessário fazer um esclarecimento antecipado sobre os planos de estudo. Ao longo deste trabalho iremos trabalhar com um número de planos significativo. Dos planos que de facto são concretizados, temos de destacar principalmente os de 1771 e de 1807. Estes foram os que se mantiveram em vigor durante mais tempo. Em 1818, temos uma tentativa de reanimar o plano de Carlos III, embora fosse modificado em grande medida. Com o plano de 1807, precedido pelas introduções de 1802, o que podemos ver é que se este plano é abandonado pelo menos duas vezes, sendo também ressuscitado e adaptado outras tantas. A quantidade de planos e a sua duração e aplicação pode causar alguma confusão. No capítulo III, iremos debruçar-nos com mais atenção sobre estas fontes e quais as suas consequências para os cursos escolhidos. No capítulo IV, voltamos a trabalhar sobre planos para ambas as faculdades, mas, desta vez, sobre os que não chegaram a ser aplicados.

Para definirmos a data final, foi preciso ter em conta dois critérios. O primeiro, seria o de conseguir realizar um estudo de longa duração onde conseguíssemos analisar a evolução das cadeiras e cursos seleccionados. Desta forma, os 51 anos em estudo, serão essenciais para esta microanálise.

Por outro lado, 1820 parece ter sido o início de mudanças estruturais profundas nas Universidades em estudo, o que leva a que muitos dos objetos aqui em análise fossem profundamente alterados, ou até desaparecessem, como foi o caso de algumas cadeiras. No caso de Coimbra isso mesmo fica evidente, como já referiu Fernando Taveira da Fonseca. O triunfo da revolução liberal de 1834 vem efetivar mudanças práticas na instituição que já se perspectivavam desde 1820. A Universidade, assim entendida como um símbolo do antigo regime, deveria ser alterada por completo (2009, 470). Mas a intromissão do poder central já acontecia há algum tempo. Ainda no reitorado de Francisco de Lemos, mais precisamente depois da sua vinda de França, podemos ver a perda gradual de poder da instituição em várias matérias. Em 1821, uma medida vem tornar esta perda de poder explícita, «[...] nas questões da vida íntima da Universidade começou-se a recorrer directamente ao parlamento [...]» (Braga 1902, IV:333). É de realçar também o facto de que neste período, a Universidade estava já a enfrentar vários problemas de cariz financeiro e administrativo. Tais sinais não eram novos ou desconhecidos. Apesar de na segunda metade do seu reitorado ter tomado algumas decisões

²⁰ Estes diretores (um por cada Universidade que se pretendia reformar), levava consigo as suas tarefas bem definidas: analisar as respetivas instituições e preparar soluções para os seus problemas.

financeiramente prejudiciais para a Universidade, Francisco de Lemos deparou-se com alguns obstáculos de cariz financeiro durante parte do seu reitorado. Em 1825, o Conservador da Universidade, Manuel Lopes de Figueiredo, escreve um longo parecer onde deixa bem documentada a situação da fazenda, «[...] paralisada, perturbada, e dispersa com tanto prejuízo dos Membros della, e do publico, dependente da sua prompta e activa arrecadação [...]»²¹. Também na Universidade de Salamanca podemos assistir a mudanças relevantes neste período.

Manuel José Quintana, de acordo com a Constituição de Cádiz de 1812, elabora um documento sobre a instrução pública, que esteve na origem do Regulamento Geral de Instrução Pública de 29 de junho de 1821: estabelecia obrigatoriedade e gratuidade dos primeiros anos de ensino (o que demorou vários anos a ser concretizado); permissão para o ensino privado, não financiado pelo Estado; regulava os três níveis de ensino; as Universidades deveriam ser distribuídas segundo a distância, e pretendia suprimir algumas como Oviedo, Huesca e criar uma nova em Burgos. O plano acabou por ser aplicado, mas com o regresso de Fernando VII parte destas alterações foram revogadas.

No período de Isabel II (1833-1868), os liberais repuseram o regulamento de 1821, embora não se interessassem com a cedência de poder de decisão à Direção Geral. Com a chegada dos moderados ao poder, o governo de Joaquim M.^a Lopes eliminou a Direção Geral e criou um Conselho de Instrução pública.

Em 1824 é aprovado novo plano que, de uma maneira geral, pretendia a centralização de nomeação de reitores, regulação da administração de rendas e uniformidade de ensino e manuais.

Seguiram-se várias reformas, nomeadamente por Pedro Pidal e Moyano: o Ministro orientado por um Conselho de Instrução Pública nomeava um diretor geral (a ele subordinado) e os reitores das universidades, e impôs-se uma centralização fechada com a dependência ao governo e ao Ministro de Fomento (Peset e Trobat 2009, 416–17). Por sua vez, para o caso de Salamanca, será de todo o interesse usar neste estudo o plano de 1820. Por duas razões que me parecem essenciais: 1) o reinado de Fernando VII, segundo Mariano Peset, é um prolongamento das reformas universitárias de Carlos III e Carlos IV, 2) o plano de 1820 apesar das modificações que surgiram até 1823, não deixou de «[...] al menos la mayor parte del período, inspirado en reformas absolutistas, que poseen carácter ilustrado, continuación de la legislación anterior.» (Peset Reig 1968, 229).

²¹ (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Universidade de Coimbra, Conselho de Decanos (Docs. Diversos), 1805-1857, IV-1º D-3-2-64).

Desta forma, parece possível referir que 1820 marca o início de um período de mudança e assinala também o fim desta análise.

É a partir do legado historiográfico atrás resumido que o presente trabalho se constrói. Para além de analisar momentos já bastante trabalhados pela historiografia, como as reformas de Carlos III e a reforma pombalina, este trabalho pretende ajudar a colmatar a lacuna ainda existente do estudo comparado, neste caso entre duas Universidades, Coimbra e Salamanca. Reside aqui a inovação e o contributo principal desta investigação, que se divide em cinco capítulos, onde procurarei responder às questões anteriormente levantadas.

No primeiro capítulo, *Iluminismos e universidades*, será dada uma maior atenção ao contexto onde estas reformas aconteceram. Será privilegiada uma abordagem crítica sobre o debate em torno do Iluminismo, principalmente ligado às questões educativas. Apresentamos também aquelas que foram as linhas gerais deste amplo movimento de reformas universitárias que começa já na primeira metade do século XVIII e continua até bem tarde. Daqui destacaremos as suas linhas gerais como a introdução de novas matérias, criação de novas faculdades ou até a importância das ciências naturais.

O segundo capítulo, *As reformas universitárias no espaço Ibérico*, pretende focar-se no contexto ibérico. Destacaremos o seu fundo ilustrado católico que se materializou em muitas decisões tomadas no contexto universitário. Neste ponto, apresentamos também algumas das principais influências que inspiraram ministros portugueses e espanhóis.

O ponto central deste trabalho reside no terceiro capítulo, *O estudo da natureza e dos seus produtos nas Universidades de Salamanca e Coimbra (XVIII-XIX)*. Vamos procurar identificar a forma como o saber natural se materializou nos currículos de medicina, filosofia, matemática e leis em Salamanca e Coimbra. A comparação curricular será aqui um elemento central, tendo como base os vários planos de estudo e as posteriores atualizações. Este capítulo é indissociável do capítulo quatro (*Dos planos concretizados aos planos menos conhecidos: propostas e contrapropostas*), que procura analisar os vários planos apresentados entre 1771 e 1820 e que não foram aplicados.

Por fim, no capítulo cinco (*Docentes e compêndios*), encerramos a nossa análise com a carreira docente e as transformações corridas no século XVIII, procedendo a uma apresentação dos vários compêndios introduzidos nas faculdades em estudo. Na nossa análise selecionamos mais de uma dezena de disciplinas que, para além de muitas vezes terem contado com obras redigidas pelos próprios docentes, beneficiaram principalmente de compêndios comprados e propostos nas várias normas estatutárias.

A dissertação encerra com uma conclusão, onde se resumem as principais contribuições e o conhecimento acrescentado pela pesquisa realizada sobre as reformas ilustradas nas Universidades de Salamanca e Coimbra.

Capítulo I

Iluminismos e Universidades

Refletir sobre os iluminismos: questionamentos críticos

Iniciamos este capítulo com uma reflexão sobre as ideias ilustradas para compreender as reformas universitárias, que são o nosso objeto de estudo. Atualmente, um número significativo de autores e de estudos apontam para várias mudanças ocorridas no século XVII como condição necessária (Mokyr 2011) para que o Iluminismo e as suas ideias se pudessem afirmar, tornando o período de 1760 até 1800 numa era de mudança universal na cultura europeia.

Anthony Pagden entende que a Revolução Científica vem trazer uma alteração cultural, mais precisamente, a destruição daquilo que o autor chama de *the system* (2013). Neste conceito cabem a teologia e o enorme peso da escolástica. Nesta nova realidade onde o papel da Igreja é em parte disputado no plano cultural, não podemos esquecer o impacto das guerras religiosas e da *descoberta dos novos mundos* (idem 51). Peter Jones não se afasta desta ideia e sublinha a segunda metade do século XVII como o período de mudança, onde surge a crença de que a filosofia escolástica pode ser dissolvida (muitas das fontes consultadas neste trabalho, para o século seguinte, refletem também esta tensão). Os novos inquéritos, mais tarde chamados científicos, especializaram-se e estavam a gerar novas ideias e marcaram presenças em várias áreas (Jones 2004, 7).

A importância das questões científicas é, em parte, subscrita por Thomas Munck quando entende que muitas questões que geraram reações das autoridades católicas no século XVIII (veja-se Buffon) já tinham sido alcançadas por autores como Descartes no século XVII (2012, 440). Samuel Fleischacker vai mais longe. Para este autor, três processos ocorreram no século anterior e que potenciaram mudanças na sociedade europeia: 1) as guerras religiosas, mais precisamente a sua diminuição, 2) a ascensão da ciência moderna (baseada na observação e na razão matemática e com a perceção de que o conhecimento da natureza podia ser proveitoso a nível técnico) e, 3) a ação de alguns movimentos protestantes radicais que começaram a prestar mais atenção aos detalhes da condição humana (Fleischacker 2013, 2 e 3). As consequências parecem ter sido: a perda de importância dos ensinamentos e da autoridade tradicional, dando maior autonomia à ciência, maior liberdade individual associada à ideia de que os poderes políticos deveriam ser responsáveis por melhorar essa mesma liberdade, mas, também, em

permitir uma maior participação na escolha dos governantes (Fleischacker 2013, 3). A sociedade europeia tornou-se mais individualista, aberta e dinâmica.

A partir de 1650, com o desenvolvimento da filosofia e a perda de influência da teologia, começamos a assistir a uma mudança acentuada que também teve lugar no espaço universitário, nesta época maioritariamente na Holanda.

Annelien de Dijn chama à atenção para esta discussão salientando que não podemos esquecer o papel da Inglaterra e da Holanda enquanto locais de nascimento das ideias do Iluminismo, sem relegar o papel da França na sua difusão (2012, 786). Munck quando se refere ao contexto no tempo e espaço, refere a importância de incluir estádios evolutivos ocorridos nestes países a partir do meado de século XVII (2012, 432). Esta ideia parece ganhar a atenção de vários autores.

Dan Edelstein apesar de se debruçar sobre a *narrativa* criada pelos intelectuais franceses e da sua divulgação, concorda com a importância da Holanda e da Inglaterra na criação de laços intelectuais e de redes que favoreceram a dinamização da cultura iluminista. Se considerarmos o Iluminismo enquanto transformação social, a precedência nestas zonas deve-se ao facto de estas sociedades, em processo de modernização, serem mais livres e abertas à inovação técnico-científica. Por sua vez, as mudanças ocorridas nestes países não tiveram um eco comparável ao que ocorreu, no plano cultural, na sociedade francesa, pois foi da França que saiu a narrativa do Iluminismo que teve grande impacto no espaço europeu (2010, 79 e 80).

Não muito distante está Jonathan Israel quando considera a cultura francesa enquanto agente de difusão daquilo a que chama de Iluminismo radical, mas o berço (*hub*) deste movimento estaria na Holanda (2006, 27). O mesmo autor, principalmente centrado nos trabalhos de Spinoza, entende que o século XVIII ficou marcado pelo domínio de uma divisão tripartida de movimentos culturais e intelectuais: o Iluminismo radical; o Iluminismo moderado, e o contra-Iluminismo (*idem* 27). O primeiro foi caracterizado por ser tendencialmente materialista e ateu, rejeitava o compromisso com o passado, pretendia destruir estruturas existentes, rejeitava a criação e a intervenção de Deus nos assuntos humanos, negava a ideia de milagres, a ideia de punição no *post mortem*, negava a autoridade eclesiástica, etc. (Israel 2001, 11 e 12). O Iluminismo moderado pretendia reconciliar a razão e a religião e conseguir o suporte para a modernização da autoridade monárquica, aristocrática e eclesiástica. Foi culturalmente e politicamente preponderante no ocidente. Mas falhou, porque foi incapaz de superar divisões internas resultantes das suas inconsistências intelectuais e contradições (Israel 2006, 38).

Para Munck, a ideia de programa coeso do Iluminismo não é aceitável. Para o autor as várias adaptações das ideias do Iluminismo em vários contextos não foi estranha a esta noção da não coesão (2012, 438). Fleischacker recorre a Kant para apoiar a ideia de movimento: um movimento onde o indivíduo abandonava uma condição de erro (2013, 4). Martin Fitzpatrick vai mais longe referindo que se trata de uma força intelectual das elites educadas independentes e com um programa de reformas (2004a, 421). Analisar as reformas universitárias segundo a visão do autor é decisiva: estas partiram da uma elite ilustrada e são apenas uma parte de um mais amplo programa de reforma que pretendia ir além do próprio ensino.

Parece possível concordar com Roy Porter quando refere que o projeto do Iluminismo não foi monolítico, mas pluralista, tal como muitos dos seus pensadores defendiam (2001, 26). Mas quais as ideias que definem o Iluminismo?

Continuando a analisar a obra de Porter é impossível rotular o Iluminismo devido à sua diversidade e forma indeterminada. Neste sentido, e em oposição a Peter Gay, favorece a diversidade e o pluralismo de Henry May (Porter 1996, 10; May 1976). Porter defende que o pluralismo é a marca mais importante do Iluminismo e, simultaneamente, a sua maior fraqueza. A ideia de diferenciação e pluralismo não deve ser descartada, como a historiografia nos mostra através das diferentes adaptações regionais.

Outra característica é aquilo que Pagden chama de *city of the world* ou *cosmopolis*: ao entender a natureza humana (a ciência do homem) deveria ser possível demonstrar que os seres humanos partilhavam uma disposição comum para partilhar uma vida política, universal e social (2013, 33). Porter associa esta característica a uma força importante que *iluminava* o mundo, onde existia uma só forma de justiça universal governada por uma lei natural (1996, 51), onde realçamos, como vimos acima, a introdução do direito natural no currículo de leis.

A liberdade foi para muitos pensadores uma característica cara e que não pode ser entendida de forma isolada, mas juntamente com a razão e a crítica. Para Pagden não é a razão o ponto principal do Iluminismo, mas sim a capacidade crítica que por sua vez envolve sempre o uso da razão (2013, 32). Munck não coloca de lado a importância da liberdade, mas esta não pode ser compreendida como uma liberdade total (2012, 442). Prova disso mesmo é o amplo papel da censura, que para Eldestein foi até um dos bastiões da causa dos filósofos, mais precisamente a censura estatal (2010, 89). O mesmo fica visível na escolha das obras usadas nas Universidades, estas foram frequentemente *adaptadas*. Voltaremos a este ponto com mais detalhe no capítulo V, mas podemos apresentar um exemplo significativo desta tendência apresentada por Edelstein. Em 1773, exige Pombal que as referências a Aristóteles e as suas obras sejam retiradas de alguns compêndios. Como resposta, foi o próprio Reitor, que tratou de

aplicar uma *profunda revisão* em obras de Heinécio e de Genovesi (Braga 1894, XXXVIII; Proença 1955, 25; Almeida 1937, I (1771-1782):76, 167 e 168).

A razão é um conceito recorrente entre vários pensadores e permanece ligada a vários temas como a religião (Munck 2012, 440). Jeremy Black liga a razão à indagação. A razão era o objeto de estudo, mas também um método. O uso da razão deveria prescindir das limitações da tradição para assim ser possível compreender o homem, a sociedade e o universo. Só assim a realidade deveria ser completamente entendida, sendo possível combinar o utilitarismo com a procura da felicidade humana (Black 1997, 258). Jonathan Israel liga a questão da religião e da razão ao Iluminismo moderado, mas também à tentativa de modernização da autoridade monárquica, aristocrática e eclesiástica – com a preponderância no Ocidente (2006, 38).

Como Derek Beales, entende no estudo da obra de Kant e outros pensadores, a relação com a religião pretendia acima de tudo contribuir para o aumento da tolerância, a redução da influência do clero e da Igreja e da sua exclusão dos assuntos seculares, afastamento do estudo da teologia e o ataque à superstição e ao fanatismo (2005, 11). Como Dijn também refere, os filósofos decretaram como alvo primordial a religião revelada e a superstição (2012, 801). A tolerância nem sempre foi central em todos os países, principalmente porque nem sempre houve uma concordância sobre esta matéria (Porter 2001, 26). Mas este aspeto manteve-se ainda no Iluminismo tardio também caracterizado pela crença na lei, liberdade e pensamento livre (idem 459).

Outro aspeto interessante e não menos importante foi a crença na modernização da sociedade, em todos os seus aspetos, e onde as Universidades deveriam ter um papel significativo com uma oferta curricular direcionada para novas profissões (capítulo III). Dijn chega mesmo a referir que o Iluminismo conseguiu alcançar um mundo mais racional e moderno, mas uma modernidade diferente daquela que foi criada pelas revoluções a partir do século XVIII (2012, 801). Neste sentido Porter tem uma afirmação bastante esclarecedora: «[o Iluminismo] rather it should be seen as a cluster of overlapping and interacting elites who shared a mission to modernize» (2001, 26).

O papel dos filósofos foi central neste processo de modernização. Ainda no século XVIII, aqueles que se debatiam com os dilemas intelectuais da época foram apelidados de *Philosophes*. Com a nova importância dada à filosofia e à sua independência, os filósofos ganharam um espaço de destaque, entenderam que eles poderiam «[...] exert a practical impact in a real world [...]» (Israel 2001, 10). Gay dá-nos uma definição bastante interessante centrando-se num grupo restrito de filósofos que denomina de *little flock*, um grupo de intelectuais que conheciam o seu trabalho e fizeram-se notar de 1720 até 1780. Estes

partilhavam a crítica às injustiças, aos problemas do antigo regime, a ideia da emancipação do homem através do conhecimento, educação e ciência, um futuro melhor, prosperidade, leis mais justas, tolerância, liberdade intelectual, entre outras ideias (Gay 1969). Para alcançar esta etapa era necessário pensar e agir de acordo com uma nova série de normas, embora estas raramente fossem autoimpostas (Eldestein 2010, 118).

Por outro lado, Pagden conclui que o Iluminismo era marcado pela preocupação com o entendimento e com a evolução histórica da mente humana (2013, 23). Diferenciava-se de outros períodos pela plena consciência que os mentores intelectuais tinham do Iluminismo como movimento e do seu lugar na história. Para além disso, os filósofos e seguidores do Iluminismo identificaram o sentido do progresso e conferiam direção ao que faziam e pensavam sem colocarem limites aos seus propósitos (idem 25).

No âmbito do pensamento filosófico do Iluminismo esteve também a querela entre antigos e modernos. Compreender este debate é especialmente importante se quisermos compreender as reformas universitárias – os recursos a estas duas expressões são evidentes em fontes como os estatutos, quando os *modernos* surgem identificados como renovadores, *virtuosos* e *sabios* defensores das ideias modernas e os *antigos* o oposto (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972).

Jonathan Israel entende que as disputas ocorridas até 1750 não foram entre tradicionalistas e modernos, nem se confinaram à esfera intelectual. O debate foi apenas o resultado da rivalidade entre moderados e radicais e o que estava em jogo era o sistema de crenças que deveria prevalecer em termos políticos, sociais, institucionais e culturais (2001, 11). Edelstein, por sua vez, centra a sua análise na questão da querela entre antigos e modernos com início na fase final do século XVII em França. Desenvolvendo-se num debate mais geral sobre a importância histórica das inovações científicas e filosóficas da *nova ciência* (2010, 5). Os modernos que venceram este debate, demonstraram que esta nova ciência com a fé no progresso não é incompatível com a admiração dos filósofos pelo *antigo* (idem 22). A narrativa que progressivamente desmantelou o que ficou da superstição da escolástica foi central para a auto-perceção dos filósofos, a sua identidade dependia da consciência do seu lugar na trajetória da história. No caso do homem do Iluminismo, tem alguma coisa de emprestado e algo de novo (idem 117).

Fleischacker entende que graças a Kant temos as tendências que definem o debate atual: o Iluminismo consiste no esforço de cada indivíduo pensar por si mesmo e não na ciência, nem no abandono da religião e nem mesmo nas políticas liberais. Por fim, a capacidade de cada um

pensar por si era a única que poderia levar mais pessoas a favorecerem a ciência, afastando-se da vigilância do clero e dos excessos do democratismo (2013, 4).

O século XVIII é visto como um tempo de mudança, mas não será correto atribuir todas estas alterações à influência do Iluminismo. Porter entende que o contrário também não pode ser generalizado, este causou mudanças claras e evidentes como aconteceu com a noção de natureza e de humanidade. Tal como a ideia de uma vida melhor, defendida pelos filósofos, que encontrou uma expressão importante nas artes, letras e na vida prática (1996, 64). O mesmo autor dá-nos uma razão simples, mas evidente. Para Porter a relação entre princípios e a prática é sempre complexa. Apesar de algumas ideias não se terem tornado reais no sentido prático, os enciclopedistas, em particular e os filósofos, em geral, acreditavam que o melhoramento da vida humana era possível e desejável. Mais ainda, era o dever da geração atual fazer do mundo um local melhor para as gerações futuras (idem 68 e 69).

Foi possível ainda assim lançar e aplicar reformas importantes. Principalmente a partir do momento em que algumas ideias passaram a ser defendidas por déspotas esclarecidos. Potenciar uma postura crítica parece ter sido um resultado não menos importante, esta postura teve uma maior preocupação com a análise da realidade e não tanto pela execução de soluções (idem 71).

O lado mais radical deste movimento não foi menos importante. Permitiu uma rejeição dos ensinamentos estandardizados sobre o ser humano impostos pela Igreja e possibilitou uma nova abordagem, mais ampla onde se inclui também a própria sociedade e a natureza. Mas um dos pontos mais importantes e também visível nas consequências das reformas universitárias, foi a secularização progressiva destas instituições (idem 2). Porter refere que neste aspeto, várias foram as mudanças práticas: fim das guerras religiosas; da perseguição religiosa; abandono do recurso à magia e astrologia; erosão do oculto; afastamento do sobrenatural (idem 72 e 73). Porter chama também à atenção para a importância da secularização enquanto paço fundamental para uma tomada de controlo dos meios de informação disponíveis (idem 74). Não muito distante está Munck, que refere que fora de França não existiu incompatibilidade com a crença religiosa e o idealismo, nem com o modelo de Estado mais adaptável e capaz de se envolver com a opinião pública no final do século XVIII (2012, 445).

O inquérito científico foi determinante para estas alterações. Mas será errado concluirmos que os cientistas do século XVIII eram avessos à religião, embora as descobertas científicas que já vinham a ocorrer tivessem minado algumas das premissas das fontes religiosas (Porter 1996, 73), obrigando a novas abordagens.

Este radicalismo ou a falta dele em alguns aspetos, é sublinhado por Fitzpatrick que defende que os iluministas tinham como preocupação dominante a melhoria e não uma reforma de raiz. O ambicioso plano de reformas (independentemente das adaptações que vem a sofrer localmente) para Eckhart Hellmuth, padeceu de uma falha estrutural que impede uma melhor concretização. Neste caso, estamos a falar de uma clara incapacidade de distinguir entre o que era importante e secundário: partiram do princípio de que deviam regular todos os aspetos da vida, mas, não tinham essa capacidade (2004, 451). Na mesma linha, Christof Dipper analisa assim a questão:

«By the eighteenth century society had reached a degree of complexity which was beyond the capacity of autocratic rulers to deal with. Many, especially large territories remained dilettantes, and their interventions often did more harm than good. Thus, despite the numerous decrees which it produced, the eighteenth-century state apparatus was concerned mainly with itself.» (1999, 207).

Apesar desta visão mais sóbria do Iluminismo o autor sublinha também alguns aspetos positivos como a produção de conhecimento em várias áreas então em plena ebulição, como foi a economia e o direito, com a prevalência do jusnaturalismo ou direito natural moderno (a que o autor chama de *Ciências de Governo* (Hellmuth 2004, 452). Este último ponto é especialmente interessante. A partir de 1727 assistimos já à criação de cadeiras ligadas ao cameralismo²², principalmente conexas à economia e à administração (Araujo Lobo 2015; Roberts 2014). Seguiram-se outros exemplos, como foi o caso dos países nórdicos (Monsen 2002; Lindenfeld 2008). A expansão desta ciência foi considerável, alcançando rapidamente vários países europeus (Lluch 1996a; 1996b)²³.

O sucesso só foi possível devido a uma aliança próxima entre académicos, escolares, docentes, filósofos, aristocratas e governantes (2010, 90 e 91).

É inegável a influência do Iluminismo enquanto promotor de mudança em várias áreas. Reformas por cumprir ou reformas impossíveis de executar, foi esta a tensão que este movimento enfrentou, mas que consegue ainda assim promover alguns progressos científicos em áreas como as ciências sociais e naturais. Mas como Dijn nos mostra, os sucessos ou insucessos na área política não serão o barómetro mais fidedigno. Isto porque como já vimos

²² Para um balanço mais recente sobre este tema ver (Nokkala e Miller 2019), mas também (Wakefield 2005).

²³ Para os contextos em estudo destacamos as seguintes obras de referencia: para Espanha ver (Lluch 1995; 1999; Lluch e Argemi 2000); para Portugal ver (Cardoso e Cunha 2012; 2011; Cunha 2011b; 2011c; 2011a).

anteriormente, os filósofos sempre viram na religião revelada e na superstição o principal alvo do seu movimento (2012, 801). Neste sentido sublinha a importância da ação na criação de um mundo mais racional e moderno. Num período em que uma elite compreendeu que o mundo podia ser mudado, o que tornou o Iluminismo importante foi a atitude e o impacto, e isto mesmo superou a lógica da coerência, da validade científica, ou da epistemologia ingénuo que também o caracterizava (Kirk 2000, 1134).

Iluminismo na Península Ibérica

A historiografia tem-se há muito debatido sobre a questão do Iluminismo ou dos Iluminismos. Atualmente parece ser todo o legado deste que está na balança, mas para esta exposição procuramos apenas realçar as linhas que de uma forma ou de outra marcaram e direcionaram/influenciaram as reformas universitárias. Mas será correto falar em mais de um Iluminismo?

Gay dá-nos um ponto de partida para esta questão: «There was only one Enlightenment» (1966, I:3). Distante desta ideia está Porter quando recorre aos filósofos para defender que estes se demonstraram bastante interessados nos problemas locais e na política dos seus países. Desta forma, o autor conclui que era impossível que todos demonstrassem as mesmas preocupações e prioridades. O que nos demonstra é que realidades distintas se debatiam com problemas diferenciados. Os defensores do Iluminismo procuraram dar atenção às questões com que as suas sociedades se debatiam, desenvolvendo assim *enlightened solutions* a partir dos seus próprios valores culturais (1996, 52).

Para Pagden, devemos de facto falar em *Enlightenments* concordando com Pocock (1999a, 1999b, 2008). Para o primeiro nenhum grupo tão heterogéneo poderia concordar em tudo, falar com a mesma voz ou manifestar uma postura intelectual comum (Pagden 2013, 22). Fitzpatrick não se afasta desta ideia, mas relembra que apesar de existirem diferenças, muitos dos aspetos deste movimento não deixaram de ser vistos como um empreendimento coletivo (2004b, 422). De certa forma, Edelstein que discorda de John Pocock, defende que os Iluminismos se deveram a uma incompreensão do estatuto epistemológico do Iluminismo, que nunca foi uma soma das partes, mas agregou ideias, ações e eventos (Edelstein 2010, 12 e 13). E forneceu uma matriz onde estas ideias, ações e eventos ganham novo significado (portanto, não muito longe da ideia de Fitzpatrick). Partilhar a mesma matriz como parece ter acontecido, pode levar à partilha das mesmas ideias, mas não implica que tenha existido uma aplicação semelhante: contextos diversos podem ter levado a atuações distintas. Não nos podemos

esquecer que o pluralismo foi uma das características que definiu o Iluminismo, o que pode ajudar a compreender estas diferenças.

Como Hellmuth referiu, e como temos vindo a demonstrar, a ideia de um só Iluminismo já não é amplamente aceite (2004, 442) o que nos permite partir para a compreensão do Iluminismo na Península Ibérica. Desta forma, podemos perguntar como se distinguiu este movimento em Portugal e na Espanha?

Para o caso espanhol partimos da perspetiva de Francisco Sánchez-Blanco que se afasta da ideia de que em Espanha não teria existido um pensamento ilustrado *autóctono* (1997, 54). Este segue a sua linha evolutiva própria e caminhou em «[...] dirección a la Constitución de Cádiz [...] en contra del despotismo y del absolutismo así como en favor de las libertades y derechos individuales.» (15). Fernando Alvarez-Uría na mesma linha, entende que para o caso espanhol temos um modelo submetido «[...] a la tutela real en el que los valores dominantes importados del exterior se orquestaban en nonbre de la utilidade, la riqueza y la felicidad pública.» (1988, 348–49).

O Iluminismo em Portugal²⁴ fica maioritariamente marcado pela pluralidade e não pela unidade apesar de ter existido alguma concordância em certas matérias (Araújo 2003, 15–17)²⁵. Moral, política e religião (entre outros aspetos) poderiam ter algum consenso, mas a partir do momento em que abandonamos alguns autores ligados ao Iluminismo Católico, assistimos a uma ausência de *originalidade teórica* e a *expressivas variações de conteúdo e de linguagem*. Analisando com mais pormenor o pensamento da autora, leva-nos para o afastamento de Verney enquanto figura central do movimento reformador. Qual a causa da *dispersão das luzes*? Para além de qualquer influência específica (por exemplo, a italiana), parece ter resultado de diferenças dos vários percursos intelectuais realizados dentro de uma cultura cosmopolita (idem 17).

Antonio Domínguez Ortiz, para o caso espanhol, mostra-nos também uma realidade algo idêntica e conflituosa quando realça o Iluminismo como um movimento intelectual – apesar do seu alcance político e social. Dentro desta lógica, em Espanha assistimos à tentativa de alcançar um compromisso algumas vezes difícil, «[...] nuestros ilustrados trataron de mantener la compatibilidad secular entre la libre especulación y las verdades reveladas, y en esta empresa contaron con la adhesión de la porción más ilustrada del clero.» (1988, 161). Aproveitamos assim a ideia do autor para entrarmos num dos pontos chave das reformas que

²⁴ Ver também (L. A. de O. Ramos 1979; Pereira 2005; 2017).

²⁵ Iremos recorrer com frequência ao pensamento da autora, mas destacamos também (Gomes 1982; Braga 1898; Marcadé 1982; Maxwell 1995; Moncada 1925; Miller 1978; Dias 1983; 1984; 1952).

aqui analisamos: o Iluminismo Católico, que com algumas diferenças foi o fundo que influenciou estas reformas. Esta tentativa de compatibilização foi também identificada para o caso português. A adoção de ideias novas procurou obedecer a uma lógica onde o limite era a própria razão e a religião²⁶. Paradoxal? Sim, visível em outras áreas onde se estabeleceu o absolutismo esclarecido, e incapaz de resolver a sua contradição: «[...] fazer da crítica o fundamento da modernidade e, sob os auspícios da ideia de progresso, manter amarrada a razão à tradição.» (Araújo 2014, 21)²⁷.

A historiografia espanhola apresenta-nos uma visão bipartida deste movimento, onde o reinado de Carlos III é já o segundo momento. Da fase *novatora*²⁸ entramos então na fase *filosófica* (Domínguez Ortiz 1988, 179). Nesta segunda fase em pleno «[...] esplendor del reformismo borbónico [...]» (Francisco Fuentes 1988, 13–23) entramos num processo de reforma mais acelerado. Segundo o autor temos três grandes etapas, 1) reinado de Fernando VI e os primeiros anos de Carlos III (com reformas lentas), 2) a partir de 1766 (do motim de Esquilache) e, por fim, 3) seguiu-se um renascimento reformista que foi simultâneo com a crise do despotismo ilustrado (23)²⁹. Agustín Escolano usa expressões distintas, mas mantém esta divisão³⁰.

Uma divisão semelhante pode ser aplicada ao caso português (Araújo 2003, 18–19). Nos anos de 1750 e 1760 assistimos a um ponto de viragem no acolhimento de variadas correntes de pensamento vindas da Europa, com consequências nas duas décadas seguintes. Nesta fase temos a reforma da Universidade, a expansão do enciclopedismo (francês) mas também confrontos entre diversas visões ilustradas. Simultaneamente, segundo a autora foram criadas condições para a circulação de ideias como a aceitação do progresso ou a crença na perfeição da espécie humana. Ainda quanto a periodização, destacamos a nova visão sobre o reinado de D. Maria I e a oposição a ideia de retrocesso que nos pode ajudar a compreender a evolução do pensamento iluminista plural português para lá do período pombalino, «[...] a intensidade e o ritmo das propostas de reforma cultural e social nascidas na sociedade civil revelam, ao

²⁶ «Submetendo o múnus das verdades da fé ao culto da razão soberana, a filosofia cultural do pombalismo assimila o racionalismo crítico de base científica ao catolicismo, modernizando, ao mesmo tempo, a escola e a Igreja.» (Araújo 2014, 19). O próprio Reitor a época, manifesta-se positivamente a favor desta premissa, ressaltando a liberdade de pensar, mas também os seus limites, portanto, da «[...] razão e da religião.» (Lemos 1980, 213).

²⁷ Veja-se este debate sobre a conciliação das novas ideias e a sua base tradicional na área do direito (Costa 1982; Marcos 1990).

²⁸ Para esta questão, ver principalmente (Mestre 1976; López 1976; Sánchez-Blanco Parody 1991, 28–42; Ruiz Torres 2008, 5, Reformismo e Ilustración:425–526).

²⁹ Tal como Domínguez Ortiz, entende-o como um processo atribulado, com vários recuos e avanços (Domínguez Ortiz 1990, 495).

³⁰ Uma primeira fase recetiva e critica e uma segunda, com Carlos III, mais ativa e reformista (Escolano 1988, 389).

contrário do que se tem pretendido fazer crer, o reduzido alcance das estratégias de modernização ensaiadas pela monarquia absoluta [...]» (idem 18). Mas qual a sua base de apoio?

Para o caso espanhol estamos a falar principalmente de aristocratas e eclesiásticos «[...] la base social de la Ilustración española la proporcionan los grupos y clases dirigentes del Antiguo Régimen [...]» (Francisco Fuentes 1988, 20). Ou de uma forma mais genérica, intelectuais que se situavam numa classe media alta, portanto numa posição privilegiada para explorar novas ideias (Alvarez-Uría 1988, 348). Estes eram regalistas e manifestavam uma visão racionalista do progresso com uma vontade clara de secularizar a atividade governamental e endurecer o processo de estatização (Moreno González 1988, 397). No caso português foi um movimento assumido por intelectuais que passaram parte considerável da sua vida em países além-fronteiras, com uma perspetiva onde viam a cultura portuguesa como ortodoxa e conservadora (Torgal 1988, 63), mas não reflete o esforço de modernização cultural das elites governamentais e diplomáticas. Estes grupos reformistas, de extração nobiliárquica e clerical, tal como em Espanha, tinham um forte cunho regalista e procuravam também aproximar Portugal do padrão de reformas em voga na Europa.

Domínguez Ortiz (1988, 179–84) mostra-nos que os intelectuais espanhóis *beben* das mesmas fontes que os seus homólogos europeus. Mas o fundo absolutista e religioso concedeu um resultado distinto, «España parte de una tradición cultural distinta, conformada por los planteamientos políticos de la monarquía, de la Iglesia y de los estamentos [...] Hay, sí grupos com afinidades regionales o solidaridad gremiales [...] pero no una doctrina que arrastre tras de sí a los intelectuales.». A diferença esteve, pois, na ausência de uma personalidade cimeira capaz de integrar as várias variantes deste movimento («La Ilustración es un proceso huérfano de figuras destacadas»). Estes grupos distintos já faziam parte da realidade intelectual e cultural espanhola antes do reinado de Carlos III. Desses *novatores* passamos (com Carlos III) para os *filósofos*³¹. Este novo grupo caracterizou-se pela crítica à tradição moral e política e «Son desde luego, hijos de la renovación científica de la primera mitad del siglo, pero ahora observan el mundo social de los humanos.». Já os ilustrados portugueses eram caracterizados pela crença na lógica natural, na razão natural e no método como um caminho para alcançar a verdade (Calafate 2001, III, As Luzes:219; Araújo 2003, 31).

³¹ «En comparación con el movimiento novator, la “filosofía” tiene la desventaja de carecer de un soporte institucional como fueron las academias. Además, entre los “filósofos” hispanos falta la unanimidad o el espíritu de grupo. No cuentan con figuras destacadas comparables a las de Feijoo y Mayans, ni disponen de cátedras o personalidades en torno a las cuales agruparse.»

Os *ilustrados ibéricos* por sua vez, não deixaram também de demonstrar uma certa ambiguidade. Não deixavam de ver-se a si mesmos como ilustrados, embora também se declarassem contra a filosofia das luzes em alguns dos seus aspetos. Definitivamente amarrados ao passado, procuraram apenas reformas em aspetos concretos («Se creen modernos por hacer algunas reparaciones cosméticas a la sociedad española, pero no quieren modificar de ningún modo la estructura heredada del pasado.» (Sánchez-Blanco 2002, 78). Campomanes, Ministro de Carlos III é um exemplo esclarecedor. Por sua vez, para o caso português mantemos a ideia de conciliação visível na questão dos *antigos vs. modernos* (capazes de aceitar a ideia de ciência e de progresso, não se afastavam de estruturas do passado (Araújo 2003, 18), mantendo assim uma tensão entre o passado e o futuro ou entre o velho e o novo).

Tal como no resto da Europa as reformas que se pretendiam implementar tinham no sistema de ensino o seu aliado principal – pelo menos, a isso almejavam os reformadores³². Nesse sentido, pretendia-se que o controlo sobre o sistema de ensino fosse total³³. Em Espanha esta reforma horizontal procurou obedecer a normas já identificáveis: «[...] una relogiosidad ilustrada, exenta de supersticiones; amor a la nación, obediência a su representante, el Soberano, y a las leyes civiles; concepto de *servicio*, que a veces hizo degenerar los ideales culturales hacia un chato utilitarismo.» (Domínguez Ortiz 1988, 161). No seio dos reformadores espanhóis permanece uma incerteza latente nas Universidades espanholas³⁴, esta ideia fora plasmada por Olavide na sua desconfiança dos teólogos: «[...] la nueva Universidad debería secularizarse y formar hombres útiles al Estado [...] En general pretende reducir substancialmente el carácter clerical de las Universidades» (Domínguez Ortiz 1988, 107). Para além disso, a nova Universidade mantinha a sua missão secular de formar quadros para o Estado, mas agora teria que aliar um determinado grau de modernização («[...] com la que se pretende conseguir una Universidad más moderna y eficaz, en condiciones de formar adecuadamente a los funcionarios de élite de un Estado cada vez más burocratizado [...]») (Francisco Fuentes 1988, 16). Outro exemplo deste tipo de mentalidade foi o fenómeno da criação das Sociedades Económicas (de amigos do país), com uma maior importância em Espanha. Essas instituições foram criadas como um estímulo ao desenvolvimento económico (idem, 20) e intelectual espanhol, onde Campomanes foi uma figura central no apoio a sua criação. Por sua vez, o aumento no número destas instituições como Antonio Moreno González refere, deveu-se às dificuldades e

³² Ver (Roggero 1999).

³³ E também utópico. Esta visão, principalmente em relação ao sistema de ensino, foi já analisada, ver (Vico Monteoliva 1988).

³⁴ Por outro lado, da perspectiva das instituições, o *profundizar en el regalismo* foi difícil de aceitar (Alvarez de Morales 1988, 470–71).

resistências demonstradas na reforma universitária espanhola (1988, 417–18). A partir de 1765, vamos encontrar cerca de meia centena destas instituições na Espanha continental³⁵, e depois de 1780 novas criações no espaço colonial.

Em Portugal, o controlo do ensino pelo Estado começou por projetar-se sob influência do jusnaturalismo e dos exemplos de outros Estados europeus, e caracterizou-se por uma abordagem secularizadora do ensino iniciada na década de 50 (Araújo 2003, 51–54). Para além de controlar, o objetivo era *infundir* através de um projeto de educação, a ideia de que a instrução era fundamental para alcançar o bem comum e a felicidade pública. No caso português esta ideia foi levada a um ponto extremo, devido à intervenção do poder político na esfera educativa. Se em Espanha se pretendia um modelo de ensino para todo o território (e se falarmos em termos de Universidades, Salamanca foi o epicentro desta ideia até praticamente ao período Liberal) o mesmo aconteceu em Portugal. Neste último caso, o modelo caracterizou-se, no plano político, pelo regalismo e pelo anticongreganismo e, no plano cultural, pela abertura à modernização filosófica, pedagógica e científica do ensino, sobretudo no campo do ensino universitário³⁶. O crescente interesse pelas ciências naturais e do próprio direito natural foi peça central nesta lógica reformista de engrandecimento de poder.

O novo pensamento económico foi um aliado próximo dos ilustrados espanhóis – a meu ver, peça fundamental para entendermos as alterações curriculares nas ciências exatas³⁷. Fuentes entende mesmo que no epicentro das reformas ilustradas estavam duas ideias chave: fomento da agricultura e o fortalecimento do poder da monarquia. No seu aspeto mais político caracterizou-se pela ambiguidade (da necessidade de renovação e a impossibilidade de o fazer)³⁸. Esta posição ambígua parece ter destinado este movimento ao fracasso por duas razões de ordem maior. Em primeiro lugar porque as reformas foram impostas de forma vertical (de cima para baixo) pelas classes dominantes com uma maior inclinação para segurar as velhas estruturas e apoiar apenas uma inovação controlada e, em segundo, a apatia da burguesia em relação as novas instituições (como as Sociedades Económicas). Já em termos económicos a monarquia espanhola procurou ser descentralizadora «[...] y liberal en sus grandes iniciativas

³⁵ Ver (Schafer 1958; Aleixandre Tena 1983; Anes 1969; J. Demerson e Demerson 1978; P. de Demerson, Demerson, e Aguilar Piñal 1974; García Ruipérez 1988; Piqueras 1992; Sarrailh 1988; *IV Encuentro de Reales Sociedades Económicas de Amigos del País de España y América* 2007), para o espaço colonial, como exemplo ver (Álvarez Cuartero 2000).

³⁶ Para exemplos mais concretos ver (Araújo 2003, 54 e ss.).

³⁷ «Las relaciones económicas deben reflejar lo más exactamente posible el orden natural» (Domínguez Ortiz 1988, 175).

³⁸ «[...] la Ilustración española encontro en sí misma sus propios límites.». Isto porque «[...] Monarquía, Inquisición, orden estamental y régimen señorial eran instituciones inalterables desde los postulados del reformismo ilustrado, por lo menos, del reformismo oficial.» (Francisco Fuentes 1988, 22; Gil Novales 1986, 57).

económicas, inspiradas generalmente en el pensamiento fisiocrático y dirigidas en su mayor parte a la liberalización del comercio [...]» (Francisco Fuentes 1988, 16–20).

Escolano suporta esta ideia chamando a atenção para um pensamento ilustrado que atuava em três frentes: economia, técnica e educação. Através desta união constatamos o *link* perfeito entre a importância da economia e do ensino, impulsionada pela necessidade de fomento através de novas matérias (1988, 375–76)³⁹.

Mas no espaço ibérico assistimos também a um outro movimento (indissociável deste) e que podemos entender através da sua base católica que marcou estas reformas universitárias, falamos, obviamente, do Iluminismo Católico, nos termos em que Ulrich Lehner (2010) discute o problema.

Manifestou-se durante o século XVIII partilhando algumas características do Iluminismo secular, mas com limitações. Baseado em instituições eclesiásticas e na revelação divina de um Deus pessoal, era incapaz de abdicar da sua essência (Miller 1978, 1–2). Como Mário Rosa evidenciou, ficou marcado por algumas contradições e tensões, apesar disso pretendia associar a razão a uma defesa intransigente da fé (2002). Almejava mostrar que o catolicismo pode ser apelativo para a elite política e para o mundo académico. Mais do que isso, pretendiam tornar evidente a sua compatibilidade com a racionalidade, as novas teorias económicas, a própria ciência e as mudanças constitucionais (Lehner 2010, 3; Costa 2003). Para além desta posição, Lehner identificou algumas ideias centrais da ilustração católica. Falamos assim do ecletismo que, no seu conjunto, representava um pensamento independente, pragmático e sem conclusões prescritas. Nos seus enunciados doutrinários, o ecletismo comportava também a ideia de perfeitibilidade orgânica das estruturas e organizações herdadas do passado. Os seus adversários foram o dogmatismo, os *dark concepts*, o preconceito, a superstição e o entusiasmo subjetivista. Esta posição resultava do próprio entendimento que os ilustrados católicos faziam de si mesmo, eram reformadores, mas não revolucionários, pretendiam apenas abolir certas estruturas (Lehner 2020, 14-16). Ainda sobre a posição destes pensadores destacamos (veja-se o pensamento do Reitor da Universidade de Coimbra, Francisco de Lemos, simultaneamente Bispo de Coimbra, sobre a interferência papal) a oposição ao despotismo papal ou episcopal, embora combatessem principalmente o atraso de estruturas teológicas e eclesiásticas.

³⁹ A análise do autor centra-se no vocabulário (fomento, educação técnica, etc.) usado por personagens centrais do movimento ilustrado, intrinsecamente ligadas a ideia de progresso. Para este tipo de abordagem, ver também (Moreno González 1988; León Tello 1980).

Mais uma vez, destacamos a ambivalência deste amplo e complexo movimento. Dinâmico, sem dúvida, cosmopolita e simultaneamente patriótico, mas também tão radical quanto conservador (idem 38-39)⁴⁰. Estes traços, presentes no universo cultural setecentista, iluminam o sentido e a orientação das reformas que aqui estudamos.

Para o caso português que em acordo com Luís Moncada, Ana Cristina Araújo liga através do pensamento de Verney ao Iluminismo católico italiano (através de Muratori e Genovesi) (2003, 17). Evergton Souza (2010) realça linhas semelhantes, mas também um ponto importante, o sentimento anti-jesuita, não como traço fundamental, mas como parte importante do sistema de crenças deste movimento. A partir de 1750 os governantes nacionais dirigiram muito dos seus esforços para grupos/indivíduos religiosos com claras tendências reformistas que apoiavam ações regalistas (Castro 1987; Santos 2007; 1982) e a política antijesuítica do poder central. Nos reinados de D. José e de Dona Maria, o regalismo, associado ao antijesuitismo, passa a ser uma faceta visível na maioria dos apoiantes do Iluminismo Católico em Portugal.

Tal como vimos para a realidade portuguesa, Souza (2010) concorda com a pluralidade, mas como um todo global, capaz de agregar linhas distintas. A sua unidade era visível na sua atitude crítica e racional em relação ao mundo religioso, nos avanços em várias áreas e, não menos importante, na reforma metodológica introduzida pela erudição. A reforma da fé era o que ligava diversos pensadores daí o seu espírito reformista. Souza entende que a partir da década de 50 podemos caracterizar este movimento da seguinte forma: antijesuita, antiultramontano, antiescolástico e anti-probabilístico. Regalista do ponto de vista eclesiológico e histórico em termos canónicos e teológicos (397). Na década seguinte assistimos também a uma aceitação *controlada* das ideias jansenistas. Muito diferente do seu homólogo espanhol?

Na análise de Andrea Smidt (2010), temos mais uma vez a existência simultânea destes movimentos e, tal como em Portugal, o apoio do poder central (com Carlos III, passamos a ter uma abordagem mais jansenista). Se em Portugal temos uma forte ligação italiana, em Espanha a elite espanhola adaptou a «[...] French encyclopedic and physiocratic ideas regarding science and economic progress in a way that accepted, or at least worked around, the strong Catholic features of the Spanish landscape [...]» (idem 405).

A adoção do Iluminismo Católico permitiu assim que personalidades e mesmo instituições espanholas mantivessem (se não reforçassem) a sua identidade católica («[...] the

⁴⁰ Lehner deixa-nos vários autores que marcaram este movimento, citando apenas alguns, Locke, Pufendorf, Wolf. Não será coincidência, como veremos nos capítulos seguintes, que muitas das obras adotadas para as aulas identifiquemos estes mesmos autores.

Spanish Enlightenment is more Catholic than the standard image associated with France [...]» (idem 403).

O apoio do poder central a este movimento prendeu-se por razões bem conhecidas, como a faceta reformadora (e não revolucionária) do movimento, a ideia de progresso, o interesse na promoção da ciência e no aumento da produtividade económica através de um programa regalista e centralista, por sua vez apoiado por pensadores deste movimento. Como a autora fez notar, o Iluminismo católico durante o reinado dos Bourbon foi:

«[...] although “Gallican” in inspiration and friendly to Jansenism, was ultimately separate from and subservient to an enlightened program of economic progress and luxury that better empowered Enlightened Despotism in the 18th century and that in theory would have been better accommodated by the Jesuitical side of Catholic Enlightenment with its optimism regarding human nature and disposition towards moral laxism.» (idem 437).

As mudanças ocorridas entre as décadas de 1740 e 1760 abriram uma brecha no movimento ilustrado católico espanhol, «[...] as friction increased between representatives of opposite ends of the Catholic theological and ecclesiological spectrum.»⁴¹. Este movimento alcançou também progressos consideráveis como a aceitação da medicina e da ciência moderna, promoção de formas internas e individuais de piedade, criação de vários lugares de ensino laicos e religiosos, reforma de Seminários e de Universidades, entre outros. Mais ainda, o movimento espanhol teve impacto e transformou a congénere dinâmica das Luzes no espaço europeu:

«In the end, the relative success of Enlightenment to open up Spain to European culture contributed to the splintering of *the* Catholic Enlightenment in the second half of the 18th century, as Spain imported the intra-Catholic divisions of other countries and created its own splits in the process.» (Smidt 2010, 423).

De uma forma geral, e aqui destacamos principalmente o seu fundo cristão, concordamos com Araújo e, para além disso, generalizamos de forma consciente para o caso espanhol a ideia de que as reformas universitárias em estudo e também, de modo mais amplo, a totalidade dos sistemas de ensino destinavam-se a «[...] instaurar a crença numa ordem universal de valores que compatibilizasse o progresso do género humano, no respeito pela

⁴¹ Com a década de 1750 ainda assistimos também à generalização da ideia do renascimento nacional, em várias das suas facetas, onde a renovação religiosa era parte fundamental (idem 423).

matriz cristã, com a finalidade técnica decorrente da utilidade social da ciência.» (Araújo 2014, 16).

O saber natural e as Universidades

Como atrás subescrevi, algumas Universidades europeias reformaram os seus planos de estudo na época do iluminismo. Na disseminação da nova ciência, as Universidades asseguraram aos filósofos e homens de ciência uma outra audiência, a dos académicos, capazes de compreender o que estes diziam e faziam. Muitos seriam até os alunos e docentes que começaram por rejeitar os escritos dos filósofos, mas que, lentamente, acabaram por assimilar o sentido literário dos progressos científicos. De certo modo, as Universidades, ao reformarem os seus programas de estudo, promoveram a filosofia cartesiana e a física newtoniana, ajudando a validar os pensadores ilustrados (Edelstein 2010, 87).

No campo das reformas Universitárias, e Coimbra e Salamanca não foram exceção embora em graus distintos, um dos aspetos que mais está ligado ao Iluminismo é a introdução sistemática da observação como etapa inicial do método experimental e enquanto procedimento prévio de conhecimento da natureza e da ordem natural. Desta forma, no século XVIII, a natureza ganha espaço nos currículos universitários e fica intrinsecamente ligada a disciplinas ou matérias que dependem do uso do saber natural.

Na organização das matérias filosóficas o recurso à natureza permitiu validar «[...] referências à origem, fundamento, essência, princípio, universalidade, ordem, necessidade e finalidade.» (Calafate 1994, 15) da própria razão.

Ernst Cassirer entende que a partir do século XVII a definição de natureza é consideravelmente expandida (1992, 65–130). A *mundivisão* medieval desaparece, a intuição (só por si) mostra-se incapaz de entender a realidade e simultaneamente o espaço e tempo ampliam-se e a multiplicidade de mundos torna-se evidente. Esta nova visão caracteriza-se pela tentativa de uma nova relação entre a sensibilidade e o entendimento, ou entre a experiência e o pensamento, mas, pelas palavras do autor, entre o *mundus sensibilis* e o *mundus intelligibilis*. Conjuntamente apelava-se já a um conhecimento natural: «[...] do Estado, até da religião e das suas verdades fundamentais, pois os limites do conhecimento natural não são determinados por seu objeto, mas por sua origem.». Desta forma, a natureza situava-se no campo do *Lumen naturale*, ou seja, tudo o que é compreendido e demonstrado através das faculdades naturais do conhecimento. A pertinência do estudo da natureza decorre da amplitude das questões filosóficas relacionadas com o ordenamento natural e com a razão natural.

O saber natural⁴² acaba então por se desenvolver em dois sentidos ao longo deste século: o conhecimento dos seres que compõem o mundo natural e as forças atuantes na natureza (neste ponto falamos também das questões do direito natural, que expomos mais a frente).

Até ao século XVIII, recolher descrever e classificar foi o ponto central desta área de conhecimento, e foi só a partir da Revolução Científica que a observação e a demonstração da natureza passaram a requerer a realização de experiências de fenómenos observáveis (Browne 2003, 559). Neste aspeto, a filosofia natural continua a ser uma das matérias que melhor explica a nova relação com a ideia de natureza. Ainda no século XVII, antes mesmo das várias disciplinas que englobaram a história natural se autonomizarem, esta procurou sempre ser uma descrição (*an account*) da própria natureza (idem 561). Desta forma, a história natural que se afirmou como uma realidade bastante presente em variados aspetos da sociedade, acaba por levar o saber natural a diversos espaços e com etapas evolutivas distintas⁴³.

Ainda sobre a mudança ocorrida no século XVII, Peter Burke sublinha que até esta época a ligação entre natureza e sociedade pautava-se por uma retórica baseada em argumentos de correspondência circulares. De uma forma mais simples, acordos sociais eram projetados na realidade natural, e por sua vez esta natureza socializada era invocada como legitimadora da sociedade (*naturalizing*) (1997, 120).

A profunda mudança no modo de compreender a natureza parte da matriz de conhecimento das luzes e representa uma demonstração da independência da natureza física face à autonomia do entendimento humano. Esta dualidade mostra-nos que a essência da natureza pode ser penetrada pelo entendimento e materializar-se em princípios acessíveis a este. Duas disciplinas destacaram-se nesta evolução da ideia de natureza, a matemática e a física. A par delas, outras disciplinas acabam por também ganhar relevância. Como o caso da botânica e da química na Universidade de Coimbra, matérias que durante o período em estudo vão ganhando cada vez mais relevância.

Generaliza-se a ideia de que «[...] ideal social order must mirror the natural.» (Spary 2000, 9). E sendo a natureza o ponto de convergência da razão, não dispensa o recurso à matemática que se tornou para os defensores da filosofia mecanicista natural, a «[...] privileged language of natural philosophy [...]» e, mais importante, «[...] assumed to be its ideal form of exposition.» (Reill 2008, 27).

⁴² Para um balanço historiográfico sobre o tema natureza/sociedade, ver (Burke 1997).

⁴³ Para esta abordagem ver os seguintes trabalhos da obra *Cultures of natural history* (Ashworth Jr. 1996; Findlen 1996; Whitaker 1996; Cook 1996; Johns 1996; Roche 1996; Koerner 1996; E. Spary 1996; Guntau 1996; Outram 1996; Drouin e Bensaude-Vincent 1996).

Tem assim razão Cassirer quando refere que esta passagem da matemática para a física foi uma etapa decisiva e, mais tarde, continua a sua progressão, mas para a biologia. Com esta, «Já não se trata agora de transformar a realidade intuitiva [...] é preciso, pelo contrário, conservar-lhe a forma própria e específica [...] E essa construção lógica dos conceitos de classes e de espécies, graças à qual buscamos geralmente conhecimento da natureza» (Cassirer 1992, 112). Assim, as ciências naturais ganham aqui uma importância evidente (Cardoso 2004, 12) onde se sobressaiu Buffon, a título de exemplo.

Os processos naturais regiam-se «[...] under the rubric of a few simple, all-encompassing laws.» (Reill 2008, 31). Em primeiro lugar existia uma substância ou matéria imutável, mas as disposições eram as realidades que apareciam à nossa sensibilidade e eram as suas qualidades secundárias. Em segundo lugar, existiam leis que definiam estas mudanças. Matéria e leis naturais eram os objetos imutáveis da ciência natural (Collingwood 1960, 11). Por outro lado, o interesse pela história natural (Findlen 2006; 1996; Browne 2003), acabou por se generalizar e foi fundamental no desenvolvimento de conhecimentos ligados à evolução humana (Cardoso 2004, 13; Spary 1999, 255). Neste cenário, o peso da observação passou a ser um dado decisivo ganhando importância também na análise do mundo natural (Charlton 1984, 71; Cardoso 2004, 13).

Estas mudanças não foram estranhas à realidade universitária, veja-se o Livro III dos estatutos da Universidade de Coimbra de 1772. William Wallace dá-nos um breve balanço das disciplinas que tinham vindo a estudar a natureza até ao século XVIII (2008, 201–34). No topo temos então a disciplina de filosofia natural. Ensinada desde bem cedo, mantém-se até tarde nos currículos universitários e, de certa forma, a sua evolução caracterizava-se assim: «[...] a continuum to a series of discrete jumps [...]». Esta matéria ficou marcada pela conceção essencialista de Aristóteles, embora os comentários posteriores a obra do autor grego acabassem por ser incorporados nessas lições. Abrangia um vasto número de saberes e acaba por ver o seu conteúdo alterado em conformidade com o contexto onde se inseria.

O desenvolvimento da cadeira de filosofia natural é bastante complexo e acaba por refletir também as asserções e mudanças na forma como a natureza era entendida. No final do século XVII este saber, para além do mundo natural, passou também a ocupar-se da razão humana. A sua maior falha (a ausência de uma componente prática) acaba por ser suplementada com o desenvolvimento de várias matérias adjacentes. Levando Wallace a concluir que, a «[...] natural philosophy may be regarded as the parent of modern scientific disciplines» (2008, 213). Fala o autor de um vasto número de matérias como a astronomia, ciências atmosféricas, física

e química, meteorologia, geologia, biologia, psicologia comparada, botânica, zoologia e a mineralogia.

Esta abundância e riqueza de disciplinas muito característica da filosofia natural, beneficia ainda durante o renascimento de uma visão tripartida: 1) especulativa, ligada à metafísica, matemática e física, 2) ativa, dirigida às ações do homem, onde entra a ética, economia, política, 3) factiva ou construtiva, ou até mecânica, dividia-se em artes (disciplinas essenciais para a vida humana, agricultura, por exemplo), disciplinas úteis (navegação), e outras que proporcionavam prazer (música) (Wallace 2008, 210).

Os estatutos de Coimbra e Salamanca, surgem como uma resposta a uma visão da natureza cada vez mais complexa e que só podia ser devidamente entendida por diversas abordagens de cariz empírico. Para além disso, e como vários autores já o destacaram, o estudo da natureza era indissociável do crescente interesse económico, e isso também foi visível nas fontes relacionadas com a realidade universitária. Essa ideia será aprofundada ao longo deste trabalho, mas destacamos, desde já, a riqueza de informações que os Estatutos de 1772 de Coimbra e os de 1820 de Salamanca nos reservam.

A história natural tem aqui um papel determinante e quanto a esta disciplina, o seu objetivo principal era mesmo proporcionar conhecimentos amplos sobre as várias formas de exploração dos produtos naturais (medicina, filosofia e matemática, são o epicentro dessa lógica). Portanto, o *usefulness* que Cardoso já nos mostrou, e que nesta perspetiva ganha uma importância central, está intrinsecamente ligado à aplicação de diversos campos do conhecimento (2004, 14). Os avanços científicos realizados dentro da disciplina de história natural tinham um objetivo claro: o melhoramento físico e social das condições da população (idem 15; Spary 1999, 179).

Esta ideia está bem patente na mente dos reformadores (castelhanos e portugueses), que não viam as reformas universitárias como um objetivo final em si mesmo, mas, como um projeto mais amplo, onde o produto final deveria ser a transformação/modernização da sociedade. Assim, valorizaram-se matérias como o direito natural e das gentes, física experimental, astronomia, história natural e botânica, química, filosofia moral, zoologia e mineralogia.

A componente económica ganha uma força fundamental, «[...] the close relationship between the natural order and the economic order, which leads us to the conclusion that one could not exist without the order. » (Cardoso 2004, 15). No caso que aqui analisamos, optou-se por colocar a instituição (Universidade) com os seus agentes (docentes) na preparação de uma reposta às necessidades da sociedade. Este aspeto económico (para a questão da fisiocracia

ver Escartín e Velasco Morente 2009; Lluch 1996), foi bastante importante nestas reformas. Emma Spary (destacando o papel da história natural) defende que existiu uma ligação entre esta disciplina e a gestão do comércio e das finanças. Dentro desta lógica, estava também a ideia de crescimento defendida por Monarcas e Ministros e que levou a que muitos naturalistas ocupassem lugares de influência durante o século XVIII conduzindo, em certa medida, a uma ciência «[...] of the natural economy [...]» (Spary 2000, 13). Ainda dentro desta lógica está Lars Herlitz, quando defende que a fisiocracia nada mais é do que: «[...] rule of nature [...]» (1997, 163; Schaffer 1997).

Neste sentido, destacamos a ação e pensamento de um dos lentes que mais atenção tem merecido dos historiadores, Domingos Vandelli. Correspondeu-se abundantemente com o reconhecido Carlos Linneu mas como José Luís Cardoso já nos mostrou, o italiano tinha objetivos claros: «[...] proceder a um inventário rigoroso e sistemático de recursos e matérias-primas minerais, vegetais e animais, tendo em vista a sua exploração ou utilização económica.» (2002, 101). Não será de surpreender que este se tenha tornado o primeiro lente de história natural logo após a sua criação em 1772, onde as ideias de Vandelli *casavam* na plenitude com o conteúdo e objetivos desta cadeira. Portanto, não é de estranhar que «[...] a atividade do naturalista (seja) equiparada a uma profissão distinta, digna de formação superior, nos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772.» (Araújo 2017, 90).

O estudo da natureza também se manifestou na esfera legal, neste caso, em relação às leis naturais. Como Herlitz refere, «The Natural Order was the basis and principle of Natural Right and Natural Law.» (1997, 171). Sánchez-Blanco (destacando vários pensadores da época, especialmente Grotius) entende que o direito natural conformava razão e natureza, e que sendo extensivo ao individuo em estado natural e à sociedade, não resultava de qualquer tratado assinado pelo soberano. Portanto, era natural porque: «Se trata de la “naturaleza de las cosas” en un sentido si se quiere racional [...]» (2002, 194). Já para Knud Haakonssen, as teorias do direito natural desenvolvidas com o protestantismo e por Hugo Grotius foram fundamentais para o desenvolvimento da filosofia moral do século XVIII (Haakonssen 1996, 1)⁴⁴.

Nesta linha, a ilustração alargou o entendimento prático do jusnaturalismo que, no plano civil foi:

«[...] fortaleciendo la confianza en su [homem] naturaleza racional que le permitia aventurarse en cualquier tipo de saber y aplicarlo sin reparos a las actividades mundanas como la industria,

⁴⁴ Sobre este tema ver também (Bayertz 1997).

el comercio o el derecho natural e de gentes [...] según el programa ilustrado, la generación de nuevos recursos, materiales, formativos y legales, en una nueva sociedad [...] donde la condición de ciudadano tuviera significación en sí misma, com derechos y deberes por todos.» (Moreno González 1988, 396).

A procura pelas leis naturais teve um impacto assinalável e a mudança nos currículos não se fez esperar (embora, como já aconteceu com a filosofia natural, o direito natural já estaria a ser lecionado anteriormente em algumas Universidades europeias). O direito natural assentava na ideia de que «[...] exists a system of natural law made up universally accepted and applicable rules and norms, resulting from the attributes of human nature and the needs of the collective social organism.». Nesta linha de pensamento marcadamente ilustrada, entendia-se a existência de uma harmonia natural (sem arbitrariedade) que autoconsciencializava o ser humano quanto à «[...] order that governs him and make himself responsible for his own destiny [...]» (Cardoso 2004, 5). Assim, a natureza nesta perspetiva, é um princípio «[...] normativo do mundo moral [...] sendo o facto de ser «natural» que lhe atribui uma dimensão ordenada e racional e, logo, inteligível.» (Calmon 1983, 13).

Apesar de o direito natural no espaço universitário (e não só) ter surgido associado ao direito das gentes, existem diferenças entre os dois. Sánchez-Blanco tendo como fonte a *Encyclopédie*, refere que o direito das gentes estava ligado aos tratados internacionais, já o direito natural tinha valor independente de qualquer tratado e não nascia da vontade de nenhum soberano (2002, 198).

Não foram homólogas as estratégias seguidas em Espanha e Portugal no ensino universitário do direito natural. Em Espanha, o debate sobre o moderno jusnaturalismo foi mais arrastado no tempo. Como veremos, os avanços e recuos deste saber no currículo de leis em Salamanca refletem bem a cultura política dominante fora dos limites universitários. Basta ter presente o que se passou em Valladolid, quando José Torres Flores (docente) introduziu a disciplina de direito natural no curso jurídico, em 1786. Por ordem do Conde de Floridablanca, o seu ensino foi suspenso por se «[...] considerar que las cátedras de Derecho natural representan un serio peligro y transtornan el modo de pensar de la nación.» (Sánchez-Blanco 2002, 222). Este perigo advinha do facto de que, em última instância, poderia levar a que a autoridade do monarca tivesse de sujeitar-se às leis universais (idem 213).

Já o caso português foi distinto, dada a ausência de conflito entre a vontade política do soberano e a fundamentação jusnaturalista do poder reformador do estado. Araújo reflete esta ligação, associando a filosofia racionalista e a ciência do iluminismo à ideia do *monarca*

benfazejo. Assistimos assim a uma cooperação que permitiu uma introdução do direito natural no currículo universitário, porque era central numa lógica mais ampla de valorização do poder do monarca:

«A conformação da lei às máximas do direito natural, realizada sob os auspícios de um poder soberano, aureolado pelas Luzes da Razão, conduziria à eliminação progressiva dos costumes contrários à harmonia e ao equilíbrio da Humanidade. Este optimismo jurídico alicerçava a confiança na possibilidade de instauração, com base nas máximas do direito natural, da virtude e da felicidade geral.» (Araújo 2014b, 16).

Sendo um exemplo perfeito de uma disposição mais ampla, ocorrida no século XVIII com as ideias da ilustração, o direito natural ganha espaço e importância como disciplina académica, institucionalizando-se e procurando situar-se numa posição de destaque na hierarquia dos saberes (Sánchez-Blanco 1997, 41).

Como veremos mais à frente, para que o controlo da estrutura de ensino fosse possível foi necessário sanear e excluir algumas forças do próprio sistema; a sua remoção foi essencial para a aplicação de novas medidas educativas, como, por exemplo a introdução de novas cadeiras, cursos e autores. O alvo mais sonante foram os Jesuítas, mais tarde os Oratorianos. Os primeiros deixaram um vazio difícil de preencher – pelo menos durante algumas décadas. Desta forma, Beales conclui que no século XVIII nenhuma sociedade seria capaz de estabelecer e apoiar um tipo de sistema de educação universal e secularizado (Beales 2005, 22). Portugal e Espanha não foram exceção – no continente ou no espaço colonial, veja-se o caso do Brasil, por exemplo, – tentando preencher um vazio difícil de superar a nível de recursos humanos e institucional.

No caso das Universidades e do seu impacto não podemos ver o espaço europeu como um todo uniforme e generalizar. No espaço católico, de facto, existiu uma maior oposição e resistência por parte das forças mais conservadoras que a longo prazo marcou o desfecho destes processos de reforma. Na zona protestante a realidade parece ter sido distinta. Na Alemanha e na Escandinávia as Universidades serviram de agentes de fomento intelectual, os seus docentes promoveram: um cristianismo mais racional, esquemas de regeneração económica e reformas administrativas, cultivo e promoção da ciência (Porter 1996, 57). Uppsala, Hala e Gottinga foram referências académicas. Estas Universidades («[...] fortalezas do Iluminismo [...]») foram importantes por terem conseguido produzir um maior conhecimento sobre política, sociedade, economia e direito (Hellmuth 2004, 451).

A apresentação anterior focou-se no entendimento que o Iluminismo e os seus pensadores tinham do ser humano, mas é insuficiente para compreender toda a extensão deste movimento. O foco posto na conceção da crítica foi principalmente importante porque nos leva para a necessidade da formação. Apesar das Universidades nem sempre terem sido bem-vistas por alguns pensadores (o que, de facto, é mais verdadeiro para a Europa católica do que protestante) não deixaram de merecer atenção e intervenções profundas.

As reformas universitárias no contexto do iluminismo

No período em estudo, favorável a grandes transformações dentro e fora dos limites universitários, o que fica patente no caso das Universidades é a alteração da conceção das finalidades das próprias instituições. Dentro desta discussão três ideias têm sido realçadas pela historiografia: desenvolvimento do conhecimento, preparação para a aplicação de um código de conduta social, moral e religioso e formação para altos cargos e profissões, durante muito tempo ligados ao Estado e à Igreja. As grandes transformações que ocorreram nas Universidades ao longo da história e as sucessivas alterações do mapa universitário (entre criações e supressões) devem-se a essas mudanças de conceção (Frijhoff 2002, 39).

No período moderno, para além das mudanças nas relações entre docentes e estudantes, os aspetos científicos foram alvo de uma grande atenção e de várias intervenções, embora, muitos dos avanços tenham acontecido fora das Universidades. Frijhoff elaborou uma divisão interessante e bem explicativa das transformações da rede universitária europeia. O século XVI foi marcado pela filologia e a revisão dos textos de teologia (predominância dos teólogos e dos estudiosos de letras) já o século XVII, com a ascensão de nomes como Galileu Galilei ou René Descartes (e apesar do *revivalismo* da ciência ter estado de alguma forma afastado das Universidades, ideia que está ainda em discussão) foi o período da matemática. E no século XVIII, o método experimental ganha aceitação e, principalmente a partir da segunda metade, é marca evidente em academias e implanta-se com mais dificuldade nas Universidades (Frijhoff 2002, 40–41).

O próprio conceito de Universidade só passou a ser usado em sentido mais descritivo e com propósito de nomeação das Universidades a partir dos séculos XIV e XV. Antes deste período as Universidades eram conhecidas por *universitas* e *studium generale*. No século XIII, a palavra *universitas* podia revestir o duplo significado abstrato de *Universalidade*, mas da qual derivou *Universidade* e da instituição que corporiza esse objetivo, a Universidade. Para os juristas medievais representava «[...] o termo geral usado para designar todos os tipos de

comunidade ou corporação [...] se o tema era o ensino, dizia-se que era a «Universidade dos mestres estudantes» ou a «Universidade dos mestres e dos estudantes» (Verger 1996a, 35). Para Jacques Verger, o então uso de *universitas magistrorum et scholarum* referia-se principalmente à realidade humana das Universidades, contemplando quem nela trabalhava e aprendia⁴⁵.

Para períodos posteriores a própria tipologia de Universidade tem merecido discussão. Apesar destas instituições poderem adotar modelos congêneres distantes, parece evidente que a escolhas teriam quase sempre recaído em modelos próximos. Por isso, detetam-se *subculturas* universitárias (Península Ibérica, Escócia, Suíça parte da Alemanha e nas Províncias Unidas). No século XIX, do ponto de vista estatutário e orgânico, o que se realça é a distinção de dois modelos dominantes que acabaram por se substituir: refiro-me assim ao modelo francês, também conhecido como napoleónico, e ao modelo alemão, ou Humboldtiano. O modelo de Bolonha⁴⁶ mantém-se até ao início do período moderno, mas as mudanças ocorridas principalmente fora da Universidade, mais precisamente, com o enfraquecimento da influência da Igreja e o aumento de poder dos Estados leva à diminuição da influência dos corpos internos (por exemplo, dos estudantes) na organização da vida universitária (sendo este um dos pontos mais característico da herança medieval).

Em seu lugar passou a vigorar o modelo de Paris⁴⁷, embora ficasse marcado principalmente por três formas: 1) a Universidade controlada pelos docentes com um sistema de faculdades e ensino centralizado, estando os docentes agrupados por disciplinas com o propósito de a própria estrutura da Universidade ter como objetivo uma preparação especializada, 2) Universidade colegial (ao estilo de Oxford) com um ensino descentralizado, com várias comunidades de mestres e estudantes, 3) um modelo intermédio que mantinha a organização central mas também a dimensão colegial, embora, em menor dimensão, o que permitia um melhor controlo dos estudantes e dos estudos a um custo mais baixo. Esta terceira forma era principalmente propícia à intervenção e ou influência do poder central na orgânica da instituição (Frijhoff 2002, 59).

Mas existiram outras categorias e tipologias, o que demonstra a grande diversidade do tecido universitário europeu. Quanto à organização curricular, o ensino das artes liberais foi o mais desenvolvido ao longo do tempo. Para Estrasburgo, foi John Strum (em 1538) quem definiu uma estrutura em dois níveis: uma escola de humanidades (sistema progressivo de

⁴⁵ Para uma descrição mais completa da temática (Weijers 1987).

⁴⁶ Destacava-se principalmente por um maior poder dos estudantes na formação e até na própria escolha dos docentes.

⁴⁷ A Universidade era constituída por estudantes e mestres, mas o poder dentro da instituição recaía sobre os últimos.

classes) e uma estrutura semi-universitária que lecionava as artes liberais através de cátedras. Philip Melanchthon impôs o sistema de cátedras na Alemanha, seguido depois nas Universidades luteranas. Na Alemanha foi também adotado o modelo Universidade-seminário que se expandiu para Sul (Espanha e Itália) e para Leste (Polónia). Havia também outro tipo de traços identificadores quanto à natureza destas instituições, na organização das matérias e na observância comum da confissão religiosa.

Outro ponto interessante de classificação da estrutura académica passa pela identificação da função escolar. Frijhoff refere cinco funções principais: configurar o ensino como *parte do ciclo da vida*, fornecer educação, promover a formação profissional e a aprendizagem do saber científico, formar as elites e inculcar o sentido de disciplina a uma comunidade (idem 62).

A ampla rede universitária europeia não ficava por aqui, e havia mais algumas distinções importantes. Uma delas refere-se à rede oficial (de Universidades) e à rede de *facto*. Na base desta distinção estava o momento da criação destas instituições. Durante algum tempo a legitimidade destas organizações estaria no facto de terem sido fundadas pelo Papa ou pelo Imperador, mas esta ideia não representava toda a realidade. Várias foram as Universidades que na Europa protestante não partilhavam esta característica. Autores como Frijhoff mostraram-nos também que se aceitarmos o conceito de Universidade de forma mais alargada, podemos incluir outras instituições. Bastante representativas neste período foram as academias de ensino e as escolas superiores (ou ilustres ou até os *Gymnasia Academica*)⁴⁸. Por fim, e talvez até mais frequente, os colégios que lecionavam humanidades (juntamente com cursos de filosofia e teologia) como preparação para a admissão na Universidade (2002, 62–63).

No início do século XIX, como já referimos, dois novos modelos de Universidade surgiram e ganharam preponderância, acabando por abrir o caminho a reformas fundamentais: o modelo francês e o modelo alemão⁴⁹.

O modelo francês caracterizou-se por ser baseado em colégios sujeitos a uma disciplina severa, organizados e controlados pelo poder central em todos os seus aspetos (desde a organização curricular até à conduta pessoal) (Ruegg 2004, 3 e 4). Para Ruegg, a implementação deste modelo beneficiou da «tabula rasa» criada pela revolução francesa, tendo sido mais tarde completado por Napoleão. Apesar disto, algumas das suas linhas estão ligadas

⁴⁸ Eram estabelecimentos que podiam reivindicar o estatuto de Universidade, embora, não tivessem recebido os privilégios necessários.

⁴⁹ Para uma visão mais completa do modelo francês e alemão, ver (Anderson 2004, 39–65; 151–90; Ruegg 2004; Charle 2004).

a ideias do Iluminismo: centralização, controlo estatal, isolamento das faculdades, estabelecimento de colégios⁵⁰. Este modelo manteve-se até ao último terço do século XIX acabando por ser substituído pelo modelo alemão.

A figura central deste outro modelo foi Wilhelm von Humboldt. A sua ação junto do rei da Prússia (adepto do modelo francês) levou à criação de uma Universidade em Berlim, em 1810, muito influenciada pelas ideias de Friedrich Schleiermacher (Ruegg 2004, 4). A principal função da Universidade, segundo este modelo, deveria ser: demonstrar como o conhecimento é alcançado privilegiando a investigação. A liberdade deveria estar no centro da vida universitária, desde a forma de estudo ao conteúdo e na relação com as autoridades centrais, em tudo deveria haver uma liberdade necessária para que as Universidades pudessem perseguir só por si o objetivo de investigação. Mas este modelo não beneficiou de uma implementação fácil, ao contrário do anterior. Inicialmente, a ideia de financiamento através da atribuição de propriedade de terras às Universidades não foi perfilhada por Humboldt. E não menos importante, a questão da liberdade de opinião debateu-se com a oposição da censura e de medidas de controlo, batalha que só viria a ser ganha após 1848 (Ruegg 2004, 5).

A aplicação foi lenta em vários aspetos. A introdução dos estudantes nos aspetos mais práticos da investigação foi demorada, mas acabou por vingar. Paris tornou-se um centro académico de excelência, vários académicos norte-americanos e franceses aprenderam em Universidades germânicas e exportaram este modelo para o seu país. No final do século XIX, Europa, Estados Unidos e Japão tinham já adotado este modelo alemão.

O caso alemão é importante não só pelo seu alcance, mas pelas alterações que trouxe à própria natureza das instituições universitárias. Uma das questões que procurarei responder com detalhe será até que ponto a evolução das reformas nas Universidades de Coimbra e Salamanca caminhou na direção deste modelo. Através de fontes oficiais, mas, principalmente, através de alguns planos menos conhecidos e que nunca se concretizaram, tentaremos responder a este problema. As ligações existem de facto, José Bonifácio de Andrada e Silva pode ser importante neste ponto. Mas o que podemos adiantar é que a ideia de propagação deste modelo, apesar de apelativa, não norteou as reformas das Universidades de Coimbra e Salamanca. Como parece recorrente nas fontes analisadas, o incentivo à investigação/aplicação parece perseguir objetivos concretos (melhoramento económico, comercial e industrial, etc.) ao contrário da premissa central do modelo berlinense, exclusivamente centrado na investigação *per se*. Já a

⁵⁰ Anderson caminha no mesmo sentido, quando refere que este sistema, no seu auge, marcado pelo utilitarismo, centralização e autoritarismo, «[...] recalled those introduced before him by enlightened rulers.» (2004, 38).

dependência e a interferência do poder central nos vários aspetos da vida das Universidades foram uma constante no período estudado.

O panorama universitário no espaço europeu: evolução de modelos institucionais

No ponto anterior vimos diferentes tipologias caracterizadoras das Universidades na Europa desde o início do período moderno até c.1790, antes da Revolução Francesa. Esta divisão tem uma razão importante, pois é a partir desta data que podemos ver uma reorganização da rede universitária. Precipitada por várias supressões, após a década de 1790 dois modelos parecem lutar pela predominância.

A diversidade parece de facto ter sido uma característica evidente, mas Conrad Jarausch oferece-nos um esquema para entendermos o desenvolvimento da rede universitária. São três os pontos lançados por Jarausch («[...] expansive, diversification and professionalization [...]») e que são depois detalhados, por vários autores, tendo em conta os casos seleccionados (1982). O estudo do autor prende-se com um período temporal distante do que aqui tratamos (1860-1930), mas como Frijhoff também já entendeu, este esquema pode ser usado para o desenvolvimento da rede universitária para o período moderno (2002, 73).

O que nos demonstra este modelo? Em primeiro lugar a expansão (ou *expansion*) mostra-nos que o aumento do número de Universidades se deveu à vontade de marcar uma presença significativa no espaço cristão. Chegados ao século XVIII temos a racionalização desta rede de Universidades apoiada numa reforma destas instituições, com o objetivo de as aproximar das necessidades dos Estados. O segundo aspeto, a diferenciação, mostra-nos uma rede muito diversificada de instituições de ensino superior onde as Universidades eram apenas uma dessas instituições. A profissionalização está ligada às necessidades de Estado e do mercado. Mais evidente a partir do século XIX, as Universidades passaram a dar mais atenção às necessidades do mercado originando transformações no seu próprio processo evolutivo.

Universidades no espaço europeu de 1500 até 1790, com exceção das 50 Universidades abolidas, transferidas e fundidas (Frijhoff 2002, 65).

Tabela 1: Universidades no espaço europeu de 1500 até 1790.

Data	Universidades católicas	Universidades protestantes
1501-1550	22	4
1551-1600	31	16
1601-1650	14	10
1651-1700	5	7
1701-1750	10	2
1751-1790	13	3
total	95	42
total absoluto	137	

O que o autor nos mostra é que o ano de 1650 parece ter sido decisivo e vem marcar uma rutura com o passado. Das 95 Universidades católicas, 67 foram fundadas entre 1501 e 1650, portanto, 70,52%. A partir do século XVI podemos ver que tanto católicos como protestantes, iniciaram um movimento de fundações que se marcou pela tentativa de expandir e afirmar a sua influência. Esta expansão protestante terminou antes da católica e ocupou uma área menor (a fundação de Marburgo foi um exemplo) mas caracterizou-se pela fundação dos *Gymnasia Academica*, ou escolas superiores.

Na área protestante, a expansão deve-se a uma clara vontade em garantir a sua influência e, no caso católico, vem ganhar força com o movimento de reconquista, mas, principalmente do desenvolvimento económico do império espanhol (onde Salamanca, primordialmente, funcionou como um modelo universitário exportado para as colónias) (Frijhoff 2002, 66). No lado católico, segundo o que a historiografia já identificou, podemos ver duas ações: a Companhia de Jesus passa a ter um papel mais relevante nos sistemas de ensino dos países católicos, sendo mesmo, em alguns casos, o agente principal em praticamente todos os níveis de ensino. Simultaneamente, a fundação de Universidades recaiu preferencialmente em áreas fronteiriças com a zona protestante.

A partir da segunda metade do século XVII o número de fundações baixou consideravelmente por dois motivos: 1) a ideia de que o número era exagerado, 2) fraca qualidade prestada pelas instituições existentes. Como resultado, para além do crescimento da rede extrauniversitária, surge a grande vaga de reformas universitárias no século seguinte, onde se inserem as Universidades aqui em estudo. A tabela anterior (1) mostra um grande número

de Universidades no território católico, e recorrendo a Frijhoff, sabemos que duas em cada três Universidades na Europa estavam neste espaço geográfico.

Relação Universidades/população no espaço europeu.

Tabela 2: Relação Universidades/população em 1790 (usamos parcialmente a tabela de Frijhoff 2002, 71).

país	número de Universidades	população (em milhões)	relação do número de Universidades por milhão de habitante
Escócia	5	1,50	3,3
Províncias Unidas	5	2,10	2,4
Espanha	23	11,50	2,0
Império Germânico	34	24,00	1,4
Países italianos	26	19,00	1,4
Suíça	2	1,75	1,1
França	25	29,00	0,9
Países Escandinavos	4	5,25	0,8
Áustria-Hungria	12	20,75	0,6
Portugal	1	2,75	0,4
Países Baixos Austríacos	1	3,25	0,3
Inglaterra e País de Gales	2	9,25	0,2
Irlanda	1	5,25	0,2
Rússia Europeia	2	36,00	0,1

Em 1790 existiam na Europa 143 Universidades, o que significava que em média tínhamos uma instituição por cerca de um milhão de habitantes. A sua distribuição era bastante desigual. França tinha uma média de 0,9%, os países Escandinavos tinham 0,8% (das mais baixas). Os que mais se destacavam eram a Escócia com 3,3% e as Províncias Unidas, 2,4%. Portugal encontrava-se no grupo da Inglaterra (0,2%), Países Baixos Austríacos (0,3%) e a Irlanda com 0,2. Já a Espanha apresentava uma média mais elevada, como podemos ver na tabela 2 (2,0%), situando-se em lugares próximos dos países com uma maior média como as Províncias Unidas, e muito acima do Imperio Germânico e dos países italianos, ambos com 1,4%. Concluindo, Espanha com 23 Universidades situava-se acima da média europeia (0,8). Depois da expulsão dos Jesuítas, Portugal vê a supressão da Universidade de Évora e nunca optou por uma exportação do modelo universitário para outros locais do império (estando este

entregue, em termos de ensino, a várias ordens religiosas, como nos mostra o caso dos Jesuítas no Brasil).

Este texto não pretendeu fazer um tipo de comparação entre o espaço católico e protestante, mas foi nesta tensão que muitas das reformas e criações aconteceram. Num contexto de disputa e afirmação territorial as alterações foram importantes e chegaram a Salamanca e Coimbra na segunda metade do século XVIII. Mas isto não significa que no domínio universitário não se dessem *contaminações* entre as duas áreas. O melhor exemplo disso foi mesmo a Universidade de Gotinga, que, apesar de ter origem na área protestante, ganha aceitação como modelo aceite em várias Universidades católicas. Por sua vez, após 1790, a tensão não se prende tanto com a disputa entre católicos e protestantes, mas com as Invasões Francesas e a reorganização que daí resulta.

Com as Guerras Napoleónicas passamos de 143 Universidades para apenas 83 em 1815. Trata-se de uma redução drástica onde só em França foram abolidas 24 instituições, que, por sua vez, foram substituídas por escolas especiais ou faculdades isoladas. Na Alemanha a redução foi de 52,94% (de 34 para 18). Espanha perdeu 40% das suas instituições (de 25 para 10). Estes números acabam por descer com 15 novas fundações que surgiram no espaço europeu, o que permite estabelecer que em meados do século XIX o valor total fosse já de 98 (Ruegg 2004, 4).

Após este período a recuperação foi evidente: durante os anos de 1840 existiam já 80.000 estudantes e 5.000 docentes. Um século depois assistimos a um aumento de 500% (600.000) para os alunos e 700 % (32.000) para os docentes e, aproximadamente, 200 Universidades (Ruegg 2004, 3). Um aspeto não menos interessante e muito ligado ao Iluminismo, foi a tentativa de criar instituições profissionais (muitas vezes para substituir Universidades) e que na década de 1930 se mantinham lado a lado com as Universidades, mas em maior número, 300⁵¹. A partir de 1895 a recuperação torna-se evidente: França recupera várias Universidades e juntamente com a criação de novas instituições por parte de novos Estados-nação na Europa de Leste, podemos constatar que estamos já a falar da «[...] university as the European institution par excellence [...]» (Ruegg 1996, XIX; 2004, 4).

A Revolução e as Invasões Francesas foram claramente um marco. Até à Revolução as Universidades europeias tinham como maior divisão a dependência entre autoridades católicas ou protestantes, visível na rápida expansão territorial e na influência que teve no aumento do número de instituições. Apesar disso, internamente, a organização era bastante idêntica. Após

⁵¹ Aqui se englobam instituições de natureza diversa: militar, comercial, veterinária, agrícola, entre outras.

este período o que tivemos foi duas novas formas de organização em que o modelo alemão acaba por ganhar preponderância e concretizar reformas importantíssimas.

Padrões das reformas universitárias na segunda metade do século XVIII

Através de uma vasta historiografia sabemos hoje os pontos de rutura mais marcantes sobre a história das Universidades. Apesar disso, reconhecemos também que desde a Idade Média três fatores coexistentes marcam a diferenciação entre modelos universitários⁵²: patriotismo, particularismo e cosmopolitismo. Para Hammerstein a evolução das Universidades não foi igual, apesar disso, esta evolução foi feita dentro de «[...] um modelo de Universidade Europeu comum [...]» (2002b, 603).

Robert Anderson (2004, 1–38) mostra-nos que a 1ª Guerra Mundial foi o ponto de rutura mais evidente, embora outros momentos a antecedessem. Normalmente, o ponto anterior de fratura nasceu na passagem de século (XVIII-XIX) resultante do impacto e expansão da Universidade humboldtiana (defendendo a fusão do ensino e da investigação). Este novo modelo ficou também marcado pela abertura das instituições para a classe média, associação ao Liberalismo, à industrialização e ao nacionalismo em termos políticos e sociais. A nível intelectual, destacamos princípios como a liberdade académica, procura pela investigação original e pensamento crítico. Como resultado, o autor destaca um segundo momento de rutura, agora na década de 1870. Precipitado pela expansão do modelo alemão (nas zonas de cultura alemã), foi só nesta fase que assistimos de facto a mudanças políticas, religiosas e intelectuais que asseguraram uma autonomia real para as Universidades. O modelo humboldtiano surge e afirma-se já num período relativamente distante daquele que pretendemos estudar, o que nos leva para outra afirmação do autor: as mudanças subjacentes ao Iluminismo podem ser vistas como mais um marco de mudança.

As motivações para estas reformas são amplamente aceites. Em primeiro lugar a consciencialização, ideia muito ligada ao programa do Iluminismo, de que cabia aos Estados educar os seus cidadãos. Em segundo, a necessidade de uma burocracia mais especializada a que Anderson chamou de uma «[...] loyal class of bureaucratic servants [...]» (2004, 20), que pudesse servir melhor o Estado e a Igreja. Portanto, a grande novidade estaria mesmo na primeira ideia, já que desde a criação das Universidades um dos seus objetivos foi a formação de quadros que pudessem servir as instituições centrais e eclesiásticas. No sul da Europa, onde

⁵² Apesar de hoje contar-mos com uma bibliografia extensa, para a elaboração deste ponto iremos recorrer amiúde às ideias de (Hammerstein 2002a; 2002b; Anderson 2004; Frijhoff 2002) dialogando com os casos aqui em estudo.

esta vaga teve uma maior e mais significativa representação, as reformas tiveram como justificação as necessidades de Estado enquanto fontes de educação e não tanto de cultura (Frijhoff 2002, 70).

Anderson (2004, 20–22) vai mais longe no aspeto motivacional no epicentro desta última vaga. A modernização das instituições universitárias fez parte integrante deste imaginário reformista – um pouco à imagem dos restantes níveis de ensino. Partindo de uma questão de afirmação e expansão da esfera de poder, o fortalecimento do Estado territorial e o aumento da eficiência fiscal e militar não foram esquecidos (no caso de Coimbra, o currículo e as posteriores alterações no ensino de matemática estiveram desde cedo ligados a necessidade de especialização da componente militar⁵³). Importou também enfraquecer potenciais rivais nesta lógica de expansão, como por exemplo a aristocracia, privilégios corporativos e até a própria Igreja. Como assistir a esta lógica na Universidade? Através do afastamento de forças locais no controlo destas instituições e mediante o controlo efetivo dos currículos e das nomeações.

Como Anderson já demonstrou, a Universidade centralizada e utilitária, dirigida pelo Estado, é uma marca do Iluminismo e remanesce até ao século XIX. Foi uma invenção do Iluminismo absolutista, do qual o modelo francês é apenas mais um exemplo. Após a primeira década de 1800 este modelo foi continuado pelas novas formas de governo mais absolutistas ou liberais para cessar finalmente com os avanços da secularização, da industrialização e da democracia. O que daqui resultou foi uma forma fluida entre o modelo alemão e de ideais orientados pelo Estado (Anderson 2000).

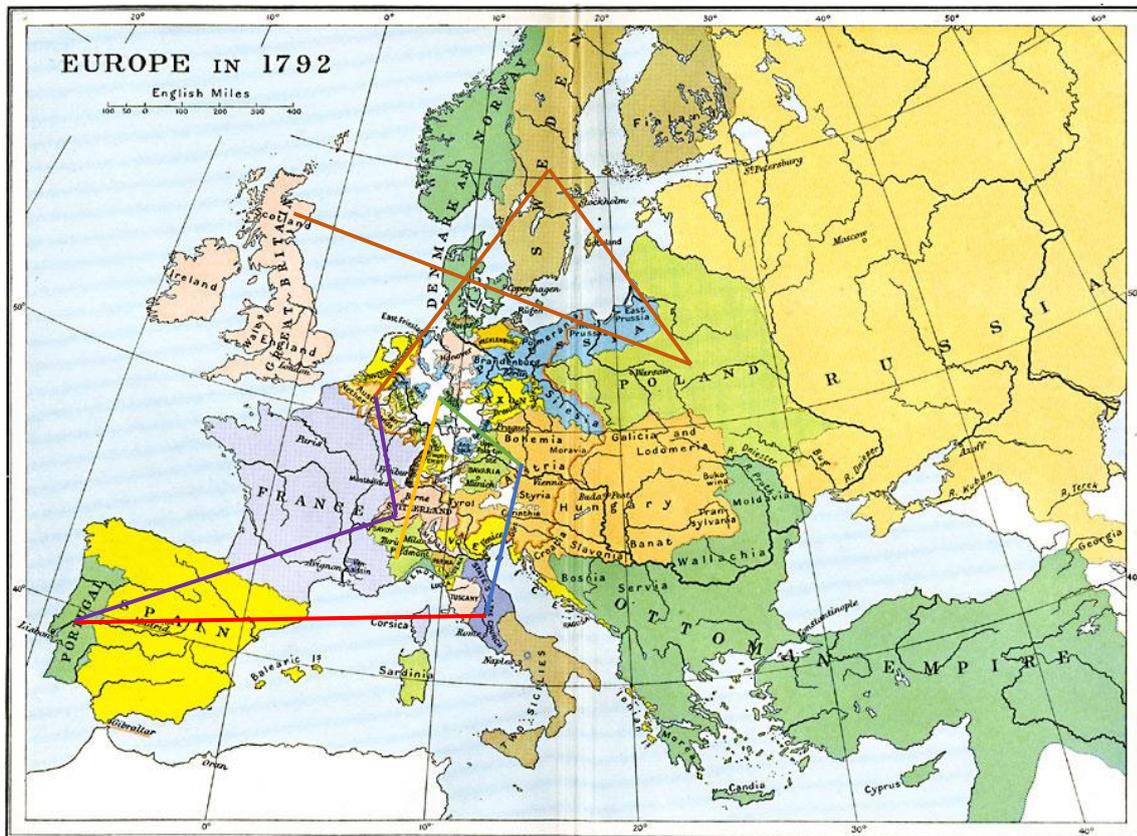
Outra motivação não menos importante está ligada à necessidade de modernização e de estímulo à indústria e à agricultura, mas também de preocupação com a saúde pública – estas ideias serão um ponto recorrente neste trabalho. Mas onde começou esta terceira vaga?

Não merece discussão o facto de que a primeira vaga de reformas (mapa 2 em anexo) passou por Coimbra (1612), Lovaina (1617), Copenhaga (1621) e Salamanca (1625). Para Frijhoff, na primeira metade do século XVIII (mapa 3 em anexo) foi a vez da Catalunha (1714-17) e de Piemonte (1729) mas é a seguinte que alcança uma parte ampla do território europeu. Já a terceira vaga começa em 1759 e dura até depois de 1780 e tem como impulso inicial a expulsão da Companhia de Jesus e a vontade de tentar criar alguma ordem após o vazio deixado pelos Jesuítas. Portugal em 1759 e em 1772, depois em França em 1763, Espanha a partir de 1769, Polónia alguns anos depois, em 1773, no ano seguinte seguiram-se os países do Império

⁵³ Ver o volume três dos *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, sobre a faculdade matemática e a sua utilidade social.

dos Habsburgo entre 1774 e 1777, Nápoles também em 1777 e a Prússia e a Rússia mais de uma década depois (Frijhoff 2002, 70).

Mapa 1: Representação cronológica e espacial da terceira vaga de reformas universitárias (imagem fornecida pelo site FCIT: etc.usf.edu/maps/ (24-01-2020).



Legenda:

- De Piemonte (1729) para a Alemanha protestante (destaque de Halle e Gotinga)
- Áustria (Império dos Habsburgo) para a Universidade de Pavia na península itálica (Pavia teve um impacto considerável) seguiram-se Pisa, Parma, Modena, Nápoles, Bolonha e Pádua
- Primeiro Espanha (todas as Universidades até para lá da década de 80) e Coimbra
- seguiram-se várias Universidades da Suíça e Holanda
- Suécia, Polónia e Escócia

Mas como o mapa 1 mostra, esta compreensão não é única. Para Anderson, Turim (Piemonte) foi a primeira Universidade reformada sob as ideias do Iluminismo ainda em 1729: «[...] was part of a broader policy designed to challenge the power of the Jesuits, the nobility,

and local elites wich characterized baroque Italy.» (Anderson 2004, 23 e ss.). O argumento do autor assenta no facto de muitas das medidas tomadas por Vittorio Amedeo II terem sido seguidas e aplicadas em reformas seguintes. Piemonte demonstrou que era possível reformar estas instituições com ideias mais favoráveis aos monarcas. Uma Universidade que fazia parte de um sistema de ensino mais amplo e interligado (o Magistrato della Riforma, foi o seu corpo burocrático), a introdução de elementos ligados a meritocracia na contratação, maior atenção dirigida ao estudo do direito e o incentivo para o estudo de matérias consideradas úteis, foram linhas a ter em conta pelo poder central. Como resultado, esta reforma conseguiu um rejuvenescimento da classe docente, extensão do alcance de recrutamento e a introdução de novas matérias⁵⁴.

Não iremos debater a questão de saber se a segunda e a terceira vaga de reformas são apenas uma, porque apesar de partilharem vários traços e de indiscutivelmente estarem ligadas, o grande impacto apenas surge a partir da década de 60 onde a esmagadora maioria das Universidades começa as suas reformas. O que importa é seguir (como fazemos no mapa 1) cronologicamente e geograficamente as reformas e perceber os seus impactos.

Após Piemonte seguiu-se o Sacro Império Romano. As Universidades mantiveram a sua ligação com a vida intelectual e no século XVII foi a Universidade de Hala que mais se destacou. Já Gotinga, a partir da sua fundação, em 1737, como alguns autores entendem (Hammerstein 2002b, 606), acaba por funcionar como uma espécie de exemplo a seguir. A jurisprudência era então a mais importante e a teologia modernizou-se, o que gerou uma menor hostilidade. As faculdades de filosofia conseguiram também um aspeto bastante positivo: privilégios semelhantes a outras faculdades fora dos limites universitários, assegurando assim algumas saídas profissionais para os seus alunos. As Universidades e academias mantiveram, senão reforçaram, a sua importância social e científica. A partir de 1780, os grandes debates vieram reforçar o papel das faculdades de filosofia e estas acabam por se tornar semelhantes às demais, em termos de importância, como já há muito pretendiam os seus docentes. Por outro lado, é o modelo alemão que vem elevar a importância da filosofia e dos seus académicos⁵⁵. Um ponto interessante é que na Alemanha católica os monarcas acabaram por incluir Bispos e Arcebispos nestes processos, devido à partilha de ideias semelhantes (Anderson 2004, 25)⁵⁶.

⁵⁴ Para uma imagem mais completa, ver (Carpanetto e Ricuperati 1987; Ricuperati 1973; Ricuperati e Roggero 1977; Del Negro 1991; Roggero 1987).

⁵⁵ Ver (Turner 1974).

⁵⁶ Ver também (McClelland 1978; Blanning 1974, 166–72).

É já aceite pela historiografia que este ímpeto reformador partiu da zona protestante para as Universidades católicas alemãs e, conseqüentemente, para o Império dos Habsburgo nos reinados de Maria Teresa e José II.

Com a reforma da Universidade de Viena, principalmente, mas também com várias reformas em áreas protestantes, assistimos já a alterações bem-sucedidas de currículos, a novas introduções, criação de equipamentos e um maior financiamento. De seguida, José II, em 1770, inicia a reforma da Universidade de Pavia, «[...] which made it the cultural centre of Lombardy and intellectually one of the best universities in Italy.» (Anderson 2004, 29).

Como o autor refere, mais do que o caso de Turim, para a Península Itálica, foi Pavia que influenciou várias instituições onde se encontram Pisa, Parma, Modena, Nápoles, Bolonha e Pádua. De Viena foram escolhidos os novos currículos, assistimos a um controle estatal, à abolição de colégios e órgãos locais e a uma certa tentativa de uniformidade. De uma forma geral, as Universidades italianas partilharam alguns resultados, como a historiografia já nos mostrou⁵⁷. Introdução de matérias modernas, aposta em especializações práticas (como a engenharia, arquitetura, farmácia, agricultura, etc.) mas tivemos de esperar pelo período pós-guerra napoleónica para estas abandonarem as suas estruturas e privilégios tradicionais e apresentarem transformações reais.

Para o caso italiano⁵⁸, nos exemplos que apresentamos por último, Anderson mostra-nos algumas insuficiências destas reformas que compara com o caso espanhol. A reforma universitária foi longa (1769-1786), englobou mais de duas dezenas de instituições e ficou intrinsecamente ligada a um desejo de modernização *total* (economia, intelectual, entre outros setores) onde Carlos III, Campomanes ou Jovellanos partilhavam uma visão semelhante, «[...] saw educational reform as part of a wider effort to regenerate Spain, to promote economic development, and to catch up with Europe.» Apesar disso, manifestaram o receio de que esta abertura confrontasse uma sociedade espanhola fortemente católica «[...] governments proved reluctant to open the universities to the full force of European intellectual progress.» (Anderson 2004, 31–32).

Para Peset e Peset (1974, 27–118), os vários planos que germinaram neste período, apesar de diferentes, estavam ligados por três princípios chave: identificação de um determinado grau de atraso científico, tentativa de promover a renovação e introdução de novos textos. Concordam com Anderson quando refere que as Universidades não conseguiram alcançar os objetivos principais do monarca Carlos III, mas que as novas ideias acabaram por

⁵⁷ Ver nota 74.

⁵⁸ Kagan, dá-nos uma imagem bastante completa do período que antecedeu este momento (1986).

ingressar e não «[...] habían sido por completo estériles y permitirán a algunos claustros continuar por proprio impulso la búsqueda de las novedades científicas europeas.» (118).

Ao contrário de outros autores, Anderson (2004, 30-31) separa o caso de Espanha e de Portugal, embora partilhem semelhanças. Como veremos ao longo deste trabalho, as reformas partilham várias linhas comuns, mas também diferenças, e para o autor o caráter disruptivo da reforma da Universidade de Coimbra é marca diferenciadora, «[...] wich saw one of the most far-reaching and ruthlessly authoritarian reforms at Coimbra in 1772.».

Segundo o mapa 1 vemos que após a Península Ibérica continuamos a presenciar reformas em países como a Suíça, Holanda, Suécia, Polónia e Escócia⁵⁹. Por exemplo, Cambridge e Oxford⁶⁰ continuaram com o seu modelo colegial, com o objetivo de formar membros para a Igreja e mantinham a ausência de uma faculdade de direito. Próximo geograficamente estavam as Universidades escocesas, que se aproximaram dos ideais iluministas (Chitnis 1976). A sua organização manteve-se distinta das congêneres europeias, e continuavam a não ter uma divisão assente em faculdades. A sua influência fez-se sentir através da exportação dos seus manuais e dos seus métodos de ensino, mas esta posição de influência não passa do século XIX (Hammerstein 2002b, 609). A Universidade de Edimburgo destacou-se consideravelmente, e foi na Escócia que a conceção de tecnologia e de ciência mais evoluiu. As reformas tiveram sucesso, mantendo-se um espírito propício para o trabalho *científico e académico* (idem 610).

No espaço francês o impacto foi menor⁶¹, pelo menos até à Revolução (Chartier, Compère, e Dominique 1976, 207 e ss). As Universidades e colégios franceses a meio do século perpetuavam a sua função *autorreprodutiva*, o que originou várias críticas. Com a expulsão dos Jesuítas, o poder central gaulês foi incapaz de preencher o vazio e distribuiu esta tarefa por outras ordens religiosas, como os Oratorianos e Beneditinos (Hammerstein 2002b, 604). Neste ponto, o caso português e espanhol foi bastante semelhante. Em França foi apenas a seguir à Revolução que podemos ver algumas alterações profundas. O sistema de ensino anterior foi abolido depois de 1793, a formação passa a ser secular, embora, o monopólio eclesiástico se mantivesse no caso dos colégios (Karady 1986; Verger 1986). A grande reorganização universitária dá-se com Napoleão e o seu modelo universitário, como já fizemos referência.

⁵⁹ Para o período anterior a reforma ver (Šmahel 1986; Pešek e Šaman 1986; Kaniewska 1986b; 1986a; Frijhoff 1986). Sobre as Universidades dos países em questão no período em estudo e as suas obras mais fundamentais, ver (Heyd 1988; Lindroth 1976; Mrozowska 1982; Hajdukiewicz et al. 1978; Philipson 1974; 1988; Sher 1985; Emerson 1977; 1992; Frijhoff 1981; 1986).

⁶⁰ Como exemplo ver (Lytle 1974; Morgan 1974; Stone 1974; Engel 1974).

⁶¹ Relativamente a questão dos estudantes em França, ver (Dominique e Revel 1989; Ferté 1989; Brockliss 1989a; 1989b).

Esta organização optou por aplicar a via da profissionalização, preparando os alunos para um grupo específico de profissões.

A historiografia apresentou-nos já as várias linhas que marcaram este momento reformador e que se fez sentir em vários países.

Para Hammerstein, as reformas na área protestante foram, de uma forma geral, bem-sucedidas e com origem interna, portanto, pensadas e colocadas em prática por académicos. No caso das áreas católicas, a adoção destas reformas deve-se à pressão de alguns docentes, mas, principalmente, à vontade e pressão do poder central (Ministros, Príncipes ou Monarcas). Como consequência, existiu uma maior cedência às preocupações dos Estados do que da Igreja. Para que estas fossem minimamente bem-sucedidas, foi necessário que algumas disciplinas mais ligadas à gestão e controlo estatal (cameralistas como lhe chamou o autor), fossem as principais e mais importantes nestes processos de reformas (2002b, 607).

Anderson (2004, 35-38) defende que, devido ao seu cariz economicista, as reformas chegaram mais longe em áreas menos desenvolvidas, manifestando um menor impacto em países no espectro oposto:

«[...] when education was seen as a way for states to increase their prosperity and drag their societies into the modern age. But the absence of university reform in England and France, the countries most productive of new ideas and most developed commercially, does need some explanation. It lay partly in the attitudes of the enlightened elite, for whom the clerical character of the universities and their monkish seclusion was a condemnation in itself.».

Em segundo lugar, para muitos intelectuais (especialmente no caso britânico, francês e holandês) a cidade e não a Universidade ainda era pensada como o fórum intelectual. Como o autor refere, as preocupações centrais dos impulsionadores acabaram por marcar o sucesso das reformas universitárias. A complexidade da sociedade tradicional ou o progresso da comercialização foram obstáculos e para muitos dirigentes as reformas universitárias foram secundarizadas e subalternizadas pelos canais educativos alternativos. Portugal, Espanha, França e Itália partilharam esta ideia, mas, de uma forma geral, esta ideia está subjacente à criação de várias academias científicas na segunda metade do século XVIII. Em Portugal a mais representativa foi a Academia Real das Ciências de Lisboa, mas no caso espanhol o número foi muito mais elevado, podemos mesmo falar de algumas dezenas de instituições semelhantes. A *novidade* não vinha apenas das academias, um pouco por toda a Europa foram criados colégios técnicos, sociedades e associações especializadas. Além das vias alternativas deve ser também

patenteado o progresso intelectual, a modernização social e uma burguesia em crescimento que não se interessou pela reforma de instituições que considerava obsoletas. No centro e sul da Europa, faltou representatividade a uma ainda incipiente classe média enquanto ator político, que conciliada com uma falta de atenção dada às necessidades da burguesia foram prejudiciais, falhando no apoio essencial ao sucesso destas reformas. A maior preocupação parece ter-se dirigido para a transformação da aristocracia numa «[...] effective servisse class [...]». Em outras áreas – norte de Itália e na Alemanha ocidental – marcadas pela urbanização e o desenvolvimento social assistimos a uma certa coexistência com as reformas absolutistas, «[...] University reform served the interests of both parties: the price of the alliance for the rulers was to concede a measure of university autonomy; for the bourgeoisie, that it became subordinate to the state and developed predominantly as a class of bureaucrats and public servants whose status came primarily from education [...]» (idem 37).

Dos traços mais partilhados pelas várias Universidades europeias temos o fim do domínio da teologia, substituída por conhecimentos considerados úteis e práticos. Esta mudança foi decisiva, para que algumas décadas mais tarde a formação especializada fosse amplamente aceite. O entendimento da ciência (em todos os seus aspetos) mudou, e foi acompanhada por uma mudança na mentalidade dos académicos e cientistas (Hammerstein 2002b, 609). Mas em termos curriculares, as alterações foram bastante profundas. Novas disciplinas foram introduzidas e a sua importância precipitada, falamos assim da economia, tecnologia, medicina e das ciências naturais. O direito natural, em alguns casos, passa a ser ensinado pela primeira vez (idem 598).

Na componente administrativa, o sistema centralizado desenvolvido nos territórios da Áustria-Hungria⁶² foi amplamente aceite e importante para a generalização da ideia crescente da responsabilidade dos Estados na educação dos seus cidadãos. As instituições universitárias deram um passo importante no caminho da secularização sem rejeitar a religião, mas subordinando-a aos interesses estatais. Os casos que aqui estudamos podem mesmo ser exemplos flagrantes da premissa adiantada por Anderson, de governantes aos quais a religião era algo essencial para a coesão social e moral e que as Universidades deveriam manter e ensinar algum tipo de ortodoxia previamente aprovada (Anderson 2004, 37)⁶³. Já na longa perspectiva há a destacar a vitalidade das Universidades de Hala e Gotinga (principalmente da

⁶² Ver os vários capítulos dedicados a esta zona da Europa em (Le Goff e Köpeczi 1985).

⁶³ «[...] a reformed and rational religion was in fact more characteristic of the Enlightenment.», ideia patente no caso de vários países católicos, mas também protestantes, com a exceção da França.

segunda): a sua influência que se inicia antes da revolução continua depois desta, assumindo preponderância como o modelo de alemão (Hammerstein 2002b, 610).

Como balanço final, destacamos o resultado algo ambíguo onde algumas Universidades conseguiram melhoramentos qualitativos, mas temos também casos de reformas incipientes e menos bem-sucedidas. Na França e na Grã-Bretanha os resultados foram pouco visíveis. Alemanha, Espanha e Itália⁶⁴ não conseguiram melhorar as condições de muitas das suas Universidades que continuaram a lutar pela sua sobrevivência (chegando mesmo a dar-se o desaparecimento de algumas instituições). Na Rússia⁶⁵ as reformas dissiparam-se com o fim da pressão do poder central. Um dos acontecimentos que levou ao fim destes projetos foram de facto as Invasões Francesas. Apesar disso, foi só depois da Revolução Francesa que conseguimos assistir a um grau de uniformidade e coerência no tecido universitário europeu, «[...] and made them instruments of the forces of nationalism, liberalism, and bourgeois interest wich shaped the nineteenth century.» (Anderson 2004, 38).

⁶⁴ Bucci faz-nos um balanço esclarecedor sobre este período (1976).

⁶⁵ Para o caso russo que conta já com uma bibliografia extensa, ver (Anderson 2004, 241–55; Flynn 1988a; 1988b; Whittaker 2011; Charle 2004).

Capítulo II

As reformas universitárias no espaço Ibérico

A última vaga de reformas ficou marcada pela partilha de várias características. Ocorreu num período onde os governos absolutistas se generalizaram e onde o controlo das instituições, neste caso as Universidades, foi evidente. Em associação ao Iluminismo, estas ideias ganharam força em diversos países. Apesar de os Estados nunca terem conseguido a jurisdição total sob as Universidades, o que ficou evidente foi a promoção de matérias de cariz mais prático, consideradas úteis e indispensáveis.

Para a Península Ibérica, Hammerstein defende que «[...] foi seguido o modelo francês de sociedade Iluminista [...]» (2002b, 604 ver nota 14), que pretendia combater uma realidade considerada desoladora das Universidades ibéricas (idem 608). Esta situação podia ser definida pela falta de continuidade das disciplinas mais importantes do século XVII, como por exemplo, a filosofia natural. E também pela qualidade duvidosa do seu ensino, do domínio da teologia e dos teólogos, de uma teologia pouco esclarecida, um corpo docente apático e instituições estáticas e desatualizadas.

O controlo dos currículos (capítulo III) e das nomeações (capítulo V) foi aprofundado nestas reformas. Coimbra e Salamanca não foram exceção. Claramente na linha da reforma da Universidade de Turim (Piemonte), optou-se por uma reforma próxima das ideias do poder central, embora, com graus de pressão distintos (a oposição em Salamanca foi consideravelmente superior). Simultaneamente, em Portugal e Espanha, estas Universidades eram entendidas como parte de um sistema de ensino mais amplo, com vários níveis (Moreno González 1988; Sarrailh 1992; Cruzeiro 1988, 173), tal como nas Universidades do Imperio dos Habsburgo.

Outra transformação importante foi o surgimento das faculdades de filosofia, que acabam por ser criadas em várias Universidades (algumas logo no início destes processos de reforma, outras mais tarde, como o caso de Salamanca). É nestas faculdades, mas também em matemática e medicina, onde assistimos à introdução de novas matérias e disciplinas de cariz mais prático, marca característica desta vaga de reformas. Estas introduções levaram a alterações significativas em relação aos currículos anteriores.

Uma outra questão que assombrou as novas faculdades de filosofia, um pouco por toda a Europa, diz respeito às saídas profissionais. Algumas das Universidades alemãs conseguiram resultados positivos, mas este longo debate também foi visível nos casos aqui em estudo.

Manuel Prata (2014) tratou desta questão para o caso da Universidade de Coimbra, mas esta discussão foi extensa. Em várias cartas do Principal Mendonça de 1782, vemos a dimensão deste problema, que até ao fim do período em estudo não foi devidamente resolvido. Pelas palavras do Reitor fica visível a raiz do problema:

«[...] se não houver a providencia de se destinarem Empregos Lucrativos e hunorificos, que se confiraõ unicamente aos Formados, ou graduados nellas, que mais se houverem distinguido, e que por outra parte tiverem as qualidades necessárias, para bem servirem os mesmos Empregos.»⁶⁶.

A situação agravava-se quando as poucas vagas eram preenchidas por outros candidatos, «Há tambem muitos Empregos, e Officios estabelecidos, que ate agora se deraõ a pessoas sem Letras ou a Bachareis Juristas ... os quais com grande vantagem do Serviço de S.Magestade se podião conferir a Filosofos, e Mathematicos [...]». António Soares Barbosa, lente de filosofia moral, escreveu em 1790, quase uma década depois do testemunho anterior, que esta questão ainda se mantinha e como consequência parecia ter afastado alunos dos cursos de filosofia e de matemática, «Emfim a Agricultura e Manufacturas que empregos não oferece ao Filosofo [...]». Salamanca não foi exceção neste debate, aliás, um tratamento atento das muitas fontes possibilitaria uma melhor compreensão deste tema. Mas, referimos apenas que esta questão foi de facto transversal nas instituições universitárias neste período, e uma marca destas reformas analisadas na longa duração.

Outro aspeto que realçámos no capítulo anterior e que aqui merece especial atenção devido à sua especificidade, foi a atenção dada à subalternização da teologia em detrimento de outros saberes. Este processo foi também evidente em Coimbra e Salamanca, e as fontes mostram-nos uma realidade conflituosa.

A influência dos lentes de teologia foi durante muito tempo evidente no seio destas instituições, levando estes docentes a lutarem de forma bastante intensa por uma posição de poder que diminuiu consideravelmente. Os seus *opositores* foram principalmente docentes das novas disciplinas, em crescimento. Ainda em 1755, num parecer da Mesa, podemos ver que os lentes de medicina queixavam-se do voto que os teólogos tinham na escolha dos partidistas médicos, «[...] os dois M.^{es} Theologos pois os não consideram proporcionalmente fazendosse a oppozição nas obras de Galleno, ou Afforismos de Hipocrates, de q.^e os Mestres Theologos

⁶⁶ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Contas e Propostas da Universidade de Coimbra, 1775-1799, Mç. 512, Cx. 638).

pouco entenderaó, nem o Regim.¹⁰ dos Medicos [...]»⁶⁷. A falta de conhecimentos dos teólogos nos assuntos médicos incomodava os lentes de medicina, talvez tanto como a própria interferência. Devido à influência dos teólogos dentro da instituição, estes detinham poder de decisão na hora da escolha de opositores para as outras faculdades. A reforma alterou esta realidade?

O maior controlo do Ministério do Reino na escolha dos docentes pode ter contribuído para resolver esta questão. Por seu lado, o poder das congregações e a posição de Reitor, mais reforçada, poderiam ter criado uma espécie de balanço de forças. Mas esta perda de influência, visível um pouco por todo o lado foi, e é importante lembrá-lo, um processo longo e difícil. Teologia e cânones, disciplinas cimeiras na hierarquia das Universidades e que durante séculos formavam pessoas que acabavam por ocupar cargos de relevo fora do mundo universitário, dificilmente aceitavam ser iguais aos novos saberes como matemática, filosofia e medicina, consideradas de menor importância. Vejamos um exemplo.

Em 1771, os lentes Francisco Velez, Juan de Medina, Juan Gonzalez Zernunda e Francisco Antonio de Zunziunegui (todos de medicina e alguns autores do plano de 1766) corresponderam-se com o monarca onde apontam os problemas da sua faculdade⁶⁸. Qual o principal? As «[...] muchas revoluciones, inquietudes, y repetidas contradiciones [...]» entre os vários docentes. A presença de docentes de teologia ou cânones no momento das admissões, avaliações ou de progressões continuava a causar um desconforto assinalável entre os docentes:

«[...] la Medicina no es Philosophia, siendo constante, e indubitable entre los erudito a q.e la Medicina es la Phisica mas sensata, mas verdadera; mas fina, y de mucho maior extension en nociones Phisicas q.e la q.e se pide para el estudio theologico [...] dan a los Medicos el renombre de Phisicos por Artonomasia [...] para un theologo, puede ser bastante la Philosophia Aristotelica, pero esta, mirada ã buenas luxes nada es mas q.e un tejido de ideas, y noticias abstractas [...] pero q.e la verdad dá mui corta luz para averiguar las causas naturales, dar razon de sus efectos, conocer sus leies, y movimientos, instruirnos en muchos Phenomenos naturales, q.e sin el auxilio de la Chymica, de la Anatomia, de la Historia Natural, de la Maquinaria, de la Astronomia, de la Optica, Hidrostatica, y otras [...]».

⁶⁷ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Mesa da Consciência e Ordens. Secretaria da Mesa e Comuns das Ordens. Universidade de Coimbra. Nomeações, Mç. 57, Mf. 4928).

⁶⁸ (Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Informes y correspondencia de asuntos universitarios. Lecciones inaugurales, XVII-XIX, AUSA 2031).

Neste contexto, pretendiam os docentes de artes e de medicina uma certa equiparação, mas também o mesmo número de lugares no claustro.

Importa também aprofundar outra característica desta vaga de reformas, a inclusão de homens da Igreja. Este padrão é evidente nas Universidades em estudo e também nas Universidades católicas alemãs. A partilha de ideias semelhantes levou a uma cooperação próxima, como veremos.

No mesmo seguimento, surgiu outra ideia, esta já amplamente aceite, que refere que as Universidades se tornaram mais seculares (Hammerstein 2002b, 599). Como consequência destes processos de reforma, procurou-se criar instituições mais seculares, o que acabou por acontecer. Mas nos casos em estudo, não deixa de ser curioso que isto só foi possível com o auxílio indispensável de pessoas ligadas à Igreja. O caso da Junta da Providência Literária é uma clara prova.

Membros da Junta da Providência literária criada em 1770 em Portugal

Tabela 3: Descrição dos membros da Junta da Providencia Literária de 1770

Membros	Função
Sebastião José de Carvalho e Melo	Presidente Secretário de Estado dos Negócios do Reino
João Cosme da Cunha (Cardeal da Cunha)	Ordem dos Cónegos Regrantes de Santa Cruz Bispo de Leiria Arcebispo de Évora Cardeal
Frei Manuel do Cenáculo	Ordem Terceira Regular de S. Francisco Bispo de Beja Arcebispo de Évora
José Ricalde Pereira de Castro	Ordem de São Bento de Avis
José Seabra da Silva	Desembargador
Francisco António Martins Giraldes	-----
D. Francisco de Lemos	Ordem de São Bento de Avis Bispo de Coimbra Bispo de Zenópolis
Manuel Pereira da Silva	-----
João Pereira Ramos de Azeredo	Desembargador

Metade dos membros pertencia à Igreja e mais ainda, desempenhava altas funções na esfera da administração da Igreja em Portugal. No caso de Salamanca, a intervenção e apoio também foi essencial. Benito Jerónimo Feijóo (um dos pensadores mais importantes para as várias reformas universitárias em Espanha), Felipe Bertrán e Casanova, Bispo de Salamanca, e Francisco Pérez Bayer ou Joaquín de Eleta foram dos mais representativos. Aliás, em 1811, no plano do General Thiebault, assistimos a comentários bastante positivos à atuação de outro exemplo importante, refiro-me a Antonio Tavira y Almazán. Entendido como membro do grupo de eclesiásticos ilustrados espanhóis, foi membro da Real Academia Espanhola a partir de 1775 e nomeado Bispo de Salamanca a partir de 1791 (e até 1807). Doutorado em filosofia pela Universidade de Salamanca, é destacado pelo General francês como «[...] uno de los hombres mas virtuosos y mas ilustrados com que la España puede honrarse, escribió muchas veces, y del modo mas elocuente, sobre la necessidade de mudar la vergonzosa situacion de la Universidad [...] que jamas será reemplazado [...]» (1811, 38 e 57). Esta realidade partilhada entre Universidades, leva-nos a concluir com Araújo que:

«O papel proeminente que algumas figuras cimeiras da Igreja portuguesa tiveram na planificação das reformas da educação comprova que, neste domínio, o Marquês de Pombal, não descurando as orientações filosóficas veiculadas por conselheiros mais distantes, toma como fio condutor da sua acção governativa o discurso regalista dos sectores ilustrados do clero.» (2014, 20).

Recentemente, os investigadores de história das Universidades afastaram-se da ideia de passividade destas instituições. Nesse sentido, Hammerstein levanta-nos algumas questões de relevo. Qual a colaboração dos académicos nestes processos? Enquanto iniciadores ou colaboradores, ou até como opositores? Por outro lado, como o próprio autor indica, Monarcas, Príncipes e Ministros em muitos casos proporcionaram estímulo e autoridade para a concretização destes projetos (2002b, 599). Definitivamente, são questões que não se podem reduzir a uma resposta breve.

A realidade demonstrou-se bastante complexa, e o grupo dos docentes estava longe de ser coeso. Através do caso de Salamanca o que fica evidente é que para além da oposição, existiram vários casos de docentes que contribuíram e trabalharam em conjunto com as autoridades. Podemos falar do caso de Francisco Velez, Juan de Medina, Juan Gonzalez Zernunda e Francisco Antonio de Zunziunegui, autores do plano de medicina de 1766, aprovado

e incluído nos estatutos de 1771. Para além disso, nos capítulos seguintes apresentamos com mais detalhe outros exemplos concretos.

Estas reformas partilharam mais características com a vaga onde se inserem, desde a introdução de disciplinas mais práticas, novas faculdades, uma maior aceitação de uma teologia mais prática e a introdução séria do ensino do direito natural, entre outros. Mas temos também de apresentar aquilo que consideramos o ponto de rutura.

Já realçamos o fundo ilustrado católico que condicionou muitas das tomadas de decisão, principalmente a adoção de obras e ideias. Mas, para além disso, assinalamos com Anderson que o caso de Coimbra foi de facto uma rutura, caracterizada por «[...] showed how genuine intellectual reform could be combined with a complete lack of political freedom, and with the enforcement of the state's version of Catholic orthodoxy.» (2004, 30). Com isto, pretendia-se que de facto a reforma significasse um novo ponto de cisão com o passado, ou por outras palavras, uma *nova fundação*.

Acima já vimos que o autor atribui à mesma reforma de Coimbra um certo radicalismo, em relação a outras reformas da época. Sublinhamos esta ideia através das fontes consultadas, e este é um argumento ao qual iremos recorrer amiúde neste trabalho. Entendemos aqui esta ideia de radicalismo como um ponto de rutura com a situação anterior e a tentativa de criar algo diferente, novo.

Na carta de roboração dos novos estatutos, o próprio monarca é claro nesta ideia de rutura, terminando de forma clara, «[...] he servido estabelecer para a nova criação da Universidade de Coimbra [...]»⁶⁹. O efeito de legitimação evidente na ida do Ministro para Coimbra e na cerimónia de entrega dos novos estatutos, estava vincada na mente dos reformadores portugueses, o que por sua vez, permitiu ver esta reforma como uma nova fundação (Fonseca 2014, 52). Pimentel vai mais longe nesta ideia. Chegados a 1772:

«A drástica intervenção tinha por finalidade construir, sobre a antiga malha corporativa de imunidades e privilégios imemoriais, uma instituição de ensino moderna e *esclarecida*, desde logo mas, principalmente, submissa administrativa e pedagogicamente à estratégia de Estado superiormente determinada. Uma *Universidade Real*, na hábil designação oportunamente formulada. A obra assim delineada tinha, por isso, também, um nome adequado: *Nova Fundação*.» (2014, 293).

⁶⁹ (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972, Livro I: Do curso theologico:XI).

Como Braga nos mostrou, Francisco de Lemos recorreu abundantemente a esta expressão já cunhada nas fontes oficiais. Em 1772, na sua relação dos lentes pretendia «[...] prover nas cadeiras novamente creadas na nova fundação [...]» (Braga 1898, III 1700 a 1800:421). No ano seguinte, em maio, o Reitor envia uma nova relação, desta vez sobre questões financeiras da instituição «[...] antes da Nova Fundação.» (idem 314). Algum tempo depois do início da reforma, em 1794, numa carta do conselho de decanos, voltamos a encontrar o recurso a esta mesma expressão, com semelhante conotação:

«Entre as diversas Acçoens com que o Senhor Rey D. Joze I. Augusto Pay de Vossa Magestade immortalizou a sua Memoria he huma das principaes a nova fundação da Universidade, que o dito Senhor effectuara no anno de 1772, e em que animado de hum amor extraordinario pelo bem do seu Povo, não só Reformou as Faculdades até então concluídas, mas plantando outras de novo facilitou a Nação as grandes vantagens que devem resultar dos seus conhecimentos.»⁷⁰.

Em Salamanca, de forma distinta, parece ter reinado por bastante tempo um entendimento diferente, que na sua essência procurou conjugar (com dificuldade) a dualidade entre a tradição e a inovação. Neste sentido, já vimos anteriormente que as reformas das Universidades espanholas aconteceram neste contexto complexo, marcado pela tensão resultante da vontade de modernizar instituições mas sem se afastar de um certo nível de tradicionalismo. Esta dualidade é visível em várias discussões cujo tema central são os estatutos.

Como Frijhoff mostrou, muitas destas instituições ainda se regimentavam por estatutos e regulamentos antigos (2002, 68). Foi também esta ideia que levou à crença, na mente de muitos reformadores, na necessidade de se optar pela sua renovação tendo em conta aqueles que seriam os interesses do poder central (idem 69).

Tal como aconteceu em várias instituições, Salamanca não era exceção e como Addy demonstrou, antes da reforma vigoravam os estatutos de 1625 (1966, XVI). Nesta Universidade, a tensão entre estas duas realidades foi evidente e amplamente debatida. O plano de medicina de 1766, dá já sinais claros desta situação, ainda antes da aprovação do plano final, em 1771. Para estes docentes de medicina, o novo plano devia levar em conta (parcialmente) os estatutos ainda em vigor, principalmente em situações omissas do novo plano, ou em casos

⁷⁰ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Consultas do Concelho de Decanos da Universidade de Coimbra. 1779-1831, Mç 517. Cx. 643).

de dúvidas e de conflitos entre regulamentos⁷¹. Apesar disto, como veremos mais à frente, existia a clara perceção por parte destes docentes de que os estatutos de 1625 não podiam permanecer na íntegra. O próprio Conselho de Madrid, na sua resposta, mantém semelhante posição. No ano do início da reforma o claustro escreve que o novo plano continha várias medidas que entravam em conflito com os antigos estatutos, «[...] se originan frequentemente vários litígios, o Disputas tememos probablemente, que esto suceda en nuestros Claustros acerca de los dichos Estatutos [...]»⁷²

Em 1774, argumentava o Reitor (Pedro Luís Blanco) que qualquer compatibilidade ou complementaridade que se pretendesse realizar entre, chamemos-lhe, o *novo* e o *velho*, interferia profundamente na aplicação da reforma⁷³. Diego Paredes, secretário da Universidade, reporta, no mesmo ano, a *confusion* que se vivia resultante desta tensão⁷⁴. Ainda no mesmo ano, o Fiscal não poupa críticas à posição da Universidade perante esta situação, acusando a instituição de não conseguir aplicar o estipulado pelo plano de 1771 «[...] para que en ningún tiempo pueda servir de desculpa a la Universidad de Salamanca la falta de coordinación y cortejo de sus constituciones, y estatutos [...]».

Como forma de defender a distinção que procuramos destacar, parece-nos importante apresentar um caso que explica bem a diferença de abordagem entre reformadores portugueses e espanhóis. Parece-me possível afirmar que em Coimbra, a lógica de rutura é levada ainda mais longe com a realização de listas de dispensas e promoções com o objetivo de afastar docentes menos partidários com o novo projeto (o que não aconteceu em Salamanca).

Braga (1898, III 1700 a 1800:420–25) mapeou com detalhe a ação do Reitor Francisco de Lemos na análise da classe docente. Na *Relação dos Lentes* (transcrita pelo autor) podemos ver já uma longa lista com as novas cadeiras e quais os docentes que deviam lecioná-las. Com o objetivo claro de realizar⁷⁵:

«[...] um outro trabalho secreto e extremamente difícil, o de formular uma longa lista de todos os lentes que deveriam ser afastados da Universidade por meio de jubilação, e d'aquelles que pelos seus merecimentos e aptidões especiaes eram garantia segura para a eficácia da reforma

⁷¹ (Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Reglamentos y Planes de Estudios. Reales Provisiones, Cédulas y Ordenes, 1553-1879, 2032/2).

⁷² (Archivo General de Simancas (AGS), Inventario de la Secretaria de Gracia y Justicia. Instrucción Pública. Fechos de la Universidad de Salamanca», 1768-1776, Legajo 944).

⁷³ (Archivo General de Simancas (AGS), Inventario de la Secretaria de Gracia y Justicia. Instrucción Pública. Fechos de la Universidad de Salamanca, 1768-1776, Legajo 944).

⁷⁴ (Archivo Historico Nacional (AHN), Consejos, Universidades, Legajos 5462-nº1). Na mesma fonte, Paredes chega mesmo a pedir ao conselho o envio de um visitador para que se tentasse resolver este problema.

⁷⁵ Ver também (Mérea 1957b; 1957a).

[...] e ninguém como Francisco de Lemos conhecia mais intimamente todo o pessoal académico.» (idem 421).

Estas jubilações *compulsórias* resultaram na saída de 13 docentes⁷⁶ que através de sucessivos despachos legais (quatro do mês de setembro de 1772) afastaram um quadro docente indesejado. Como o autor refere, apesar desta medida mais radical, não podemos esquecer que também estes docentes tinham a sua própria rede de influências e de contactos, podendo levar a alguma tensão. Assim, apesar de não termos queixas por parte dos jubilados, o resultado seria um julgamento pelo crime de lesa-majestade, abandonaram funções e mantiveram as suas pensões e outros privilégios⁷⁷.

Simultaneamente foi necessário promover docentes e o Reitor teve de colmatar as vagas resultantes das jubilações e das novas cadeiras criadas em 1772. Falamos de um total de 33 docentes e de 20 substitutos com privilégios de lentes⁷⁸.

Já o caso de Salamanca foi bastante diferente. Como veremos mais à frente com maior detalhe, tivemos dois grupos distintos dentro da instituição. O grupo maioritário era claramente oposto à reforma sendo esta apenas apoiada por uma percentagem pequena de docentes. Esta realidade acaba por mudar apenas na década de 1780/90 com as jubilações dos docentes. Deu-se, podemos dizer, um processo natural de mudança que acaba por privilegiar os docentes favoráveis às reformas de Carlos III, naquela que seria das Universidades mais conservadoras do reino. A interferência, neste aspeto e em comparação com o caso de Coimbra, foi bem menor e menos intrusiva.

Este aspeto é esclarecedor da longa caminhada que foi a tomada de controlo das Universidades pelo poder central, submetendo-as à sua tutela (processo, aliás, que marcou toda a época moderna). Para o período que estudamos, principalmente em relação a esta última vaga reformadora, o expoente máximo desta política foi o Império dos Habsburgo através da criação de um sistema central onde as Universidades estavam subordinadas a um padrão institucionalizado e ligadas a um sistema uniformizado de escolas secundárias, padrão que foi adotado, com algumas alterações, em Portugal (Anderson 2004, 20).

⁷⁶ Medicina: 5; cânones: 4; teologia: 2; leis: 2.

⁷⁷ Exemplo disso foi a manutenção daqueles que já detinham «Pensões que tinham a título de Conductas» e que conservaram as suas pensões (falamos assim de 8 docentes).

⁷⁸ Segundo o documento transcrito por Braga temos: leis: 9 professores e 6 substitutos, teologia: 8 professores e 6 substitutos, cânones: 7 professores e 5 substitutos, medicina: 4 professores e 3 substitutos, matemática: 3 professores, filosofia: 2 professores. Uma tendência evidente no espaço católico europeu foi a predominância de *regalian professors* nas várias faculdades, com maior relevo para teologia e cânones (Anderson 2004, 22).

O papel dos docentes, as grandes alterações curriculares e a circulação de obras e ideias que surgiram nesta vaga (tal como as semelhanças e diferenças entre os casos em estudo) serão analisadas com detalhe nos próximos capítulos.

Os reformadores Ibéricos, troca de ideias

Como Paquette refere, para conseguirmos entender a política interna e externa dos países do Sul da Europa, temos de ter em conta a interação e cooperação a vários níveis. Um episódio no século XVIII destaca-se. Falamos no trabalho conjunto para a expulsão dos Jesuítas⁷⁹, bem-sucedido aliás. Este episódio não é de todo alheio ao estudo das reformas universitárias, a última vaga de reformas teve como acontecimento prévio a expulsão da Ordem de Jesus. Coimbra e Salamanca não foram exceção, o seu afastamento foi fundamental para a remoção de qualquer obstáculo nas reformas do ensino.

Mas, para o autor esta cooperação vai mais longe, «[...] suggest an elevated level of interaction, cooperation, and mutual influence on both the spheres of international diplomacy and domestic policy making [...]», neste caso, também, «[...] cultural and intellectual [...]» (2009, 5 e 6).

Neste sentido caminhou Araújo quando refere que, no caso português, para além da propaganda antijesuítica levada a cabo pelo gabinete de Pombal, o Ministro tentou privilegiar a internacionalização do «[...] modelo português de educação nacional, adequado às exigências secularizadoras e regalistas do Estado e arquitectado em função das orientações dominantes, do ponto de vista filosófico, pedagógico e científico [...]» (2003, 54). E em 1763, no *Essai d'Éducation Nationale*, podemos ver os primeiros ecos da ação e da propaganda pombalina sobre a importância da reforma do ensino (idem 55).

Portanto, não foi apenas uma tentativa de alcançar avanços ou reproduzir modelos estrangeiros em solo português e espanhol, mas, também, procurar afirmar uma singularidade na capacidade de inovar, ela própria, capaz de servir de modelo. Em Portugal, através dos novos estatutos (mais tarde enviados para várias partes da Europa) manifestou-se a vontade de marcar posição no espaço europeu através da modernização. Em Salamanca, numa tentativa de

⁷⁹ Para o papel dos Jesuítas na questão do ensino na Europa (O'Malley 2015 e 2016).

uniformização do tecido universitário espanhol, procurou-se a reforma da instituição, enquanto modelo a exportar.

Nesta investigação conseguimos trabalhar com alguns canais que nos mostram essa interação e cooperação. Temos de notar que os contactos se fizeram essencialmente, por intermediários. No centro, esteve quase sempre o Bispo de Beja, fr. Manuel do Cenáculo, próximo do Ministro de D. José, que se correspondia com Gregoryo Mayans, e o diretor geral da imprensa régia, Nicolau Pagliarini que contactou com Campomanes.

Comecemos então pelo diretor geral. Datadas de dezembro de 1772, temos duas missivas de Pagliarini no Arquivo de Campomanes⁸⁰. Inicialmente, importa então reter a proximidade com a reforma de 72. O diretor indica-nos que tratou da impressão de «[...] 3 vol. in 4º in questa Regia Stamperia [...]», dos estatutos que «[...] di nuovo fondata la Università [...]». Estes exemplares, por sua vez, tinham um objetivo muito específico. Segundo o próprio, Pombal teria autorizado a «[...] offerirle [Campomanes] il Esemplares [...]» através do secretário da embaixada, Amador José da Costa. Pagliarini que entendia que Campomanes era «[...] che in questo Secolo è riconosciuto per il què dotto, e piu valoroso difensore dé Regi Diritto [...]», iria rapidamente constatar que os estatutos da Universidade de Coimbra «[...] potra facilmente riconoseere, se i fundamenti, e le Leggi di questo nuovo Codice della Instruzione Pubblica Portoghese sono conformi alle doctrine, che hanno reso la di Lei Degnissima Persona cosi celebre, e rinomata nel Mondo [...]».

É na resposta do próprio Campomanes que vamos poder aceder diretamente ao seu pensamento sobre os novos estatutos. Datada de 31 de dezembro de 1772 e enviada ao próprio Marquês, começa por agradecer o envio de Pagliarini e refere também que já teria lido o *Compendio Histórico*, obra que «[...] hace honor al Reinado de S. Ill. M. y à V. E. en su Ministerio.». Para o Fiscal do Conselho de Castela, o ponto principal parece mesmo ter sido a faculdade teológica, embora não se esquecesse das restantes. De uma forma geral, tece várias críticas ao ensino da teologia, «[...] tan divina ensenañza hubiese degenerado en tantas facciones [...]».

Aristóteles e os seus discípulos, na opinião de Campomanes, tiveram um papel central nesta dispersão (a crítica aqui residia nas escolas de pensamento que surgiram do trabalho do pensador grego). Apesar de muitos autores terem defendido as *tecnicas excelentes* do grego, as traduções que se seguiram para o idioma vulgar resultou numa dispersão de erros «[...] para desenfanar a los q se creen peripátéticos [...]». Como solução, defendia o influente Fiscal, que

⁸⁰ (Archivo Historico Nacional de Madrid (AHN), Conde de Campomanes, Caixa 34/Documento 5).

aos decentes e alunos de teologia, importava apenas o *Texto Sagrado* e a *tradicion*. Então, o ensino vigente focava-se em demasia na *penitencias Canonicas* e esquecia outras mais determinantes como a unidade das Igrejas e, principalmente, matérias ligadas a jurisprudência. Enquanto jurista, percebe-se esta ligação que o próprio trata de aprofundar. Os estudantes de teologia estavam privados de uma componente jurídica «[...] dentro de cujos limites estan las Iglesias [...]».

Para o direito romano, adverte o autor, perde-se muito tempo em exposições inúteis e atrasadas, mas o *methodo de Coimbra* foi capaz de superar estes inconvenientes: com o recurso ao grego e o recuo *das Fuentes del digesto*. A sua deliberação para a teologia foi longa, mas Campomanes acaba por valorizar as introduções de 1772.

De seguida, a sua reflexão debruça-se sobre a faculdade de medicina. Este curso não podia ser entendido sem «[...] Fisica, Anathomia, y Lingua griega [...]», que os estatutos de 1772 já previam e aplicavam (*atendido e precavido*). Realça também os prémios atribuídos aos alunos do curso enquanto estímulo. Mais ainda, salienta o reforço do curso com a cirurgia e farmácia, *parte integrante*⁸¹. As ciências farmacêuticas mereceram alguma reflexão, principalmente a sua intrínseca ligação com a química. Os conhecimentos farmacêuticos no ocidente beneficiaram da medicina dos *Arabes*, saberes que foram adaptados, mas, infelizmente, com pouco *discernim.to*. Prova disso foi mesmo a desatenção que até então se tinha dedicado à história natural, [...] ciência digna de personas decentes y estudiosas.». Considerou a química, ciência capaz de demonstrar *las verdades*, saudou a escolha de Boerhaave na medicina (autor também adotado em Salamanca).

Desta fonte, parece-me possível deduzir algumas ideias: 1) de uma forma geral, Campomanes apresenta uma opinião positiva da reforma da Universidade de Coimbra, nada mais do que o reflexo de «[...] los Reyes y Ministros, que fomenta las Ciencias [...]», 2) algumas das ideias aqui apresentadas pelo Fiscal do Conselho de Castela, como a interpretação dos estudos farmacêuticos contrastou com as introduções de 1771, em Salamanca. Como resposta, apenas podemos compreender os obstáculos ao claro processo de negociação que marcou a reforma. Prova disso, para lá dos estudos farmacêuticos, temos também o exemplo da posição de Campomanes em relação à matemática.

⁸¹ Neste ponto, Campomanes deixa-nos uma crítica interessante. Quem culpava o Fiscal pelo estado das faculdades de medicina? Os docentes. Foi bastante crítico desta classe profissional, que era caracterizada pela incompetência e pela falta de iniciativa. Como resolver a situação? Através de iniciativas legislativas, o poder de legislar deveria assim, estar ao serviço do poder central para *corrigir* esta classe.

As *Ciencias Mathematicas* que no plano de 1771 ficaram reduzidas a um determinado número de cadeiras no curso de artes e não a um curso próprio, merece nesta carta um elogio rasgado. A sua importância residia na «[...] exactitud erigen las operaciones mecánicas [...] aquellas artes, que fomentan la industria, la navegacion, la tactica, y todas las produções artificiales del Comercio.». Esta abrangência e idealização esteve completamente ausente do plano de 1771, como veremos.

Noutra carta do mesmo autor, também de dezembro de 1772, mas para Pagliarini, podemos ver nova alusão aos estatutos de Coimbra. Esta fonte destaca-se por nos oferecer duas ideias principais: 1) só através dos estudos preliminares podia haver progresso e nesse sentido felicita a decisão de incluir exames em todas as classes de estudos, 2) a importância do ensino da matemática, onde destacava a astronomia. Mais uma vez, reforçamos a ideia de que a negociação essencial para a aplicação da reforma em Salamanca se traduziu no plano possível em muitos aspetos, onde só pontualmente alguém venceu de facto.

Ainda sobre o mesmo curso, Campomanes mostra-se especialmente impressionado pelo facto de ser bastante completo. Na carta anterior, chama a atenção para o facto de não ter sido possível identificar e adotar um curso de matemática que agradasse. Agora, sem se comprometer, exalta o «[...] curso Mathematico incluso el dela Astronomia [...]».

Outra via de comunicação que vamos destacar brevemente, envolveu duas figuras não menos importantes, Gregoryo Mayans e frei Manuel do Cenáculo. Mayans fora um conhecedor atento do que era produzido em Portugal, como por exemplo Verney e a sua obra (Ricard 1971, 689)⁸².

A correspondência entre Cenáculo e Mayans foi intensa, entre 1767 e 1797 foram trocadas 101 missivas (Piwnick 1986, 483–614). E através desta vasta correspondência analisada por Piwnick, podemos retirar algumas conclusões importantes.

A primeira é que o Bispo de Beja foi, sem dúvida, o interlocutor privilegiado entre o pensador espanhol e o Ministro de D. José. As obras do docente valenciano seguiam este mesmo itinerário, tendo desta forma chegado as mãos de Pombal. Cenáculo foi também uma opinião importante junto do lente, isto fica visível nos comentários que circulavam deste intercambio de obras («[...] que sugeto a la juiciosissima censura [...]»).

Outra conclusão importante está patente numa missiva de Mayans de 1768. Os planos de reforma foram tema de conversa entre os dois, Mayans envia o seu projeto ao Bispo em

⁸² O mesmo autor refere que Mayans teve conhecimento e oportunidade de examinar um «[...] plan d'études antiscolastique [1772]», mas não foi possível apurar concretamente que plano era este.

1768⁸³, e o oposto também acontece. No ano seguinte, Cenáculo refere que ainda não tinha enviado os estatutos de Coimbra porque ainda não estariam terminados⁸⁴.

Entretanto, Mayans já teria recebido o *Compêndio Histórico*. Em 1771 o lente refere que esta obra tinha a marca do Bispo. Como? Através de um discurso claramente antijesuítico e com um foco evidente nos vícios da Universidade. O lente tivera de esperar até dezembro de 1772 para receber os estatutos (no mesmo mês e ano em que Campomanes). Mas a resposta de Mayans tarda e apenas dois anos depois temos uma nova carta com o seu parecer.

Tal como Campomanes, o lente tece comentários positivos sobre os estatutos («Los Estatutos [...] son una Obra felicissimamente formada despues de los estúdios de los mejores libros, i despues de una larga i profunda meditacion, acompanhada de singular destreza en saber ordenar los Pensamientos mas utiles para el adelantamiento de las Ciencias i Artes.»). Por sua vez, e talvez a única crítica, destacou também o carácter utópico da obra, que acaba por ser devidamente resolvido pela escolha «[...] de sábios compêndios, se perficionarà la ensenanza de todas las demas.»⁸⁵.

Não foi possível, talvez pela economia de tempo, identificar outras linhas de comunicação entre os reformadores ibéricos. Mas as passagens que aqui ficam mostra-nos que houve um conhecimento atento ao que se passava e, de Espanha para Portugal, possuímos comentários diretos aos estatutos de Coimbra.

Tanto Campomanes como Mayans teceram observações positivas aos estatutos, que como vimos, rapidamente alcançaram as altas entidades castelhanas (em dezembro de 1772, os exemplares já tinham alcançado Madrid e Valencia). A longa reflexão de Campomanes sobre os estatutos portugueses também nos mostrou que existiu uma vontade clara de se ter ido mais longe em 1771, por exemplo, na disciplina de matemática.

⁸³ Mayans envia o seu plano no mesmo ano em que este estaria já em análise no Conselho de Castela, «Se trata de examinar en la Sala Primera de Gobierno del Consejo de Castilla mi Plan general de todos Los Estudios para reforma de las Universidades: se aprueva, verà V. R.ma hasta onde llegan mis deseos. Ruegue a V. R.ma a dios que me dè luz i fortaleza, como li Hermano i yo suplicamos a su Divina Magestad que continue en ilustrar do animo de V. R.ma para hacer bien al Publico».

⁸⁴ Os estatutos ainda estariam em elaboração, «Quando aparecer o Plano que El Rey fizer para a Universidade de Coimbra, taõbem o enviarei a V.S.^a, que deve persuadir-se que não falta aqui barbaridade e fanatismo atrevido: mas acha de encontro hum Ministro forte e seguro Majestatis Suae.».

⁸⁵ Pelo interesse do comentário de Mayans, deixamos aqui o excerto completo: «Pero lo mas maravilloso es que, parecendo los Estatutos a primera vista [...] mas ideales que practicables, se vem desde luego acompanhados de la egecucion, empezada a practicar com tanto acierto que ya no puede dudarse que la manera que el conocimiento de unas Ciencias i Artes de vâ facilitando por medio de sábios compêndios, se perficionarà la ensenanza de todas las demas. De outra suerte los Estatutos se tendrían por impracticables, i por dignos de publicarse en una universidad idealmente estabelecida en la Republica de Platon, o en la Utopia de Thomas Moro. Una empresa como essa llevada al cabo, facilitarà el mejor methodo de aprender las verdades necessàrias i utiles al Genero Humano, en todas las Universidades del Mundo donde avrà amor a las letras».

Autores e influências

Como a historiografia já tem demonstrado, as fontes que influenciaram estas reformas foram diversas. Falamos assim de vários pensadores, mas também de outras instituições universitárias. A nível institucional voltamos a destacar a Universidade de Turim, reformada em 1727. De seguida, temos Pádua, através de um dos seus docentes, Jacopo Facciolati (Costa 2014, 183). Convidado inicialmente para dirigir o Colégio dos Nobres (que acaba por rejeitar) cedeu a outros pedidos do Ministro de D. José. Entre eles o envio dos estatutos daquela Universidade por si redigidos, e que Pombal pediu para a reforma de Coimbra⁸⁶. Destacamos também as políticas centralizadoras implementadas no império dos Habsburgo ou nas Universidades católicas alemãs.

Relativamente ao grupo de pensadores, destacamos várias figuras, não só ibéricas. Por exemplo, tal como Araújo refere para Coimbra, existiu uma influência de René de Caradeuc de la Chalotais. O mesmo poderia ter acontecido em Espanha. No arquivo de Campomanes podemos ver um livro do mesmo autor, *Prueba de educacion nacional o plan de estúdios para la juventud*, traduzido por Inocencio de Caon e dedicado a Campomanes (Saragoça, 1768)⁸⁷.

Para o caso espanhol, invariavelmente, temos de referir a importância de Feijóo, Olavide e Mayans.

Benito Feijóo, nas palavras de Addy, contribuiu consideravelmente para a propagação da ideia de *espírito europeu* de admiração pela ciência (1966, XIV). Para o autor, o pensamento do espanhol foi de facto determinante, mas a Universidade de Salamanca não partilhou o seu ímpeto reformista, o seu grande apoio adveio apenas da facção reformista da instituição (idem XV). Sánchez-Blanco demonstra que Carlos III optou pela corrente *eclética* representada por Mayans, em detrimento da corrente experimental defendida por Feijóo (2002, 103). Na prática, o monarca afastou-se de uma facção mais inovadora «[...] sino que busca desde el primer momento un compromiso con las Universidades reacias a la reforma.» (idem 103–4). A ação de Feijóo demonstra bem os sinais de uma atividade intelectual em ascensão ainda antes do reinado de Carlos III (Francisco Fuentes 1988, 13–15). Apesar disso, as ideias de Feijóo para a Universidade espanhola eram claras: centralização, novas matérias, ensino estatizado, criação

⁸⁶ Enviou também uma outra obra da sua autoria, falamos da história da Universidade de Pádua. Pede também algumas sugestões para a contratação de docentes para física e matemática.

⁸⁷ (Archivo Historico Nacional de Madrid (AHN), Conde de Campomanes, Caixa 13/Documento 31).

de um centro em Madrid de onde se preparassem medidas na área da educação a nível nacional, maior controle na seleção de estudantes e novos métodos de ensino (Valle López 1990, 435)⁸⁸.

Pablo de Olavide foi outra das figuras cimeiras, talvez não tanto para Salamanca, mas para Sevilha. Araújo enquadra Olavide enquanto defensor de um programa que pretendia: responder à falência das escolas jesuítas e defender um ensino elitista na mesma linha de Ribeiro Sanches (ideias que acabam por influenciar as políticas de Carlos III e de D. José I (2014, 18)⁸⁹. Para Domínguez-Ortiz o plano de estudos mais importante deste período foi o de Olavide, embora a falta de aplicação na íntegra foi uma marca dominante (1988, 165–66). De uma forma geral, o reformador propunha: criação do cargo de diretor, introdução de autores mais recentes, introdução do direito pátrio e natural, atualização do estudo de medicina, aulas práticas de anatomia e a criação de jardins botânicos, controlo estatal do ensino e uniformidade (Valle López 1990, 435). Para Sánchez-Blanco, Olavide situava-se na mesma linha de Feijóo defendendo a ideia da criação de uma nova Universidade, despida de tradição e costumes «[...] la nueva Universidad debería secularizarse y formar hombres útiles al Estado [...] En general pretende reducir substancialmente el carácter clerical de las Universidades.» (2002, 106–9). Mais ainda, pretendia, «[...] secularizar e laicizar la Universidad [...] que el alumnado se nutra sobre todo de una classe media; y que el fin de la enseñanza sea el formar buenso ciudadanos.».

Tanto Feijóo como Olavide destacavam-se de Gregorio Mayans y Siscar, embora as ideias do valenciano também não tivessem vingado, ficando principalmente restringidas à Universidade de Valência⁹⁰. Domínguez-Ortiz refere mesmo que Mayans teria sido o pensador mais emblemático da sua época, embora, ao contrário do que o autor pensou, o seu plano de estudos não foi aplicado em todo o tecido universitário espanhol (1988, 165). O projeto apresentado pelo valenciano tem de ser entendido numa lógica mais ampla, de recolha de informações por parte do poder central (em forma de pareceres e projetos) com vista à realização de um projeto de reforma mais amplo (idem 165). Mas também numa resposta das próprias Universidades e universitários à necessidade de reformas que marcava este período. É neste contexto que Mayans apresenta o seu plano, que surge logo após a expulsão dos jesuítas, e demonstra bem a preparação que o poder central almejava de forma a colmatar a ausência da ordem (Sánchez-Blanco 2002, 103).

De uma forma breve, as propostas do lente eram: defesa do modelo humanista na fase inicial dos estudos, fortalecimento do modelo retórico das faculdades de artes, apologia do

⁸⁸ Ver também (Carrillo e Angeles 1953; Sánchez Cantón 1961).

⁸⁹ Relativamente a sua ação na Universidade de Sevilha, ver (Liendo Tagle 2018; 2016).

⁹⁰ Para uma análise detalhada ver (Peset e Peset 1975).

«[...] credo eclético: primero la Biblia y cánones eclesiásticos; luego, las ciências.» resistência às ideias matemáticas de Newton e Descartes (idem 104). O mesmo autor, sublinha que foi através de Mayans (entre outros autores) que na área do direito a divisão entre o conhecimento experimental e o conhecimento desta disciplina, ficou menos evidente (idem 195). De forma geral, apesar de muitas das suas ideias terem sido ignoradas ou parcialmente aplicadas em Valência, algumas das novas cadeiras que surgiram após 1771 seguiam uma linha *mayansiana* (idem 205).

António Nunes Ribeiro Sanches foi mais um dos autores cujo pensamento e obra tiveram um impacto significativo e com um alcance amplo, influenciando também alguns pensadores espanhóis. Araújo associa Sanches na linha de Olavide, ambos influenciados por de la Chalotais na crítica às escolas jesuíticas (2014, 18). Das suas obras, destacamos três fundamentais, *Cartas sobre a Educação da Mocidade, Método para Aprender e Estudar Medicina* e *Apontamentos para fundar-se uma Universidade Real* (Mendes 1991; *Obras* 1959)⁹¹. Na década de 30, já o médico português tinha enviado para Portugal uma obra sobre o novo método de estudar medicina para ser introduzido na Universidade de Coimbra (Dias 1952, 373)⁹². No mesmo período, ainda durante o reinado de D. João V, assistimos já a introduções novas, uma delas foi a atualização da biblioteca da Universidade, entendida como «[...] a mola da reforma das Faculdades.» e, de novo, Sanches contribui aconselhando obras para filosofia e medicina, realçando a importância da Universidade de Leida e do médico Boerhaave (Araújo 2014b, 38 ver notas 70 e 71).

Sanches acaba por influenciar profundamente várias facetas da reforma portuguesa, mas optamos por destacar as suas ideias para medicina. Discípulo do já referido Boerhaave, sublinha a importância de um ensino mais prático e experimental (Pita 2014, 148 ver nota 16). Carvalho mostra-nos isso mesmo em relação ao estudo da história natural enquanto peça central na formação dos estudantes de várias áreas não apenas para medicina, embora demonstrasse um certo afastamento da botânica no seu *Método* de 1763 (Carvalho 1987, 31). Sanches (em 1760) também destaca o *Systema Naturae* de Linneu (idem 33). Obras e autores que, após 1771, acabam por ser introduzidos em Coimbra. Campos afirma mesmo que outra das suas obras (*Tratado de conservação*, de 1757) mostra-nos uma união clara entre os cuidados públicos e a preservação da saúde (medicina política) (2018, 78).

Por fim, não podíamos terminar sem apresentar outro autor pelo seu impacto e relevância não apenas num dos países, mas em ambos, refiro-me assim a Luís António Verney.

⁹¹ De uma forma mais abrangente ver (Guerra 1984; Pina 1955a; M. Lemos 1899; A. R. Mendes 1998).

⁹² Ver também (Araújo 1984; Willemse 1966).

Araújo, para o caso de Coimbra, entende que Verney, juntamente com Ribeiro Sanches, «[...] foram, em muitos aspectos, verdadeiros precursores das reformas educativas do Século XVIII.» (2014, 35). Para Carvalho Homem, o *Verdadeiro Método* vem demonstrar que a filosofia peripatética já não tinha lugar nas instituições culturais. Esta obra caminhava já numa linha de reforço da crítica que se iniciou no século anterior, e da defesa da nova pedagogia, que pretendia o progresso mental e material do país (1981, 39).

A influência do autor em Espanha é confirmada por Sánchez-Blanco, quando defende que as suas obras «[...] fue uno de los textos recomendados por el gobierno al verificar la reforma de los estudios universitarios.» (1997, 162). Sarrailh, refere, para além de Ministros, o seu impacto junto dos docentes laicos espanhóis (1992, 203). Apesar disso, para o caso espanhol, tal como aconteceu com outros autores que aqui apresentamos, as ideias não foram completamente implementadas. Por exemplo, os reformadores espanhóis afastaram-se da preferência pela filosofia de Locke (Sánchez-Blanco 2002, 164) apesar de encontrarmos obras do autor no pós reforma. Este ideal baseado no autor inglês, alimenta, no pensamento de Verney, a crença no empirismo e na educação em geral (Araújo 2003, 53), mas não granjeou a mesma adesão em Espanha.

O pensamento e as obras do autor já mereceram uma cuidada atenção de vários historiadores, mas destacaremos aqui apenas algumas conclusões⁹³.

Ainda antes do início da reforma da Universidade, Verney demonstrou-se bastante crítico do isolamento cultural português, a sua atenção estava principalmente direcionada para a questão educativa (Araújo 2003, 35). No *Verdadeiro Método* mostra ser um defensor da modernização do sistema de ensino, mais do que isso, representou «[...] a primeira crítica coerente ao modelo de ensino das escolas portuguesas e o primeiro apelo a favor da modernização cultural do país dirigido à opinião pública.» (idem 55).

De uma forma geral, o autor pretendia abandonar o ensino escolástico (Martins 1980), denunciou carências no sistema jesuítico, defendeu a secularização do ensino, a introdução de novos métodos e a valorização do método experimental (Araújo 2003, 56). As reações as suas ideias em Portugal e em Espanha não se fizeram esperar (Andrade 1949; Peset e Lafuente 1981). Apesar disso, a sua influência foi assinalável no pós reforma. No ensino da filosofia racional e moral, foi seguida uma linha bem conhecida de Verney, «[...] orientação eclética subjacente à Filosofia do Direito.» (Araújo 2014b, 32). Privilegiando como autores a seguir, Grotius,

⁹³ Ver (Andrade 1947; 1980; Ferreira 1984; J. V. de P. Martins 1980; Moncada 1941; Pina 1955b; Teles 1951; Verney 1746; *Verney e o Iluminismo em Portugal: actas do Colóquio «Verney e a Cultura do seu Tempo»* 1995).

Wolff, Martini, entre outros. A teologia mereceu também uma atenção detalhada por parte de Verney (Araújo 2014a, 89 e ss.).

No direito, mostrou-se bastante crítico das ideias escolásticas (ou bartolistas), preferindo uma aproximação as linhas cujacianas (Costa e Marcos 2014, 110–11, especialmente nota 2; Moncada 1925; 1941). Simultaneamente, defendia o método de Heinécio, o sintético-compendiário. Portanto, rapidamente identificamos autores e ideias que vão ter o seu lugar na Universidade reformada, em Coimbra e Salamanca. Na medicina (Pita 2014, 149–50), os reformadores portugueses optaram por contrariar a ideia defendida por Verney, relativamente à cadeira de anatomia no primeiro ano de estudo, por sua vez, acolheram positivamente o aspeto experimental que este curso deveria oferecer.

Como vimos, as reformas de Salamanca e Coimbra surgiram já após um período de clara mudança, onde era inevitável evitar o impacto das novas ideias (as quais já tinham entrado na península antes dos reinados de Carlos III e José I). Turim, Pádua foram instituições que deixaram a sua marca. Mais do que isso, pensadores como Mayans e Verney, merecem uma posição de destaque. Muitas das suas ideias, apesar de também assistirmos a uma seleção restrita por parte dos reformadores, iam ao encontro dos objetivos de Ministros e Monarcas, fornecendo um quadro conceptual importante.

A ideia de *atraso* e de *decadência* das Universidades setecentistas: casos de inovação ou de exceção?

Antes de passarmos à comparação curricular, seria importante focarmo-nos numa questão já bastante discutida, mas não menos interessante (para um balanço geral ver a obra dirigida por Cadilhon, Mondot, e Verger 1999). Nas últimas décadas surgiram vários trabalhos que têm procurado analisar a ação das Universidades durante dois dos períodos mais emblemáticos da ciência ocidental, a Revolução Científica e o Iluminismo. Roy Porter, na sua análise de longa duração da Revolução Científica, não se afasta muito do contributo de Edelstein quanto ao papel das Universidades na difusão do Iluminismo, e na sua ação na formação de um público capaz de absorver novas ideias.

Por sua vez, a retórica nas fontes visando criticar o período delicado que as Universidades passavam são abundantes, e constituem um campo de análise bastante rico. Na carta de roboração dos novos estatutos, a título de exemplo, fica claro que estes vinham para

terminar com os *deploraveis estragos* e para promover *os progressos das Sciencias, e Artes*⁹⁴. Manuel Ferreira Patricio caracteriza a descrição do estado da Universidade por parte do *Compêndio Histórico* como, «[...] a primeira denúncia oficial, extremamente violenta [...]» (2008, 7).

A persistência desta retórica foi importante para justificar a intervenção nas instituições e na mudança do *status quo*. Em 1774, Pedro Blanco reforçava esta ideia tendo em vista o fortalecimento da posição do Reitor na Universidade (em confronto com o cancelário) «[...] no há conseguido esta primera Univ.d su deseado restablecim.to. y aun sera mas lamentable la actual decadência [...]»⁹⁵. Este e outros acontecimentos levam José Eduardo Franco a concluir que: «Foi no Plano das reformas, em especial nas reformas da educação [...] que, de uma forma mais incisiva, foi utilizada a ideologia antijesuítica para operar a sua justificação política e ideológica e para explicar a sua necessidade e urgência.» (2008, 21). Trazer para a equação a componente antijesuítica é essencial, pois, está intrinsecamente ligada à ideia de decadência.

Décio Martins (na sua análise sobre as ciências físico-matemáticas) vê neste discurso um alvo bem definido: os Jesuítas. Para além de serem os causadores de toda a situação retrógrada foram também acusados de manterem Aristóteles como figura máxima do seu ensino (2014, 211). As críticas à ordem e mesmo a Aristóteles foram recorrentes durante a reforma, em ambas as Universidades. Numa carta de Francisco de Lemos em 1773, pedia o Reitor autorização para imprimir dois discursos da sua autoria onde se fazia «[...] hum paralelo dos Jesuitas com Aristotles [...]» para demonstrar que «[...] os Jesuitas o procuraram copiar em tudo [...]». A escolástica, raiz dos *males*, teve assim nos docentes desta ordem os *principais factores* para a sua decadência⁹⁶.

Apesar disso, logo no início da reforma em Salamanca, foi escolhida a obra *Ethicos, Economicos y Politicos* de Aristoteles, para os opositores à cadeira de filosofia moral realizarem a sua oposição⁹⁷. Cinco anos depois, nova vaga surge em artes e a obra escolhida para os opositores seriam as várias «[...] partes de los ocho libros de los Phisicos de Aristoteles [...]»⁹⁸. A permanência do grego e de muitas das suas obras foi longa, apesar das críticas.

⁹⁴ (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*, Livro I: Do curso theologico:V e VII).

⁹⁵ (Archivo General de Simancas (AGS), Inventario de la Secretaria de Gracia y Justicia. Instricción Pública. Fechos de la Universidad de Salamanca, 1768, Legajo 944).

⁹⁶ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino, Maço 609 Caixa 711).

⁹⁷ (Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Libros de Processos de Cátedras, 1771-1775, p.78, AUSA 1013).

⁹⁸ (Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Libros de Processos de Cátedras, 1776-1778, p. 58, AUSA 1014).

Ainda no século XVII, Galileu demonstrou-se bastante crítico para com a escolástica e toda a ciência produzida na academia (Porter 2002, 512). Não seria então de estranhar que, alcançando a segunda metade do século XVIII, Frijhoff refira que a expulsão dos jesuítas foi essencial para estas reformas e, em alguns casos, apenas uma desculpa de conveniência (2002, 69–70). Quem de facto sofreu com esta medida foi o tecido educativo que mergulhou num vazio de difícil superação. Para o caso português, Prata refere que a Universidade no período de 1772 até 1820 teve um total de 21.675 alunos. O que representou uma perda de 111.194 em relação ao período anterior, de 1724 até 1771 (para um valor total de 132.869 alunos nesse período). O mesmo autor justifica esta diminuição drástica com a expulsão dos Jesuítas, que gerou um vazio na formação secundária (Prata 2014, 329–31). Em termos quantitativos, estamos a falar na ausência de praticamente quatro dezenas de Colégios na totalidade do reino português (Gomes 1982, 8).

O discurso de ataque e depreciação das Universidades, sabemos hoje, tem já um historial próprio. Porter refere que uma característica dos séculos XVI e XVII, é a ideia de que muitos autores de referência da Revolução Científica acreditavam na *deficiência* da ciência ortodoxa. Campanella, Gassendi, Tycho e, principalmente, Giordano Bruno quando se refere aos docentes da Universidade de Oxford como *nabos*, são exemplos evidentes (Porter 2002, 511). Newton também estava entre os críticos quando refere que os locais de ensino tradicional se mantinham presos a determinados autores (Kearney 1964, 144). Muito próxima desta ideia, manteve-se uma linha historiográfica dominante até há algumas décadas.

De uma forma geral, a ideia comum era a de que as Universidades pouco teriam contribuído para a Revolução Científica (Hill 1972; Allen 1949; Costello 1958; Kearney 1970). Embora, a mesma ideia se possa transportar para os séculos seguintes (em especial o XVIII). Foi necessária uma revisão historiográfica para chegarmos à conclusão de que esta retórica não estava completamente correta⁹⁹. Alfred Hall oferece-nos uma primeira explicação para esta facto, podendo ser também usada para o período que aqui nos ocupa. Para o autor, as Universidades, na sua essência, continuavam a ser centros de ensino e não de investigação (Hall 1970, 133).

Portanto, formar quadros para o serviço da Coroa, da Igreja e não menos importante, para a própria Universidade, eram as funções principais destas instituições. Para além disso, Porter chama à atenção para o facto de, na busca de sinais de inovação, ser necessário afastarmo-nos do ensino *oficial* da sala de aula e focarmo-nos nas aulas extracurriculares ou

⁹⁹ A historiografia revisionista sobre este assunto é extensa, mas assinalarei apenas alguns autores (Curtis 1959; Shapiro 1971; Frank 1973; Porter 2002, 513, nota 10).

privadas, mas também nos seminários de estudantes e professores (2002, 513). Por sua vez, é na documentação de cariz pessoal que podemos ver provas de uma maior abertura. Baseando-se no caso de Henry Gostling (docente em Cambridge), Porter depressa chega a conclusão de que existia «[...] uma Universidade dentro da Universidade [...]» (idem 514).

Para além do peso da retórica, outro facto ajudou a tornar a posição das Universidades mais delicada: o surgimento das academias por toda a Europa, desde o século XVI (intensificando-se nos seguintes). Na *Ciência muda de morada*, Porter chama a atenção para o facto de que a nova abordagem baseada na «[...] observação, na experiência e, não menos, na experimentação [...]» ter tido lugar fora das Universidades (idem 531). Locais como as já referidas academias parecem ter-se ajustado melhor às necessidades que esta mentalidade experimentalista passou a exigir à prática científica (Shapin 1984; Shapin e Schaffer 1985; Porter 2002, 532). Isto levou a uma expansão de centros de investigação a partir da segunda metade do século XVII, de tal forma que: «Se para a ciência da Renascença a Universidade era o santuário da república internacional das letras, as sociedades científicas nacionais herdaram e modificaram esse papel na era do Iluminismo.» (Porter 2001, 533)¹⁰⁰. Apesar disso, mesmo nestes centros é possível ver uma ligação às Universidades. Na Royal Society de Londres (em 1663) 65 dos seus membros tinham frequentado o ensino superior (Hunter 1981, 60–62). E 75% dos cientistas referidos no *Dictionary of National Biography* (no final do século XVII) foram formados em Oxford e Cambridge (Gascoigne 1985, 393).

Apesar da proliferação destes centros no século XVIII, não é correto falar de um total *apagão* das Universidades. Em alguns casos isso mesmo aconteceu, quer devido a questões religiosas, a censura ou ao facto de as Universidades permanecerem como centros de formação para o clero (como em Espanha). Noutros casos, as instituições universitárias e as suas preocupações não foram superiores a assuntos de política interna (como em algumas zonas de língua alemã) (Porter 2002, 534). Apesar disso, não deixamos de assistir ao desenvolvimento de matérias que, dentro do espaço universitário, tiveram uma evolução significativa. Filosofia (que durante bastante tempo era lecionada na faculdade de artes), medicina e, em alguns aspetos matemática, foram em muitas Universidades exemplos de inovação. Leida foi onde Gravesande e Musschenbroek se destacaram na medicina e física. Em Pádua as experiências já há muito eram parte integrante da sala de aula e Cambridge abandonou por completo a escolástica aristotélica a partir do século XVIII (idem 535).

¹⁰⁰ McClellan, refere-se a este processo como uma socialização do conhecimento científico (1985, XXIII; Porter 2002, 533).

Como referi acima, a questão do *atraso* e *decadência* é claramente das mais interessantes, podendo ser avaliada por diferentes perspectivas. Vimos como esta questão se liga diretamente com momentos incontornáveis (desde a Revolução Científica ao Iluminismo). E é devido a essa complexidade que será importante procurar definir algumas linhas de análise, tendo por base as Universidades de Salamanca e Coimbra.

Procurando centrar-nos agora no período temporal aqui em análise, a abordagem que procurarei apresentar irá focar-se em duas ideias chave. A primeira, partindo do pressuposto de que as Universidades estavam a atravessar um momento de estagnação não implica que 1) uma visão de conjunto seja benéfica, veja-se o caso da evolução das faculdades de medicina no espaço europeu e do seu papel (Brockliss 2002), portanto, a análise mais indicada será aquela que procure uma inquirição mais detalhada sobre cada faculdade e, 2) para além do grupo de docentes não ser coeso (Salamanca com os seus conservadores e progressistas é prova disso) estes demonstravam um conhecimento profundo e acertado do estado das suas instituições, o que levou a que muitos tenham procurado tomar medidas concretas na procura da resolução do problema, embora, nem sempre bem-sucedidos.

Já a segunda ideia, remete para os obstáculos que antes das reformas foram inultrapassáveis. Primeiro, porque assistimos a uma longa inércia por parte do poder central e em segundo, porque, dentro das Universidades a ideia predominante foi a de (conscientemente) recusa das novas ideias e dos novos autores. Privilegiou-se a manutenção do *status quo*, benéfico para a maioria.

Luis Sánchez Granjel (focando a sua análise na faculdade de medicina de Salamanca) entende que o período de decadência se iniciou na primeira metade do século XVII e prolongou-se pelo seguinte. O autor oferece-nos uma divisão não menos interessante sobre este período: 1) uma escassez evidente de modernização, que dura toda a centúria XVII, sendo a anatomia e a cirurgia as mais afetadas e, por fim 2) a recuperação, no início do século XVIII, com a mudança cultural evidente em Espanha, e com alterações no ensino da medicina e no aparecimento sistemático de uma vasta literatura com propostas específicas (1990, 105)¹⁰¹.

A faculdade de medicina aparecia numa posição de recuperação, embora lenta. Esta situação não é isolada. Como Paderson mostrou, estas já tinham começado a recuperação desde o momento em que entenderam que a separação entre medicina e cirurgia era um impedimento sério ao desenvolvimento desta disciplina (2001, 435). Desde então a evolução foi lenta, apesar disso, no século XVIII quase todas as faculdades ofereciam já um ensino tanto teórico como

¹⁰¹ Na origem da decadência estaria a reorganização introduzida por Luis Mercado e a Pragmática de 1617 (Sánchez Granjel 1990, 105).

prático (Brockliss 2002, 583). A oferta curricular era já bastante variada, onde surgiam a anatomia, cirurgia, botânica e farmácia¹⁰².

Situar a questão nas faculdades e não na Universidade mostra-nos os ritmos diversos de cada faculdade. E estão longe de ser semelhantes. Para medicina, o melhor exemplo de inovação ou atualização poderia ter sido o longo plano de 1766, *Plan de Medicina. Presentado à el Consejo por el Colegio Medico, aprobado por aquel, y seguido por este desde el Año de 1771*¹⁰³. Delineado para a reforma da faculdade e elaborado por docentes médicos de Salamanca, foi aprovado e incluído no plano de 1771, após a sua aprovação. Esta vitalidade da medicina também teve os seus casos em Coimbra, embora também enfrentasse dificuldades intransponíveis.

As cadeiras de anatomia e cirurgia já faziam parte do currículo de medicina em Coimbra, mas a sua introdução estaria longe de ser bem-sucedida. Em 1753 a falta de interesse parecia vir dos alunos e de alguma incapacidade dos docentes, «[...] não resulta fruto algum das Lições dos M.^{es} da referida Cadr.^a [Anatomia] [...] O mesmo devo dizer a V. Mag.^e da Cadr.^a de Cyurgia [...] e tudo procede de se ignorar [...]»¹⁰⁴.

A evolução destes ensinamentos no espaço universitário foi longa e difícil, mas é também aqui que podemos ver casos de inovação. Em Coimbra, o docente de medicina Manuel dos Reis e Souza (que em mais de quatro décadas teria lecionado várias cadeiras, incluindo anatomia, avicena, vésperas e prima) foi outro caso de inovação, mesmo quando o contexto não era o mais favorável. Em 1750 é o Reitor, Francisco da Anunciação, que descreve a atuação do docente.

Afastava-se da prática corrente (somente baseada na leitura das postilas) procurando enriquecer a sua exposição: «[...] não só postilas novas q.^e ditava mas as doenças q.^e e da parte pode padecer por razão de Sua composição, segundo os mesmos princípios dos modernos combinando a doutrina desta com a dos Galenistas [...]». Esta abordagem ia ainda mais longe, centrando o seu foco na explicação dos remédios mais convenientes, e na sua correta elaboração. Para além disso, via nas aulas práticas lecionadas no hospital, uma etapa essencial para qualquer estudante de medicina. Manuel dos Reis e Souza teria alcançado uma reputação interessante enquanto *Anathomico moderno especulativo*, de tal forma que nas suas palestras encontravam-se «Joseph Taylor oculista e Medico da Magestade Britanica, com D. Antonio

¹⁰² Para o período aqui em estudo destacamos a influência da Universidade de Montpellier (ver Campos 2018).

¹⁰³ (Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Reglamentos y Planes de Estudios. Reales Provisiones, Cédulas y Ordenes, 1553-1879, 2023/2).

¹⁰⁴ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Mesa da Consciência e Ordens. Secretaria da Mesa e Comuns das Ordens. Universidade de Coimbra. Nomeações, Mç. 51, Mf. 4471).

Eyale Romano de Nação, Anatomico famoso, e com Jozeph Rical Cyrurgiaõ Francês, q.^e assistira neste Reino».

No mesmo período, era o *R.^{or} Reform.^r da Und.*^{e105} Francisco de Anunciação que pedia a criação de um colégio de medicina, para assim revitalizar algumas matérias que estariam a ser negligenciadas. O projeto acabou por ser travado pela Mesa da Consciência e Ordens, por não entender que o ingresso de docentes estrangeiros (como propôs o Reitor) fosse benéfico¹⁰⁶. No caso português as mudanças assinaladas deram-se nas décadas de 1750/60, e tal como Araújo já nos mostrou foi este o período de viragem na receção das diferentes correntes do pensamento europeu, com efeitos visíveis nas décadas seguintes onde se realizou a reforma da Universidade (2003, 19).

As faculdades de medicina mostraram-se mais ativas do que qualquer outra. Mas os esforços, individuais ou coletivos, manifestaram-se também em outras faculdades, embora a um ritmo mais moderado.

Em 1712 temos uma importante iniciativa dos docentes do colégio das artes que visava a reformulação dos cursos preparatórios e uma atualização sobre as matérias de física e filosofia. Para isso era necessária uma revisão estatutária, à qual D. João V reagiu de forma esclarecedora através da provisão de 23 de setembro. Proibiu toda e qualquer alteração aos estatutos em vigor, e o afastamento do aristotelismo escolástico (Carvalho 1951, 169).

Mas, como Martins já referiu, esta interdição poderia não ter sido suficiente para desmotivar iniciativas mais progressistas. Em 1746 foi o Reitor do mesmo colégio que publicou um edital onde proibiu o ensino dos *filósofos modernos* ligados à física. Estes dois episódios relacionam-se porque ambos procuraram estancar uma mesma abordagem que procurou modernizar as matérias de ensino. O que leva Martins a concluir o seguinte: «Caso se tivesse verificado uma cega e inerte obediência às imposições estatutárias e se a Provisão de D. João V de 1712 tivesse produzido os efeitos condicionantes pretendidos, não teria sido necessária a funesta e lamentável intervenção censória do Reitor do Colégio.» (2014, 217).

Mas como procuro defender, as faculdades mantinham ritmos próprios e deparamo-nos com estágios bem diversos. Em dezembro de 1768, Campomanes, elabora um parecer apresentado ao Conselho de Castela onde não poupa críticas às faculdades jurídicas. Após o apogeu no século XVI, e desde sempre uma das imagens de marca desta Universidade, no período em estudo podemos ver que: «[...] en las facultades de Jurisprudencia Canonica, y civil

¹⁰⁵ O Reitorado de Francisco de Anunciação (1745-1757) foi um período de mudança, e o seu papel foi evidente.

¹⁰⁶ Embora, também tivesse pesado o facto de que as matérias em discussão, cirurgia e anatomia, não terem a aceitação devida, «[...] de que na de Coimbra há pouca noticia e total falta de pratica [...]».

q.e son las mas decaídas, y necessitadas de remedio [...]»¹⁰⁷. Apesar disto, também não deixou de haver exceções. Em 1762, durante o Reitorado de Gaspar de Saldanha de Albuquerque, temos o decreto de 19 de maio onde referia a necessidade de substituir os livros de apoio dos estudantes de leis. Pretendia-se assim o regresso da *pureza simples das fontes cognoscendi*, afastando os alunos das glossas e das dúvidas causadas pelo recurso a vários comentadores. Uma maior simplicidade, mas, principalmente, uma atenção para a qualidade das obras e uma maior clareza nos conteúdos (Costa e Marcos 2014, 115–16; Costa 1961, 2:91 e ss.).

A segunda ideia acima referida prende-se com a perceção e ação dos docentes universitários. Já vimos que em Coimbra alguns docentes procuraram alterar o *status quo* e introduzir mudanças importantes. Manuel dos Reis foi um exemplo. Mas, isto também me leva a concluir que existiu uma compreensão acertada sobre o estado das Universidades à época. A título de exemplo podemos ver a intervenção de um dos representantes da facção mais conservadora da Universidade de Salamanca, Manuel Bernardo Ribera, professor de teologia. Bernardo Ribera deixou-nos um parecer interessante (inicialmente sobre a criação da Academia de Saragoça mas, mais tarde, originou o parecer sobre a Universidade de Salamanca) onde fica claro que até mesmo os mais conservadores entendiam que era necessária uma mudança¹⁰⁸.

E se tivemos docentes que procuraram introduzir novos e mais modernos conhecimentos, também tivemos outros que não seguiram este caminho por escolha própria. Presumir o desconhecimento das novas ideias é errado, pelo contrário, muitos professores conheciam os autores, as suas obras e as ideias que circulavam na Europa da época. Mas, primeiro, por não quererem uma mudança que afetasse a sua situação privilegiada e, segundo, porque não aceitaram a validade dessas ideias, recusaram-se a introduzi-las nos seus programas curriculares.

Se continuarmos a analisar o pensamento de Bernardo Ribera podemos defender essa mesma ideia. Addy define-o como *entirely adverse* a toda a mudança intelectual (1966, 83). Ribera demonstra um conhecimento claro da filosofia moderna, e baseia a rejeição dessas ideias na presunção de que não só seriam nefastas para a teologia, mas também para a Igreja. Embora reconheça que, em algumas áreas do saber, medicina por exemplo, a abordagem experimental dos modernos foi altamente benéfica¹⁰⁹.

¹⁰⁷ (Archivo General de Simancas (AGS), Inventario de la Secretaria de Gracia y Justicia. Instrucción Pública. Fechos de la Universidad de Salamanca, 1768-1776, Legajo 944).

¹⁰⁸ (Biblioteca General Historica de la Universidad de Salamanca (BGHUS), Dictámenes Redactados por Manuel Bernardo de Ribera sobre la Sociedad de Latinidad y Eloquencia de Madrid y sobre la Academia del Bueno Gusto de Zaragoza, XVIII, Ms. 50, 81 e 84).

¹⁰⁹ (idem).

A ação dos docentes é essencial para percebermos devidamente não só a questão do atraso destas instituições, mas, também, a questão das inovações. Em alguns casos foram quem tentou promover a mudança e, simultaneamente, foram o entrave. A divisão entre conservadores e reformistas no seio do espaço universitário, parece-me fundamentada. Em Salamanca, Addy mostra-nos a longa oposição entre estes grupos (1966, I–XV), onde, lentamente, os reformistas parecem ter alcançado um espaço favorável com a chegada de Carlos III. Tal como o autor refere, só em 1804 é que podemos ver condições para a mudança. Em primeiro lugar, porque nesta fase os vários problemas administrativos eram já evidentes, mas, mais importante ainda, porque «[...] the younger generation at the University, apt to take a radical approach to problems of administration and learning, was now in power.» (idem 228). Quem também se apercebeu desta mudança foi o poder central, em 1806 expede uma ordem real onde ordena que se «[...] prepare specific plans applicable not only to Salamanca but to other Spanish universities.». Só medicina ficou de fora, pois em 1804 já teria sido aprovado um novo plano de reforma (idem 228)¹¹⁰. As várias propostas apresentadas após a ordem de 1806, estão na essência do novo plano de 1807, como veremos nos capítulos seguintes.

E é com o papel dos docentes que partimos para os entraves à modernização. Pelo caso de Salamanca, podemos ver que a maioria conservadora antes da reforma foi um obstáculo intransponível. Addy refere que o isolacionismo espanhol e o impacto da inquisição foram entraves importantes, mas, isso já não seria o caso para o século XVIII (idem XV–XVI). Por sua vez, o problema situava-se: num sistema de nomeação de professores com falhas graves, salários baixos, más decisões tomadas por algumas faculdades que resultaram no afastamento de boas práticas de ensino, recusa das novas ideias em detrimento de uma posição mais vantajosa, ligação dos docentes aos Colégios e Ordens Militares e, como consequência, menor tempo para o ensino. O autor conclui que por um lado havia obstáculos internos (alguns docentes em posições privilegiadas) que bloquearam iniciativas de mudança e, em segundo, um bloqueio externo, causado pelo desinteresse do poder central que mantinha os estatutos (de 1625) em vigor. Esta ideia do bloqueio externo foi também reafirmada por Martins, para o caso português.

O autor põe em causa o estado de estagnação da cultura científica portuguesa para o período anterior a 1760. Apesar da retórica dos reformadores presente nos novos estatutos, as escolas jesuíticas no espaço nacional mantinham uma vitalidade científica importante, onde se incluía o Colégio das Artes da Universidade de Coimbra (2014, 213).

¹¹⁰ Como referiu Peset, este plano é bastante importante e demonstra o interesse nos estudos médicos. O autor deixou-nos também a transcrição desta fonte (1969).

Como o autor refere, «[...] uma das razões fundamentais para um pretenso défice de desenvolvimento e de modernidade científica e pedagógica [...] era de natureza estatutária [...]», (idem 213). Sendo impedimentos aos casos de inovação que vimos acima. Tal como em Salamanca, os estatutos em vigor na Universidade portuguesa datavam de 1653, sendo apenas abolidos em 1772. Como Martins também refere, esta desatualização apenas demonstra a desatenção do poder central para com a Universidade.

No já referido plano de 1766, para medicina, podemos ver não só como os estatutos foram um problema, mas, como se procurou reconciliar ambos (talvez numa tentativa de conseguir um maior apoio). Francisco Velez e Juan Agustin de Medina, docentes e autores do referido plano¹¹¹, entendem assim que deviam optar por uma intervenção mais conciliadora «Y que para la formación de referido Plan, nos e coñeser virtuosamente a los Estatutos, sempre que estos en las presentes Zircunstancias prediesen estorbar la consecucion del fin, que se pretende [...]»¹¹².

Estamos assim perante uma ideia já atrás defendida e relativamente conhecida. A reforma universitária de Carlos III teve como padrão uma certa contradição, no sentido que pretendeu restaurar alguns dos velhos métodos enquanto que introduzia novas matérias curriculares e novas correntes de pensamento (Peset Reig e Peset Reig 1989, 69–96; Peset e Alonso Romero 2006, 55–57). Desta forma, não seria de estranhar que tanto o plano de medicina, como outras propostas, mesmo após 1771, tenham também procurado seguir esta linha.

De novo, denotamos aqui a diferença chave entre as reformas aqui estudadas. Enquanto que em Salamanca temos por muito tempo esta contradição, em Coimbra¹¹³ pretendia-se que a reforma iniciada em 1772 fosse uma *Nova Fundação* (Pimentel 2014, 293).

Os estatutos acabam por ser abolidos em 1771 e 1772 respetivamente, mas na realidade, não totalmente. Como vemos pela correspondência de Francisco de Lemos com Sebastião de José Carvalho e Melo, os velhos estatutos continuavam a ser aplicados em algumas matérias (orgânica administrativa, financiamento e cerimónias, por exemplo). A grande diferença com a realidade de Salamanca, é que a partir das reformas, os estatutos antigos apenas mantinham a

¹¹¹ Também deram provas de que conheciam o Estado da Universidade, «[...] que pensa ser sobre la Reforma de abusos [...] de los años insensiblement se han sido introduciendo [...]» (Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Reglamentos y Planes de Estudios. Reales Provisiones, Cédulas y Ordenes, 1553-1879, 2032/2).

¹¹² (idem).

¹¹³ Sobre as fontes referidas, ver (Livros de Alvarás, Cartas Régias, Provisões, Ordens e Avisos da Secretaria de Estado, Arquivo da Universidade de Coimbra), mais precisamente no fundo *Nova Fundação*.

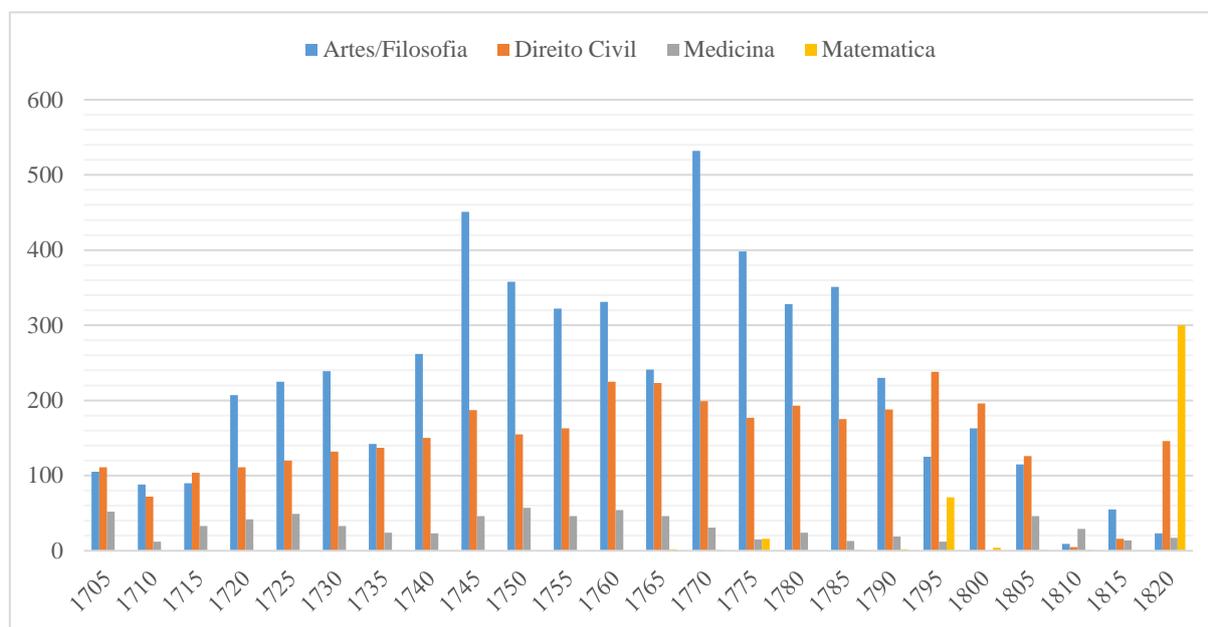
sua influência em questões secundárias. As grandes mudanças curriculares eram puramente novas.

Portanto, temos casos de inovação ou de exceção? E o que podemos concluir? Apresentamos vários casos de inovação que ocorreram antes das reformas, e que procuraram responder a um estado de estagnação das instituições universitárias. Pelos vários motivos apresentados (principalmente pela oposição de uma vertente mais conservadora e pela inércia do poder central) os casos não tiveram o sucesso pretendido. Concluindo, estes casos têm de ser entendidos como formas de inovação (na mente dos seus ideólogos foram entendidos dessa forma e esse era o seu objetivo) mas, simultaneamente, foram exceções que surgiram num espaço ainda muito tradicional ou conservador, que as reformas procuraram transformar.

A assistência (ou falta dela) em Salamanca e Coimbra: provas da sua *decadência*?

Ainda sobre a questão anterior, importa abordar o tema da assistência e matrículas, antes e depois das reformas. Escolher tratar esta questão em separado deve-se principalmente ao facto de várias fontes mencionarem abundantemente este assunto. Antes das reformas um argumento recorrente para justificar a diminuição de alunos foi a ausência da atualização dos currículos.

Gráfico 3: Evolução do número de matrículas nos cursos de artes/filosofia, direito civil, medicina e matemática na Universidade de Salamanca, para o período de 1705 até 1820 (Kagan 1970, 400–403)¹¹⁴.

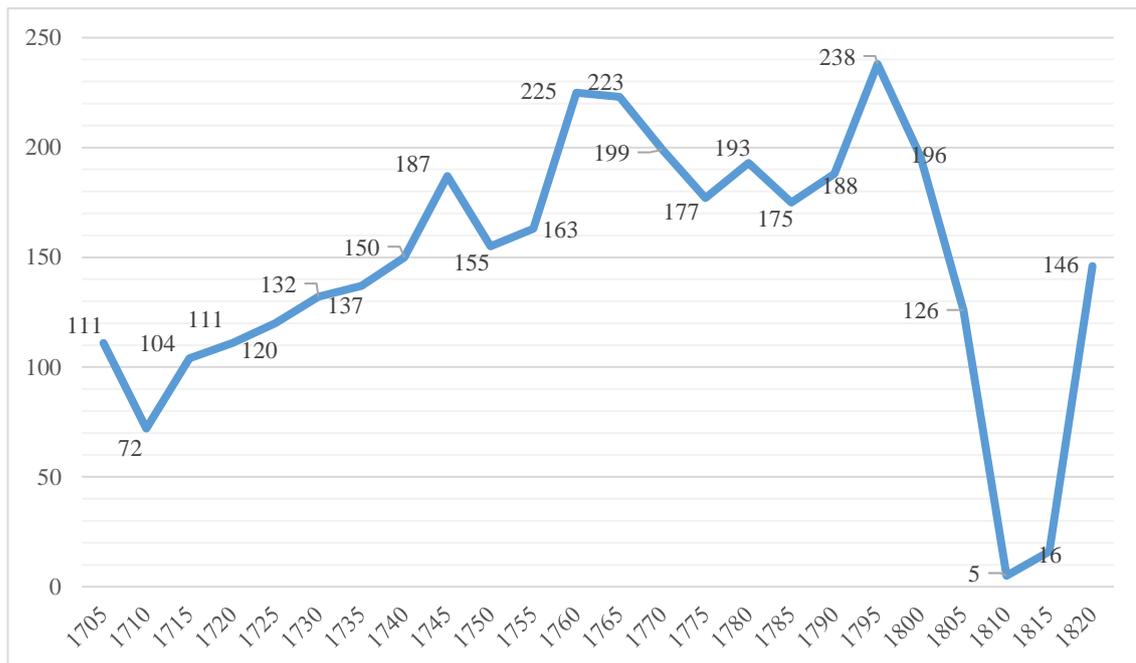


Rapidamente concluímos que antes da reforma o número de alunos nos cursos selecionados foi baixo até aos meados da década de 1740. A partir dessa data existiu um aumento significativo, sendo o período de 1770-1775, onde se insere a reforma, o mais revelador. A partir desse ano inicia-se um período de descida (até 1785 ainda se mantém superior ao período anterior à reforma) mas a partir desta data desce consideravelmente.

Para leis, antes de 1771, os próprios docentes indicam que a falta de alunos era uma realidade preocupante. No gráfico 4 podemos ver que essa questão para este curso (antes e depois da reforma) deve ser vista com alguma atenção. De 1705 até 1820 temos um total de 3549 alunos, sendo 1800 o melhor ano (com 238). Desde 1715 estamos claramente a assistir a uma recuperação que, quase ininterruptamente, se mantém até ao início de 1771 e, a partir daí, mantém valores superiores as décadas anteriores até 1800.

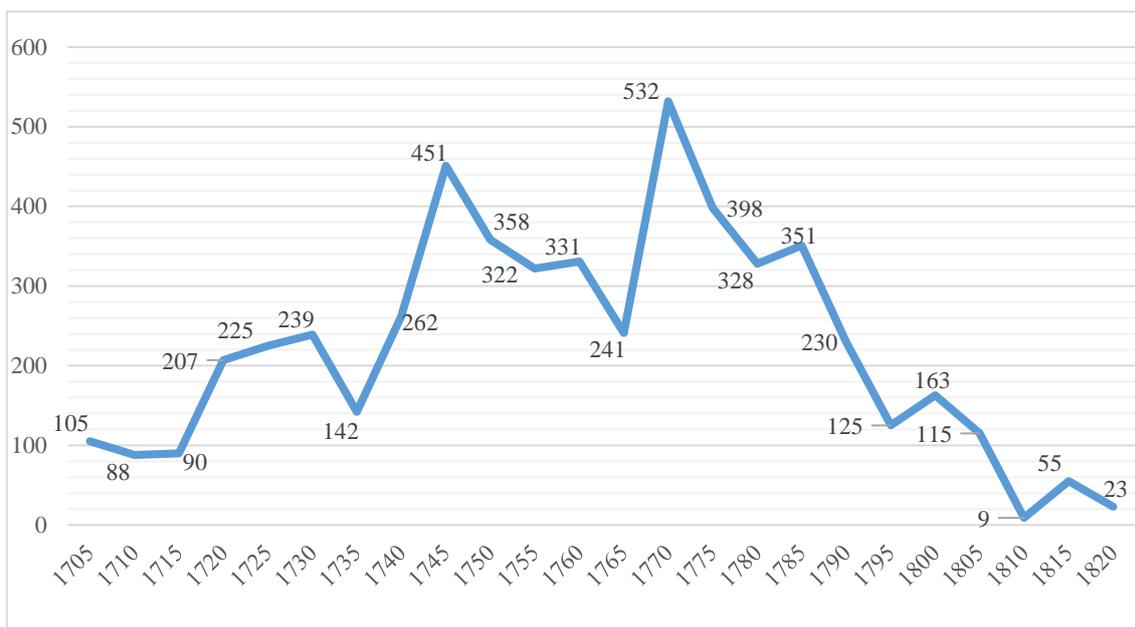
¹¹⁴ O total de alunos dos cursos selecionados para análise neste trabalho é de 10.075 de 1705 até 1820, para Salamanca. Reconheçamos as lacunas que a referida obra de Kagan possa conter (como alguns autores apontaram), mas escolhemos usar os valores apresentados por manter-se como um estudo geral mais completo.

Gráfico 4: Evolução do número de matrículas dos estudantes de direito civil em Salamanca (Kagan 1970).



As dificuldades da reforma e a demora em alterar os vários cursos poderia ter sido um desincentivo importante, levando alunos a optarem por outras Universidades mais bem-sucedidas nos seus projetos reformistas. As fontes vêm confirmar as dificuldades visíveis em 1785. Para filosofia (gráfico 5), por exemplo, que acaba por demorar a impor as mudanças curriculares, poderia entre esse tempo ter perdido um número de alunos consideravelmente significativo. A persistência de forças conservadoras atrasou a ascensão da facção mais progressista, o que vêm trazer dificuldades a aplicação do novo plano de 1771.

Gráfico 5: Evolução do número de matrículas dos estudantes de artes/filosofia em Salamanca (Kagan 1970)¹¹⁵.

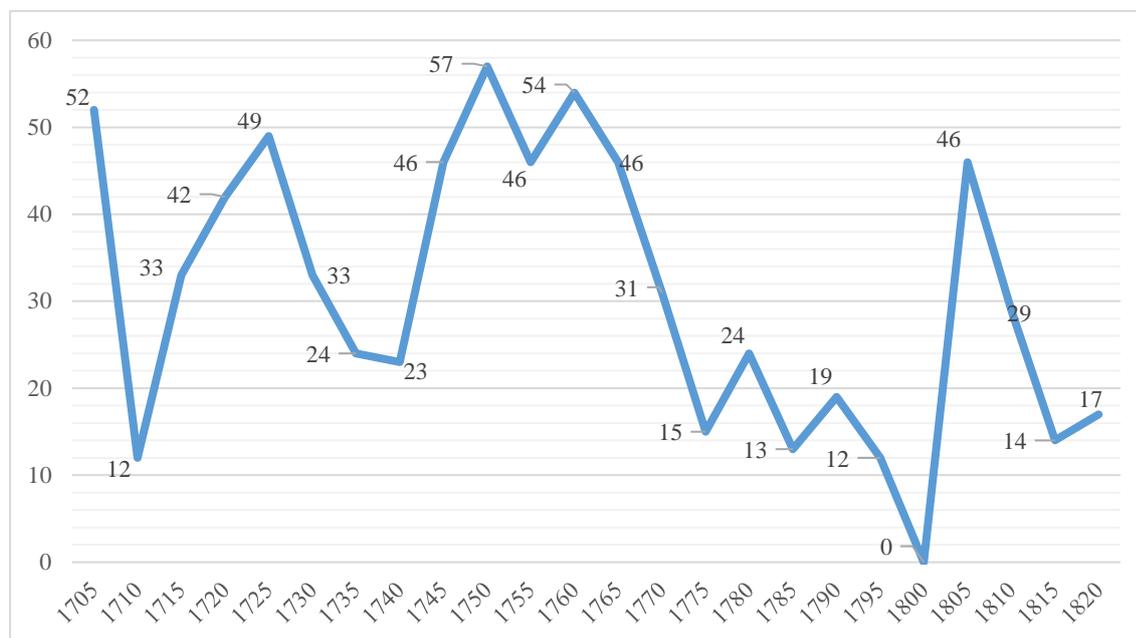


Numa carta do decano (de 18 de outubro) podemos tirar conclusões importantes. Nesta carta consta que foi apresentado um *Memorial* onde apontam «[...] la decadencia de aquel estúdio [...]». Sem ter sido possível localizar o documento em questão, o decano avançou-nos parte do seu conteúdo. Os problemas que a Universidade enfrentava à época eram: a duração dos cursos (demasiado longos) e as circunstâncias em que eram lecionados, a aplicação de procedimentos que visam que «[...] se dexen la Filosofia Escolastica, y se estudie la moderna [...]», representação igualitária entre seculares e regulares no claustro e, por fim, não menos importante, podendo mesmo identificá-la como uma falha estrutural «[...] no à todas las Universidades por falta de rentas se puede adaptar un método de Estudios com tanta extension como el de Salamanca [...]». As dificuldades eram evidentes, os *velhos* obstáculos ainda se mantinham firmes «[...] ha de preferir la Filosofia moderna, à la Aristotelica [...]» Ainda não se usavam algumas das obras que o plano de 1771 procurou introduzir, «[...] mas unos Libros que no convienen, antes prejudican ... y à veces insubstanciales dela Filosofia escolastica [...]». Em 1785, o decano pedia o reforço de medidas introduzidas há mais de uma década: a reforma foi de difícil aplicação¹¹⁶.

¹¹⁵ No caso de matemática para a realidade de Salamanca, as matrículas foram sempre residuais de 1705 até 1820. Ressalvamos apenas o período de 1790 até 1795 com 71 matrículas e 1815 com um número já bastante considerável, 300 (Kagan 1970).

¹¹⁶ (Archivo General de Simancas (AGS), Secretaria de Gracia y Justicia. Instrucción Pública. Fechos de la Universidad de Salamanca, 1777-1788, Legajo 945).

Gráfico 6: Evolução do número de matrículas dos estudantes de medicina em Salamanca (Kagan 1970).



A descida significativa de 1810 até 1815 (do gráfico 3), deve-se às Invasões Francesas e à Guerra Peninsular (1807-1814). Só em 1820 é que temos uma recuperação (geral) do número de alunos. Simultaneamente, começavam também neste período as várias reformas liberais nas Universidades espanholas.

Já no caso de Coimbra a crítica sobre a diminuição do número de alunos parece ter sido apenas uma característica pós reforma, não tanto antes. Analisando os dados desde 1724, concluímos que o número das matrículas foi estável (Fonseca 1995, 34-38). Como Prata já nos mostrou, de 1724 até 1771 tivemos um total de 132.869 alunos distribuídos na seguinte forma¹¹⁷: 120.222 para as faculdades jurídicas (90,48%) (106.224 (79,95%) de cânones e 13.998 (10,54%) de leis), para medicina foram 7.898 (5,94%) e teologia registou 4.749 (3,57%) (2014). Vejamos de forma mais detalhada a situação pré-reforma, com especial incidência para leis e medicina.

¹¹⁷ Contudo, não podemos não referir que alguns anos anteriores a 1772 foram bastante atípicos, com um número excecional de matrículas (Fonseca 1995).

Gráfico 7: Total de alunos na Universidade de Coimbra de 1704 até 1771: teologia, leis, cânones, medicina, filosofia e matemática (Vasconcelos 1941, II:111–40; Fonseca 1995, 17-137)¹¹⁸.

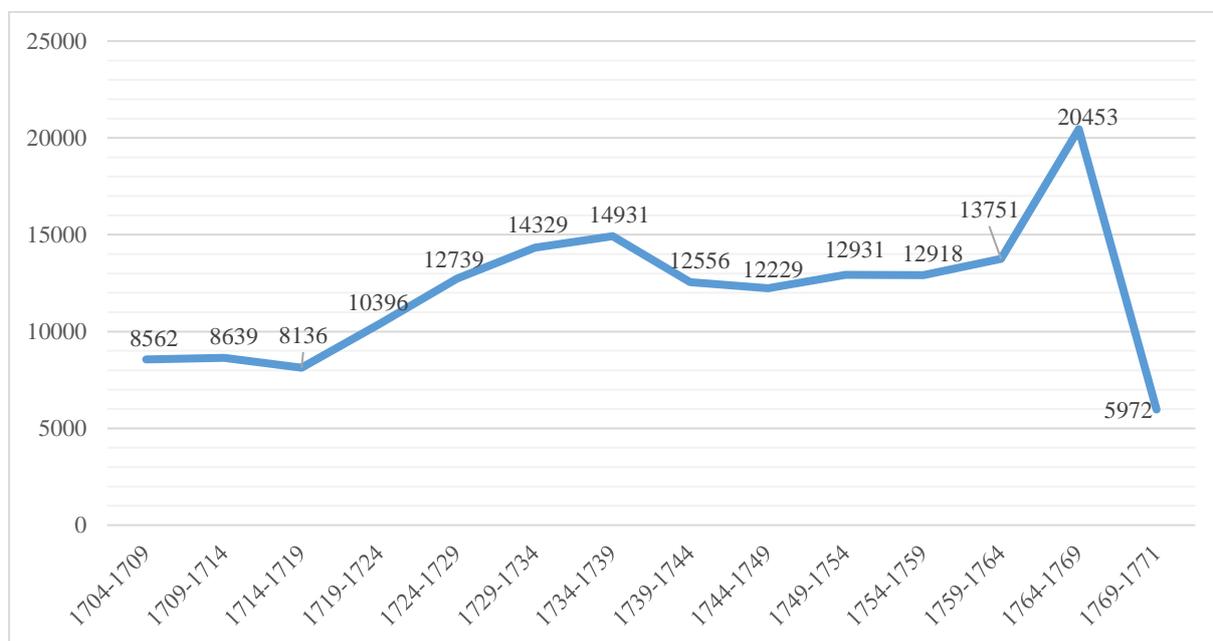
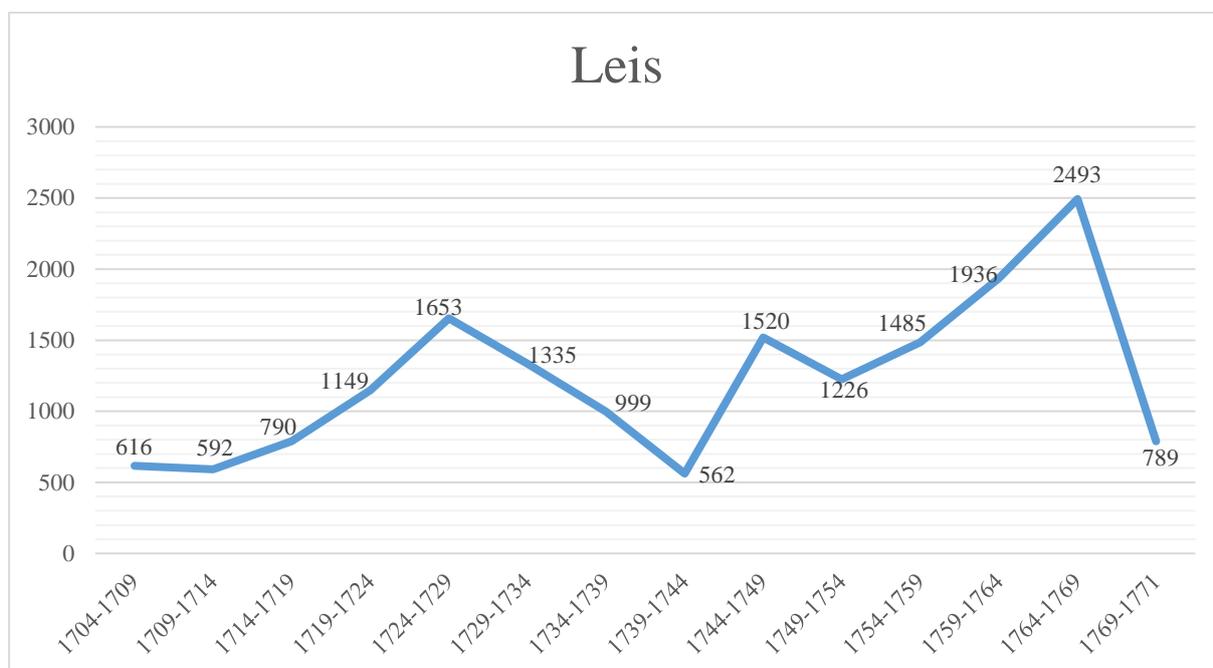
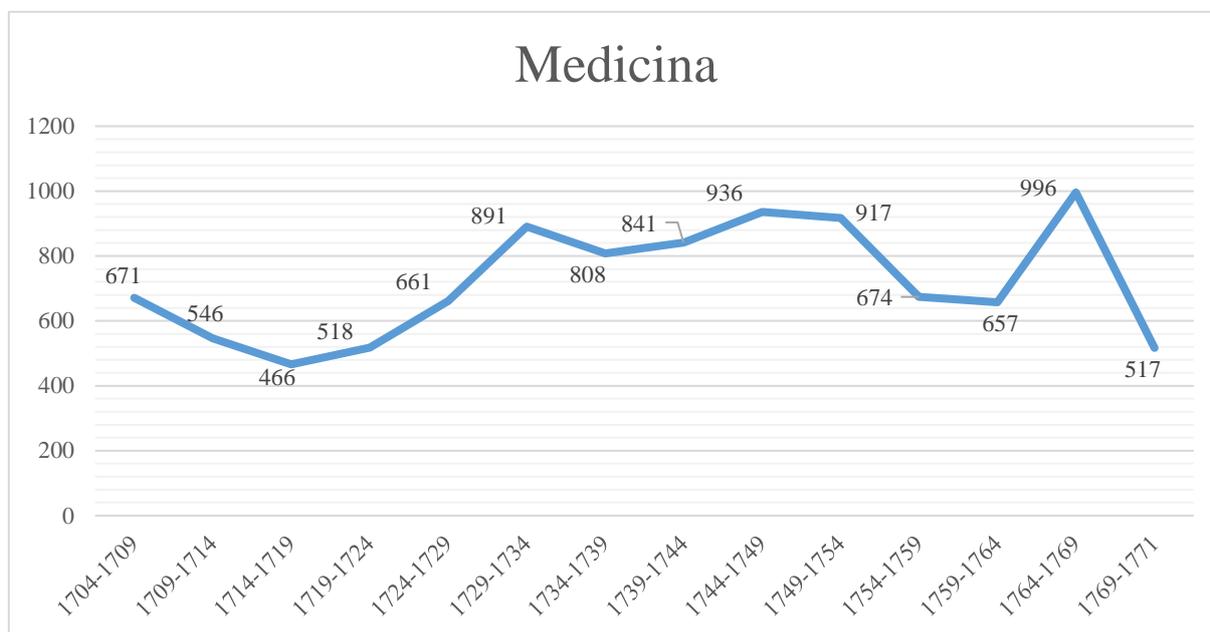


Gráfico 8: Total de alunos do curso de leis de 1704 até 1771 (Vasconcelos 1941, II:111–40; Fonseca 1995, 17-137).



¹¹⁸ Segundo Vasconcelos, de 1573 até 1772, às matrículas distribuíram-se da seguinte forma: cânones 74,77%; leis 13,29%, medicina 6,87%, teologia 5,07%. Para o período de 1800-1900, temos de ter em conta que os valores apresentados pelo autor possam pecar por excesso, como já foi analisado (Vaquinhas e Ribeiro 2020).

Gráfico 9: Total de alunos do curso de medicina, de 1704 até 1771 (Vasconcelos 1941, II:111–40; Fonseca 1995, 17-137).

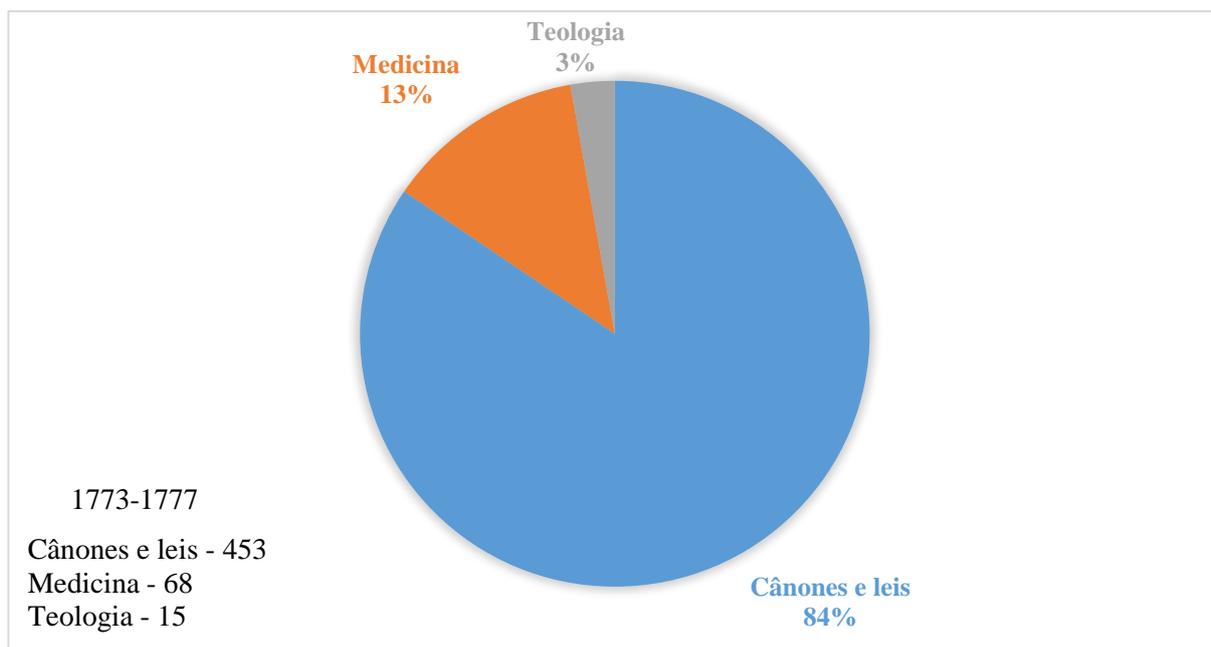
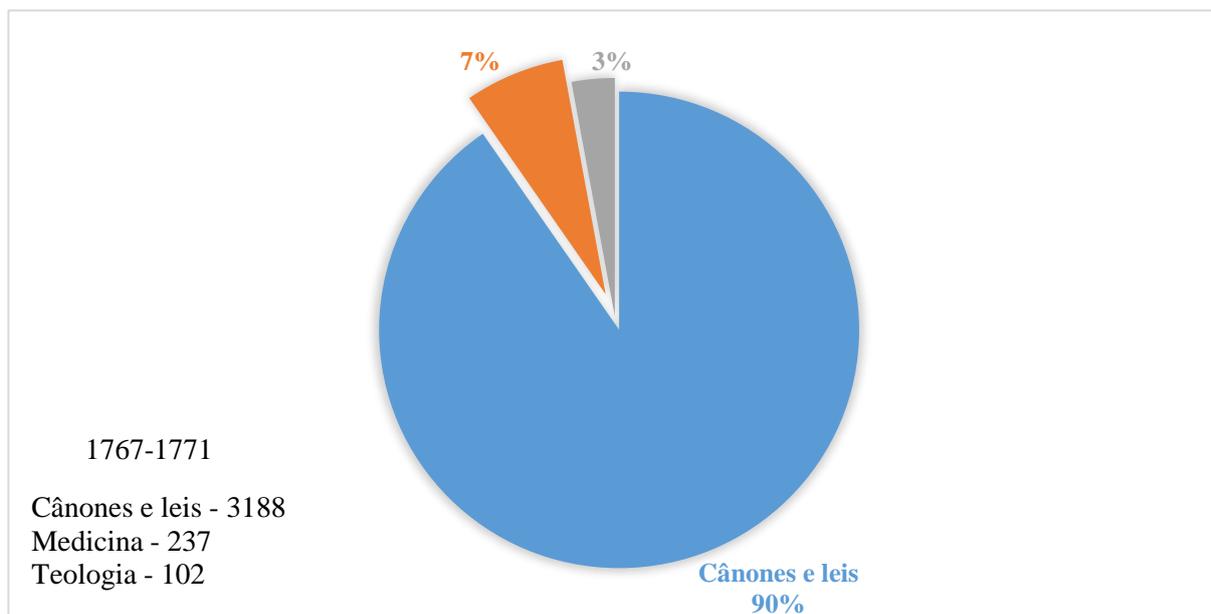


A partir de 1772 e até 1820, tivemos um total de 21.675 alunos, o que significa uma perda de 111.194 alunos em relação ao período anterior. Neste período as matrículas foram distribuídas na seguinte forma: 6.163 de cânones e 8.325 (38,41%) de leis, medicina foi frequentada por 3.682 (59,4%) alunos e teologia registou 1.756 (8,10%)¹¹⁹.

Fonseca (1995, 42) mostra-nos a diminuição de forma evidente que ocorreu no espaço de uma década (1767-1777). Apesar disso, podemos também constatar que às faculdades jurídicas mantém o seu papel de destaque.

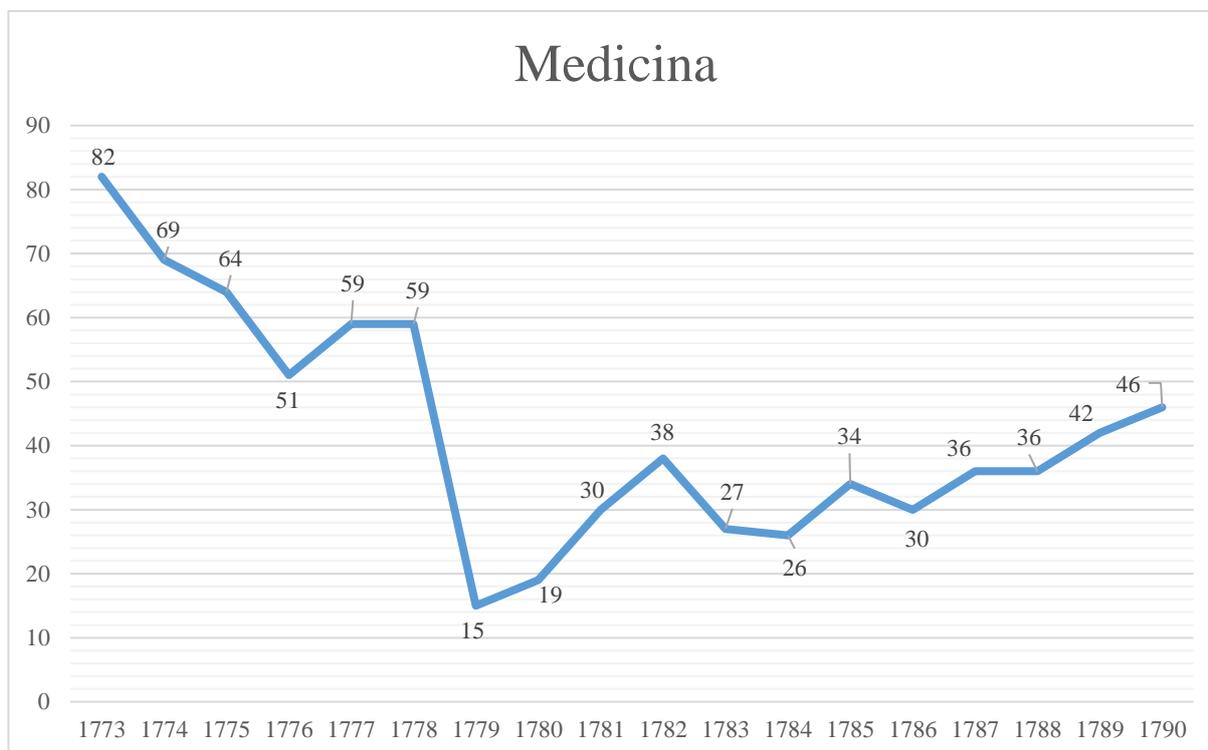
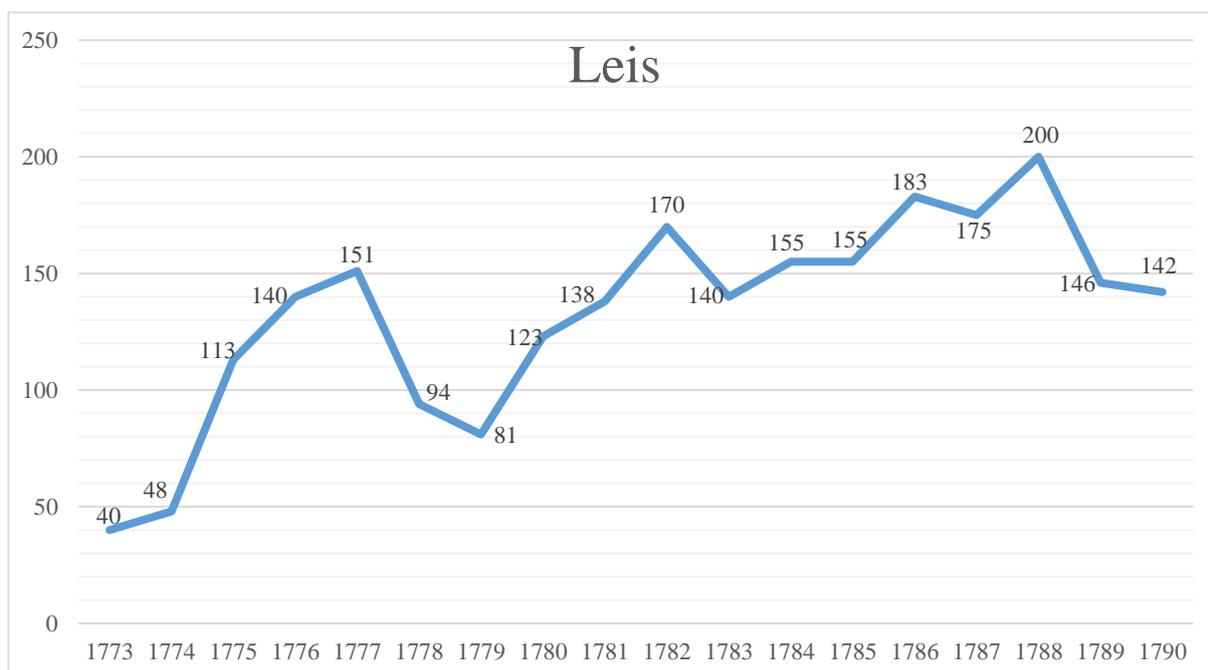
¹¹⁹ Em relação ao período anterior, Teologia perdeu 2993 alunos (63,02%). Cânones foi quem mais perdeu, 94,19 %, ou seja, perdeu um total de 100.061 alunos. Leis torna-se a mais representada, embora tenha perdido 5.673 alunos.

Gráficos 10 e 11: Matrículas nos cursos jurídicos, medicina e teologia da Universidade de Coimbra entre 1767 e 1771 e de 1773 até 1777.



É inegável que houve uma perda de alunos considerável. Mas também é evidente que se procurarmos realidades concretas, assistimos a uma recuperação, embora com ritmos e valores distintos. Nos anos que se seguiram à reforma, leis e medicina são exemplos claros.

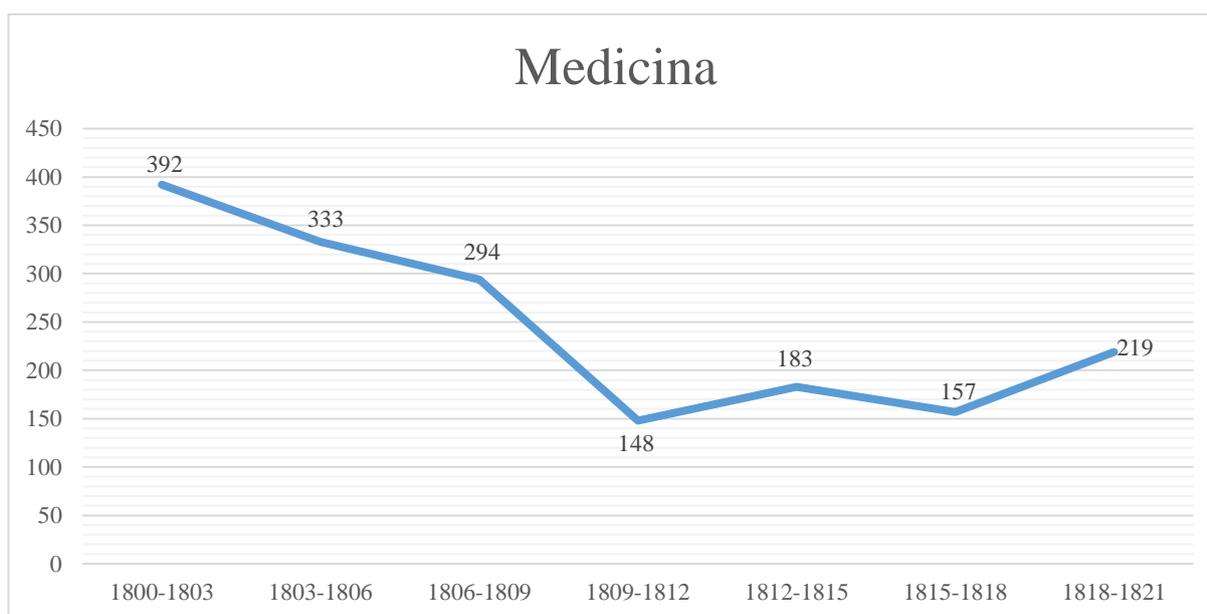
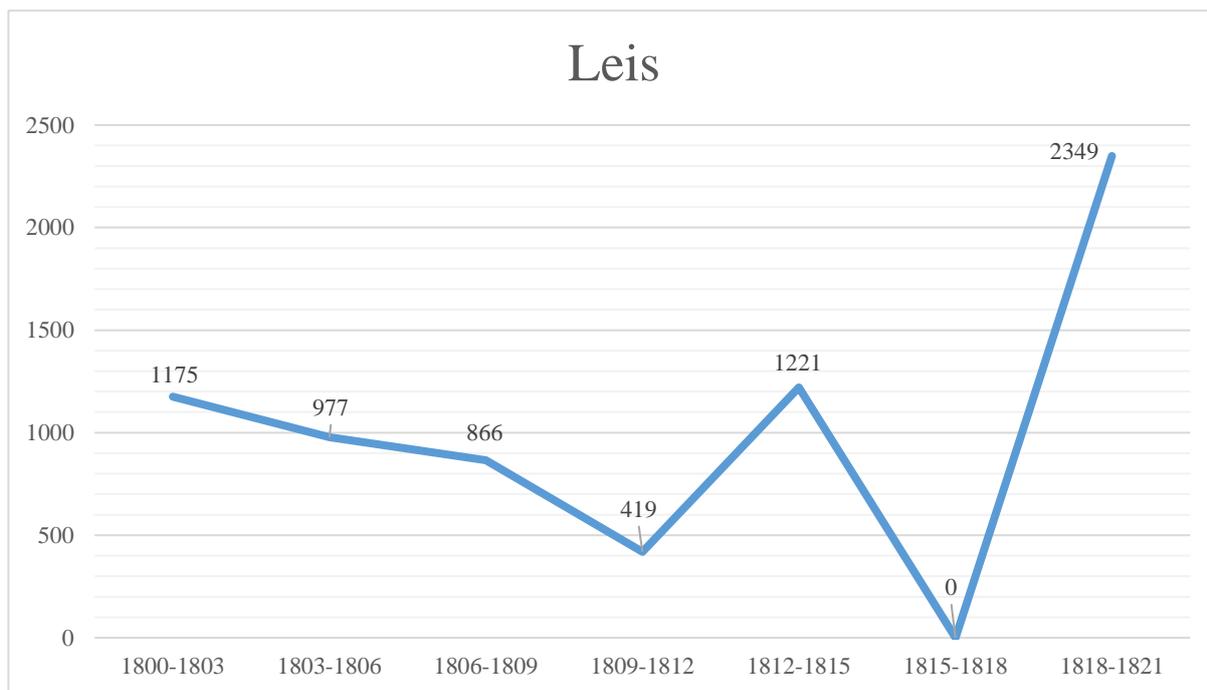
Gráfico 12 e 13: Evolução do número de alunos em leis e medicina da Universidade de Coimbra entre 1773 e 1790 (Fonseca 1995, Quadro A.I.4.)¹²⁰.



¹²⁰ Para o ano de 1771-72 não existem registos porque a Universidade esteve encerrada, o aviso régio de 25 de setembro não autorizava matrículas para o ano de 1771.

Entrando no novo século e, principalmente, após as Invasões Francesas, voltamos a ver nova recuperação. No início de 1800 ambas as faculdades apresentavam já números bem superiores aqueles de 1790.

Gráfico 14 e 15: Evolução do número de alunos em leis e medicina da Universidade de Coimbra entre 1800 e 1821 (Vasconcelos 1941, II:111-40).

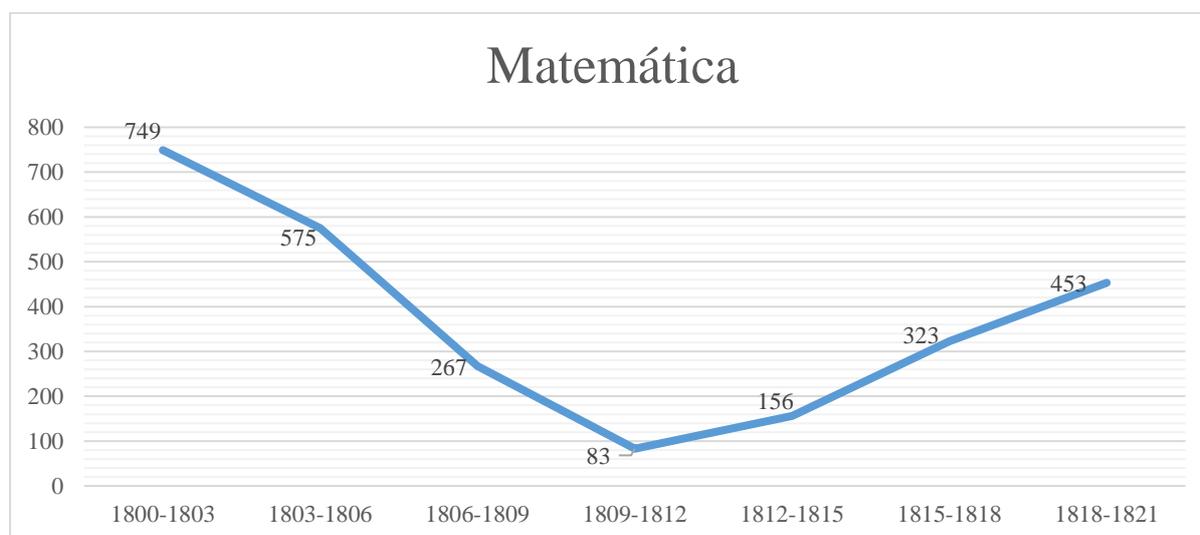


Já para as novas faculdades, por exemplo, em matemática os números foram sempre muitíssimo baixos, veja-se a título de exemplo a seguinte passagem de Francisco de Lemos:

«[...] sucede porém, que o número destes não só diminuiu, mas tem faltado totalmente. No primeiro ano se matricularam oito estudantes, como ordinários, dos quais um morreu e dois desertaram, ficando só cinco continuando os estudos, os quais se acham já formados na Faculdade de Matemática, no segundo matricularam-se dois, dos quais um faltou; no terceiro, quatro e neste ano que é o quinto, nem um; de sorte que os estudantes que há com o destino de se seguir a profissão matemática são só os cinco, que se matricularam no primeiro ano [...]» (Lemos 1980, 86–87).

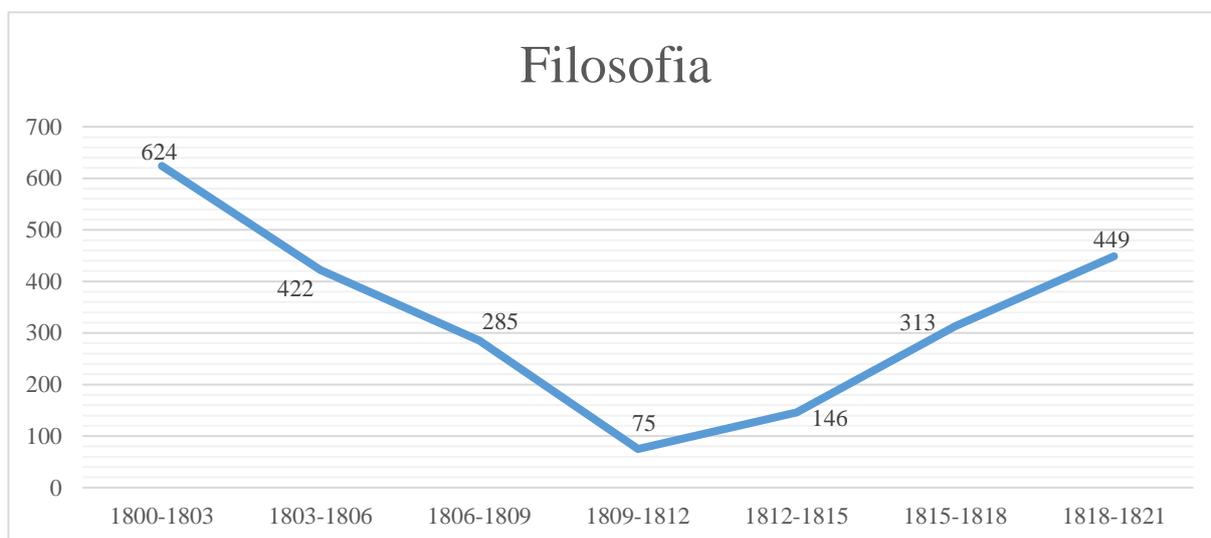
Nesta faculdade, em 1800 vemos já um número significativo, embora a descida seja evidente até 1812, ano em que assistimos a uma nova recuperação.

Gráfico 16: Evolução do número de matrículas em matemática da Universidade de Coimbra entre 1800 e 1821 (Vasconcelos 1941, II:111–40).



Em filosofia os valores são bem mais significativos, embora, a sua evolução demonstre uma certa instabilidade. De 1772 até 1820 estiveram inscritos 721 alunos (apenas os ordinários, portanto, que entravam em filosofia para fazer filosofia) havendo registos de alguns anos em que o número de matrículas foi bastante baixo. Não podemos esquecer que o número de alunos desta faculdade era elevado, visto que era de frequência obrigatória para alunos que quisessem seguir outros cursos, como medicina, por exemplo.

Gráfico 17: Evolução do número de matrículas (de alunos ordinários e obrigados) em filosofia da Universidade de Coimbra entre 1800 e 1821 (Vasconcelos 1941, II:111–40).



As razões para a diminuição do número de alunos podem ser encontradas num primeiro momento, como vimos acima, no apagão dos estudos secundários após a expulsão dos jesuítas e também pelo facto de, pós reforma, a exigência ter aumentado consideravelmente (Fonseca 2014). Por sua vez, e agora para os cursos que aqui nos importam estudar (principalmente as faculdades naturais) outro impedimento teria sido decisivo, a falta de saídas profissionais. Várias foram as medidas de incentivo avançadas para tentar alterar esta realidade. Como o estímulo ao estudo de filosofia e matemática (como a criação de mais partidos médicos). E também medidas direcionadas para a garantir determinados cargos para os jovens filósofos ou matemáticos (Lemos 1980, 106).

Mas tudo isto foi insuficiente, Prata afirma a falta de saídas profissionais como um dos motivos do *fracasso de um projeto*:

«Tanto os diplomados em Matemática como os de Filosofia, verdadeiras alavancas por onde devia passar o desenvolvimento do país, não tinham onde ser colocados profissionalmente, pois o país continuava atrasado mesmo depois da Universidade reformada.» A partir de 1779 a situação piorou, aos “bacharéis formados em Filosofia foi negada a possibilidade de leccionarem Filosofia [...]» (2014, 344–45).

Portanto, a questão da perda de alunos (apenas para as faculdades aqui seleccionadas) é de facto bem mais complexa. Para um período de 50 anos antes das reformas, Coimbra mantém

um número bastante elevado e Salamanca, apresenta sinais claros de recuperação. Mas para o caso da Universidade espanhola, em comparação com o século XVI (o período de ouro) são significativamente baixos. Peset e Alonso Romero indicam-nos que a média anual chegou as 6000 matriculas (2006, 24). De 1551 até c.1600 os valores situam-se quase sempre acima dos 3000, chegados a 1650, estamos já num período de redução significativa (cerca de 2000) (idem 45). Valores que nem antes nem depois da reforma, foram alcançados.

A estagnação dos currículos, as dificuldades da reforma, a concorrência com Universidades que conseguem alcançar mudanças significativas ou até contextos nacionais e internacionais mais instáveis, podem estar na causa desta diminuição. Após 1700, a queda é evidente para o número total de alunos. Por sua vez, o gráfico 3, também nos mostra sinais de recuperação evidentes e que apenas são interrompidos a partir de 1800 por questões de cariz externo. E se é verdade que os valores são incomparáveis com o século XVI, chegados ao século seguinte temos uma nova realidade e um novo contexto, talvez menos favorável. Também podemos concluir que apesar da queda assistimos a uma certa estabilização que, pontualmente, ultrapassa por pouco mais de duas vezes os 1000 alunos (ver Peset e González González 1990, 45, e para o período de 1700 até 1800 o gráfico intitulado, *Número de estudantes em Salamanca. 1551-1800*). Será justo falar numa diminuição? Sem dúvida, embora, repito, uma comparação com o século XVI não me parece de todo justa, muito menos se pensarmos que nem as novas introduções curriculares vieram resolver este problema. As causas desta diminuição, como Kagan já apontou, podem ser várias, «[...] population trends, economic and political developments, job opportunities, the educational and career interests of diverse social groups, particularly those of the rich and powerful, religious attitudes, and intellectual currents [...]» (Kagan 1974b, 355). Para além disso, durante o século XVI o crescimento económico espanhol traduziu-se (tal como no resto da Europa) num aumento no número de Universidades (idem 356 e 357), que juntamente com as Universidades mais antigas iriam competir por alunos.

O peso do contexto externo é determinante. No caso de Salamanca podemos ver isso mesmo no decorrer do século XIX. Uma das medidas que mais impacto teve foi a reorganização levada a cabo pelas reformas liberais. Entre 1857 e 1858 Salamanca teve apenas 113 alunos e uma década depois 204: a regionalização que deixou cada Universidade dependente do seu governo local foi um dos motivos desta descida (M. Peset e González González 1990, 60). Se quisermos ser mais ousados, podemos também concluir que regressar aos valores (de

matrículas) do período anterior talvez não tenha sido o objetivo na mente dos reformadores. Após as reformas, o ensino universitário manteve a sua faceta elitista¹²¹.

Prova disso foram os custos (cada vez mais significativos) que os estudantes tinham de enfrentar para frequentarem a Universidade. A descida do número de alunos nas faculdades jurídicas não preocupou especialmente Francisco de Lemos. Na *Relação*, refere que o número de alunos era suficiente para suprimir as necessidades que o Estado poderia ter (1980, 60 e 62). Não se pretendia uma Universidade que formasse muitos, mas que formasse melhor.

Após a reforma quem mais sofreu foi Coimbra, perdendo bastantes alunos, os quais já não recuperara durante o período em estudo. Concluímos também que esta instituição, no total de matrículas, acolheu um número de alunos muito superior a Salamanca. A meu ver, a justificação pode ser a seguinte: Coimbra foi durante muito tempo única (a Universidade de Évora encerra com a expulsão dos jesuítas). Portanto, destino para todos aqueles que no reino e ultramar português tivessem disponibilidade financeira para suportar o pesado encargo de um curso universitário. Para além disso, denotamos também que a profissionalização dos estudos universitários tornou a Universidade mais elitista, principalmente porque, em relação ao passado, passou a ser requerida aos estudantes uma base mais sólida. Em Salamanca, a situação era oposta. Apesar de Salamanca continuar a ocupar um lugar central no tecido universitário espanhol, partilhava o mesmo espaço com várias outras instituições. Simultaneamente, os custos financeiros podiam também ter sido uma das razões para a diminuição de alunos em ambas as Universidades.

¹²¹ Simultaneamente, como Fonseca (1995, 121-126) já demonstrou, na mente dos reformadores estava também o “velho” problema da sobreprodução de graduados relativamente ao mercado de trabalho.

Capítulo III

O estudo da *natureza* e dos seus produtos nas Universidades de Salamanca e Coimbra (XVIII-XIX)

A evolução do estudo do direito nas faculdades jurídicas

No capítulo que se segue, iremos realizar uma análise comparada dos vários planos curriculares e das cadeiras que surgiram de 1771 até 1820. Privilegiámos os estatutos, atas e outras fontes de cariz universitário, mas também iniciativas legislativas. Seleccionamos mais de uma dezena de matérias que contemplam às faculdades de leis, filosofia (ou artes), medicina e matemática. Esta análise irá possibilitar identificar as semelhanças e diferenças entre Universidades, mas, não menos importante, a evolução destas matérias dentro destas instituições. Sendo o capítulo central do nosso trabalho, optamos por fazer também um balanço evolutivo das várias faculdades em análise. Procuramos também ter em conta outras instituições universitárias do espaço europeu. Começamos pelo direito, mais precisamente o direito natural.

As faculdades jurídicas tiveram sempre um lugar de destaque dentro no espaço universitário. Como Pedersen referiu, o seu impacto social deu-lhe um lugar cimeiro:

«[...] tinha como tema disciplinar um assunto que era de óbvio interesse público e envolveu-se diretamente com as várias autoridades da sociedade [...] Era entre os graduados [das Faculdades Jurídicas] que os reis, os príncipes e os Bispos encontravam os seus conselheiros, juízes e funcionários públicos, que eram indispensáveis para a administração diária dos seus domínios [...]» (2001, 438 e 439).

No período medieval, estas faculdades, na Europa, dividiam-se em dois ensinamentos: o direito canónico e o direito romano¹²². Ambos os cursos acabam por ter uma vigência bastante longa, mantendo-se nos currículos escolares até bem tarde, embora seja no período moderno

¹²² Para uma apresentação mais detalhada do significado destas duas escolas ver (García y García 1996). No período medieval, o direito romano era lecionado a partir do código e do digesto, elaboradas pelo Imperador Justiniano no século VI; já o direito canónico, era lecionado a partir do decreto (coleção dos vários concílios) da autoria de Graciano e das decretais (decretos papais) da autoria de Gregório IX (Brockliss 2002, 573; Pedersen 2002, 439).

que as alterações comecem a surgir¹²³. Laurence Brockliss dá-nos já os traços gerais desta evolução tripartida (2002, 573–82).

Em primeiro lugar, muitas das faculdades europeias optaram por ensinar apenas um único sistema. O direito canónico passou a ter um lugar central, principalmente após a abolição do direito civil. Esta prática passou a ser comum e até ao século XVIII, onde as Universidades europeias se dedicavam, na sua maioria, ao direito canónico. Gradualmente, foram as Universidades protestantes que melhor respondem a este desafio, abandonando o direito canónico, enquanto que as Universidades católicas (recém-fundadas) praticamente não tinham docentes de direito civil (idem 574).

Em segundo lugar, é no século XVI que podemos ver uma mudança no sistema de ensino. Caracterizada pelo abandono do método tradicional, recorre à introdução de matérias seguindo uma sequência lógica. Para além disso, esperava-se que os alunos tivessem adquirido uma preparação prévia, recorrendo à instituta de Justiniano, precedido pelo *digesto*¹²⁴.

Por fim, em terceiro lugar, e talvez a mudança mais profunda que ocorre após 1700, foi a proliferação de cadeiras ligadas a novas áreas do direito: direito estatutário e consuetudinário, direito publico, direito natural e direito das nações¹²⁵.

As inovações nos currículos de leis foram, de uma forma geral, iniciadas nas Universidades protestantes, no norte da Alemanha e nas Províncias Unidas. Leida e Lípsia destacaram-se neste processo (Luig 1972), mas também Edimburgo, Basileia, Upsália e Hala (Brockliss 2002, 575 e 577). No resto do espaço europeu, este desenvolvimento só foi feito com rapidez nas zonas protestantes. Em Inglaterra, a *common law* surge em Oxford a partir de 1753 (Sutherland 1984, 551–62).

Nos países católicos o processo foi bem mais lento. No sul da Alemanha foi necessário esperar pela expulsão dos Jesuítas, em França a situação permaneceu imutável praticamente até à Revolução (Brockliss 2002, 578). A única cadeira de direito natural pertencia ao Colégio de França, sediado em Paris (Brockliss 1987; Chêne 1982; Portemer 1959). Na Península Ibérica, o processo foi idêntico. Apesar de no século XVI os teólogos espanhóis terem sido pioneiros na reflexão sobre o direito natural (impulsionados pelos contactos com outros povos e onde se destacaram, por exemplo, Francisco de Vitória (Hamilton 1963). Dois séculos depois vemos

¹²³ Com avanços e recuos, o direito romano, a título de exemplo, em 1679 é reintroduzido na faculdade de direito de Paris (Pedersen 2002, 439). Acaba também por gerar reações, exemplo disso, foram os *Inns of Court* em Inglaterra (Prest 1972).

¹²⁴ Na Alemanha e no Império Austríaco, este *digesto* teria sido precedido ou substituído pelo compêndio de Heinício, professor de Hala (Feenstra e Waal 1975, 18–23; 55; 70–71; 88; 106).

¹²⁵ Para uma melhor descrição de cada um dos vários direitos ver (Brockliss 2002, 574 e 575).

nas fontes críticas à inércia das faculdades jurídicas¹²⁶. Salamanca acaba por introduzir o direito espanhol com as reformas de Carlos III, em Coimbra foi também pela reforma de 1772 que passamos a ter cadeiras de direito natural e de direito pátrio¹²⁷.

Mas qual a razão que acabou por fomentar o acelerado e irreversível desenvolvimento dos currículos da faculdade de direito? Brockliss aponta como causa essencial o «[...] crescimento do Estado na idade moderna [...] [o Estado] tornou-se numa entidade mais activa e de maiores dimensões [...] tornou-se mais intervencionista [...]» por sua vez, «[...] era o Estado que geralmente iniciava a revolução curricular, pois foi o desenvolvimento do Estado que a tinha tornado necessária [...]» (2002, 578–80). Desta forma, Monarcas como Carlos III ou Carlos IV, procuraram introduzir tanto o direito real e com menor sucesso o direito natural, para assim exercerem maior controlo sobre a formação dos juristas (Guerrero Galván, 2016, 173; Peset 1971). Kagan, para o caso francês, reforça essa ideia, embora também nos relembre que a especificidade de cada país poderá oferecer mais respostas. No século XVII, o número de alunos a entrar nas faculdades jurídicas seria tão significativo que «[...] unless this trend was halted, France would never develop a commercial class sufficiently large to foster economic advance [...]» (1975, 40).

As reformas que procuraremos analisar agora com maior detalhe, demoraram a seguir as linhas evolutivas que temos vindo a descrever¹²⁸. Apesar das faculdades jurídicas terem sido a imagem de marca da Universidade de Salamanca, cânones e leis foram, durante décadas, quem mantinham a reputação desta instituição: «[...] con mas especialidade en la Jurisprudencia [...] Han compuesto, y ordenado nuestras mas solidas, y justas leyes [...]» (Addy, 1966, 266-7)¹²⁹. Desta forma, não será de estranhar que a proposta da Universidade no plano de 1771 apontava já dois problemas nesta faculdade: 1) a diminuição do número de docentes (segundo a Universidade causada pela concorrência com outras Universidades) e, 2) a falta de condições financeiras (*los médios para la subsistêcia*) apelativas para docentes e

¹²⁶ (Archivo General de Simancas (AGS), Inventario de la Secretaria de Gracia y Justicia. Instrucción Pública. Fechos de la Universidad de Salamanca, 1768-1776, Legajo 944).

¹²⁷ (*Plan general de estudios dirigido a la Universidad de Salamanca por el Real y Supremo Consejo de Castilla y mandado imprimir de su orden*. 1771; *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972).

¹²⁸ Para uma panorâmica da faculdade de leis e cânones da Universidade de Salamanca antes da reforma, ver principalmente (Peset e Alonso Romero 2006; de Dios 2006; García y García 2006). Para o caso de Coimbra, ver (Costa 1997; Silva 2000; Homem 2009, ver capítulo I; Marques 1982; 1991; 2009). Para as faculdades jurídicas em Coimbra, deve ser destacado o papel de João Pereira Ramos, irmão de Francisco de Lemos (que também participa na Junta e na elaboração dos estatutos) (Calmon 1983, 95).

¹²⁹ Para esta questão ver (Rodríguez-San Pedro Bezares 1986a, 1:84–182, 1986b, 2:497–514; Peset e González González 1990).

também para os estudantes¹³⁰. Esta resposta mostra, acima de tudo, uma ausência de vontade em alterar o currículo de leis por parte do claustro. Concluimos, tal como Peset e Peset, que «[...] pretende el total mantenimiento de la enseñanza conforme a los Estatutos de 1625 [...]» (1969, 56).

O Fiscal não se mostrou particularmente adepto da proposta da Universidade para leis¹³¹. A título de exemplo, a sua reação à proposta da cátedra de digesto (do terceiro ano) foi esclarecedora: «[...] la bárbara division, y nonbre de Digesto viejo [...] no sufre la sana critica, y escuela de Alciato, Cujacio, y Antonio Agustin [...]» (Addy, 1966, 326). Os reformadores, como podemos ver em ambos os estatutos, parecem preocupar-se principalmente com a organização dos seus cursos. Esta inquietação, transversal a todas as faculdades, prendia-se com a duração, mas, principalmente, com a coerência e lógica interna. O ponto de vista que parece ter prevalecido foi o da assimilação por parte dos estudantes. Partindo deste princípio, procuraram uma organização mais breve (muitas vezes significou mesmo a supressão de um ano de estudo). Mas organizada de uma forma em que as matérias fossem melhor entendidas, do simples para o complexo, «[...] saquem los fundamentos mas sólidos, y las nociones mas principales de la facultade que los emplearon [...]» (idem 327).

Em Portugal os reformadores deram aos estudos preparatórios uma especial atenção¹³². Deveriam ter já adquirido conhecimentos em língua latina (e de grego, mas apenas e só se esta matéria estivesse disponível no colégio onde tivesse estudado), mas também de retórica, lógica, metafísica e ética. Requeriam também conhecimentos nas *Letras humanas, e Disciplinas Filosoficas*¹³³. Só com o plano de 1807 para Salamanca é que esta realidade vem ser alterada, e aos alunos de Leis passa a ser pedido uma preparação mais complexa. Infelizmente, este plano teve uma vigência atribulada, acabando por ser substituído e reintegrado por mais de uma vez até 1820.

Em 1807 passamos a ter uma rutura com a componente propedêutica de 1771 (Peset Reig 1968, 243) e passaram a ser necessários fazer os três anos de filosofia para depois começar o percurso em leis. Assim, os estudantes deveriam estudar elementos de matemática, lógica,

¹³⁰ Esta questão surge amiúde nas fontes consultadas, as limitações económicas, principalmente para o caso dos estudantes, eram significativas. Nesse sentido, veja-se o pedido da Universidade ao Monarca no Plano de 1771 (Addy, 1966, 267). Leis e cânones enviaram o mesmo projeto para o Conselho, por terem o mesmo claustro, embora tratassem dos problemas em separado.

¹³¹ De forma concisa, os pontos principais podem ser vistos em (Peset e Peset 1969, 56 e 57). Já a divisão do curso seria a seguinte: 1º ano Instituta, 2º Código, 3º Prima, 4º Volume.

¹³² (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972, Livro II: Cursos juridicos das Faculdades de canones e de leis:255).

¹³³ (idem 256; *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972, Livro III: Cursos das ciencias naturaes e filosoficas:227).

metafísica, mas também filosofia moral. Por sua vez, esta última disciplina (juntamente com história e elementos do direito romano) contava já como sendo o primeiro ano do curso de leis (Peset e Alonso Romero 2006, 61). Como já vimos para outras faculdades, na questão propedêutica, não podemos dizer que as diferenças fossem significativas. Em leis, ambas as faculdades optaram por privilegiar a filosofia e matemática, tal como seria norma no mesmo período.

Se procurarmos fazer uma análise da evolução de ambos os cursos, podemos ver várias diferenças. Em primeiro lugar, em termos curriculares, Coimbra demonstrou sempre uma maior estabilidade a seguir a 1772, com mudanças curriculares pontuais. Já Salamanca foi bem diferente. Vários foram os planos de reforma durante este período. Na tabela seguinte podemos ver os três principais. Por cada novo plano, muitas vezes, falamos de uma rutura significativa. Várias foram as inovações e atualizações feitas desta forma, por sua vez, estas alterações constantes poderiam ter introduzido uma instabilidade tanto para docentes (que viam o conteúdo das suas lições alterado regularmente) como para estudantes (muitas vezes apanhados no meio destas introduções).

Mas centremos a nossa análise nos vários planos curriculares, referidos na tabela seguinte.

Cursos de leis

Tabela 4: Cursos de leis introduzidos em Salamanca e Coimbra de 1771 até 1820.

ano	Salamanca (1771)	Coimbra (1772)	Salamanca (1802)	Salamanca (1807)	Salamanca (1820) ¹³⁴
1º	(2) cátedras de instituta civil	direito natural, público universal e das gentes, história civil dos povos, e direitos, romano e português e duas de instituta	(2) cátedras de instituta civil	filosofia moral	direito natural e das gentes
2º	(2) cátedras de instituta civil	história da igreja universal, e portuguesa, e do direito canónico comum, e próprio destes reinos e instituições de direito canónico	(2) cátedras de instituta civil	história e elementos do direito romano e instituta	direito público e constituição espanhola (2 cursos)
3º	digesto menos antiga	direito civil romano	digesto menos antiga	história e elementos do direito romano e instituta	economia política
4º	código e a cátedra de volume (último ano para a obtenção do bacharel)	direito civil romano	código e a cátedra de volume (último ano para a obtenção do bacharel)	instituições canónicas	história da jurisprudência civil e eclesiástica
5º	prima de direito real e a cátedra de vésperas de direito real (equivaliam aos anos de prática)	ensino analítico do direito romano e canónico; duas cadeiras, direito pátrio, decreto Graciano	prima de direito real	história e elementos do direito espanhol	direito romano
6º	prima de direito real e vésperas de direito real	-----	vésperas de direito real	história e elementos do direito romano (bacharel)	direito civil espanhol (dois cursos)

¹³⁴ Para alcançar o doutoramento, o novo plano de 1820, requeria mais três anos de estudo: 10º história literária (dois cursos); 11º história geral; 12º comércio, suas leis, usos e balanço (dois cursos); 13º língua grega.

7º	prima de direito real e vésperas de direito real e explicação extraordinária	-----	repetição do direito canónico	partidas e recompilação novíssima	direito criminal espanhol
8º	prima de direito real e a cátedra de vésperas de direito real e explicação extraordinária	-----	repetição do direito canónico	partidas e recompilação novíssima (licenciado)	direito público eclesiástico (dois cursos)
9º	-----	-----	estágio	economia política (licenciado)	direito eclesiástico espanhol
10º	-----	-----	estágio	prática ¹³⁵	-----

¹³⁵ Durante a tarde, os alunos de prática teriam de assistir a cátedra de retórica.

As diferenças são evidentes na estrutura dos cursos, mas existiram outras de cariz pontual. Quase sempre incidiam sobre determinada cadeira e isso foi mais evidente em Coimbra. Em Salamanca¹³⁶, podemos falar de um total de quatro alterações estruturais, emanadas pelo poder central, mas não só. O plano de Caballero de 1807, teve a participação de docentes juristas da Universidade de Salamanca. Será inevitável não associar este constante alternar de planos após 1800 a grande instabilidade política levantada pelas Invasões e depois pela afirmação do Liberalismo em Espanha.

Para Addy, as faculdades jurídicas (e também a de teologia), mantiveram-se fiéis à sua tradição, opondo-se a qualquer vontade de mudança (Addy 1966, 108). Mas se concordamos com o autor, também colocamos como limite a década de 80. Com Carlos IV existiram várias discussões sobre a reforma, acima de tudo, foi manifesto o desagrado dos claustros que assumiram a necessidade de aprofundar o que o plano de 1771 começou. As exigências foram inúmeras: redução do predomínio do direito romano, maior abertura para o direito natural, expansão do direito pátrio e da economia política (Martínez Neira 1998b, 525). Neste período mais tardio, os docentes do claustro de leis parecem mais próximos daquilo a que Costa e Marcos denotam como uma das inovações mais importantes da reforma de leis em Coimbra: «[...] ligar os cursos jurídicos à vida real [...]» (2014, 137)¹³⁷. Entendemos assim que se as mudanças começaram pelas mãos de Campomanes¹³⁸. Mais tarde, continuaram através de vários docentes, como Ramón de Salas y Cortés, por exemplo.

O conteúdo dos cursos mudava, mas em ambas as universidades o bacharel era obtido ao fim de cinco anos. Cânones e leis mantinham-se separadas e só em 1802 é que esta realidade começa a mudar em Salamanca. Porém, em Coimbra, os dois primeiros anos eram partilhados por legistas e canonistas, o que tem de ser entendido como um primeiro passo para uma fusão futura (Costa 2012, 498).

Para Peset e Peset o novo curso de leis inova com a introdução do direito real. Afastase das fontes justinianas e parte de livros e compêndios, nas cátedras de direito real os alunos deveriam ser incentivados a cultivarem uma abordagem baseada no conhecimento histórico ou de comentaristas e surge o grau de licenciado. Ao contrário do que aconteceu noutras

¹³⁶ Ver a visão abrangente apresentada por Paz Alonso Romero (2012).

¹³⁷ Costa e Marcos defendem que os reformadores portugueses pretendiam diferir um golpe abrupto, necessário para reformar o ensino do direito naquela Universidade (*vicioso e antiquado de raiz escolástica*) (Costa e Marcos 1999, 74).

¹³⁸ Do ponto de vista ideológico, ou se quisermos político, uma das críticas mais interessante do Fiscal, e demonstradora do ambiente de então, seria, segundo Addy, a ausência de um currículo suficientemente *regalistic*. Para Campomanes seria determinante «[...] inspire in Salamanca a proper respect for the rights of the monarch.» (1966, 113).

instituições universitárias, o abandono do direito romano não aconteceu «En cuatro años se graduán de bachiller, sólo com conocimientos de Derecho romano.» (1969, 61)¹³⁹. Para além disso, de uma forma geral, apesar de limitados devido ao significativo número de Universidades, existiu a vontade clara também de introduzir outras matérias novas, como o direito pátrio e o direito natural (Martínez Neira 1998b, 525).

Os estatutos de Coimbra trouxeram-nos uma rutura profunda com os *Velhos Estatutos*. Os dois primeiros anos do curso de leis onde se incluía a cadeira de direito natural e geometria, tinham também um carácter propedêutico (Merêa 1957a). Pela tabela 4 rapidamente podemos concluir que uma das semelhanças entre as duas Universidades, prende-se com a permanência do direito romano¹⁴⁰. Podemos afirmar com Mário Costa e Rui Marcos que os juristas procuram adaptar o *ius romanum* às necessidades das suas sociedades (Costa e Marcos 2014, 128). Concordamos com Paulo Merêa (1957a) quando refere que a introdução do direito pátrio, direito natural, público universal e das gentes foram talvez a grande novidade dos primeiros estatutos. Em Coimbra, no quinto ano, todos os alunos (de cânones e leis) tinham de frequentar direito pátrio. A sua introdução não foi fácil, a natureza do curso ainda estava muito ligada ao direito romano e, em Salamanca, por exemplo, tivemos de esperar até 1807 para ver uma abordagem mais significativa (Peset Reig 1968).

Com o decorrer das reformas temos de destacar mais duas datas importantes: 1782 para Salamanca e 1805 para Coimbra. Em 1782 é com Ramón de Salas y Cortés que a mudança começa a dar sinais «[...] intenta introducir novedades extrañas al viejo romanismo de los juristas universitarios [...]» (Peset e Peset Reig 1983, 104). Anunciando já as grandes mudanças que vão culminar no plano de 1807¹⁴¹. Em 1802 temos nova tentativa de atualização. A Universidade recebe de José Antonio Caballero uma proposta de reforma em leis (ver coluna Salamanca (1802). Como proceder¹⁴²?

Peset e Peset mostram-nos esse debate pormenorizadamente. É só em 1806 que a Universidade começa a discutir o assunto e a trabalhar na proposta. O plano de 1802 é visível na tabela 4 e não nos debateremos muito sobre as suas mudanças porque este foi uma transição

¹³⁹ Ver também (Peset Reig 1975).

¹⁴⁰ «[...] o núcleo essencial dos cursos de Leis e de Cânones permaneceu cativo, respectivamente, do Corpus Iuris Civilis e do Corpus Iuris Canonici, posto que se encarassem estes textos de ângulos diversos dos tradicionais.» (Costa e Marcos 1999, 80). Esta questão só acaba por ser resolvida em 1805, com a maior representação do direito pátrio.

¹⁴¹ Uma das introduções que mereceu grande discussão (e uma acesa oposição entre o corpo docente) diz respeito à economia política. O debate foi intenso, mas, numa faculdade ainda muito ligada ao direito romano, a economia política era *perigosa*. Para esta questão ver (Peset e Peset Reig 1983, 103 e ss.).

¹⁴² Sobre esta discussão dentro do claustro ver (Peset e Peset Reig 1983, 262–65). Vicente de Ocampos apresenta uma espécie de contraproposta, que apresentaremos no capítulo IV.

para o plano de 1807 (um plano conjunto entre o poder central e a Universidade). E que vai acabar por marcar grande parte do período seguinte. Na génese deste plano esteve a proposta de 1802 e o consequente trabalho desenvolvido por Vicente Fernández de Ocampos e a junta da faculdade de leis.

No mesmo ano em que foi expedido o alvará de 1805, José Rodrigues de Brito, nas suas *Memorias Politicas* defende que o:

«[...] plano dos nossos estatutos [...] tendia todo a declaração, confrontação, e classificação de todas as leis positivas combinadas com as do código da natureza; e por isso falsamente se criticam os compiladores em deixarem na faculdade de leis sete cadeiras de direito romano, uma só de direito natural, e outra de direito pátrio.» (1805, tomo III:292).

Rodrigues de Brito elabora um longo discurso onde procura demonstrar que o direito romano se mantinha no currículo de leis mas em confronto com outro tipo de direitos, não enquanto saber principal (idem 292 e ss.)¹⁴³. O poder central não teve semelhante entendimento e as alterações no curso de leis não se fizeram esperar. Para lá do contributo de Rodrigues de Brito, o alvará entra em vigor e vem transformar o currículo de leis de duas formas: expansão do ensino do direito pátrio (com mais três cadeiras) em detrimento do direito romano, e a divisão da cadeira de direito natural (Costa e Marcos 2014, 121)¹⁴⁴.

Concluindo, em Coimbra, em 1772, assistimos à introdução do direito pátrio e o direito natural (Costa e Marcos 2014, 121; Silva 2000), e não será ousado dizer que beneficiaram de uma séria atenção que os estatutos deram a estas matérias. O primeiro plano para Salamanca (1771), também muito marcado pelo direito romano, não deixou de trazer alterações importantes, embora mais limitadas: maior agilidade na exposição das matérias, os alunos passavam a ser introduzidos a uma quantidade maior de matéria (*más superficialmente*), introdução do grau de licenciado. Pretendeu ser uma proposta mais racionalista porque compunha um conjunto mais ordenado que tornava a assimilação e a memorização mais fácil, «[...] más que el viejo método de argüir y debatir supuestos sobre textos romanos [...]» (Peset e Alonso Romero 2006, 60).

Enquanto que em Coimbra temos uma mudança estrutural em 1805, em Salamanca, seguem-se várias até ao fim do período em estudo. Em 1807, com o contributo de Martin de

¹⁴³ Martínez Neira, para o caso das Universidades espanholas, aproxima-se desta ideia quando refere que o direito romano apenas tinha valor na medida em que recorre ao direito natural ou pátrio (Martínez Neira 1996, 953).

¹⁴⁴ Ver também (Braga 1898, III 1700 a 1800:577 e ss.).

Hinojosa e Miguel Martel (docentes em Salamanca) temos a *Real cédula de S.M. y senores del Consejo*¹⁴⁵. O emprego do plano não foi fácil e acaba por ser interrompido pelas Invasões Francesas. Mas é este plano que vem acabar de vez com o predomínio do direito romano e reforçar o direito pátrio. E a introdução da cátedra de economia política não foi facto menor (idem 61). Paul Thiébauld, General francês, em conjunto com alguns docentes da Universidade de Salamanca apresentam novo Plano, *Informe general sobre la Universidad de Salamanca*. Plano que não passou do papel. Com a libertação da cidade, a Universidade apresenta novo plano em 1813, que não foi aprovado em Cortes (Peset e Alonso Romero 2006, 62 e 63)¹⁴⁶.

Com Fernando VII as reformas liberais terminaram e dá-se um regresso ao plano de 1807, mas com uma aplicação irregular. Em 1818 a Secretaria de Graça e Justiça em conjunto com o Conselho decidem reeditar o plano de 1771 (Martín de Balmaseda 1816, V:611–14; Peset e Alonso Romero 2006, 63). A mudança que aqui nos interessa estaria na abolição da cátedra de filosofia moral, retirando assim o direito natural do currículo de leis, mas o plano não teve concretização prática. Na realidade, os cursos já nada tinham do plano de 1771 (do qual já distavam mais de quatro décadas) mas sim com o plano de 1807 que, para alguns autores, foi assim definitivamente erradicado na sua versão original (Peset e Alonso Romero 2006, 63).

Mas isto não significa que tenha desaparecido completamente. Em 1820, as Cortes decidem regressar ao plano de Caballero (1807), atualizando-o¹⁴⁷. Este foi então aprovado e passamos a ver várias alterações no currículo de Leis. O direito natural (ver coluna Salamanca (1820)) foi introduzido no primeiro ano juntamente com o direito constitucional (idem 63). O plano dura apenas um ano, mas significou o início de um novo período, onde se seguiram mais planos de reforma.

Mas o plano de 1820, apesar da sua natureza de transição, não deixa de estar ligado ao processo de reforma que já vinha a ocorrer na faculdade de leis de Salamanca. Como podemos ver na Tabela 4, uma das mais importantes introduções e, simultaneamente, um corte com o passado, foi a introdução da cátedra de direito natural e das gentes, que iremos analisar de seguida.

¹⁴⁵ Sobre a discussão e aprovação do plano ver (Addy 1966, 228 e ss.; Peset e Peset Reig 1983, 259 e ss.; Peset Reig 1968, 238 e ss.).

¹⁴⁶ No mesmo ano, foi criada uma junta para a analisar uma possível reforma, desta saiu o informe de 1813. Foi analisado por Araque Hontangas que nos mostra que os autores do documento apresentavam-se bastante críticos das reformas anteriores que, apesar de tudo foram «[...] fundamentadas en la razón y en la filosofía [...]», mas não conseguiram superar obstáculos, «[...] las intrigas, la ambición y el fanatismo prevalecían [...]» (Araque Hontangas 2013, 40).

¹⁴⁷ Sobre esta decisão ver (Peset Reig 1968, 306–13; Peset e Peset 1968; Peset e Alonso Romero 2006, 63).

O direito natural em Salamanca e Coimbra

Como vimos anteriormente, o direito natural surge nos currículos de leis a partir de 1700 em conjunto com outras formas de direito. Para esta análise interessa-nos particularmente o surgimento e expansão do direito natural (ligado ao direito das nações, mas também ao direito das gentes)¹⁴⁸. Deveria tratar: «[...] da conduta que deveria ter lugar entre os indivíduos (e por extensão entre os países) quando as suas relações não fossem reguladas por leis positivas ou pela Revelação, e quando o único guia era a Razão.» (Brockliss 2002, 575). Já a sua origem remonta à razão, como Grotius defendeu (2005, 1:79): «O direito natural nos é ditado pela reta razão que nos leva a conhecer que uma ação, dependendo se é ou não conforme à natureza racional, é afetada por deformidade moral ou por necessidade moral e que, em decorrência, Deus, o autor da natureza, a proíbe ou a ordena.»

Para Brockliss não será correto deduzir que a fixação de cursos de direito natural teve ligação com o desenvolvimento do direito civil, mas da necessidade de «[...] reforçar o ensino do Direito positivo com uma análise dos princípios universais de justiça que, supostamente, informam de qualquer modo todos os sistemas jurídicos.» (2002, 576). Brotou não de cursos especializados do digesto de Justiniano, mas no século XVII nas Universidades protestantes do norte da Europa, principalmente Leida em 1658 (idem 576).

Outra característica não menos importante do desenvolvimento do direito natural nos currículos, foi o facto de nem sempre este ter sido sediado às faculdades de leis. Heidelberg, por exemplo, em 1661 acrescenta esta cadeira à sua faculdade de artes, linha esta que vai buscar a sua essência ao pensamento de Samuel Pufendorf: «[...] o estudo do homem num Estado de natureza era de claro interesse tanto para estudantes de Filosofia como para os de Direito.» (idem 576 e 577).

Para além da expansão do Estado, temos de acrescentar que, como vimos no capítulo anterior, o Iluminismo trouxe como característica meritória a crítica, que assim também se dirigiu às práticas jurídicas em vigor (Moncada 1925; Silva 2000, 369; Hazard 1989, 13 e ss.), ajudando grandemente na permanência das novas formas de direito. O direito natural veio, para os juristas do século XVIII, funcionar como *medida de padrão absoluta* capaz de fornecer uma base de análise crítica e racional aos sistemas legais nacionais (Brockliss 2002, 581). Assim, qualquer ligação entre o direito natural e o direito civil nos planos de reforma das faculdades

¹⁴⁸ A importância do direito natural no pensamento Europeu não está apenas ligada ao direito, mas também à economia, sendo essencial para a emergência da política económica enquanto ciência independente (Cardoso 2002; 2004; 2015).

de direito não seria alheio a esta ideia. Desta forma, nos estatutos da Universidade de Coimbra de 1772, enquadrados numa reforma mais ampla do sistema jurídico português (iniciada pela Lei da Boa Razão de 1769) o direito natural era fundamental para:

«[...] bem compreheder; assim os diversos Estados do Homem; e do Cidadão; dos quaes se deduzem todas as Leis Naturaes; e Civís ... E porque quando as Leis Civís se conformam com as Naturaes, não há outra alguma chave da boa intelligencia dellas, que não seja a do Direito Natural ... a verdadeira Fonte de todas as Leis Civís [...]»¹⁴⁹.

Uma passagem não muito distante da ideia defendida por um dos ideólogos desta reforma, Verney, quando refere a importância do direito natural para os juristas: «[...] do Jurisconsulto em comum, que deve saber, o direito de Natureza, e das Gentes [...]» (1746, II:193).

Em Salamanca, não será estranho que com a discussão levantada com a possível cátedra de economia política, surgem também preocupações com outra matéria não menos importante, o direito natural¹⁵⁰. Foi de difícil implementação até ao plano de 1820, onde passa a ser obrigatória no primeiro ano do curso (ver coluna Salamanca (1820) na tabela 4). Apesar do período de incerteza, confusão e recuo por parte do poder central, não desapareceu totalmente.

Em 1788 o Conselho de Castela pede aos claustros de Salamanca e Alcalá que se pronunciassem sobre uma possível introdução do direito natural nos cursos de leis. No dizer de Martínez Neira: «[...] este último intento ilustrado de incluir la matéria del derecho natural en los planes de estudios de las facultades jurídicas [...]» (1996, 957–64). O autor refere já um impressionante conhecimento desta disciplina e dos seus principais autores por parte do corpo docente da Universidade de Salamanca. Preferindo Heinécio ao italiano Giambattista Almicci, defendiam a introdução desta disciplina na Universidade «[...] para el conocimiento de las leyes civiles.». Portanto, com um carácter introdutório (como vimos em Coimbra) mas também «[...] frente al exceso romanista». Para estes docentes, o direito natural deveria passar a ser uma disciplina cimeira no curso de leis, o que era já um sinal evidente de que a realidade era diferente daquela de 1771. Era necessário continuar e aprofundar a reforma através da introdução desta

¹⁴⁹ (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972, Livro II: Cursos juridicos das Faculdades de canones e de leis:310).

¹⁵⁰ Apesar destas dificuldades, não será correto afirmar que o direito natural não era ensinado em Espanha. Como Martínez Neira demonstrou, desde o reinado de Carlos III que essa abertura existiu. A Universidade de Valencia e de Granada foram das poucas instituições com uma cadeira de direito natural. Mas o centro para o ensino desta matéria, e assim foi entendido, foram os Estudos Gerais de S. Isidoro, em Madrid, através da obra do italiano Giambattista Almicci (Martínez Neira 1998b, 539; 1996, 954; Jara Andreu 1977). E sobre o papel pedagógico do centro na área do direito natural (ver Marín y Mendoza 2015).

disciplina no primeiro ano e do recurso ao direito natural moderno (ou racionalista, e em algumas fontes, protestante) de autores como Pufendorf ou Wolf. Simultaneamente, as obras dos autores modernos deviam ser censuradas o suficiente para se tornarem compatíveis com a realidade espanhola (apesar da abertura da Universidade, nada mudou).

Outro momento de mudança ocorre em 1794, quando a Universidade recebe uma ordem real que indica: «[...] suprimir en todas las Universidades y en todos los Seminarios y Estudios las cátedras que modernamente se han establecido de Derecho público y del natural y de gentes, y la enseñanza de ellos, donde sin haber cátedra se haya enseñado en la de otra asignaturas [...]» (Peset e Peset Reig 1983, 105, ver nota 55)¹⁵¹. Para as Universidades que já tinham esta cátedra no seu currículo, teriam de a suprimir. Circunscrevendo o ensino e limitando os desenvolvimentos que podiam advir da autonomia do direito natural¹⁵².

O que se seguiu só pode ser caracterizado por inercia e recuo do poder central. Simultaneamente, é o monarca que pede ao Conselho que pensasse em outras formas de ensinar esta matéria, por outras palavras, que não «[...] inquietase al «público literato»» (Martínez Neira 1998b, 526)¹⁵³. Já vimos que o direito natural teria de ir ao encontro das ideias absolutistas, e esse desafio poderia ser descrito da seguinte forma:

«En definitiva, el derecho natural minaba los fundamentos del absolutismo, que eran considerados como la constitucion del reino, y ante esto se reaccionaba proponiendo la supresión de estas catedras y el mantenimiento de la ensenanza de las catedras de etica, en las que podia aprenderse un derecho natural conveniente al Estado y la religión [...]» (idem 527).

A relação do poder central com esta disciplina era de tal forma conflituosa, que nem com o fim desta cadeira a questão ficou resolvida. O que fazer a outras cadeiras que tratavam desta matéria, como a filosofia moral? Alterava-se o conteúdo, ou deixava de ser lecionada na Universidade? A última ideia chegou de facto a estar em cima da mesa, mas não foi aplicada. A Universidade teve de esperar até 1806 para obter uma resposta do Conselho: filosofia moral mantém-se na sua condição preparatória para os alunos de leis. Apesar da espera de mais de uma década, nada muda. Por outras palavras:

¹⁵¹ (Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Actas de Claustros y Juntas de la Universidad, 1792-1794, AUSA 250, 625r-32, 629r; Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Actas de sesiones de Juntas de primicerio, 1781-1834, AUSA 835, ata de 20/08/1794).

¹⁵² Nas Universidades espanholas «[...] no llegó a ganar ningún especialista del derecho natural, no hubo tiempo [...]» (J. L. Peset e Peset Reig 1983, 327; M. Peset e Peset 1974, 292-95).

¹⁵³ Segundo o autor, o erro do Conselho poderia ter estado na dependência de obras estrangeiras, muitas delas não iam ao encontro das ideias do poder central. A ausência de um tratado elementar de direito natural adotado a legislação espanhola, poderia ter levado a um desfecho diferente.

«Decia que la clave de lectura, en mi opinion, esta en la filosofia moral pues esta aparece como un derecho natural acorde con la constitucidn politica de la monarquia, que no contenia principios contrarios a ella. Efectivamente, esa era la opinion del Consejo y esa fue la solución del problema. Suprimiendo las catedras del derecho natural no se suprimia su ensenanza, sino que esta - como preliminar - permanecia obligatoria, si acaso ahora mas que antes, pues era obligatoria para todos los que querian cursar las jurisprudencias.» (Martínez Neira 1998, 543).

Em Coimbra, em período idêntico, a cadeira de direito natural sofre alterações¹⁵⁴. A discussão sobre a que faculdade (leis ou cânones) deveria pertencer o direito natural, foi longa. Em 1781, Tomás Pedro da Rocha, no seu parecer sobre os docentes de leis, chama à atenção para o facto de que direito natural estar a ser lecionada nesta faculdade, o que era uma irregularidade, «Visto que a Cadeira de Direito Natural deve passar para canones na forma dos Estatutos.»¹⁵⁵. Em julho de 1786 este problema ainda não tinha sido resolvido. Na ata da congregação não se perdeu a oportunidade de lembrar que a cadeira era «[...] propried.e [...] em canones [...]»¹⁵⁶. É só durante a docência de Manuel Barreto Perdigão Villas Boas que temos um sinal de que esta situação estaria resolvida. Numa carta da junta da fazenda de 11 de dezembro de 1790, temos o seguinte relato: «[...] mandando assentar na Folha Academica a cadeira de Direito Natural em ultimo lugar de todos as da Faculdade de Leis»¹⁵⁷. O que deduzir da passagem?

Duas ideias centrais: no período a cadeira estaria já assente na faculdade de leis, o que não seria de estranhar, se nos estatutos de 1772 se refere que esta deveria estar na faculdade de cânones¹⁵⁸, a mesma fonte também deixa em aberto a sua fixação em leis. De que forma? Em primeiro lugar porque desde 1772 que se caminhou no sentido da fusão das faculdades jurídicas,

¹⁵⁴ Neste trabalho vamos apenas focar nos aspetos de conteúdo e evolução da cadeira de direito natural ao longo deste período, mas temos de fazer referência a uma outra questão. Desde 1785 que a congregação se deparou com vários problemas para indicar um substituto ou um substituto extraordinário. O problema durou, pelo menos, de 1785 até 1791, visto que só em 1791 é que finalmente temos a nomeação de um substituto extraordinário (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Actas dos Conselhos dos Decanos, 1784-1796, IV-1° D-3-2-56; *Actas das Congregações da Faculdade de Leis (1772-1820)* 1983, I:68). Em 1791 foi a vez de Manuel José d'Araújo Borges Teixeira (*Actas das Congregações da Faculdade de Leis (1772-1820)* 1983, I:137) e no ano seguinte, José Pedro da Fonseca Gameiro, para substituto extraordinário (*Actas das Congregações da Faculdade de Leis (1772-1820)* 1983, I:147). Mas só a partir da década de 1790 é que podemos confirmar que a situação foi regularizada. O facto de a cadeira de direito natural ter *oscilado* entre cânones e leis justificaria este atraso. Nenhuma das congregações queriam avançar com nomes deixando a responsabilidade para os monarcas, sem com isto manifestar nenhum tipo de interferência na gestão de outra congregação que não a sua.

¹⁵⁵ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Voto dos Decanos da Universidade de Coimbra, Séc. XVIII, Mç. 516, Cx. 642).

¹⁵⁶ (*Actas das Congregações da Faculdade de Leis (1772-1820)* 1983, I:68).

¹⁵⁷ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Consultas do Concelho de Decanos da Universidade de Coimbra, 1779-1831, Mç 517. Cx. 643).

¹⁵⁸ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Voto dos Decanos da Universidade de Coimbra, Séc. XVIII, Mç. 516, Cx. 642).

mas, o ponto principal, a meu ver, estaria também na relação próxima do direito natural com o direito civil. No *Livro Segundo dos Estatutos* de 1772, são várias as passagens que reforçam esta ideia, onde destacamos a seguinte:

«[o Homem enquanto ser social] primeiramente da grande Sociedade do Genero Humano; e depois das Sociedades [...] [e] em cada huma das sobreditas Sociedades, e dos Estados [...] foi sempre o Homem contrahindo diversas obrigações, e diversos officios, todos provenientes das santas, e immutaveis Leis da Natureza»¹⁵⁹.

Portanto, só assim, «[...] se podem bem comprehender; assi, os diversos Estados do Homem; e do Cidadão; dos quaes se deduzem toas as Leis Naturaes, e Civis»¹⁶⁰.

A segunda ideia que podemos retirar da passagem prende-se com as dificuldades com que esta cadeira se deparou na hierarquia dos saberes universitários. Recém-criada, sofreu a oposição de faculdades e saberes mais antigos (agora com uma nova nomenclatura) que não abdicaram do seu estatuto, teólogos e canonistas principalmente. Os primeiros não abdicaram do seu lugar no topo da hierarquia universitária rapidamente, daí a expressão *ultimo lugar de todos* no documento.

Mas a decisão adiantada por volta de 1790 não se manteve por muito tempo, nem afastou o direito natural da faculdade de leis. Em 1805, na reunião do claustro de 8 de fevereiro em Coimbra, leu-se uma carta régia do mês anterior onde se refere uma nova *distribuição das disciplinas*¹⁶¹. Desta forma, procedeu-se à divisão desta cadeira que assim ficava representada em ambas as faculdades, «[...] para que as lições das mesmas disciplinas se tornem mais proveitosas aos Estudantes [...]»¹⁶². Não afastar a cadeira da faculdade de leis, não foi de todo estranho, direito natural era uma componente essencial do novo curso e estava intimamente ligada ao direito civil, muito valorizado na reforma.

Cadeira de direito natural em Salamanca e Coimbra

Tabela 5: Evolução da cadeira de direito natural nas Universidades em estudo. Coimbra (C), Salamanca (S).

Ano	Faculdade	Cadeira
------------	------------------	----------------

¹⁵⁹ (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972, Livro II: Cursos juridicos das Faculdades de canones e de leis:309, 310 e 311).

¹⁶⁰ (idem 310).

¹⁶¹ Como fundo, estaria o alvará de 16 de janeiro de 1805.

¹⁶² (*Actas das Congregações da Faculdade de Leis (1772-1820)* 1983, I:109–13).

1772	leis (C)	direito natural
1805	leis e cânones(C)	direito natural (duas cadeiras)
1807	leis (S)	filosofia moral (onde se introduziu o direito natural)
1820	leis (S)	direito natural e das gentes

Simultaneamente, em Salamanca, Caballero avança com a proposta de 1802 promovendo a discussão de onde iria nascer o plano de 1807. Da proposta de Ocampo (docente em Salamanca) o claustro altera e redige o texto final. No final de 1806 mantêm-se inalteráveis principalmente na introdução de filosofia moral, que acaba por ser introduzida em 1807¹⁶³. Passa a ser uma disciplina de introdução ao curso de leis, de cariz propedêutico, e seria uma das três matérias obrigatórias para os estudantes que quisessem seguir leis. Por sua vez, filosofia moral contava já como o primeiro ano do curso. Mas esta cátedra continha em si uma outra característica, foi onde se inseriu o direito natural «[...] y que dentro de ella podría explicarse el derecho natural [...]» (Peset e Peset Reig 1983, 265). Apesar das dificuldades a que assistimos na introdução desta matéria no tecido universitário espanhol (com a exceção de Granada e Valência) podemos concluir que em Salamanca houve uma inovação que apesar de limitada, foi importante¹⁶⁴. Peset e Alonso Romero definem esta introdução como: «[...] una especie de remedo de la tradicion cristiana del Derecho natural, mezclado con algunas ideas políticas nuevas [...]» (2006, 71).

Após a libertação da cidade das forças francesas, no plano apresentado pela Universidade em 1813 os docentes voltaram a tentar de novo a introdução deste tipo de direito no currículo de leis, mas sem resultado.

Resumindo, depois da proposta clara de 1806, temos apenas uma cátedra de filosofia moral em 1807, mas de novo em 1813 voltamos a ter outra tentativa, embora bem menos

¹⁶³ A ordem real de 1806 merece alguma atenção. Como referimos, a fação de docentes mais progressista torna-se maioritária ainda antes de 1800. Nesse sentido o poder central não deixa passar em branco esta mudança e começa logo a procurar incentivar uma nova reforma (Archivo de la Universidad de Salamanca, Actas de Claustros y Juntas de la Universidad, 1805-1806, AUSA 257, 132). Mas, os progressistas seriam ainda mais progressistas do que o conselho esperaria. Na discussão que ocorre entre docentes no claustro, uma das introduções que seria do agrado destes seria a introdução do direito natural, os *prohibited subjects*. Addy elogia esta ousadia, concluindo que o conhecimento e interesse nesta matéria estaria muito vivo na Universidade. Mas, ainda seria cedo para uma introdução tão ousada, provavelmente sob grande pressão, é o próprio claustro que retira esta proposta e inclui este ensinamento na cátedra de filosofia moral (Addy 1966, 228 e 229; Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Actas de Claustros y Juntas de la Universidad, 1805-1806, AUSA 257, 167; Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Actas de Claustros y Juntas de la Universidad, 1806-1808, AUSA258, 15-16, 21; Peset e Peset Reig 1983, 79–80, ver nota 1; Robledo Hernández 2014, 117–20).

¹⁶⁴ Em 1783, quando se debatia o destino a da cátedra de música, bastante cobiçada pelas suas rendas, foi o Reitor que refere que esta podia dar lugar a uma cátedra de direito natural, ideia prontamente rejeitada, dentro e fora da Universidade (Addy 1966, 170 ver nota 11).

sucedida. É só em 1820¹⁶⁵, que temos de facto a introdução sistemática desta matéria. Mas em que moldes? Comparável com a mesma cadeira já introduzida em Coimbra mais de quatro décadas antes?

O contexto em que surgem as duas cadeiras é distinto, mas para o caso de Salamanca, é precisamente esse contexto que permite que a cátedra de direito natural, outrora proibida, surgisse autónoma no currículo jurídico. Uma nova mentalidade que as reformas liberais apenas vieram reforçar, visto que muitos docentes da instituição já tinham mostrado uma abertura para esta matéria. Em 1820, procurou-se um afastamento claro com o passado «El estudio el derecho natural se prohibió por Estado en el último siglo [...] se considero como un crimen.»¹⁶⁶. Em relação ao que tinha acontecido em Coimbra, uma introdução bem mais precoce, e já com uma cadeira estabelecida, podemos concluir que Salamanca (à semelhança de outras Universidades espanholas) sofreu atrasos neste processo, que também foi demorado em outros pontos do Velho Continente. Principalmente, parece-nos, isto deveu-se a alguns recuos e indecisões do poder central, visto que em vários momentos a própria instituição universitária demonstrou abertura para esta introdução.

Voltando então ao conteúdo das duas cadeiras, os estatutos de Coimbra oferecem grande atenção a esta matéria. Mas como era o direito natural entendido pelos reformadores?

Em 1771, a primeira ideia a evidenciar é a de que o direito natural estava na base de todo o direito positivo (Costa e Marcos 2014, 122). Em todas as suas formas, «[...] todas as Leis Positivas estabelecidas pelos Legisladores Humanos [...] Ou são puras repetições da Legislação Natural [...] Ou são determinações mais específicas, ampliações, declarações, e applicações das mesmas Leis Naturaes»¹⁶⁷. Próximo desta ideia estava o plano de 1820, «El derecho natural no es otra cosa que el código de las leyes naturales, deducciones de los verdaderos principios de la moral, y por decir mejor, la moral misma.»¹⁶⁸. Associado em ambas às faculdades ao direito das gentes (como a própria nomenclatura indica), era uma componente

¹⁶⁵ Na discussão que antecede o plano de 1820 e, na vontade eminente de ressuscitar o plano de 1807, uma das medidas em discussão é a substituição da cátedra de recompilação novíssima e partidas, por uma nova cátedra de direito natural, das gentes e constituição (Peset Reig 1968, 308).

¹⁶⁶ (*Informe de la Universidad de Salamanca. Sobre Plan de Estudios, ó sobre su fundacion, altura y decadencia, y sobre las mejoras de que es susceptible: con cuyo motivo presenta un proyecto de Ley sobre la Instruccion Publica* 1820, 19). Neste trabalho usaremos este informe, que consistia numa resposta da Universidade de Salamanca as mudanças de 1820. Contém, para além do novo plano, a reação da Universidade.

¹⁶⁷ (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972, Livro II: Cursos juridicos das Faculdades de canones e de leis:309–10).

¹⁶⁸ Analisando a fonte citada vemos uma forte ligação com a moral «[...] fundada en la misma ciencia del hombre, no solo es útil y necesaria á los profesores de todas las demas, sino tambien à todos los habitantes de la tierra.» (*Informe de la Universidad de Salamanca. Sobre Plan de Estudios, ó sobre su fundacion, altura y decadencia, y sobre las mejoras de que es susceptible: con cuyo motivo presenta un proyecto de Ley sobre la Instruccion Publica* 1820, XXI e 74).

essencial do direito natural e entendia «El derecho de gentes es la moral aplicada á la conducta de las naciones entresí.». Cabia também a esta matéria a responsabilidade de legislar não só a ação entre indivíduos, mas também entre nações «[...] e por ser conseqüentemente o estudo das Leis Naturaes a base fundamental de todo o estudo do Direito Civil.»¹⁶⁹.

Em Salamanca, estando o direito romano definitivamente afastado enquanto ensino central (1807), a introdução do direito pátrio foi essencial para que o direito natural fosse introduzido. Era a sua base, mas mais do que tudo, a sua razão. Para um Estado que se queria estabelecido, é compreensível a introdução desta matéria enquanto «"Ciencias morales y políticas" fundamental para o "Estudio del Hombre"»¹⁷⁰. É neste sentido que os autores deste plano procuraram introduzir esta nova cátedra, mas, também, enquanto reforço do poder do Estado: «Todo parecía peligroso á un gobierno débil que, dexando oscilar á su arbitrio la opinión pública, permitió y fomentó los institutos privados de enseñanza, alejándola como era preciso, de los estudios generales donde únicamente podia ejercer su influencia y uniformarla.»¹⁷¹.

Para além das motivações em muito semelhantes, o conteúdo, apesar de estar apartado por várias décadas, não é assim tão distante. O docente de Coimbra deveria iniciar a sua exposição pela distinção entre o direito natural e da «Theologia Natural; da Ethica; da Moral; do Direito Civil, e Canonico; da Politica; da Economia.»¹⁷². Uma primeira conclusão, é talvez o excessivo controlo exercido sobre o papel dos docentes, onde o direito natural não foi exceção. Aos docentes de Salamanca era exigida uma linha orientadora clara, onde para além de outras coisas, fica patente o papel da Universidade:

«Las palabras *derecho natural, derechos del hombre, política, equidad, igualdad, libertad y contrato social*, son todavía muy vagas por los diversos sentidos en que las usan autores mas clásicos, y como por otra parte los profesores de esta ciencia han de influir tan directamente en la felicidad del Estado, la Universidad reclama la atención del Gobierno mas particularmente sobre ella.»¹⁷³.

¹⁶⁹ (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972, Livro II: Cursos juridicos das Faculdades de canones e de leis:310).

¹⁷⁰ (*Informe de la Universidad de Salamanca. Sobre Plan de Estudios, ó sobre su fundacion, altura y decadencia, y sobre las mejoras de que es susceptible: con cuyo motivo presenta un proyecto de Ley sobre la Instruccion Publica* 1820, XXIII).

¹⁷¹ (*idem* 19).

¹⁷² (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972, Livro II: Cursos juridicos das Faculdades de canones e de leis:311).

¹⁷³ (*Informe de la Universidad de Salamanca. Sobre Plan de Estudios, ó sobre su fundacion, altura y decadencia, y sobre las mejoras de que es susceptible: con cuyo motivo presenta un proyecto de Ley sobre la Instruccion Publica* 1820, 64).

Na Universidade portuguesa, o docente após feitas todas as distinções necessárias ao *bom ensino* do direito natural, tinha de estabelecer ligações úteis a outras disciplinas para «[...] os juristas [...] poderem entenderem com perfeição as Leis Civís, e Canonicas»¹⁷⁴. De seguida, deveria realizar um balanço histórico sobre a *Historia das Leis, e da Jurisprudencia Natural*, da antiguidade até ao presente. Outro ponto equacionado, relaciona-se com o *verdadero metodo de estudalla* e com as obras indicadas. O recurso a obras estrangeiras foi prática recorrente. A título de exemplo, para o final do período em estudo, em Salamanca foram indicados: «Locke es el primero que la ha aplicado al estudio del hombre, Beccaria á algunos tratados de legislación, y Bentham, en nuestro sentir, á su sistema entero.»¹⁷⁵. Hobbes proibido em Coimbra), Pufendorf (também presente em Coimbra) e Vattel importavam, em Salamanca, pela sua contribuição para o desenvolvimento desta matéria. Nesta fase, eram os primeiros que deveriam ser a base desta cátedra, mas com algumas reservas. As obras do *sabio jurisconsulto inglés* precisariam de ser devidamente preparadas, «[...] sus clasificaciones que podrían simplificarse, acomodando á nuestra lengua sus ásperas nomenclaturas, sus cifras del cálculo moral, y su aritmética son los verdaderos instrumentos lógicos necesarios á la legislación [...]» para já, caberia então aos Elementos de Heineccio ocupar esse lugar¹⁷⁶.

Em Coimbra, o autor que marcou uma presença mais na cadeira de direito natural foi da autoria de Carlos Martini, *Positiones de lege naturali* e *Positiones de iure civitatis*, que aparece na Universidade em 1772 e permanece até 1843 (Costa e Marcos 2014, 133, ver nota 67)¹⁷⁷. Na Universidade portuguesa, terminando o balanço histórico iniciava-se a segunda fase do papel do docente apoiado por um *Compendio breve* lecionava: a jurisprudência natural, o direito natural tomado em espécie, o direito público universal e, por fim, o direito das gentes¹⁷⁸. E se em Salamanca a moral era indissociável do direito natural, em Coimbra a grande atenção recaiu na ética enquanto componente essencial na formação dos juristas¹⁷⁹. Coimbra foi mais longe quando fez uma distinção não menos interessante: o direito natural destacava-se da teologia

¹⁷⁴ (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972, Livro II: Cursos juridicos das Faculdades de canones e de leis: 311, e quanto a descrição do papel do docente, ver até 316).

¹⁷⁵ (*Informe de la Universidad de Salamanca. Sobre Plan de Estudios, ó sobre su fundacion, altura y decadencia, y sobre las mejoras de que es susceptible: con cuyo motivo presenta un proyecto de Ley sobre la Instruccion Publica* 1820, 64).

¹⁷⁶ (*Informe de la Universidad de Salamanca. Sobre Plan de Estudios, ó sobre su fundacion, altura y decadencia, y sobre las mejoras de que es susceptible: con cuyo motivo presenta un proyecto de Ley sobre la Instruccion Publica* 1820, 65).

¹⁷⁷ Quanto aos compêndios indicados pelos vários Planos de Reforma, serão tratados de uma forma mais profunda no capítulo próprio (V).

¹⁷⁸ Para uma descrição mais detalhada ver (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972, Livro II: Cursos juridicos das Faculdades de canones e de leis:315 e 316-334).

¹⁷⁹ (idem 313).

natural porque «[...] ás obrigações, e Offícios do Homem para com Deos [...]» só podem ser alcançados pela primeira¹⁸⁰.

Concluindo, Salamanca introduz¹⁸¹, por fim, uma cátedra autónoma de direito natural, mas mais tarde do que em Coimbra. A razão principal para além da longa persistência do direito romano, teria sido a maior valorização do direito pátrio e os vários recuos do poder central. Como consequência, como também já vimos, foi a valorização do direito pátrio que acaba por beneficiar a introdução do direito natural, matérias indissociáveis.

As faculdades *naturais* (medicina, filosofia e matemática)

Reformas nas faculdades de medicina

As reformas em estudo alteraram a estrutura, percurso preparatório e currículo do curso de medicina, beneficiando de instalações científicas importantes (Pita 2014, 150)). Ambas entenderam que os alunos necessitavam de uma preparação prévia que introduzisse ensinamentos básicos que deveriam ser desenvolvidos e aprofundados posteriormente e que pudessem funcionar como base essencial para conhecimentos novos.

Estudos propedêuticos em Salamanca e Coimbra

Tabela 6: Estudos propedêuticos através dos planos/estatutos de 1771, 1772 e 1807.

	Salamanca (1771)	Coimbra (1772)	Salamanca (1807)
1º	dialética e lógica	geometria e história natural	elementos de aritmética, álgebra e geometria
2º	metafísica	cálculo e física experimental	lógica e metafísica
3º	aritmética, álgebra e geometria	foronomia e química	geometria sublime e princípios de história natural
4º	física experimental	-----	-----

¹⁸⁰ (idem 314).

¹⁸¹ Para uma análise da situação das faculdades jurídicas, desde os seus docentes até as sucessivas alterações curriculares em Salamanca durante o século XIX, ver (Torijano Pérez 2018a; 2018b; Martínez Neira 2000).

Nos estatutos de 1772, podemos ver a importância dos estudos propedêuticos, «[...] não pode o Medico fazer progresso algum na sua Profissão sem entrar nella plenamente instruido [...] se tornariam inuteis todos os esforços de estudo [...]»¹⁸². Era também uma ideia transversal ao plano de 1771 de Salamanca. Esta crença poderá justificar o facto de que neste período o conteúdo preparatório ter sido bastante semelhante. Para além das disciplinas da tabela 6 era obrigatório que os estudantes dominassem o latim e grego. A razão prendia-se pela necessidade de consultar obras de autores da antiguidade. Em Coimbra foi também exigido (embora não fosse obrigatório) que soubessem francês e inglês, porque «[...] estas escritas, e se escrevem cada dia muitas Obras importantes de Medicina [...]»¹⁸³. Por sua vez, lógica era uma exigência apenas para Salamanca.

Além de línguas, os estudantes deveriam então passar para os ensinamentos propedêuticos, onde se destacam as matérias ligadas à matemática (mais representativa em Salamanca) e filosofia. A duração deste período era distinta: três anos eram suficientes em Coimbra e quatro em Salamanca. O plano de 1807 traz mudanças nos preparatórios, não de fundo porque continuava a ser necessário conhecimentos de filosofia e matemática, alteravam-se apenas as cadeiras obrigatórias. Os princípios de história natural, uma nova cátedra, marcava a continuidade de conhecimentos que apareceram já em 1771 através de física experimental. Era a iniciação fundamental para o curso de medicina, que se queria mais completo e com uma forte componente ligada às ciências farmacêuticas.

A historiografia havia já defendido a ideia do aumento da dificuldade e da exigência requerida aos estudantes após o início a década de 1770 (ver Fonseca 2014). Esse grau de exigência ficou também visível nos estudos propedêuticos. Os estudantes de medicina deveriam superar uma etapa mais exigente, com mais e diferentes disciplinas com o objetivo de seguir um caminho onde pudessem atingir a excelência em medicina e se tornassem médicos e cirurgiões mais competentes¹⁸⁴.

Outra conclusão que transparece da tabela 6, é que a grande inovação se prende com a valorização de matérias ligadas à filosofia (Pita 1996, 26–27) e matemática¹⁸⁵. Será importante lembrar que as *faculdades naturais*, que englobavam medicina, filosofia e matemática, pretendiam uma harmonização entre o conhecimento da natureza e do ser humano. Daí a ligação

¹⁸² (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972, Livro III: Cursos das ciencias naturaes e filosoficas:8).

¹⁸³ (idem 9).

¹⁸⁴ (idem 15)

¹⁸⁵ Para uma análise dos cursos de medicina antes de 1771 e 1772 nas Universidades em estudo, ver (Arnaut 1997; Fonseca 1997a; Carreras Panchón 2006; Sánchez Granjel 1990).

destas disciplinas e a exigência para os alunos que quisessem ser médicos, filósofos ou matemáticos. Onde partilhavam, por exemplo, à cadeira de história natural.

Na tabela 7, podemos ver que a grande diferença entre os cursos reside na separação que ainda persistiu em Salamanca, entre a medicina e a cirurgia. Esta separação só será ultrapassada em 1799. Já em Coimbra, cirurgia e farmácia estavam ligadas a medicina, embora, continuassem a ser vistas como artes mecânicas mais ligadas a questões práticas (Pita 2014, 143). Junto dos reformadores portugueses, a cirurgia era assim elevada a uma componente essencial da medicina, mas, também, enquanto disciplina científica. Simultaneamente, os próprios estatutos limitavam a sua autonomia (Pita, 1996, 79). A inclusão da cirurgia vinha responder a um problema já sinalizado e que causava obstáculos sérios à formação de médicos, «[...] o divorcio entre a Medicina e Cirurgia tem sido mais do que todas as outras causas prejudiciais aos progressos da Arte de curar [...]»¹⁸⁶. Este problema era já secular nas muitas Universidades europeias. Paderson, já tinha defendido que as faculdades de medicina estavam numa posição privilegiada, a partir do momento em que entenderam que a separação entre medicina e cirurgia era um obstáculo porque não permitia uma *educação completa* (Pedersen 2002, 435).

Cursos de medicina no *Plano de Estudos* de 1771 e nos *Estatutos* de Coimbra de 1772

Tabela 7: Tabela comparativa do curso de medicina de ambas as faculdades.

	Salamanca (medicina)	Salamanca (cirurgia)	Coimbra (medicina)
1º	instituições médicas mais antiga e anatomia	instituições médicas mais antiga e anatomia	matéria médica e arte farmacêutica
2º	instituições médicas menos antiga e anatomia	instituições médicas menos antiga e anatomia	anatomia, operações cirúrgicas e arte obstetrícia
3º	prima e prognósticos	cirurgia, aforismos e anatomia	instituições médico-cirúrgicas (com frequência parcial no Hospital)
4º	vésperas e prognósticos	cirurgia, aforismos e anatomia	aforismos (com frequência também no Hospital)
5º	-----	-----	primeira cadeira de prática (leccionadas inteiramente no Hospital)
6º	-----	-----	segunda cadeira de prática – para alcançar graus superiores -

¹⁸⁶ (Estatutos da Universidade de Coimbra, Livro III, 1972, 20).

			(lecionadas inteiramente no Hospital)
--	--	--	---------------------------------------

Apesar disso a evolução foi lenta. No século XVIII, quase todas as faculdades de medicina na Europa já ofereciam um ensino que era teórico e prático (Brockliss 2002, 583). A oferta curricular também já conseguia incluir anatomia, cirurgia, botânica e farmácia. Desde 1300, várias mudanças levaram a transformações profundas nos currículos de medicina, permitindo a algumas Universidades italianas destacarem-se (Pedersen 2002, 437). Conjugando a componente pedagógica e a investigação, as faculdades médicas dominaram o ensino desta ciência por três motivos: uma educação universitária continuava a acarretar prestígio, os graus eram fundamentais para a obtenção de licenças passadas por várias autoridades para o desempenho da profissão, a Universidade conseguia fornecer a garantia legal e de segurança para a dissecação de cadáveres (Porter 2002, 536).

Em Salamanca, o que fica visível é que o curso de cirurgia mantinha a sua autonomia¹⁸⁷, apesar de partilhar as disciplinas dos dois primeiros anos, continuavam a ter como objetivo formar *cirujanos latinos* (Sánchez Granjel 1990, 106). Como Peset e Peset referem, *sólo cirujanos puros* (1969, 55). Este cenário só foi definitivamente abolido em 1799, embora com um recuo pontual em 1801 (Sánchez Granjel 1990, 110)¹⁸⁸. Ao plano apresentado pelo Colégio de Cirurgia de Barcelona, responde a Universidade negativamente, apenas para conseguir, junto do Conselho, preparar ela própria um novo plano para medicina (fica também visível a oposição clara entre Universidades e Colégios, ver Peset e Peset Reig 1983, 161–68). Em 1799 temos finalmente um novo plano. A sua grande inovação parece estar na união de medicina e cirurgia e na criação de novas cátedras (ver tabela 8)¹⁸⁹. Concluímos assim que, para esta questão da medicina e da cirurgia, em Salamanca assistimos a um processo bem mais longo e atribulado que apenas foi resolvido algumas décadas após o início da reforma.

Se centrarmos agora a nossa análise nos cursos de medicina, vemos que em Salamanca, o plano de 1766 acaba por ser a base essencial para a reforma¹⁹⁰. Como Carreras Pachón refere,

¹⁸⁷ Quanto a cirurgia no contexto do desenvolvimento universitário, a Universidade de Valencia já vinha a dar passos importantes ainda antes das reformas (Riera e Rojo 1982).

¹⁸⁸ O primeiro plano com vista a união definitiva de medicina e cirurgia foi elaborado em 1799, por Francisco Martinez Sobral, Pedro Custodio Guitiérrez, António Gimbernat e Leonardo Galli, do Colégio de cirurgia de Barcelona. Este plano acaba por ser considerado *disforme y monstruoso* (Pezet e Peset Reig 1983, 155 e 158).

¹⁸⁹ Antes deste plano, já a Universidade tinha proposto, sem sucesso, em 1790, um reforço da cátedra de cirurgia, obrigando os alunos a assistir a operações realizadas em cadáveres e a interagir com os doentes no Hospital da Santíssima Trindade. O Teatro anatómico deveria complementar a formação dos estudantes de cirurgia (Sánchez Granjel 1990, 109).

¹⁹⁰ Para Sánchez Granjel que atribui ao claustro de Salamanca uma importância central nas Reformas Universitárias de Carlos III, o plano de 1766 é de máxima importância e antecedeu o não menos importante contributo de Mayans (1767) e de Olavide (1769) (1990, 106).

se inicialmente as Universidades resistiram as novas ideias, após mudanças significativas, compreenda-se com isto a reforma, foi possível «[...] acercar los contenidos de sus enseñanzas a los saberes aceptados en Europa [...]» (2006 303, 316 e 317). Um passo importante nesse sentido foi o plano de 1766. Após a sua aprovação, este deveria ser o plano de referência para as restantes Universidades espanholas (Sánchez Granjel 1990, 107).

Esta abertura as práticas médicas europeias, demonstrou um corte claro com o passado:

«[...] rompía definitivamente la compartimentación estanca de las cátedras tradicionales en que se producían constantemente repeticiones y solapamientos, herencia de la descoordinación de un sistema docente que reposaba en las cátedras de Prima y Vesperas y sobre el que se habían yuxtapuesto cátedras y catedrillas cuya actividad nada se había ocupado de articular en un proyecto coherente.» (Carreras Panchón 2006, 318).

Através deste plano podemos ver que o curso de medicina passava a ter oito disciplinas distribuídas por quatro anos. Em Coimbra, temos o mesmo número de disciplinas, em seis anos, embora, o grau de bacharel ao fim de quatro. Na Universidade portuguesa, os últimos anos exigiam uma frequência obrigatória no Hospital e a repetição das matérias do terceiro e quarto ano (Pita 1996, 73).

E tal como em Salamanca, na Universidade portuguesa, os novos estatutos procuraram abolir «[...] interpretações teóricas de Avicena e da “escola árabe”, abriram espaço para visões de saúde que, apesar de díspares, tinham em comum uma representação de racionalidade, modernidade e pragmatismo.» (Campos 2018, 129). Embora, na prática, segundo Pita, a «[...] confrontação entre a tradição galénica e a novas orientações médicas parece não ter conhecido a pujança que se verificou noutros países europeus.». Acima de tudo, anunciam já a emergência e a confrontação socioprofissional «[...] que está na base do quadro conflitual entre medicina, cirurgia e farmácia que se verificou no decurso do século XIX.» (Pita 2014, 147-149).

No primeiro ano letivo em Salamanca, os estudantes começavam por frequentar instituições médicas e anatomia, a primeira ligada ao estudo e preparação de medicamentos e a segunda com o estudo do corpo. O docente deveria começar pelas «Operaciones Chímicas, y sus efectos, como de la composición de los medicamentos [...]» (Addy, 1966, 264). Desta forma, foi indicado que deveria ser criado um jardim botânico (que nunca chega a ser

construído) e um museu, para que os estudantes pudessem interagir diretamente com os produtos naturais¹⁹¹.

Desde o segundo ano os docentes focavam as suas explicações nas doenças, origens, consequências, tratamentos ou, noutras palavras, na terapia. Nos dois anos seguintes, os estudantes examinavam os Aforismos (idem 264 e 321). Segundo Carreras Pachón, o novo plano trouxe uma nova organização, mais estruturada, coerente e simples permitindo aos alunos uma melhor assimilação da matéria (2006, 320).

Uma semelhança entre os dois cursos estava na divisão entre o ensino teórico e prático. Esta tensão foi uma constante e várias Universidades europeias. Vejamos rapidamente o caso alemão. Thomas Broman, para o período anterior a implementação do modelo de Humboldt, mostra-nos que a preocupação central residia no balanço entre um ensino prático e teórico. Partindo da premissa de que a educação médica tinha como objetivo o serviço à sociedade, é só com a década de 1790 que podemos ver a importância da investigação no currículo médico (1989, 36 e 37). Por sua vez, o desenvolvimento desta componente mais prática, foi bastante mais rápido nas Universidades alemãs. Em Salamanca, é por volta do mesmo período que o debate mais sério começa a surgir, e em Coimbra, os estatutos de 1772 pretendem já apontar para uma ligação entre estas duas componentes através das suas «[...] linhas iluministas onde a valorização do espírito científico surgia precisamente dentro dos melhores parâmetros científicos da época.» (Pita 1996, 77).

¹⁹¹ Para a questão do jardim botânico, ver (Addy, 1966, 122, nota 20 e 21). No caso de Salamanca, e como a historiografia já demonstrou, instituições externas à Universidade tiveram um grande impacto no ensino da medicina. Falamos assim dos Colégios de Cirurgia de Cádiz, Barcelona ou Madrid, para citar alguns. O mesmo sucedeu nas ciências naturais. Neste caso, devemos realçar o jardim botânico e o gabinete de história natural de Madrid. Apesar disso, no caso de muitas das aulas práticas, a ausência de mais espaços e equipamentos foi um obstáculo.

Cursos de medicina das Universidades de Salamanca e Coimbra

Tabela 8: Cursos de medicina através dos estatutos e de vários planos.

	Salamanca (1771)	Coimbra (1772)	Salamanca (1799)	Salamanca (1804)	Salamanca (1807)	Salamanca (1820)
1º	instituições médicas mais antiga e anatomia	matéria médica e arte farmacêutica	botânica, anatomia e química	anatomia e química	botânica	história natural e botânica (dois cursos)
2º	instituições médicas menos antiga e anatomia	anatomia, operações cirúrgicas e arte obstetrícia	fisiologia, anatomia e química	anatomia, fisiologia e patologia	anatomia	química (dois cursos)
3º	prima e prognósticos	instituições médico-cirúrgica ¹⁹²	patologia, matéria médica e fórmulas, fisiologia, anatomia e química	fisiologia, patologia, matéria médica e botânica	fisiologia e higiene	anatomia e fisiologia médica
4º	vésperas e prognósticos	aforismos ¹⁹³	afetos externos, patologia, matéria médica e fórmulas	matéria médica e botânica, afetos internos	patologia e terapêutica	patologia geral (dois cursos)
5º	-----	primeira cadeira de prática ¹⁹⁴	afetos internos, patologia, matéria médica e fórmulas	afetos internos e clínica (esta pela manhã e pela tarde)	afetos mistos	terapêutica (dois cursos)
6º	-----	segunda cadeira de prática ¹⁹⁵	afetos internos, patologia, matéria médica e fórmulas	clínica de afetos internos e afetos externos	matéria médica	teoria de afetos externos e internos (dois cursos)

¹⁹² Com frequência parcial no Hospital.

¹⁹³ Com frequência parcial no Hospital.

¹⁹⁴ Lecionadas inteiramente no Hospital.

¹⁹⁵ Para alcançar graus superiores; lecionada inteiramente no Hospital.

7º	-----	-----	-----	-----	afetos ¹⁹⁶ internos e clínica	enfermidades sexuais, de crianças e venéreas (dois cursos)
8º	-----	-----	-----	-----	obstetrícia, enfermidades várias	clínica externa (dois cursos para cirurgia)
9º	-----	-----	-----	-----	afetos externos e clínica	clínica interna (dois cursos para medicina)
10º	-----	-----	-----	-----	moderante ¹⁹⁷	segundo anatomia e fisiologia médica
11º						terceiro de clínica (dois cursos)
12º						constituição espanhola (dois cursos)

¹⁹⁶ Afetos internos, externos e mistos eram cadeiras que deviam explicar as doenças internas e externas do corpo humano. Interligadas, aos docentes era exigido que explicassem esta correlação, sintomas e causas das várias doenças. Ensinavam a fazer um prognóstico e a aplicação de uma cura quer ela fosse através de medicamentos ou restrições dietéticas, ou mesmo ambas.

¹⁹⁷ A palavra *moderante* encontra o seu equivalente em português na palavra moderador. Decidimos, embora, manter a palavra em espanhol porque no sentido que aqui apresentamos refere diretamente a função de moderante, também ele docente, escolhido pela Universidade para ficar responsável da Academia de Medicina. Privilegiámos assim a manutenção da nomenclatura desta disciplina por este lecionada, e é numa passagem do claustro de 1814 que podemos ver com maior detalhe em que consistia. Uma disciplina de cariz mais prático, que devido ao seu contexto mais experimental podia ser lecionada em laboratório; tinha que incentivar os alunos a realizar as suas próprias experiências e era sua função explicar os últimos avanços e experiências tal como anunciar obras e publicações periódicas (García Hernández 2016, 115).

Após o terceiro ano, os estudantes eram obrigados a frequentar o Hospital. Outra semelhança importante estava no conteúdo das cadeiras do primeiro ano. Matéria médica e arte farmacêutica em Coimbra era muito similar às instituições médicas de Salamanca. Em ambas eram ensinados os produtos que podiam curar doentes e os processos de transformação desses produtos (Pita, 1996, 72-3). Anatomia parece ter o mesmo conteúdo em ambas as Universidades, obrigando à dissecação de corpos humanos e de animais (no caso do segundo, tinham também que intervenções em animais vivos). Segundo os novos estatutos, deveriam os alunos dedicar bastante tempo às dissecações¹⁹⁸.

Durante a época moderna, a anatomia conhece um desenvolvimento bastante lento. Pádua tornou-se o centro médico na Europa e, em várias Universidades europeias, foram criados gabinetes para a prática de anatomia (Pedersen 2002, 438). Esta disciplina já constava no currículo médico de ambas as Universidades, embora sem sucesso. Com as reformas o conteúdo foi reforçado e as condições para as dissecações melhoradas. Os gabinetes anatómicos foram criados ou reabilitados (em Coimbra e Salamanca, respetivamente) e as condições para as aulas foram melhoradas. Brockliss conclui que na Europa a maior dificuldade foi mesmo assegurar que esta componente mais prática dispunha de todas as condições para se realizar (2002, 585). Nas Universidades aqui em estudo, parte significativa do problema parece ter sido resolvida com a obrigação imposta aos estudantes para frequentarem as aulas práticas, incluindo as de anatomia.

No terceiro ano e até ao final do curso, os estudantes de Coimbra deveriam estudar fisiologia, patologia, semiótica, higiene e ter aulas práticas.

Outra semelhança reside na escolha do autor central para o curso de medicina, ambos foram influenciados pela escola boerhavia (Pita 1996, 18–24, 73). Podemos ver que as ideias centrais do autor holandês foram incluídas: introdução do estudo da anatomia, química, microscopia e botânica, a ideia de que a medicina devia estar ligada à observação, implementação de um *sistema medico* (um processo de explicação mais simples e organizado para uma melhor compreensão dos alunos) (Carreras Panchón 2006, 318). Embora a sua escolha para Salamanca não tivesse sido consensual¹⁹⁹, pode ser justificada pela reputação do trabalho

¹⁹⁸ O maior problema em Coimbra e Salamanca, foi a carência de cadáveres para as aulas, chegando a ser necessário a intervenção régia para garantir que as Universidades tinham o fluxo necessário (o que acabou por não acontecer muitas vezes).

¹⁹⁹ Em 1767, um ano após o plano de Salamanca é o Protomedicato que aponta alguns inconvenientes a obra do autor holandês. Indicavam que a obra era «[...] falsa, arbitraria, y danosa.». Argumentavam também que nem tudo o que o autor apresentava era baseado em factos, mas em *discursos imaginários*. A componente mais experimental que Boerhaave procurou inculir nos cursos médicos, o que de todo não agradava, levando o tribunal a concluir que a sua obra «[...] no tiene las calidades [...]» (Archivo Historico Nacional (AHN), Consejos, Universidades, Legajos 5459-nº6).

do holandês e pela preferência do Conselho e dos autores do plano de 1766 (cuja obra tinha já obtido «Creditós en la Anatomia, en la Chyma [Química], en la Botanica, en la Physica, y [...] en la practica curativa [...]»²⁰⁰. Os reformadores ibéricos conheciam o seu trabalho e como Brockliss afirmou, Boerhaave foi o primeiro a criar um curso clínico (2002, 584). A sua abordagem pioneira, continuada pelos seus seguidores, esteve presente nas faculdades de medicina europeias após 1770: «[...] um sistematizador iatromecanista com uma tendência para entender as doenças totalmente em termos de lesões provocadas nas partes sólidas dos corpos [...] temperava o seu racionalismo com a humildade do empírico [...] dando importância primordial a observação [...]» (idem 588).

Não repetir erros do passado foi tão importante como a escolha dos autores. Antes das reformas os estatutos foram um impedimento a modernização. Após 1771/72 e num período de mudança constante no campo da medicina, ambos os estatutos deixavam espaço para alguma autonomia em relação a futuras atualizações curriculares «[...] una concoante revisión de las reformas y su permanente actualización [...]» (Carreras Panchón 2006, 318).

Com a morte de Carlos III e o despontar da Revolução Francesa, o movimento reformista em Espanha sofre atrasos. Para o caso de Salamanca, os planos de reforma sucederam-se durante o período em estudo, fruto de um trabalho nem sempre fácil por parte da facção *mais ilustrada* (Peset e Peset 1983, 78). Assim, após a morte do monarca, a faculdade de medicina de Salamanca *experimentó intentos de reforma* por algumas ocasiões: 1794, 1796, 1804 e, por fim, 1807 (Sánchez Granjel 1990, 107).

Um ambicioso plano apresentado em 1789 é rejeitado devido a constrangimentos financeiros. Esta facção mais progressista a partir de 1789 passa também a ver no sucesso dos filósofos uma oportunidade. Após 1790 temos uma nova tentativa de aprovação do plano de 1789, também infrutífera. A forte resistência de uma parte significativa da Universidade (onde o canonista Rodríguez de Robles teve um papel de relevo) em conjunto com acontecimentos externos que exigem a atenção do Concelho, foram inultrapassáveis (Peset e Peset Reig 1983, 138–43).

Na antecâmara do novo plano de 1799 (que nada mais foi do que o plano de 1789 com algumas atualizações), medicina estava numa fase de mudança onde a *autorreforma universitária* (visível, principalmente nos seus docentes de filosofia e medicina) foi completamente bloqueada pelo fim da autonomia universitária através de Mariano Luís de Urquijo e José António Caballero (idem 150–51). O centralismo procurou então fazer mudanças

²⁰⁰ (Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Reglamentos y Planes de Estudios. Reales Provisiones, Cédulas y Ordenes, 1553-1879, 2032/2).

nas Universidades espanholas, onde se inclui a de Salamanca. Peset e Peset entendem esta aceitação como uma forma de «[...] vencer las corrientes innovadoras com su peso y prestigio [...]» mas, principalmente, por procurar beneficiar financeiramente desta situação (idem 168).

Este plano foi aprovado e entra em vigor após o claustro pleno de 25 de outubro de 1799²⁰¹, e o conteúdo do curso de medicina muda consideravelmente. A tabela 8 mostra-nos um curso bem mais completo, com um maior número de cadeiras e onde sobressai a importância dos conteúdos ligados àquilo que podíamos chamar de estudos farmacêuticos. A repetição de matérias é outra constante, química e matéria médica, por exemplo, repetiam-se pelo menos em dois anos distintos.

Mas as alterações durante o reinado de Carlos IV²⁰², não ficaram por aqui. Em 1801 foi expedido um decreto que apesar de uma breve vigência, obriga as Universidades a rever os seus planos de medicina²⁰³. Em 1802 foi preparado um plano aprovado no ano seguinte pelo claustro universitário (Sánchez Granjel 1990, 110). Foi aplicado em 1804²⁰⁴ que com breves alterações: «[...] se convierte en 1807 en obligatorio en todas las Facultades médicas y en cierta medida conserva su vigencia hasta 1824.» (idem 111)²⁰⁵. Desde o plano de 1804 que assistimos à introdução não menos importante de novas cadeiras ligadas às ciências naturais: história natural, matéria médica e botânica substituíram a cátedra de vésperas e física experimental continha ensinamentos de química.

Seguiram-se outras tentativas. Em 1813 o claustro recebe um pedido para apresentar ideias para melhorar o ensino em algumas cadeiras, mas no ano seguinte esta discussão ainda se mantinha. E com o fim das Cortes e a chegada do Monarca, novo plano teve de ser preparado. Este acaba por ser aprovado pela Universidade. Em 1816 o poder central pede novo plano e em 1817 o plano de 1807 foi suspenso e a faculdade de medicina continuou a funcionar com o

²⁰¹ (Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Actas de Claustros y Juntas de la Universidad, 1798-1800, AUSA 253, 250, 251 255v. Para a sua atribulada aprovação, ver (Addy 1966; J. L. Peset e Peset Reig 1983, 170–88).

²⁰² No reinado do monarca assistimos a uma disputa bastante acesa entre os colégios de cirurgia e as faculdades de medicina. Os colégios pretendiam ficar com o ensino da medicina e da cirurgia, sendo apoiados pelos Ministros ilustrados e, mais tarde, pelos liberais.

²⁰³ Terminando assim com a vigência do plano de 1799, ver o longo debate em (J. L. Peset e Peset Reig 1983, 210–20).

²⁰⁴ O Plano denomina-se, *Plan salmantino de estudios médicos de 18 de enero de 1804*, e era “«[...] un plan puramente médico [...]» porque a medicina e a cirurgia continuavam separadas, realidade que se altera definitivamente em 1807. Este plano teve por base o plano de 1771, no plano de união da medicina e de cirurgia, mas também nas cátedras práticas das Universidades de Valencia, Madrid e Barcelona (García Hernández 2016, 67 e 69). Para Carreras Panchón, a aprovação deste plano demonstrou bem a tensão que ainda se vivia na Universidade, prevalecendo uma facção mais reformadora (2006, 320).

²⁰⁵ Para as mudanças na faculdade de medicina após 1820, ver (García Hernández 2016).

plano de 1804 de forma provisória (García Hernández 2016, 117). Apesar das interrupções, o plano de 1804 acaba mesmo por vingar por tempo considerável.

Não foi só em Salamanca que o curso sofreu alterações, na Universidade de Coimbra também detetamos uma mudança estrutural, embora, nada comparado com Salamanca²⁰⁶. Em Coimbra, isso apenas aconteceu mais uma vez. Duas décadas depois da reforma de 1771 é quando o curso de medicina sofre uma atualização²⁰⁷. Por sua vez, isto não implica que fosse uma mudança considerável. Vejamos, o curso mantém os seus cinco anos de duração. O primeiro ano é de anatomia e já não de matéria médica e arte farmacêutica. Anatomia, operações cirúrgicas e arte obstetrícia lecionada no segundo ano deu lugar a instituições médicas. No ano seguinte, prima e prognósticos foram substituídos por matéria médica (até então do primeiro ano)²⁰⁸.

No último plano aqui em análise, de 1820 para Salamanca, o que podemos rapidamente identificar é o desaparecimento de matéria médica incluída em 1799. Mas isso não significou um retrocesso no currículo médico. Como vemos, química e botânica mantem-se e são reforçadas com uma nova cátedra de história natural. O curso de medicina passa a ser mais longo. Com uma componente mais prática, com novas matérias, onde as ciências farmacêuticas permanecem como tinha vindo a acontecer desde 1771. Esta componente que pretendia estudar os benefícios dos produtos naturais para questões médicas em 1820, era já de uma importância inegável. Como Broman já nos mostrou para o caso das Universidades alemãs, o século XIX fica marcado pela dispersão da filosofia natural junto daqueles formados em medicina. Por sua vez, foi o resultado das divergências entre docentes e praticantes de medicina, portanto, a velha questão entre a teoria e a prática (1989, 37).

Por fim, importa apenas lembrar a introdução do novo método que corre um pouco por toda a Europa. Espanha e Portugal não foram exceções, e os primeiros estatutos trouxeram a sua introdução. Visível para todos os cursos, em medicina, talvez devido à sua utilidade, temos uma maior atenção. Em 1771 vemos que o *metodo antiguo* pecava pela ausência de correlação e de organização «[...] reducidas à materias particulares, è inconexas con prejuicio del aprovechamiento de los Cursantes [...]» (Addy 1966, 256–57). Os estatutos de 1772 não se

²⁰⁶ A divisão da cadeira de história natural leva a uma reestruturação em filosofia, matemática e medicina (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Negócios diversos da Universidade de Coimbra, 1643-1831, Mç. 519, Cx. 645). O que é compreensível, não só porque no seu conjunto estas eram as faculdades naturais, mas, porque os alunos de medicina deveriam entrar na cadeira de matéria-médica (do primeiro ano) «[...] a ouvir estas lições já instruídos na Historia Natural [...]» (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972, Livro III: Cursos das sciencias naturaes e filosoficas:27).

²⁰⁷ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Voto dos Decanos da Universidade de Coimbra» Séc. XVIII, Mç. 516, Cx. 642).

²⁰⁸ Em 1783 temos a criação da cadeira de terapêutica cirúrgica.

afastam muito desta ideia. Críticos do «Empiricismo, desacompanhado das Luzes científicas da Theorica [...]» e do «[...] puro Racionalismo, como Seita igualmente prejudicial à vida dos homens.»²⁰⁹.

Os docentes deveriam temperar o método de ensino sem recorrer *os dous reprovados extremos*, optando por uma abordagem denominada de medicina empírico-racional «[...] na qual as luzes da Theorica sirvam para se poderem ler sem equivocação nas experiencias as verdades [...] E as observações bem feitas, examinadas, e comparadas [...]»²¹⁰. Nesta *articulação entre a Razão e a experiência*, segundo Pita, estava, para os reformadores, «[...] o modo mais seguro e eficaz par se desenvolver a medicina e para se formarem profissionais competentes.» (Pita 1996, 77).

As cadeiras de medicina ligadas ao estudo da natureza

Importa relembrar que a introdução de matérias ligadas aos estudos farmacêuticos não foram uma inovação menor, porém é errado concluir que abordamos aqui uma ciência autónoma. Na tabela 9 podemos ver as cadeiras selecionadas, cujo objetivo seria o estudo dos produtos naturais (primordialmente plantas) para fins farmacêuticos.

Cadeiras em estudo selecionadas a partir dos vários cursos de medicina

Tabela 9: Cadeiras que estudavam produtos naturais, nos vários cursos de medicina.

Salamanca (1771)	Coimbra (1772)	Salamanca (1799)	Salamanca (1804)	Salamanca (1807)	Salamanca (1820)
instituições médicas mais antiga	matéria médica e arte farmacêutica (com lições práticas no laboratório químico e no jardim botânico)	botânica e química	química	botânica	história natural e botânica
-----	matéria médica	matéria-médica	matéria médica e botânica	matéria médica	química

²⁰⁹ (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772) 1972*, Livro III: Cursos das ciencias naturaes e filosoficas:17).

²¹⁰ (idem 18).

Começamos por instituições médicas. Esta cadeira esteve nas duas faculdades, introduzida logo nos primeiros planos (1771 e 1772). Em Salamanca, denominava-se instituições médicas mais antiga e era lecionada com anatomia no primeiro ano. Já em Coimbra, pertencia ao terceiro ano e estava ligada a cirurgia (instituições médico-cirúrgicas²¹¹). Contudo, a nomenclatura pode levar-nos ao engano. Na realidade o conteúdo desta cátedra era idêntico a matéria médica e arte farmacêutica, do primeiro ano de Coimbra. A explicação é simples: eram cadeiras de iniciação, cujo objetivo era preparar para os anos seguintes.

No plano de 1766 dos docentes de medicina e que foi aceite pelo Fiscal «[...] que está pensado com la mas séria, y prudente reflexion, y que no debe alterarse [...]» (Addy 1966, 321), a primeira cátedra de instituições vinha substituir a antiga cátedra de simples. Em simples, os docentes: «[...] instruirán los discípulos en las operaciones químicas y composición de medicamentos.» (Peset e Peset 1969, 53). Esta cátedra passa a denominar-se de instituições e é o resultado da concordância entre o Conselho, o Fiscal e o claustro sobre a importância que o ensino da botânica teve na introdução do plano de 1771 (idem 54).

Nos planos seguintes esta componente não só é mantida, como reforçada. No plano de 1799, um dos aspetos que mais sobressai é a repetição de matérias. Botânica foi apenas lecionada no primeiro ano, mas química e matéria médica repetem-se por vários anos (ver coluna (Salamanca (1799) na tabela 8). Química foi sempre considerada uma componente essencial, era através das suas fórmulas e experiências que os produtos se transformavam em medicamentos que pudessem ser usados em pacientes (só no plano de 1799 esta matéria era repetida durante três anos consecutivos). Em 1804, química partilhou o mesmo docente de física experimental e pela tarde o docente dedicava-se ao ensino da química no laboratório do Hospital (García Hernández 2016, 67).

Botânica entra no currículo médico em 1799 e perpetua-se até ao fim do período em estudo. Em 1820, temos um sério reforço e a novidade está na nova cátedra de história natural. A química (moderna) só ganha a sua forma no século XIX não só na área médica, mas enquanto ciência autónoma. Desta forma, não será de estranhar que esta matéria estivesse presente nos cursos médicos, mas também de filosofia e de matemática. Inicialmente, na reforma de 1772 em Coimbra, era uma cadeira partilhada pelas faculdades naturais. A título de exemplo, em Coimbra, em 1783, o *Regimento do Laboratório, do Operário Químico e do Demonstrador do*

²¹¹ Quando os alunos entravam no terceiro ano do curso já vinham com conhecimentos sobre química, farmácia e botânica. Nesta cadeira, preocupavam-se com a fisiologia, patologia, semiótica, higiene e terapêutica (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972, Livro III: Cursos das ciencias naturaes e filosoficas:45–54).

Laboratório Químico foram elaborados e aprovados pelas congregações de medicina e de filosofia (Costa 2014, 205).

A partir de 1799, instituições desaparece do currículo e para além da já referida botânica e química esta componente foi reforçada com uma cátedra de matéria médica. A partir de 1804, passa a ser uma matéria inseparável da terapêutica (García Hernández 2016, 68), desaparecendo apenas em 1820. Escolhemos a palavra reforçar porque concordamos com Sánchez Granjel quando refere que foi com o reinado de Carlos IV que assistimos a uma melhoria da docência relacionada com as ciências naturais, onde se destacou a física experimental (1990, 107) em filosofia. Mas, na prática, esta cátedra era já um sonho antigo.

No plano de 1766 foi mencionada uma cátedra de matéria médica que demorou a ganhar lugar no currículo médico²¹². Os conhecimentos que esta cátedra deveria oferecer, estavam em falta antes da reforma «[...] ní aun tomar notícia delos nombres, ní sacan ydea delas Virtudes, aun solos medicam.tos mas bulgares [...]»²¹³. Este plano mereceu vários pareceres e também eles caminharam no sentido de procurar reforçar esta ideia²¹⁴.

Num dos muitos pareceres pedidos pelo Conselho sobre o plano médico, destacamos o longo contributo de Casimiro Gómez Ortega. No ano seguinte, este docente do Real Jardim Botânico de Madrid, defende que uma cátedra de matéria médica que tratasse o *Reyno animal*, y à los Fosiles ò Minerales, e os produtos de origem vegetal, deveria ser lecionada logo no primeiro ano (simultaneamente, os estudantes deveriam aprender os princípios da química de um autor bem conhecido, Boerhaave)²¹⁵. O mesmo autor vai mais longe, equipara a necessidade da botânica, e da própria agricultura à cátedra de matéria médica, porque [...] teniendo ambas por objeto los Vegetables ya considerados como alimentos y ya como remedios [...] ambas suponen el conocimiento de las plantas, que se adquire mediante el estudio methodico de la Botanica.»²¹⁶.

Finalmente incluída em 1799, em 1804 matéria médica seria lecionada em conjunto com botânica no terceiro ano (García Hernández 2016, 64). E o seu catedrático deveria apenas focar-se em *pocos e selectos* medicamentos, evitando aqueles que não davam garantias reais e os que vinham de locais longínquos cujo valor seria muito dispendioso (idem 68).

²¹² (Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Reglamentos y Planes de Estudios. Reales Provisiones, Cédulas y Ordenes, 1553-1879, 2032/2.)

²¹³ (idem 3).

²¹⁴ (Archivo Historico Nacional (AHN), Consejos, Universidades, Legajos 5459-nº6).

²¹⁵ A Universidade e o Fiscal, para melhorar o ensinamento desta matéria pediram, por várias vezes, a criação de um jardim botânico e um museu para os produtos naturais. O jardim botânico acabou por não ser construído, mas a Universidade recebeu uma coleção de plantas para o museu, oriunda dos Jesuítas (Sánchez Granjel 1990, 107).

²¹⁶ (Archivo Historico Nacional (AHN), Consejos, Universidades, Legajos 5459-nº6).

Em 1807 passa a ocupar o primeiro ano de medicina, e matéria médica o terceiro. Também introduzida em 1804, esta cátedra ganha importância em 1807 e desde a sua criação «[...] daría solamente en primer lugar una breve noción de historia de la Botánica y a continuación unas breves lecciones para reconocer las clases de plantas, especialmente las de uso más cotidiano en medicina, así como las cualidades que tuvieran éstas.» (García Hernández 2016, 68)²¹⁷. O ensino de matéria médica, botânica e química (do plano de 1799 e lecionadas por Isidoro Campal e Joaquín Mestre) principia a partir de 28 de novembro (Peset e Peset Reig 1983, 171). E em 1800, ainda tinha entraves significativos na sua componente mais prática. A cátedra de clínica foi o grande símbolo desta nova reforma. As restantes introduções enfrentaram dificuldades graças a disputas internas e à situação económica (idem 177–78)²¹⁸.

Os desenvolvimentos que temos vindo a nomear são indissociáveis do progresso dos estudos de filosofia nas mesmas Universidades. Como vimos, das cadeiras escolhidas algumas pertenciam ao currículo de filosofia, como era o caso de botânica, química e história natural. Relativamente a estas cadeiras, apenas apresentamos a ligação do seu conteúdo ao ensino da medicina.

Em 1820 vemos que foi dada uma maior importância as ciências naturais enquanto componente essencial da medicina. A cátedra de história natural onde o docente «[...] hará conocer los seres naturales que tienen uso en la medicina [...]»²¹⁹, devia dar especial atenção a uma das suas componentes, a botânica. Esta escolha pela botânica nada mais é do que o resultado da evolução da botânica enquanto saber independente, baseado numa grande evolução ao longo do século XVIII e seguintes e, associada a medicina, era fundamental para a elaboração de medicamentos.

²¹⁷ Uma das diferenças entre estes dois planos, segundo o autor, estava na escolha do docente para esta cadeira. Em 1804, era exigido que a botânica fosse ensinada pelo docente de matéria médica que detivesse conhecimentos de botânica. Em 1807 o docente desta cadeira deveria ter formação nessa matéria. O que podemos considerar já um avanço significativo na autonomia desta cátedra e na sua especialização. Em relação ao plano de 1771, ambos os planos posteriores voltaram a sublinhar a importância de um jardim botânico e de um museu. O que era compreensível, como temos vindo a defender, numa lógica de reforço das Ciências Naturais enquanto componente essencial para a formação médica (García Hernández 2016, 68; Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Actas de Claustros y Juntas de la Universidad, 1798-1800, AUSA 253, 41r. – 50v).

²¹⁸ Quanto a estas dificuldades ver (Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Actas de Claustros y Juntas de la Universidad, 1792-1794, AUSA 250; Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Actas de Claustros y Juntas de la Universidad, 1798-1800, AUSA 253). Mais precisamente, sobre a junta de catedráticos da faculdade reunida, junta do plano de reunião e de negócios da faculdade reunida. Uma prova das dificuldades esta no pedido do ajudante e substituto de química quando em claustró de agosto de 1800, questiona se deveria continuar a desempenhar as suas funções, visto que não havia alunos (J. L. Peset e Peset Reig 1983, 178 nota 80).

²¹⁹ (*Informe de la Universidad de Salamanca. Sobre Plan de Estudios, ó sobre su fundacion, altura y decadencia, y sobre las mejoras de que es susceptible: con cuyo motivo presenta un proyecto de Ley sobre la Instruccion Publica* 1820, 53).

Em Salamanca a introdução das ciências naturais teve na botânica a sua natureza central e materializou-se num vasto conjunto de cadeiras de nomenclatura diversa, embora o conteúdo fosse muito semelhante. Em Coimbra, podemos assistir a semelhante processo, mas apenas no conteúdo, não na forma.

A Universidade portuguesa, para além das cadeiras de filosofia nos propedêuticos, manteve-se fiel ao seu primeiro plano onde se destacou uma disciplina que lecionava matérias semelhantes à sua congénere espanhola: matéria médica. Introduzida em 1772, mantém-se no currículo médico até bem tarde e, aquando da modificação realizada após 1791/2, apenas passa para o terceiro ano do curso²²⁰. Esta matéria e outras de cariz farmacêutico, eram essenciais para o estudo da terapêutica (Pita 1996, 76).

Como cadeira do primeiro ano, deveria começar por fazer uma breve apresentação da *Historia Medica* e só depois o docente entraria na questão central da cadeira²²¹. Os alunos já entravam no curso depois de terem aprendido história natural e, por isso mesmo, o docente deveria então focar a sua exposição apenas nos produtos usados na medicina, abordando as suas *virtudes Medicinaes*²²².

A química, tal como em Salamanca, era essencial e em Portugal assistimos a uma intensa influência francesa neste campo (Dias e Pita 1994, 145; Pita 2014, 145). Em Coimbra passa a existir uma aula prática por semana no laboratório, *para as diferentes preparações*. Ao contrário de Salamanca, no curso médico em Coimbra não foi assegurada por outra cadeira, estando incluída na de matéria médica.

Entrávamos assim na segunda fase da exposição do docente. O foco da sua explicação passaria a ser as plantas à qual se juntava a obrigatoriedade de frequentar o jardim botânico (para as aulas práticas, que no verão podiam ser lecionadas fora da sala de aula). A mesma fonte mostra-nos também quais deveriam ser os dois pontos fortes desta cadeira. O primeiro, de fazer com que os alunos «[...] adquiram o conhecimento ocular de todos os produtos da Natureza [...] e saibam julgar da sua qualidade, e bondade; discernindo os genuínos [...]». E o segundo, «[...] mostrar as virtudes, e usos Medicinaes, que nos ditos produtos, se tem descoberto

²²⁰ Quanto a esta cadeira, não podemos esquecer que antes da reforma portuguesa, Ribeiro Sanches defendia a importância desta para medicina, superando, em termos de importância, a própria história natural. Rómulo de Carvalho apresenta-nos tal premissa após a sua análise das *Cartas sobre a Educação da Mocidade* (1987, 34 e 35). Apesar disso, o que vemos no conteúdo da cadeira de matéria médica introduzida em 1772, não é muito diferente da defendida por Sanches, simultaneamente, a reflexão apresentada pelo autor encontrou também eco na cadeira de história natural.

²²¹ (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972, Livro III: Cursos das sciencias naturaes e filosoficas:26–35) Para uma abordagem dos estudos farmacêuticos antes da Reforma de 1772, ver (Pita 1997).

²²² (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972, Livro III: Cursos das sciencias naturaes e filosoficas:27). No inverno, por razões logísticas, os alunos apenas interagiam com os produtos (de origens variadas) na sala de aula, onde estavam guardados em armários.

[...]»²²³. Nesta fase deveria também assegurar que os alunos viam os vários produtos em todos os seus estados e proceder a demonstrações *oculares* rigorosas, auxiliado pelo demonstrador.

Associada a matéria médica, estava a *Arte Pharmaceutica*. Nesta fase estamos a falar numa exposição sobre «[...] os caracteres usados nas Receitas; os pesos, e medidas, de que presentemente se servem as Pharmacopeas [...]». Esta componente seria então reforçada com o dispensatório farmacêutico²²⁴.

Para Pita, a atenção dispensada a matéria médica refletiu a forma como a profissão de boticário era entendida (1996, 78)²²⁵: uma disciplina menor, matéria científica base para a formação médica e uma disciplina enquadrada dentro dos limites da medicina. Mas isto muda com a alteração de 1791/2 onde *um novo peso científico* foi atribuído a esta cadeira e à própria arte farmacêutica. Abandonando a sua categoria de disciplina menor e de saber propedêutico atribuída em 1772, passa a ser considerada essencial para a «[...] articulação íntima entre a base, quer prática, quer teórica, e o exercício da clínica.» (idem 103).

A partir de 1791/2 em Coimbra, matéria médica e arte farmacêutica deixam de ser lecionadas no primeiro ano e passam para o terceiro. Instituições-médicas passa para o segundo ano²²⁶. No caso de matéria médica, as fontes referem que esta mudança se deve a uma organização mais lógica do curso porque «[...] depois de haverem aprendido a Anatomia no primr.º, e as Instituições Medico-Cyurgicas no segundo [...] aproveitarão os Estud.es m.to mais no estudo da Materia Medica [...]»²²⁷. Quanto ao conteúdo, não registamos mudanças.

Para Pita, esta alteração foi uma transição onde podemos ver uma nova dinâmica «[...] que se queria inculir na matéria médica e na farmácia portuguesas.» (1996, 101). As melhorias foram evidentes, e estas modificações permaneceram até 1836: uniformização de vencimentos, funcionamento pleno de diversos equipamentos, aumento do número de alunos (um acréscimo significativo de 1792 até 1810, onde o período de maior expressão foi de 1792 até 1798 com um acréscimo de 278%, a frequência mais elevada foi entre 1796 e 1798), aumentou também a frequência no sexto ano, essencial para a obtenção do grau de doutor (a década de 90 correspondeu a 43% dos doutoramentos realizados entre 1772 e 1836) (idem 103).

²²³ (idem 28).

²²⁴ Sobre este equipamento, conclui Pita, era «[...] um estabelecimento destinado a promover o ensino a médicos e boticários e a preparar medicamentos tanto para os doentes do hospital como para doentes externos.» (2014, 160).

²²⁵ O autor refere também que Portugal foi pioneiro na formação de boticários na Universidade, processo que acontece desde o século XVI. Embora tenha sido ultrapassado por outros países que introduziram curso semelhante mais tarde (Pita 2014, 146).

²²⁶ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Voto dos Decanos da Universidade de Coimbra» Séc. XVIII, Mç. 516, Cx. 642).

²²⁷ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Negócios diversos da Universidade de Coimbra, 1643/1831, Mç. 519, Cx. 645).

Temos vindo a defender a ideia de que as reformas caminharam no sentido da apreciação e do reforço destas matérias nas faculdades médicas. Desta forma, concordamos com Pita quando conclui que estas modificações foram uma «[...] valorização da matéria médica e farmácia numa dupla vertente: enquanto cadeira do curso e como disciplina científica.» (idem 103).

As reformas em estudo partilham várias semelhanças, como temos vindo a ver, mas, não podemos deixar de referir problemas mais específicos que se manifestaram isoladamente. Coimbra parece ter-se deparado com um problema que não teve o mesmo impacto em Salamanca: a falta de preparação específica. As fontes mostraram-nos que foi um problema que se manifestou logo depois da reforma e só bem mais tarde, através de sucessivas nomeações, ficou resolvido²²⁸ (ver Pita, 1996, 104 Quadro XXIV). O primeiro lente apontado em 1772 foi José Francisco Leal e, em 1776, é promovido para instituições, porém, foi também indicado para a cadeira de matéria médica. Qual o motivo?

Não foi possível indicar mais ninguém em 1776, «[...] como não há por ora quem seja a Cadeira de Matéria Medica, pode ficar com a propriedade [...]»²²⁹. Esta situação manteve-se durante algum tempo, o que torna bem evidente o problema no período inicial da reforma. Dois anos depois, Francisco Leal mantém ambas as funções, «[...] enquanto não era provida de Lente [...]»²³⁰. Sem informações em outro sentido, concluímos que esta situação se manteve até 1783, quando Francisco Tavares toma posse. Mas é só em 1788 com a primeira nomeação de Joaquim de Azevedo que temos a certeza de que a cadeira passa de facto a ter um lente a tempo inteiro²³¹. Passa a 4º lente da cadeira em 1791 e a 3º lente em 1795, mantendo-se na mesma cadeira, e para 2º lente em 1798²³². Nesta fase, podemos ver uma mudança. A partir do início da década

²²⁸ O mesmo problema marcou a escolha do demonstrador, alguns dos escolhidos foram: Joaquim Freire que em 1778 já servia enquanto demonstrador interino, passa a ser efetivo nesse ano (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Negócios diversos da Universidade de Coimbra, 1643-1831, Mç. 519, Cx. 645). Este manteve-se em atividade durante pouco mais de uma década, e em 1787-9 gera-se um debate sobre a sua permanência ou a sua substituição por Francisco de Mello Franco, não sendo possível apurar a escolha final (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Contas e Propostas da Universidade de Coimbra, 1775-1799, Mç. 512, Cx. 638). Em 1820 quem servia de demonstrador era Aureliano Pereira Frazão de Aguiar (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Contas e Propostas da Universidade de Coimbra, 1800-1823, Mç. 513, Cx. 639).

²²⁹ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Voto dos Decanos da Universidade de Coimbra, Séc. XVIII, Mç. 516, Cx. 642).

²³⁰ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Requerimentos da Universidade de Coimbra, 1775-1789, Mç 501, Cx. 625).

²³¹ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Consultas do Concelho de Decanos da Universidade de Coimbra, 1779-1831, Mç 517. Cx. 643).

²³² (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Registo das cartas de provimento da Faculdade de Medicina, 1772-1834, IV-1º E 8, Tab. 4, nº9).

de 1790, o problema já estaria resolvido, ao dispor da instituição já deviam estar profissionais com uma formação sólida, resultado de quase duas décadas de reforma.

A próxima referência data já de 1806, e mostra-nos que Francisco de Sousa Loureiro (5º lente catedrático) já estaria em funções²³³. Este docente manteve-se até 1813, quando foi nomeado Pedro Joaquim da Costa Franco²³⁴. Mantém-se até 1818, sendo depois substituído por Jerónimo Joaquim de Figueiredo que, para Pita, mantém-se até 1828. Segundo as fontes que podemos analisar, até ao fim do período em estudo esta cadeira poderia ter sido ocupada por Francisco de Sousa Campos. O registo que detemos mostra-nos que em 1820 já era lente, mas a sua entrada teria sido realizada antes dessa data. Em 1820, as obrigações deste eram já mais amplas, tendo de entrar «[...] na Substituição extraordinária de outras Cadeiras [...]»²³⁵.

No caso das faculdades de medicina, outro aspeto deve ser realçado: a sua ligação à faculdade de filosofia. Por toda a Europa estas duas faculdades (juntamente com matemática) incorporavam as faculdades naturais (Hammerstein 2002a, 126). Esta atenção não é estranha ao facto de que já desde o século XV e XVI se ter iniciado, com mais fulgor, o estudo da natureza (Findlen 1996, 57). Já no período aqui em estudo, vemos que a natureza se materializou num interessante número de cadeiras.

Logo em 1772, em Coimbra, os alunos ficaram obrigados a frequentar história natural, seguindo depois para matéria médica onde se debruçavam especialmente sobre os produtos de origem vegetal. No caso de Salamanca, a partir de 1820, passamos também a ter uma cátedra de história natural no primeiro ano. Embora, a cátedra de física experimental, introduzida em 1771 nos estudos propedêuticos, também tivesse um conteúdo muito semelhante.

Esta visão unitária, segundo Findlen, começou bem cedo, partindo do interesse da história natural pela classe dos médicos. A própria cadeira de história natural era muitas vezes chamada de medicina dos simples (idem 58–59). Na mesma linha esta Cook quando refere que o conhecimento que os médicos procuraram ter da *ars* (o uso de plantas, animais e minerais) e da *scientia* (da saúde e das doenças) foi essencial ao desenvolvimento da história natural (1996, 91) e do próprio conhecimento da natureza. Esta lógica levou a uma transformação do currículo médico e, para além disso, durante muito tempo, os únicos alunos que saíam das Universidades com conhecimentos em ciências naturais eram aqueles formados em medicina (idem 91).

²³³ (idem 88-88v.).

²³⁴ (idem 108).

²³⁵ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Contas e Propostas da Universidade de Coimbra, 1800-1823, Mç. 513, Cx. 639).

No período em estudo, a realidade não foi diferente e a estreita ligação entre a filosofia e medicina manteve-se, mas temos a destacar a secundarização da filosofia. Num dos muitos pareceres (datado de 1771) sobre a cátedra de física experimental de Salamanca, vemos uma clara tendência em ligar o seu conteúdo unicamente aos estudos médicos «[...] y que se tenga mas connexion, y concernência com el estudio Medico.»²³⁶. Em 1774, António Fernandez Solano realça as intenções do Conselho de Castela na promoção desta linha «[...] cuyo objeto sea dar á los estudiantes que hagan carrera á la Medicina, los conocimientos Físicos útiles á los mayores adelantamientos en esta Facultad [...]»²³⁷. Numa carta do Conselho de 1783, podemos ver também que esta situação já seria considerada um problema. Na mesma fonte, também fica patente que a situação não seria apenas um exclusivo de Salamanca, mas nesta Universidade em específico apontam como causa principal a ausência de uma faculdade de filosofia. Apesar disso, a vontade em mudar esta realidade não era muita, «[...] que el claustro de la facultad Medica [...] visse que sugetos habia mas capaces, habiles, y proporcionados para desempeñar la cátedra [de Física Experimental] del modo mas conveniente a la Medecina [...]»²³⁸.

Coimbra não foi exceção. E em 1801 numa carta do Príncipe Regente endereçada ao Reitor Francisco de Lemos, escreve com alguma preocupação que a ligação entre as faculdades naturais não deveria ter como resultado a presunção de que estamos apenas a falar de disciplinas subsidiárias:

«[...] a nova Faculdade Filosófica, comprehende o objecto particular das Faculdades de Medicina, e de Mathematica, são comtudo, pela importância deste grande estabelecimento [reforma de 1772], não somente hum estudo subsidiário das outras Faculdades, especialmente das já referidas de Medicina, e de Matemática [...]»²³⁹.

Em 1811 esta era ainda uma realidade, como nos mostra o testemunho de José Bonifácio de Andrada e Silva:

«[...] mas sei igualmente que a Faculdade de Philosophia, a que fui incorporado, sendo hoje em dia na Europa a primeira em estimação pelo seu objeto, e pelos grandes proveitos que tras

²³⁶ (Archivo Historico Nacional (AHN), Consejos, Universidades, Legajos 5461-nº23).

²³⁷ (Archivo Historico Nacional (AHN), Consejos, Universidades, Legajos 5461-nº23).

²³⁸ (Archivo General de Simancas (AGS), Secretaria de Gracia y Justicia. Instrucción Pública. Fechos de la Universidad de Salamanca, 1777-1788, Legajo 945).

²³⁹ (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Processos de Professores, Cx. 326.).

às Nações, onde seriamente he cultivada esta Sciencia; em Portugal por huã fatalidade inexplicável, parece ser hum mero estabelecimento subsidiário da Medicina.»²⁴⁰.

Esta *ligação umbilical* teve um aspeto negativo na circunscrição do desenvolvimento e da autonomia dos estudos filosóficos.

Finalizando, parece-me possível concluir que Salamanca e Coimbra, de forma muito parecida, mas com uma evolução diferente, não se afastaram muito das suas congéneres europeias na adoção de cadeiras ligadas ao que hoje chamaríamos de ciências farmacêuticas. No século XVIII esta foi uma das inovações mais importantes nos cursos de medicina, e a sua importância foi inegável. De tal forma que não mais abandonaram o currículo de ambas as faculdades, apesar das adaptações que sofreu (recorrentes do desenvolvimento natural das suas várias disciplinas). Quando chegamos ao fim do período aqui em estudo, constatamos que o ensino farmacêutico foi consideravelmente reforçado ao longo destas quatro décadas.

Depois do que vimos, podemos concluir que as matérias em análise beneficiaram fortemente do facto de as faculdades de medicina se terem destacado enquanto exemplos de atualização, mas, é também possível afirmar com Porter que foram essenciais para o desenvolvimento de disciplinas como a «[...] Botânica, *materia medica* e a Química [...]» dentro do espaço universitário (2002, 537). Talvez mais do que qualquer outra faculdade.

Da faculdade de artes à faculdade de filosofia, dois processos

Tal como foi apontado por Pedersen, estudar a evolução da faculdades de artes colocamos de novo perante a tensão entre «[...] uma educação prática e teórica [...]» (2002, 448-452)²⁴¹. Se continuarmos a seguir a linha de pensamento do autor, podemos ver que a ciência medieval evoluiu positivamente no *quadrivium*, embora, a interação entre a componente tecnológica e científica tenha sido débil (a ausência de um investimento em infraestruturas, por exemplo, durante este período, definiu o atraso das faculdades de artes). Pedersen aponta esta distância entre a prática e a teoria como uma clara obstrução entre a ciência e a tecnologia. É apenas com o início do período moderno que assistimos a um momento de viragem: o *quadrivium* oferecido pelas instituições universitárias, era insuficiente para responder às novas exigências técnicas.

²⁴⁰ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Consultas do Concelho de Decanos da Universidade de Coimbra, 1779-1831, Mç 517. Cx. 643).

²⁴¹ Nestas faculdades podemos ver também que os estudos filológicos e linguísticos foram uma componente importante, a qual não iremos tratar aqui, mas, de uma forma geral, ver (Pedersen 2002, 440-47).

Podemos então colocar a questão, porque falharam as disciplinas que perfaziam as artes liberais? O autor mostra-nos que estas eram entendidas como «[...] uma série de disciplinas específicas [...]» e, não como «[...] áreas gerais do conhecimento.». Como consequência, defende Pedersen, estamos a falar de disciplinas separadas (de natureza matemático-físicas) e não como uma «[...] uma «ciência da natureza» geral [...]», impossibilitando assim qualquer alargamento a ciências fora do cariz matemático. Isto pode ajudar também a justificar o facto de terem sido as faculdades médicas a evoluírem mais favoravelmente, onde o autor dá como exemplo mais flagrante a disciplina de botânica. Desde a Antiguidade que esta matéria esteve ligada à medicina, mas, com o século XVI, foi «[...] refundada como uma ciência geral por uma série de académicos [...]» ligados a medicina.

Pelas razões que vimos, as faculdades de artes tiveram muitas dificuldades em acompanhar a evolução científica que estava a ocorrer fora das Universidades. Como consequência, ampliava-se «[...] um sentimento crescente de frustração e de inquietação [...]» que levou a um *êxodo* de vários *cientistas* universitários, que durou até ao século XVII. Neste período foram as próprias instituições universitárias que compreenderam que era necessário resolver este problema através do investimento em novas infraestruturas científicas para responderem «[...] as necessidades materiais da investigação científica.».

Esta evolução atribulada das faculdades de artes pode ser a razão para a existência de algumas tipologias distintas em toda a Europa. No Norte da Europa, nas Universidades influenciadas pelos modelos de Paris e Oxford, temos uma divisão em quatro faculdades: medicina, teologia, direito e artes. Medicina e artes em muitas Universidades, estavam combinadas (Brockliss 2002, 542). Filosofia (onde se incluíam as ciências naturais) foi, de resto, a única disciplina que estas faculdades asseguravam e, só em número muito reduzido, é que a oferta de matérias aumentava com matemática, línguas, história e geografia²⁴².

Mas qual o lugar da filosofia no leque de disciplinas universitárias? Brockliss situa-a *desconfortavelmente* entre as disciplinas *per se* e as propedêuticas, «[...] era uma «ciência», por certo, mas propedêutica na medida em que fornecia os instrumentos conceptuais considerados necessários para se estudar nas três faculdades «superiores.» (2002, 542–55). Como o autor demonstrou, a filosofia situava-se depois daquilo que podíamos designar de estudos pré-universitários e antes do curso universitário que escolhessem. Como vimos, artes contemplava também matérias como linguística, história e geografia (na nossa análise vamos apenas abordar os estudos filosóficos).

²⁴² Em França, apenas a título de exemplo, filosofia passou a ser uma disciplina de carácter colegial, e artes apenas distribuía graus (Brockliss 2001, 542).

No fim da Idade Média o curso de filosofia caracterizava-se por uma divisão em quatro matérias: lógica, ética, metafísica e física²⁴³. Tendo por base o *corpus aristotélico*, o século XVI trouxe mudanças consideráveis apoiadas pelos Humanistas e a sua oposição às ideias do filósofo grego. Brockliss (idem 155) enumera essas críticas: predomínio de alguns autores (Aristóteles) em relação a outros (Platão), duração dos cursos (entre 5 e 7 anos) e a discussão de ideias ultrapassadas. Os projetos reformadores foram vários²⁴⁴, embora os resultados fossem bastante limitados. Os cursos de filosofia mantiveram a sua duração, Aristóteles continuou o seu papel de referência e a metafísica, que chegou a ser abolida nas Universidades protestantes, regressa em 1600 (Freedman 1985, 124 e 125; 1993; 1999; Dibon 1954, 1–70; Prost 1907, 10, 51 e 55). A introdução de Platão teve na Companhia de Jesus um travão decisivo, de tal forma que apenas foi possível detetar quatro Universidades que introduziram cátedras para tratar desta matéria e foram todas italianas: Pisa, Ferrara, Roma e Pavia, entre os finais do século XVI e princípio do seguinte (Schmitt 1976; 1984; Crombie 1977)²⁴⁵.

Como Brockliss já defendeu, a grande mudança ocorreu na interpretação (*método de exegese*). Aristóteles mantém o seu lugar como autor central, mas os docentes teriam de interpretar os seus textos. Estes docentes viam assim o seu papel transformado e enriquecido. Apoiados nas inovações ocorridas nos séculos XIV e XV, a interpretação de cada texto ocorria dentro de um período estabelecido. Desta forma, os cursos de filosofia do final do século XVI não duravam mais do que três anos e eram mais uniformes (2002, 556).

Do novo papel interpretativo dos docentes surgiram duas escolas filosóficas que acabaram por marcar os cursos de filosofia. Ambas mantinham Aristóteles como a sua base, mudando apenas no método e na abordagem. Geograficamente distintos, a primeira desenvolveu-se em Itália, primeiro em Pádua (razão para ser identificada como escola de Pádua) e só depois alcança outras Universidades Italianas: «[...] punha a tónica na captação da essência dos ensinamentos de Aristóteles [...]», tentando descobrir «[...] o verdadeiro Aristóteles, não a verdade per se; eram tão exegetas como filósofos.» (idem 556 e 557; Poppi 2000).

A segunda, a escola de Paris, desenvolveu-se consideravelmente no Norte da Europa tendo nos Jesuítas um defensor:

²⁴³ A ética incluía a política e a economia, a metafísica debruçava-se sobre a teologia natural e a psicologia, e a física englobava as ciências naturais.

²⁴⁴ Os intentos reformadores marcaram-se por uma vertente mais radical, que defendia o fim do ensino da filosofia e, por uma linha mais moderadora que pretendia apenas uma reestruturação do curso e a introdução de novas ideias (Brockliss 2002, 555).

²⁴⁵ Nas Universidades britânicas o estudo de Platão manteve-se e teve o seu expoente no século XVII através do trabalho de Ralph Cudworth e Henry More (Patrides 1980; Brockliss 2002, 556).

«[...] não rejeitavam em absoluto as técnicas da exegese humanista, mas pensavam que a sua primeira função era analisarem o texto aristotélico com espírito de crítica [...] Os estudantes deviam aprender o que Aristóteles deveria ter concluído, e, com isso em vista, o aparelho interpretativo dos árabes e dos cristãos eram ajudas e não obstáculos.» (Brockliss 2002, 556 e 557; mas, de uma forma geral, ver Schmitt 1973).

Ambas as escolas de pensamento alcançaram algum sucesso. Pádua a curto prazo teve maior impacto devido à sua abordagem mais inovadora, mas, a longo prazo, foi a escola de Paris que vingou e foi mais determinante para os cursos de filosofia. Para este desfecho, Brockliss aponta duas razões (2002, 557-559).

Em primeiro lugar, a ação da Ordem de Jesus. Os seus docentes desenvolveram uma abordagem crítica e criativa sobre as obras de Aristóteles, ação que acabou por ser essencial para o desenvolvimento do racionalismo. A segunda razão reside na importância da Universidade parisiense e na obra de Pedro Ramus, que procurava fazer uma apologia à lógica enquanto «[...] rejeitava a crença medieval [...] de que a disciplina era uma ciência preocupada com as regras do correcto raciocínio e insistia [...] em que a Lógica era a penas a arte prática de localizar e ordenar provas.» (Brockliss 2002, 557; Gilbert 1960, XXIV e também o capítulo 5; Nelson 1947; Ong 1983; Hooykaas 1958). Chegados ao século XVII a importância do autor encontrava-se em queda, e nunca foi capaz de eclipsar Aristóteles nas Universidades católicas²⁴⁶.

O modelo de Paris (Pádua não consegue responder aos desafios da Revolução Científica) tinha-se adaptado às mudanças e alcançado o século XVII, «[...] tinham reorganizado unanimemente o curso tradicional de Física à luz dos novos trabalhos realizados em Astronomia, Fisiologia, Dinâmica e Pneumática.», mas mantinham a sua ligação às ideias de Aristóteles (Brockliss 2002, 558 e 559). Como consequência, a filosofia mecanicista (uma nova forma de entender os fenómenos naturais) ocorreu principalmente em espaços e através de indivíduos não ligados ao espaço universitário (veja-se a experiência da Universidade de Paris, a título de exemplo (Brockliss 1981). O que levou a um enorme desafio para as Universidades, «[...] os aristotélicos das Universidades [...] acabaram por aceitar a derrota, embora muitas vezes com extrema lentidão.» (Brockliss 2002, 559).

²⁴⁶ Embora, temos também que levar em conta o reparo que o autor (558) nós dirige, quando chama a atenção para o facto de que a obra de Ramus poderia não ter tido a influência que se lhe atribui, por sua vez, mesmo na Universidade onde se encontrou, as suas ideias foram consensuais (Mcconica 1979; Heyd 1982).

A filosofia mecânica fez um caminho bastante lento e variado no mundo universitário, mas como a historiografia tem vindo a sublinhar, a grande divisão continua a ser entre o espaço protestante e católico.

Nas zonas protestantes a mudança ocorreu mais cedo, a partir de 1650 e caminhou no sentido norte para sul. No século XVII, as Universidades que ensinavam filosofia mecanicista eram apenas quatro: Cambridge, Leida, Herborn e Genebra (Ruestow 1973, ver capítulo 4; Gascoigne 1985, 405–13; Zemplén 1973, 330–39).

Na Europa católica os primeiros passos foram dados por Lovaina, seguida por Paris e Pádua (após 1700) e Espanha, mas só após 1750 (Brockliss 1981, 52–66; Soppelsa 1974, ver capítulo 4; Dooley 1984, 115–52; Goodman 1983, 118–24)²⁴⁷. A filosofia mecanicista fez o seu caminho progressista pelas Universidades europeias, e da obra de Descartes (*Principia philosophiae*) emergiram versões dos «[...] filósofos cartesianos tardios ou neo-cartesianos.», por sua vez, lecionadas pelos docentes universitários (Brockliss 2002, 560)²⁴⁸.

Quanto às ideias de Newton (e da sua explicação matemática da natureza), nas décadas que se seguiram a 1687 (ano da edição dos *Principia*) as Universidades mantinham o seu «[...] desdém a forma gassendista-newtoniana da Filosofia Mecanista.» (Brockliss 2002, 561)²⁴⁹. O mesmo autor coloca o momento de viragem em 1740, quando a maior parte do *establishment científico* aceita as ideias de Newton. A consequência parece ter sido visível nas décadas de 1740 e 1760 e foi o predomínio do «[...] newtonianismo empírico, probabilístico e «mecânico»». No século XVIII, a expulsão dos Jesuítas não possibilitou apenas as reformas aqui em estudo, levou também a uma liberalização dos currículos e «[...] as Universidades puderam mudar-se directamente da era aristotélica para a newtoniana sem qualquer tipo de interlúdio cartesiano [...] A Filosofia mecanista, na sua feição fenomenológica newtoniana peculiar, tinha triunfado finalmente.» (idem 562, Brockliss 1987, o caso francês foi exemplificativo, nesse sentido ver o capítulo 7). As ideias de Newton vêm alterar a estrutura

²⁴⁷ Brockliss dá como razão principal o maior poder e influência da Igreja. Existia um desdém «[...] de uma Filosofia que parecia reduzir Deus a um primeiro motor [...]» mas, apenas a «[...] Igreja Católica tinha a organização e poder, especialmente na forma da Companhia de Jesus, para fazer propaganda a favor da Filosofia tradicional.» (2002, 560).

²⁴⁸ Em França, por exemplo, Nicolas de Malebranche destacou-se nesta tarefa de intermediação (Brockliss 1987, capítulo 4; 2001, 560; Radner 1978). Na zona de influência protestante essa tarefa coube a Christian Wolf (docente em Hala e Marburgo) apresentando um sistema influenciado por Descartes. No mesmo espaço geográfico, também se destacou Gottfried Wilhelm Leibniz (Schneiders 1983; Brockliss 2002, 560–61). Na Grã-Bretanha a recepção foi modesta, Pierre Gassendi acaba por se destacar, mas Brockliss realça principalmente o seu «[...] mecanismo vacuista [...] de orientação muito mais empírica [...]», mais tarde, trabalhada por Locke (Brockliss 2002, 561; Pacchi 1973; Shepherd 1974; Stewart 1990; Feingold e Broadie 2016; Henry 1986).

²⁴⁹ Os poucos seguidores de Newton encontravam-se a Sul, na Itália e no Centro da Europa, na Holanda (Ruestow 1973; Ferrone 1982).

dos cursos de filosofia, através da crença de que a física era uma ciência cada vez mais matemática e empírica. Como consequência assistimos a uma fragmentação das várias matérias que englobavam a filosofia. Com o decorrer do século XVIII, matérias como a lógica, metafísica, entre outras, manifestaram um desenvolvimento considerável.

No campo da filosofia o Iluminismo demorou a criar mudanças, à exceção dos países protestantes. Nas instituições onde a mudança aconteceu tivemos o contributo de vários docentes Universitários que ganharam espaço como autores de referência, como Adam Smith (e o seu estudo da economia política através da filosofia moral) ou Immanuel Kant (Brockliss 2002, 563–64; Campbell 1971). Apesar de reações negativas por parte de docentes universitários, alguns reconheceram as características da nova abordagem, «[...] secularista e empírica das ciências éticas e políticas [...]», onde sobressaiu Kant (Brockliss 2002; Cassirer 1970). As ideias do autor disseminaram-se rapidamente pelas Universidades protestantes e católicas (Blanning 1981), processo que foi apenas interrompido pela Revolução Francesa. Recorrendo as palavras de Brockliss, *os Filhos do Iluminismo* acabaram com as faculdades de artes e promoveram Étienne Bonnot de Condillac como figura principal, em detrimento de Kant (Brockliss 2002, 564; Moravia 1968, 347–69).

O Iluminismo veio também alterar a hierarquia dos saberes no espaço universitário. A faculdade de filosofia passa a ser vista como a *criada* da nova ciência (Hammerstein 2002b, 602), ficando assim ligada a um papel de subsidiariedade. Este papel não foi do agrado dos docentes de filosofia, que pretendiam um estatuto semelhante às demais. Na realidade, manteve o seu lugar de subalterna durante praticamente todo o período aqui em estudo (veja-se o ponto anterior sobre a dependência de filosofia em relação à faculdade médica).

Apesar disso, Hammerstein mostra-nos que a partir de 1780 assistimos a um reforço destas faculdades, resultante das várias discussões que surgiram em relação às matérias englobadas em filosofia (idem 606). Não concordamos com o autor quando refere que «[...] emergia agora como igual àquelas que eram anteriormente consideradas faculdades «superiores» [...]». Realmente, foi durante muito tempo uma faculdade obrigatória para o acesso a outras faculdades, mas em Coimbra, depois de 1772 ganhou o estatuto de faculdade. Em Salamanca, por exemplo, as várias alterações estatutárias mostraram essa importância. Mas as várias fontes consultadas mostram-nos também uma dificuldade praticamente intransponível em não ficar subordinada a outras faculdades, de tal forma que só as Reformas Liberais procuraram alterar esta realidade. Mas se quisermos recuar até ao início da reforma, no plano de 1771, na própria resposta do Fiscal podemos ver que o título onde se explicitam as mudanças na faculdade de artes é bem esclarecedora: *Artes, Filosofia, y Otros Estudios preliminares à las*

Ciencias, y Facultades mayores (Addy 1966, 315). Ou, de forma ainda mais direta e esclarecedora, «[...] en esta facultad, preambula, ò preliminar de las otras.» (idem 316).

Neste ponto, tendemos mais a concordar com Martins quando refere que:

«As *Facultades de Philosophia* e de *Mathematica* apresentavam características complementares na formação científica dos estudantes, embora estatutariamente fossem autónomas. Esta complementaridade manteve-se nas sucessivas reformas curriculares, até à sua fusão, dando origem à Faculdade de Ciências em 1911.» (Martins 2013, 72).

Filosofia e matemática em Salamanca e Coimbra

Depois das linhas da evolução geral das faculdades de artes e filosofia, podemos ver que estas não foram alheias a autores e ideias que circulavam a nível internacional. Por sua vez, o que também parece possível de concluir é que na sua essência falamos de duas faculdades que procuraram disponibilizar matérias idênticas, mas fizeram-no seguindo caminhos bem distintos.

A principal diferença parece ter sido a não separação entre a filosofia e a matemática, visível em Salamanca. Coimbra optou por duas faculdades distintas «[...] apresentavam características complementares na formação científica dos estudantes.» (Martins 2013, 72). O currículo de Salamanca permanece unido até ao final do período em estudo, causando dois tipos de limitações. A primeira, para os alunos que queriam formar-se em matemática, não tinham um curso completo ao seu dispor. Tendo assim de optar por fazer filosofia, ou escolher outro local para fazer a sua formação. Por sua vez, a ausência de autonomia em muito limitou a expansão do saber matemático na Universidade, limitando-o a um número residual de cadeiras, que, apesar de tudo, foi aumentado gradualmente ao longo do período.

Para além disso, como Peset referiu, o século XVIII ficou marcado pelo crescente interesse em melhorar o ensino das ciências, onde se incluiu matemática. O plano de 1771, apesar de ainda circunscrito, ampliou a oferta de cadeiras nesta disciplina (Luis Peset 2006, 436–39).

Em Coimbra, os reformadores portugueses seguiram um caminho oposto, principalmente devido à importância que deram a esta matéria, «[...] a Filosofia he a alma de todos os conhecimentos humanos [...]», devendo ser mais do que um «Estudo puramente subsidiário [...]» (como ainda era entendido em Salamanca). Para além disso, a antiga faculdade de artes não era vista da melhor forma e foi fortemente atacada nos Estatutos, «[...] a miseravel Faculdade [...] Das Artes [...] foi a origem, e raiz venenosa, donde nasceo a escura,

pueril, e sofisticada loquacidade, que invadiu, e corrompeu [...] os Ramos do Ensino público [...]»²⁵⁰.

A maior semelhança entre as faculdades foi a sua constante subordinação²⁵¹. No espaço europeu esta situação não ocorreu em todas as Universidades. Mas em Coimbra e Salamanca, foi uma realidade evidente. Os representantes do poder central e os próprios docentes identificaram esta situação, mas não a conseguiram ultrapassar. Responder a este problema não foi fácil e para o caso de Salamanca o que as fontes nos demonstram é que muitas das cátedras de artes e mais tarde filosofia (saliento física experimental) foram criadas ou reformadas com o intuito de serem um estudo propedêutico (Albares Albares 2006, 589). E se em Coimbra podemos ver ações claras para atenuar esta situação (como os próprios estatutos previram²⁵²) em Salamanca esta situação só parece ser realmente alterada em 1820. Apesar disso, é fácil concluir que nenhuma das Universidades conseguiu de facto resolver a questão da subordinação, que acaba por beneficiar as faculdades de medicina.

A divisão que os vários planos e estatutos nos oferecem é muito idêntica e temos uma clara separação entre aquilo que podia ser identificado como a filosofia natural e as restantes matérias que já eram lecionadas na antiga faculdade de artes²⁵³. Assim, os estatutos de 1772 dividem a filosofia em três partes: *Racional, Moral, e Natural*.

A primeira, englobava a lógica («[...] que dirige as Operações do entendimento [...]»), a ontologia («[...] que prepara os primeiros Principios ideas de todas as Sciencias [...]»), a pneumatologia («[...] na qual se compreende a Sciencia dos Espiritos [...]») e que se dividia em: teologia natural e psicologia, metafísica e natureza espiritual²⁵⁴. Na filosofia moral, dava-se a ética (nos mesmos estatutos, temos a referência de que esta matéria estaria ligada ao direito natural, mas as questões de cariz jurídico, ficariam a cargo de outra faculdade, a de leis).

A filosofia natural mereceu maior atenção na norma estatutária. Nesta, «[...] se compreenderão todos os Ramos das Sciencias, que tem por objeto a contemplação da Natureza [...]», não contendo apenas o que fosse de cariz mais específico ligado às matérias médicas e matemáticas. Esta componente do curso estava ligada à observação e à experiência. Também identificada como *o Curso da Fysica*, devia iniciar-se pela história natural («[...] as verdades

²⁵⁰ (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772) 1972*, Livro III: Cursos das sciencias naturaes e filosoficas:223).

²⁵¹ Em Salamanca, artes mantém esse traço enquanto que em Coimbra, a nova faculdade, apesar de partilhar cadeiras com outros cursos (nomeadamente, com medicina) devia ser encarada como uma faculdade autónoma e independente onde «[...] se criem Filosofos de Profissão [...]» (idem 223).

²⁵² Os avisos deixados em 1772 – «[...] fazendo-se dellas huma Faculdade inferior, e menor [...]» – foram incipientes, pois, medicina ganha espaço e influência contrariando a ideia de que «[...] [Medicina] não he outra cousa mais, do que huma Parte da mesma Filosofia» [...] (idem 223).

²⁵³ Para o curso de artes antes da reforma em Salamanca, ver (Fuentes Herreros 2006).

²⁵⁴ (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772) 1972*, Livro III: Cursos das sciencias naturaes e filosoficas:229).

de facto pertencentes, aos três Reinos da Natureza [...]»), onde se expunha o que a observação e a experiência podiam demonstrar. O conteúdo do curso almejava a um conhecimento concreto da natureza. Partindo de uma abordagem, se assim quisermos chamar, de *científica*, procurando primeiramente partir de uma hipótese («[...] perguntada com muita destreza, e artifício [...]») para o uso da experiência (*A Parte Experimental*)²⁵⁵. Esta última visava dois objetivos. A filosofia experimental, que consistia em averiguar as características gerais dos corpos, onde se juntava a observação. E a segunda, a filosofia química, que procurava apurar as características particulares desses mesmos corpos.

Em Salamanca, esta longa reflexão esteve ausente dos estatutos. Até ao plano de 1820 podemos ver a evolução do entendimento da filosofia por parte dos docentes em outras fontes. De 1771 até bem tarde, a filosofia foi indissociável da matemática²⁵⁶. Em conjunto eram o curso de artes, mas tanto a filosofia moral como a natural²⁵⁷, estiveram presentes nos vários planos da Universidade espanhola. Ainda antes do período liberal, e através da resposta do docente Martínez Nieto ao Conselho na década de 1780, podemos ver que: a filosofia é eclética, em termos práticos, e complementava aspetos filosóficos e teológicos. Dividia-se em campos temáticos: 1) conceito, elementos, princípios e propriedades da natureza, 2) causa e forma da intervenção divina no mundo, 3) e, por fim, os temas físicos onde se incluía a filosofia moderna, «[...] la atracción de Newton [...]». Nieto defendia assim um curso que aceitava as ideias modernas, entendidas pelo próprio autor como superiores (Albares Albares 2006, 605).

E em 1788, os docentes de filosofia enviam um novo curso de filosofia ao monarca («[...] todo un Plano de estudios, conocido como el Plan de 1788.»), onde apresentam já uma divisão semelhante aquela encontrada em Coimbra (Albares Albares 2006, 611–12).

Avançando até 1820, docentes e poder central entendiam claramente a importância que a filosofia detinha no *Estudio del Hombre*, para o *Estudio de su voluntad* (onde sobressaia a filosofia moral)²⁵⁸. Apesar de vários avanços consideráveis durante as décadas anteriores, neste plano temos já uma postura diferente. No *Estudio de la Naturaleza*, temos uma divisão entre o estudo da natureza e as ciências naturais e artes úteis. O que as distinguia?

²⁵⁵ (idem 229 e 230).

²⁵⁶ Por este motivo, e porque apenas em Coimbra temos a criação de uma faculdade de matemática, decidimos incluir neste ponto a filosofia e matemática.

²⁵⁷ Para a situação das disciplinas matemáticas e filosóficas antes da reforma, ver (Flórez Miguel 2006).

²⁵⁸ A citação mais completa é bastante esclarecedora: «La Moral ó filosofía de la voluntad del hombre: de sus afectos, hábitos, simpatías, pasiones, y facultades diri jidas por su razón [...]» (*Informe de la Universidad de Salamanca. Sobre Plan de Estudios, ó sobre su fundacion, altura y decadencia, y sobre las mejoras de que es susceptible: con cuyo motivo presenta un proyecto de Ley sobre la Instruccion Publica* 1820, XXIII). Para além disso, estava ligada também ao «Estudio de la imaginacion: bellas letras [...]», portanto, a poesia, eloquência e escrita.

Em primeiro lugar, as matérias de estudo. A primeira englobava a cosmografia e história natural, zoologia, botânica, mineralogia, física e química. Por sua vez, a segunda englobava a mecânica racional, astronomia, ótica e acústica, agricultura, artes e ofícios²⁵⁹.

A componente preparatória de um estudo que, apesar de o ser, não se queria apenas de natureza propedêutica, também foi pensada trazendo um nível de exigência assinalável.

Os estatutos portugueses começavam por nos indicar que os alunos deveriam «[...] ter feito previamente hum Curso completo de Humanidades [...]». Tal como para outros cursos, era exigido que dominassem o latim e o grego. Mas, em Coimbra, os preparatórios para os estudantes *Filósofos* não ficavam pelo acesso ao primeiro ano. Todos os alunos do ano seguinte tinham de frequentar geometria (do curso de matemática) com carácter obrigatório («[...] sem terem feito este Estudo com o Exame competente; não possam ser matriculados no Terceiro Anno.»).

Quanto a esta matéria, Coimbra definiu logo um trajeto concreto em 1772, e em Salamanca o maior esforço ocorre apenas no período de transição para o Liberalismo (ver tabela 10). Os preparatórios assemelham-se pela adoção de matérias matemáticas, mas enquanto que em Coimbra foi dada uma maior importância às línguas, em Salamanca, privilegiaram-se matérias ligadas já à filosofia. Preferindo apostar em matérias que, na sua essência, seriam continuadas no curso de filosofia. Coimbra focou-se principalmente nas línguas para, como já tinha definido para outros cursos, conseguirem trabalhar com obras estrangeiras²⁶⁰.

²⁵⁹ A crítica feita ao estudo da filosofia dos planos anteriores esteve presente, «[...] la filosofia quedaron todavia envueltas en aquel escolasticismo [...]», embora tivessem reconhecido que em 1778 e 1807 tivessem alcançado melhorias limitadas (idem XXIV).

²⁶⁰ Quanto aos alunos de matemática, os estatutos de Coimbra referem-nos que para a admissão não seria necessário «Estudo algum preparatório [...]» embora, os alunos tivessem, aquando da matrícula, de mostrar certidões que comprovassem conhecimentos em grego, latim, francês e inglês. Teriam de ter assistido a um ano de filosofia racional e moral (do curso de filosofia) e só depois podiam apresentar-se à matrícula em matemática. Para além disto, deveriam já ser «[...] expeditos na práctica das quatro Regras Fundamentaes da Arithmetica [...]» (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772) 1972*, Livro III: Cursos das sciencias naturaes e filosoficas:155–57).

Preparatórios para os cursos de artes e filosofia

Tabela 10: Disciplinas para a admissão em artes e filosofia.

Coimbra (filosofia – 1772)	Salamanca (filosofia – 1820)
latim (acesso ao primeiro ano do curso de filosofia)	primeiro curso de matemáticas puras
grego (acesso ao primeiro ano do curso de filosofia)	física
geometria (para os alunos do segundo ano do curso de filosofia)	fisiologia ou verdadeira metafísica
-----	lógica
-----	moral geral

A característica propedêutica desta faculdade (evidente ainda antes da reforma) e que se mantém várias décadas após 1771, apenas veio acentuar-se aumentando a permeabilidade deste curso, levando a vários conflitos (Albares Albares 2006, 587).

Por outro lado, isto também foi o sintoma da oposição à modernização. Por outras palavras, à receção das novas linhas de pensamento na área da filosofia. O plano de 1771 mostra-nos claramente essa tensão e a oposição (que, ainda na faculdade de artes) existia:

«[...] la Facultad de Artes de que vamos à hablar [...] no se há de entender segun toda la extension, que tiene esta facultad, baxo de cuyos vastos terminos están comprendidas todas las Artes liberales, y mecanicas, las Matematicas, Aritmetica, Musica, y las partes todas, que concierne la Física Natural [...] que son muy distintas entre sí [...] diferentes objetos, y pieden diversos estúdios. La facultad de Arte de que vamos à hablar, es la que hasta aquí se ha practicado, y enseñado en estas Aulas, y creémos, que se debe enseñar en donde quieran que florezca la verdadera sabiduría.» (Addy 1966, 250–51).

Tal como nas restantes faculdades, os docentes de artes também enviaram o seu próprio plano de reforma, que não foi alheio a este contexto. Para Addy, foi evidente uma divisão entre *humanists* e *logicians*, e conclui que o plano entregue ao Conselho estava marcado por uma divisão profunda (idem 102 e 103).

Cursos de artes, filosofia e matemática

Tabela 11: Cursos implementados nas faculdades de artes, filosofia e matemática, de 1771 até 1820.

	Salamanca (artes – 1771)	Coimbra (filosofia – 1772)	Coimbra (matemática - 1772)²⁶¹	Salamanca (filosofia- 1807)	Salamanca (filosofia – 1820)
1º	dialética e lógica	filosofia racional e moral	geometria	Elementos de Aritmética, Álgebra e Geometria	segundo curso de matemáticas puras
2º	metafísica	história natural e geometria (em matemática, como preparação para o ano seguinte)	álgebra	Logica e Metafísica	história natural e química
3º	física aristotélica (teologia); filosofia moral (fac. jurídicas); aritmética e geometria (medicina)	física experimental	foronomia	aplicação de álgebra á geometria (entre outras)	mecânica racional
4º	álgebra e física experimental (medicina)	química	astronomia	física e química	astronomia
5º	-----	-----	-----	filosofia moral	ótica e acústica
6º	-----	-----	-----	astronomia e história natural	agricultura (grau de licenciado)
7º	-----	-----	-----	-----	história general e história literária
8º	-----	-----	-----	-----	fisiologia médica e constituição espanhola

²⁶¹ Em Coimbra os estatutos mencionam também a cadeira de desenho e arquitetura, que podia ser lecionada no terceiro ou quarto ano de matemática. Esta cadeira era também indicada para os alunos de medicina «[...] por lhes ser o Desenho muito util [...] executar por si mesmos as Estampas Botánicas, e Anatómicas.» (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772) 1972*, Livro III: Cursos das sciencias naturaes e filosoficas:167).

O curso de 1771 passa então a deter quatro cátedras de propriedade (súmulas e lógica), e duas destinadas para filosofia: filosofia moral e filosofia natural²⁶². Antes de 1771 existia uma Cátedra de *Physicos*, mas esta foi considerada *inútil*. Desta forma o Fiscal ordena que se substitua por uma cátedra de filosofia natural ou experimental²⁶³. Não esquece também a importância da filosofia moral, que deveria ser importante «[...] para los Profesores de todas las facultades, y Ciencias.». Antoine Goudin²⁶⁴ seria o autor central para o curso de artes da Universidade, a obra do autor era concisa e com bom latim, acabando por influenciar a estrutura do próprio curso.

Desta forma, o curso iniciava-se com a cátedra de lógica no primeiro ano, seguido pela metafísica (que deveria passar para o segundo ano, ao contrário do sugerido pela Universidade). Esta disciplina deveria ser destinada a todos os estudantes por ser *una Ceincia utilissima*. Era uma matéria propedêutica devido à sua natureza geral, «[...] es la que nos enseñ los primeros principios de nuestros conocimientos, las generales, y simples ideas de las cosas abstractas, y las propiedades de las Causas en toda su extension [...]» (Addy 1966, 317).

O Fiscal deixa críticas aos comentadores da metafísica de Aristóteles («[...] frívolas precisiones, y abstracciones ridículas [...]»), mas não contra o próprio autor ou até a sua obra e no terceiro ano temos a cátedra de física de Aristóteles. Mais à frente, indica aos docentes de Artes que a filosofia escolástica se caracterizar por conter «[...] superfluidades [...] y sofisterías inútiles com que se há hecho ridículo [...]» (Addy 1966, 319). Esta foi especialmente pensada para os alunos teólogos (tal como a filosofia moral para os juristas e a experimental para os médicos), que assim assistiam a metafísica como introdução e, mais tarde, física. Como Albares Albares demonstrou, apesar das mudanças terem ocorrido após 1771, o claustro foi um dos corpos que mais procurou manter o «[...] carácter peripatético de la Filosofía [...]» principalmente em função das necessidades dos teólogos (2006, 591).

A filosofia moral era também ensinada no mesmo ano. Mais uma vez, o autor principal (Aristóteles) mantinha-se, sugerindo uma reimpressão da versão grega e latina da *Ética* e

²⁶² Na resposta de Campomanes surge uma passagem interessante. Apesar de ter alterado consideravelmente a proposta do claustro, mostra ter entendido as dificuldades em encontrar um curso de filosofia que pudesse ser adaptado «No encuentra dentro, ni fuera del Reyno Curso de Filosofía, que le quadre [...]», embora, agradeça o contributo da Universidade, «[...] pero se ofrece a trabajar uno completo a satisfacción de los deseos de la Nación; cuyo ofrecimiento, digno de tan sabio Claustro, es merecedor a las gracias, y satisfacción del Consejo.» (Addy 1966, 316). Sem afrontar o claustro ou a própria Universidade, consegue assim afastar-se consideravelmente da proposta e adiantar algumas mudanças significativas.

²⁶³ Como Flórez Miguel já referiu, a filosofia natural marcava já posição na Universidade de Salamanca desde o século XV, sendo uma das introduções mais importantes. Nesta fase destacava-se a introdução de autores de referência como Domingo de Soto ou até do português Pedro Margalho (Flórez Miguel 2006, 417–23).

²⁶⁴ Por sua vez, o autor também não parece ter sido unânime, na descrição do curso ficou visível que a falta de opção viável influenciou a escolha, à *falta de otro* (Addy 1966, 317).

Política. A física experimental situava-se no último ano, e como esta não podia ser devidamente entendida sem a aritmética, geometria e álgebra, a antiga cátedra de Sumulas foi a sacrificada. Aos alunos de teologia não estaria vetada a frequência em física, mas era obrigatória para os alunos de medicina. A presença de cadeiras ligadas à filosofia é significativa, e neste terceiro ano, com as suas cadeiras de preparação, «[...] se intenta orientar el tercer curso en función de los estudios posteriores en facultad mayor [...]» (idem 592).

Uma das ideias que me parecem possíveis de retirar do plano de 1771, relativamente à faculdade de artes, prende-se com o facto de o Fiscal deixar em aberto a criação de um novo manual. Quando apresenta os vários autores que os docentes deveriam trabalhar nas suas aulas²⁶⁵, fá-lo com a perspectiva de que estes vários autores pudessem ser o ponto de partida para que os docentes elaborassem um novo e mais completo compêndio. Alguns autores já teriam sido apontados pelo Claustro e confirmados por Campomanes, mas este deixa claro que «De modo, que diputando la Universidad personas doctas de su Gremio, podrá formár un Curso completo, y uniforme, tomando lo sustancial de las Obras, que van citadas, e de todas las demás [...]» (Addy 1966, 319).

Uma das principais diferenças que podemos ver na comparação dos currículos de ambas as faculdades, diz respeito à introdução de várias matérias ligadas com a matemática, que em Coimbra foram deslocadas na sua totalidade para a recém-criada faculdade de matemática²⁶⁶. As futuras alterações curriculares em ambas as faculdades não alteraram esta realidade. Campomanes, em resposta à proposta da Universidade para a reforma curricular de artes, deixou bem claro que este estava longe do pretendido. Conservadora como já foi apelidada (Peset e Peset 1969, 47), estava muito afastada do que o Fiscal procurou aplicar. No caso da matemática, ainda não é possível falar de uma faculdade, «[...] unía a la Facultad de Artes las de Música y Matemáticas – antes en los estudios de gramática - que pasaban a ser cátedras sueltas en la facultad. La primera exponía la Música en forma científica, como parte de las Matemáticas. Esta explicará las formas de las Matemáticas.» (idem 49).

Na sua resposta incluída no plano de 1771, dá alguma atenção a este aspeto. Concluimos que, ao contrário de Coimbra, matemática era um ensinamento puramente complementar, principalmente dirigido para os estudantes de medicina. Assim, a faculdade de artes deveria ter

²⁶⁵ Heinício e Genovesi marcavam presença, mas, como veremos com mais detalhe no capítulo correspondente, para a cátedra de física experimental aponta Pieter van Musschenbroek.

²⁶⁶ Por sua vez, artes em Salamanca tinha também uma cátedra de música. Mas, ao contrário do que se possa pensar, esta cátedra não deveria ensinar matérias mais ligadas a música, «[...] no por la voz, ni por la destreza, y expedicionen tocar Instrumentos [...]», mas enquanto complemento para as cátedras de matemática, «[...] por la instruccion científica en los fundamentos de esta facultad, que como partede las Mathematicas [...]» (Addy 1966, 320).

uma cátedra onde se ensinasse aritmética, álgebra e geometria e, uma outra que (se denominaria de *Mathematicas*) que tratasse de outras matérias relacionadas (no seu conjunto, formavam um só curso). Apesar de bastante limitada no curso de artes, o Fiscal procurou referir que se tratava de um ponto de partida («[...] que vá propuesto se erija de nuevo [...]») mas que conseguisse garantir uma base minimamente sólida «[...] para perficionar à los que se dediquen à las Mathematicas, ò por que qieran hacer un estudio sólido de esta Ciencia [...]» (Addy 1966, 319).

Apesar de o plano de 1771 ter sido caracterizado por algumas limitações, conseguiu materializar-se num importante incentivo para a expansão das cadeiras de filosofia e de matemática. Peset entende que esta ampliação (por exemplo com astronomia e física experimental) foi decisiva, levando a substituição da física aristotélica «[...] por las mecanicistas tipo cartesiano [...]», que oferecem uma explicação racional e mecânica. E com as escolhas de Musschenbroek e Jacquier, estudiosos de Newton, «supone un paso en la introducción de la Física moderna.» (2006, 439).

Curiosamente, a verdadeira reforma no campo da filosofia não chegou através do novo curso filosófico, mas alcança a Universidade de forma indireta, através do plano médico de 1766 (Albares Albares 2006, 589). Como refere o autor, este plano caracteriza-se por ser pioneiro (relembremos que foi aceite na íntegra pelo Conselho):

«[...] se aprecia claramente una apuesta por la Filosofía moderna, en su versión experimental, poniendo énfasis de manera concreta en la Filosofía natural newtoniana y proponiendo como texto para la disciplina de Física médica la obra de Pedro van Musschembroek *Elementa Physicae* [...], o la de S' Gravesande *Physices elementa*.».

A conclusão do autor ajuda-nos a compreender o facto de que o curso de artes e mais tarde filosofia, ter ficado bastante dependente de medicina. Na sua essência, os reformadores privilegiaram uma vertente mais ligada à formação médica, «[...] prefiriendo un enfoque empírico y sensista, que contrasta com la línea tradicional seguida en los estudios filosóficos en vigor entonces en Salamanca.».

A separação da filosofia e matemática demorou a ser uma realidade, apesar do desenvolvimento das suas muitas disciplinas. No século XVI um aluno de artes que quisesse estudar matemática, só o podiam fazer se se obtivessem um grau superior ao de bacharel (Brockliss 2002, 564)²⁶⁷. No mesmo período, dentro das faculdades de artes surge uma

²⁶⁷ Segundo o mesmo autor, no final da Idade Média os cursos de matemática eram já bastante avançados, tendo por base os Elementos de Euclides e a Astronomia de Platão.

incompatibilidade: filosofia e matemática continuavam a ter de partilhar um só curso, em detrimento, principalmente, da segunda²⁶⁸. Uma consequência evidente foi a separação da matemática do curso de artes, «[...] a Matemática era uma disciplina híbrida peculiar na medida em que não era nem uma arte nem uma ciência causal.» (idem 565). Ao contrário do que possa parecer, esta situação poderia mesmo ter beneficiado esta disciplina.

Como o autor apontou, esta liberdade permitiu um desenvolvimento interessante. No século XVII existia já um ensino extracurricular com um nível de qualidade elevado. No século XV, com o Humanismo, deu-se uma revitalização da matemática com a introdução de cursos de astronomia (Rose 1975, 91–123). No século seguinte, em Itália, surgem várias cátedras permanentes de matemática («As novas cátedras [...] muitas vezes fora da alçada da Faculdade, atraíam candidatos bem habilitados [...]») (Brockliss 2002, 566). Com Francisco Maurilico, temos uma mudança significativa, onde o epicentro do debate se colocou na utilidade prática do saber matemático, «[...] o estudo da disciplina era *de riguer* para aqueles que entrassem num elevado número de profissões em desenvolvimento [...]» (idem 566; Schmitt 1975; Crombie 1977). No século XVII, podemos ver o germinar de várias cadeiras um pouco por toda a Europa, apoiadas pelos professores da Companhia de Jesus (Dainville 1978).

Juntamente com a matemática, não podemos esquecer o papel da física. Com o século XVII e XVIII, esta separação é posta em causa, embora, só com Newton é que podemos realmente falar de uma união bem-sucedida²⁶⁹. Depois da entrada da física nas Universidades, passa a ser lecionada em conjunto com a matemática, «[...] no espaço de duas ou três décadas, apareceu uma nova geração de professores de Física que ensinava a Física em sólidas bases matemáticas [...]» (Brockliss 2002, 568). Como consequência, os ensinamentos de física foram reduzidos a matérias como a dinâmica e a cosmologia. Com o fim do século, e com o desenvolvimento das ciências naturais, ficou de facto evidente que era necessário criar cursos separados (idem 568).

Apesar disso, os cursos de filosofia aqui em estudo assemelhavam-se. Fornecendo uma divisão já bastante conhecida entre o estudo da filosofia natural e da filosofia moral (e só em Salamanca é que este espaço era partilhado com a matemática).

²⁶⁸ A exceção parece ter sido Paris e Oxford, de onde brotaram os *calculatores* que procuraram aplicar a matemática aos estudos dos fenómenos naturais. No século XIV vingaram as ideias de Johannes de Sacrobosco, que via o Universo recorrendo a observação e descrição matemática e Aristóteles, com uma abordagem teológica (Brockliss 2002, 565; Leff 1996).

²⁶⁹ Apesar disso, existiram algumas tentativas nesse sentido ver (Brockliss 2002, 567; 1987).

A permanência da filosofia moral na faculdade portuguesa, foi breve. Passa a ser lecionada no Colégio das Artes por ordem real, e ganha uma natureza propedêutica²⁷⁰. Em Salamanca permanece durante mais algum tempo. Em 1820, esta cátedra desaparece do currículo de filosofia, dando lugar a uma maior expansão das matérias ligadas à matemática e à filosofia natural (agora com cinco cátedras). A matéria ligada à cadeira de história natural, ensinada no segundo ano em Coimbra, ganha espaço apenas a partir de 1807, embora o conteúdo de física experimental já fizesse referência a esta matéria. Como explicar esta diferença?

A importância que os reformadores deram à filosofia natural, em Portugal, foi mais significativa e não se viu apenas no currículo de filosofia como também na construção dos vários equipamentos universitários. Fernando Seabra Santos já demonstrou que as grandes alterações curriculares de 1772, onde a filosofia com as suas cadeiras ligadas ao estudo da natureza foram parte essencial, são indissociáveis da vontade do poder central promover uma acertada e eficaz exploração das riquezas coloniais:

«[...] os desafios abertos pela exploração das colónias [...] a necessidade de uma administração forte e de um corpo técnico devidamente qualificado [...] tenham [...] contribuído para a decisão política e introduzir profundas reformas no ensino». Na mesma linha de pensamento, e para a descoberta das “leis da Natureza”, a componente experimental ganha uma nova e decisiva importância – bastante ligada a uma “atitude racionalista [...] e quantitativa que vai revolucionar a nossa visão da natureza [...]» (2013, 114).

Desta forma, não será difícil de compreender a importância que se atribuiu à história natural (para o caso espanhol ver Vos 2007).

No ponto seguinte iremos analisar as várias cadeiras que se debruçavam sobre o estudo da natureza e dos seus produtos. Antes disso, temos de destacar dois momentos onde surgiram mudanças importantes. Em Coimbra esta mudança ocorre de forma mais tardia (a partir de 1800) enquanto que em Salamanca, a partir de 1779 temos movimentos concretos.

²⁷⁰ (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Legislação Académica, 1772-1824, IV-1º E 8, Tab. 3, nº4, 124v.-126). Em novembro de 1781, temos uma missiva que pode ser esclarecedora para esta transferência. As dificuldades que os formados em filosofia tiveram em assegurar saídas profissionais («[...] haja de ampliar, extender o mesmo Privilégio, visto a experiência ter mostrado não ser elle bastante para attrahir ouvintes para a Faculdade Filosofica [...]»). Pretendiam assim a autorização para que os alunos formados em filosofia pudessem ocupar o lugar de professores régios das cadeiras de filosofia racional e moral (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Consultas do Concelho de Decanos da Universidade de Coimbra, 1779-1831, Mç 517. Cx. 643).

Comecemos pela Universidade portuguesa. Oriundo do poder central temos uma carta régia (1801) que pretende um melhoramento nos estudos de filosofia, principalmente, na sua componente natural. Esta mudança procurou obedecer ao já proposto nos estatutos de 1772:

«[...] convem aplicar as luzes da Filosofia Natural ao descobrimento das immensas riquezas e preciosidades, que a Natureza liberalizou com os Meus Reinos, e senhorios [...] a indagação das numerosas e uteis producções de quasi todos os Paizes, e Partes do Mundo, que facilmente se accommodaõ aos felices climas, e Terrenos de Portugal, e suas Colonias ... e a observação em fim e exame das sofrer entre praticas de Agricultura, e das Artes, e do Estado em que se achaõ as Fabricas, e Manufacturas, para que fazendo-se-lhes as convenientes reformas, e melhoramentos se aperfeiçoem de sorte as producções da Arte, que possam competir as Nacionaes, e entrar em concurrencia com as estranhas [...]»²⁷¹.

No mesmo ano, a congregação lé uma missiva bastante esclarecedora quanto ao estado da faculdade filosófica, onde se destacaram dois problemas: 1) excessiva componente teórica e, 2) o curso, na sua forma atual, era incapaz de oferecer conhecimentos aprofundados sobre as suas matérias. Desta forma optou-se por separar química de metalurgia. No lugar de filosofia moral, seria criada uma cadeira de agricultura, unida com botânica²⁷².

Tanto a botânica e a química tinham já nesta fase (princípio do século XIX) um avanço considerável, «[...] sendo cada uma delas de per si vasta extensão [...] [os docentes eram obrigados a] omitir algumas materias, e a darem nosões abreviadas de outras [...]». Ordena-se assim que se dê um regresso à forma original (compreenda-se ao curso inicial de 1772) portanto, que a botânica volte a ser incluída em história natural²⁷³. No mesmo ano e «[...] como o tem feito já a maior parte dos Reinos, e Estados da Europa [...]», o regente justifica esta necessidade a Francisco de Lemos de forma muito concisa, para «[...] promover de todos modos possíveis o seu aumento, e prosperidade, a fim de que Ramos taõ uteis, e importantes pelos seus produtos, e industria á Minha Real Fazenda, e ao bem geral dos Meus Povos [...]»²⁷⁴.

²⁷¹ (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Legislação Académica, 1772-1824, IV-1º E 8, Tab. 3, nº4, 127v-28). A mesma fonte alude também a necessidade de se começar a preparar as viagens filosóficas.

²⁷² Esta cadeira de botânica fora introduzida anteriormente, e seria lecionada em conjunto com agricultura – a partir de 1791 (*Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820)* 1978, 268-271). O que nos leva a concluir que desde 1772, a cadeira de história natural começará a fragmentar-se pela sua componente ligada à botânica.

²⁷³ A nova organização, onde se incluíam Cadeiras que ainda se deveriam criar, seria a seguinte: Agricultura e Metalurgia deveriam ser ensinadas no quarto ano, e eram obrigatórias para os alunos de Filosofia (*Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820)* 1978, 268-271).

²⁷⁴ Na mesma carta, apontava também a nomeação de José Bonifácio de Andrada e Silva para a nova cadeira de metalurgia. Sabemos que esta cadeira foi bastante disputada, e que o lente a leciona por um curto período. O investimento feito pela coroa na formação do lente foi elevado, «[...] depois de se ter habilitado para servir-me

Estas mudanças no curso de filosofia não foram fáceis e nem sempre bem-sucedidas, merecendo mesmo uma forte contestação. Apesar disso, parece-me possível afirmar que numa perspectiva longa, assistimos a um reforço da filosofia natural que procurou levar em conta o desenvolvimento das várias matérias que a compunham. Por sua vez, procuraram também tornar o curso mais prático, onde podemos enquadrar, a título de exemplo, a cadeira de agricultura. Assim, também não é estranho que nos planos de reforma que surgiram por volta desta data (c.1800), e que não surtiram efeito prático, tinham no reforço da componente prática e na atualização do curso a sua razão de ser. Estes eram os principais problemas (juntamente com a subordinação a outras faculdades) de que o curso de filosofia introduzido em 1772, padecia décadas depois.

Em Salamanca, podemos situar semelhante intuito de mudança, que (devido a um descontentamento generalizado com o plano de 1771) ocorre bem mais cedo. Uma faculdade de artes reformada não era suficiente para um grupo de docentes de filosofia caracterizados como a ala mais progressista da Universidade. Addy (1966, 168) mostra-nos que logo depois de 1771 surgiram os primeiros avanços. A primeira tentativa consistente surgiu em 1779²⁷⁵, apesar de ter falhado. Foi o início de um processo turbulento, longo, conflituoso, mas que acaba por alcançar resultados positivos com a criação de um Colégio de Filosofia.

Com a morte de Carlos III, a posse de Carlos IV e as Invasões Francesas, temos um período de instabilidade. Simultaneamente, a nível interno o contexto era ainda muito marcado por confrontos entre docentes.

Em 1792 uma provisão real deixava claro que não aceitava mudanças no plano de 1771, em relação às faculdades maiores. Mas conhecendo as limitações em artes, autorizam modificações (com a exceção da obra de François Jacquier, introduzida em 1788, e que devia ser mantida (Luis Peset 2006, 450)).

No mesmo período, alicerçada em motivações socioeconómicas (Peset e Peset Reig 1983, 80) temos uma mudança curricular que foi ressuscitada por vários momentos, apenas para ser aprovada em 1792²⁷⁶. A criação de um Colégio de Filosofia, atacado consistentemente por

nos Lugares de Letras, deixou a sua carreira da Magistratura, e viajou por ordem, e escolha da Rainha Minha Senhora, e Mãi, pela maior parte dos Paizes da Europa, por espaço de dez annos, e visitou todos os seus Estabelecimentos montanisticos, e metalúrgicos, instruindo-se assim theorica, como praticamente em todos os seus respectivos trabalhos, e manipulações, como tambem na administração pública, e economía particular dos mesmos, voltando a Portugal com todas as luzes, e conhecimentos necessários, e próprios, para ser hum dos primeiros Membros do sobredito Estabelecimento [...]» (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Consultas do Concelho de Decanos da Universidade de Coimbra, 1779-1831, Mç 517. Cx. 643).

²⁷⁵ (Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Actas de Claustros y Juntas de la Universidad, 1779-1782, AUSA 242, ver documento intitulado *Junta de comisarios sobre Estado del Curso de Artes*).

²⁷⁶ Carlos IV procede a uma mudança ministerial significativa que culmina na promoção de Manuel de Godoy, e que leva a autorização de um plano que nesta altura já teria sido modificado em 1789 (Archivo de la Universidad

teólogos e legistas, que quase conseguiram a sua extinção (Addy 1966, 193 e ss.)²⁷⁷, representa uma independência importante nesta matéria (Peset e Peset Reig 1983, 98–99). Apesar dos progressistas terem conseguido o apoio do Conselho, embora nem sempre de forma rápida²⁷⁸, estes opuseram-se sempre a qualquer ideia contrária à natureza propedêutica do curso de artes. Embora aceitassem mudanças significativas em relação à proposta de Campomanes²⁷⁹.

Em 1796 a tensão volta a marcar a vida universitária embora, para Peset e Peset (idem 119), tenha sido a última vez que os *peripatéticos salmantinos* conseguiram opor-se aos filósofos. Por fim, ganhavam espaço como força dominante. Vejamos o episódio. Numa reunião desse ano, os docentes de medicina, teologia e leis demonstraram a sua oposição neste último folego:

«[...] por cuanto la constante experiencia de todos los siglos acredita que un cuerpo formado por puros filósofos que tome a su cargo la enseñanza de las Ciencias naturales, sin más guía que la sola razón y sin respecto a las verdades reveladas, há ocasionado sempre gravísimos perjuicios a la Religión y al Estado [...]»²⁸⁰.

A situação acaba apenas por ser estabilizada após a entrada de Gaspar Melchor de Jovellanos na Secretaria de Estado e da Justiça, autorizando a criação do Colégio e permitindo as melhorias no curso de filosofia (Luis Peset 2006, 452). Em todo este processo destacamos a ação de vários docentes, e uma especial atenção para Juan Justo García²⁸¹ e Juan Martínez Nieto (ver com mais detalhe Albares Albares 2006, 597 e ss.).

Do trabalho destes docentes, para além da criação do dito Colégio, saíram algumas obras que iremos analisar mais à frente, mas também várias medidas concretas na reformulação do curso. A mais emblemática (Albares Albares 2006, 609 (nota 45) e ss.), foi o esforço na elaboração em 1788 de um plano que em muito contribuiu para a criação do Colégio «[...]»

de Salamanca (AUSA), Actas de Claustros y Juntas de la Universidad, 1792-1794, AUSA 250, f.4-26, 30-31; Addy 1966, 190).

²⁷⁷ (Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Actas de Claustros y Juntas de la Universidad, 1796-1798, AUSA 252, f.409-412, 435, 438).

²⁷⁸ A título de exemplo podemos avançar para 1793, onde a inação do Conselho foi um entrave (Peset e Peset Reig 1983, 100–101, ver nota 36).

²⁷⁹ De uma forma breve, o plano original de 1788 e sucessivamente apresentado, era o seguinte: três anos de duração; 1º e 2º ano destinado para matemáticas, lógica e metafísica; 3º ano, física para os teólogos, filosofia moral para os alunos de direito e física experimental para os alunos médicos (Addy 1966, 172).

²⁸⁰ No meio desta discussão, sugeriram também críticas a autores como Leibniz, Locke, Diderot e D'Alembert (Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Actas de Claustros y Juntas de la Universidad, 1794-1796, AUSA 251, 419r–20, 430v–31, 448–50, 508r–508v; Addy 1966, 168-202; Luis Peset 2006, 452).

²⁸¹ Juan Justo Garcia foi um docente determinante no ensino da matemática na Universidade de Salamanca. Matemático exímio, foi também um dos docentes que contribuiu para a produção interna de compêndios (para uma visão mais abrangente, ver Cuesta Dutari 1974).

suponen algunas correcciones del Plan vigente.» e que tinha como base a melhoria do ensino da filosofia, mas também da ampliação da matemática. O claustro aprova esta proposta e envia-o para Madrid («[...] no era el mejor de los proyectos posibles para el desarrollo de la Filosofía, pero que a la vista de las circunstancias era un primer proyecto de mínimos, pero posible y realizable, suficiente para sentar el Colegio [...]») (idem 611). Apesar das limitações, 1788 é de facto um ano de mudança no curso de filosofia, apesar dessas mudanças terem sido lentas e só terem vingado anos mais tarde.

Em 1800 com a ação do Marquês de Caballero e no ano seguinte, no reitorado de Miguel Ortiz de Rufrancos, voltamos a assistir a alterações ao curso filosófico. Desta vez, limitados não por forças internas, mas externas, relacionadas com as consequências das Invasões Francesas (Addy 1966, 168).

O período que acabamos de descrever é importante porque permitiu a ascensão do Colégio de filosofia e a elaboração do plano de 1779²⁸² (e de 1788). Na realidade nunca desaparece completamente e, em 1806, por ordem real, é enviado ao Conselho (com algumas atualizações) e vinga no plano de 1807 (Peset e Peset Reig 1983, 260)²⁸³.

Apesar do tom mais pessimista de Addy, o curso de filosofia teve uma evolução interessante. Muitas vezes interrompida por forças internas superadas na década de 1790. Ou por forças externas, insuperáveis pelo menos até ao final da década de 1810, podemos concordar que esta faculdade, ao contrário da de medicina, esteve sempre limitada na sua ação. Impedindo muitas vezes iniciativas que podiam ter feito a diferença: «The scientific elements of the University [...] now seized the initiative, and as the academy of law and the college of philosophy faded into discretion the college of medicine became once again the principal vehicle of reform.» (Addy 1966, 202).

Neste sentido, Salamanca seguiu uma linha muito idêntica às suas congéneres europeias e a partir de 1788 possamos ver um reforço em filosofia e em matemática. A faculdade de filosofia em Coimbra apresenta-se mais dinâmica, não só em 1772 com um novo e amplo curso, mas ao longo do período em estudo, procurando atualizar o curso tendo por base o desenvolvimento das matérias que o formavam. A mudança principal residiu nas disciplinas

²⁸² Durante o período podíamos adiantar outras datas em que este plano acaba por ser referenciado embora sem grandes avanços (Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Actas de Claustros y Juntas de la Universidad, 1783-1784, AUSA 244, f. 41-45, 179-183, 262-264; Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Actas de Claustros y Juntas de la Universidad, 1784-1786, AUSA 245, f.13; Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Actas de Claustros y Juntas de la Universidad, 1787-1789, AUSA 247, f.218, 129-130; Addy 1966, 169-73).

²⁸³ Já fizemos um detalhe do plano, mas, para uma visão mais ampla, ver uma fonte já bastante usada neste trabalho (Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Reglamentos y Planes de Estudios. Reales Provisiones, Cédulas y Ordenes, 1553-1879, 2032/2).

matemáticas, enquanto que em Coimbra os reformadores entendiam que esta disciplina merecia uma faculdade própria:

«[...] huma perfeição tão indisputavel entre todos os conhecimentos naturas [...] são as que tem acreditado singularmente força, o engenho, e a sagacidade do Homem [...] e pela exactidão mais rigorosa, com que procede nas suas demonstrações; e com que dirige practicamente o Entendimento; habituando-o a pensar sólida, e methodicamente [...]»²⁸⁴.

Isto porque, como já em séculos anteriores, a matemática nunca deixou de ser vista pelo prisma da sua utilidade, «[...] ajudam, promovem, e aperfeiçoam ventajosamente hum grande numero de Artes uteis, e necessárias ao Estado.».

As cadeiras *naturais* em artes, filosofia e matemática

Entre as várias cadeiras analisadas (como vemos pela tabela 12), duas mereceram uma maior atenção. Refiro-me à física experimental e à história natural. Introduzidas em 1771 em Salamanca e em 1772 em Coimbra, foram uma das grandes novidades das reformas. Devido a isto, daremos uma maior atenção a estas cadeiras, sem esquecer outras que se seguiram.

²⁸⁴ (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972, Livro III: Cursos das sciencias naturaes e filosoficas:141–43).

Cadeiras selecionadas entre artes, filosofia e matemática

Tabela 12: Disciplinas de filosofia e matemática que estudavam produtos e fenómenos naturais.

Salamanca (artes e filosofia)	Coimbra (filosofia e matemática)
física experimental (1771)	história natural (1772) física experimental (1772) química (1772) astronomia (1772 – astronomia prática a partir de 1801)
-----	botânica (c.1790) agricultura (c.1790) metalurgia (c.1800) hidráulica (1801)
física e química (1807) história natural (1807)	-----
história natural e química (1820) agricultura (1820)	-----

Como Porter (2002, 534) já referiu, em várias Universidades europeias o curso de artes (onde se ensinava a filosofia natural) acaba por sofrer alterações profundas durante o século XVII e XVIII, de forma a conseguir incluir novas descobertas científicas. Naquilo que seria um processo lento, a filosofia natural (de estrutura aristotélica) contribuiu de duas formas não menos importantes. Em primeiro lugar, na sua qualidade propedêutica que proporcionava um *esquema intelectual* que aglomerava saberes como a ética, lógica, metafísica e teologia. E em segundo lugar, porque mantinha um sistema de crenças baseado na verdade como a «[...] racionalidade da natureza e a sabedoria da Divindade na sua criação.».

Em Coimbra a nova faculdade de filosofia criada em 1772 albergava um vasto número de cadeiras ligadas à natureza, «[...] as matérias leccionadas nessas disciplinas consideravam-se como pertencendo ao que então se designava por Filosofia Natural, ou seja, o conhecimento da Natureza nos seus diversos aspectos.» (Carvalho 1987, 40). Em Salamanca, o número inicial de cátedras para este estudo foi menor, sendo bastante ampliado com alterações estatutárias posteriores.

Após a reforma, a cátedra de física experimental atravessou um período de grande dificuldade²⁸⁵. Inicialmente pela falta de docente (proprietário), passou a ser lecionada durante

²⁸⁵ Antes da reforma, a cadeira de filosofia natural era um requisito prévio para os alunos que quisessem seguir medicina, condição que se manteve para a sua sucessora, a física experimental. E tal como Albares Albares mostrou, em 1771 temos já um claro sentimento da necessidade de incluir mais matérias ligadas à matemática e à geometria através das obras de Christian Wolff e do espanhol Tomás Vicente Tosca y Mascó (2006, 589).

bastante tempo por um substituto²⁸⁶. Durante este período, vários foram os pedidos de pareceres para melhorar esta matéria, solicitados a altas individualidades espanholas. Veja-se o caso de António Fernandez Solano, em 5 de junho de 1774. Embora muitas das ideias não tivessem resultado prático, podemos retirar algumas conclusões que acabaram por influenciar a vontade do Conselho de Castela e a evolução desta cátedra²⁸⁷.

A primeira vem reforçar a ideia de que temos vindo a defender: a dependência que artes e as suas cátedras mantiveram com medicina. Podemos mesmo afirmar que, desde o início da reforma a cátedra de física experimental teve como objetivo último preparar alunos para medicina, «[...] cuyo objeto sea dar á los estudiantes que hagan carrera á la Medicina, los conocimientos Físicos útiles á los mayores adelantamientos en esta Facultad [...]»²⁸⁸.

Ainda antes de todos os pareceres, o plano para medicina debruçara-se sobre esta mesma matéria²⁸⁹. Neste longo plano podemos ver o apelo à introdução do *sistema Phísico* mas não qualquer um, excluindo logo a *Phísica de Aristoteles, Descartes, Gavendo, y ôtras sistemáticas* porque *conducen mui poco para el estudio Médico*, privilegiando assim: «[...] cuias conclusiones solo tengan por antecedentes principios demonstrados [...]»²⁹⁰.

Antes de entrarmos na análise dos muitos pareceres, importa fazer referência ao plano encontrado em Madrid, com um apêndice documental não menos interessante²⁹¹. Sem identificarmos a sua autoria, o esquema inserido no *Plan Moderno de Med.^a* não se debruçou apenas sobre medicina, mas também pela filosofia²⁹². O curso de filosofia retinha bastantes elementos que poderíamos ligar ao estudo da história natural, e apresentava uma divisão

²⁸⁶ A cátedra que a partir de 1771 passou a chamar-se de filosofia experimental, foi entregue a Pedro de Madariaga de 1775 até 1794, a Miguel Martel a partir de 1794 e a José Miguel Recacho Álvarez, que era lente de medicina, e serviu de 1783 até 1816 (Albares Albares 2006, 595-596; Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Libros de Processos de Cátedras, 1764-1770, AUSA 1012, 472–508v). Já a transição para a nova cátedra não parece ter sido fácil. Em 19 de novembro de 1777 Juan Manuel Perez ainda era substituto (Archivo General de Simancas (AGS), Inventario de la Secretaria de Gracia y Justicia. Instricción Pública. Fechos de la Universidad de Salamanca, 1768-1776, Legajo 944). Sem nos querermos comprometer com uma explicação para este facto, porque as fontes foram escassas, podemos apenas presumir (tal como já adiantamos para semelhante problema em outras cadeiras) que a espera poderia ter resultado da modificação do conteúdo da cadeira, que passou a exigir outro tipo de conhecimentos. Por sua vez, concluímos que a nomeação de 1768, a que aqui aludimos, e que recaiu sobre um médico, nada mais seria do que o prenúncio de que esta, apesar de se situar em artes seria dirigida para o curso de medicina.

²⁸⁷ Para além disso, não podemos esquecer que a reforma do Seminário dos Nobres de Madrid teve uma importante influência no ensino desta disciplina (Peset 1982).

²⁸⁸ (Archivo Historico Nacional (AHN), Consejos, Universidades, Legajos 5461-nº23, 44).

²⁸⁹ Neste trabalho iremos usar o Plano que se encontra no Arquivo da Universidade de Salamanca (Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Reglamentos y Planes de Estudios. Reales Provisiones, Cédulas y Ordenes, 1553-1879, 2032/2).

²⁹⁰ (idem 5v–6).

²⁹¹ (Archivo Historico Nacional (AHN), Consejos, Universidades, Legajos 5459-nº6).

²⁹² Sem conseguirmos provar cabalmente, não seria descabido pensar que a autoria poderia ser do próprio Fiscal ou de algum membro do Conselho de Castela.

tripartida entre a filosofia natural, moral e matemática²⁹³. Parece-nos um plano mais completo e, em relação ao curso final de artes de 1771, aponta para um reforço da filosofia natural.

Esta ficou representada no plano de 1771 na cadeira de física experimental, que acaba por ser visada num longo e muito concorrido debate sobre em que devia consistir, ou melhor, qual a sua natureza. Assim, das muitas fontes consultadas (muitas em formas de pareceres) existem duas linhas que sobressaíram: 1) o conteúdo (para alguns mais ligado à botânica e, para outros, à química) mas, no essencial, estaria sempre ligado à medicina, 2) esta deveria ter continuidade em muitas outras matérias que ao contrário do que foi sugerido por inúmeras vezes, só acaba por acontecer bem depois de 1800 (que seriam a química, botânica, agricultura). Mas vamos apresentar então algumas destas ideias.

Miguel Bernardes²⁹⁴, em 1767, segue esta linha. Na sua deliberação sobre a importância da química vemos uma abertura para a filosofia natural numa abrangência já assinalável, mas que acaba por não ter eco no novo curso de artes e muito menos em medicina. A química possibilitaria ao médico «[...] conocer la naturaleza, y fuerza delos humores del Cuerpo humano assi sanos, como viciados; la delos alimentos, medicamentos, y venenos.». E independentemente da natureza dos produtos «[...] la índole y accion particular delos Cuerpos naturales, sean aguas, minerales, plantas, ò animales [...]» (não será estranho apontar as semelhanças à cátedra de matéria médica)²⁹⁵.

Outro parecer não menos importante, foi o do já referenciado Ortega. Não é de todo diferente, procura apenas ligar esta matéria à botânica e à economia. E aponta para um estudo da filosofia experimental, complementado com o ensino da álgebra, metafísica, da lógica e da geometria, «[...] la verdadera y solida Pylosophia [...]»²⁹⁶. Por fim, destacamos o contributo do protomedicato. Chama a atenção para a importância desta cátedra porque contempla o *Homem* por duas razões: 1) porque este faz parte do mundo, sujeito às suas leis, 2) estas leis fornecem *vida y sanidade*.

²⁹³ O *Curso Moderno de Filosofia* deveria ser o seguinte: química, elementos e operações da química e demonstração de plantas geometria, geometria plana e dos sólidos; lógica e metafísica, lógica de Heinécio e a metafísica de Condillac; física experimental, elementos de física de Musenbroeck; álgebra, aritmética e calculo de M. Agnesi; dissecações; abertura dos cadáveres e demonstrações das partes do corpo humano; ataduras (Vendases), ligaduras e vendas do Tratado importante de Cirurgia; instituições cirúrgicas, *Instituições de Cirurgia de Gortez* (Archivo Historico Nacional (AHN), Consejos, Universidades, Legajos 5459-nº6).

²⁹⁴ Foi o responsável pela criação do jardim botânico de Atocha e era discípulo da escola de botânica de Montpellier e médico da Real Fabrica de São Fernando. Em 1755, por ordem de Fernando VI, foi encarregue de criar o jardim botânico de Soto de Mígas-Calientes (Martínez Ruiz e de Pazzis Pi Corrales 2010, 65).

²⁹⁵ O contributo do autor parece não ter impacto, temos de esperar pelo plano de 1807 para ver algumas alterações idênticas e que reforçavam a filosofia natural.

²⁹⁶ (Archivo Historico Nacional (AHN), Consejos, Universidades, Legajos 5459-nº6).

No plano apresentado pela Universidade para artes estaria já prevista uma cátedra de física natural²⁹⁷, mas a resposta do Fiscal foi demolidora e esta acaba por alterar significativamente o curso. Uma ideia que já não é estranha foi desde logo defendida pelo Fiscal: a cátedra de física experimental seria direcionada para os alunos de medicina. A mudança de nome (de filosofia natural para física experimental) trouxe também um salário mais alto e a certeza de que esta só podia ser devidamente compreendida se fosse precedida de *Arithmetica, Geometria, y Algebra* (Addy 1966, 318)²⁹⁸. Esta obrigatoriedade deve-se ao conteúdo desta disciplina, que permitia uma base para estes estudantes entrarem no primeiro ano de medicina, na cátedra de instituições médicas. O seu conteúdo estava muito ligado ao estudo dos produtos naturais para uso médico. O ensinamento que a física experimental incutia não é muito diferente do que foi introduzido em Coimbra em 1772, embora este não fosse tão direcionado para medicina.

Mas a reflexão em volta desta cátedra de física foi bem mais longa e ultrapassou mesmo o período anterior à reforma. O que também nos pode demonstrar o carácter incompleto da reforma de artes. Sob grande tensão (entre conservadores *vs* progressistas) e com o Conselho como *árbitro tendencioso*, viveu uma grande instabilidade. Como exemplo temos o contributo de António Fernandez Solano (médico, cirurgião e físico), em resposta a uma ordem do Monarca, em 1774. Apelava a um reforço da matemática e, pela primeira vez, introduz o ensino da mecânica (que só acaba por ganhar cátedra própria em 1820)²⁹⁹. Tendo em conta a data do parecer, temos também informações sobre o desenvolvimento da cadeira. Solano chama à atenção para uma carência importante, a ausência da química (que chega apenas em 1807) e que deveria ter uma ligação muito estreita com a física. E aponta também a ausência da botânica.

No mesmo ano, Juan Gomez volta a redigir um novo parecer, também em resposta ao Monarca. Só neste documento é que podemos ver uma tentativa clara de deslocar esta matéria para a filosofia natural (no seu significado mais clássico). Deveria incluir os três ramos da natureza: *animal, vegetal, y mineral* (e apenas ganha forma décadas mais tarde)³⁰⁰.

Com a década de 1780, podemos concluir que a ligação da física experimental à medicina, se torna *umbilical*. Numa carta do Conselho de Castela, de 31 de março de 1783, pede-se que se escolha um docente da faculdade de medicina para lecionar esta cadeira (esta

²⁹⁷ Esta estava inserida no grupo das cátedras de propriedade, juntamente com sùmulas, lógica e filosofia moral.

²⁹⁸ (Archivo Historico Nacional (AHN), Consejos, Universidades, Legajos 5461-nº23).

²⁹⁹ (idem 46-46v).

³⁰⁰ (idem).

ordem parece-nos ter sido de facto acatada, apesar das sucessivas saídas de lentes)³⁰¹. Física experimental já não consta no plano de 1807. Pelo seu conteúdo destacamos uma série de cátedras que procuraram aumentar significativamente a oferta curricular, são elas: física e química, mas, principalmente, a introdução de história natural e astronomia.

Ainda sobre esta cátedra, temos de referir a sua congénere em Coimbra. O seu conteúdo não foi de todo diferente, mas esta estava inserida num conjunto de três cadeiras que compunham a filosofia natural. Sendo ordenadas de forma lógica para que os alunos conseguissem assimilar as três componentes em separado, mas de uma forma complementar. Iniciava-se com a história natural (produtos naturais), e depois para a física experimental (experiências que levassem à identificação das leis naturais) e, por fim, a química (que explicava as transformações químicas dos produtos). Para Costa, a grande novidade do curso de filosofia seria mesmo este conjunto tripartido de saberes, que no seu conjunto eram disciplinas obrigatórias também na preparação de alunos para outras faculdades (2014, 185).

Ambas apontavam já para uma componente prática bastante acentuada, e em Coimbra, mais centrada no estudo da filosofia e não tanto da medicina, tinha o objetivo de «[...] descobrir o véo da Natureza; e para lhe perguntar os segredos mais recônditos das suas operações, quando ella por si mesma não falla.»³⁰². Muito ligada à matemática, principalmente à geometria e ao cálculo, não podemos presumir que esta seria o seu ponto central³⁰³. Pois, para a física, apenas importa o *Porquê* e o *Como*. O *Quanto* destinava-se apenas à matemática. Portanto, ao docente desta matéria importava apresentar os factos e a sua organização. Descobrir as propriedades dos vários corpos era o grande objetivo desta matéria, como são a «[...] extensão; a dividibilidade; a figura; a porosidade; a compressibilidade; a mobilidade; a elasticidade, etc.». Quanto a estes corpos, estamos a falar do ar, água, luz, corpos magnéticos e a eletricidade. Em tudo isto, os alunos não deviam ser *meros Espectadores*³⁰⁴.

O estudo da natureza em Coimbra teve o seu ponto alto com a criação da cadeira de história natural com uma componente prática bastante evidente (Costa 2014, 187). No segundo ano do curso de filosofia, «[...] que serve de base á Fysica, e a todas as Artes [...]»³⁰⁵. Esta cadeira tinha dois objetivos principais: «[...] fazer huma Descrição exacta de cada hum dos

³⁰¹ (Archivo General de Simancas (AGS), Secretaria de Gracia y Justicia. Instrucción Pública. Fechos de la Universidad de Salamanca, 1777-1788, Legajo 945).

³⁰² (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972, Livro III: Cursos das sciencias naturaes e filosoficas:245)

³⁰³ Física experimental era considerada «[...] uma base indispensável para os estudos posteriores [...]» de matemática, e uma das necessidades mais urgentes na reforma da instrução (Martins 2013, 72).

³⁰⁴ (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972, Livro III: Cursos das sciencias naturaes e filosoficas:250).

³⁰⁵ (idem 239–44). Tal como sucedeu na maioria das Universidades europeias, antes de 1760 o número de cadeiras de história natural era residual (Spary 2000, 9), só a partir desta data é que esta realidade muda consideravelmente, mesmo nas Universidades em estudo.

produtos da natureza: Segundo, recolher a substância de todas as observações». Mas antes de iniciar a exposição sobre o seu conteúdo, que deveria começar pela zoologia (*Reino Animal*), botânica (*Reino Vegetal*) e só depois a mineralogia (*Reino Mineral*), não deviam perder muito tempo com a escolha do sistema de classificação³⁰⁶.

Não apenas na história natural, mas também na própria física experimental e química, há um aspeto que é evidente: a escolha dos produtos usados nas lições dos quais os alunos tinham de ter um conhecimento vasto e preciso, teria de ter por base a sua utilidade (o aspeto utilitarista, com fins de exploração comercial e económica, tinha aqui o seu zénite). Como Costa já referiu, entramos assim numa lógica de modernização e de estímulo da balança comercial (2014, 181 e 184).

Assim, da zoologia importavam «[...] os Animaes, que pertencem ao Commercio, Agricultura, e outros usos mais sensíveis, e importantes da vida humana.». A ligação delicada que ligava as necessidades do ser humano aos produtos naturais era uma componente decisiva na aprendizagem de qualquer aluno de filosofia. Na botânica o objetivo era o conhecimento das plantas e o seu uso. Devia privilegiar a experiência direta, onde «[...] se tem descoberto nas diferentes espécies de Plantas, que a Natureza produz copiosamente para o uso do Homem.». Mineralogia, com as suas diferentes espécies de solos, minerais e outras substâncias respondeu à mesma lógica.

Em 1807 temos a criação de uma cadeira semelhante em Salamanca, não apenas pela sua nomenclatura, o seu conteúdo era idêntico. Sublinhamos apenas o facto de complementar também o ensino da astronomia (Addy 1966, 373). Em 1820, temos já um salto qualitativo importante com a separação de anatomia e a junção da história natural com química, enquanto que em 1807, esta última estava junta com física³⁰⁷.

Enquadrada no estudo da natureza a que o novo plano de 1820 dá uma atenção redobrada, assemelha-se quase na totalidade à sua congénere coimbrã, permitindo o estudo das plantas, animais e minerais por parte dos alunos de filosofia. Mantinha-se a subordinação à medicina, trazida já de 1771, e que agora se mantinha através da valorização da botânica, «El maestro de esta asignatura hará conocer los séres naturales que tienen uso en la medicina [...]

³⁰⁶ Não se pense que estaríamos a falar de uma desvalorização desta questão, apenas a pretensão de escolher o melhor sistema e não confundir os alunos com outros menos precisos, assim: «[...] será necessário reduzillo a a hum Systema methodico, por classes, ordens, géneros, e espécies [...]».

³⁰⁷ A física que temos em 1807 não difere muito de 1771, o seu objetivo continuava a ser a realização de, «[...] experiencias y observaciones prácticas las verdades que de outra suerte quedan envueltas en confusion y obscuridade.».

Explicará mas particularmente la botânica [...]»³⁰⁸. Esta cadeira acaba por obedecer a uma evolução própria. Enquanto que em Salamanca só a partir de 1807 é que surge no currículo, em Coimbra, assistimos a sua introdução mais precoce, seguida da sua divisão, não muito depois. Na década de 1790, portanto, vinte anos antes, já as fontes nos falam de uma cadeira de botânica³⁰⁹, ligada a uma outra, a de agricultura.

Em Salamanca a introdução de uma cátedra semelhante acontece não muito depois, em 1799. No caso de Coimbra, esta cadeira parece ter tido um percurso atribulado. O conteúdo não difere (o estudo das plantas), a grande diferença é que na Universidade espanhola estava direcionada para o curso de medicina, privilegiando os produtos com qualidades curativas.

Luís António de Sampaio, em 1792, após passagem pela posição de demonstrador e de substituto de física experimental, redige uma missiva onde consta a coexistência destas duas novas cadeiras³¹⁰. Prossegue o lente na sua carta, a incompatibilidade destas duas matérias era evidente, «[...] não ser possível ensinar-se a Botanica premiscuam.^{te} com Agricultura por serem Sciencias m.^{to} distintas dependentes de diversos princípios que devem ser tractados separadam.^{te}; e menos podem ser ensinadas separadas no mesmo anno [...]»³¹¹. Em 1795 ainda se mantinha esta situação, o que acaba por merecer bastante reflexão por parte dos lentes de medicina e de filosofia³¹².

Em 1790 foi o Principal Mendonça, Reitor, que alertou para a necessidade de uma cadeira própria, devido aos avanços nesta área³¹³. Só por volta de 1800 é que assistimos a uma mudança concreta. A botânica é separada para voltar à sua forma original, em conjunto com a história natural³¹⁴.

³⁰⁸ (*Informe de la Universidad de Salamanca. Sobre Plan de Estudios, ó sobre su fundacion, altura y decadencia, y sobre las mejoras de que es susceptible: con cuyo motivo presenta un proyecto de Ley sobre la Instruccion Publica* 1820, 53).

³⁰⁹ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Requerimentos da Universidade de Coimbra, 1778/1799, Mç. 504, Cx. 628). A primeira cadeira de botânica foi criada em Montpellier, por Henrique IV, em 1593, e foi «[...] reconhecida como matéria académica por direito próprio [...]» (Pedersen 2002, 453 e 454). Para o seu sucesso, teria sido fundamental a criação de jardins botânicos, que começaram a surgir nas Universidades italianas: Pisa em 1545; Pádua em 1546; e Bolonha em 1561 (Pedersen 2002, 454).

³¹⁰ Embora esta já podia estar em atividade antes de 1791 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Requerimentos da Universidade de Coimbra, 1771/1800, Mç. 511, Cx. 637).

³¹¹ Pedes pede que agricultura seja lecionada num ano distinto, no último ano do curso. Para além da impossibilidade de expor a matéria com profundidade, pesou também, no caso da botânica, o facto de que «[...] não podem aprender esta Sciencia por não florecerem os vegetais no nosso clima nos mezes de Outono, e Inverno cuja florecencia he para se conhecerem methodicamente da primeira necessidade [...]».

³¹² (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Requerimentos da Universidade de Coimbra, 1790/1795, Mç. 502, Cx. 602).

³¹³ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Contas e Propostas da Universidade de Coimbra, 1775/1799, Mç. 512, Cx. 638).

³¹⁴ (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Processos de Professores, Cx. 326).

Avelar Brotero em 1824 deixa o seu testemunho sobre esta matéria, e aponta concretamente a razão desta divisão da história natural:

«Zoologia, Botanica e Mineralogia, não abrangiaõ hum taõ vasto âmbito de conhecimentos como hoje: depois desse tempo tem havido em todas numerosos descobrimentos, todas depois tem feito progressos extensíssimos, e são presentem.te em toda a Europa m.to cultivadas em razão da sua grande utilid.e na Medicina, Agricultura, Commercio e Artes»³¹⁵.

Mais à frente, continuava o reconhecido docente de filosofia:

«Na fundação mencionada foi instituída huma cadeira para o ensino dos tres ramos Sceintificos de Historia Natural; mas o interesse amenidade destas Sciencias da natureza tendo attraido depois dentro de poucos annos hum grande numero de estudiosos por toda a Europa, ellas farão por ellasde tal sorte ampliadas e aperfeiçoadas, que huma so Cadeira p.^a o seu ensino e ficou sendo muito inadequada.»

Ligada a esta cadeira, surgiu uma outra, de agricultura. Em Coimbra, situamos o seu surgimento em cerca de 1790. E em Salamanca só com o plano de 1820. Mas qual o seu conteúdo? Em ambas podemos ver o seu sentido de utilidade³¹⁶. Os estatutos de 1820 de Salamanca, mais de quatro década depois, não se afastam desta ideia, defendendo a intrínseca relação entre o ensino da agricultura e o desenvolvimento do comércio e da indústria, «[...] establecerá la enseñanza de Agricultura práctica: y para esto , en atención al Estado presente de la Nación [...]»³¹⁷. Nesta Universidade, uma preocupação evidente é com o estudo dos solos e a sua relação com o cultivo de produtos que sejam úteis, «[...] qué hay de aprender científicamente esta arte útilísima á todas las naciones, y especialmente á la feraz España.»³¹⁸.

Zoologia³¹⁹ e mineralogia, foram outras matérias que inicialmente foram introduzidas em história natural, e que acabaram por se desvincular. Mas esta separação não significou

³¹⁵ (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Processos de Professores, Cx. 26).

³¹⁶ A passagem tirada de uma carta do mencionado lente de filosofia, Luís António de Sampaio, é contundente: «Como porem a Agricultura he hum dos principaes ramos da Filozofia, e aquelle de q. a sociedade pode tirar hum maior interesse» [...]» (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Requerimentos da Universidade de Coimbra, 1771/1800, Mç. 511, Cx. 637).

³¹⁷ (*Informe de la Universidad de Salamanca. Sobre Plan de Estudios, ó sobre su fundacion, altura y decadencia, y sobre las mejoras de que es susceptible: con cuyo motivo presenta un proyecto de Ley sobre la Instruccion Publica* 1820, 28).

³¹⁸ (idem 56).

³¹⁹ Spary demonstrou-nos já que até ao início da década de 1790, não existiu nenhuma cadeira de zoologia na Europa (2000, 9).

independência, estas duas matérias passaram a ser lecionadas em conjunto e mantiveram o seu objeto de estudo³²⁰.

Esta fragmentação acontece quando as diversas matérias requeriam mais espaço nos currículos e maior atenção dos docentes que, por sua vez, tinham cada vez mais conteúdo à sua disposição³²¹. Esta opção obedeceu àquilo que foi a evolução natural da disciplina de história natural. Como Browne (2003, 559) já nos mostrou, a história natural, na sua fase inicial, era composta por três componentes naturais como os vários estatutos e planos aqui estudados já nos mostraram. Foi então durante o século XVIII que o desenvolvimento individual destas matérias acaba por deslocar a história natural para uma posição menos destacada (idem 561). Findlen associa também esta mudança ao declínio das Cortes durante o mesmo período, embora muitos locais tenham surgido em seu lugar, como as Academias ou os Salões (1996, 73).

Outra cadeira que deve merecer a nossa atenção é a de química. Ligada aos estudos farmacêuticos, na Universidade portuguesa assistimos a uma intensa influência francesa.

Ligada à transformação dos produtos, o seu aparecimento em Coimbra dá-se em 1772 e em 1799 em Salamanca. Entendida como a terceira parte da filosofia natural, «Nella se ensina a separar as diferentes substancias, que entram na Composição de hum Corpo; a examinar cada huma das suas partes; a indagar as propriedades, e analogias dellas; a comparallas, e combinalas com outras substancias [...]»³²². Num primeiro momento, estudavam a *Affinidade* ou a *íntima união dos mesmos Corpos*. Os alunos teriam de ser apresentados a diversos produtos: substâncias salinas, metálicas, oleosas; e teriam um importante número de lições práticas.

Por sua vez, a sua congénere em Salamanca difere porque a sua criação ficou circunscrita ao curso de medicina. Em que diferia? Principalmente no conteúdo. Em Salamanca o leque de produtos que seriam disponibilizados tinham sobretudo de ter fins medicinais. Em Coimbra, mais ligada à filosofia, os estudantes poderiam trabalhar com mais e variados produtos.

Ainda em filosofia, temos de fazer referência a outras três cadeiras que mantinham o estudo da natureza como objetivo principal, mas com um menor impacto e que nem sempre foi possível ver correspondente entre as Universidades em estudo. Assim, em Coimbra, temos a criação de metalurgia e de hidráulica, ambas numa lógica de reforço da filosofia natural.

³²⁰ (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Registo das cartas de provimento da Faculdade de Matemática e de Filosofia, IV-1º E 8, Tab. 4, n.º10-A.).

³²¹ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Negócios diversos da Universidade de Coimbra, 1643/1831, Mç. 519, Cx. 645).

³²² (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972, Livro III: Cursos das sciencias naturaes e filosoficas:251).

Metalurgia deveria ocupar o quarto ano e ser de frequência obrigatória para os alunos de filosofia. Esta criação procurou responder à necessidade:

«[...] que há de se aperfeiçoar a Arte de Ensaios na Caza da Moeda, para bem do Meu Real Serviço, e dos Meus Povos, ellevandos-se esta ao grau de Perfeição a que chegára nos Paizes, que em conhecimentos Chimicos, e Mettallurgicos tem feito os mais abalizados progressos [...]»³²³.

E quanto ao seu conteúdo: «[...] deveria melhorar sucessivamente os methods, e manipulaçoens de fusão, separação, e apuração em grande dos Mettaes, particularmente do ouro, e prata, a sua moedagem [...]»³²⁴. Em 1801 o Monarca entende ser necessário criar esta segunda cadeira e incluí-la no quarto ano de filosofia. Embora, algumas fontes já nos mostram que pelo menos desde 1791 já existiria, prova disso foi a nomeação de Tomé Rodrigues Sobral³²⁵.

Ficou principalmente conhecida por ter sido lecionada por José Bonifácio de Andrada e Silva, e teve um percurso marcado pela ligação com outras cadeiras. Que foram a química, a agricultura (devido à compatibilidade de conteúdo) e a botânica. A hidráulica, pelo que conseguimos apurar do seu conteúdo, assemelha-se parcialmente com a cadeira de mecânica racional de 1820 em Salamanca. Na hidráulica, tratavam-se vários assuntos relacionadas com a mecânica, hidrostática, hidráulica, estática, entre outros³²⁶. Em 1820, vemos um importante reforço e nesse sentido com a ótica e acústica («[...] los efectos de la luz directa, ó de la vision [...] ó reflexion de la luz y sus efectos [...]») e com a mecânica racional («[...] la ciência de los cuerpos en movimiento y de las fuerzas que concurrem à su impulso, cálculo y combinaciones [...]») ³²⁷.

Por fim, não podemos esquecer uma outra matéria não menos importante e que marcou presença em ambas as Universidades, embora o seu conteúdo não fosse totalmente idêntico. Falamos assim da astronomia (para ver a evolução desta matéria no contexto universitário, ver

³²³ (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Legislação Académica, 1772-1824, IV-1º E 8, Tab. 3, nº4).

³²⁴ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Consultas do Concelho de Decanos da Universidade de Coimbra, 1779-1831, Mç 517. Cx. 643).

³²⁵ (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Registo das cartas de provimento da Faculdade de Matemática e de Filosofia», IV-1º E 8, Tab. 4, n.º10-A).

³²⁶ (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Legislação Académica, 1772-1824, IV-1º E 8, Tab. 3, nº4; *Actas das Congregações da Faculdade de Matemática: 1772-1820*, vol. II, 1983, 199).

³²⁷ (*Informe de la Universidad de Salamanca. Sobre Plan de Estudios, ó sobre su fundacion, altura y decadencia, y sobre las mejoras de que es susceptible: con cuyo motivo presenta un proyecto de Ley sobre la Instruccion Publica 1820*, 55 e 56).

Pedersen 2002, 451 e ss.; Wallace 2008, 204 e ss.). Em 1772 os reformadores portugueses introduziram esta cadeira («Nella se ensinará a Theorica do movimento dos Astros, tanto Fysica, como Geometria; com a Práctica do Cálculo, e Observações Astronomicas [...]»³²⁸) no curso de matemática. Em Salamanca, pela ausência da matemática (enquanto curso) é introduzida em filosofia em 1807 e mantém-se até ao final do período em estudo³²⁹.

Apesar de a astronomia já constar nos currículos de Salamanca em séculos anteriores (Flórez Miguel 2006), a sua ausência no plano de 1771 pode demonstrar uma menor atenção prestada a este saber. Para reforçar esta conclusão podemos avançar até ao plano de 1807 e ver o papel secundário que a astronomia tinha, «[...] pues aunque indispensable para otros objectos de conocida impotancia, no lo es absolutamente para las ulteriores enseñanzas de las Universidades.». Acaba por ser incluída no último ano do curso de filosofia, juntamente com a cátedra de história natural (Addy 1966, 368). Apesar disso, podemos ver que houve um reforço considerável na área da matemática, visível no primeiro e no terceiro ano do curso.

No caso da astronomia, o conteúdo foi bastante mais diverso do que a sua congénere de Coimbra. No plano de 1807, *el uso de la esfera y globos*, englobava também *los principios de Historia Natural*. Não é de todo estranha esta junção de saberes. Aceitando uma definição mais ampla de história natural podemos claramente aceitar o estudo do Universo como uma componente essencial desta cadeira. Assim, o que temos nas duas reformas em análise, são duas abordagens diversas. Em Coimbra foi dada uma maior autonomia à astronomia e em Salamanca, uma cátedra mais ampla, onde a natureza era vista na sua totalidade. Para melhor compreendermos esta escolha, não precisamos de ir mais longe do que aos próprios estatutos da Universidade de Coimbra. Quando os estatutos se debruçam sobre a cadeira de história natural apontam uma ideia de natureza bastante ampla, «[...] constituição do Mundo em geral, e do Globo terrestre em particular». E é aqui que temos duas abordagens diferentes. Enquanto Salamanca opta por um entendimento idêntico ao da passagem, em Coimbra os reformadores optam por dirigir esta Cadeira «[...] aos objectos mais vizinhos ao Homem, e mais necessários ao uso da vida [...]», como os produtos de origem animal, vegetal e mineral³³⁰. Em 1820 na Universidade espanhola vemos já uma mudança que acaba por separar a astronomia e a história natural, definitivamente.

³²⁸ (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972, Livro III: Cursos das ciencias naturaes e filosoficas:165–66).

³²⁹ Astronomia seria já uma ciência com um lugar de destaque no currículo universitário espanhol, a título de exemplo, veja-se o caso da Universidade de Valência (Albiñana 1982).

³³⁰ (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972, Livro III: Cursos das ciencias naturaes e filosoficas:240).

A evolução do conteúdo desta disciplina é bastante interessante. No plano de 1807 o docente deveria descrever com pormenor os princípios fundamentais da astronomia e, tal como em Coimbra, tinha uma componente prática obrigatória.

Só com o plano de 1820 é que temos uma descrição mais detalhada sobre o conteúdo da cadeira. Dentro da mesma lógica, o docente era incutido a preparar uma exposição mais longa e detalhada sobre:

«[...] el movimiento de los cuerpos celestes, sus revoluciones, la duracion de estas, las distancias respectivas de dichos cuerpos, y hará conocer los principios fundamentales de la parte científica de la geografia ... la navegacion, com particular aplicacion al arte de formar mapas y levantar planos.»³³¹.

Com a separação entre história natural e astronomia, o conteúdo desta última assemelhou-se bastante à sua congénere coimbrã.

Em Coimbra esta cadeira denominava-se astronomia físico-matemática, o que só por si já nos mostra o seu objetivo «[...] aplicada ao movimento dos Astros [...]»³³². Estava dividida em dois momentos, um teórico e outro prático, e deveria ser a prova do «[...] espectáculo magnífico do Ceo, em que resplandece o Poder, e Sabedoria do Creador [...]». Também tinha uma componente útil muito acentuada «[...] sendo Ella a que fixa as Épocas; regúla os tempos; determina a situação dos Lugares; e ensina as derrotas aos Mareantes [...]». Depois seguia para a explicação das operações astronómicas (compreenda-se, formulas e teoremas) que se incluíam na trigonometria esférica e, entravam, por fim, no âmago da cadeira, a astronomia *per se*.

Esta reduzia-se a três pontos, «[...] Adquirir o conhecimento dos Fenomenos, deduzido da observação [...] Mostrar a razão fysica deles [...] Estabelecer [...] as Regras de Calculo necessárias para determinar os mesmos Fenomenos [...]»³³³.

Os estatutos de 1772 são bem mais completos, o que nos permite ter uma ideia mais clara do conteúdo das cadeiras que estudámos. Assim, o docente deveria expor a razão do movimento dos planetas como o resultado de «Huma força central dirigida ao Sol, e variável na razão duplicada inversa das distancias ao centro, combinada com outra força uniforme de projecção [...]»³³⁴. Tendo o Sol um lugar central, ou como se chamava, a *Astronomia Solar*.

³³¹ (*Informe de la Universidad de Salamanca. Sobre Plan de Estudios, ó sobre su fundacion, altura y decadencia, y sobre las mejoras de que es susceptible: con cuyo motivo presenta un proyecto de Ley sobre la Instruccion Publica* 1820, 55).

³³² (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972, Livro III: Cursos das ciencias naturaes e filosoficas:189).

³³³ (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972, Livro III: Cursos das ciencias naturaes e filosoficas:190).

³³⁴ (*idem* 191).

Para além do estudo das estrelas, cometas e planetas, tinham de estudar o movimento da Terra, dos planetas secundários e também os eclipses.

Pela carta régia de 1801, introduz-se uma alteração no curso de matemática da qual resulta a criação da cadeira de astronomia prática³³⁵, que se vem juntar à já existente cadeira de astronomia teórica³³⁶. Esta separação pode estar associada à vontade de tratar em separado a questão teórica e prática, dando ao lente o tempo necessário para expor a sua matéria com mais profundidade, «[...] atençaõ á prodigioza copia dos novos descobrimentos, que tem acrescido depois do estabelecimento da mesma Faculdade [...]»³³⁷.

Em 1821 acabamos por ter nova alteração. Hidráulica passa para o quarto ano do curso de matemática e astronomia prática para o terceiro. Para os alunos deste curso terminava a obrigatoriedade de frequentar história natural e botânica, sendo substituídas pela química³³⁸.

Em forma de balanço, concluimos que em Salamanca só com o plano de 1807 é que podemos de facto ver uma estrutura tão próxima e completa, resultando isto da ausência de um curso unicamente de filosofia. Para matemática, o reforço que aparece em crescendo com 1807 permite-nos chegar a 1820 com uma oferta muito mais diversa e ampla em relação a 1771. Nesse sentido, beneficiaram várias cátedras como foi a história natural e astronomia, mas também outras que foram surgindo.

³³⁵ (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Legislação Académica, 1772-1824, IV-1º E 8, Tab. 3, nº4; *Actas das Congregações da Faculdade de Matemática: 1772-1820* 1983, II:199).

Em 1823 esta cadeira atravessava alguns problemas. Por falta de docente já há algum tempo, estava *fechada*, tendo a Congregação de incumbir o docente de geometria para também lecionar astronomia prática (*idem* 159).

³³⁶ (*idem* 78.).

³³⁷ (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Legislação Académica, 1772-1824, IV-1º E 8, Tab. 3, nº4; *Actas das Congregações da Faculdade de Matemática: 1772-1820* 1983, II:199).

³³⁸ (*Actas das Congregações da Faculdade de Matemática: 1772-1820*, II:141-43).

Capítulo IV

Dos planos concretizados aos planos menos conhecidos: propostas e contrapropostas

Acima vimos como as novas introduções curriculares nem sempre foram uma oposição. Salvo os estatutos de 1772 de Coimbra, embora tivessem na sua elaboração indivíduos que acabaram por ficar ligados à Universidade enquanto docentes ou mesmo como Reitor. O caso de Salamanca é ainda mais revelador. Desde os planos apresentados antes de 1771 até às muitas propostas que surgiram pouco depois da reforma, podemos mesmo falar de um trabalho conjunto, de longa duração e com alguns recuos e avanços que acaba por reforçar muitas das novidades anteriores. Assim, não negamos o poder quase *absoluto* do poder central (através dos seus Ministérios ou Conselhos) que, em alguns casos, impulsionou a mudança ou, muitas vezes, também foi o obstáculo. O que queremos defender é que, como muitas fontes nos mostram, houve um intenso trabalho de cooperação e de complementaridade, que envolveu duas partes, talhado por interesses diversos, mas que definiu estes processos de reforma.

Neste ponto vamos privilegiar algumas fontes já conhecidas, mas menos trabalhadas pela historiografia. Refiro-me assim aos vários planos que surgiram após o início da reforma, mas que não tiveram concretização prática. No capítulo anterior usamos vários pareceres que apenas parecem ter tido valor consultivo. Para este ponto preferimos apenas focar-nos em planos mais amplos e completos que procurassem alcançar mudanças estruturais. Assim, não iremos usar alguns pareceres já assinalados porque se prendem principalmente com o conteúdo de alguma cadeira em particular. Em Espanha, podemos ver que esta interação foi bem mais complexa (a partir de 1800 foram várias as propostas). Ainda assim, não vamos analisar planos que acabaram por se situar na génese de outros que acabaram por ter um lugar central (como foi o caso da proposta de 1789 que acaba por vigorar com ligeiras modificações em 1799, ou as propostas de 1802 e 1804 que se manifestam em 1807).

Para a Universidade castelhana iremos trabalhar os planos apresentados pelas diversas congregações antes do plano de 1771, que com a exceção de medicina foram rejeitados. Refiro-me às propostas para artes e leis. Conseguimos situar estes planos nos anos de 1766/7 (no mesmo período em que a congregação de medicina apresenta o seu plano).

Algumas décadas mais tarde e num período mais conturbado, surge o *Informe general sobre la Universidad de Salamanca* de 1811, da autoria do General Thibeault e que se debruça sobre vários cursos (filosofia, medicina e leis). Também em 1811, José Bonifácio de Andrada e Silva apresenta a sua proposta para nova reforma do curso de filosofia (o contexto em que

surge ficou marcado pelas críticas à longa ausência do lente e pela disputa que este tinha com a fazenda sobre os ordenados em atraso).

Pouco depois, temos outra proposta da autoria da Universidade de Salamanca (*Plan de Estudios de 1813. Y reforma en la enseñanza*). Apresentada em resposta a uma ordem do poder central, logo após a libertação da mesma cidade do poder napoleónico (que se debruça sobre a faculdade jurídica).

O que todos estes planos têm em comum é a exatidão da sua autoria e do ano em que são apresentados (ou rejeitados). Mas a nossa pesquisa permitiu-nos identificar outros menos claros no seu contexto. Para superar essa lacuna tivemos de nos apoiar no seu próprio conteúdo, para procurar situá-los convenientemente.

Para Salamanca, o fundo documental *Reglamentos y Planes de Estudios. Reales Provisiones, Cédulas y Ordenes*, proporcionou-nos um extenso documento sobre a reforma de artes. Pelo conteúdo, temos de atribuir a sua autoria à Universidade/claustro³³⁹. Portanto, estamos perante uma reflexão que poderia ter estado na antecâmara da proposta da Universidade para a reforma da faculdade de artes, apresentada antes de 1771, e que conta com mais de 20 pontos onde se apresentam ideias para a nova reforma (bastante mais extenso em termos de conteúdo do que o documento que consta no plano de 1771). Para sustentar esta nossa conclusão, temos a referência à real cédula de 14 de março (de 1769), que tal como refere no plano, «[...] vienen a Comprender los dos Punto el de asignaturas de Cathedras, y el de la concurrencia de los Estudiantes alas Aulas [...]»³⁴⁰. Por sua vez, várias passagens deste documento são idênticas ao texto que consta no plano de 1771 («[...] que la facultad de Artes de que vamos a hablar [...] no se há de entender, segun toda la extension que tiene esta facultad [...]»).

Ainda para a Universidade de Salamanca, temos a proposta *Reformas en la enseñanza de la facultad de Derechos. Copia imple de un proyecto de reforma, que debió presentar la Universidad, á fines del Siglo XVIII. Segun una nota marginal del primer pliego, no se aprobó este plan, y se mandó hacer outro*, da autoria da Universidade, no pós reforma. Para Coimbra também encontramos vários planos que podemos atribuir à Universidade/congregações, e todos num período temporal posterior a 1772. Como foi o caso do *Breve Plano para a Reforma das*

³³⁹ (Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Reglamentos y Planes de Estudios. Reales Provisiones, Cédulas y Ordenes, 1553-1879, 2032/19).

³⁴⁰ A cédula referida pode ser consultada em (*Resumen Alfabético de las Reales Cédulas, Provisiones, y Cartas Ordenes expedidas para el mejor gobierno, y enseñanza pública de la Universidad de Salamanca, comprendidas en los tres Tomos que ha impreso la misma Universidad de mandato del Real, y Supremo Consejo; y de otras resoluciones, y providencias acordadas por el mismo Consejo posteriormente, y con entero arreglo al espíritu de los Estatutos, y Constituciones de aquel general Estudio. 1779, 40*).

Faculdades Jurídicas na Universidade e dos Apontamentos Para hum novo Regulamento do Curso Juridico da Universidade de Coimbra.

Como Braga já nos mostrou, algum tempo após a reforma ficou patente a vontade de fazer alterações no curso de leis. Inicialmente ainda no Reitorado do Principal Mendonça e depois com o Principal Castro. Assim, pelo que conseguimos apurar o *Breve Plano* surge no Reitorado do Principal Mendonça, em 1781, e a sua autoria foi atribuída a congregação da faculdade de leis³⁴¹.

Quanto ao segundo plano, os *Apontamentos*, sabemos que no Reitorado do Principal Castro (1786-1791) propiciaram-se mudanças consideráveis. Para além dos incentivos à redação dos compêndios nas cartas trocadas entre o Reitor e o Visconde de Vila Nova da Cerveira, vemos já referências ao «[...] novo plano que se tem formado dos Estudos jurídicos das duas Faculdades [...]» (Braga 1898, III 1700 a 1800:704 e ss.). Dado este que nos leva a crer ser possível situar este plano³⁴².

Quanto a autoria, apesar de o afirmarmos com cautela, poderia ter sido do lente António Ribeiro dos Santos. A análise ao documento intitulado *Plano Iº Para o Curso dos Estudos Das Duas Faculdades Juridicas Da Universidade de Coimbra Feito Por Ordem Do Ministerio. Pelo D.or Antonio Ribeiro dos Santos em 1795*³⁴³, vem de facto ajudar a reforçar esta nossa ideia de que o plano que aqui analisamos seria da autoria do lente. A descrição e organização do curso são similares e os *Apontamentos* que consultamos aparentam ser uma versão mais resumida e concisa do seu *Plano Iº*.

Ainda para Coimbra, temos uma proposta para o curso de medicina (1793/6) que partiu do poder central (*Mappa do Novo Plano para a Faculdade de Medicina*), sendo mais tarde complementada pela Universidade (*Ordem das Cadeiras de Medecina Segundo o novo Regulamento*). Analisando o seu conteúdo, parece correto afirmar que estamos a falar de uma ideia que fora proposta pelo poder central, mais concretamente, da coroa:

³⁴¹ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Voto dos Decanos da Universidade de Coimbra, Séc. XVIII, Mç. 516, Cx. 642).

³⁴² Inicialmente, a nossa pesquisa levou-nos na direção do docente Ricardo Raimundo Nogueira. Como Braga mostrou, em 1787 o lente remeteu ao Reitor Castro um documento intitulado *Apontamentos para a reforma do Curso de Direito Civil da Universidade*, cujo conteúdo é relativo a uma proposta de reforma (idem 723). Mas, para além de uma nomenclatura próxima, estes planos são bastante diferentes, concluímos que os *Apontamentos* que aqui trabalhamos não são deste lente. A obra de Raimundo Nogueira intitula-se *Apontamentos para a reforma do Curso de Direito Civil da Universidade de Coimbra*, e data de 1787 (Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), Obras/Pelo D.or António Ribeiro [dos Santos] [Manuscrito], Códice 4676, Microfilme F.R. 182, p.164-188). Merêa (1957a) fez já referência a estas fontes. Infelizmente, por falta de tempo não nos foi possível acrescentar este contributo ao nosso estudo.

³⁴³ (Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), Obras/Pelo D.or António Ribeiro [dos Santos] [Manuscrito], Códice 4676, Microfilme F.R. 182, p.270-275).

«Sendo certo, que do bom regulamento Ordem, e methodo do ensino publico da Faculdade de Medicina pende a Conservação da Saude de meus Vassallos a qual sou obrigada a procurar e promover [...] em que tam útil, e Louvavelmente se tem empregado os Professores d'ella depois da nova Creação da Universid.^e de Coimbra por El Rey meu Senhor e Pai [...]»³⁴⁴.

As discrepâncias no seu conteúdo também nos mostram que esta sugestão foi trabalhada durante algum tempo e teve a intervenção da Universidade (como podemos comprovar por esta passagem: «N.B. os mais que se segue dei a V. Ex.^a já, e são os artigos do Segundo Plano [...]»). Assim, deduzimos que o *Mappa do Novo Plano para a Faculdade de Medicina* (a partir daqui *Mapa*) surgiu por volta de 1793, do poder central. E a *Ordem das Cadeiras de Medecina Segundo o novo Regulamento* (a partir daqui *Ordem*), parece ter surgido depois e apresenta-se já como uma reflexão mais madura e extensa dessa ideia inicial (entre 1793 e 1796)³⁴⁵. Para suportar esta nossa conclusão relativamente ao período temporal, baseamo-nos (para além das citações acima, nos nomes dos docentes que surgem nos dois planos, e na sua associação com determinada cadeira ou posição desempenhada).

Para a realização deste capítulo destacamos a importância de dois fundos documentais. O primeiro, do Arquivo da Universidade de Salamanca, *Reglamentos y Planes de Estudios. Reales Provisiones, Cédulas y Ordenes*, que forneceu muitos dos documentos que aqui iremos trabalhar. E para Coimbra, destacamos o fundo *Ministério do Reino. Instrução. Voto dos Decanos da Universidade de Coimbra*, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Constatamos também que muitas das propostas aqui analisadas foram o resultado da ação da Universidade e dos seus agentes (corpos coletivos/funcionários). Num constante processo de perda de dependência em relação ao poder central, que se arrasta até bem depois do período Liberal, podemos ver nestas propostas uma certa tentativa de recuperar ou, na melhor das hipóteses, conseguir influenciar alguma decisão. Por sua vez, o facto de todas as propostas atentarem maioritariamente ao currículo, manifesta também a vontade de intervir naquilo que seria um componente essencial da tarefa docente.

Não podemos considerar todas as propostas aqui apresentadas como inovadoras ou até com o intuito de provocar uma atualização significativa dos currículos. O que retemos é que só

³⁴⁴ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Voto dos Decanos da Universidade de Coimbra, Séc. XVIII, Mç. 516, Cx. 642).

³⁴⁵ Assim, levamos também em conta a afirmação de Pita (1996, 101), quando refere que o ano de 1791-2 apresenta-se como um período de transição na faculdade médica. O que nos leva a concluir que os planos que apresentamos são já uma consequência dessas mudanças.

em casos muito pontuais se pretendia um afastamento dos cursos então em vigor. Por sua vez, a maioria das propostas (talvez com a exceção de José Bonifácio de Andrada e Silva) não ousavam uma alteração ou melhoria radical das cadeiras ligadas ao estudo da natureza.

Para a não aplicação destes planos, as razões são várias. Antes do período da reforma, as propostas da Universidade foram rejeitadas porque o curso idealizado pelos reformadores seria bastante diferente, acabando por prevalecer este último. No período pós-reforma parecem ter pesado principalmente as incertezas resultantes da Revolução Francesa e das Invasões.

Terminando, podemos perguntar qual o interesse em fazer uma reflexão sobre planos que acabaram por não ter uma concretização prática?

Ao longo deste trabalho defendemos uma ideia simples: as reformas foram ações com vários intervenientes, que se cruzaram de forma contínua e essa interação manifestou-se no desenvolvimento destas reformas. É através da análise de todos os planos (aplicados como vimos no capítulo anterior, mas também os não aplicados) que podemos ter uma imagem mais concreta do processo de negociação, troca de impressões e recuos ou avanços das reformas em estudo. Procurar apresentar uma imagem clara e ampla do que foi o período 1771-1820 obrigamos a tentar conjugar os vários contributos dos representantes nestes momentos e as suas ideias, demonstrando inequivocamente que: nem a Universidade fora uma simples *recetora* nem o poder central foi completamente *absolutizante*.

Faculdades jurídicas

Nos planos para os cursos jurídicos importa-nos, para lá da comparação de conteúdos que iremos fazer, responder a duas questões: 1) qual a abordagem em relação ao direito natural e, 2) de que forma as sugestões diferiam dos cursos em vigor.

Um dos planos não aplicados é a proposta da Universidade que fora patentemente rejeitada pelo Fiscal do Conselho de Castela, antes de 1771. A organização do curso de leis era a seguinte:

Curso proposto pela Universidade de Salamanca

Tabela 13: Cadeiras para leis propostas no final da década de 60.

Ano	leis
1º	cátedra de instituta
2º	cátedra de código
3º	digesto velho, prima de direito civil, vésperas de direito civil
4º	cátedra de volume

As críticas a esta proposta não tardaram e Campomanes afasta qualquer hipótese de aplicação. A defesa que a Universidade prepara nesta sua incursão prende-se, principalmente, com o recurso a glórias do passado ou de nomes emblemáticos que passaram pela Universidade. Qual o objetivo? Promover a valorização do ensino que aí se vinha a ministrar há décadas e a perpetuação da situação atual com poucas modificações (Addy 1966, 270)³⁴⁶.

No primeiro ano a cátedra de instituta mantinha como base as *Instituições de Justiniano*, mas apenas pediam alterações na organização e na distribuição dos três livros de instituta (idem 276-287). Código deveria manter-se na forma dos estatutos em vigor (ou seja, os de 1625). Para digesto, a ideia era a mesma, já prima deveria conceder «[...] la explicacion de Leyes Civiles, y Reales [...]». Portanto, conhecimentos que eram ampliados em vésperas, do mesmo ano. Volume, em parte, era a continuação do ano transato, com o acrescento, «[...] enseñera en el inmediato las Leyes Patrias [...]».

Denotamos, como já fizemos anteriormente, a total ausência de referências relacionadas com o direito natural. Quer na forma de uma cátedra própria, quer enquanto saber que pudesse ser introduzido numa cátedra já existente.

A grande tensão que parece surgir entre duas visões opostas (Universidade e Fiscal), parece recair principalmente numa visão mais conservadora da Universidade, ligada a um esquema ou método de ensino solidificado pelo longo período em execução e, não menos importante, por uma normativa ainda em vigor, mas que (enquanto sinal claro de poder) Carlos III e o seu Fiscal queriam modificar. Assim, em termos curriculares, parece surgir principalmente a importância do direito romano. E uma valorização do direito real e civil, do qual a Universidade também não desiste na sua proposta.

Estruturalmente, a proposta não difere muito do plano intitulado, *Reformas en la enseñanza de la facultad de Derechos. Copia imple de un proyecto de reforma, que debió presentar la Universidad, á fines del Siglo XVIII. Segun una nota marginal del primer pliego, no se aprobó este plan, y se mandó hacer outro*³⁴⁷.

³⁴⁶ Esta e outras propostas foram transcrita por Addy, na sua obra, *The Enlightenment in the University of Salamanca*, à qual iremos recorrer com frequência.

³⁴⁷ (Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Reglamentos y Planes de Estudios. Reales Provisiones, Cédulas y Ordenes, 1553-1879, 2032/6).

Curso proposto pela Universidade de Salamanca dos finais do Século XVIII

Tabela 14: Proposta para uma modificação de leis após a reforma de 1771

Ano	leis
1º	(duas de) instituta
2º	(duas de) instituta
3º	digesto velho e digesto novo
4º	código antigo e código menos antigo
5º	(duas de) volume

O curso em si não é muito diferente da proposta anterior. Mais cátedras (10), mais um ano de curso, mas também mais críticas, agora direcionadas ao curso introduzido em 1771.

O excesso de docentes em relação ao número absoluto de alunos, uma superabundância de matérias que parecia estar a sobrecarregar os alunos e uma a estrutura do curso marcada «[...] por la multitude de espécies [...]» eram os grandes problemas. As *asignaturas repartidas* que teriam de ser apresentadas num curto período estariam a afastar os alunos deste curso (é em resposta a este problema que surge a organização apresentada na tabela anterior)³⁴⁸.

Analisando mais concretamente o conteúdo, as dez cátedras dividiam-se da seguinte maneira: as quatro primeiras de instituta (duas pela manhã e duas pela tarde) equivaliam aos dois primeiros anos do curso, e dariam os dois primeiros tomos de Arnaldo Vínio³⁴⁹, no terceiro ano teriam duas cátedras de digesto, velho e novo, uma pela manhã e outra pela tarde, e usariam a suma de Matteo Wesembecio (1531-1586) e no quarto ano teriam mais duas cátedras, agora de código antigo e menos antigo, mantinham o mesmo horário do que as anteriores. Quanto às obras, também teriam que ler Wesembecio e o código de Antonio Pérez³⁵⁰ (nestas aulas, cabia aos docentes «[...] trazer ala memoria de sus Discipulos las Leyes R.s [...]»). No último ano teriam duas cátedras de volume que se mantinha muito próxima da de prima e teriam como obras a suma de Antonio Pérez, os três últimos livros do seu código. Dando maior atenção ao direito público, analisando com pormenor as ideias de Francisco de Amaya³⁵¹.

O traço mais visível desta proposta é uma tentativa de regressar, de uma forma mais tímida, a uma situação pré-reforma. Uma acanhada novidade «[...] que consideramos mui necessária [...]» estava no apelo a criação de uma cátedra de *Derecho practico*, que era

³⁴⁸ Temos também uma breve reflexão sobre os estudos propedêuticos, que seriam os seguintes: latim, retórica, lógica e filosofia moral, e deveriam ser essenciais para quem quisesse seguir leis, mas também cânones.

³⁴⁹ Definitivamente o mais conhecido. Holandês, foi um jurista de referência durante o século XVII.

³⁵⁰ Antonio Pérez, espanhol, foi catedrático na Universidade de Lovaina e, até a sua morte em 1669, deixou vários escritos sobre instituta, código e sobre alguns livros das pandectas.

³⁵¹ Francisco de Amaya (1585-c.1640), foi um destacado jurisconsulto espanhol e, entre outras coisas, catedrático e Reitor na Universidade de Osuna (situada em Sevilha) mas passa também por Cuenca e Salamanca enquanto docente.

considerada essencial para os jovens que se quisessem instruir-se no direito municipal. Mas também de uma cátedra de história romana, da origem, progressos e variações do direito civil que deveria ser obrigatória para todos que quisessem estudar o mesmo direito. Assim, a permanência do direito romano e a valorização do direito civil e pátrio já marcava o currículo jurídico de Salamanca desde a reforma.

Depois do plano de 1807, a grande proposta de mudança curricular não aplicada, ocorre durante a ocupação napoleónica, por parte de um dos seus Generais, Paul Charles François Adrien Henri Dieudonné Thiébault. Estacionado em Salamanca onde prepara uma reestruturação curricular bem mais ousada, mas sem sucesso³⁵².

Plano do General Thiébault para a faculdade de leis

Tabela 15: Cadeiras do curso de leis proposto por Thiébault.

leis
direito natural e das gentes
direito romano
direito espanhol, civil e criminal
direito público e de comercio
economia política
disciplina eclesiástica
direito francês ou código de Napoleão

Sem fazer uma distinção entre as faculdades jurídicas, apresenta-nos *La jurisprudência* com sete cátedras principalmente voltadas para o direito civil e pátrio, mantendo apenas uma cátedra relacionada com cânones (Thiébault 1811, 101)³⁵³. Isto porque criticava a separação da jurisprudência civil e canónica, defendendo que mantinham sistemas que muitas vezes eram contraditórios e que todos os cidadãos deveriam estar sobre a mesma legislação. Conclui assim que «Las Cátedras pues de Jurisprudencia Canónica serán suprimidas.».

Thiébault, ao longo de todo o seu contributo, mostrou-se sempre bastante crítico da situação do curso e da própria Universidade. Reconheceu a sua importância e a sua história, mas, para o período em evidência realçava, por exemplo, a falta de «Libros Elementales en casi todos los ramos de instruccion [...]», que resultava num ensino difuso e incompleto. Mais ainda, estranhava a ausência de cátedras como o direito natural, direito nacional e economia política

³⁵² Para melhor entender esta personagem, inclusive a sua relação com a Universidade de Salamanca, ver (Robledo e Martín Mas 2014).

³⁵³ A publicação que iremos seguir neste trabalho é a seguinte, *Informe General Sobre La Universidad de Salamanca*.

(embora, como já vimos, em 1807, o direito natural faça uma breve aparição). Por sua vez, era a permanência do direito romano que pouco sentido fazia ainda no currículo.

Como a tabela anterior nos mostra, a proposta do General francês é de facto disruptiva, quer em relação às propostas anteriores, quer mesmo quanto ao curso em vigor, ou seja, alterado em 1807. A adoção do direito civil napoleónico e o ensino das matérias compreendidas no código de 1804 só por si implicava uma mudança radical na relação entre o indivíduo, a sociedade e a lei.

Vejamus principalmente a sua opinião sobre o direito natural. Direto e incisivo, considerava-o como «[...] la base de toda Legislacion, porque el hombre solo debe someterse à Leyes conformes à su naturaleza [...]» que em Espanha não tinha a atenção necessária porque «[...] el Gobierno [...] habia proscripto en las Escuelas todo lo relativo á estos principios.» A ausência desta *base* jurídica, ou por outras palavras, a falta deste epicentro legal, resultava num «[...] farrago de decretos, de costumbres incoerentes, y de usos en parte bárbaros, han servido de Código.» (idem 82).

Já o outro plano para a Universidade de Salamanca, *Plan de Estudios de 1813. Y reforma en la enseñanza*³⁵⁴, debruça-se sobre várias matérias. Parece dar uma maior atenção a uma clara visão de conjunto onde todos os níveis de ensino tinham de *comunicar* e estabelecer um percurso que fosse complementar. Assim, não será também de estranhar a importância que este novo plano vem dar aos estudos propedêuticos³⁵⁵.

Quanto ao curso, para além de uma referência crítica ao plano de 1807, aludindo que «[...] algunas Catheras designadas para la anterior no son tan necesarias, podendo com fundam.to recelarse [...]». A maior novidade deste plano (talvez a única), esteve na sugestão de uma cátedra de códigos de direito pátrio onde se ensinariam os princípios da legislação universal e do direito natural³⁵⁶.

Relativamente aos planos que aqui apresentamos e que se dirigiram apenas à Universidade de Salamanca, para além do de 1811 não vemos uma rutura profunda. Antes do fim de século continuamos sem medidas concretas visando uma introdução mais séria do direito natural quer nos planos oficiais, quer, como vimos, nos planos sem aplicação prática. Apesar

³⁵⁴ (Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Reglamentos y Planes de Estudios. Reales Provisiones, Cédulas y Ordenes, 1553-1879, 2032/28).

³⁵⁵ Para os juristas e também os teólogos, não lhes era pedido «[...] instruccion en Mineralogia, ni en botânica, y agricuicultura [...]» como estudo preliminar apenas para a medicina, mas que todos «[...] tienen necesidad de su auxilio [...]». Para além destes, história, geografia e grego deviam também fazer parte dos estudos propedêuticos.

³⁵⁶ Não no curso de leis, mas ainda numa vertente propedêutica, tendo em conta o seu conteúdo enquanto matéria de base para outros saberes. Em seu detrimento, deveria ser eliminada a cátedra de história e elementos de direito romano.

das muitas tentativas de introdução do direito natural que vimos no capítulo anterior, o que os planos não aplicados também nos demonstram, é a dificuldade que este saber enfrentou.

O conteúdo e a organização dos planos que aqui estamos a analisar diferem bastante, mas os que apresentaremos de seguida para Coimbra (juntamente com o de 1811 do General francês e o anterior a 1771) são de facto os mais completos. Porém, apesar de diferentes, podemos ver a partilha de algumas ideias comuns.

Uma delas parece mesmo ter sido a fusão no imediato ou a longo prazo, dos cursos jurídicos. Refiro-me, é claro, à união de leis e cânones. Ideia presente em 1811, tem também eco nos planos portugueses, embora, se prefira optar por uma fusão mais espaçada, enquanto projeto a longo prazo. O apelo a uma mudança radical na estrutura do curso jurídico, também não parece ter sido uma exigência presente nos planos para Coimbra. O surgimento de ideias direcionadas para a cadeira de direito natural em ambos os planos para a Universidade portuguesa, beneficiou já da introdução da mesma em 1772 e, ao contrário de Salamanca, a resistência à mudança foi consideravelmente menor.

Para o caso de Coimbra, encontramos dois planos. Mas comecemos pelo *Breve Plano para a Reforma das Faculdades Juridicas na Universidade*³⁵⁷, de 1781 da congregação de leis.

³⁵⁷ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Voto dos Decanos da Universidade de Coimbra, Séc. XVIII, Mç. 516, Cx. 642).

Esquema apresentado na fonte *Breve Plano para a Reforma das Faculdades Juridicas na Universidade*

Tabela 16: Disciplinas do curso jurídico apresentado em 1781 em comparação com o curso de leis de 1772.

Ano	Coimbra (1772)	1781
1º	direito natural e das gentes, história civil dos povos e direitos romano e português, e duas de instituta	(três cadeiras:) direito natural público e das gentes e duas de instituições do direito civil romano
2º	história da igreja universal e portuguesa e do direito canónico comum e próprio destes reinos e instituições de direito canónico	(quatro cadeiras:) direito natural público e das gentes, direito público universal e particular da nação portuguesa, história do direito canónico comum e universal e história do direito civil e da jurisprudência romana
3º	direito civil romano	(quatro cadeiras:) direito pátrio, instituições de direito civil romano, instituições do direito canónico
4º	direito civil romano	(quatro cadeiras:) duas de decretais e duas de pandectas
5º	ensino analítico do direito romano e canónico, e duas cadeiras de direito pátrio	aula analítica

Crítico do estado atual dos cursos jurídicos após a reforma («[...] como a triste experiencia confirma [...]»), parece manter-se na mesma linha dos planos elaborados pela Universidade de Salamanca altamente críticos das introduções anteriores. Uma intenção clara era a de diminuir o número de cadeiras do curso, apesar de sugerir um total de dezasseis, divididas pelos quatro anos. O primeiro ano é um exemplo disso mesmo, que com quatro cadeiras «[...] em que se não póde compreender ou tirar os necessários conhecimentos das extensas e importantes Disciplinas, que se lhe adjudicaraõ [...]». Ainda sobre o primeiro ano, a solução parece ter sido a supressão da cadeira de história civil da nação. E em termos de carga horária, a proposta para o quinto ano era ainda mais clara com a redução de três (ensino analítico do direito romano e canónico e duas cadeiras de direito pátrio) para apenas uma cadeira (aula analítica³⁵⁸).

³⁵⁸ Esta nova cadeira era, parcialmente, uma novidade no seu conteúdo. Prendia-se com a já anteriormente estipulada hermenêutica jurídica, ou as *Regras da Interpretação*. Procurava incutir a «[...] importante Arte da Applicação dos Textos ou de ambos os Direitos aos factos: provando e mostrando o seu uso ou exemplos dellas em alguns importantes e mais próprios Textos; sem com tudo nelles se demorem com erudições muitas vezes estranhas, e que só impedem a multiplicação dos conhecimentos Praticos.».

A eliminação de algumas cadeiras não almejava uma mudança profunda em relação a 1772. Ligadas ao direito canónico continuámos a ter duas cadeiras: história do direito canónico comum (2º) e instituições do direito canónico (3º). E para o direito romano, contávamos já com quatro: duas de instituições do direito civil romano (1º), uma de história do direito civil e da jurisprudência romana (2º) e uma de instituições de direito civil romano (3º).

Para além disso, outro ponto merece uma maior atenção. A tabela 16 mostra-nos a proposta de reforço para o direito natural. Passa para duas cadeiras no primeiro e segundo ano. Mas seria errado pensar que estamos a falar de uma mudança no conteúdo das disciplinas. O que temos parece ser apenas uma diminuição da oferta curricular e uma reestruturação do curso, respeitando sempre conteúdos propostos anteriormente. Continuando com a cadeira de direito natural, vemos que o autor apresenta as duas novas cadeiras remetendo sempre para o pré-determinado em 1772, «[...] observando o Professor o que se ordena nos Capítulos II. e IV. do mesmo Tit. III.».

O plano que aqui expomos é bastante longo e extravasa a mera questão das cadeiras e do seu conteúdo: propõe a forma de proceder nos atos e exames³⁵⁹, nos exercícios semanais, no provimento de cadeiras e vencimentos, mas também na escolha de compêndios³⁶⁰.

Analisando a proposta dos *Apontamentos Para hum novo Regulamento do Curso Juridico da Universidade de Coimbra*³⁶¹, não podemos dizer que se pretendesse uma mudança radical com a situação vigente. Uma das cadeiras mais emblemáticas, o direito natural, deveria manter-se e continuaria a ser lecionada no primeiro ano. Quanto às grandes alterações parecem ter sido duas: uma tentativa de unir leis e cânones e o abandono do direito romano. As duas cadeiras de direito romano deveriam dar lugar à várias cadeiras relacionadas com o direito canónico, civil e pátrio (mais concretamente, nove cadeiras, três por cada matéria)³⁶². Em

³⁵⁹ Por exemplo, para a repetição, os arguentes deveriam ter como texto base «[...] o Texto da Dissertação; a História própria da Faculdade; a História da Nação e Direito Patrio; o Direito Natural e das gentes; o Direito Publico Universal e Particular, Civil e Ecclesiastico; o Direito Romano ou Canonico pelo methodo Synthetico; O Direito Patrio pelo mesmo methodo; e a Jurisprudencia Exegetica ou Analytica.».

³⁶⁰ Neste ponto não vemos de facto nada de novo. Como não temos uma mudança no conteúdo das cadeiras propostas, pediam apenas que se usassem os «Compendios, que se chegarem mais aos fins e planos das Lições; suprimindo-se e ampliando-se no mais, que por eles se não poder explicar; ou esses sejam adoptados já; ou quaes parecer e for necessário adoptarem-se pela Congregação dos Lentes de ambas as Faculdades.».

³⁶¹ A fonte que aqui analisamos encontra-se no fundo, (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Negócios diversos da Universidade de Coimbra, 1643/1831Mç. 519, Cx. 646).

³⁶² Sem com isto querer dizer que este desaparecesse do currículo, na cadeira de direito canónico do terceiro ano, o docente teria que fazer uma apresentação sobre, «[...] as Fontes do Direito Romano [...]» e, mais tarde, do «Direito Romano sobre a materia das Pessoas, relativamente á Parte primeira do Digesto que contém os quatro primeiros Livros; ou antes ao Livro 1.º da Instituta ^(a) apontando em cada titulo 1.º o que lhe corresponde no Digesto,Codigo, Novellas.» No ano seguinte, era na cadeira de direito civil que voltam a aparecer referencias ao direito romano, «O Dir.to Romano sobre as coizas, obrigações relativam.te á Parte 3.ª 4.ª e 6ª do Digesto, ou antes ao Liv.1.º e 3.º da Instituta, e aos cinco primr.os Titulos do Liv.4.º». Por fim, e já nos exercícios finais, o autor

termos de novas disciplinas, teríamos o direito público universal, o direito público eclesiástico e a hermenêutica jurídica.

Esquema apresentado na fonte *Apontamentos Para hum novo Regulamento do Curso Juridico da Universidade de Coimbra*

Tabela 17: Descrição do curso de leis em comparação com o curso de 1772.

Ano	Coimbra (1772)	Cadeiras
1º	direito natural, história civil dos povos e direitos romano e português, e duas de instituta	história do direito e direito natural
2º	história da igreja universal e portuguesa e do direito canónico comum e próprio destes reinos, e instituições de direito canónico	direito público universal e direito público eclesiástico
3º	direito civil romano	(três cadeiras) direito canónico direito civil direito pátrio
4º	direito civil romano	(três cadeiras) direito canónico direito civil direito pátrio
5º	ensino analítico do direito romano e canónico, e duas cadeiras de direito pátrio	(quatro cadeiras) direito canónico direito civil direito pátrio hermenêutica jurídica

Os *Apontamentos* que analisamos são bastante descritivos e permitem uma análise detalhada. No primeiro ano, as duas cadeiras deveriam ser destinadas aos alunos de leis e cânones. O autor mantém os dois cursos jurídicos e a partilha de cadeiras é já bastante acentuada. Para além do direito natural em dois anos, tínhamos o direito pátrio em três anos (3º, 4º, 5º), «[...] e todos os Juristas sem distinção ouvirão as suas Cadeiras q.e são comuns a ambas as Faculd.es [...]».

Fica assim lançada a ideia de que a fusão seria inevitável. Tal como os estatutos de 1772 já procuraram introduzir, o direito pátrio também aqui ganhou um destaque evidente. Ao docente de direito pátrio do primeiro ano cabia a explicação sobre:

«[...] as Fontes do Direito Patrio: 2.º a Historia Critica, e Particular das Compilações, Afonsina, Manoelina, Fillipina; 3.º o Dir.to Patrio particular sobre as Pessoas, relativam.te ao

refere a necessidade de os exercícios orais e escritos, recaírem sobre «[...] algum Texto do Dir.to Canonico, do Decreto, ou Decretaes, ou do Concilio de Trento, ou de Dir.to Civil Romano, e Patrio [...]».

Liv.1.º e 2.º das Ordenações do Reino; apontando-se em cada hum dos seus art.os 1.º os Principios de Direito e as suas Fontes; 2.º os factos da Historia Portugueza relativa a cada hum deles; maiormente da Historia Politica dos Tribunaes, e Magistrados./».

E no quarto ano, na mesma disciplina:

«A materia dos Contractos, obrigaçoens. Relativamente ao Liv.4.º das Ordenaçoes pela m.ma forma determinada a respeito das Liçoens da primr.^a Cadeira” e, no último ano, “./ 1.A Historia do Foro Secular entre nós. 2.º O nosso Direito aobre o Foro, Delictos relativam.te ao Liv.3.º e 5.º das Ordenaçõens, pela manr.^a acima declarada./ 3.º Exercicios sobre o Processo Civil, e Criminal em o novo foro Secular; em os quaes se fara applicação da Theoria á Pratica [...]».

De uma forma geral, o conteúdo das cadeiras apresentadas não difere muito daquelas já introduzidas anteriormente e que então vigoravam. O direito natural, que mais nos importa, e a título de exemplo, teria como objeto «[...] todas as matérias q. pertencem propriam.te a esta Disciplina [...]», já estipuladas nos estatutos de 1772.

Concluindo, os *Apontamentos* parecem querer manter o caminho já traçado em 1772 com o reforço do direito pátrio, mas inovam na circunscrição do direito romano. Realçamos também o facto de o direito natural não ter merecido o mesmo destaque que os reformadores tentaram incutir desde o início da reforma. O documento analisado não nos deu uma resposta. Todavia, sabendo que esta cadeira não teve uma existência fácil, parece-nos possível concluir que este saber não seria o principal, mas sim o direito pátrio. Ao contrário de 1772 onde estes dois saberes eram inseparáveis, nesta fase, parece procurar optar-se por uma autonomia mais visível.

Em conclusão: apesar das várias críticas, e com a exceção do plano anterior a 1771, proposto pela Universidade, e do plano de 1811 de Thiébauld, não foram propostas mudanças estruturais significativas. Em 1781, para Coimbra, podemos constatar isso mesmo com a redução do número de cadeiras, que foi a única medida estrutural mais significativa. Para além disso, ficou também a ideia de que a maior parte dos documentos analisados apontavam já para uma futura fusão entre os cursos de leis e de cânones. Se é verdade que apenas um plano o indica claramente, todos os restantes propõem já um elevado número de cadeiras que seriam partilhadas por alunos dos dois cursos.

Ainda em termos de estrutura, podemos ver que as propostas coincidiam em dois pontos:

1) diminuição da importância do direito romano, que se materializou na diminuição do número

de cadeiras, 2) um reforço crescente (e que já vinha desde o início das reformas) do direito pátrio, civil e até real, embora menos significativo.

Quanto ao direito natural, e tal como já vimos nos planos oficiais, temos duas abordagens distintas. Em Salamanca o direito natural encontrou obstáculos significativos, sendo a única novidade a proposta do general francês. Os restantes planos para esta Universidade permanecem omissos, mesmo depois de 1807 onde, temporariamente, vemos o direito natural surgir na cadeira de filosofia moral.

Em Coimbra esta cadeira já fazia parte do currículo desde 1772 e não detetamos qualquer tentativa de supressão. Temos até uma clara proposta de ampliar este saber com a criação de uma segunda cadeira de direito natural. Mas o que podemos constatar é que não só para esta disciplina, como também para outras, as propostas para mudanças de conteúdo foram escassas. Assim, encaramos estas propostas no âmbito das faculdades jurídicas não enquanto ponto de rutura, mas apenas como ajustamentos pontuais.

As faculdades de ciências naturais e filosóficas

Medicina

Apesar do curso de medicina ter sofrido alterações a partir de 1800, o que é sugerido no *Mappa do Novo Plano para a Faculdade de Medicina*, por volta de 1793, é definitivamente distinto. De uma forma geral temos menos dois anos de curso (5º e 6º ano desaparecem), um aumento exponencial de cadeiras (14) e um maior número de matérias.

A resposta à proposta apresentada pelo poder central, apenas diferia nas cadeiras do primeiro e segundo ano. No *Mappa*, temos para o primeiro ano *Anatomia*, *Physiologia* e, como preparatório, botânica.

Esquema apresentado sob o título *Mappa do Novo Plano para a Faculdade de Medicina*

Tabela 18: Disciplinas propostas para medicina em comparação com o curso de 1772.

Ano	1772	Cadeiras
1º	matéria médica e arte farmacêutica	anatomia, fisiologia e botânica
2º	anatomia, operações cirúrgicas e arte obstetrícia	patologia, sintomatologia, histologia, nosologia, semiótica, matéria médica, farmácia
3º	instituições médico-cirúrgicas (com frequência parcial no Hospital)	aforismos médico-cirúrgicos e operações cirúrgicas
4º	aforismos (com frequência também no Hospital)	prática do hospital cirúrgica e médica (separadamente e alternada em cada ano entre os dois Lentes)
5º	primeira cadeira de prática (leccionadas inteiramente no Hospital)	-----
6º	segunda cadeira de prática – para alcançar graus superiores - (leccionadas inteiramente no Hospital)	-----

Na resposta da Universidade, foram aceites às duas primeiras cadeiras. Botânica deveria dar lugar a arte obstetrícia (que já estaria a ser lecionada no segundo ano do curso, juntamente com anatomia).

Esquema apresentado sob o título *Ordem das Cadeiras de Medicina Segundo o novo Regulamento*

Tabela 19: Curso de medicina proposto pela Universidade em comparação com o curso de 1772.

Ano	1772	Cadeiras
1º	matéria médica e arte farmacêutica	anatomia, fisiologia e arte obstetrícia
2º	anatomia, operações cirúrgicas e arte obstetrícia	patologia, sintomatologia, nosologia, semiótica, matéria médica, farmácia e terapêutica geral
3º	instituições médico-cirúrgicas (com frequência parcial no Hospital)	aforismos médico-cirúrgicos e operações cirúrgicas
4º	aforismos (com frequência também no Hospital)	prática do Hospital cirúrgica e médica (separadamente e alternada em cada ano entre os dois lentes)
5º	primeira cadeira de prática (leccionadas inteiramente no Hospital)	-----
6º	segunda cadeira de prática – para alcançar graus superiores - (leccionadas inteiramente no Hospital)	-----

O segundo ano também trouxe discrepâncias entre as propostas. No *Mapa* temos várias cadeiras (patologia, sintomatologia, histologia, nosologia, semiótica e matéria médica). Na resposta da Universidade, histologia deveria ser preterida a farmácia e passaria a ser lecionada no segundo ano (com matéria médica, como já acontecia no primeiro ano do curso introduzido em 1772). Os dois últimos anos do curso não mereceram alteração. Já a componente prática também não faltou nas duas propostas. Em ambas, mantinha-se a cirurgia e a permanência obrigatória no Hospital (com operações cirúrgicas e a prática cirúrgica). Neste ponto, difere da reforma de 1772 em dois aspetos. Em primeiro lugar, a frequência no Hospital iniciava-se no terceiro ano e mantinha-se até ao fim do curso, ou seja, até ao sexto ano. Em segundo lugar, as novas propostas reduzem drasticamente este período de permanência e apontam para uma diminuição do número de cadeiras de cariz mais prático. Para além de terapêutica geral (segundo ano), todas as restantes cadeiras já estariam a ser lecionadas em Coimbra.

É possível afirmar que se pretendia aplicar uma mudança que diferia bastante do curso em vigor, talvez até diminuindo-o em demasia tendo em conta o número de matérias que ainda procurava manter. Quanto às cadeiras que temos vindo a estudar com detalhe, ambos os planos pretendiam um curso de medicina menos ligado aos estudos da natureza. Já no mesmo período, como vimos anteriormente, a oferta era bastante mais complexa com algumas novas introduções que, entretanto, foram surgindo. Mas vamos a uma análise um pouco mais detalhada destas propostas.

O *Mapa* não aprofunda muito as questões apresentadas. Mantém uma breve referência à necessidade de encurtar o curso e ordena que nenhum aluno se inscreva na Universidade sem realizar os estudos preliminares na mesma instituição (o mesmo fora já definido em 1772).

A proposta (*Mapa*) procura fazer algumas alterações não apenas no curso, mas em todo o trajeto dos estudantes de medicina, começando pelos propedêuticos. Não mudavam as matérias que os alunos já teriam de concluir antes de entrar no curso (gramática latina e grega, filosofia racional e moral, aritmética, geometria, álgebra). Mas incluía física experimental e química e exigia aos alunos a apresentação de *Certidão dos Exames* para serem admitidos.

A necessidade de garantir que os estudantes tinham as competências necessárias para transitar para a etapa seguinte era uma constante desde 1772, como os novos estatutos indicam. Na proposta, a passagem para o primeiro ano do curso só deveria ser possível com certidões que comprovassem a aprovação bem-sucedida em física e química.

No primeiro ano, o foco era o corpo humano e o seu estudo, daí abdicar de botânica e preferir anatomia, fisiologia e arte obstétrica: «[...] descrição, e demonstração de cada hum

das partes do Corpo [...] o q houver de mais exacto, útil, e necessário sobre as acções da vida [...]».

Estando a botânica ligada ao estudo de medicamentos para a cura de maleitas, torna-se compreensível a junção destas três cadeiras neste ano, completamente reservado ao corpo humano³⁶³. Notamos também que a própria cadeira de anatomia sofre uma alteração. Não detetamos qualquer referência ao uso e estudo de animais nesta disciplina, tal como tinha ficado estipulado em 1772. Nos estatutos detetamos uma ligação à zoologia, que agora parece ter sido afastada, privilegiando assim a uma maior atenção ao corpo humano.

Esta ideia parece manter-se no segundo ano, embora comecem então a ser associadas outras cadeiras como era a matéria médica. Só neste ano, onde se estudava o *Corpo Saon* e o *Corpo enfermo*, surgiam cadeiras que procuravam fornecer terapias. De matéria médica, onde se começará pelo *Ensino da Pharmacia* (tal como os estatutos já definiam) passávamos para a terapêutica geral:

«[...] acomodando a cada hum dos seus diferentes artigos os produtos da Natureza, que tiverem uso na Medicina, escolhendo do grande numero, que deles ha para as Suas demonstrações, somente aquelles, que o uso, e pratica tiver mostrado de conhecida utilidade, e prestimo, e apontado os Superfulluos, ou de hum uso equivoco, menos provado, ou nocivo [...]»³⁶⁴.

O terceiro estava ligado à cirurgia, onde os estudantes teriam de começar a frequentar o Hospital. O quarto ano era completamente lecionado neste local.

Tendo em conta que a gestação destas propostas teria ocorrido no período entre 1793 e 1796, não será errado pensar que estamos já na antecâmara das alterações que vão ser introduzidas posteriormente no curso médico. O que difere?

No capítulo anterior concluímos que existiu um reforço das cadeiras ligadas ao estudo da natureza ao longo da reforma. O mesmo não podemos concluir desta proposta conjunta. A partir de 1800 temos já alterações contrárias a esta proposta. O que nos pode sugerir que terão ocorrido alterações significativas na perceção destes agentes. Quanto à estrutura do curso, estas sugestões não foram de todo replicadas. Não conseguimos definir a razão para a não aplicação

³⁶³ No próprio *Mapa*, temos uma referência à botânica, «[...] ouviraõ neste anno as Liçoes de Botanica”, mas, não enquanto Cadeira com o seu espaço próprio, apenas um ensinamento secundário “della somente faraõ exame [...]».

³⁶⁴ No fim do ano, «[...] faraõ os Estudantes o exame de Pharmacia practica no Dispensatorio da Und.º [...]».

destas propostas (Invasões Francesas?). Podemos concluir que ideias como a redução do curso e abandono de algumas cadeiras podiam não ter tido a adesão necessária.

Passando para o caso de Salamanca, e apesar de o plano de 1766 proposto pela Universidade ter tido uma ampla aceitação, não implica que não fossem apresentadas outras propostas. Como foram o plano de 1799 e de 1807. Cerca de uma década antes do plano de 1799, temos uma proposta da Universidade de Salamanca que acaba por não ser aceite. Refiro-me ao plano de 1789 (Addy 1966, 203–28; Peset e Peset Reig 1983, 80–89)³⁶⁵. Tal como Addy já nos mostrou, o plano que acaba por ser aceite uma década depois, em 1799. Continha «[...] the essentials of the Plano f 1789 [...]» e por isso não o iremos tratar aqui. Assim, apresentamos à proposta de 1811 do General Thiebault.

Curso de medicina e cirurgia indicado pelo General Thiébault em 1811

Tabela 20: Comparação entre o curso médico de 1807 e a proposta de 1811.

1807	1811
botânica	anatomia e fisiologia
anatomia	patologia, terapêutica e botânica
fisiologia e higiene	medicina e farmácia
patologia e terapêutica	cirurgia (ou afetos exteriores e clínica)
afetos mistos	partos e <i>Enfermedades próprias de mugeres y niños</i>
matéria médica	veterinária
afetos internos e clínica	-----
obstetrícia, enfermidades várias	-----
afetos externos e clínica	-----
moderante	-----

Na tabela 20 podemos até concluir que o curso apresentado pelo General francês partilha muito da proposta de 1793/6 de Coimbra. E para além da mudança de algumas cadeiras, mantem-se também próximo de 1807. Em relação ao curso em vigor, temos uma redução dos anos do curso (para seis, em Coimbra seria para quatro). Algumas cadeiras seriam abolidas, como o caso das cadeiras de moderante, afetos mistos e internos ou até higiene. E seria incluída uma completamente nova de veterinária. Matinha também as cadeiras ligadas aos estudos farmacêuticos como a botânica e farmácia, embora, matéria médica saísse do currículo. Medicina e cirurgia deveriam deixar de estar separadas e dar lugar a um único curso. Para o autor, este problema arrastava-se já desde o plano de 1771 e não residia apenas nesta separação,

³⁶⁵ (Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Reglamentos y Planes de Estudios. Reales Provisiones, Cédulas y Ordenes, 1553-1879, 2032/14).

mas na própria ausência de cadeiras ligadas ao estudo dos medicamentos, «[...] porque no se comprendia en él [curso], ni la Botánica, ni el conocimiento de los remedios [...]» (Thiérbault 1811, 37).

Em forma de conclusão, parece possível referir que ambas as propostas coincidiram em alguns aspetos: redução do tempo do curso, número de cadeiras elevado apesar da menos anos para se distribuem, redução do número de cadeiras ligadas aos estudos farmacêuticos. Para além disto, e se fizermos uma análise mais longa da evolução dos cursos de medicina, podemos ver que estas propostas foram uma exceção e não a norma. Isto porque quer antes quer depois, ambos os cursos mantiveram uma oferta mais ampla e variada, e caminharam sempre no reforço da componente farmacêutica.

Filosofia

Anteriormente vimos que a faculdade de artes, que só depois evoluiu para uma nova faculdade de filosofia, manteve a sua qualidade propedêutica. Esta ideia foi defendida não apenas pelos reformadores, mas também pela própria Universidade que na sua proposta mantém esta linha de pensamento. Na sua proposta do final da década de 1760, conseguimos identificar este sentimento de forma clara³⁶⁶: «[...] salgan com unos principio de Latindad, y humanidade, que les faciliten en las facultades maiores». Por sua vez, e essas sim, deveriam preparar os alunos com conhecimentos que alcançassem «[...] progressos que desea el publico, y la Nacion».

Para a Universidade, o curso de artes com base em Aristóteles pautar-se-ia por uma divisão simples. Na primeira parte deveriam ser ensinadas as sùmulas e logica de Aristóteles. Saber *raciocinar* seria o foco desta primeira parte do curso de artes e seria do interesse de juristas e teólogos.

Na segunda parte, deviam ser ensinados, «[...] los 8 libros delos Physicos de Aristoteles, en que se explican los principios del ente, sus causas, y constitucion [...]». Por sua vez, nesta segunda parte, os autores fazem um parêntesis não menos interessante. Pretendendo claramente manter um ensino mais teórico, entendem que a aplicação prática destas leis *es trabajo de outra Naturaleza* e que deveria ter lugar próprio (*una particular Academia*), cujo objetivo único fosse a aplicação de questões mais práticas³⁶⁷.

³⁶⁶ (Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Reglamentos y Planes de Estudios. Reales Provisiones, Cédulas y Ordenes, 1553-1879, 2032/19).

³⁶⁷ (idem fl.10-26).

Por fim, na terceira parte, explicava-se a metafísica de Aristóteles e alguns livros *de Anima*, do mesmo autor. Esta terceira parte deveria ser especialmente dirigida para os teólogos porque poderiam «[...] tratar materias abstractas y espirituales.».

Mas antes de entrarmos na estrutura do curso em si, importa realçar os comentários a um assunto não menos interessante, a defesa do *Sistema del Peripato*. Sem grandes dúvidas quanto à posição da Universidade neste assunto («[...] no nos podemos apartar [...]»), o documento apresenta-nos duas razões para esta posição. Em primeiro lugar, o afastamento dos *Phylosophos Antiguos* podia ser uma pratica contraproducente («[...] no son a propósito para conseguir los fines, que se intentar por medio de este estudio.»)³⁶⁸. E em segundo, alguns dos novos autores e das suas ideias não eram completamente compatíveis com princípios *de las Aulas cathólicas*, porque fixam os seus sistemas sobre princípios voluntários de onde deduzem conclusões voluntárias e *imperisuasibles*. Concluem assim que a introdução de um novo método não iria conduzir a «[...] que se descubra maiores utilidades, y adelantam.tos en las ciências [...]», portanto, «[...] nos parece escusado hacer, ê introducir una novedad como esta.».

Curso de artes proposto pela Universidade de Salamanca (1769)

Tabela 21³⁶⁹: Proposta da Universidade para o novo curso de artes

ano	cadeiras
1º	(duas de) sùmulas
2º	(duas de) lógica
3º	(duas de) física
4º	(uma de) físicos

Como vemos na tabela 21, não será difícil concluir que a proposta nada mais é do que uma continuação do curso que já vigorava. Praticamente nada se altera por duas razões: 1) enquanto conhecimento preparatório, só assim os docentes acreditavam que pudesse fornecer as bases essenciais para os outros cursos, 2) o número de docentes era extenso, e por isso era necessário manter o número de cátedras. Se tivéssemos de acrescentar um terceiro ponto, tal como alguma historiografia já defendeu, uma mudança mais brusca no *status quo* significava o fim de uma situação privilegiada.

³⁶⁸ Mais uma vez, como já dissemos acima, os docentes detinham um conhecimento amplo das obras dos filósofos mais conhecidos e das suas ideias, mas não as partilhavam completamente. Aceitavam que Newton podia ensinar a ser um *perfecto matemático*, mas não ensinava a ser um bom *Logíco*, y *Metaphísico*. Fazem referência a outros autores como Decartes, mas «[...] no simbolizan tanto com las verdades reveladas como las de Arist[oteles].».

³⁶⁹ Cátedras existentes antes da reforma de 1771 em artes: 4 de propriedade (sùmulas, lógica, física natural e filosofia moral), 7 de regência: 2 de sùmulas, 2 de lógica, 2 de física e uma de físicos.

A ideia do número de docentes é deveras interessante. Anteriormente, para o caso de leis em Salamanca, uma das críticas foi o excesso de alunos em relação ao número de docentes. Mas para artes este excesso de docentes não seria algo negativo (não olvidamos o facto de que todas as propostas apresentadas antes de 1771 tenham como autoria estes mesmos *Maestros*). Portanto, o número de cátedras (11) nunca era demasiado porque «[...] la abundância de Mtros es un bien incomparable del estudio [...]». Apontando claramente para uma riqueza de matérias e ideias diferentes que assim podiam oferecer, tentam desta forma garantir que o currículo de artes se mantinha como estava, quer em termos de disciplinas quer em termos de docentes.

Outro tópico apresentado dizia respeito à escolha de um autor base para o curso de artes. A lista de excluídos (por serem *mui confusos*, *difusos* ou *concisos*) foi extensa³⁷⁰. Heinécio acaba por ser o indicado, já que a sua obra parecia servir aos principiantes, embora também não fosse a ideal. E Antoine Goudin por ser conciso e bem escrito.

A diferença com o curso de artes proposto pelo Fiscal, como já vimos, foi bastante acentuada. A proposta da Universidade nada mais fazia do que uma apologia à situação presente e em nada cedeu na tentativa de conciliação com algumas ideias novas que o Conselho pretendia implementar. Mas quais as propostas relacionadas com as cadeiras que pudessem interessar-se pelo estudo da natureza?

Neste caso apenas conseguimos destacar a cátedra de filosofia natural e, mais tarde, experimental. Para além da atribuição de um maior *premio* e de um horário distinto, apelavam para a criação de uma Academia onde pudessem ser realizadas disputas diárias.

Da proposta mais conservadora e pouco original até ao plano de Thébauldt, passaram-se quatro décadas. Ao longo deste período seguiram-se várias alterações e uma reforma que havia resultado na criação de um Colégio de Filosofia em Salamanca. Mas, a grande alteração surgiu em 1807, com o novo plano.

³⁷⁰ Nomes como Antoine Arnauld e Pierre Nicole (identificados como *La Logica de Puerto-real*), Edmundo Purcocio e Musschenbroek, eram demasiado *Cartesianos*; Thomas Hobbes e John Locke também foram rejeitados, o primeiro por ser conciso e o segundo por ser *obsuro* e perigoso para os jovens, tal como Francis Bacon. António Genovesi também deveria ver a entrada das suas ideias vetada na Universidade. Apesar disso, também referem que por falta de mais hipóteses só a física de Musschenbroek e a metafísica de Genovesi deveriam ser usadas pelos alunos.

Curso de filosofia proposto pelo General Thébault em 1811

Tabela 22: Proposta do General Thébault para um novo curso de filosofia em comparação com o plano de 1807.

curso de filosofia de 1807	curso de filosofia de 1811
elementos de aritmética, álgebra e geometria	elementos de aritmética, geometria e álgebra («[...] es decir, de Matematicas [...]»)
lógica e metafísica	lógica e metafísica
aplicação de álgebra á geometria (entre outras)	filosofia moral
física e química	física experimental
filosofia oral	química
astronomia e história natural	matemáticas sublimes
-----	astronomia
-----	história natural
-----	história geral de geografia e cronologia

Relativamente ao curso em vigor, as alterações propostas não parecem ser de facto radicais. Muitas das cátedras mantêm-se (embora em 1811 haja um aumento), mas a estrutura principal do curso é a mesma: composto por filosofia e matemática. A grande semelhança é mesmo essa, ao contrário das propostas para outros cursos por parte do General francês, pautadas por uma forte componente de mudança. Neste caso continuamos a ter um curso de filosofia que carece de autonomia e uma ausência completa de vontade em autonomizar o ensino da matemática.

A proposta para filosofia vem contrastar bastante com muitas das críticas que surgem desde 1771. A partir da reforma, «[...] substituyó á algunas lecciones insignificantes una Cátedra de Astronomia, outra de Matemáticas puras, y outra de Física Experimental, pero no se trató de Chímica, ni de Historia Natural.»³⁷¹. Quanto ao plano de 1807, para o autor, nada mais foi do que uma atualização pouco insipiente e de limitado alcance («[...] hacen ver su nulidade desde el instante de su nacimiento [...]»). Torna-se difícil perceber esta crítica dirigida ao plano de 1807, quando, na realidade, a sua proposta é bastante similar às introduções do plano de 1807. Mais difícil ainda se atendermos ao conteúdo de determinadas cadeiras.

Para física experimental não temos nenhuma referência ao seu conteúdo, o que nos pode dizer que esta se deveria manter segundo o estipulado em 1807. O mesmo podemos dizer de química. Astronomia, enquanto conhecimento que já tinha a sua presença na Universidade em

³⁷¹ Como o autor defendeu, Salamanca estaria muito atrasada neste aspeto, culpa disso residiria no facto de a Universidade se ter afastado de muitas das «[...] obras que corrian com un justo crédito entre las Naciones mas edelantadas [...]». Por sua vez, a Universidade parece ter confiado esta tarefa a «[...] hombres casi sin talentos y sin conocimientos [...]» (Thiébault 1811, 36).

momentos anteriores, deveria assim continuar no currículo de filosofia, com a exceção de ser uma cadeira que deveria ser ensinada isoladamente. Por sua vez, história natural deveria ter semelhante fim. Isoladamente, poderiam os docentes expor com maior pormenor os seus conteúdos.

Concluindo, Thébauldt não procurou introduzir nada de novo em relação ao curso em vigor, apesar de muito crítico. As introduções realizadas antes da ocupação francesa, foram, podemos afirmar, para o curso de filosofia, uma atualização importante. Relativamente as cadeiras que aqui estudamos, não houve nenhuma novidade.

Para Salamanca, apresentamos duas propostas muito distintas entre si. A primeira (1769), pretendia manter a situação atual e foi incompatível com as introduções do Fiscal. Por sua vez, a de 1811, foi muito idêntica ao plano de 1807, uma vez aplicado, não iria trazer uma rutura com a situação em vigor.

Para Coimbra, só foi possível identificar uma proposta apresentada também em 1811, pelo docente de metalurgia, José Bonifácio de Andrada e Silva. A sua proposta diferencia-se consideravelmente dos projetos dirigidos a Salamanca; o lente pretendia de facto uma mudança significativa e não colocou de lado um reforço considerável do número de disciplinas para o estudo dos produtos naturais.

Parece-nos ter sido o resultado de uma longa reflexão que se inicia em 1805 (como resultado da lei de 1 de dezembro de 1804 e da carta régia de 22 de novembro de 1805)³⁷². E amadurecida até à publicação da obra *Memoria do desembargador José Bonifácio de Andrada e Silva sobre os meios de prepararem no Reino os estudos e métodos para o seu estudo*, em 1811. O documento que identificamos e que iremos explicar de seguida³⁷³, data de 1811 e, parece-nos possível afirmar, que resultou da sua *Memoria*.

O mesmo ano foi também um período conturbado para José Bonifácio de Andrada e Silva, com a disputa com a fazenda da Universidade. Mas para esta análise importa perceber de que forma a sua proposta diferia do curso de filosofia em vigor, e quais as propostas do lente para o estudo da natureza.

³⁷² (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC), Papéis relativos à instrução pública destes reinos, Ms. 2536).

³⁷³ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Consultas do Concelho de Decanos da Universidade de Coimbra, 1779-1831, Mç 517. Cx. 643).

Curso apresentado por José Bonifácio de Andrada e Silva em 1811

Tabela 23: Comparação entre o curso de 1772 e a proposta do lente.

Ano	cadeiras (1772)	cadeiras (1811)
1º	agricultura	(cadeiras fundamentais) botânica, zoologia, química e docimasia
2º	história natural, geometria e botânica	(cadeiras fundamentais) física e mineralogia
3º	física experimental	(cadeiras aplicativas e de execução) agricultura
4º	química e metalurgia	(cadeiras aplicativas e de execução) tecnologia
5º		(cadeiras aplicativas e de execução) metalurgia

Quatro décadas após a reforma, o lente apresenta-se bastante crítico da *Methodologia*, ou, por outras palavras, da organização do curso que na ausência de um sentido claro (*do particular ao geral*) rompia com a «[...] cadeia intelectual, e por força nascerão confusão e ideias falsas.». Significa isto que a estrutura do curso de filosofia, que na sua maioria era ainda resultado das introduções de 1771, estava então desconexo.

Ao contrário de 1771, onde a cadeira de história natural foi introduzida no segundo ano, em 1811, José Bonifácio de Andrada e Silva pedia uma mudança. Porquê? Segundo a sua *Methodologia*, o curso proposto por si deveria começar pela história natural. Em que consistia: «[...] deve ensinar pela observação e exames a conhecer individualmente os corpos naturaes, caracteriza-los, distingui-los, numera-los, e por fim a reduzi-los em grupos mais ou menos geraes, por meio de hua classificação verdadeiramente Philosophica, e quanto for possível, natural [...]»³⁷⁴.

Assim, não pedia que a cadeira de história natural transitasse para o primeiro ano (como podemos ver pela tabela 23). Esta deixaria de existir. E o que temos é já o resultado da emancipação de vários saberes anteriormente introduzidos nesta disciplina e que agora se autonomizavam, designadamente a zoologia e a botânica.

Simultaneamente, temos a química e a docimasia (esta última é de facto uma ideia nova, embora se nos reportarmos ao seu conteúdo, podemos relacioná-la com a química e, em parte,

³⁷⁴ O autor dá-nos uma divisão interessante. Não devíamos confundir a história natural com a história da natureza, a diferença estaria na abrangência, englobando a segunda a própria história natural. Esta, assim vista, não passaria de mais uma disciplina que permitiria o estudo da natureza, «[...] presupoem todos os conhecimentos scientificos individuaes, e geraes: e então indaga e abarca a totalidade dos phenomenos do Mundo sensível, e suas causas; e vem a ser, para me explicar assim, a Philosophia das Sceincias Naturaes. Esta sublime Sceincia não se aprende nas Aulas; he a meta a que deve dirigir-se o Philosopho consumado, depois de longos annos de estudo, e de profundas meditações.».

a filosofia experimental). Quanto à química, «[...] composição interna [dos corpos]; para conhecermos a sua natureza; e as Leis da Analyse e Synthese dos seus elementos.», duvidava o próprio autor do seu devido lugar («[...] deve ser ensinada ou depois da Historia Natural, ou simultaneamente com ella [...]»). Associou também este saber a física e a astronomia, apenas para referir que a química poderia ser lecionada após a física³⁷⁵. Assim, segundo a ideia do lente, teríamos a passagem do primeiro para o segundo ano do curso, sendo a disciplina de química central nesta transição.

A tabela 23 já nos mostra uma história natural dividida em três cadeiras, mas o autor afasta a mineralogia do primeiro ano, ou seja, da botânica e da zoologia. Qual a sua motivação? A primeira razão parece ser a própria química, e em segundo lugar, o conteúdo de mineralogia. Como vimos, enquanto disciplina de transição entre o primeiro e segundo ano, esta seria a base para melhor estudar a mineralogia. Por sua vez, a cadeira de física (no segundo ano) seria em parte uma continuação de métodos e abordagens que a química já começara no ano anterior.

Em segundo lugar, a mineralogia teria um objeto de estudo que mantinha uma correlação com a botânica e a zoologia. E o seu desenvolvimento já tinha demonstrado dissemelhanças suficientes para que o conteúdo fosse significativamente alterado. José Bonifácio de Andrada e Silva faz uma defesa bastante esclarecedora deste facto: «[...] mas como a Natureza para os Mineraes não seguiu o mesmo modo de formação, e de caracteres como nos Animaes e Vegetaes; por isso requer o seu ensino outra marcha [...]».

Entramos assim na área de eleição do autor. A mineralogia mereceu uma atenção redobrada, ocupando um papel de relevo neste novo curso. Em relação a 1772, temos claramente uma evolução do conteúdo desta matéria. Inicialmente deveria debruçar-se pela categorização dos produtos, agora, em 1811, já não é suficiente. Assim introduz o carácter multidisciplinar da mineralogia (o que seria outra das razões para a necessidade da sua autonomia):

«Para saber somente bem caracterizar, numerar, e classificar os Mineraes simples, quanto mais as rochas, matrizes, e betas, são precisas notas físicas e chímicas, alem das sensíveis [...] demais a Mineralogia há hua Sciencia que abraça, como disse diferentes doutrinas [...]»

³⁷⁵ A cadeira de física, para o autor, tinha um conteúdo bastante amplo e diverso: o seu objetivo era «[...] passarmos a considera-los como corpos em geral, para fazermos idêa do que he materia, suas diferenças, suas propriedades geraes, e as leis das causas e effeitos dos seus fenómenos [...]», mas, estes corpos a que o autor alude, variavam, «Também lhe compete indagar as propriedades geraes e propriamente físicas da Luz, Calorico, Electrecidade, Galvanismo, e Magnetismo.». Já a astronomia, aqui astronomia física, debruçava-se sobre as «Leis geraes da materia que ligaõ o nosso Globo ao Systema planetário, necessariamente entra no seu território [...]».

Como estudar esta ciência? Afasta-se da divisão de Abraham Gottlob Werner³⁷⁶ («[...] em Cryctognosia, Geognosia, Chimica Mineralogia, Geographia Mineral, e Mineralogia Economica [...]»). Apenas para propor uma divisão mais simples: «[...] isto he, em Sciencia Mineralogia de Observação e Sciencia Mineralogica de reflexão [...]». A primeira, a história natural dos minerais (próxima da definição de Werner) dividia-se na já referida *Cryctognosia*, geognosia e economia mineralógica. A segunda, denominada simplesmente de geologia, dividia-se em física do globo, arqueologia e (repetia) a geogonia³⁷⁷.

Na passagem do segundo para o terceiro ano, o autor mostra-nos uma mudança na génese das cadeiras que então propunha. Estas foram apelidadas de fundamentais/aplicativas e de execução. Com o fim do segundo ano, passaria a existir uma alteração, ou mais precisamente, o abandono de uma componente de caráter teórico em privilégio de uma abordagem mais prática. Assim, nas cadeiras fundamentais, «[...] p.^a dizer assim, preliminares, e de Theorica [...] experimentamos e observamos para bem theorizarmos; nestas deveremos primeiramente teorizar acertadamente, para depois melhor praticarmos e executarmos.». Finda esta etapa, deveria começar uma outra que onde a interação com novos produtos e novos ambientes deveria ser estimulada e promovida, «[...] he preciso em hua palavra saber bem manipular, o que so se aprende nas Officinas, nos campos, nas montanhas e nas minas. Assim não pode o seu estudo ser sedentário [...]»³⁷⁸.

A estrutura que nos oferece para a nova etapa do curso, mostra que passava a ter mais um ano de estudo, portanto, 5 anos³⁷⁹. A cadeira de agricultura mereceu uma atenção especial devido as características desta matéria. Porque as suas aulas práticas iriam coincidir entre maio e julho, coincidiam com a época das sementeiras. Pedia assim que houvesse uma fazenda em Coimbra onde estas fossem realizadas pelos docentes para os alunos assistirem.

Estas três últimas matérias, para além de preconizarem a componente prática do curso idealizado por José Bonifácio de Andrada e Silva, tinham algo mais em comum, em todas se deveria:

³⁷⁶ Geólogo e mineralogista alemão, é considerado um dos fundadores da mineralogia moderna. O seu trabalho foi fundamental para a separação da geologia e mineralogia enquanto ciências distintas, e desenvolveu várias teorias sobre a estratificação de rochas.

³⁷⁷ Nesta última excluía a química não porque não fosse importante, mas porque os alunos já deviam trazer este conhecimento do ano anterior.

³⁷⁸ E se para os alunos «[...] haja bons Jardins Botanicos, e Gabinetes de Historia Natural [...]» para escusar estas deslocações. Para os docentes estas viagens eram essenciais «[...] para adiantarem os seus conhecimentos, recolhendo, e publicando observações que fação honra á Nação, e a Universidade [...]».

³⁷⁹ Neste aspeto o autor é bem claro: «Exigirá por acaso o seu ensino mais tempo do que o estudo da Natureza imensa, e suas vastíssimas applicações? Será menos util e necessario o adiantamento da Faculdade de Philosophica? Não creio que homem algum de bom senso no seculo 19.^a ouse affirmar hum tal absurdo [...]».

«[...] explicar a Economia tanto particular, como politica dos ramos das suas respectivas doutrinas”. Desta forma não seria necessário incluir uma Cadeira própria de Economia, “cujos conhecimentos são indispensáveis a todos os que se empregam em qualquer ramo de administração tanto publica como particular.»³⁸⁰.

Outro assunto que mereceu destaque neste plano foram os custos deste novo curso, que segundo o mesmo seria de 1.400\$000 reais. Este particular mereceu uma discussão longa com a fazenda da Universidade que entendia que estas alterações eram insuportáveis para a Universidade. Por sua vez, o Colégio das Artes e a sua oferta propedêutica deveria ser também revista, no momento atual não conseguia preparar com a qualidade requerida. Já para o curso de filosofia, outro assunto ganhou maior importância, as saídas profissionais (ponto que é uma novidade em relação aos planos consultados, tanto para Salamanca como para Coimbra, a exceção dos estatutos).

O sucesso de qualquer curso de filosofia que quisesse atrair alunos teria de ter em conta que estes podiam alcançar «[...] empregos lucrativos e honrosos, a que possa legalmente aspirar.». Desta forma, o autor deixou uma extensa lista com várias posições, maioritariamente, na área da indústria, administração e comércio³⁸¹.

Concluindo, os planos aqui apresentados são bastante diversos. Apenas o último, de José Bonifácio de Andrada e Silva, representou uma rutura com o curso em atividade. O plano apresentado no mesmo ano, mas pelo General Thiébauld para Salamanca, era muito similar aquela que seria já a realidade para os estudantes de filosofia. Quanto à introdução de cadeiras que estudassem a natureza e os seus produtos, não parece ter existido um reforço para o caso de Salamanca. Com a entrada em vigor com o plano de 1807, várias foram as introduções e nenhum plano não aplicado procurou melhorar esta situação. Quanto a Coimbra, partimos de um fundo diferente, em 1772 o novo curso de filosofia trouxe mudanças muito significativas que foram reforçadas após 1800. Assim, a proposta do lente de metalurgia vem apenas trazer algumas novidades em termos de currículo. Não tanto nas várias cadeiras que resultaram da fragmentação da história natural, embora aí nos desse um conteúdo um pouco diferente (principalmente a cadeira de tecnologia e a necessidade de ensinar economia). Por sua vez,

³⁸⁰ Ligada à formação da administração e finanças públicas, demonstra também algo que começava a ter impacto no Sul da Europa, falamos assim da economia política enquanto ciência. Presente nos centros de ensino e estendendo as relações entre o comércio e a produção.

³⁸¹ A título de exemplo, deixamos as seguintes: «Deputados das Mezas de Inspeção do Assucar no Ultramar [...] D.^{os} de estradas, agricultura, e bemfeitorias publicas das Comarcas [...] Inspectores de minas, fundições, e fabricas metálicas no Reino, e Ultramar [...] Juizes da balança das cazas de Moeda [...] Juiz da meza do marco dos navios do Senado [...]».

podemos concluir que a grande novidade estaria nas preocupações com a colocação destes estudantes no trajeto pós-acadêmico.

Capítulo V

Docentes e compêndios

A carreira docente num período de mudança

Ao longo deste trabalho temos destacado o papel dos docentes em Coimbra e Salamanca. Desde os primórdios das reformas até ao fim do período em análise, estes desempenharam um papel essencial. Analisando a carreira docente numa perspetiva longa, é possível apresentar alguns momentos importantes e que perduraram até ao período aqui em estudo³⁸².

Verger (1996) mostra-nos que para o período medieval o corpo docente era bastante heterogéneo. A própria terminologia latina era bastante diversa, mas muito semelhante no seu significado: *magister* (mestre), *doctor* (doutor) e *professor* (professor) (Gutek 1995).

Durante este período assistimos ao despertar de um fenómeno importante (em graus distintos) e que se traduziu no aparecimento gradual de um «[...] grupo de regentes genuinamente profissionais [...]» (Verger 1996, 147; Verger 1985). Falamos assim do docente ordinário e extraordinário (Cobban 1999). Os primeiros eram o grupo principal, mais importante e influente dentro da instituição, lecionavam os textos principais (ordinários) com uma maior profundidade. O poder e influência deste grupo foi crescendo consideravelmente dentro das Universidades, embora nunca tivessem de facto conseguido um controlo absoluto da instituição. Simultaneamente, ocupavam os cargos administrativos (Barquín Álvarez 2015) e usufruíam de uma posição financeiramente bastante mais favorável (Verger 1996b, 150–53; Parra Sandoval 2008; Post 1932)³⁸³.

Os docentes extraordinários, uma categoria mais vaga, mantinham uma posição de menor importância. Asseguravam as cadeiras financeiramente menos favoráveis, ensinavam os textos menos importantes³⁸⁴.

³⁸² Para o período medieval, recorremos principalmente ao trabalho de Verger (1996), embora, destacamos também obras de referência como (Gabriel 1974; Le Bras 1947; Post 1932; Verger 1985). Mas, para uma abordagem mais geral e resumida ver (Dauvillier 1959).

³⁸³ Para uma melhor compreensão das metodologias e estratégias de ensino ver a tabela apresentada por Buenestado Fernández, intitulada *Metodologías o estrategias didácticas empleadas en las diferentes titulaciones o facultades en el Medioevo* (2019, 34). Mas também (Villa Prieto 2017).

³⁸⁴ Para o mesmo período, a historiografia destacou também a importância dos regentes dos colégios.

Para além destas diferenças, a importância de cada faculdade também era determinante para a hierarquia docente (Bernstein 2000)³⁸⁵.

Neste período destacamos também a conflitualidade dentro do corpo docente, mas também como observamos para períodos posteriores, vemos que a norma estatutária impunha um controlo rígido sobre a atividade docente. O caso de Bolonha é bem ilustrativo desta tendência (Bellomo 1979). A sua importância social era bastante modesta, e a melhor forma de alcançar uma carreira de sucesso era mesmo fora dos limites universitários.

Para Verger, outra das características foi o descontentamento persistente da classe docente. Esta situação deveu-se à insatisfação relacionada com os baixos rendimentos, a falta de importância social e à consciência da «[...] crise da pedagogia universitária tradicional [...]» (1996, 166). A consequência visível foi a ideia de que seria impossível a realização de qualquer tipo de reforma. A *fadiga* incutida por esta situação levou à procura por centros alternativos como os tribunais e as chancelarias (idem). Para além disso, a responsabilidade social primordial dos docentes estava na melhoria da instrução das elites civis e eclesiásticas, dentro da ortodoxia vigente (Carañana 2012).

Atualmente parece difícil discordar com a ideia de que foi nas Universidades medievais que surgiu o *professor*, como entendemos hoje, embora muitas das disciplinas estivessem entregues a docentes em situação provisória.

Buenestado Fernández entende que as novas ideias sobre a função docente chegaram com o humanismo, «[...] supuso una crisis en la identidad profesional del profesorado universitario.» (2019, 37; Campana 1946), ideia partilhada por Bushnell (1996). A época moderna marca uma crise na prática docente, um confronto entre os antigos e novos postulados.

Brockliss dá-nos (2002) uma ideia resumida do procedimento usado nas salas de aula neste período: iniciavam-se com a leitura de um texto da autoria de uma autoridade enquanto os alunos tiravam notas, de seguida o docente interpretava o texto, opinando sobre as suas ideias chave e, por fim, iniciavam-se as questões onde o professor podia comprovar o conhecimento dos alunos. Nauert (2006) denominou este sistema de *formação informal*. A componente mais prática, que vem alterar este modelo, beneficia de introduções pioneiras nas faculdades médicas (Romero y Huesca et al. 2006).

É no século XV que começamos a assistir a mudanças, mas é apenas no século seguinte que o sistema medieval acaba por ser definitivamente substituído. Alterações económicas,

³⁸⁵ Para uma melhor compreensão da classe docente ver o esquema apresentado por Buenestado Fernández, intitulada *Principales diferencias entre las categorías profesionales del profesorado universitario en la Edad Media* (2019, 32).

religiosas e políticas transformaram o método de ensino e levou à diversificação do professorado (Vandermeersch 2002, 201)³⁸⁶.

A primeira mudança refere-se ao aparecimento do substituto (ver o caso de Oxford). Simultaneamente (Curtis 1959), surge a necessidade de criar o cargo de docente permanente e remunerado. Este movimento foi gradual e tinha como objetivo assegurar aulas públicas e dotar docentes com vencimentos permanentes. Inicialmente em Itália ainda no século XIV, e no resto da Europa durante o século XV. A última alteração ocorre já nos colégios universitários, onde o sistema de ensino começa a ser melhorado. Para Vandermeersch os docentes permanentes e o ensino nos colégios foram processos convergentes. Estas modificações foram principalmente patentes nas Universidades inglesas (2002, 203).

Este sentimento de mudança alcançou as restantes Universidades europeias. Passamos a identificar «[...] professores, doutores ou lectores [...]» que tinham salários, privilégios, deveres, tarefas e responsabilidades diferentes (idem 203)³⁸⁷. Na prática, continuávamos a ter um grupo hierarquicamente superior, mas a grande mudança estava na expansão de posições inferiores. As tipologias são diversas. Em cada Universidade existia um grupo restrito de docentes em funções permanentes e com maior influência, os professores regentes (doutores), que lecionavam e desempenhavam funções administrativas. E mantinham um maior controlo em questões como os programas de ensino, exames, disputas, entre outros. Por outras palavras, era uma posição bastante ambicionada. Logo de seguida encontrávamos os professores regentes com qualificações diversas: docentes, mestres, licenciados, bacharéis e candidatos a carreira docente, garantiam a assistência necessária ao grupo principal e o seu financiamento provinha das lições particulares³⁸⁸.

Vandermeersch apresenta-nos ainda um terceiro grupo de docentes, os professores *regii* ou *caesarii*, eram nomeados e pagos pelo monarca (idem 203, ver nota 5). Para o espaço europeu destacamos também os docentes honorários pertencentes a grupos religiosos, políticos, literários e científicos³⁸⁹.

³⁸⁶ O sistema de mestres regentes perde espaço para outras formas distintas. Vandermeersch (idem 202) refere que este sistema beneficiava de uma capacidade de renovação do corpo docente a um custo baixo. Em contrapartida, obrigava a uma residência perlongada dos estudantes restringindo o recrutamento de docentes externos mais qualificados.

³⁸⁷ Para as tipologias mais recorrentes dos docentes neste período, ver (Buenestado Fernández 2019, 41, tabela 3 intitulada *Principales categorías profesionales en la Edad Moderna*).

³⁸⁸ Destacamos também outras tipologias: professores *ordinarii* e *non ordinarii* (ou *extraordinarii*). Os primeiros lecionavam em horas estabelecidas, de manhã, e estavam encarregues das disciplinas mais importantes. Os *non ordinarii* mantinham uma posição menor (Vandermeersch 2002, 203).

³⁸⁹ Para o período posterior a 1770 ver, principalmente (Julia 1981).

No sul da Europa, a classe docente não era muito distinta dos traços que aqui apresentamos. Em Itália e Espanha os professores que detinham as cátedras maiores (ensinadas durante a manhã) eram o grupo mais importante, com mais direitos e rendimentos. Os restantes eram responsáveis pelas cátedras menores, ensinavam pela tarde e, em regra, eram mais jovens, ainda em início de carreira.

Para Coimbra, a diferença no seio do professorado advinha da nomenclatura das cadeiras (ver Fonseca 1995, 427–42). Cada faculdade estabelecia uma graduação contínua, com salário e dignidades distintas. Esta divisão resultava do facto de existirem cadeiras maiores e menores (catedrilhas), tal como cadeiras de prima (leccionadas à primeira hora) e de véspera (na última hora). Estas duas eram as cadeiras principais. Os lentes proprietários realizavam um percurso ascendente e com os estatutos de 1597, foi definida a posição do condutário. Marcava o início da carreira docente, incluía já um vencimento e ficava a cargo das substituições. Simultaneamente, tínhamos também os opositores, candidatos à docência, mas sem remuneração.

Para o período aqui em estudo, assistimos já a um considerável número de cargos, principalmente nas cadeiras práticas (simultaneamente, no decurso da reforma, o modo de progressão muda substancialmente – ver alvará de 1 de dezembro de 1804, a título de exemplo). Como exemplo, podemos apresentar o caso da cadeira de física experimental, na tabela seguinte (24). De 1778 até 1830, identificamos doze docentes, em início de carreira, que desempenharam funções de demonstrador, substituto interino, substituto extraordinário e substituto. Como foi o caso de Teotónio José de Figueiredo Brandão, que manteve a posição de substituto entre 1778 até 1789, ou de Francisco António Ribeiro de Paiva que acumulou a função de substituto interino e demonstrador. A posição de demonstrador estava principalmente ligada às demonstrações práticas realizadas em laboratório, auxiliando o docente principal.

Tipologia de docentes na Universidade de Coimbra

Tabela 24: Demonstradores, substitutos e substitutos extraordinários da cadeira de física experimental da faculdade de filosofia da Universidade de Coimbra³⁹⁰.

nome	formação	faculdade	cadeira	condição	período
Teotónio José de Figueiredo Brandão	filosofia e medicina	filosofia	física experimental	substituto extraordinário (1º) substituto (1º) substituto	1778-1784 1784-1786 1788-1789
Joaquim Veloso de Miranda	cânones, matemática e filosofia	filosofia	física experimental	substituto interino/demonstrador	1779-1780
Constantino António Botelho de Lacerda Lobo	filosofia, matemática e leis	filosofia	física experimental	demonstrador substituto extraordinário	1781-1783 1784-1789
Manuel José Baptista Barjona	-----	filosofia	física experimental	(2º) substituto (2º) substituto	1791-1801 1801-1802
João António Monteiro	filosofia e medicina	filosofia	física experimental	substituto extraordinário	1796-1801
Francisco António Ribeiro de Paiva	filosofia, matemática e medicina	filosofia	física experimental	substituto interino/demonstrador	1780-1783
Luís António de Sampaio Morais e Silva	filosofia e matemática	filosofia	física experimental	demonstrador	1791-1795
Paulino de Nola Oliveira e Sousa	teologia e filosofia	filosofia	física experimental	substituto extraordinário	1793-1794

³⁹⁰ Para a Universidade de Coimbra, elaboramos esta e as seguintes tabelas relativas aos docentes, a partir da obra *Memoria professorum Universitatis Conimbrigenis* (Rodrigues 1992).

Francisco Manuel de Brito Caldas	filosofia, matemática e medicina	filosofia	física experimental	substituto	1801-1807
José Homem de Figueiredo Freire	matemática, filosofia e medicina	filosofia	física experimental	demonstrador	1807-1811
Joaquim Franco da Silva	medicina e filosofia	filosofia	física experimental	demonstrador	1812-1818
José Joaquim Barbosa	filosofia e matemática	filosofia	física experimental	demonstrador (4°) substituto	1822 1822-1830

Nem todos alcançavam a carreira de docente, abandonando a Universidade para outras carreiras. Por sua vez, este era o início necessário. O caso de Paulino de Nola Oliveira e Sousa pode ser exemplificativo³⁹¹. Inicia funções em filosofia, mais precisamente em física experimental, de 1793 até 1794, enquanto substituto extraordinário. No ano seguinte passa a demonstrador em química, e a partir de 1796 é já substituto, onde se mantém até 1822. Simultaneamente, desempenha também funções de demonstrador e substituto de metalurgia de 1801 até 1822, quando passa ao nível seguinte. Passa a lente de química e de metalurgia, onde permanece até 1830.

Tal como para o período medieval, o principal foco de atração de estudantes era a reputação dos docentes (Vandermeersch 2002, 207–8). Invariavelmente, esta questão leva-nos para a liberdade e a iniciativa de cada docente. Neste aspeto destacamos três realidades: 1) o caso francês, marcado por uma maior liberdade do corpo docente, 2) um controlo mais apertado, onde existiam obrigações precisas relativas ao ensino de determinadas matérias, durante um período estabelecido (Duncan 1986), 3) em algumas Universidades, determinadas cátedras não estavam completamente definidas, ficando o seu ensino totalmente dependente dos docentes. A regulamentação desta profissão foi sendo cada vez maior, «[...] os assuntos e os métodos de ensino eram sujeitos a todo o género de regulamentações [...]» (Vandermeersch 2002, 208), e os casos em estudo são representativos desta prática.

Na resposta do Fiscal de 1771, temos uma descrição detalhada do conteúdo do curso de artes e filosofia. As matérias estavam definidas, por sua vez, as obras a usar, também «[...] el primer año explicaron Logica, expliquen Methafísica en el segundo; y en el terceiro la Física [...] se estudie por el Goudin [...]» (Addy 1966, 317). O papel e a autonomia do docente ficaram assim bastante limitados, mas esta tendência manteve-se até bem tarde. Se avançarmos para 1807, e nos determos com a faculdade de medicina, identificamos outro exemplo claro: conteúdos, livros e mesmo a ordem das cadeiras estavam pré-estabelecidas (idem 374 e ss.). Coimbra não foi exceção, os seus estatutos profundamente descritivos demonstram a mesma realidade.

Outra questão bastante debatida nas regulamentações universitárias durante o período moderno, foi a questão da assiduidade. Nesse sentido, Vandermeersch apelida o corpo docente de *reserva de talentos* das autoridades eclesiásticas e governamentais. Na prática traduzia-se na ausência, muitas vezes prolongada, de muitos dos seus docentes (2002, 208). Para realçar esta ideia apresentada pelo autor, podíamos apresentar vários casos, mas um parece ser bem

³⁹¹ O trajeto deste e outros docentes, esta patente nas várias tabelas em anexo.

exemplificativo, o de José Bonifácio de Andrada e Silva. Escolhido para metalurgia devido aos seus conhecimentos nesta matéria, é pouco depois indicado como Intendente Geral das Minas e Metais do Reino, atividade que resulta na sua ausência enquanto docente durante alguns anos³⁹². Nesta ausência, a cadeira acaba por ser inicialmente assegurada por substitutos e mais tarde por outros docentes (ver em anexo a tabela, *Docentes da cadeira de Metalurgia da faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra*). Esta *função social* dos docentes, como lhe chamou Vandermeersch, acaba por causar instabilidade. Nesse sentido, desde muito cedo surgiram diversas iniciativas legislativas (ver o caso de Tubinga) que procuraram resolver este problema, embora, com resultados modestos. As autoridades continuavam a beneficiar da *expertise* destes especialistas num vasto número de questões.

Outra questão importante relativamente aos docentes, diz respeito às estratégias de nomeação, exemplo evidente do processo de interferência estatal. Destacamos assim três sistemas então em vigor: 1) os docentes eram selecionados pela faculdade, sendo o caso francês um bom exemplo (Brockliss 1987, 39 e ss.), 2) selecionados pela totalidade da comunidade universitária, 3) por fim, outra modalidade recorrente era a nomeação a cargo dos representantes do poder central (Ministros, Monarcas) (Vandermeersch 2002, 210; Engel 1974, 305–6)³⁹³.

Focando agora a nossa análise nos casos em estudo, a evolução foi a seguinte. Para Espanha tínhamos as *oposiciones*. Após o anúncio público das vagas, os candidatos teriam de preparar um texto previamente acordado. A escolha do vencedor era da responsabilidade da comunidade universitária. Depois de várias queixas, a situação foi alterada em 1641 quando o Conselho passa a selecionar os docentes. Para a segunda metade do século XVIII abundam processos de nomeação, indispensáveis para estudar esta classe (por exemplo, usados neste trabalho, os *Libros de Procesos de Cátedras* de 1771, 1776, 1779 e 1782). Mas vamos a um exemplo concreto, de Fr. Pedro Madariaga que ocupou a cátedra de filosofia experimental de 1775 até 1790 (ou 1797), até ser substituído por Ramón Salas (Rodríguez Domínguez 1979, 111).

³⁹² (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Consultas do Concelho de Decanos da Universidade de Coimbra, 1779-1831, Mç 517. Cx. 643).

³⁹³ Existiam também instituições onde estas modalidades funcionavam simultaneamente. Outro facto interessante deve-se aos requisitos para a nomeação. Ao contrário do que seria de esperar, o grau de doutoramento não foi condição necessária. Em Portugal e Espanha, o bacharelato era suficiente, embora existissem regras adicionais que obrigavam a que no prazo máximo de um ano à obtenção do grau de licenciado ou de doutor (Kagan 1974a). Nas faculdades de direito e teologia de Lovaina, dos 339 docentes (1501-1797) 30,7% (104) tinham o grau antes da nomeação e 30,4% (103) obtiveram após a sua nomeação. E 39,9% nunca obtiveram o grau de doutor (Vandermeersch 2002, 210 ver nota 20, 22 e 23). Dos 59 docentes de direito das Universidades francesas (1679-1793) 21 nunca o concluíram (Chêne 1982, 109). Outro exemplo significativo foi o caso de Pavia, ver (Zorzolli 1986).

Os candidatos eram apresentados ao conselho de Castela, nestes pareceres seguiam uma ampla lista de candidatos com dois tipos de informação. Primeiro, sobre os candidatos: origem, formação, situação atual, cadeiras que ocupou e em que condição. E em segundo, o parecer da Universidade sobre o candidato da sua preferência. Na cadeira de filosofia experimental, temos o exemplo do processo de nomeação de 1771. Fr. Fabian Rodriguez falece nesse mesmo ano, deixando uma vaga que o Fiscal preencheu nomeando Juan de Medina (que também ele faleceu nesse mesmo ano). Esta situação causou um atraso significativo no novo processo de escolha. Em seu lugar acaba por ser escolhido Fr. Pedro Madariaga na condição de substituto. Apenas em 1775 é que voltou a surgir novo concurso, por insistência da Universidade. E Madariaga mantém-se à frente da cadeira, mas a partir de então como lente³⁹⁴. Através desta fonte podemos ver que a escolha em 1771, não resultou da escolha do Fiscal, mas sim da Universidade pela circunstância que já vimos. Embora a primeira prática fosse a mais recorrente.

Em Coimbra, as mudanças também resultaram de um período de clara insatisfação com o método de provimento (como estudos mais sistemáticos ver, Fonseca 1995; 1997; Rodrigues 1992; 2003). A partir de 1654 os estudantes deixaram de fazer parte do processo de nomeação, passando a Universidade a remeter pareceres individuais para a Mesa da Consciência. Após consulta do Monarca, o candidato seria escolhido. A nomeação passava então a estar cada vez mais dependente do poder central (no século XVIII, do Ministério do Reino). Este processo foi visível em todas as instituições universitárias europeias, estes tiveram de aceitar «[...] a crescente interferência governamental nas suas nomeações.» (Vandermeersch 2002, 212).

De uma forma geral, as linhas que caracterizaram o grupo docente para o período de 1500 até 1800 foram: a laicização³⁹⁵, o controlo governamental, a influência social e familiar³⁹⁶, o corporativismo e regionalização³⁹⁷ (idem 212).

A questão da intervenção estatal tem vindo a ser bastante debatida. E se os docentes beneficiaram deste processo, a verdade é que isto se deu através da redução da liberdade individual e da própria ideia de corporação, cada vez mais sacrificada (idem 214). Enquanto funcionário público, a sua função passava a estar limitada e os seus vencimentos e privilégios

³⁹⁴ (Archivo Historico Nacional (AHN), Consejos, Universidades, Legajos 5460-nº13).

³⁹⁵ Realçamos a importância que este processo acarretou para a melhoria significativa da posição social e económica dos docentes (Roggero 1981; C. McClelland 1980).

³⁹⁶ A endogamia e as dinastias académicas foram um obstáculo difícil de superar. Para Vandermeersch, a Universidade dos séculos XVII e XVIII, «[...] tinham realmente começado a ficar doentes graças à «procriação por endogamia.»» (2002, 218). Com a Universidade de Turim antes de 1727, a ser um bom exemplo.

³⁹⁷ O internacionalismo medieval foi terminado pela endogamia, nepotismo, mas também pela situação internacional, política e religiosa. No final do século XVIII, assistimos já a uma maior atenção a uma pertença nacional. Também havia exemplos contrários a esta linha. Por exemplo, em Ingolstadt (1472-1625) um quarto dos docentes eram estrangeiros. Em Pavia (1499-1699), dos 117 docentes, 69 eram nascidos no ducado e 39 eram estrangeiros (Kagan 1986; Turner 1974, 508-9).

passaram a estar garantidos pelo poder central. Ainda assim, podemos avançar algumas exceções: 1) as faculdades, apesar de limitadas, conseguiram manter alguma influência, mesmo nas nomeações, 2) esta intervenção acaba por definir padrões de qualidade (idem 215).

No século XVIII assistimos também, com maior importância, a um processo que acaba por ter maior impacto no período posterior. Falamos assim da «[...] tendência crescente para a especialização dos professores.» (idem 230). Acontece como consequência da expansão das várias ciências, levando à necessidade dos docentes se especializarem em domínios concretos. Este processo foi especialmente significativo em Universidades com recursos financeiros mais abundantes. Por sua vez, também não significou que os professores não mudassem de cadeiras com alguma regularidade durante o seu percurso.

Em Espanha, a partir de 1771, as posições vitalícias passam a regências de curto prazo³⁹⁸. Em muitas Universidades, os docentes iniciavam o seu percurso em cadeiras menores, muitas vezes nas faculdades de artes até ascenderem para as cadeiras mais importantes (sistema de ascenso). Muitas vezes, os docentes eram promovidos em função do tempo e não tanto do mérito. Coimbra manteve um sistema misto (ascenso e concurso) mas é também um caso interessante desta progressão interna³⁹⁹. Se analisarmos as várias tabelas em anexo, e se nos focarmos nas cadeiras de filosofia identificamos um grupo de docentes bastante restrito que acaba por se suceder nas várias disciplinas. Para uma melhor compreensão, vejamos alguns exemplos. Tomé Rodrigues Sobral inicia o seu percurso como demonstrador de história natural, e quando é promovido a lente, fica encarregue de química e metalurgia. Joaquim Franco da Silva é outro exemplo: começa como demonstrador de física experimental, depois de química e substituto em metalurgia e, por fim, lente de química.

A partir do século XIX, e como Klinge referiu:

«[...] the new chairs meant a profound change in the fields of knowledge towards systematization and specialization of all kinds of science, and in most cases, a growing research-orientated concept of the role of the university teacher, particularly of the professor.» (2004, 129).

³⁹⁸ Por exemplo, em Ingolstadt (1472-1625), 29 % dos docentes de direito permaneceram em funções por mais de uma década: 17% lecionaram por um ano, 22% entre um e três anos, 13% entre três a seis e 20% entre seis a dez (Vandermeersch 2002, 231 ver nota 80).

³⁹⁹ Fonseca já mostrou que a jubilação era alcançada após duas décadas de regência numa cadeira maior. De 1700 até 1771 em 188 docentes, a duração média desta carreira foi de 14 anos para teologia e leis, 17 em cânones e 27,5 para medicina (1995, 447).

Desta forma, e como já vinha a suceder no período anterior, as matérias deixavam de estar dependentes de um só docente, possibilitando a comunicação e a cooperação. Como consequência, um fenómeno assinalável do século XIX foi: «[...] inter-university and international congress, mainly in the field of the natural sciences and, by the turn of the century, in the most central fields of knowledge.» (idem 130). Outro fator importante para conseguirmos compreender esta mudança de cadeiras, foi a lógica da procura por um rendimento melhor, de tal forma que «[...] durante a idade moderna, em geral, a vida professoral tinha-se tornado uma «carreira» (no sentido atribuído pelo século XIX) só para aqueles académicos que olhavam para o ensino como uma ocupação integral.» (Vandermeersch 2002, 232 e 234; Turner 1974)⁴⁰⁰.

Assim, podemos dividir as atitudes dos docentes em relação à sua função, em dois grupos. O primeiro, daqueles que perspetivavam a sua profissão como uma carreira, que progrediam na sua Universidade ou viajavam para outras instituições. Podemos afirmar que existia um grupo considerável de indivíduos que viam nesta atividade uma profissão para a vida⁴⁰¹. Na nossa pesquisa, deparamo-nos com vários casos exemplificativos. Vejamos apenas um exemplo, o de José Miguel Recacho Álvarez (*Acta Salmanticensia: Historia de la Universidad* 1974, 25:120, 143 e 253). Foi catedrático da faculdade de medicina, onde se manteve durante mais de quatro décadas, entre 1782 e 1816 (Esperabé Artega 1917, 1:688–89). Durante este período dedicou-se principalmente à cadeira de física experimental (desde 1783) até ao fim da sua carreira.

Apesar disto (entrando agora no segundo grupo), a carreira docente em finais do século XVIII ainda não estava totalmente desenvolvida. Era ainda considerada uma etapa de transição dependente do valor dos rendimentos e do número de matrículas, donde muitas vezes resultava o *êxodo* dos docentes (Kagan 1974a, 156–57).

No início do século XIX, as Universidades ainda eram vistas como parte do mundo eclesiástico e os seus docentes como membros de certas ordens (religiosas, legal, médica), «[...] universities preserved their corporate and autonomous character in relation to the state. This

⁴⁰⁰ Alguns números podem ajudar a compreender esta realidade que plasma bem a interação entre a Universidade e o mundo profissional, mas também com outras instituições de ensino superior. Após 1648, 71 dos docentes contratados pela Universidade holandesa de Harderwijk, 22 já tinham lecionado em outras Universidades. Para além disso, foram também contratados 11 ex-advogados, 12 Reitores de escolas de latim e 15 médicos. Nas faculdades de direito do sul de França, entre 1681 e 1793, 61% dos docentes contratados vieram de outras atividades, fora da Universidade (Chêne 1982, 59).

⁴⁰¹ Na Universidade de Franeker (sitiada na Holanda), entre 1585 e 1811, os valores são os seguintes: 12,3% dos 177 docentes deixaram a docência para se dedicar a outras funções, 43 docentes mantiveram a sua profissão, embora noutra Universidade. Concluindo, no total 88% consideravam a sua atividade como uma carreira e 66% permaneceram naquela instituição (Vandermeersch 2002, 232 ver nota 82). Mas outros exemplos podemos apresentar. Brockliss mostra-nos o caso de vários docentes em funções em França que mantiveram carreiras longas, muitas vezes, por mais de três décadas (Brockliss 1987, 46).

relation had certainly changed in many parts of Europe [...] the university was generally still regarded as a corporation, mainly of professors, with their students.» (Klinge 2004, 124). O autor mostra-nos também que na realidade, uma outra mudança estava já a ocorrer, «[...] in the position, self-awareness and status of the professors and other teachers all over Europe.».

McCulloch (1991), refere também que para o século XIX, a imagem pública dos docentes era a de um intelectual. Para McClelland (2017), a maior diferença estava na nova condição dos docentes enquanto funcionários públicos. Já para Altbach e Salmi (2011), a liberdade e autonomia fez com que os docentes adotassem métodos e práticas diversas. Mas as mudanças que ocorreram neste período, parecem ter resultado principalmente da auto-consciencialização destes profissionais, que se materializou de duas formas.

Nas Universidades situadas em aglomerados urbanos mais densos (e também nas capitais), a separação desta imagem mais ligada à Igreja e às entidades episcopais, sofre um corte mais radical. O fim das rendas originárias de privilégios e da posse de terra, deu lugar às transferências provenientes do financiamento régio e, simultaneamente, assistimos ao fim da formação de oficiais para a Igreja para a (cada vez mais importante) formação para servir os governos. Neste contexto, os docentes aproximaram-se do poder central, afastando-se de uma identidade corporativa. Privilegiando também as suas funções e ligações fora dos limites universitários.

A conflitualidade entre este grupo e o seu homólogo foi evidente, com diferenças de mentalidade distintas. Este segundo grupo, situava-se nas Universidades mais antigas, em centros urbanos menos populosos e com ligações mais evidentes ao mundo eclesiástico. E acabaram mesmo por desenvolver uma «[...] semi-romantic Arcadian aura outsider the hard life of the capitals.» (Klinge 2004, 125).

Os critérios chave para percebermos esta classe profissional para o século XIX, apesar das divergências que assinalamos, são a burocratização e politização da sociedade «[...] the great period of civic participation, in which the universities, students and especially the professors, played a considerable role.» (idem 127)⁴⁰². Como Anderson referiu, o período anterior a 1848, foi representativo do ativismo político dos docentes «[...] spokesmen for the developing forces of liberalism and nationalism.» (2004, 66)⁴⁰³.

⁴⁰² De uma forma ainda mais clara, «Bureaucratization means introducing or strengthening 'functional' competencies, competence hierarchies, professional training, professional discipline and legalistic identification in contrast to a feudal and hereditary organization in the public service.» (idem 127).

⁴⁰³ Um exemplo desta tendência foi o caso francês, ver (Spitzer 1987).

Sublinhando Arendt, o docente na época moderna passou, entre outras coisas, a *vita activa* (2002).

O docente investigador

É impossível falar nos compêndios no âmbito destas reformas sem entendermos o papel do professorado, devido a duas razões: 1) pretendia-se uma nova mentalidade (Costa e Marcos 2014, 117) para os docentes onde se incluía a realização dos próprios compêndios e, 2) porque as novas obras sugeridas pelos sucessivos planos teriam nos docentes um interlocutor privilegiado, eram estes que teriam que lecionar nova matéria e novos métodos.

No livro III dos estatutos da Universidade de Coimbra, respetivo a cadeira de física experimental, temos uma passagem bastante interessante: «O principal fruto das Experiencias, em que se deve empenhar o Professor, he descubrir as Leis geraes, que segue a Natureza nas suas operações [...]»⁴⁰⁴. Para além do conteúdo desta cadeira, que já discutimos acima, que outras conclusões podemos retirar desta passagem? A meu ver, constatamos o apelo a uma mudança no papel do docente. Principalmente em matérias aplicadas, procurava incluir uma componente mais prática onde se deviam inserir a realização de experiências e, não menos importante, a composição de compêndios. Esta associação entre estas duas novas facetas é essencial, porque na mente dos reformadores eram tão importantes como o ensino, o que nos leva já para uma aproximação clara com o docente investigador, característico do modelo alemão. Segundo o próprio Reitor da Universidade de Coimbra, Francisco de Lemos, os docentes das faculdades de filosofia e de matemática deviam ser, simultaneamente, mestres e inventores (Araújo 2014, 45).

Nos próprios estatutos, a obrigação de redigir compêndios era bem clara, mas esta prática era também já bem antiga. Gabriel (1974) já demonstrou para o período medieval que cada mestre dispunha dos livros necessários à sua disciplina, por onde preparava as suas lições. Para além disso, os docentes que mais se destacaram nas suas áreas, redigiam os seus próprios textos que depois de apresentados e debatidos eram cedidos aos alunos (Buchbinder 2012). Os docentes alimentavam a busca de conhecimentos que se aproximassem cada vez mais da verdade através de processos científicos, e encaravam esta procura como uma função importante. Embora não fosse um traço determinante (Scott 2006), esta função estava mais ligada e limitada pela ortodoxia, dogmas e pela sua dependência económica da Igreja (idem).

⁴⁰⁴ (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972, Livro III: Cursos das sciencias naturaes e filosoficas:246).

Para Buenestado Fernández, no período moderno, assistimos com uma maior intensidade à necessidade de colocar o conhecimento ao serviço da sociedade (2019, 38). Campana (1946), realça também esta ideia. E acrescenta-lhe a necessidade de publicar, como forma de divulgação de conhecimento. Mas tal como no período anterior, esta função *chocaba* com os mesmos compromissos eclesiásticos (Buenestado Fernández 2019, 38; Ijsewijn e Paquet 1978).

No capítulo II avançamos já com algumas ideias sobre o debate relativo à participação das Universidades nos avanços científicos dos séculos XVI e XVII, onde a questão que aqui abordamos se insere. Como vimos, foi possível apresentar várias exceções e este grau de entrega às funções mais ligadas à investigação foi variável (de instituição para instituição e de docente para docente (Turner 1974)).

Vandermeersch (2002, 205–7) mostra-nos que esta discussão é já bastante antiga no mundo universitário. Iniciada no espaço geográfico alemão e, de uma forma bastante genérica, opunha os defensores do ensino contra os defensores da erudição. Esta disputa abriu caminho a discussão relativa aos deveres (mais abrangentes) dos docentes. A título de exemplo, Christoph Martin Wieland (autor e poeta alemão) defendeu convictamente a publicação como uma obrigação dos docentes:

«O trabalho de publicar encontra-se por si só entre as actividades de um homem erudito e é tanto mais adequado ao professor quanto é por causa desta actividade que ele tem a oportunidade de se tornar conhecido no estrangeiro e assim promover a honra da Universidade.» (cit. in Vandermeersch 2002, 206, ver nota 9; Turner 1974, 519 nota 8).

Mas, como referimos, apesar desta consciencialização cada vez mais evidente, o resultado foi variável, e apenas se sistematiza com o final do século XVIII. Sendo uma questão que durante muito tempo esteve dependente de percepções pessoais sobre a sua própria atividade, Brockliss refere que para muitos docentes a disseminação de conhecimento não era suficiente, era também necessário acrescentar algo à sua disciplina (1987, 45–46).

R. Steven Turner, no seu estudo sobre as Universidades alemãs no século XVIII, verificou que as publicações eram de facto importantes para quem desejasse construir uma carreira (1974, 515–28). Gotinga destacava-se de outras Universidades como Rostock ou Friburgo, onde o número de publicações dos docentes da faculdade de filosofia (1765-1766) era de 5 aquando da sua primeira nomeação e de 10 na altura em que ascendiam ao topo da

carreira⁴⁰⁵. O mesmo autor conclui que só a partir do fim do século XVIII é que de facto esta atitude começa a alterar-se. Um dos elementos impeditivos para uma evolução mais favorável pode ter sido, como já vimos acima, o facto de que o foco principal de atração de estudantes ainda se prender maioritariamente com uma maior valorização do papel do docente e não tanto pela produção científica (Vandermeersch 2002, 207).

De facto, o final deste período coincide com o início de uma nova mentalidade. Até este momento parece possível, com algumas exceções, concordar com a ideia de que muitas das Universidades existentes eram, e tinham sido durante muito tempo, instituições de ensino cujo objetivo principal era a formação. Salamanca, por exemplo, neste período, segundo Peset e Peset, «[...] es simple receptora y mantenedora de unos saberes ya antiguos.» (1983, 279). Portanto, não será difícil concluir que a componente investigativa tivesse demorado a penetrar na realidade universitária. Desta forma, para o período anterior a segunda metade do século XVIII, «[...] los catedráticos no tenían ninguna obligación de investigar, de hacer ciencia, ya que su única tarea era enseñar.» (idem 279).

Com a passagem para o século XIX, Matti Klinge destaca já o papel das Universidades mais antigas no plano científico (2004, 125). A especialização, que como vimos ocorreu com maior incidência neste período, também teve um papel importante. Quando os docentes se tornavam especialistas em certas matérias (idem 128), passavam também a estar em melhores condições de conduzir experiências e produzir as suas obras. Um ponto essencial para esta mudança pode também estar no incentivo externo. Os planos de estudo e estatutos que resultaram das várias reformas analisadas no capítulo III, incluíam já as obras que os docentes tinham que usar nas suas aulas (McClelland 1980, 72). Simultaneamente, os mesmos estatutos, definem também que cabia aos docentes redigir as suas próprias obras, o que, para os casos em estudo, foi um processo longo e lento. Mas começemos pela norma estatutária.

Para o curso filosófico, os estatutos de 1772 obrigavam a que os livros escolhidos deveriam ter em conta a reputação dos autores, a sua clareza e brevidade⁴⁰⁶. Na descrição do conteúdo da cadeira de história natural, esta informação é complementada apontando especificamente autores que deveriam ser usados nas aulas. Neste caso, a obra do *célebre Naturalista*, Plínio. A obra a qual é feita referência é a enciclopédia *Naturalis Historiae*, em 34 volumes. Ligados à matemática, mas também à geografia, etnografia, zoologia, botânica, agricultura, farmacologia, mineralogia, entre outras. A sua obra foi escolhida por diversas

⁴⁰⁵ Como o autor refere, o aspeto qualitativo destas publicações era variável. Constatam trabalhos diversos como coletâneas, compêndios, enciclopédias, disputas, entre outros.

⁴⁰⁶ (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972, Livro III: Cursos das ciencias naturaes e filosoficas:230).

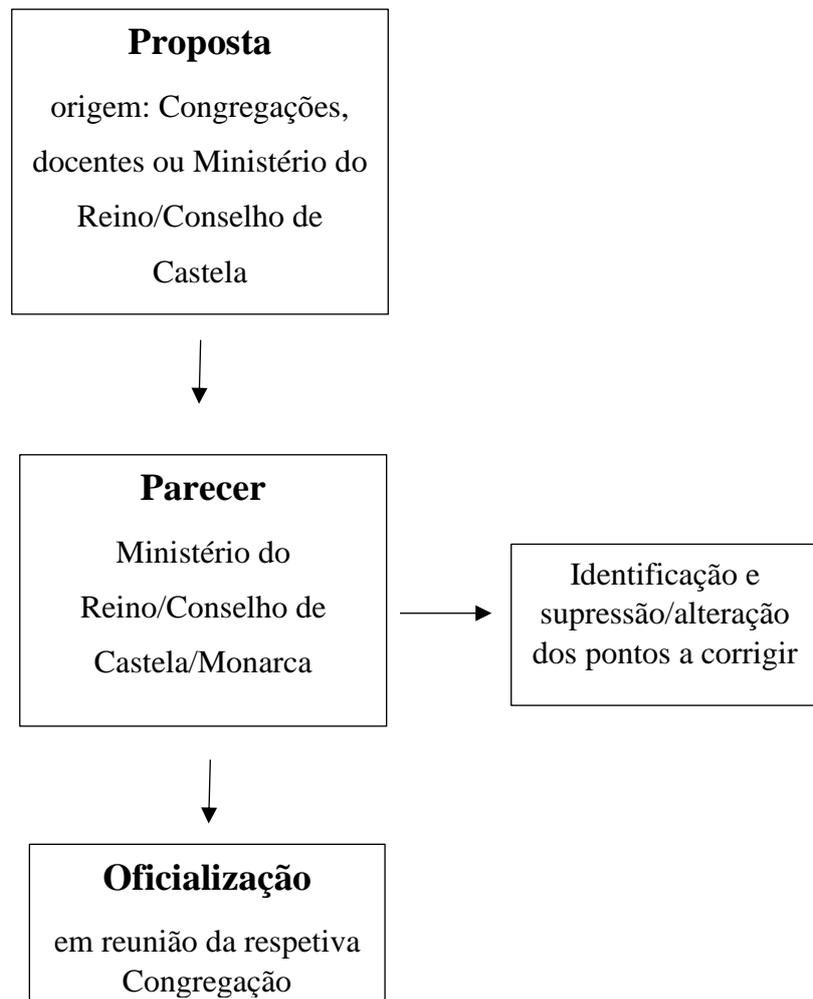
razões, mas avançamos apenas que os reformadores portugueses tinham o autor romano como uma excelente referência.

O docente desta cadeira iniciava a sua exposição através de um método previamente definido:

«[...] reservará o Mestre huma pequena parte do tempo de cada Leitura, para lhes explicar alguns pedaços escolhidos da dita Historia, ilustrando os Lugares difficultosos, mas não se demorando em Commentarios prolixos de Erudição escusada: De sorte, que no fim do Anno tenha explicado as cousas mais importantes, que na dita Obra se contém [...]» (idem 244).

Neste aspeto, os planos de estudo para Salamanca não se afastam desta realidade. Para além destas obras, que deveriam ser o epicentro de cada disciplina/curso, outras foram adotadas durante este período. Mas qual o método de adoção? E quais os critérios? Começemos pelo método, como o esquema seguinte nos demonstra.

Gráfico 18: Esquema exemplificativo do método de seleção e aprovação de compêndios.



De uma forma geral, os livros propostos poderiam ser apresentados pelos órgãos representativos do poder central. Para além disso, o próprio Marquês de Pombal fez sugestões, tal como Campomanes. Principalmente durante os períodos de maior mudança (refiro-me assim a 1771, 1807 e 1820) estas sugestões são abundantes. Mas as próprias congregações propunham obras. Muitas vezes estas sugestões partiam de docentes que nas reuniões avançavam com as obras que pretendiam introduzir nas suas aulas. De seguida, esta sugestão seguia para o órgão de tutela que realizava uma apreciação e, por sua vez, era também aqui que se censuravam as obras (embora também vimos casos em que o Reitor ou a congregação eram incumbidos de realizar as alterações de determinados excertos). Por fim, após todo este processo, que podia ser moroso, principalmente dependente da disponibilidade dos órgãos de tutela, a obra seria então aceite pela congregação, podendo o docente passar a utilizá-la em sala de aula. Todavia, isto não implica que em alguns casos, os docentes não pudessem estar já a fazê-lo.

Um exemplo mais concreto pode ajudar-nos a entender este método de censura. Esta abordagem não era apenas dirigida as obras estrangeiras, mas também àquelas cuja autoria era dos próprios docentes.

Em 1790 o compêndio de direito natural de Carl von Martini foi censurado por ordem do monarca, ficando a congregação com a obrigação de aplicar estas restrições, «[...] não se podendo resolver, e decidir se poderia ser inteiramente omitidos os primeiros sete capitulos do compendio [...]»⁴⁰⁷. Em 1802 foi a vez de uma obra do lente Francisco António Ribeiro de Paiva (então na cadeira de zoologia e mineralogia). Numa carta escrita pelo próprio, refere que a sua obra, *Introductiones zoologicae* (editada em 1805), teria sido já apresentada à respetiva congregação que por sua vez «[...] na conformidade do que o Príncipe Regente [...] determinou [...]», num despacho para «[...] este ser censurado, e aprovado pela mesma congregação [...]»⁴⁰⁸.

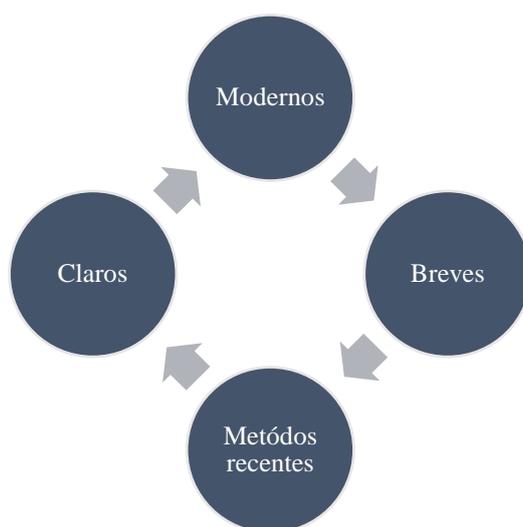
Os exemplos apresentados ilustram bem a importância da censura, na sua afirmação de uma ortodoxia que as Universidades mesmo depois da reforma, deveriam manter e defender.

⁴⁰⁷ (*Actas das Congregações da Faculdade de Leis (1772-1820)* 1983, I:129).

⁴⁰⁸ (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Processos de Professores, Cx. 196). Os exemplos abundam: «Foi Vossa Magestade servida remeter a esta Meza os dous compêndios, hum das Instituições Régias, outro das Instituições Metafisicas de Antonio genovese [...] para serem dictados pelo Lente de Filozofia Racional [...] Examinando a Meza [...] não achou nelles couza alguma que embarace o seu uso [...]» (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Real Mesa Censória, Administração Geral e Expediente. Consultas, 1772-1796, Cx. 183).

Quanto aos critérios de escolha para as obras estrangeiras, as várias fontes mostram-nos algumas linhas que foram seguidas pelos reformadores (portugueses e espanhóis) para a adoção dos manuais para as aulas, onde a faculdade médica pode ser um excelente exemplo⁴⁰⁹.

Gráfico 19: Critérios de escolha para os compêndios adotados em ambas as Universidades.



Este método de escolha traduzia-se da seguinte forma. Em primeiro lugar, privilegiaram-se compêndios modernos e de autores de referência («[...] melhores Autores, que tiverem escrito sobre ellas [disciplinas]») e no caso destes serem protestantes a censura era amplamente usada. Não parece de facto ter existido uma preferência mais evidente por autores católicos em detrimento de outros. Em segundo lugar, obras breves, mas capazes de compilar o principal de cada matéria («[...] de hum modo elementar, e abreviado, mas de sorte que sejam cheios de doutrina.»). Em terceiro lugar, os compêndios tinham de conter métodos modernos. Por fim, era obrigatório ter uma redação e organização simples e de fácil compreensão por parte dos estudantes.

Uma passagem, da resposta do Fiscal em 1771, demonstra bem este esquema:

«[...] se deben sacár los fundamentos, ò principios mas sólidos, y seguros de las Ciencias, las nociones, y extension de los Tratados que comprende [...]», para além disso, o próprio método adotado deveria obedecer a novos critérios «[...] la necesidad de un nuevo método mas breve, perceptible, y fácil de todas las facultades.» (Addy 1966, 308).

⁴⁰⁹ (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772) 1972*, Livro III: Cursos das ciencias naturaes e filosoficas:21–22).

Mas as obras adotadas eram apenas uma componente. Como temos vindo a defender, com a mudança de mentalidade que vinha a ocorrer desde a segunda metade do século XVIII, os docentes viam-se a eles próprios cada vez mais como cientistas ou especialistas, onde a publicação era também uma das suas funções. Podemos até afirmar que o recurso a obras não nacionais deveria ser uma situação complementada pela produção interna. O pensamento de Campomanes reflete bem esta ideia:

«Bien entendido, que los Autores que aora se señalen para la enseñanza de las facultades, han de gobernar solo interinamente, y hasta tanto que la misma Universidad produzca Obras mejores, y que se puedan estudiar con mas aprovechamiento; e tampoco han de quedar excluidos otros Autores, ò Escritos, que la misma Universidad, y sus Individuos vean por su séria inspeccion, ser mas convenientes.» (idem 308).

Pouco depois, o mesmo Campomanes, parece ter em conta que o pedido anterior podia não ser bem recebido. Provavelmente, por ainda não constar como uma função obrigatória dos lentes. Mas este período é claramente de mudança, «Se no fuese la obligacion estrecha de su Oficio, no se atreveria el Fiscal à mudar en un ápice los Discursos de tan Insignes Maestros, y Profesores, como los que componen el Claustro de la mayor Universidad de estos Reynos [...]» (idem 308).

A historiografia tem vindo a referir que a publicação dos docentes foi de alguma forma encarada de maneira leviana, alcançando resultados parcos. Parece possível concordar com esta ideia, principalmente para um momento inicial da reforma, embora existam exceções.

Inicialmente, os primeiros contributos que as fontes nos mostram foram de José Monteiro da Rocha e Miguel António Ciera que ocuparam, entre outras, a cadeira de astronomia e começaram cedo a contribuir para a reforma⁴¹⁰. Outro exemplo foi Manuel Blengua, docente de instituta. Numa carta de 1774/5 o docente refere que estava a redigir uma obra para «[...] cumplir com el precepto del nuebo methodo de estúdios[...]»⁴¹¹. Esta obra teria como objetivo comentar diversas leis já compiladas. No mesmo ano, Luis Cecchi, ficou encarregue de analisar e comentar várias obras apresentadas á faculdade médica para publicação. Todas eram de

⁴¹⁰ (*Actas das Congregações da Faculdade de Matemática: 1772-1820* 1982, I:180–82)

⁴¹¹ (Biblioteca General Historica de la Universidad de Salamanca (BGHUS), Manuel Blengua: “Lecciones de Instituciones civiles”, Ms. 691).

autores portugueses e dividiam-se entre originais e traduções⁴¹². A título de exemplo, Cecchi aprova uma tradução da obra «[...] Saude dos Litterados do Original de Mon:r Tissol [...]»⁴¹³.

O que me parece possível concluir é que a produção interna de obras para uso das aulas, apesar de a partir do início de 1770 ser uma obrigação só a partir das décadas seguinte é que surge de forma sistemática. As críticas sobre esta ausência de produção são evidentes, mas também identificamos várias exceções, o que nos indica que existiu de facto um amadurecimento (lento e gradual) por parte do corpo docente para esta nova função. Numa ata da congregação de leis de 1786⁴¹⁴, estas críticas foram exteriorizadas e foram apresentados dois avisos régios com ordens para reversão desta situação, instruindo a necessidade de apresentar soluções⁴¹⁵.

Qual a solução? Os avisos régios apresentados nestas sessões ordenavam que as congregações ficassem responsáveis pela seleção de docentes para a composição de obras. Como dissemos, as críticas são de facto duras, realçando o facto de que em quatorze anos a Universidade não conseguiu apresentado nenhuma obra. Apesar disso, arriscamos também dizer que não vislumbram toda a realidade. O maior problema que estas críticas encobriam era a ausência de uma produção interna em número considerável para não deixar a Universidade dependente da aquisição de obras estrangeiras, aumentando consideravelmente a despesa da instituição «[...] esteja servindo de livros adoptados, q.do já os podia ter próprios [...]»⁴¹⁶. Claramente, os custos deviam ser altos, a estratégia a seguir demonstra isso mesmo. Domínguez Ortiz, refere mesmo que as limitações financeiras foram uma das causas do semifracasso destas reformas, limitando a aquisição de livros e de diversos equipamentos (1988, 166).

Estas limitações levaram a necessidade de pensar em soluções. Após os avisos régios em Coimbra optou-se por centrar a tarefa nas mãos dos docentes catedráticos, embora, não se afastasse completamente os substitutos. Em resposta, as congregações começaram logo a reagir no mesmo ano. Como exemplo, Francisco Tavares foi encarregue de elaborar um compêndio

⁴¹² Falamos de obras ligadas a diversas áreas do saber médico e os seus vários autores parecem ter sido originários da instituição. Sem conseguir ter a certeza, ousamos dizer que poderiam ter sido estudantes que pretendiam iniciar uma carreira de docente e que se empenhavam na publicação como contributo para esse propósito.

⁴¹³ (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Processos de Professores, Cx. 32).

⁴¹⁴ Neste aspeto, o Principal Mendonça, Reitor da Universidade Coimbra, teve um papel importante. Logo no início do seu Reitorado foram várias as iniciativas (em consonância com o poder central) para que a produção interna se materializasse (Braga 1898, III 1700 a 1800:701 e ss.).

⁴¹⁵ (*Actas das Congregações da Faculdade de Leis (1772-1820)* 1983, I:72–75). Os mesmos avisos foram apresentados nas restantes congregações, a título de exemplo, ver (*Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820)* 1978, 61–67; *Actas das Congregações da Faculdade de Medicina (1772-1820)* 1982, I:44–45).

⁴¹⁶ (*Actas das Congregações da Faculdade de Matemática: 1772-1820* 1982, I:44–45).

para matéria médica⁴¹⁷. No mesmo ano (Freitas 2005, 76 e ss.), Ricardo Raimundo Nogueira é também escolhido para a mesma tarefa, «[...] a saber: o da Historia de Direito Romano e Patrio: as notas à Instituta: o das Cadeiras Syntheticas do Digesto: o de Direito Patrio, e o de Hermeneutica.»⁴¹⁸.

Parece possível concluir que a urgência e a pressão do poder central se centravam na perspectiva das despesas. Seria errado subestimar esta preocupação, pois foi a partir desta perspectiva que surgiu uma estratégia mais declarada, e que consistia na concessão de incentivos para quem cumprisse esta obrigação. Em 1781 numa carta do Ministério do Reino, assistimos já a uma atuação mais enérgica⁴¹⁹.

A abordagem é de facto interessante, «[...] que sem tempo e descanso das obrigações ordinárias; sem algum premio; ou sem algum estímulo mais indirecto, e fácil de ser bem recebido, em vão se pretende o cumprimento da dita obrigação [...]». E a solução apresentada é bastante original:

«[...] ponha-se em Regra, que todo o Lente Proprietario que reger por espaço de 5 annos, tenha e lhe sejam concedidos dous ou trez annos de absoluto descanso das Aulas, (sendo obrigado só ao tempo dos Actos) para acabar de arranjar, oferecer, e vêr aprovar para se imprimir o seu respectivo Compendio.»

Como contrapartida, se o docente não facultasse a sua obra no tempo estipulado, não teria direito ao seu ordenado, nem estaria em condições de progredir. Em 1787 a vontade de cativar financeiramente os docentes era ainda uma ideia em discussão⁴²⁰. Já a ausência perlongada das aulas para a redação de compêndios foi uma realidade que as fontes evidenciam, deixando esta função para os substitutos.

Parece possível referir que a pressão acaba por dar resultados. Logo em 1787 a Rainha já teria dado sinais positivos pela resposta dos lentes no progresso dos seus compêndios (Freitas 2005, 94 ver nota 181). Apesar de, na realidade, poucos terem sido terminados.

No período de 1786 até 1799, pudemos seguir o progresso de vários docentes e dos seus compêndios. Durante este período, e chamo a atenção para o facto de os números apresentados

⁴¹⁷ (*Actas das Congregações da Faculdade de Medicina (1772-1820)* 1982, I:38). O autor demonstrou a necessidade de se afastar da sua tarefa de ensinar para dedicar mais tempo a elaboração das várias obras, mas também da importância do aspeto financeiro (Freitas 2005, 93 nota 178).

⁴¹⁸ Na ata de 6 de fevereiro de 1787, temos a resposta da monarca, que congratulava a congregação pela prontidão (*Actas das Congregações da Faculdade de Leis (1772-1820)*, I:75–76 e 78–80).

⁴¹⁹ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Voto dos Decanos da Universidade de Coimbra, Séc. XVIII, Mç. 516, Cx. 642).

⁴²⁰ (*Actas das Congregações da Faculdade de Leis (1772-1820)*, I:88–91).

poderem pecar por defeito, vimos que cerca de 14 docentes e substitutos (de várias faculdades) terem dado provas da realização de compêndios. Deixaram vários comentários dos seus progressos e mesmo títulos das suas obras. Depois de identificados contabilizamos cerca de 17 obras durante este período, embora, isto não signifique que todas tenham sido terminadas. Atentemos aos exemplos.

Ricardo Raimundo Nogueira começa logo em 1787 a trabalhar no seu compêndio de história do direito romano e pátrio. A obra que o autor refere conhece a luz do dia com o título de *Prelecciones sobre a História do Direito Pátrio*⁴²¹. As fontes oferecem-nos uma evolução clara. Nesse mesmo ano o docente dá-nos já excertos e várias reflexões que mostram uma evolução rápida desta obra.

As limitações financeiras foram de facto obstáculos muitas vezes intransponíveis em ambas as instituições aqui em estudo, e já amplamente conhecida. Neste aspeto, vimos que a aquisição de obras estrangeiras foi limitada, mas importante como um incentivo para a produção interna, embora claramente insuficiente. Em 1775 a congregação de matemática dispensa docentes e alunos das aulas de ótica por «[...] não haverem Livros [...]»⁴²².

Ainda em 1771, o claustro pleno descreve uma situação semelhante. As «Obras de Autores modernos, y poco frequentes [...]» eram escassas em Espanha e bastante caras⁴²³. Para comprometer ainda mais a situação, para os alunos «[...] es imposible a muchos estudiantes por su pobreza, a otros es dificultoso por lo raro de ellas.». A livraria da Universidade, por sua vez, não era uma alternativa viável. Era incapaz de responder a procura, mantendo um número de obras limitado. O mesmo claustro apresenta como alternativa a utilização dos livros que já existiam («[...] llos que tengan a mano, y que sean oportunos para explicar la Materia [...]»). Por outras palavras, aqueles adquiridos antes da reforma e, muitos dos quais, não respondiam aos novos critérios dos reformadores. Ousamos dizer que não foi uma sugestão que visava a manutenção do *status quo* tão apetecível a docentes no topo da carreira, mas apenas uma forma de ganhar tempo até uma solução definitiva. Na prática, o problema persistiu, e a condição financeira permaneceu debilitante e apenas continuou a agravar-se até ao fim do período em estudo.

⁴²¹ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Voto dos Decanos da Universidade de Coimbra, Séc. XVIII, Mç. 516, Cx. 642).

⁴²² (*Actas das Congregações da Faculdade de Matemática: 1772-1820* 1982, I:20).

⁴²³ (Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Informes y correspondencia de asuntos universitarios. Lecciones inaugurales, XVII-XIX, AUSA 2031).

Em 1785 o decano governador do conselho envia uma carta para Madrid relembrando a incapacidade de adquirir obras⁴²⁴. Na mesma linha encontramos uma carta da congregação de matemática com um pedido semelhante, quer para a aquisição de obras como de instrumentos⁴²⁵.

Concluindo, as dificuldades foram evidentes, mas, apesar desta realidade, as obras estrangeiras e de produção interna que foram surgindo durante este período fizeram parte de uma realidade que iremos apresentar nos pontos seguintes.

Compêndios de direito natural

Nos estatutos para os cursos jurídicos da Universidade portuguesa, os reformadores começaram por esclarecer a jurisprudência a seguir⁴²⁶. Todos os docentes estavam proibidos de seguir as *barbaras Escolas*, encabeçadas por três autores: Irnério, Francesco Accursio e Bártolo de Sassoferrato (Costa e Marcos 1999, 83–84).

Sobre o primeiro jurista (Irnério), estabelecia-se que as ideias do autor já não tinham lugar num contexto mais complexo, «[...] em diversas constituições dos Estados [...] no meio de huma tão grande alteração, e diversidade de costumes das Nações mais modernas [...]»⁴²⁷. Accursio, deveria ser evitado devido às «[...] muitas trévas, que espalhou sobre a face da Jurisprudencia [...]». Porquê estas críticas?

Principalmente, devido à falta de conhecimentos que o autor tinha do grego, da história do direito, da filosofia moral e da jurisprudência. Por sua vez, estes erros do jurista, eram também uma marca das limitações da sua época («Dessa ignorância, que era geral, e transcendente no Seculo de Accursio, veio a resultar não poder elle acertar os passos [...]»). Bártolo partilhou da mesma crítica de Accursio, a sua má interpretação fazia dele um autor a evitar. Bártolo, *mais atrevido*, como as fontes referem, estava principalmente influenciado pela *Filosofia Peripatetica* e pela *Metafysica dos Arabes* (Costa e Marcos 1999, 83). Abolir o autor foi uma prioridade evidente no século XVIII. Bastante destrutiva, parece ter sido a metafísica, que acabou por gerar uma confusão significativa na área do direito, «[...] acabou de fazer a

⁴²⁴ (Archivo General de Simancas (AGS), Secretaria de Gracia y Justicia. Instrucción Pública. Fechos de la Universidad de Salamanca, 1777-1788, Legajo 945).

⁴²⁵ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Negócios diversos da Universidade de Coimbra, 1643-1831, Mç. 519, Cx. 645).

⁴²⁶ (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972, Livro II: Cursos juridicos das Faculdades de canones e de leis:299 e ss.).

⁴²⁷ De forma ainda mais precisa «[...] que Elle não se atrevesse a illustrar as Leis senão accendeo tão poucas, e tão fracas luzes ás mesmas Leis, que veio a deixallas todas na mesma escuridade [...]».

mesma Jurisprudencia arbitrária, convertida, incerta, e totalmente dependente do arbitrio dos Doutores.».

Depois destas críticas, não será difícil entender que tenham preferido a adoção da escola kujaciana, fundada por André Alciato. Mais tarde desenvolvida por Jacques de Cujas, ou Cujácio⁴²⁸. A escolha desta escola prendeu-se pela sua abordagem mais ampla, tratando os vários tipos de direito: civil, canónico, pátrio, entre outros. Para além disso, como a fonte refere, a aceitação geral das ideias do autor, facilitaram esta escolha⁴²⁹. Rapidamente percebemos que o sentimento era amplamente partilhado. Para o terceiro ano de leis, o Fiscal, mostra-nos isso mesmo, «[...] no sufre la sana critica, y escuela de Alciato, Cujacio, y Antonio Agustin [...]» (Addy 1966, 326).

Para o direito natural, em 1772, os estatutos portugueses destacam mais alguns autores⁴³⁰. Em primeiro lugar, as *verdadeiras noções* do direito das gentes foram reveladas pelo alemão Christian Wolff. Na imprensa coimbrã, registou-se a obra *Institutiones Juris naturae et gentium*. A obra foi vendida entre 1792 até 1805, embora a nossa pesquisa tenha concluído que já estaria a ser usada antes deste período. Do mesmo autor, existiam também duas outras, nomeadamente, *Jus gentium* e *Jus naturae* (Antunes 1982, 157).

Considerado *obscurus* em Salamanca, em Coimbra foi estimado como o primeiro autor a *dissipar* este direito das *trevas*⁴³¹. Já as alusões ao holandês Hugo Grócio parecem ser mistas. Para o direito das gentes os estatutos portugueses apontaram um pensamento pouco claro (*confusas idéas*). Campomanes, em 1753, mantinha uma opinião bastante favorável deste jurista. Por sua vez, como vimos, o direito natural e das gentes, apesar de serem lecionados em conjunto, foram entendidos como disciplinas distintas, e nesse sentido voltam a referenciar Grócio. O jurista, em conjunto com Samuel Pufendorf eram centrais quando os docentes ensinassem o direito natural, «Não haverá Author, que sirva de Texto, sem exceção de Grócio, e de Pufendorf, não obstante haverem sido os Restauradores da Disciplina do Direito Natural.»

432

⁴²⁸ Como a fonte nos mostra, para além da obrigação de os docentes seguirem esta linha, nenhum jurista o podia ser sem esta escola, correndo o risco de «[...] não passarão já mais de Legulejos; e em nenhum tempo poderão merecer o verdadeiro nome de Jurisconsultos [...]».

⁴²⁹ Simultaneamente, avisavam claramente que este estudo deveria ser complementado com o recurso ao latim, grego, retorica, logica, entre outras disciplinas.

⁴³⁰ Como Antunes mostrou, de uma forma geral, para a totalidade das disciplinas de leis, o número de autores encontrados nos registos da imprensa foram variados e falamos assim de autores como Pufendorf, Johan August Bach, J. Enning Boehmer, Paul Joseph Riegger, Jacques Cujas, Hugo Grócio, Johann Herthals, Johann C. M. von Hontheim, Zeger Bernard Van Espen (Antunes 1982, 157).

⁴³¹ (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972, Livro II: Cursos juridicos das Faculdades de canones e de leis:325).

⁴³² (idem 328).

Aos docentes era assim inculcada uma autonomia limitada, que se baseava na identificação dos *desvios* dos autores chave, e que consistia na procura de ideias mais favoráveis. A citação é clara:

«Sim respeitará o Professor a sua authoridade [Grócio e Pufendorf], como dos primeiros Mestres desta disciplina; ms nem ella fixará o seu assenso, nem porá grilhões ao seu discurso. [...] Como Cidadão livre, do Imperio da Razão procurará o Professor a verdade, a ordem, a deducção, o methodo, e a demonstração, onde quer que a achar. Onde aquelles dous Doutores se tiverem desviado da Justiça Natural; onde tiverem claudicado; onde os seus Discipulos se lhes tiverem adiantado em qualquer das referidas circumstancias; onde tiverem passado com a perspicácia dos seus discursos além dos marcos, e balizas, que eles fixaram; onde Elle mesmo com o seu proprio entendimento atinar melhor com a Razão; deixará de seguillos, e abraçará sempre o melhor.» (idem 328).

Estas escolhas mostram-nos apenas um dos muitos autores selecionados, e outros simplesmente proibidos. Mas se centrarmos a nossa análise no direito natural seria importante relembrar um comentário de Mayans exemplificativo das obras que deveriam ser adotadas:

«El derecho Natural i de Gentes està excelentemente tratado por los Escritores Catholicos [...] i de uno i outro Derecho, pero separada i distintamente [o direito civil e canónico], nungum catholico há formado un Sistema cumplido que deve haceres [...] pueden servir los Elementos del Derecho Natural i de Gentes de Heineccio, cuyos errores, i los de todas sus obras notè yo por especial encargo de la Suprema i General Inquisicion. En quanto al Derecho Espanol, se deve incitar generalmente a que se hagan unas Instituciones, i despues de hechas, se escogeràn las mejores. Entretanto [...] siguiendo el ordem de la Instituta, de las Pandectas, i Codigo, i de las Novelas de Justiniano, em que discrepa el Derecho moderno [...]» (Piwnick 1986, 519).

Como já vimos, este fundo iluminista católico acaba por ter peso na escolha de obras, embora não fosse por isso que autores protestantes deixaram de ser acolhidos, mas adulterados. Heinécio, apesar de apresentar erros (opinião partilhada por reformadores portugueses e espanhóis) acaba por ser adotado nas duas Universidades. Noutro testemunho (de 24 de outubro de 1753), pouco antes da reforma, podemos ver, através de Campomanes, algumas ideias interessantes sobre a adoção de obras e os autores. Numa missiva bastante longa, com o título

de *Lista de los Libros principales, que tratan del derecho publico y deben adquirirse para una librería bien formada*, o autor é claro no caminho a seguir⁴³³.

A primeira questão prendeu-se com a escolha dos autores. Que critérios? Acima já vimos as principais razões, mas pela carta de Campomanes de 1753, quase duas décadas antes da reforma, vemos a premeditação deste processo. Assim, dizia Campomanes que «[...] no solo son los Autores Originales de este linage de estudio; sino que forman el juicio en las máximas del derecho publico acomodadas a la Verdad Religion, y piedad [...]». A primeira referência às obras do direito natural, dizem respeito ao inglês Richard Cumberland e a sua obra, *De legibus naturae disquisitio philosophica, in qua earum forma, summa capita, ordo, promulgatio, et obligatio e rerum natura investigantur; quin etiam elementa philosophiae Hobbianaes, cum moralis tum civilis, considerantur et refutantur* (Londres, 1672). Apesar da obra nem sempre agradar, por ser *Contra los Catholicos*, assemelha-se a Hugo Grócio no entendimento e na extensão dos princípios do direito público. Mais uma vez, o que vemos é que as escolhas podiam nem sempre recair sobre autores católicos ou até críticos do mesmo, mas a sua adoção poderia ser realizada após várias estâncias de censura.

Da escola alemã, altamente prestigiada nas palavras do espanhol, destacou Samuel Pufendorf, autor que acaba por figurar em 1771 em Salamanca. Que depois da obra do já referido Grócio, «[...] son las mas Celebres con el titulo Del Derecho Natural, de gentes, y Civil y compendiados en el tratado de homine et cive.», por outras palavras, refere-se a obra *De iure naturae et gentium libri octo* (1672).

Campomanes partilhava com Mayans, e até com os reformadores portugueses, a desconfiança das ideias de Heinéicio, «[...] todos le Conecen su obra de derecho publico y las meleciones à Grocio. No quiero negar elementos de este author, pero creo que es la mejor de quanto escribio en ayer es la filosofia moral por la ilacion y facilidad de los principios para introduciré el estudio de este derecho.».

O testemunho de Campomanes é interessantíssimo, e vai ao encontro daquilo que foi a realidade da Universidade após 1771.

Como vimos, em Salamanca, os ensinamentos de direito natural acabam por ser inicialmente introduzidos na cadeira de filosofia moral, em artes. Apesar de filosofia moral surgir logo em 1771, pelos planos analisados só a partir de 1820 é que o direito natural começa a ser lecionado em cadeira própria.

⁴³³ (Archivo Historico Nacional (AHN), Conde de Campomanes, Caixa 23/Documento 25).

A partir de 1771, esta cadeira era um ensinamento propedêutico obrigatório para todos os juristas, «[...] deberá quedar en aquella Universidad la Cathedra de Filosofia Moral, à la qual deberán asistir necessariamente todos los que hagan animo de destinarse al estudio de los Derechos.» (Addy 1966, 317–18)⁴³⁴. Qual a obra indicada pelo plano de 1771?

Campomanes concordou com as sugestões do claustro e autoriza a utilização das obras *Ética e Política* do grego Aristóteles. Aliás, vai mais longe quando pede que estas obras sejam impressas em grego e latim. Tal como a filosofia moral, a lógica também era obrigatória, apenas com a exceção da metafísica. Para esta última⁴³⁵, o plano previa as obras do italiano António Genovesi (*Elementa Metaphysicae*, 1743) e do filósofo francês, Nicolas Malebranche (*Méditations chrétiennes et métaphysiques* de 1683 e, *Entretiens sur la métaphysique et sur la religion* de 1688). O autor italiano foi também indicado para lógica. Assim, foram escolhidas a *Lógica* de Genovesi, escrita em 1766, juntamente com Heinécio e *La Logique de Port-Royal* (no plano identificada como *las del Puerto Real*) da autoria de Antoine Arnauld e Pierre Nicole de 1662.

Rodríguez Domínguez (1979, 30 e ss.), mostra-nos que as escolhas de Campomanes foram bastante difíceis de aceitar. *La Logique de Port-Royal*, foi considerado pelos docentes de artes, uma obra incompleta, «[...] tras rechazar [...] por ser sola y faltarle lo restante del curso [...]». Sobre Heinécio partilhavam o mesmo sentimento, já Malebranche era cartesiano e outros nomes já bem conhecidos como Hobbes, Locke (*son oscuros*) e Wolff devia ser usado com cautela (idem 31). Apesar desta resistência e, como refere o autor, as obras (de metafísica e de lógica) de Genovesi tiveram uma maior aceitação por parte dos docentes.

As dificuldades na escolha dos livros foram evidentes e causaram tensão. Juntamente com a dificuldade financeira na aquisição de obras, podiam ter impossibilitado algumas das indicações do Fiscal.

Com o plano de 1807, podemos ver que a filosofia moral conserva o seu carácter propedêutico para os alunos juristas, mas mantem-se a omissão quanto ao direito natural. Como o plano refere, mantinham o ensino da moral, embora muito focado em questões ligadas ao

⁴³⁴ Relembramos aqui o papel *subversivo* do conhecido Miguel Martel (docente) que apesar das proibições continuou, durante muito tempo, a ensinar algumas ideias ligadas ao direito natural na sua cadeira (o que lhe valeu várias acusações). Deixou-nos alguma sobras, onde destacamos *Elementos de la filosofía moral*, com várias impressões. Albares Albares, refere mesmo que foi nesta obra que Martel «[...] condensó sus enseñanzas desde la cátedra [...]» (2006, 643 e 645–58). Para um melhor entendimento da ação e do pensamento deste docente ver, (García Pérez 2013).

⁴³⁵ Em muitos casos, Campomanes ou os docentes, não adiantam o título das obras, apenas o nome dos autores, o que nos obriga a ter em conta o teor da cadeira e das obras para identificar os livros a se refere. As datas apresentadas no fim de cada obras, referem-se a data da publicação original da obra, só quando as fontes ou a historiografia nos identificarem o ano da edição com certeza, é que o indicamos.

direito. A escolha do autor central para esta cadeira mostra-nos bem que o grande objetivo não seria uma formação intensa em direito. De François Jacquier, matemático e físico italiano, cujo trabalho incidiu principalmente sobre as questões da filosofia natural e cálculo, identificamos as obras: *Institutiones philosophicae ad studia theologica potissimum accomodatae*⁴³⁶ e *Elementos de filosofia moral* (García Pérez 2013, 78 e 85).

No último plano aqui analisado (1820), foi incluída, por fim, uma cadeira própria de direito natural e também uma ideia clara dos autores e das suas obras. Concluindo, vemos já a confirmação de autores que já tinham dado entrada na Universidade de Salamanca. Falamos assim de James Harrington, Thomas Hobbes, Samuel Pufendorf ou Emer de Vattel⁴³⁷, que deveriam ser precedidos pelos gregos Platão e Aristóteles. Mas o claustro também se mostrou relutante, destacando os erros, mas, principalmente, o facto de na realidade pouco terem adiantado *la ciencia*. Por sua vez, mostrou-se principalmente favorável à introdução de autores que contribuíram para «[...] La verdadera filosofía acaba ahora de manifestarse [...]». Um destes autores era John Locke, «[...] el primero que la ha aplicado al estudio del hombre [...]». Mas não era o único, Cesare Beccaria (e alguns dos seus tratados de legislação) e Jeremy Bentham («[...] á su sistema entero.») eram nomes de referência⁴³⁸. No caso de Bentham, referem mesmo o carácter determinante do seu pensamento, recomendando a simplificação das suas ideias e a tradução para o espanhol (sugerem também que, através da obra do autor, se pudesse criar uma cátedra, chamada de *Principios de la Legislacion Española*). Podemos até perguntar o porquê deste destaque⁴³⁹?

A metodologia desenvolvida pelo jurista inglês seria capaz de fornecer ferramentas úteis para a realização de iniciativas legislativas, «[...] nomenclaturas, sus cifras del cálculo moral, y su aritmética son los verdaderos instrumentos lógicos necesarios á la legislacion, que la han faltado hasta ahora [...]».

⁴³⁶ A data original desta obra é de 1749, já a tradução espanhola é mais tardia, de 1787-88 (Albares Albares, 2006, 592).

⁴³⁷ «[...] y todos estos grados eran preciosos para llegar al *Espíritu de las Leyes* [...]» (*Informe de la Universidad de Salamanca. Sobre Plan de Estudios, ó sobre su fundacion, altura y decadencia, y sobre las mejoras de que es susceptible: con cuyo motivo presenta un proyecto de Ley sobre la Instruccion Publica* 1820, 64 e ss.)

⁴³⁸ O autor inglês teve uma grande influencia e aceitação por parte de docentes mais importantes deste período, como foi o caso de Toribio Núñez e Ramón Salas (M. Peset e Alonso Romero 2006, 62; Rodriguez Dominguez 1979; Robledo Hernández 2014). Inclusive, Núñez chegou mesmo a traduzir algumas das suas obras (ex.: *Obras ordenadas conforme al sistema del autor original y aplicadas a la Constitución española*, Salamanca, 1820-1821).

⁴³⁹ O filósofo e jurista inglês teve um peso importante na realidade ibérica, para lá das reformas universitárias. Bentham procurou incutir as suas ideias junto das cortes liberais em Espanha e Portugal. Acompanhou de perto às monarquias constitucionais ibéricas, aumentando a sua importância junto dos políticos liberais portugueses e espanhóis (ver Rosen 1982).

Mas o claustro acaba por nos fornecer uma informação bastante importante. Prevendo algumas dificuldades na aquisição destas obras, reconhece que deveria ser usada a edição de Madrid, da obra *Elementa juris naturae et gentium* (original de 1737), de Johann Gottlieb Heineccius:

«Entre tanto se estudiarán los elementos del derecho natural y de gentes de Heineccio, edición de Madrid, y servirán al maestro de consulta ios autores indicados, por cuyos tratados, y los que ellos citan, se pondrán en estado de hacer conocer á sus discípulos los principios rectos que les hagan distinguir el verdadero espíritu de las leyes, y su utilidad, y necesidad.»

Autor que já tinha sido apresentado por Campomanes e pelo próprio Mayans, ainda antes de 1771.

Como vimos acima, as escolas jurídicas adotadas e defendidas pelos reformadores em Portugal e Espanha foram muito idênticas, portanto, não seria de estranhar que as obras que acabassem por ser adotadas também fossem muito semelhantes.

Para além dos autores referidos, a nossa análise permitiu-nos ver a entrada de outras obras em ambas as Universidades.

Em Salamanca destacamos a rapidez com que se passou a usar as obras de Wolff. Em 1773 partes da sua obra foram indicadas para um concurso de opositores para artes⁴⁴⁰. No mesmo ano temos também outra referencia importante. Refiro-me assim a tradução de José Ortiz⁴⁴¹, de uma obra de Emer de Vattel, *Le droit des gens. Ou principes de la loi naturelle, appliqués à la conduite et aux affaires des nations et des souverains*⁴⁴².

Em Coimbra, encontramos também Wolff em 1774, através da obra, *Institutiones júris naturae et Gentium*⁴⁴³. A mesma fonte mostra-nos já a presença de novos autores, pouco depois da reforma. Circulava uma das obras principais de Pufendorf, *De iure naturae et gentium libri*

⁴⁴⁰ (Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Libros de Processos de Cátedras, 1771-1775, AUSA 1013). Wolff é encontrado com frequências nos concursos de artes. Em 1774 foi o docente Casimiro Gomez Ortega que faz referência ao jurista (Archivo General de Simancas (AGS), Inventario de la Secretaria de Gracia y Justicia. Instrucción Pública. Fechos de la Universidad de Salamanca, 1768-1776, Legajo 944).

⁴⁴¹ Nasceu provavelmente em 1791 em Salamanca. Foi doutor em leis na Universidade de Salamanca e foi docente de grego no Colégio Trilingue da mesma Universidade. Em 1772 foi nomeado bibliotecário e até 1777 tratou da organização da biblioteca universitária. Em 1776 organiza o índice alfabético, fonte importante para este estudo. Acabou também por ocupar vários cargos administrativos fora da Universidade, incluindo no império espanhol.

⁴⁴² (Biblioteca General Historica de la Universidad de Salamanca (BGHUS), Emer de Vattel: Derecho de gentes, traducido por José Ortiz “DE LA PEÑA”, 1774, Ms. 93).

⁴⁴³ (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Imprensa da Universidade, Balanço dos livros da mesma, 1773-1780, Número de ordem 293, 15).

*octo*⁴⁴⁴, e encontramos também referências a autores como, Karl Anton von Martini⁴⁴⁵, Zeger Bernhard van Espen e Claude Fleury (embora sem referir o nome das obras). Para o direito natural em Coimbra, destacamos também a incumbência por parte da faculdade canónica à Fernando Saraiva Fragoso de Vasconcelos, para a elaboração de um compêndio para esta cadeira, em 1786 (Costa e Marcos 1999, 95)⁴⁴⁶.

A questão da censura também surge relativamente cedo. Ortiz é um desses casos, quando vê a sua tradução censurada pela Inquisição. Como Addy refere, o original mantinha passagens ligadas à liberdade da censura, tolerância religiosa e críticas dirigidas aos excessos da Igreja (1966, 133). Em Coimbra, podemos dar o exemplo de Martini e das suas obras, *Positiones de lege naturali in usum auditorium* e *Positiones de iure civitatis*, que se mantiveram até 1843 (Moncada 1938; Fortuna 1815). Duas décadas após a reforma, através de uma ata vemos que a congregação foi incumbida pelo monarca de aplicar alguns reparos, «[...] não se podendo resolver, e decidir se poderiaõ ser inteiramt.e omitidos os primeiros sete capitulus do compendio»⁴⁴⁷.

A partilha de autores foi evidente. E se tivermos em conta que em Salamanca esta introdução foi mais difícil, podemos concluir que apesar disso, esta Universidade no fim do período aqui em estudo dispunha já de um número de obras considerável de direito natural. E se analisarmos um catálogo do século XIX, podemos fazer um balanço das diversas entradas⁴⁴⁸.

Detetamos assim a existência de mais de uma dezena de obras, mas desconhecemos o ano da edição da obra e o ano de entrada na Universidade. O número de autores espanhóis é considerável, embora, várias obras resultem de traduções de obras estrangeiras. Temos também obras já conhecidas, como Heinécio (*Elementa iuris naturae et gentium*) que teria sido introduzido bem cedo neste processo de reforma. Como Pérez Godoy demonstrou, esta foi uma obra importante para os intelectuais católicos na Europa (2015). Concluímos o mesmo da obra *De iure naturae et gentium* de Pufendorf e de *Jus naturae and Jus Gentium*, de Wolff.

⁴⁴⁴ Outra obra do autor, embora introduzida mais tarde, em 1797, foi *De officio hominis et civis secundum legem naturalem libri duo* (1763) (Antunes 1982, 181).

⁴⁴⁵ *De lege naturali positiones e Positiones de Jure civitatis* para cânones e leis; para além destas, apareceram também *De Lege Naturali, Jure Publico et Gentium* (impresso em 1772 em Coimbra) mas também às Exercitatones (Antunes 1982, 190).

⁴⁴⁶ Quanto aos docentes incumbidos para redigir compêndios para outras cadeiras ver (Costa 1992). Deste leque de docentes, não podemos esquecer José Rodrigues de Brito que fora também incumbido para a composição de um compêndio de direito natural, mas nunca tenha sido terminado. O peso da censura e a falta de incentivos teriam sido determinantes (Freitas 2005, 94 e 95 ver nota 182).

⁴⁴⁷ (*Actas das Congregações da Faculdade de Leis (1772-1820)*, I:129).

⁴⁴⁸ (Biblioteca General Historica de la Universidad de Salamanca (BGHUS), Catálogo de Materias de la Biblioteca de la Universidad de Salamanca, Ms. 563).

Mas nesta fonte a novidade estava em outros autores: Juan Bautista Fineti, *De Principiis Juris Naturae et Gentium*, Marcial António López Quilez, autor espanhol, historiador e político, e as *Instituciones de Derecho Natural y das Gentes*, que era uma tradução do francês Joseph-Mathias Gérard de Rayneval (*Institutions au Droit de la nature et des gens*), Joaquín Ibarra com a obra *De jure naturae et gentium in genere, et de jure belli et pacis in specie*, da autoria de Konstantyn Swiecicki, Thaddeus Werenk, e a obra *Jus naturae et gentium*, ou Jean-Jacques Burlamaqui⁴⁴⁹ e os *Principes du droit naturel et politique*⁴⁵⁰.

Em forma de conclusão, destacamos que entre os vários autores acolhidos por ambas as Universidades, existiu um recurso considerável por obras de autores ingleses, franceses e alemães e em menor número, holandeses. E um recurso significativo as traduções no contexto espanhol, mas menos em Portugal. Como Luís Peset já referiu, «El siglo XVIII permitió la entrada de la Ciencia moderna en España y buena parte se canalizó a través de las traducciones.» (2006, 442).

A similitude de autores rejeitados e acolhidos demonstra também uma vontade e uma tentativa clara, embora tardia, de modernizar o ensino do direito natural à semelhança de outras Universidades europeias.

Compêndios para as cadeiras do curso de medicina

O curso de medicina exigiu uma preparação prévia realizada noutras faculdades, normalmente filosofia ou artes. Falamos assim da obrigatoriedade em assistir a matérias como história natural, botânica ou química. Sendo estas disciplinas da faculdade de filosofia, vamos apenas apontar as obras que estejam diretamente ligadas ao saber médico. Preferindo, neste ponto, focar-nos nas matérias específicas de medicina.

O plano de 1766⁴⁵¹, segundo Carreras Pachón, foi uma abertura clara em relação ao conhecimento médico mais moderno. Através da introdução de Hermann Boerhaave e das suas obras *Institutiones Medicae* (1708) e os *Aphorismi de cognoscendi morbi* (1709)⁴⁵², substituiu

⁴⁴⁹ Nas fontes foi possível também encontrar referências a este autor francês, e as suas obras de direito natural (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Imprensa da Universidade, Index dos Livros impressos e extrahidos na Imprensa da Universidade desde 1834-1854, Número de Ordem 728).

⁴⁵⁰ Na mesma fonte detetamos mais alguns autores que devido a irregularidades nos registos não foi possível definir com certeza.

⁴⁵¹ Para a discussão sobre a adoção de obras, mas também para os compêndios das restantes matérias médicas, ver (Rodríguez Domínguez 1979, 30 e ss.).

⁴⁵² Como é referido no plano de 1771: «[...] en la Obra erudita del celeberrimo Medico Hernan de Boerhave, que hoy se puede decir es la Pauta, y modelo de la enseñanza de la Medicina en las Escuelas mas sobresalientes en este estudio [...]» (Addy 1966, 260).

Hipócrates, Galeno e Avicena (2006, 318). Na resposta do Fiscal, as obras do médico holandês deveriam ser complementadas com o recurso aos comentários dos seus seguidores, «[...] com los Comentarios de sus Discipulos Alberto de Haller, y Gerardo de Vamswieten.» (Addy 1966, 321)⁴⁵³.

As obras de Boerhaave deveriam ter sido adquiridas logo no início da reforma. Os registos mostram-nos várias referências nesse sentido. De 1777 até 1781, pelas *Institutiones Medicae*, prestaram provas para provimento de cátedras, Manuel Secades, Juan Pérez, Antonio Ballesteros e José Recacho⁴⁵⁴.

Em 1804, assistimos à entrada de mais autores para o curso médico. Botânica foi reforçada com o *Curso elemental de Botánica teórico y práctica, dispuesto para la enseñanza del Real Jardín Botánico de Madrid* (1788), dos autores espanhóis Casimiro Gómez Ortega e Antonio Palau y Verdera. Para além destes, identificamos Antonio Máximo Blasco y Jorro e o escocês, John Gregory. Pouco depois, com o plano de 1807, algumas obras introduzidas no início da reforma foram substituídas. Boerhaave vê algumas das suas obras darem lugar ao sueco Carl Linneu e assistimos a um reforço de autores como os já referidos Ortega e Verdera (Romero y Huesca et al. 2006, 71). O reforço de uma vertente mais próxima da botânica, para o estudo e confeção de medicamentos foi evidente. Matéria médica, neste sentido, passa a estar invariavelmente ligada à *Arte de recetar* (idem 107).

A partir de 1818, o docente tinha de incluir na sua exposição a importância dos alimentos, passando de seguida a realização e aplicação de medicamentos, recorrendo ao «[...] tratado de Materia Médica de Blasco, teniendo presente a Cullen, Murray y Alibert. Para la parte de Farmacia se seguirían los elementos de Carbonel y Fernández y el diccionario de Hernández de Gregorio.» (idem 109).

Antonio Máximo Blasco y Jorro, deixou-nos várias obras: *Specimen Materiae Medicae in gratiam proxim inchoantium* (1799), *Delineatio materiae medicae juxta novi systematis Browniani principia* (1800), *Principios o elementos de materia médica, para el uso de los que empiezan la practica de Medicina* (1800) presente na Universidade de Salamanca e, por fim, o *Compendio de materia médica para el uso de los médicos jóvenes* (1804). Quanto aos restantes autores mencionados, falamos de William Cullen, com várias obras sobre matéria

⁴⁵³ Como será fácil de perceber falamos do médico, naturalista e poeta suíço, Albrecht von Haller que entre 1739 e 1744 escreveu (em sete tomos) os referidos comentários: *Erläuterungen zu Boerhaaves Institutiones*. E do médico, anatomista e botânico, Gerard van Swieten, com a obra em cinco partes (1742-1772), *Commentaria in Hermanni Boerhaavii aphorismos de cognoscendis et curandis morbis*.

⁴⁵⁴ (Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Libros de Processos de Cátedras, 1776-1778, AUSA 1014, 211-213 e 220-225; Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA), Libros de Processos de Cátedras, 1779-1781, AUSA 1015, 183-196 e 604-605).

médica, Johan Andreas (Anders) Murray e Jean-Louis Marie Alibert. A presença de autores espanhóis foi evidente e para além de Blasco, temos Manuel Hernández de Gregorio e a obra *Diccionario elemental de farmacia, botanica y materia medica ó Aplicaciones de los fundamentos de la química moderna á la farmacia en todos sus ramos* (1803), e Francisco Carbonell y Bravo.

De instituições médicas até à matéria médica, vemos assim que o seu conteúdo é inseparável daquilo que podemos chamar de estudos farmacêuticos.

Para o período final que aqui estudamos para a Universidade de Salamanca, no início do século XIX⁴⁵⁵, vemos que estas cadeiras dispunham já de um número de obras bastante interessante.

O médico e químico alemão Johann Juncker, o também alemão Lukas Schröck (*Pharmacopoea Augustana restituta*, 1673), o inglês Thomas Fuller (*Pharmacopoeia Domestica*, 1723), os italianos Antonio de Sgobbis (*Nuovo et universale teatro farmacêutico*, 1667) e Antonio Muso Brassavola (*Examen omnium simplicium medicamentorum, quorum in officinis usus est*, 1537) estiveram presentes nesta instituição. Temos também referência a uma obra portuguesa, *Farmacopea de Lisboa*. Deduzimos que a obra seja a *Farmacopéa lisbonense ou Colecção dos simples, preparações, e composições mais eficazes, e de maior uso*, também conhecida por *Farmacopéa Lisbonense*. Editada em 1785, a autoria é atribuída a um docente de Coimbra, Manuel Joaquim Henriques de Paiva.

Mas também identificamos autores espanhóis como, Jerónimo de la Fuente Pierola (*Tyrocinio Pharmacopeo methodo medico y químico* de 1660 e com várias impressões, uma das últimas em 1721) e Juan de Loeches.

Temos também referências a farmacopeias várias, com indicações genéricas que não permitem indicar com precisão a(s) obra(s) a que se refere (*Modus Faciendi, Modo de hacer medicamentos e Pharmacopea, Varias Farmacopeas*)⁴⁵⁶.

Para o curso médico de Coimbra⁴⁵⁷, que deveria ser iniciado pela *Materia Medica*, os estatutos estabeleceram também como autor central o já referido para Salamanca, Herman Boerhaave. Os reformadores portugueses pretendiam um *Tratado* abreviado e simultaneamente *sucosos*, «[...] do modo que Boerhaave (ainda que com alguns defeitos) o procurou executar

⁴⁵⁵ (Biblioteca General Historica de la Universidad de Salamanca (BGHUS), Catálogo de Materias de la Biblioteca de la Universidad de Salamanca, Ms. 563, 118 e ss. e 202 e ss.).

⁴⁵⁶ Para uma análise das edições de várias farmacopeias na Europa mas com uma maior incidência em Portugal, ver (Conceição et al. 2014).

⁴⁵⁷ Os autores estrangeiros e portugueses para as várias matérias do curso médico, foram: Joseph Lieutaud (*Elementa Physiologiae*), Caetano José Pinto de Almeida e José Martins da Cunha Pessoa (Antunes 1982, 158 e 175).

nas suas Instituições, e Aphorismos.»⁴⁵⁸. Como podemos ver, as obras do médico holandês adotadas são muito similares aquelas que já apresentamos para Salamanca, as *Institutiones Medicae* (1708) e os *Aphorismi de cognoscendi morbi* (1709).

Não deixa de ser interessante a posição de destaque que Boerhaave tinha para os reformadores portugueses. O docente de matéria médica deveria começar a sua exposição pelo resumo da *Historia Medica* debruçando-se pelos períodos mais significativos. E pelos seus autores cimeiros, onde se destacava o médico holandês⁴⁵⁹. Para além do autor, os estatutos referem também a necessidade de recorrer ao sueco Carl Linneu quando o docente «[...] disponha, e ordene os referidos productos da Materia Medica por certas classes, ordens, géneros, e espécies [...]»⁴⁶⁰. Na mesma fonte, matéria médica é inseparável da *Arte Pharmaceutica*, faziam parte, segundo Pita, do grupo de cadeiras técnicas que a reforma de 1772 introduziu (2014, 144).

O recurso a obras estrangeiras para esta cadeira foi evidente, «[...] o que não nos surpreende face à impossibilidade de se dispor no próprio ano da reforma ou nos anos imediatos, de bibliografia devidamente preparada ou traduzida pelos lentes universitários.» (idem 168), embora o trabalho significativo de alguns docentes, como veremos.

Assim, em relação à adoção de obras estrangeiras e para além de Boerhaave, temos também Heinrich Johann Nepomuk von Crantz e a sua obra em três volumes, *Materia medica et chirurgica juxta systema naturae digesta* (1762)⁴⁶¹. Outro autor alemão presente foi Franz Xaver Hartmann, com a obra *Formula Remediorum in Mater. Med. Et Chirurgicam* (1771) (Antunes 1982, 183)⁴⁶². E tal como para Salamanca, o escocês William Cullen, *Traité de Matière Médicale*, sendo a primeira versão de 1789

O recurso a estas obras demonstra bem como a atualização dos currículos, neste caso de matéria médica e farmácia, foi uma preocupação constante (Pita 1996, 147–48). Prova disso, para além das obras referidas, o reflexo das novas ideias surgiu nas muitas teses apresentadas posteriormente, com claras referências ao que se fazia de mais moderno na área do pensamento médico (idem 148).

⁴⁵⁸ (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972, Livro III: Cursos das sciencias naturaes e filosoficas:21).

⁴⁵⁹ A citação é clara: «Desde a origem da Medicina até Hippocrates: Deste até Galeno: Desse até á Escola dos Arabes: Dos mesmos Arabes até Harveu: Desde até Boerhaave: E de Boerhaave até ao presente.» (idem 26).

⁴⁶⁰ A questão dos *productos* usados nesta disciplina era de facto central, para além dos muitos equipamentos ao dispor do docente para conduzir e demonstrar as suas experiencias a componente prática desta matéria exigia também que os alunos tivessem que conhecer bem «[...] os diferentes productos [que o lente] lhos mostre em todos os estados diferentes, que eles podem ter; isto he; frescos, seccos, velhos, podres, &c.» (idem 28 e 29).

⁴⁶¹ (*Actas das Congregações da Faculdade de Medicina (1772-1820)*, vol. I, 1982, 9).

⁴⁶² (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Imprensa da Universidade, Balanço dos livros da mesma», 1780 de 1773, Número de ordem 293).

Nesta matéria temos também de destacar a produção interna, principalmente por um dos docentes, Francisco Tavares. Após os vários avisos régios para a produção de compêndios, temos logo uma informação do contributo deste lente em 1786⁴⁶³. No ano seguinte, é o Reitor que escreve ao Visconde de Vila Nova da Cerveira demonstrando o adiantar da obra:

«[...] fui informado q. o D.^{or} Francisco Tavares Lente de Materia Medica, naó só havia composto já a primeira parte do Compendio proprio da sua Cadr.^a, e ensinava por elle; mas a segunda se achava a este Tempo Imprensa, com approvaçáo da m.^{ma} Congreg.^{ao}, e q. havia começado a trabalhar tambem na terceira [...]»⁴⁶⁴.

A segunda parte da obra referida na citação estava já pronta e aprovada em 1789⁴⁶⁵. Francisco Tavares foi docente de matéria médica tendo também dirigido o dispensatório farmacêutico por tempo considerável, mas, para além disso, destacou-se na produção científica. Como Pita nos mostrou, os lentes e demonstradores de matéria médica e farmácia entre 1772 e 1836, editaram (entre Coimbra e Lisboa) um total de quatorze obras sobre esta matéria. Sendo a maioria destas da autoria de Francisco Tavares (1996, 149, ver Quadro XXVII; Pita 2014, 163 e 169). E mantiveram-se como base para esta disciplina durante mais de duas décadas (idem 172), como foi o caso da *Pharmacologia Libellus* e *Pharmacologia*, presentes até 1835. Obras como a *Pharmacopea* ou a *Pharmacologia* tiveram reedições após a morte do autor, em 1823, 1824 e 1829.

Cronologicamente, as obras de Tavares foram:

⁴⁶³ (*Actas das Congregações da Faculdade de Medicina (1772-1820)*, I:38).

⁴⁶⁴ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Contas e Propostas da Universidade de Coimbra, 1775-1799, Mç. 512, Cx. 638).

⁴⁶⁵ A citação é também explícita tanto das instancias de aprovação de obras realizadas por docentes: «[...] o segundo tomo do Compendio de Materia Medica, q. o D.^{or} Francisco Tavares, Lente daquela Cadeira, compôs para o uso das Liçoens della no tempo em q a Regia. Foi esta obra aprovada pela Congreg.^{am} da Faculd.^e p.^a o referido fim, e impressa com as Licenças do Tribunal compet.^e O q suposto, e o conhecimento q tenho de merecim.^{to} do Autor; persuadome q. não deixará de merecer tambem a Real approvaçãõ de S. Mag.^e [...]» (idem).

Obras de Francisco Tavares

Tabela 25: Obras do docente Francisco Tavares para matéria médica.

título	ano
<i>De pharmacologia libellus academicis praelectionibus accomadodatus</i>	1786
<i>Medicamentorum sylloge propriae pharmacological exempla sistens in usum academicarum praelectionum</i>	1787
<i>Advertências sobre os abusos, e legitimo uso das águas minerais das Caldas da Rainha, para servir de regulamento aos enfermos que delas têm precisão real</i>	1791
<i>Pharmacopeia Geral</i>	1794
<i>Resultado das Observações feitas no Hospital Real da Inoculação das Bexigas nos anos de 1796, 1797 e 1798</i>	1799
<i>Observações e reflexões sobre o uso proveitoso e saudavel da quinanna gôta</i>	1802
<i>Pharmacologia</i>	1809
<i>Manual de gotosos e de rheumaticos</i>	1810
<i>Instrucções e cautelas practicas sobre a natureza, diferentes espécies, virtudes em geral, e uso legitimo das aguas mineraes, principalmente de Caldas</i>	1810
<i>Pharmacopeia Geral</i>	1823
<i>Pharmacopeia Geral</i>	1824
<i>Pharmacologia</i>	1829

O legado do lente é evidente e significativo, e juntamente com as várias obras de autores de referência no espaço europeu, proporcionaram uma base sólida para as aulas de matéria médica na Universidade portuguesa.

Para além de Tavares, temos também em 1792 as *Instituições ou elementos de Farmacia*, publicadas pelo docente Manuel Joaquim Henriques de Paiva, após a morte do autor e também docente José Franco Leal (Pita 1996, 149).

Compêndios para as cadeiras do curso de artes e filosofia

Vimos que a grande diferença entre Coimbra e Salamanca relativamente à filosofia ficou a dever-se a perceções distintas que os reformadores fizeram deste saber. Inicialmente, esta diferença manifestou-se na reforma da faculdade de artes e não na criação de uma faculdade de filosofia, que acaba apenas por acontecer mais tarde em Salamanca. Nesta Universidade espanhola, a filosofia manteve o seu carácter propedêutico enquanto que em Coimbra, procurou estabelecer-se uma faculdade com um certo nível de autonomia. Apesar de também funcionar como ensino propedêutico para a medicina, matemática, leis e cânones.

Entre as cadeiras mais emblemáticas estava a história natural. Mas quais as obras adotadas pelas Universidades aqui em estudo? Começemos por Coimbra.

As «[...] verdades de facto pertencentes aos três Reinos da Natureza [...]»⁴⁶⁶, segundo os reformadores portugueses em 1771, deveriam ter como autor chave Plínio o Velho que compôs a conhecida *Naturalis Historia* (ver a obra dirigida por Gibson e Morello 2011 e também Doody 2010). A *Historia de Plinio* valia pela «[...] expressão nobre e exacta, e magnífica, que infunde nos Leitores [...]». No final do ano letivo, teriam já os alunos que ter ouvido as ideias chaves do autor. Pouco depois do início da reforma, numa carta onde vemos alguns livros comprados por Vandelli à livraria Borel (Denipoti 2014), e destinados ao museu da Universidade encontramos a obra *Histoire naturelle du Sénégal* (Paris, 1757) do botânico francês, Michel Adanson⁴⁶⁷.

Em Salamanca, em 1788 foi proposto o espanhol Antonio Palau e as suas *Explicaciones de la filosofia y fundamentos botánicos de Linneo* (Albares Albares 2006, 614). E é no plano de 1807, onde se introduziu a história natural (juntamente com a astronomia) que vemos que o autor escolhido (para além do que o docente achasse apropriado) seria o espanhol Benito Bails e a sua obra *Principios de Matemáticas* (Luis Peset 2006, 450). A obra do autor catalão versou-se principalmente sobre a matemática (Rodríguez Venegas e Galindo Salas 2003; Saavedra Alías 2003a; 2003b), o que nos pode levar a concluir que nesta cadeira esta componente seria central e os ensinamentos de história natural deveriam ter sido introduzidos por outras obras. Mas em 1820 a situação muda consideravelmente.

A partir deste momento, a botânica passa a ser um elemento central desta cadeira e, neste sentido foi dada uma maior preferência ao sueco Carl Linneu. Falamos assim na obra taxonómica do autor sueco, «[...] reduciendo las plantas á clases, órdenes, géneros y espécies [...]». Mais tarde, vamos identificar a *Systema plantarum Europae*, de 1785⁴⁶⁸. Em Coimbra, vamos também encontrar obras semelhantes (*Systema* e *Systema plantarum*)⁴⁶⁹. Mas também outras como *Philosophia Botanica* (Leiden, 1736), *Genera Plantarum* (Leiden, 1737) e as *Classes Plantarum* (Leiden, 1738) (Costa 2014, 190)⁴⁷⁰.

⁴⁶⁶ (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972, Livro III: Cursos das sciencias naturaes e filosoficas:229).

⁴⁶⁷ (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Universidade de Coimbra, Museu de História Natural – Avaliação do Museu Vandelli, aquisição de Livros e outro material, despesas varias, requerimentos, certidões, etc., séc. XVIII-XIX, IV-1.ªE, 8,5, 23).

⁴⁶⁸ (Biblioteca General Historica de la Universidad de Salamanca (BGHUS), Catálogo de Materias de la Biblioteca de la Universidad de Salamanca, Ms. 563).

⁴⁶⁹ (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Imprensa da Universidade, Balanço do Livro da loja Junto com este outro caderno de Balanço de 1790, 1823, Número de Ordem 737).

⁴⁷⁰ Segundo o autor, em 1791, o docente José Jorge foi encarregue de redigir compêndios para botânica e agricultura, mas esta tarefa acaba por ser pouco depois confinada a Félix Avelar Brotero.

Ainda para a botânica, os *elementos* desta disciplina deveriam ser lecionados através da obra de dois espanhóis, Antonio José Cavanilles (González Bueno 2002b; 2002a; Mateo Sanz e Laguna Lumbreras 2004), botânico, naturalista e geólogo e Casimiro Gómez de Ortega (González Bueno 2002b; Esteva de Sagrera 2005), médico e botânico. Por fim, foi também recomendado o recurso as obras do matemático e naturalista francês, Georges-Louis Leclerc, ou Conde de Buffon. Não refere o nome das obras («[...] el discurso de Buffon, que precede à su historia [...]»), apenas que estas seriam usadas nos ensinamentos da botânica⁴⁷¹.

Depois da botânica, seguiram-se mineralogia e a zoologia. Para a primeira, voltou a ser indicado Buffon, mas, principalmente, Abraham Gottlob Werner. O geólogo alemão, ficou conhecido pela sua hipótese sobre a estratificação da terra (ver as diferentes linhas de entendimento das ideias do autor em Seddon 1973). Para a zoologia, mantinham-se as obras do sueco Linneu, mas também dos naturalistas franceses: Jean Léopold Nicolas Frédéric, Baron Cuvier (ou Georges Cuvier) (Taquet 2006; Faria 2012; C. McClellan 2001; Rudwick 1997) e Jean-Baptiste Pierre Antoine de Monet, (também conhecido por Jean-Baptiste Lamarck) (Burkhardt 1970; Coleman 1978; Jordanova 1984; Szyfman 1982). Como as fontes nos mostraram, o número de compêndios foi consideravelmente superior e mais variado.

Para o caso de Salamanca, é curioso notar que o naturalista francês Bernard de Jussieu e a sua obra, *Catalogus plantarum quae in horto Regio demonstratae sunt a D. Dejussieu Per annum 1752*⁴⁷², já estavam presentes nesta instituição. Embora sem ter sido possível ver se a sua entrada se fez antes da reforma, mas a presença desta obra demonstra bem a atenção ao que era produzido noutros países.

Em Coimbra, logo depois do início da reforma, assistimos a alguma confusão na escolha dos compêndios para esta cadeira. E o mesmo acontece em Salamanca nesta fase inicial da reforma (ver Rodríguez Domínguez 1979, 30 e ss.). Em 1774, apesar de não termos o nome das obras, sabemos apenas que as propostas foram várias na reunião da congregação e as dúvidas foram intransponíveis. A decisão foi adiada e infelizmente não conseguimos acompanhar o resto da discussão⁴⁷³. Pouco tempo depois temos já uma pressão clara para a produção interna⁴⁷⁴. Esta congregação decide que o docente da cadeira de história natural deveria fazer

⁴⁷¹ Mas destacamos aqui a longa obra em 12 tomos, publicada desde 1749 até 1764, denominada, *Histoire naturelle, générale et particulière, avec la description du Cabinet du Roy* (Roger 1989).

⁴⁷² (Biblioteca General Histórica de la Universidad de Salamanca (BGHUS), Bernard de (?) Jussieu: “Catalogus plantarum horti regii”, Ms.119). Esta obra é um catálogo de 1752, bastante completo, com 311 páginas e contém centenas de espécies de plantas.

⁴⁷³ (*Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820)*, 4).

⁴⁷⁴ (*Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820)* 1978, 65–67)

os Prolegómenos da obra do sueco Carl Linneu, tarefa que nunca realizou (Costa 2014, 191)⁴⁷⁵. Por sua vez, tal como aconteceu em Salamanca, as obras de Linneu fizeram parte da realidade pós-reforma.

Para Salamanca, através dos vários catálogos, podemos ver que a Universidade dispôs de um número interessante de obras para esta disciplina. Realçamos a presença abundante de livros de botânica, a sua importância para os alunos de medicina era essencial. Mas vamos começar pelos compêndios de história natural.

A primeira referência é de Joseph Jacob von Plenck⁴⁷⁶, medico e botânico, principalmente conhecido pelos seus avanços na área da dermatologia. Foi também um seguidor das ideias do sueco Linneu (Holubar e Frankl 1984; Grzybowski, Kels, e Grant-Kels 2015). Na mesma fonte, temos a indicação que a obra usada era a «[...] Historia natural de las plantas [...]», o que nos leva a concluir que estamos a falar da sua conhecida obra, editada originalmente em 1794, *Physiologia et pathologia plantarum*. Redigida em latim, mas que nas duas décadas seguintes ganha várias traduções em alemão, francês e italiano (Ainsworth 1981, 21)⁴⁷⁷.

O recurso a autores estrangeiros foi significativo e variado. Identificamos o autor francês, François Sulpice Beudant (Gaudant 1997), e à referência ao seu curso elementar de história natural editada em Paris em 1815, *Essai d'un cours élémentaire et général des sciences physiques*. Giacomo (ou Jacopo) Zabarella, filósofo aristotélico italiano, e a sua obra *De rebus naturalibus* publicada em 1590 (Randall 1961) com vários tratados de filosofia natural de Aristóteles. O outro naturalista italiano (de Genova), foi Charles Bonnet e a sua obra, *Œuvres d'histoire naturelle et de philosophie*, em vários volumes publicados entre 1779 e 1783. Da Alemanha, temos referências ao matemático, medico e astrónomo Jakob Milich, e à sua obra sobre Plínio, *Commentarii in secundum librum Plinii de hist. Mundi* (1534). Por fim, identificamos também a obra *Historia Plantarum Universalis Oxoniensis* (1680), do inglês Robert Morison.

Simultaneamente, o número de autores espanhóis foi também significativo. Identificamos Benito Arias Montano e a sua obra, *Naturae Historia, prima in magni operis*

⁴⁷⁵ Em 1787, a congregação volta a mencionar esta obrigação de Vandelli, mas o docente não estaria sequer na instituição, «[...] não posso informar a V.Ex.^a porq. o D.^o Vandelli nem se acha na Universidade [...]» (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Contas e Propostas da Universidade de Coimbra. 1775-1799, Mç. 512, Cx. 638).

⁴⁷⁶ (Biblioteca General Historica de la Universidad de Salamanca (BGHUS), Catálogo de Materias de la Biblioteca de la Universidad de Salamanca», Ms. 563).

⁴⁷⁷ Outra obra também bastante conhecida foi, *Elementa terminologiae botanicae ac systematis sexualis plantarum* de 1796. Mas pelo comentário do autor, o foco desta obra era a botânica, enquanto que a anterior (1794), trata a história natural, de forma mais ampla.

corpore pars (1601), Benito Pereira e as suas várias obras de história natural, o jesuíta José de Acosta e a *Historia natural y moral de las Indias* (1588-1590) e Agustín Yañez y Girona com a sua obra de referência, editada em 1820, *Lecciones de Historia Natural*⁴⁷⁸.

A cadeira de história natural, apesar das diferenças na sua adoção, acaba por beneficiar de um número de obras e autores significativos. Principalmente, procurou ir ao encontro das obras de referência da época. Com o desenvolvimento da botânica, mineralogia e da própria zoologia, o que também assistimos no conjunto das obras adquiridas, é essa mesma autonomia. Com livros que já não são de história natural, mas de matérias específicas. No conjunto, destacamos assim a abundância de obras de botânica, em detrimento das outras componentes da história natural. Como justificação, apontamos a importância da botânica para o ensino da medicina.

Para além das muitas obras acima, desde Linneu a Buffon⁴⁷⁹, vemos já uma base interessante para o estudo da botânica, mas destacamos mais obras. Para Coimbra, o autor base foi Linneu. Desde 1772, o que de facto interessava era conhecer as plantas *úteis* e a melhor forma de as usar⁴⁸⁰. Ficou claro que não seria necessário perder muito tempo com os vários sistemas (favorecendo o método do naturalista sueco), privilegiando o estudo das possibilidades para o *uso do Homem*.

Para Coimbra não podemos então esquecer o contributo de alguns dos docentes para esta matéria, falamos de Domingos Vandelli e Félix Avelar Brotero. Na cadeira de botânica e de agricultura lecionada por Brotero, vemos que este, pouco depois da sua posse, estaria a compor «[...] os Elementos da Agricultura p.^a uso das Lições da sua Cadeira, de q. já imprimio os primr.os Cadernos [...]»⁴⁸¹. Mas ainda antes, em 1784, Vandelli compra para o museu várias obras onde marcou presença o botânico inglês, Leonard Plukenet⁴⁸². Na fonte analisada temos apenas a referência de *Botanica, 4. Vol.* O que nos leva a deduzir que possa ter sido um dos mais significativos contributos do autor inglês, *Almagestum botanicam* (1696), *Almagestum botanici mantissa* (1700) e *Amaltheum botanicum* (1705).

⁴⁷⁸ Identificamos também autores que entraram na Universidade de Salamanca pouco depois do período aqui em estudo, como Henri Milne-Edwards e Apollinaire Bouchardat, para citar alguns.

⁴⁷⁹ Mas também Rafael Bluteau (Antunes 1982, 158).

⁴⁸⁰ (*Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* 1972, Livro III: Cursos das sciencias naturaes e filosoficas:242).

⁴⁸¹ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Negócios diversos da Universidade de Coimbra, 1643-1831, Mç. 519, Cx. 645)

⁴⁸² (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Universidade de Coimbra, Museu de História Natural – Avaliação do Museu Vandelli, aquisição de Livros e outro material, despesas varias, requerimentos, certidões, etc., séc. XVIII-XIX, IV-1.^aE, 8,5, 23).

Para Salamanca, e já numa fase tardia, conseguimos identificar o abundante número de obras de que esta Universidade já dispunha. Infelizmente, não foi possível apresentar aqui todas as obras referenciadas devido às dificuldades na leitura de nome de autores e de compêndios.

A lista de autores estrangeiros é abundante. Joseph Pitton de Tournefort, botânico francês e a sua obra (de 1694), *Éléments de botanique ou methode pour connaître les plantes*. O *Dictionnaire universel d'agriculture, par une société d'agriculteurs, et rédigé par M. l'abbé Rozier* de Jean-Baptiste François Rozier, botânico e agrónomo. Do médico e botânico alemão, Christian Gottlieb Ludwig, identificamos a obra *De vegetazione plantarum marinarum* (1736). Destacamos também Carolus Clusius; *Rariorum plantarum historia, A Treatise on the Culture and Management of Fruit Trees* (1601) de William Forsyth (escocês) e Gaspard Bauhin (embora sem ser possível definir com certeza, as indicações dadas podem dizer respeito a duas das suas obras, *Prodromus theatri botanici* de 1620, ou *Pinax theatri botanici*, 1623). No caso dos autores espanhóis, destacamos: *Ramillete de plantas*, (1637) de Frei Esteban de Villa, *Flora española o historia de las plantas que se crían en España* de 1762 e Francisco Asensio y Mejorada.

A mineralogia acaba por ser uma introdução mais tardia. Todavia, contou também com um número de compêndios interessante e muitas vezes muito ligados a outra disciplina, a química. Em 1791 Luís António de Sampaio foi encarregue de realizar um compêndio, obrigação que depois passou para José Jorge (Costa 2014, 191). Em 1797, Francisco António Ribeiro Paiva foi encarregue de compor o seu próprio compêndio para esta matéria para a Universidade portuguesa⁴⁸³. E um ano depois, a escolha recaiu já no francês Mathurin Jacques Brisson, que seria a obra central desta matéria⁴⁸⁴. Em Salamanca, encontramos o valenciano José Vicente del Olmo, figura seiscentista e uma referência pouco clara (*Tratado de piedras*⁴⁸⁵).

Zoologia, na mesma Universidade, contou com obras de Francisco Vélez de Arciniega, daquela que seria talvez a sua obra mais emblemática, *Historia de los animales mas recibidos en el uso de medicina*, de 1613. A *Historia Animalium* de Aristóteles e, pelo menos, mais duas obras que não foi possível identificar com precisão. Para Coimbra, para além das obras já indicadas e que seriam usadas nesta cadeira, como Linneu, em 1791 Francisco António Ribeiro

⁴⁸³ (*Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820)*, 234 e 236). Paiva apresenta o plano para o seu compêndio na reunião de 18 de dezembro de 1797.

⁴⁸⁴ (idem 242–43).

⁴⁸⁵ (Biblioteca General Historica de la Universidad de Salamanca (BGHUS), Catálogo de Materias de la Biblioteca de la Universidad de Salamanca, Ms. 563). Através da parca informação, parece que se refere a uma das suas mais importantes obras, *Lithologia o explicación de las piedras y otras Antigüedades halladas en las çanjas que se abrieron para los fundamentos de la Capilla de nuestra Señora de los Desamparados de Valencia*, de 1653.

Paiva foi encarregue de traduzir para o latim a obra *Les Introductions aux Animaux* de M. Bonaterra (Costa 2014, 191). Muito próximo destas matérias temos a disciplina de agricultura.

Para Coimbra, em 1806, temos já referências a tradução do *Dictionnaire* de Jean-Baptiste François Rozier, intitulada *Diccionario de Agricultura* da autoria do docente Francisco Soares Franco (impressa pela imprensa da Universidade)⁴⁸⁶. Na Universidade espanhola temos de analisar os últimos estatutos aqui em análise, e vemos os trabalhos de Gabriel Alonso de Herrera (*Obra de Agricultura* -1513) e do já referido Jean-Baptiste François Rozier e o seu *Dictionnaire universel d'agriculture* em 10 volumes publicado entre 1781 e 1800⁴⁸⁷ (seguiram-se outros volumes, mas não foram redigidos pelo autor).

A física experimental foi outra das cadeiras importantes destas reformas. Em 1771, o plano do Fiscal Campomanes refere que o autor central para esta cadeira deveria ser o holandês Pieter van Musschenbroek (Addy 1966, 319)⁴⁸⁸. Como Luís Peset referiu, pretendeu-se valorizar uma abordagem mais racional e mecânica (2006, 439). A introdução do holandês e mais tarde do francês François Jacquier, significou a entrada de Newton e da filosofia moderna na Universidade (idem 439). Musschenbroek mantém-se até 1807 para física e química, mas acaba por ter de partilhar o seu lugar com Antoine François, conde de Fourcroy. A escolha deste último autor deve-se principalmente pelas obras de François em química.

Na sua congénere de Coimbra, Musschenbroek também teve um lugar de destaque, embora identificássemos também Johann Beckmann e Dalla Bella (*Physices Elementa*). As obras do holandês foram *Cours de Physique Experimentale et Mathematique* e *Compendium Physices in usum Academicum* (Antunes 1982, 167).

Mas a introdução de Jacquier, em Salamanca, foi ainda mais significativa. Em 1771, Antoine Goudin⁴⁸⁹, também ele francês, deveria ser o autor central para o curso de artes. Mais tarde, em 1788, foi substituído por Jacquier «[...] un científico conocido, que unía su catolicismo probado a un gran conocimiento de la Física de la época, en especial el

⁴⁸⁶ Obra dividida em 5 volumes. (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Imprensa da Universidade, Obras de fora, 1805, Número de Ordem 584, 8).

⁴⁸⁷ (*Informe de la Universidad de Salamanca. Sobre Plan de Estudios, ó sobre su fundacion, altura y decadencia, y sobre las mejoras de que es susceptible: con cuyo motivo presenta un proyecto de Ley sobre la Instruccion Publica* 1820, 56).

⁴⁸⁸ Falamos assim da obra *Elementa Physica* de 1726 (Albares Albares 2006, 589). Como vimos, esta cadeira manteve uma ligação profunda com o curso de medicina, e nesse sentido, Albares Albares, mostra-nos também que outra das obras que foi referenciada pertencia ao filósofo e matemático holandês, Willem Jacob 's Gravesande. Falamos de *Physices elementa mathematica, experimentis confirmata, sive introductio ad philosophiam Newtonianam* (1720-21).

⁴⁸⁹ A *Philosophia tomística iuxta inconcussa tutissimaque Divi Thomae dogmata* de 1671, deveria ser adotada até que a Universidade apresentasse um livro «[...] conforme a las máximas del reverenísimo Feijoo.» (Albares Albares 2006, 592).

newtonionismo.» (idem 441). Falamos assim das *Institutiones philosophicae ad studia theologica accomodatae* de 1749 (com tradução espanhola de 1787-88) (Albares Albares 2006, 592, 636 e 639). A permanência desta obra foi longa. Depois de 1788, é de novo referenciado em 1792 como autor central (Luis Peset 2006, 444 e 450) e em 1818 vê a sua posição reforçada (Albares Albares 2006, 639). Ainda para física experimental nesta Universidade, identificamos também a *Física moderna racional y experimental* (1745) do espanhol Andrés Piquer. Estiveram também presentes, Honoré Fabri, Luis Feuilleé, John Keill (*Introductio ad Veram Physicam seu Lectiones Physicae*, 1702) e Jean Saury (*Cours de physique expérimentale et théorique, publié à Paris, 1776*). E também Joseph-Aignan Sigaud de Lafond, docente de uma cadeira com o mesmo nome, mas no Colégio Louis-le-Grand em Paris, e duas das suas obras: *Description et usage d'un cabinet de physique* (1775) e *Elémens de physique théorique et expérimentale* (1777)⁴⁹⁰.

Por fim, a química, presente em ambas as instituições e nos dois casos, bastante ligada à medicina. Em Salamanca, a obra principal foi de Antoine François, o já referido conde de Fourcroy, *The Philosophy of Chemistry* de 1792 (Robledo Hernández 2014, 71)⁴⁹¹. Simultaneamente, desde 1771 que Hermann Boerhaave passou a ser o autor central para medicina, mas também ele com algumas obras para química.

Em Coimbra, esta cadeira foi profundamente influenciada por autores franceses, através de obras como *Institutiones Chemiae* de Jacob Spielmann, editada em 1766, e os *Fundamenta Chemiae* de Giovanni Scopoli, editada em 1777 (Martins 2013, 77)⁴⁹². A obra de Scopoli manteve-se até ao fim da década de 1790. Durante a regência de Rodrigues Sobral e no sentido de atualizar o ensino desta disciplina, foi proposto o livro de Nikolaus Joseph Freiherr von Jacquin (*Elementa Chemiae Universae et Medicae – Praelectionibus Publicis suis accomodata, Conimbricae, Typis Academicis, 1807*). Enquanto não foi possível dispor de exemplares foi usada a obra de J. A. Chaptal, *Éléments de Chimie*, em 3 volumes de 1790 até 1803 (Costa 2014, 201).

Vicente Coelho Seabra e Telles foi um dos docentes que mais contribuiu para a renovação desta cadeira, falamos das obras *Observações Físico-químicas*⁴⁹³ e a *Dissertação*

⁴⁹⁰ (Biblioteca General Historica de la Universidad de Salamanca (BGHUS), Catálogo de Materias de la Biblioteca de la Universidad de Salamanca, Ms. 563).

⁴⁹¹ No original: *Philosophie chimique: Vérités fondamentales de la chimie moderne, disposées dans un nouvel ordre*.

⁴⁹² Costa após analisar o texto da primeira aula de química de Vandelli, notou que teve por base a obra de Spielmann e realizou pouco mais de uma dezena de experiências (Costa 2014, 200-201). Para além disso, Costa refere também que o italiano recomendou aos seus alunos autores como Étienne Geoffroy Saint-Hilaire, Percival Pott, Pierre-Joseph Macquer ou Antoine Baumé, todos bastante ligados à química embora alguns com uma componente médica evidente.

⁴⁹³ (*Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820)* 1978, 84)

sobre a *Fermentação em Geral, e suas Espécies, Elementos de Chimica*, escritas sob inspiração de Lavoisier, Bertholet e Fourcroy (Costa 1991; Martins 2013, 77;). Vandelli iniciou também as suas *Lições Teoréticas* para química, mas nunca terminadas. Mais tarde, foi a vez de Manuel Joaquim de Paiva, com os seus *Elementos de Chimica e Farmácia*, impresso pela Academia de Ciências em 1783 (Costa 2014, 202).

As mudanças posteriores a 1800 em Salamanca, apesar de toda a atribuição, permitiram a entrada de novas obras. A criação do colégio de filosofia foi bastante importante e tanto a botânica e a química saíram reforçadas com os *Elemens de Chymie Theorique* de 1749, do francês Pierre-Joseph Macquer. Traduzidos pelo espanhol Miguel Gerónimo Suárez y Núñez (Albares Albares 2006, 614). No início do século XIX⁴⁹⁴, a biblioteca continha variadas obras onde, tal como em Coimbra, sobressaiam os autores franceses. Antoine Baumé (referido por Vandelli nas suas aulas em Coimbra) e o seu tratado de química experimental de 1775, Jean-Antoine Chaptal (*Éléments de Chymie*, 1790), Nicolas Lémery (*Cours de chymie*, 1744) e Louis Jacques Thénard (*Traité de chimie élémentaire, théorique et pratique*, 1813–16). Temos também a presença dos alemães Georg Ernst Stahl (*Theoria medica vera*, 1707 e *Experimenta et observationes chemicae*, 1731). Oswald Croll, do tratado de química de Avicena. E do italiano Luigi Valentino Brugnatelli identificamos uma referência aos *Annali di chimica* (1790-1805)⁴⁹⁵.

Concluindo, destacamos mais alguns compêndios para outras disciplinas. Para metalurgia, Manuel José Barjona, docente de Coimbra, em 1791 foi encarregue pela sua faculdade em compor uma obra⁴⁹⁶. Para Salamanca, temos também a obra *Maquinas hydraulicas de molinos y herrerias, y gobierno de los arboles*⁴⁹⁷ (1736) do espanhol Pedro Bernardo Villa-real De Berriz e Pierre Varignon para mecânica (mas também matemática).

⁴⁹⁴ (Biblioteca General Historica de la Universidad de Salamanca (BGHUS), Catálogo de Materias de la Biblioteca de la Universidad de Salamanca, Ms. 563).

⁴⁹⁵ Como já temos vindo a fazer referência, a fonte consultada nem sempre nos permitiu identificar todas as obras ou autores devido às dificuldades de leitura.

⁴⁹⁶ (*Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia (1772-1820)* 1978, 154) Parte do compendio de Barjona foi aprovado em 18 de julho de 1797 (233). Na reunião de 13 de julho de 1798 o compendio de Barjona já estaria terminado e o preço de venda foi estabelecido (241). Mais tarde, em 1823, voltamos a encontrar uma referência a esta obra, o que nos permite concluir que o autor de facto cumpriu a sua tarefa (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Imprensa da Universidade, Balanço do Livro da loja Junto com este outro caderno de Balanço de 1790, 1823, Número de Ordem 737).

⁴⁹⁷ (Biblioteca General Historica de la Universidad de Salamanca (BGHUS), Catálogo de Materias de la Biblioteca de la Universidad de Salamanca», Ms. 563).

Compêndios para astronomia (em matemática e artes)

Antes de apresentarmos os autores escolhidos, convém fazer um reparo importante⁴⁹⁸. A evolução de muitas das disciplinas (onde se inclui astronomia) durante este período, foi uma realidade evidente. Para as lições elementares (*das ditas Sciencias*) não deveria existir um livro ou autor central. Qual a razão?

Os avanços rápidos e recentes nesta matéria. Desta forma, exigiam os estatutos que os docentes se regessem pelos autores e livros que «Eu for servido ordenar provisionalmente.». Simultaneamente, ficava também a própria congregação com poder de propor. E mais importante, os docentes, «[...] que achar não haver Tratado impresso [...]» deveriam compor o seu próprio livro. No plano de 1807, encontramos a mesma recomendação. O autor central seria o espanhol Benito Bails, matemático importante falecido em 1797 e, para além deste, «[...] y en lo demas á juicio del Catedrático». Concluindo, os docentes, apesar de todas as indicações tinham aqui uma significativa liberdade de ação.

O estudo dos movimentos dos *Astros*, teve um papel importante, mas quais os autores de referência, apesar do reparo anterior? Nas lições do quarto ano do curso de matemática, começamos a ver com algum detalhe os autores mais emblemáticos na história desta matéria: Hiparco, Ptolomeu, Albatêgnio, Kepler e Newton.

Apesar disso, o alemão Johannes Kepler, parece ter sido um dos autores de referência dos reformadores. Para resolver o problema da distribuição desigual dos movimentos planetários, «[...] mostrará a solução do *Problema* de Kepler [...]». A fonte não avança o nome da obra. Mas parece possível avançar que pelo conteúdo a que se refere podemos estar a falar de um conjunto de obras que trataram o movimento dos planetas, como o *Mysterium Cosmographicum* (Tübingen in 1597), *Astronomia nova* (1609), *Harmonices Mundi* (1619) e *Rudolphine Tables* (1627). Assim, questões como movimento, trajetória, direção, velocidade e irregularidades deveriam ser tratadas através dos trabalhos e ideias do autor alemão. Outro dos autores presentes na imprensa foi o francês Jean-Baptiste Chappe d'Auteroche, *Tables Astronomiques de Halley* (presente de 1792 até 1805). Como Antunes referiu, para o caso da astronomia, a presença francesa foi dominante (1982, 158 e 173; Figueiredo 2011).

Na Universidade de Salamanca, à astronomia ligada à história natural (também chamada de astrologia) ganha maior visibilidade após 1807, apesar de não ter sido considerada uma

⁴⁹⁸ (Estatutos da Universidade de Coimbra (1772) 1972, Livro III: Cursos das ciencias naturaes e filosoficas:164, 189–95). A totalidade de autores usados nas cadeiras do curso de matemática foram: Étienne Besout; Charles Marie Bossut; Euclides; José Monteiro da Rocha; Gioseppe Toaldo (Antunes 1982, 158).

matéria fundamental (Addy 1966, 368). Já a obra central para esta cadeira pertencia ao autor espanhol, Benito Bails, matemático. Destacou-se na área da arquitetura, e as suas obras emblemáticas foram marcos na matemática espanhola onde se destacaram os *Principios de Matemáticas* (1776). A obra do autor foi considerada volumosa e nesse sentido, em 1782, surgem os *Elementos de Matemáticas* do docente Juan Justo García. Esta foi considerada «[...] un resumen de Bails o una adaptación de Wolff [...]», mas, para além disso, esta obra significava, «[...] el comienzo oficial de la enseñanza del cálculo infinitesimal en la Universidad.» (Luis Peset 2006, 445).

Já no *Informe* de 1820⁴⁹⁹, mostra-nos que bem antes da reforma a astronomia teve um lugar importante na Universidade de Salamanca⁵⁰⁰. Como Wallace refere, desde o século XVI que assistimos a revitalização deste saber e à sua entrada nos currículos universitários um pouco por toda a Europa (2008, 204)⁵⁰¹. No ensino das *Matemáticas y Astrología* dos estatutos de 1625 de Salamanca, vemos que o segundo ano do curso era dedicado apenas a esta disciplina. Com o recurso a autores como Christophoro Calvio, Juan de Monterregió e Erasmo Reinoldo. Mas antes da reforma, o que de facto deve ser ressaltado são as referências a autores como Ptolomeu e Nicolau Copérnico⁵⁰².

Mas no último plano aqui analisado as alterações não foram significativas. Benito Bails manteve o seu lugar, tendo os alunos desta disciplina, de conhecer de forma mais extensa as várias obras do autor. Requeriam também a introdução de Joseph de Lalande (também presente em Coimbra (Antunes 1982, 158). Lalande foi um astrónomo francês, e a sua obra foi traduzida por Bails⁵⁰³. Por fim, temos um outro autor, também ele espanhol, Jorge Juan y Santacilia, oficial da Marinha, foi também matemático e escreveu abundantemente sobre navegação. Juan Y Santacilia escreveu com António de Ulloa (também militar), em 1748 as *Observaciones*

⁴⁹⁹ Apesar de matemática ter permanecido como um ensinamento propedêutico e completamente ausente de autonomia e de faculdade própria, realçamos o facto de que as fontes nos demonstrarem um abundante número de obras de matemática presentes na biblioteca da Universidade já na fase final do período aqui em estudo (Biblioteca General Historica de la Universidad de Salamanca (BGHUS), Catálogo de Materias de la Biblioteca de la Universidad de Salamanca, Ms. 563).

⁵⁰⁰ Algumas décadas antes da reforma (1728) temos uma carta do docente da Universidade de Salamanca, Diego de Torres Villarroel, pedindo autorização para imprimir uma das suas obras (Archivo General de Simancas (AGS), Secretaria de Gracia y Justicia. Imprentas. Fechos del negociado de imprentas, 1658-1788, Legajo 979). Este escritor, poeta, dramaturgo, padre e matemático, notabilizou-se pelas suas obras onde destacamos o *Recitarios Astrológicos y Alquímico*, sobre astronomia e química.

⁵⁰¹ O Renascimento foi importante para o desenvolvimento desta disciplina, a partir deste período vemos uma maior importância atribuída a astronomia física, ciências atmosféricas e meteorologia (idem 212).

⁵⁰² (*Informe de la Universidad de Salamanca. Sobre Plan de Estudios, ó sobre su fundacion, altura y decadencia, y sobre las mejoras de que es susceptible: con cuyo motivo presenta un proyecto de Ley sobre la Instruccion Publica* 1820, 13 e 55).

⁵⁰³ Não temos o título do compêndio traduzido por Bails, embora a obra mais emblemática do francês tenha sido o *Traité d'astronomie*, de 1764. Posteriormente alargada contando com 4 volumes no total, sendo o último de 1792. Mas não o podemos confirmar com a certeza necessária.

astronómicas y físicas hechas en los Reinos del Perú e, em 1774, o *Estado de la astronomía en Europa* (obra de grande importância que compõe sozinho). O facto de o plano de 1820, no caso da astronomia, ter apenas procurado reforçar o que já tinha sido introduzido em 1807, está na linha do defendido por Peset e Peset. Para os autores, o plano de 1807 foi reintroduzido com algumas alterações no início do triénio liberal (1974, 131).

Para além das obras indicadas, temos de mencionar outras que foram surgindo ao longo deste período. Como seria de esperar, encontramos mais informações para o caso de Coimbra devido ao facto de esta matéria ter sido logo introduzida no início da reforma.

Em 1787, numa ata da congregação de matemática, o lente José Monteiro da Rocha dava indicações sobre o andamento das suas obras, «[...] haver já a Prefaçã do Compendio d’Astronomia, e começado os Tratados de Trigonometria Esferica [...]»⁵⁰⁴. A obra do docente foi extensa⁵⁰⁵. Através desta fonte podemos ver mais referências as obras do autor, neste caso, a *Mémoires sur l’astronomie pratique*. Obra que acabou por ser editada em Paris e traduzida pelo também docente Manuel Pedro Mello (ver a parte introdutória, intitulada *Advertisment du Traducteur*). Foi também aumentada pelo autor com textos já publicados na obra *Efemérides astronómicas para o Real Observatório da Universidade de Coimbra* (Coimbra, 1803), tendo sido acrescentadas algumas dissertações⁵⁰⁶ (Figueiredo 2011).

Em 1823, temos uma missiva, provavelmente de Joaquim Maria de Andrade, onde apelava para a necessidade de introduzir algumas mudanças «[...] outro Compendio que fosse mais acomodado assim aos progressos desta Sciencia desde os tempos de Mr. De la Caille, como ao Systema actual do seu Ensino nesta Universidade [...]»⁵⁰⁷. Este astrónomo francês (Nicolas-Louis de La Caille) escreveu aquela que foi a sua obra de referência, *Leçons élémentaires d’Astronomie* (1746), e num documento de 1824, afirmamos com certeza que a obra usada na Universidade era a mencionada⁵⁰⁸.

Em alternativa, deveriam ser adotados os também franceses, Jean Baptiste Joseph Delambre ou Jean-Baptiste Biot. Não apresenta o nome dos compêndios, refere apenas que

⁵⁰⁴ (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino. Instrução. Contas e Propostas da Universidade de Coimbra, 1775-1799, Mç. 512, Cx. 638).

⁵⁰⁵ Destacamos: a tradução do *Tratado de hydrodynamica* (1775) do autor francês Jacques-Benigne Bossuet, *Elementos de matemática, Figuras para o estudo da Física* (entre 1775 e 1781), *Exposição dos methodos particulares de que se faz uso no calculo das ephemerides de Coimbra* (1807).

⁵⁰⁶ Através dos registos da imprensa da Universidade de Coimbra, podemos também identificar M. Jabbe de Chappe de Auteroche (Antunes 1982, 158).

⁵⁰⁷ (*Actas das Congregações da Faculdade de Matemática: 1772-1820* 1983, II:161–63); (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Imprensa da Universidade, Balanço do Livro da loja Junto com este outro caderno de Balanço de 1790, 1823, Número de Ordem 737).

⁵⁰⁸ (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), Imprensa da Universidade, Balanço do Livro da loja Junto com este outro caderno de Balanço de 1790, 1823, Número de Ordem 737).

qualquer dos autores sugeridos, significava já uma atualização importante. No mesmo ano, encontramos mais alguns registos importantes. A primeira diz respeito ao francês Joseph de Lalande ⁵⁰⁹, introduzido em Salamanca em 1820. A obra apontada para Coimbra foi a *Tables de Logarithmes*. Temos também referência ao inglês Edmund Halley e a sua obra de 1705, a *Astronomiae Cometicæ Synopsis*⁵¹⁰.

Um ano depois (1824) e agora com a certeza de que o documento analisado pertencia ao já referido Joaquim Maria de Andrade, vemos outro pedido. Para as *Efemérides Astronómicas* aprovadas pelo próprio monarca, pedia o lente algumas alterações⁵¹¹. A outra obra apresentada foi a *Trigonometria Esférica*⁵¹² obra do matemático Monteiro da Rocha, elaborada na década de 80.

Concluindo, o facto de na nossa exposição termos dado maior atenção ao caso português deve-se à singular elevação dos estudos matemáticos a faculdade, o que confirma a importância desta matéria no processo de reforma dos estudos superiores em Portugal no século XVIII e primeiro terço do século XIX. Para além disso, nas duas Universidades aqui analisadas vemos uma representação esmagadora de autores franceses sobre geometria, álgebra e astronomia. O que nos pode demonstrar o peso dos avanços e publicações realizados nesta matéria em França.

⁵⁰⁹ (idem).

⁵¹⁰ (idem).

⁵¹¹ Não nos foi possível encontrar mais referências as alterações pretendidas. Mas concluímos que a obra é a já introduzida anteriormente, da autoria de José Monteiro da Rocha (*Actas das Congregações da Faculdade de Matemática: 1772-1820* 1983, II:182)

⁵¹² (*Actas das Congregações da Faculdade de Matemática: 1772-1820* 1983, II:188)

Conclusão

As reformas universitárias realizadas no século XVIII, tiveram características comuns. Coimbra e Salamanca, embora em graus distintos, não se afastaram da promoção de matérias de cariz prático introduzidas nas faculdades naturais. E também assistiram ao aparecimento do direito natural nas faculdades de direito, que caracterizou esta vaga de reformas. As questões colocadas no início deste trabalho procuraram apontar as orientações de pesquisa seguidas para a compreensão deste processo.

Para a nossa análise recorreremos a um esquema que merece ser lembrado. Repartido em três pontos, foi essencial para responder às questões anteriormente levantadas. A relação entre o poder central e as instituições universitárias foi a força matriz das reformas levadas a cabo. Prevaleceu a vontade do poder central, quer em Coimbra, quer em Salamanca, ainda que a concretização das mudanças programadas tivesse de contar com o apoio das próprias instituições universitárias, seguindo uma orientação próxima da reforma da Universidade de Turim.

Este trabalho procurou privilegiar essa perspetiva de colaboração e convergência o que nos possibilitou a apresentação de exemplos concretos onde as Universidades de Coimbra e Salamanca tiveram contributos claros. O plano de 1766 para medicina será, provavelmente, um dos exemplos mais significativos. Outra influência não menos importante veio das Universidades do Império dos Habsburgo. Refiro-me assim à nova perceção por parte do poder central de um sistema de ensino amplo onde as Universidades eram apenas mais um nível. Nesse sentido, apesar das dificuldades, assistimos a uma tentativa clara de reformar todo o sistema de ensino, mas também a sua ampliação com a criação de novas instituições como colégios e academias. É também através do papel dos docentes que podemos ver o grau de envolvimento das Universidades nestes processos de reforma. Em Coimbra, optou-se por remodelar a maioria do quadro docente, selecionando professores mais próximos das novas ideias. Em Salamanca, o envolvimento do professorado foi uma constante, mesmo antes de 1771. Já a sua aproximação às ideias de Carlos III e do seu Fiscal, Campomanes, torna-se mais explícita a partir da década de 1780 com a ascensão de um conjunto de docentes mais jovem e com novas ideias.

Esta relação de forças acaba por se refletir em várias etapas que chamámos de *negociação*. Recorreremos a esta definição porque ao longo de mais de quatro décadas a comunicação e propostas entre estes dois polos foram recorrentes e, na maioria das vezes, as mudanças concretas foram o resultado da cooperação de docentes e representantes do poder

central. A participação dos docentes de Salamanca em muitos dos planos aplicados foi evidente. Da mesma forma que, em Coimbra, as alterações posteriores a década de 1770 tiveram a participação de docentes da instituição. Em ambas as Universidades, este processo de negociação passa a ser mais aberto. Vale a pena lembrar que falamos de reformas que foram processos longos e que conduziram a avanços e recuos. Mais, envolveram vários intervenientes. Destacaram-se Ministros, mas também docentes, que conseguiram provocar mudanças, mas também procuraram manter e dar continuidade a medidas introduzidas desde 1771/2.

O segundo ponto do nosso esquema, centrou-se na questão da *modernização* destas instituições. Esta questão está muito dependente da conjuntura em que estas reformas aconteceram. Este contexto foi semelhante, como sabemos, sob a égide do Iluminismo Católico, mas as diferenças também foram evidentes. Coimbra detinha uma característica de facto singular, pois foi a única instituição universitária no seu espaço nacional. Para além disso, Coimbra manteve a sua posição de Universidade virada para o Império, enquanto que Salamanca estava neste período em perda desse estatuto. Mais do que isso, partilhavam um passado recente habitualmente visto como *atrasado* e *decadente*. A questão do atraso destas instituições é bastante complexa e requer uma abordagem sectorial. Concluímos que estas instituições estavam a atravessar um período de menor fulgor, mas isso não invalida que esta premissa se aplicasse a toda a Universidade. O que resultou deste trabalho foi a necessidade de uma abordagem que se afaste de uma visão de conjunto e a necessidade de analisarmos cada faculdade em particular. A título de exemplo, as faculdades médicas, desde o século XVI, demonstraram uma maior capacidade de autorrenovação.

Apesar disso, e focando a nossa análise na questão curricular, vimos que no início destas reformas, Coimbra apresenta um plano mais audaz. No caso de filosofia, só a partir de 1799 é que de facto a Universidade de Salamanca consegue avanços significativos em relação à sua congénere portuguesa. De uma forma geral, arriscamos dizer que a grande mudança que aproxima estas instituições ocorre com a introdução do plano de 1807 em Salamanca. Ao contrário do que aconteceu em Coimbra, o poder central de Madrid precisou de esperar pela ascensão de uma geração de docentes mais próximos das ideias que se pretendiam introduzir. Talvez por isso tenha existido um sucessivo emaranhamento de propostas e planos, visível na Universidade de Salamanca. A *luta* contra um estado de *atraso* e de *decadência* e a necessidade de *modernizar* estas instituições manteve-se até bem tarde no imaginário e na retórica dos reformadores e mesmo dos docentes.

Um segundo aspeto a ter em conta, prende-se com a atuação dos professores. Salamanca mostrou-nos um grupo docente bastante diferente, marcado pela desigualdade e por disputas

internas, mas isso não invalidou o surgimento de várias iniciativas individuais. Estes docentes conheciam o estado destas instituições e acabaram mesmo por conseguir apresentar várias propostas de forma a superar esta situação. Existiram casos de inovação que ocorreram antes destas reformas, mas foram também exceções numa realidade ainda bastante tradicional. Pesou principalmente a inércia do poder central e as várias disputas internas.

O terceiro ponto do nosso esquema diz respeito à *especialização*. A rápida evolução das matérias relacionadas com as ciências naturais, exigiu das autoridades centrais e universitárias a necessidade de atualizar os currículos por mais do que uma vez. A consequência mais visível deste processo foi o aparecimento de novas cadeiras. Muitas vezes estas eram criadas de novo ou podiam ter sido separadas de uma já existente. Simultaneamente, este processo levou a extinção de algumas cadeiras. De uma forma geral, estas mudanças acabaram sempre por aumentar a oferta curricular nos cursos em estudo. O papel dos professores de artes, onde se encontravam os filósofos e matemáticos, foi notório a partir da década de 1780, quando estes docentes foram impulsionadores de novas reformas curriculares. Mais do que isso, como vimos, a entrada em vigor do plano de medicina é que de facto introduz a grande novidade na faculdade de artes. Desde 1799 e, mais tarde, de 1807, este grupo de docentes (filósofos) leciona e impulsiona um número considerável de novos saberes. Ainda no sentido da especialização, devemos destacar o aspeto elitista e profissionalizante que estas reformas deveriam incutir nas instituições.

Este esquema foi fundamental para responder às questões iniciais. A primeira questão foi talvez a mais importante: quais os métodos e práticas escolhidos para aproximar estas universidades dos movimentos científicos da época? A resposta parece-me clara: uma aposta numa reforma profunda dos currículos de todas as matérias, mas, principalmente, dos saberes mais práticos. Em Coimbra, esta abordagem acontece logo em 1772, e sofre atualizações pontuais ao longo deste período. No caso de Salamanca, é a partir da década de 1780 que começamos a ver algumas movimentações nesse sentido que acabam por se concretizar nas décadas seguintes.

Para além da questão curricular, outros dois aspetos merecem atenção neste esforço de aproximação dos movimentos científicos da época. Refiro-me à aquisição de compêndios e à construção de equipamentos científicos. Coimbra vai mais longe neste último aspeto e fez um investimento elevado na construção e remodelação das estruturas já existentes.

Quanto à questão dos compêndios, ambas as Universidades acabam por enfrentar limitações financeiras. Apesar disso, os principais autores da época marcaram presença em

Coimbra e Salamanca. A escolha de autores como Carl Linneu, Buffon ou Pufendorf são sinais claros de uma estratégia de aproximação do conhecimento que se realizava na Europa.

A segunda questão que colocámos anteriormente vai ao encontro do ponto central deste trabalho, o saber natural. Quais as mudanças nas práticas de ensino no domínio da perceção e compreensão da ordem natural?

O saber natural foi introduzido nestas Universidades através de duas dezenas de disciplinas que procuravam estudar a natureza e os seus produtos. História natural, física experimental ou botânica (entre outros), refletem bem a importância da exploração dos produtos naturais por parte dos reformadores portugueses e espanhóis. O direito natural, embora com perceções diferentes, foi introduzido como uma forma de reforço do poder central.

As faculdades de leis beneficiaram da atenção cuidadosa dos reformadores portugueses e espanhóis. O direito pátrio foi introduzido, mas a prevalência do direito romano foi uma realidade que acaba por permanecer nestas instituições durante mais algum tempo. No caso de Salamanca assistimos também ao surgimento do direito municipal, o que não acontece em Coimbra. Apesar disso, não podemos dizer que os cursos de leis fossem completamente diferentes. O mesmo não aconteceu com o direito natural.

Coimbra introduz este saber logo no início da reforma e, apesar de alguns percalços, esta cadeira manteve-se até ao fim do período em estudo. Por sua vez, Salamanca (tal como aconteceu em outras Universidades europeias) enfrentou várias adversidades e apenas tem uma cadeira de direito natural em 1820. Apesar das tentativas anteriores, como aconteceu com o caso de filosofia moral, o poder central nunca esteve de facto à vontade com a inclusão desta matéria em Salamanca. A Universidade, apesar de uma certa recusa inicial, acaba por demonstrar vários momentos de abertura. Parece possível afirmar que o facto de o direito natural ter sido impulsionado e acolhido fora do contexto universitário, poderia ter prejudicado a introdução deste saber nas várias Universidades. Para além disso, a preleção por outras formas de direito, no caso de Salamanca, teve também um impacto considerável. No caso de Coimbra, aconteceu o oposto. A valorização que os reformadores portugueses deram ao direito pátrio acabou por beneficiar a introdução e permanência do direito natural nesta instituição.

Apesar disso, Salamanca ao longo deste período consegue reunir um número considerável de autores ligados ao direito natural. Mais do que isso, reuniu as obras de referência deste ensinamento e os autores mais emblemáticos do período fizeram a sua entrada na Universidade. Falamos, por exemplo, de Heinício, Grócio, Pufendorf, Vattel ou Harrington. A semelhança entre autores é de facto ampla. Seria mais fácil apresentar as diferenças, como foi o caso de Wolff, adotado em Coimbra e pouco considerado na sua congênere espanhola.

Para esta matéria, a presença de autores nacionais é bem mais marcada em Salamanca. Identificámos mais obras de autores espanhóis na Universidade de Salamanca do que de autores portugueses em Coimbra. Simultaneamente, as principais influências que alcançaram ambas as Universidades partiram de origens semelhantes. Destacamos a presença de autores ingleses, franceses, alemães e, em menor número, holandeses.

Entrando agora na área das ciências naturais, assistimos a duas abordagens diferentes, mas com um resultado idêntico. Mais do que isso, durante todo o período em estudo, ambas as Universidades conseguiram aumentar gradualmente a sua oferta curricular. Começamos pela medicina.

Nesta matéria a nossa análise focou-se nas cadeiras que poderíamos chamar de estudos farmacêuticos. A evolução e valorização da farmácia reflete também o que aconteceu em outras instituições universitárias. Neste ponto, ambas as Universidades conseguiram manter os seus currículos atualizados, quer recorrendo a mudanças pontuais (Coimbra) ou estruturais (Salamanca). A título de exemplo, poderíamos destacar a cadeira de matéria médica. A escolha de Hermann Boerhaave, aliás, autor central em ambos os cursos médicos, demonstra bem a necessidade de aproximar esta faculdade do conhecimento mais completo e avançado nesta área. Em ambas as Universidades, as obras do autor holandês começaram a ser usadas desde cedo. O estudo de plantas para fins farmacológicos e medicinais foi uma prática impulsionada não só pelos livros escolhidos, mas também pelos equipamentos científicos. Esta ligação à botânica foi particularmente explorada na Universidade de Coimbra. Em Salamanca, em 1804, vemos a entrada de vários autores como Casimiro Gómez Ortega. Dois anos depois, com o plano de 1807, algumas obras do médico holandês acabam por ser substituídas pelo também notório Carl Linneu.

Medicina, filosofia e matemática passaram a oferecer uma componente prática e experimental bastante significativa. A reforma do currículo de filosofia em ambas as Universidades foi diferente, mas em termos de conteúdo das suas matérias, os cursos não foram assim tão díspares.

Parece possível concluir que nas matérias que podemos associar à filosofia natural, foram ministradas mais cedo e com maior arrojo na Universidade de Coimbra, com a criação de uma nova faculdade, uma reforma profunda do curso de filosofia e a construção de vários equipamentos científicos. Desta forma, não será difícil concluir que, em Salamanca, nesta faculdade, as mudanças só tenham surgido três décadas depois. De qualquer forma, a partir de 1779, temos movimentações concretas para uma nova reforma. O plano de 1771 desagradou completamente aos docentes de filosofia; uma faculdade de artes reformada foi insuficiente

para a ala mais progressista. A partir de 1788, a Universidade de Salamanca começa a aproximar-se das suas congéneres europeias e passamos a ter um currículo de filosofia e, em menor medida, de matemática, mais reforçado. A criação do colégio de filosofia foi uma inovação decisiva.

Daqui concluímos também que a perceção em relação ao estudo da filosofia foi diferente. Em Salamanca, o curso de filosofia era entendido como um saber propedêutico, o que se comprova pela dependência e articulação mantida com o curso de medicina. Várias cadeiras, como a física experimental, viram o seu conteúdo direcionado para a formação dos médicos. Em Coimbra, a formação de filosofia também alicerçou a formação do curso médico. Porém, o que mudou foi o estatuto que lhe conferido. Em Coimbra, uma disciplina ensinada modernamente e em faculdade própria, acaba por atenuar o problema da dependência com outras faculdades.

A maior parte das cadeiras seleccionadas para este trabalho inserem-se na faculdade de filosofia. O número de disciplinas que estudavam a natureza e os seus produtos foi sempre aumentando. Coimbra, em 1772, apresenta já um número considerável de matérias. A partir de 1807, Salamanca dispõe de um curso amplo e variado (sem com isto desvalorizar a importância do plano de medicina de 1766 no curso de artes em Salamanca). Ambas as reformas optaram por conhecimentos idênticos, como física experimental, história natural, química ou botânica. Aliás, neste aspeto, arriscaríamos dizer que a cadeira de história natural foi das disciplinas mais emblemáticas destas reformas. Por sua vez, e tal como aconteceu no caso do direito natural, o facto de em simultâneo o poder central de Madrid ter incentivado a criação de várias instituições de ensino que fomentassem estas matérias mais práticas fora do contexto universitário, podia ter limitado a evolução da filosofia natural em Salamanca. A criação destes centros de ensino situa-se numa linha de investimento e de aposta no desenvolvimento científico e técnico que começa no reinado de Felipe V e prossegue com Fernando VI, Carlos III e Carlos IV. Em Espanha, de 1769 até 1804, o número de escolas técnicas (de natureza diversa) alcançou as 5 dezenas (acompanhada por uma grande diversidade geográfica), seguindo uma tendência europeia.

Apesar disso, não seria justo dizer que não existiram esforços concretos na melhoria e aproximação destas instituições às ideias e autores mais importantes da época. Carl Linneu e o conde de Buffon foram talvez dos autores mais presentes em ambas as Universidades. Em Salamanca, voltamos a ter um número de autores nacionais bastante elevado (como Antonio Palau, por exemplo). Ambas as Universidades recorreram abundantemente a autores estrangeiros nos cursos que passaram a oferecer. Dependendo da matéria, podemos ver um

predomínio evidente de autores franceses, italianos, ingleses, holandeses. Relembremos, por exemplo, o caso de química. O predomínio de autores franceses foi claro. A razão prende-se com os avanços desta matéria naquele país. A escolha do conde de Fourcroy demonstra bem essa tendência.

Relativamente à renovação dos cursos e à oferta de saberes considerados axiais a outras faculdades, foi na área da matemática que as abordagens foram mais distintas. Em Coimbra tivemos uma nova faculdade criada logo em 1772 e a criação de um curso próprio. Em Salamanca, a oferta curricular em matemática foi aumentando, mas nunca tivemos uma faculdade ou mesmo um curso matemático. Em 1771 o número de disciplinas foi bastante limitado, mas a partir de 1807 aumentou consideravelmente. Quando chegamos a 1820, continuamos sem um curso próprio, mas com um novo aumento na oferta curricular. De novo, e um pouco como aconteceu com a filosofia em Salamanca, a matemática nunca conseguiu superar um estatuto de saber propedêutico. A filosofia, apesar de tudo, consegue avanços significativos que a matemática nunca alcançou.

Foi igualmente possível identificar a cadeira de astronomia nas duas Universidades. Através desta matéria, cujo conteúdo foi idêntico, foram introduzidas as teorias e concepções de grandes autores, como Newton ou Kepler. Em Salamanca, o autor central foi o matemático Benito Bails, mas o número de obras para esta matéria foi bastante amplo em ambas as instituições. Na Universidade espanhola, apesar das similitudes, astronomia não era uma cadeira isolada, foi lecionada em conjunto com história natural, em filosofia. Em Coimbra estava enquadrada na faculdade de matemática, e não só era uma cadeira autónoma, como acaba por se dividir em duas cadeiras: astronomia teórica e astronomia prática. Na adoção dos compêndios analisados, a presença de autores franceses foi esmagadora, mais do que em qualquer outra cadeira (mesmo química). A título de exemplo, podemos referir Jean-Baptiste Chappe d'Auteroche, Nicolas-Louis de La Caille, Jean Baptiste Joseph Delambre ou Jean-Baptiste Biot.

Antes de terminarmos, seria importante referir um último tema, a transformação do papel dos docentes na segunda metade do século XVIII. Ao longo deste trabalho vimos que o papel dos professores foi de central importância. Com estas reformas, caracterizadas pela introdução de uma mentalidade mais prática, os docentes veem a sua função alterada. Aos professores de cadeiras práticas, impôs-se a obrigação de realizarem experiências e demonstrações práticas. E todos os professores deveriam concorrer para a elaboração de compêndios e manuais das matérias que ensinavam.

O professor mestre e inventor (segundo o Livro III dos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772) ganha, desta forma, espaço nas instituições universitárias. Com esta mudança de mentalidade, os docentes viam-se cada vez mais como agentes de saber científico e especialistas nas suas matérias. O incentivo para a produção interna de compêndios também foi recorrente nas duas Universidades. O que concluímos é que a introdução desta obrigatoriedade levou a uma transformação lenta da realidade. Só a partir das décadas seguintes ao início das reformas é que de facto começamos a assistir à elaboração de compêndios por parte dos professores. As críticas à falta de *produtividade* dos docentes deveu-se à necessidade de que estas instituições tinham de diminuir as despesas na aquisição de obras estrangeiras. Em termos concretos, nem as Universidades deixaram de adquirir obras estrangeiras com os custos associados, nem a produção interna conseguiu suprimir todas as necessidades destas instituições. O que tivemos foi uma realidade onde circulavam obras estrangeiras, que atualizavam o saber e aproximavam o ensino destas Universidades das suas congéneres, oferecendo aos estudantes um ensino mais moderno. E, simultaneamente, em que as obras dos docentes materializavam a especialização de cada um dos professores. Esta complementaridade foi importante para o revigoramento destas instituições, apesar das dificuldades que surgiram.

Este trabalho deixa também algumas questões em aberto. Por exemplo, em relação à aproximação destas reformas com os modelos universitários que se desenvolveram a partir do final do século XVIII. Importaria questionar como foi gerida a herança das mudanças curriculares e a nova orgânica das faculdades em cada uma das instituições universitárias estudadas e, num outro plano, indagar que correspondência as Universidades reformadas de Coimbra e Salamanca mantiveram entre si e com outras academias científicas nacionais e internacionais. Ou mais importante, o impacto destas alterações na formação de uma nova visão de conhecimento científico aplicado a melhoramentos práticos em diversos sectores da economia (agricultura, indústria e comércio). Outro ponto merecedor de atenção da investigação que este trabalho não contemplou é o que se refere ao papel das reformas curriculares na formação de letrados que vão exercer funções administrativas e práticas num período de transição da monarquia absoluta para a monarquia constitucional, no rescaldo das revoluções liberais que ocorreram em Espanha e Portugal.

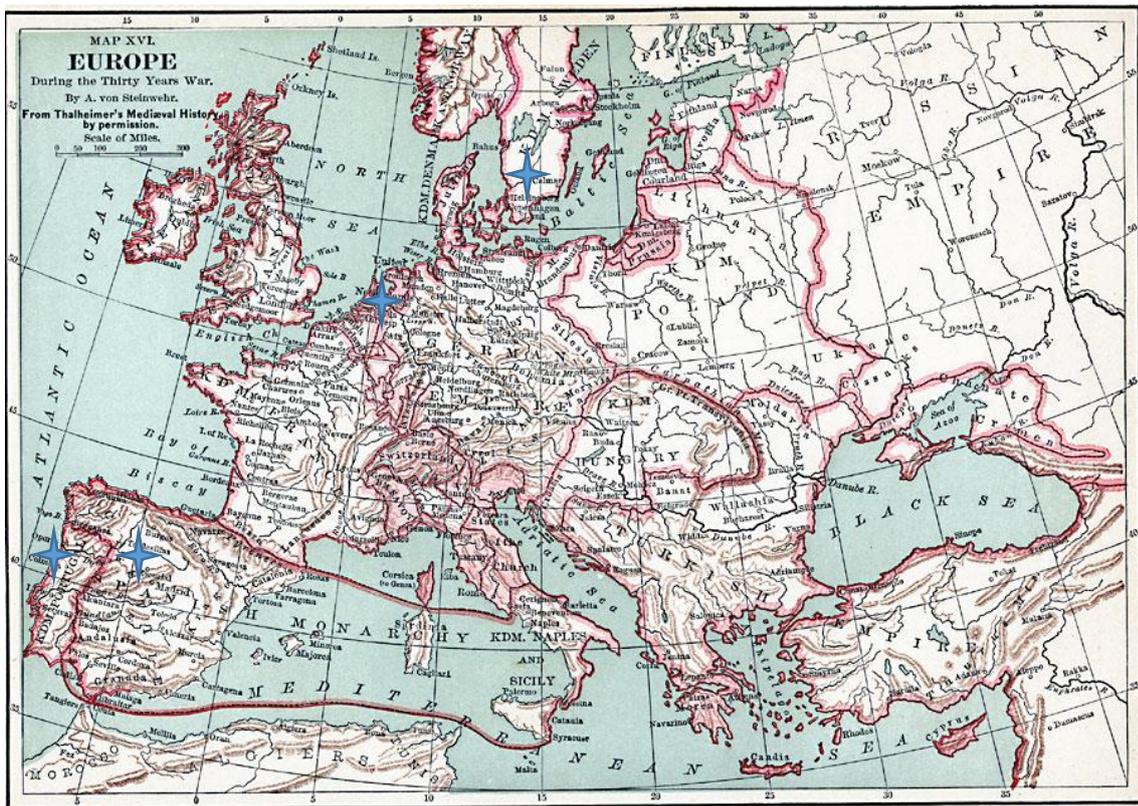
Concluindo, esta investigação contribuiu para a história das Universidades na Península Ibérica, e na comparação entre duas das suas mais emblemáticas instituições. As alterações curriculares na área das ciências naturais, medicina e direito foram o aspeto mais inovador destes longos processos de reforma. Estas alterações, acompanhadas por outras mudanças (construção de equipamentos, compra de compêndios), foram fundamentais para a

modernização das instituições universitárias na era do Iluminismo em Portugal e da Ilustração em Espanha.

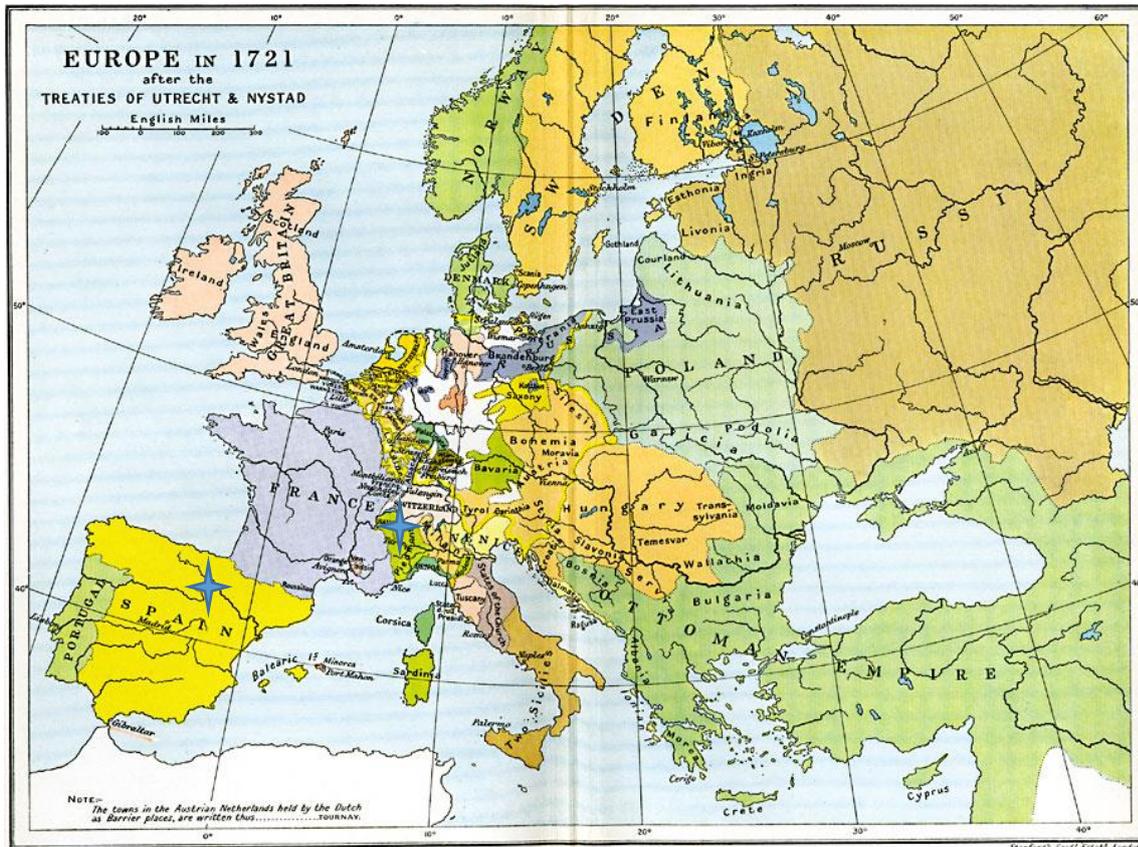
Anexos

Mapas

Mapa 2: Países representados na primeira vaga de reformas universitárias (1612-1625)
(imagem fornecida pelo site FCIT: etc.usf.edu/maps/ (24-01-2020).



Mapa 3: Países representados na segunda vaga de reformas universitárias (início do século XVIII) (imagem fornecida pelo site FCIT: etc.usf.edu/maps/ (24-01-2020).



Tabelas

Docentes da cadeira de direito natural da faculdade de leis

Tabela 26: Docentes da cadeira de direito natural da faculdade de leis da Universidade de Coimbra.

Nome	Formação	Faculdade	Cadeira	Condição	Período
Manuel Pedroso de Lima	Leis	Leis	Direito Natural Público	Lente	1773-1781
Francisco Pires de Carvalho e Albuquerque	Leis	Leis	Direito Natural	Lente	1782-1787
Manuel Barreto Perdigão Villas-Boas	Leis	leis	Direito Natural	Lente	1790-1795
Simão de Cordes Brandão e Ataíde	Leis	Cânones	2ª de Direito Natural	Lente	1796-1809
Francisco Xavier de Oliveira e Matos	Leis e matemática	Leis	1ª de Direito Natural 1ª de Direito Natural	(5º) Lente (4º) Lente	1805-1806 1806
António José Saraiva do Amaral	Teologia ou cânones	Cânones (?)	2ª de Direito Natural	Lente	1812-1815
António José Ferreira de Sousa	Leis, matemática e filosofia	Leis	Direito natural	(7º) Lente	1823-1824

Medicina

Docentes das cadeiras de medicina analisadas

Tabela 27: Docentes da cadeira de matéria médica da faculdade de medicina da Universidade de Coimbra.

Nome	Formação	Faculdade	Cadeira	Condição	Período
José Francisco Leal	Medicina	Medicina	Matéria médica	Lente	1772-1783
Joaquim de Azevedo	Filosofia e medicina	Medicina	Matéria Médica	Lente (4º) Lente (2º) Lente	1787-1791 1791-1795 1795-1798
Francisco Tavares	Filosofia e medicina	Medicina	Matéria Médica	Lente	1783-1787
Francisco José de Sousa Loureiro	Filosofia, matemática, medicina	Medicina	Matéria Médica	(5º) Lente	1806-1813
Pedro Joaquim da Costa Franco	Filosofia, matemática e medicina	Medicina	Matéria Médica	(5º) Lente	1813-1818
João Baptista de Barros	Filosofia, matemática e medicina	Medicina	Matéria Médica	Lente	1830-1834
Jerónimo Joaquim de Figueiredo	Filosofia, matemática e medicina	Medicina	Matéria Médica	(4º) Lente (2º) Lente	1822-1825 1825-1828

Filosofia

Docentes das cadeiras de filosofia analisadas

Tabela 28: Docentes da cadeira de história natural da faculdade de filosofia da Universidade de Coimbra.

Nome	Formação	Faculdade	Cadeira	Condição	Período
Domingos Vandelli	-----	Filosofia	História Natural	Lente	1772-1791

Tabela 29: Docentes da cadeira de física experimental da faculdade de filosofia da Universidade de Coimbra.

Nome	Formação	Faculdade	Cadeira	Condição	Período
João António Dalla Bella	-----	Filosofia	Física Experimental	Lente	1773-1790
Constantino António Botelho de Lacerda Lobo	Filosofia, matemática e Leis	Filosofia	Física Experimental	(2º) Lente (1º) Lente	1791-1813 1813-1821
José Joaquim Barbosa	Filosofia e matemática	Filosofia	Física Experimental	(3º) Lente	1830-1834

Tabela 30: Docentes da cadeira de química da faculdade de filosofia da Universidade de Coimbra.

Nome	Formação	Faculdade	Cadeira	Condição	Período
Tomé Rodrigues Sobral	Filosofia, leis e teologia	Filosofia	Química	(3º) Lente (2º) Lente	1791-1812 1813-1822
Paulino de Nola Oliveira e Sousa	Filosofia e teologia	Filosofia	Química	(2º) Lente	1822-1830
Joaquim Franco da Silva	Filosofia e medicina	Filosofia	Química	(4º) Lente (2º) Lente	1822-1830 1830-1831
Manuel Martins Bandeira	Filosofia e medicina	Filosofia	Química	(2º) Lente	1834-1854
José Homem de Figueiredo Freire	Matemática, filosofia e medicina	Filosofia	Química	(5º) Lente (1º) Lente	1822-1830 1834-1837

Tabela 31: Docentes da cadeira de botânica e agricultura da faculdade de filosofia da Universidade de Coimbra.

Nome	Formação	Faculdade	Cadeira	Condição	Período
Félix da Silva do Avelar Brotero		Filosofia	Botânica e Agricultura	(4°) Lente	1791-1811
António José das Neves e Melo	Filosofia	Filosofia	Botânica	(5°) Lente (1°) Lente	1813-1822 1830-1834

Tabela 32: Docentes da cadeira de agricultura da faculdade de filosofia da Universidade de Coimbra.

Nome	Formação	Faculdade	Cadeira	Condição	Período
António José das Neves e Melo	Filosofia e matemática	Filosofia	Agricultura	(5°) Lente	1813-1822

Tabela 33: Docentes da cadeira de metalurgia da faculdade de filosofia da Universidade de Coimbra.

Nome	Formação	Faculdade	Cadeira	Condição	Período
Tomé Rodrigues Sobral	Filosofia e teologia	Filosofia	Metalurgia	(3°) Lente	1791-1812
José Bonifácio de Andrada e Silva	Leis e filosofia	Filosofia	Metalurgia	(5°) Lente	1801-1814
João António Monteiro	Filosofia	Filosofia	Metalurgia	(6°) Lente (3°) Lente	1804-1813 1813-1822
Paulino de Nola Oliveira e Sousa	Filosofia e teologia	Filosofia	Metalurgia	(2°) Lente	1822-1830

Tabela 34: Docentes da cadeira de hidráulica da faculdade de filosofia da Universidade de Coimbra.

Nome	Formação	Faculdade	Cadeira	Condição	Período
Manuel Pedro de Melo	Filosofia, matemática e medicina	Matemática	Hidráulica	(5º) Lente	1801-1810
				(5º) Lente	1817-1821
				(1º) Lente	1822-1829
Joaquim Lebre de Sousa e Vasconcelos	Filosofia e matemática	Matemática	Hidráulica	(1ª) Lente	1823
António Honorato de Caria e Moura	Filosofia e matemática	Matemática	Hidráulica	(3ª) Lente	1825-1833

Tabela 35: Docentes da cadeira de zoologia e mineralogia da faculdade de filosofia da Universidade de Coimbra.

Nome	Formação	Faculdade	Cadeira	Condição	Período
Francisco António Ribeiro de Paiva	Filosofia, matemática e medicina	Filosofia	Zoologia e Mineralogia	(1º) Lente	1791-1813
Manuel José Baptista Barjona	Filosofia	Filosofia	Zoologia e Mineralogia	(4º) Lente	1813-1822
				(1º) Lente	1822-1830

Matemática

Docentes da cadeira de astronomia

Tabela 36: Docentes da cadeira de astronomia da faculdade de matemática da Universidade de Coimbra.

Nome	Formação	Faculdade	Cadeira	Condição	Período
Michele António Ciera	-----	Matemática	Astronomia	Lente	1773-1782
José Monteiro da Rocha	Cânones	Matemática	Astronomia	Lente	1783-1795
Tristão Álvares da Costa da Silveira	Filosofia e Matemática	Matemática	Astronomia	(6º) Lente	1799-1804
António José de Araújo Santa Bárbara	Filosofia e Matemática	Matemática	Astronomia Prática	(4º) Lente	1801-1820
Manuel Joaquim Coelho da Costa Maia	Matemática	Matemática	Astronomia Teórica	(2º) Lente	1801-1814
			Astronomia Prática	(2º) Lente	1815-1817
Joaquim Maria de Andrade	Filosofia e Matemática	Matemática	Astronomia Prática	(3º) Lente	1824-1825
			Astronomia Prática	(2º) Lente	1825-1830
Agostinho José Pinto de Almeida	Filosofia e Matemática	Matemática	Astronomia Teórica	(1º) Lente	1825-1834
			Astronomia Prática	(2º) Lente	1830-1834
Tomás de Aquino de Carvalho	Filosofia e Matemática	Matemática	Astronomia	(2º) Lente	1834

Salamanca

José Miguel Recacho Álvarez:

Catedrático da faculdade de Medicina de 1782 até 1816. Lecionou também algumas cadeiras de matemática, mas destacou-se em física experimental. Foi indicado para esta cadeira após a passagem da filosofia natural (vaga desde 1768) para a física experimental, com a reforma de 1771. Mas antes de Recacho Álvarez, fora indicado Juan Manuel Pérez, que acaba por ver a sua nomeação anulada – por ser contrária ao novo método de confirmação. Como consequência, o Conselho de Castela ordena o Colégio Médico de preparar novo concurso – não houve canonistas, lecionistas ou teólogos no júri, por ordem expressa de Madrid. Esta ordem não foi bem acolhida, mas o Colégio Médico consegue a aprovação de Recacho Álvarez – e em 1783 foi nomeado catedrático desta cadeira.

Miguel Martel:

Foi filósofo e clérigo, e iniciou os seus estudos na Universidade de Salamanca pouco depois do início da reforma, em 1772. Alcança o grau de bacharel no ano letivo de 1787-88. Começou como substituto em lógica em 1788 e, mais tarde passa para filosofia moral, mas não sem antes ocupar algumas cadeiras de matemática. A partir de 1790 – e depois de uma longa discussão sobre quem deveria nomear docente para filosofia moral – Martel passa a catedrático. Foi acusado de ensinar direito natural nas suas aulas, apesar deste ensinamento estar proibido – a obra que estaria a utilizar seriam os *Elementos de Filosofia Moral* de Heinécio. Jubilou-se em 1813.

(Don) Patricio Cortés (também conhecido por Patrick Curtis):

De origem irlandesa (1740(?)-1832), faz a sua formação universitária em Salamanca, onde chegou a Reitor do Colégio irlandês da mesma Universidade. Foi docente na faculdade de

⁵¹³ Para o período que estudamos, as obras e compilações já existentes fornecem um quadro sistemático, amplo e bastante completo sobre o quadro docente em Coimbra. Para Salamanca, não foi possível fazer o mesmo, como alternativa reunimos apenas os docentes mais destacados e elaboramos fichas biográficas mais amplas. Para questões biográficas recorremos amiúde, para além das referências apresentadas ao site da Real Academia de la Historia (<https://www.rah.es/>), mas também a autores como (Rodríguez Domínguez 1979, 36–37, 111-112; Addy 1966; García Pérez 2013; Stephen e Lee 1949).

filosofia onde lecionou as cadeiras de física experimental e astronomia. Depois de abandonar a Universidade (entre 1818 e 1819, provavelmente) regressa ao seu país natal onde foi nomeado ArceBispo de Armagh e, simultaneamente, Primaz de Toda a Irlanda. Ficou bastante conhecido pela sua proximidade com Wellington chegando a ser preso quando as forças francesas entram na cidade, sendo acusado de espionagem.

(Fr.) Pedro Madariaga:

Nasceu em Salamanca em 1725 e em 1741 decide mudar seguir uma vida religiosa e muda-se para o convento Agustín de Burgos, para entrar na ordem de S. Agostinho. No convento estuda artes e teologia. Segue depois para o convento de San Gabriel em Valladolid e só depois volta para Salamanca. Nesta Universidade completa o grau de bacharel (1753) em artes e teologia, e de licenciado e doutor no mesmo ano. Antes da reforma leciona a cátedra de físicos, até 1757. Apesar de ter passado pela cátedra de filosofia moral antes de 1775, é só nesta data que toma posse desta cadeira como docente principal. Jubilou-se em 1789.

Rámon de Salas y Cortés:

É talvez um dos docentes mais conhecidos deste momento da história da Universidade de Salamanca. A sua estadia nesta instituição apenas foi interrompida pela sua detenção por parte da Inquisição, devido a conduta impropria e por ler livros proibidos. Salas entra como aluno e continua como docente (em 1775 alcança o grau de bacharel em leis). Para além de ter sido Reitor da Universidade, acaba por ocupar várias cadeiras, inicialmente como substituto e depois como catedrático. Foi substituto de filosofia moral desde que ficou vaga em 1789 até 1790. Destacou-se pelas muitas obras que compôs, mas também pelas suas traduções de autores estrangeiros como Beccaria, Condorcet, Genovesi e Bentham. Fez parte das Cortes de Cádiz que elaborou a Constituição de 1812.

Toribio Núñez Sessé:

Estudou filosofia moral em Madrid, no Colégio de San Isidoro, mudando-se apenas em 1780 para Salamanca onde continua a sua formação. Nesta cidade, opta por seguir filosofia, leis, teologia e cânones, graduando-se nesta última em 1789. Mais próximo do grupo reformista da Universidade, foi colaborador próximo de Ramón de Salas. Foi opositor à várias cadeiras e chegou mesmo a ser perseguido pela Inquisição, embora absolvido. Acaba depois por ir para

Sevilha e mais tarde Piedrahita (Àvila), voltando para Salamanca apenas em 1812. No ano seguinte foi indicado bibliotecário na Universidade de Salamanca, mas também deputado no período liberal. Foi um dos autores que introduziu Kant e Bentham em Espanha.

Referências

Fontes primárias

Archivo de la Universidad de Salamanca (AUSA)

Actas de Claustros y Juntas de la Universidad, 1779-1782, AUSA 242.

Actas de Claustros y Juntas de la Universidad, 1783-1784, AUSA 244.

Actas de Claustros y Juntas de la Universidad, 1784-1786, AUSA 245.

Actas de Claustros y Juntas de la Universidad, 1787-1789, AUSA 247.

Actas de Claustros y Juntas de la Universidad, 1792-1794, AUSA 250.

Actas de Claustros y Juntas de la Universidad, 1794-1796, AUSA 251.

Actas de Claustros y Juntas de la Universidad, 1796-1798, AUSA 252.

Actas de Claustros y Juntas de la Universidad, 1798-1800, AUSA 253.

Actas de Claustros y Juntas de la Universidad, 1805-1806, AUSA 257.

Actas de Claustros y Juntas de la Universidad, 1806-1808, AUSA 258.

Actas de sesiones de Juntas de primicerio, 1781-1834, AUSA 835.

Documentos vários de informes y correspondencia sobre assuntos diversos, AUSA 2030/3.

Documentos vários de informes y correspondencia sobre assuntos diversos, AUSA 2030/18.

Informes y correspondencia de assuntos universitarios. Lecciones inaugurales, XVII-XIX. AUSA 2031.

Libros de Processos de Cátedras, 1764-1770, AUSA 1012.

Libros de Processos de Cátedras, 1771-1775, AUSA 1013.

Libros de Processos de Cátedras, 1776-1778, AUSA 1014.

Libros de Processos de Cátedras, 1779-1781, AUSA 1015.

Libros de Processos de Cátedras, 1782-1784, AUSA 1016.

Reglamentos y Planes de Estudios. Reales Provisiones, Cédulas y Ordenes, 1553-1879, 2032/2.

Reglamentos y Planes de Estudios. Reales Provisiones, Cédulas y Ordenes, 1553-1879, 2032/6.

Reglamentos y Planes de Estudios. Reales Provisiones, Cédulas y Ordenes, 1553-1879, 2032/28.

Reglamentos y Planes de Estudios. Reales Provisiones, Cédulas y Ordenes, 1553-1879, 2032/19.

Reglamentos y Planes de Estudios. Reales Provisiones, Cédulas y Ordenes, 1553-1879, 2032/35.

Reglamentos y Planes de Estudios. Reales Provisiones, Cédulas y Ordenes, 1553-1879, 2032/32.

Reglamentos y Planes de Estudios. Reales Provisiones, Cédulas y Ordenes, 1553-1879, 2032/14.

Archivo General de Simancas (AGS)

Inventario de la Secretaria de Gracia y Justicia. Instrucción Pública. Fechos de la Universidad de Salamanca, 1768-1776, Legajo 944.

Secretaria de Gracia y Justicia. Imprentas. Fechos del negociado de imprentas, 1658-1788, Legajo 979.

Secretaria de Gracia y Justicia. Instrucción Pública. Fechos de la Universidad de Salamanca, 1730-1767, Legajo 943.

Secretaria de Gracia y Justicia. Instrucción Pública. Fechos de la Universidad de Salamanca, 1777-1788, Legajo 945.

Secretaria de Gracia y Justicia. Protomedicato. Fechos de las tres facultades de medicina, cirugía y farmacia, 1760-1780, Legajo 989.

Secretaria de Gracia y Justicia. Protomedicato. Fechos de las tres facultades de medicina, cirugía y farmacia, 1760-1780, Legajo 990.

Arquivo Histórico Nacional (AHN)

Conde de Campomanes, Caixa 23/Documento 25.

Conde de Campomanes, Caixa 34/Documento 5.

Conde de Campomanes, Caixa 13/Documento 31.

Consejos, Universidades, Legajos 5459-nº6.

Consejos, Universidades, Legajos 5459-nº7.

Consejos, Universidades, Legajos 5460-nº13.

Consejos, Universidades, Legajos 5461-nº23.

Consejos, Universidades, Legajos 5462-nº1.

Consejos, Universidades, Legajos 5463-nº23.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Administração Geral e Expediente, Decretos recebidos pela Mesa, 1768-1824, Cx. 188.

Mesa da Consciência e Ordens. Secretaria da Mesa e Comuns das Ordens. Universidade de Coimbra. Nomeações, Mç. 53, Mf. 4328.

Mesa da Consciência e Ordens. Secretaria da Mesa e Comuns das Ordens. Universidade de Coimbra. Nomeações, Mç. 57, Mf. 4928.

Mesa da Consciência e Ordens. Secretaria da Mesa e Comuns das Ordens. Universidade de Coimbra. Nomeações, Mç. 51, Mf. 4471.

Mesa da Consciência e Ordens. Universidade de Coimbra. Nomeações para Cadeiras, Mç. 46. Cx. 168. Mf. 3892.

Ministério do Reino, Maço 609 Caixa 711.

Ministério do Reino. Instrução. Consultas do Concelho de Decanos da Universidade de Coimbra, 1779-1831, Mç 517. Cx. 643.

Ministério do Reino. Instrução. Contas e Propostas da Universidade de Coimbra, 1775-1799, Mç. 512, Cx. 638.

Ministério do Reino. Instrução. Contas e Propostas da Universidade de Coimbra, 1800-1823 Mç. 513, Cx. 639.

Ministério do Reino. Instrução. Negócios diversos da Universidade de Coimbra, 1643-1831, Mç. 519, Cx. 645.

Ministério do Reino. Instrução. Negócios diversos da Universidade de Coimbra, 1643-1831, Mç. 519, Cx. 646.

Ministério do Reino. Instrução. Requerimentos da Universidade de Coimbra, 1771-1800, Mç. 511, Cx. 636.

Ministério do Reino. Instrução. Requerimentos da Universidade de Coimbra, 1771-1800, Mç. 511, Cx. 637.

Ministério do Reino. Instrução. Requerimentos da Universidade de Coimbra, 1775-1789, Mç. 501, Cx. 625.

Ministério do Reino. Instrução. Requerimentos da Universidade de Coimbra, 1778-1799, Mç. 504, Cx. 628.

Ministério do Reino. Instrução. Requerimentos da Universidade de Coimbra, 1790-1795, Mç. 502, Cx. 602.

Ministério do Reino. Instrução. Requerimentos da Universidade de Coimbra, 1800-1808, Mç. 505, Cx. 629.

Ministério do Reino. Instrução. Voto dos Decanos da Universidade de Coimbra, Séc. XVIII, Mç. 516, Cx. 642.

Real Mesa Censória, Administração Geral e Expediente. Consultas, 1772-1796, Cx.183.

Real Mesa Censória, Administração Geral e Expediente. Consultas, 1800-1829, Cx.184.

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)

Actas dos Conselhos dos Decanos, 1784-1796, IV-1º D-3-2-56.

Actas dos Conselhos dos Decanos, 1796-1803 IV-1º D-3-2-57.

Imprensa da Universidade, Balanço das Obras de fora, 1773. Número de Ordem 662.

Imprensa da Universidade, Balanço do Livro da loja Junto com este outro caderno de Balanço de 1790, 1823. Número de Ordem 737.

Imprensa da Universidade, Balanço dos livros da mesma, 1773-1780. Número de ordem 293.

Imprensa da Universidade, Diário das vendas, 1807-1833, Número de Ordem 548.

Imprensa da Universidade, Index dos Livros impressos e extrahidos na Imprensa da Universidade desde 1834-1854, Número de Ordem 728.

Imprensa da Universidade, Livro onde se assentão os livros que vão para fora, 1775-1790, Número de Ordem 355.

Imprensa da Universidade, Obras de fora, 1805, Número de Ordem 584.

Imprensa da Universidade, Relação dos impressos remetidos a saber: à Biblioteca Pública de Lisboa; à Biblioteca da Universidade, ao Promotor das Liberdades de Imprensa, 1822-1823, Número de Ordem 712.

Imprensa da Universidade, Sahidas do Arm.e da Imprensa, Minervas Lusitanas, Contas correntes dos Assinantes, Anno de de 1809, Número de Ordem 351.

Legislação Académica, 1772-1824, IV-1º E 8, Tab. 3, nº4.

Livros de Alvarás, Cartas Régias, Provisões, Ordens e Avisos da Secretaria de Estado, 1772-1774, IV-1ªD-3-2-7.

Processos de Professores, Cx. 2, 3, 5, 6, 7-A, 8-A, 10-A, 12, 12-A, 13, 14, 14-A, 15-A, 16, 17-A, 18, 18-A, 19, 19-A, 24, 25-A, 26, 29, 32, 34-A, 35-A, 37, 38, 38-A, 43-A, 50-A, 57, 61, 63, 68, 73, 78, 83, 84, 85, 87, 89, 90, 94, 101, 105, 108, 112, 126, 131, 132, 137, 140, 142, 143, 144, 145, 159, 162, 164, 167, 172, 174, 176, 183, 187, 189, 196, 197, 203, 205, 211, 214, 219, 221, 222, 227, 252, 265, 266, 275, 282, 299, 301, 303, 322, 323, 326, 327, 331, 336, 334, 355, 343, 344, 341, 345, 349, 352, 356, 361, 364, 371, 372, 376, 377, 381, 383, 385, 386.

Registo das cartas de provimento da Faculdade de Cânones, 1773-1839, IV-1º E 8, Tab. 4, n.º8.

Registo das cartas de provimento da Faculdade de Leis, 1773-1834 IV-1º E 8, Tab. 4, n.º7.

Registo das cartas de provimento da Faculdade de Matemática e de Filosofia, IV-1º E 8, Tab. 4, n.º10-A.

Registo das cartas de provimento da Faculdade de Medicina, 1772-1834 IV-1º E 8, Tab. 4, n.º9.

Universidade de Coimbra, Actas das Congregações da Faculdade de Leis, 1828, vol. de 1803. IV-1ºD-3-1-56.

Universidade de Coimbra, Alunos, Documentos diversos (provimento de partidos, dissertações da faculdade de Medicina), séc. XVIII-XIX. IV-1ªE-12-5 (cota provisoria/cota anterior IV-1.ªE10-4-18).

Universidade de Coimbra, Atas das Congregações da Faculdade de Filosofia, 1840, vol. de 1803. IV-1º D-3-1-68.

Universidade de Coimbra, Conselho de Decanos (Docs. Diversos), 1805-1857, IV-1º D-3-2-64.

Universidade de Coimbra, Faculdade de Leis, Professores, 1759-1781, IV-1º E 8, Tab. 4, n.º3.

Universidade de Coimbra, Faculdade de Medicina, Dispensatório farmacêutico, Aquisição de material e drogas, requerimentos e certidões, despesas de obras, 1779-1833, IV-1º E 8, Tab. 3, nº46.

Universidade de Coimbra, Faculdade de Medicina, Teatro anatômico (Inventários, petições, cirurgiões, recibos de despesas, etc.), IV-1º E 8, Tab. 3, nº47.

Universidade de Coimbra, Museu de História Natural – Avaliação do Museu Vandelli, aquisição de Livros e outro material, despesas varias, requerimentos, certidões, etc., séc. XVIII-XIX. IV-1.ªE, 8,5, 23.

Universidade de Coimbra, Professores, Docs. Diversos (Requerimentos, contagem de tempo de serviço, nomeações, etc.), séc. XVI-XX. IV-1º E 8, Tab. 4, nº2.

Biblioteca General Historica de la Universidad de Salamanca (BGHUS)

Bernard de (?) Jussieu: “Catalogus plantarum horti regii”, Ms.119.

Bibliotheca clássica Salamantina, seu índice librorum omnium, qui in publica Salamanticensis Academiae Bibliotheca reponuntur, per classes et matérias dispositus in usum iuventuis studiosae, collectore D. Josepho ortiz de la Peña, Vol. IV, Ms. 1634.

Bibliotheca clássica Salamantina, seu índice librorum omnium, qui in publica Salamanticensis Academiae Bibliotheca reponuntur, per classes et matérias dispositus in usum iuventuis studiosae, collectore D. Josepho ortiz de la Peña. Volumen secundum in duas partes divisum quarum prima Ius Ecclesiasticum, altera vero Ius naturae gentium publicum, politicum et

universum civile complectitur (mut.), Vol. II, Ms. 1632.

Catálogo de los Catedráticos, Maestros, Doctores y Rectores que ha tenido esta Universidad “de Salamanca” desde el curso de 1546-1547 hasta el curso 1808-1809, Ms. 584.

Catálogo de Materias de la Biblioteca de la Universidad de Salamanca, Ms. 563.

Derecho Penal: “Comentario al Nuevo Código Penal (1848)”, Ms. 2775.

Dictámenes Redactados por Manuel Bernardo de Ribera sobre la Sociedad de Latinidad y Eloquencia de Madrid y sobre la Academia del Bueno Gusto de Zaragoza, XVIII. Ms. 50.

Dissertacion justificativa del sentir de Santo Thomas sobre la independencia absoluta de los soberanos, sobre la indisolubilidad del Juramento de sus vassalos y sobre el regicidio, Ms. 2772.

Emer de Vattel: Derecho de gentes, traducido por José Ortiz “DE LA PEÑA”, 1774, Ms. 93.

Index Librorum Omnium qui in amplissima Salamanticensis Academiae Bibliotheca Publica Publico Studentium usui custodiuntur alfabético ordine digestus labore et studio D. Josephi Ortiz de la Peña, Vol. 1, Ms. 592.

Index Librorum Omnium qui in amplissima Salamanticensis Academiae Bibliotheca Publica Publico Studentium usui custodiuntur alfabético ordine digestus labore et studio D. Josephi Ortiz de la Peña, Vol. 1, Ms. 593.

Index librorum omnium qui in hac publica Salamanticensis Academiae Bibliotheca a reliquis separati reponuntur, collectore D. Josepho Ortiz et Peña, Ms. 617.

Índice general de todos los libros que existen en la Librería de la Universidad de Salamanca, Ms. 602.

Índice general de todos los libros que existen en la Librería de la Universidad de Salamanca, Ms. 605.

Índice general de todos los libros que existen en la Librería de la Universidad de Salamanca, Ms. 607.

Índice general de todos los libros que existen en la Librería de la Universidad de Salamanca, Ms. 608.

Índice general de todos los libros que existen en la Librería de la Universidad de Salamanca. Índice de los Libros de la Bibliotheca de los R. R. Expulsos, Ms. 609.

Índice general de todos los libros que existen en la Librería de la Universidad de Salamanca.
Razon de Libros que tiene la universidad de esta ciudad de SS.^a Año de 1770, Ms. 601.

Instituciones del Derecho Civil, Ms. 679.

Manuel Blengua: “Lecciones de Instituciones civiles”, Ms. 690.

Manuel Blengua: “Lecciones de Instituciones civiles”, Ms. 691.

MANUEL HERRERO: Lecciones de Derecho Canónico, curso 1876-1877, Ms. 234.

Tesis defendidas para obtener el grado de Bachiller de Derecho en la Academia Salamantina (1816-1826), Ms. 1679.

Tratado de Historia del Derecho Real de España, Ms. 697.

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC)

Papéis relativos à instrução pública destes reinos, Ms. 2536.

Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL)

Documentos referentes ao Marquês de Pombal, MSS. 257, nº 25.

Obras/Pelo D.or António Ribeiro [dos Santos] [Manuscrito], Códice 4676, Microfilme F.R. 182. Documentos: *Apontamentos para o curso de Direito Civil na Universidade de Coimbra* – p.270-275, e *Apontamentos para a reforma do Curso de Direito Civil da Universidade de Coimbra* - p.164-188.

Fontes impressas

Actas das Congregações da Faculdade de Cânones: 1772-1820. 1983. 2 vols. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.

Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia: 1772-1820. 1978. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Actas das Congregações da Faculdade de Leis: 1772-1820. 1983. 2 vols. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.

Actas das Congregações da Faculdade de Matemática: 1772-1820. 1982. 2 vols. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.

Actas das Congregações da Faculdade de Medicina: 1772-1820. 1982. 2 vols. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.

Actas das Congregações da Faculdade de Teologia: 1772-1820. 1982. 2 vols. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.

Acta Salmanticensia: Historia de la Universidad. 1974. Vol. 25. Salamanca: Universidad de Salamanca.

Almeida, Manuel Lopes d'. 1937. *Documentos da Reforma Pombalina.* Vol. I (1771-1782). Coimbra: Por Ordem da Universidade de Coimbra.

———. 1979. *Documentos da Reforma Pombalina.* Vol. II (1783-1792). Coimbra: Por Ordem da Universidade de Coimbra.

«Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho». *O Instituto Revista Científica e Litteraria.* 1888. 2^a, XXXVI (5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12): 305 – 310; 372 – 376; 449 – 454; 509 – 514; 587 – 593; 657 – 663; 732 – 736; 793 – 798.

———. «Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho». *O Instituto Revista Científica e Litteraria.* 1889, 2^a, XXXVII (1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12): 53 – 57; 128 – 132; 197 – 204; 268 – 275; 338 – 340; 475 – 479; 560 – 564; 622 – 628; 710 – 714; 799 – 804; 881 – 884.

Colección de Reales Decretos, Órdenes y Cédulas de su Magestad (que Dios guarde), de las Reales Provisiones y Cartas-órdenes del Real y Supremo Consejo de Castilla, dirigido a esta Universidad de Salamanca, para su gobierno. 1770. 3 vols. Salamanca: Impreso en Salamanca.

Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra (1771). 1980. Coimbra: Por Ordem da Universidade.

Constituciones apostólicas y estatutos de la muy insigne Universidad de Salamanca. Recompilados nuevamente por su comosión. 1625. Salamanca: Impreso en casa de Diego Cusio.

Estatutos da Universidade de Coimbra (1653). 1987. Coimbra: Por Ordem da Universidade.

Estatutos da Universidade de Coimbra (1772). 1972. Vol. Livro I: Do curso theologico. Coimbra: Por Ordem da Universidade.

Estatutos da Universidade de Coimbra (1772). 1972. Vol. Livro II: Cursos juridicos das Faculdades de canones e de leis. Coimbra: Por Ordem da Universidade.

Estatutos da Universidade de Coimbra (1772). 1972. Vol. Livro III: Cursos das sciencias naturaes e filosoficas. Coimbra: Por Ordem da Universidade.

Lemos, D. Francisco de. 1980. *Relação Geral do Estado da Universidade (1777)*. Coimbra: Por ordem da Universidade.

Plan general de estudios dirigido a la Universidad de Salamanca por el Real y Supremo Consejo de Castilla y mandado imprimir de su orden. 1771. Salamanca: Antonio Villagordo y Alcaraz, y Thomás de García de Honorato.

Obras. 1959. 2 vols. Coimbra: Por Ordem da Universidade de Coimbra.

Thiébault, Paul. 1811. *Informe General Sobre La Universidad de Salamanca*. Salamanca: En la Oficina de Celestino Manuel Rodriguez Grande.

Referências Bibliográficas

Addy, George M. 1961. «The Reforms of 1771: First Steps in the Salamancan Enlightenment». *The Hispanic American Historical Review* 41 (3): 339–66. <https://doi.org/10.2307/2510268>.

———. 1966. *The Enlightenment in the University of Salamanca*. Califórnia: Duke University Press.

Ainsworth, Geoffrey Clough. 1981. *Introduction to the History of Plant Pathology*. Cambridge: Cambridge University Press.

Ajo González y Sáinz de Zuñiga, Cándido María. 1957. *Historia de las universidades hispánicas. Orígenes y desarrollo desde su aparición a nuestros dias*. 11 vols. Madrid: Ed. La Normal.

- Albares Albares, Roberto. 2006. «La Filosofía, Siglos XVIII-XIX». Em *Historia de la Universidad de Salamanca*, III.1: Saberes y confluencias:587–688. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- Alberola Romá, Armando, e Emilio La Parra López, eds. 1986. *La Ilustración española: actas del coloquio internacional celebrado en Alicante, 1-4 octubre 1985*. Ensayo e investigación 8. Alicante: Instituto Juan Gil-Albert, Diputación Provincial de Alicante.
- Albiñana, Salvador. 1982. «Francisco Ballester y la enseñanza de las matemáticas en la Universidad de Valencia (1745-1752)». Em *Estudios dedicados a Juan Peset Alexandre*, I:65–77. Valencia: Universidad de Valencia.
- Aleixandre Tena, Francisca. 1983. *La Real Sociedad Económica de Amigos del País de Valencia. Marco jurídico, estructura social y financiación.,1776 -1833*. Valencia: Sociedad Económica de Amigos del País Valencià.
- Allen, Phyllis. 1949. «Scientific Studies in the English Universities of the Seventeenth Century». *Journal of the History of Ideas* 10 (2): 219–53.
- Almeida, Manuel Lopes d'. 1937. *Documentos da Reforma Pombalina*. Vol. I (1771-1782). Coimbra: Por Ordem da Universidade de Coimbra.
- . 1979. *Documentos da Reforma Pombalina*. Vol. II (1783-1792). Coimbra: Por Ordem da Universidade de Coimbra.
- Alonso Romero, María Paz. 2012. *Salamanca, escuela de juristas. Estudios sobre la enseñanza del derecho en el Antiguo Régimen*. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid.
- Altbach, Philip G., e Jamil Salmi. 2011. *The Road to Academic Excellence. The Making of World-Class Research Universities*. Washington: World Bank Publications Altbach.
- Álvarez Cuartero, Izaskun. 2000. *Memorias de la Ilustración: las Sociedades Económicas de Amigos del País en Cuba (1783-1832)*. Madrid: RSBAP.
- Alves, Carlos F. T. 2016. «O intermediário entre o arquitecto e a sua obra. A actuação de D. Francisco de Lemos no seu primeiro reitorado (1770-1779)». *Fragmenta Histórica*, n. 4: 141–77.

- . 2017. «O segundo reitorado de D. Francisco de Lemos na Universidade de Coimbra: uma ação conjunta?» *Revista HISTEDBR On-line* 16 (70): 210–31. <https://doi.org/10.20396/rho.v16i70.8645242>.
- Anderson, Robert. 2000. «Before and after Humboldt: european universities between the eighteenth and the nineteenth centuries». Em *History of Higher Education Annual*, Twenty:5–14. Pennsylvania: PennState.
- Anderson, Robert D. 2004. *European universities from the Enlightenment to 1914*. Oxford: Oxford University Press.
- Andrade, António Alberto Banha de. 1947. *Verney e a filosofia portuguesa*. Braga: Tip. Liv. Cruz.
- . 1949. «Bibliografia da polémica verneiana». *sep. de Brotéria* XLIX, fasc. 2–3.
- . 1980. *Verney e a projecção da sua obra*. Lisboa: Inst. de Cultura Portuguesa.
- Anes, Gonzalo. 1969. *Economía e 'Ilustración' en la España del siglo XVIII*. Esplugues: Ariel.
- Antunes, José. 1982. «Notas sobre o sentido ideológico da Reforma Pombalina». *Revista de História das Ideias* 4, T. II: 143–97.
- Araque Hontangas, Natividad. 2013. *Manuel José Quintana y la Instrucción pública*. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid.
- Araújo, Ana Cristina. 1984. «Ilustração, pedagogia e ciência em António Nunes Ribeiro Sanches». *Instituto de História e Teoria das Ideias* 6: 377–94.
- . 2003. *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*. Livros Horizonte.
- . 2014a. «As ciências sagradas na cidadela da razão». Em *O Marquês de Pombal e a Universidade*, 2^a, 79–106. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- . 2014b. «Dirigismo cultural e formação das elites no pombalismo.» Em *O Marquês de Pombal e a Universidade*, 2^a, 13–48. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Araujo Lobo, Alice J. 2015. «Cameratismo: un antecedente más en la evolución de la administración como ciencia». *Visión Gerencial*, n. 1: 165–80.

- Arendt, Hannah. 2002. *La vida del espíritu*. Barcelona: Paidós Ibérica.
- Arnaut, Salvador Dias. 1997. «A medicina». Em *História da Universidade em Portugal*, I-Tomo I (1290-1536):285–302. Coimbra-Lisboa: Universidade de Coimbra-Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ashworth Jr., William B. 1996. «Emblematic natural history of the renaissance». Em *Cultures of Natural History*, 17–37. Cambridge: Cambridge University Press.
- Baldwin, Peter. 2004. «Comparing and Generalizing: Why All History Is Comparative, Yet No History Is Sociology». Em *Comparison and history Europe in cross-national perspective*, 1–22. New York: Routledge.
- Barquín Álvarez, Manuel. 2015. «El régimen de la universidad y sus facultades disciplinarias en la tradición anglosajona.» *Cuestiones constitucionales* 33: 3–32.
- Bayertz, Kurt. 1997. «The nature of morality and the morality of nature: problems of normative natural philosophy». Em *Nature and Society in Historical Context*, 364–81. Cambridge: Cambridge University Press.
- Beales, Derek Edward Dawson. 2005. *Enlightenment and reform in 18th-century Europe*. 29. London ; New York : New York: I.B. Tauris ; Distributed in the U.S. by Palgrave Macmillan.
- Belkind, Ori. 2019. «Unnatural Acts: The Transition from Natural Principles to Laws of Nature in Early Modern Science». *Studies in History and Philosophy of Science*, 1–12. <https://doi.org/10.1016/j.shpsa.2019.05.004>.
- Bellomo, Manlio. 1979. *Saggio Sull'università Nell'età del diritto comune*. Catania: Editrice Giannotta.
- Bernstein, Basil. 2000. *Pedagogy, Symbolic Control and Identity. Theory, Research, Critique*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- Bezares, Luiz E. Rodriguez-San-Pedro. 2002. *Historia de la Universidad de Salamanca*. 4 vols. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.

- . 2009. «Salamanca y las Universidades Hispánicas. Etapa Clásica, Siglos XV-XVIII». Em *Historia de la Universidad de Salamanca*, Vol. IV: Vestigios y Entramados:329–87. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- Blanning, T. C. W. 1981. «The Enlightenment in Catholic Germany». Em , 118–26. Cambridge: Cambridge University Press.
- Blanning, Timothy. 1974. *Reform and revolution in Mainz (1743-1803)*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bloch, Marc. 1953. «Toward a Comparative History of European Societies». Em *Enterprise and Secular Change: Readings in Economic History*. George Allen & Unwin.
- Braga, Teófilo. 1894. *Dom Francisco de Lemos e a Reforma da Universidade de Coimbra*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- . 1898. *Historia da Universidade de Coimbra. Nas suas relações com a Instrução Publica Portuguesa*. Vol. III 1700 a 1800. Lisboa: Por ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias.
- . 1902. *Historia da Universidade de Coimbra. Nas suas relações com a Instrução Publica Portuguesa*. Vol. IV 1801 a 1872. Lisboa: Por ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias.
- Brito, José Rodrigues de. 1805. *Memorias Politicas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações, e principalmente de Portugal*. Vol. tomo III. Lisboa,: Na Imprensa Régia.
- Brockliss, Laurence. 1981. «Aristotle, Descartes and the New Science: Natural philosophy at the University of Paris». *Annals of Science* 38 (1): 33–69.
- . 1987. *French Higher Education in the Seventeenth and Eighteenth Centuries: A Cultural History*. Oxford: Clarendon Press.
- . 1989a. «Patterns of Attendance at the University of Paris, 1400-1800». Em *Les Universités européennes du XVIe au XVIIIe Siècle. Histoire sociale des populations étudiantes*, II:487–526. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.

- . 1989b. «The University of Paris and the Maintenance of Catholicism in the British Isles, 1426-1789: A Study in Clerical Recruitment». Em *Les Universités européennes du XVIe au XVIIIe Siècle. Histoire sociale des populations étudiantes*, II:577–616. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- . 2002. «Os Curricula». Em *Uma História da Universidade na Europa, II, As Universidades na Europa Moderna (1500-1800)*:541–94. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- . 2003. «Science, the Universities, and other public spaces. Teaching Science in Europe and the Americas». Em *The Cambridge History of Science. Eighteenth-Century Science*, 4:44–86. Cambridge: Cambridge University Press.
- Broman, Thomas. 1989. «University reform in medical thought at the end of the eighteenth century». *Osiris* 5: 36–53.
- Browne, Janet. 2003. «Natural History». Em *The Oxford Companion to the History of Modern Science*, 559–63. Oxford: Oxford University Press.
- Bucci, Sante. 1976. *La scuola italiana nell'età napoleonica: il sistema educativo e scolastico francese nel Regno d'Italia*. Rome: Bulzoni.
- Buchbinder, Pablo G. 2012. *Historia de las Universidades Argentinas*. 2^a. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.
- Buenestado Fernández, Mariana. 2019. «La formación docente del profesorado universitario. El caso de la Universidad de Córdoba (Diagnóstico y diseño normativo)». Tesis Doctoral, Córdoba: Universidad de Córdoba.
- Burke, Peter. 1997. «Fables of the bees: a case-study on views of nature and society». Em *Nature and Society in Historical Context*, 112–23. Cambridge: Cambridge University Press.
- Burkhardt, Richard W. 1970. «Lamarck, Evolution, and the Politics of Science». *Journal of the History of Biology* 3 (2): 275–98.

- Burns, William E. 2013. «Naturphilosophie». Em *Science in the Enlightenment. An Encyclopedia*, 212–13. Santa Barbara, California; Denver, Colorado; Oxford, England: ABC-CLIO.
- Bushnell, Rebecca W. 1996. *A Culture of Teaching. Early Modern Humanism in Theory and Practice*. Ithaca: Cornell University Press.
- Cadilhon, François, Jean Mondot, e Jacques Verger. 1999. *Universités et Institutions Universitaires Européennes au XVIIIe Siècle. Entre Modernisation et Tradition*. Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux.
- Calafate, Pedro. 1994. *A ideia de Natureza no Século XVIII em Portugal (1740-1800)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- . 2001. *História do Pensamento Filosófico Português*. Vol. III, As Luzes. Lisboa: Editorial Caminho.
- Calmon, Pedro. 1983. «A reforma da Universidade e os dois brasileiros que a planejaram». *O Marquês de Pombal e o seu Tempo*. IV. Tomo II, 93-100. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Campana, Augusto. 1946. «The Origin of the Word “Humanist”». *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes* 9: 60–73.
- Campbell, Tom. 1971. *Adam Smith’s science of morals*. London: Rowman and Littlefield.
- Campos, Rafael Dias da Silva. 2018. «Os 15 de Montpellier: Medicina, política e relações de poder nas Luzes entre Montpellier, Coimbra e o Brasil (ca. 1770 — ca. 1820)». Tese de Doutorado em História, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Carañana, Joan Pedro. 2012. «La misión de la universidad en la Edad Media: Servir a los altos estamentos y contribuir al desarrollo de las ciudades». *Nómadas. Critical Journal of Social and Juridical Sciences* 34 (2): 325–55.
- Cardoso, José Luís. 2001. *História do Pensamento Económico Português - Temas e Problemas*. Livros Horizonte. Cardoso, José Luís. *História do Pensamento Económico Português - Temas e Problemas*. Livros Horizonte, 2001.

- . 2002. «Domingos Vandelli, a história natural e a economia política». *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras*, n. Tomo XXXV (2003): 99–118.
- . 2004. «Natural law, natural history and the foundations of political economy». Em *The Elgar Companion To Economics and Philosophy*, 3–23. Edward Elgar Pub.
- . 2015. «Liberalism and enlightened political economy». *European Journal of the History of Economic Thought* 22 (6): 934–48.
- Cardoso, José Luís, e Alexandre Mendes Cunha. 2011. «Discurso económico e política colonial no Império Luso-Brasileiro (1750-1850).» *Tempo* 16 (31): 65–88.
- . 2012. «Enlightened Reforms and Economic Discourse in the Portuguese-Brazilian Empire (1750–1808)». *History of Political Economy* 44 (4): 619–641.
- Carneiro, Ana, e Ana Simões. 2000. «Enlightenment science in Portugal: the estrangeirados and their communication networks». *Social Studies of Science* 30 (4): 591–619.
- Carpanetto, Dino, e Giuseppe Ricuperati. 1987. *Italy in the age of reason, 1685-1789*. London; New York: Longman.
- Carreras Panchón, Antonio. 2006. «La Medicina, Siglos XVI-XIX». Em *Historia de la Universidad de Salamanca*, III.1: Saberes y confluencias:303–44. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- Carrillo, Galino, e María Angeles. 1953. *Tres hombres y un problema: Feijoo, Sarmiento y Jovellanos*. Madrid: C.S.I.C.
- Carvalho, Joaquim de. 1951. «Correspondência científica dirigida a João Jacinto de Magalhães». *Revista da Faculdade de Ciências* XX: 93–283.
- Carvalho, Rómulo de. 1986. *História do ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*. 2ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- . 1987. *A história natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

- Cassirer, Ernst. 1970. *Rousseau, Kant, Goethe: two essays*. Princeton: Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- . 1992. *A Filosofia do Iluminismo*. Campinas: Editora Unicamp.
- Castro, Zília Osório de. 1987. «O Regalismo em Portugal. António Pereira de Figueiredo». *Cultura. História e Filosofia* VI: 357–411.
- Charle, Christophe. 2004. «Patterns». Em *A history of the University in Europe. Universities in the Nineteenth and Early Twentieth Centuries (1800-1945)*, III:33–82. Oxford: Cambridge University Press.
- Chartier, Roger, Marie-Madeleine Compère, e Julia Dominique. 1976. *L' éducation en France: du XVIe. au XVIIIe. siècle*. Paris: Société d'Édition d'Enseignement Supérieur.
- Chêne, Christian. 1982. «L'enseignement du droit français en pays de droit écrit (1679-1793)». *Travaux d'histoire éthico-politique* 39: II–365.
- Chitnis, Anand C. 1976. *The Scottish Enlightenment: A Social History*. London: Croom Helm.
- Cobban, Alan B. 1999. *English university life in the Middle Ages*. London: University College London.
- Cohen, Deborah. 2004. «Comparative History: Buyer Beware». Em *Comparison and history Europe in cross-national perspective*, 57–70. New York: Routledge.
- Cohen, Deborah, e Maura O'Connor. 2004. «Introduction: Comparative History, Cross-National History, Transnational History — Definitions». Em *Comparison and history Europe in cross-national perspective*, ix–xxiv. New York: Routledge.
- Coleman, William. 1978. *Biology in the Nineteenth Century: Problems of Form, Function and Transformation*. 2ª. Cambridge: Cambridge University Press.
- Collingwood, Robin George. 1960. *The Idea of Nature*. London; Oxford; New York: Oxford University Press.
- Conceição, Jaime, João Rui Pita, Marilene Estanqueiro, e José Manuel Sousa Lobo. 2014. «As farmacopeias portuguesas e a saúde pública». *Acta Farmacêutica Portuguesa* 3 (1): 47–65.

- Cook, Harold J. 1996. «Physicians and natural history». Em *Cultures of Natural History*, 91–105. Cambridge: Cambridge University Press.
- Costa, A. M. Amorim da. 2014. «As Ciências Naturais na Reforma Pombalina da Universidade - “Estudo de Rapazes, não ostentação de Príncipes”». Em *O Marquês de Pombal e a Universidade*, 179–208. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Costa, Mário Alberto Nunes. 1961. *Documentos para a História da Universidade de Coimbra (1750-1772)*. Vol. 2. Coimbra: Por Ordem da Universidade de Coimbra.
- Costa, Mário Júlio de Almeida. 1992. «Leis, Cânones, Direito, (Faculdades de)». Em *Dicionário de História de Portugal*, 2^a. Vol. III. Porto: Figueirinhas.
- Costa, Mário Júlio de Almeida, e Rui de Figueiredo Marcos. 1999. «Reforma Pombalina dos Estudos Jurídicos». *Boletim da Faculdade de Direito LXXV*: 67–98.
- . 2014. «Reforma Pombalina dos Estudos Jurídicos». Em *O Marquês de Pombal e a Universidade*, 107–40. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Costello, William T. 1958. *The Scholastic Curriculum at Early Seventeenth-Century Cambridge*. Harvard University Press.
- Crombie, Alistair Cameron. 1977. «Mathematics and Platonism in the sixteenth-century Italian universities and in Jesuit educational policy». Em *Prismata: Naturwissenschaftsgeschichtliche Studien. Festschrift für Willy Hartner*, 63–94. Wiesbaden: Franz Steiner.
- Cruzeiro, Maria Eduarda. 1988. «A reforma pombalina na história da Universidade». *Análise Social XXIV* (100): 165–210.
- Cunha, Alexandre Mendes. 2011a. «Cameralist Ideas in Portuguese Enlightened Reformism: The Diplomat Rodrigo de Souza Coutinho and His Circuits of Intellectual Exchange». Em *The Dissemination of Economic Ideas*, 201–23. Edward Elgar Publishing.
- . 2011b. «Metalurgia, mineração e camera-lismo: superposições entre as ciências naturais e a economia política no reformismo ilustrado luso-brasileiro». Em *Actas do Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências*, 214–30. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

- . 2011c. «Polizei and the System of Public Finance: Tracing the Impact of Cameralism in Eighteenth-Century Portugal». Em *The Dissemination of Economic Ideas*, 65–86. Edward Elgar Publishing.
- Curtis, Mark Hubert. 1959. *Oxford and Cambridge in transition, 1558-1642 : an essay on changing relations between the English universities and English Society*. Oxford: The Clarendon Press.
- d'Entrèves, Alexander Passerin. 2017. *Natural Law. An Introduction to Legal Philosophy*. London and New York: Routledge.
- D'Írsay, Stephen. 1935. *Histoire des universités françaises et étrangères des origines à nos jour*. 2 vols. Paris: Auguste Picard.
- Dainville, François de. 1954. «L'enseignement des mathématiques dans les Collèges Jésuites de France du XVIe au XVIIIe siècle.» *Revue d'histoire des sciences* 7 (1): 6–21. <https://doi.org/10.3406/rhs.1954.3376>.
- . 1978. *L'Education des jésuites XVIe-XVIIIe siècles*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Dauvillier, Jean. 1959. «La notion de chaire professorale dans les universités depuis le Moyen Âge». *Annales de la faculté de droit de Toulouse* 7: 238–312.
- Degler, Carl N. 1968. «Comparative History: An Essay Review». *The Journal of Southern History* 34 (3): 425–30.
- Del Negro, Piero. 1991. «Il Principe e l'università in Italia dal XV secolo all'età napoleonica». Em *L'Università in Italia fra Età Moderna e Contemporanea. Aspetti e momenti*, 11–27. Bologna: CLUEB.
- Demerson, Jorge, e Paula de Demerson. 1978. *La decadencia de las Reales Sociedades Económicas de Amigos del País*. Oviedo: Centro de Estudios del siglo XVIII.
- Demerson, Paula de, Jorge Demerson, e Francisco Aguilar Piñal. 1974. *Las Sociedades Económicas de Amigos del País en el siglo XVIII: guía del investigador*. San Sebastián: [s.n.].

- Denipoti, Cláudio. 2014. «O embaixador; o livreiro e o policial circulação de livros proibidos e medo revolucionário em Portugal na virada do século XVIII para o XIX». *Varia História* 30 (52): 129–50.
- Dias, José Pédro Sousa, e Joao Luis Rocha Pita. 1994. «L'influence de la pharmacie et de la chimie françaises au Portugal au XVIIIe siècle: Nicolas Lémery». *Revue d'Histoire de la Pharmacie*, n. 300: 84–90.
- Dias, José Sebastião da Silva. 1952. «Portugal e a cultura europeia sécs. XVI a XVIII». *Biblos* 28: 20–498.
- Dibon, Paul. 1954. *La philosophie néerlandaise au siècle d'or*. Vol. Tome 1, L'enseignement philosophique dans les universités à l'époque précartésienne, 1575-1650. Paris ; Amsterdam ; Londres ; New York: Elsevier Publishing Company.
- Dijn, Annelien de. 2012. «The Politics Of Enlightenment: From Peter Gay To Jonathan Israel». *The Historical Journal* 55 (3): 785–805.
- Dios, Salustiano de Dios de. 2006. «Corrientes Jurisprudenciales, Siglos XVI-XVII». Em *Historia de la Universidad de Salamanca*, III.1: Saberes y confluencias:75–102. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- Domínguez Ortiz, Antonio. 1988. *Carlos III y la España de la Ilustración*. Madrid: Alianza Editorial.
- Dominique, Julia, e Jacques Revel. 1989. «Les étudiants et leurs études dans la France moderne». Em *Les Universités européennes du XVIe au XVIIIe Siècle. Histoire sociale des populations étudiantes*, II:25–486. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Doody, Aude. 2010. *Pliny's encyclopedia : the reception of the Natural history*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dooley, Brendan. 1984. «Science Teaching as a Career at Padua in the Early Eighteenth Century: The Case of Giovanni Poleni». Em *History of Universities*, IV:115–52. Oxford: Oxford University Press.

- Drouin, Jean-Marc, e Bernadette Bensaude-Vincent. 1996. «Nature for the people». Em *Cultures of Natural History*, 408–25. Cambridge: Cambridge University Press.
- Duncan, G. D. 1986. «Public lectures and professorial chairs». Em *The Collegiate University (The History of the University of Oxford)*, III:335–61. Oxford: Oxford University Press.
- Edelstein, Dan. 2010. *The Enlightenment: a genealogy*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- «Emer de Vattel: Derecho de gentes, traducido por José Ortiz “DE LA PEÑA”». 1774. Ms. 93. Biblioteca General Historica de la Universidad de Salamanca.
- Emerson, Roger L. 1977. «Scottish universities in the eighteenth century, 1690-1800». *Studies on Voltaire and the Eighteenth Century: Facets of Education in the Eighteenth Century*, n. 167: 453–74.
- . 1992. *Professors, Patronage and Politics: Aberdeen Universities in the Eighteenth Century*. Aberdeen: Aberdeen University Press.
- Engel, Arthur. 1974. «The Emergencing Concept of the Academic Profession at Oxford (1800-1854)». Em *The University in Society. Oxford and Cambridge from 14th to the Early 19th Century*, I:305–51. Princeton: Princeton University Press.
- Escartín, Eduardo, e Francisco Velasco Morente. 2009. «Quesnay y los conceptos generales de la Fisiocracia». Em *Ilustración, ilustraciones*, 3:275–88. Real Sociedad Bascongada de Amigos del País: Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales (SECC).
- Esperabé Artega, Enrique. 1917. *Historia pragmática e interna de la Universidad de Salamanca*. Vol. 1. Salamanca: F. Nuñez Izquierdo.
- Espinosa, Aurelio. 2006. «The spanish reformation: Institutional reform, taxation, and the secularization of ecclesiastical properties under charles V». *The Sixteenth century journal*, 3–24.
- Esteva de Sagrera, Juan. 2005. *Historia de la farmacia: Los medicamentos, la riqueza y el bienestar*. Barcelona: Masson.

- Faria, Felipe. 2012. *Georges Cuvier: do estudo dos fósseis à paleontologia*. Editora 34/Associação Filosófica Scientiae Studia.
- Feenstra, Robert, e Cornelis Jan Dirk Waal. 1975. *Seventeenth-century Leyden Law Professors and Their Influence on the Development of Civil Law: A Study of Bronchorst, Vinnius and Voet*. Amsterdam: North-Holland Pub. Co.
- Feingold, Mordechai, e Alexander Broadie. 2016. *History of Universities*. Vol. XXIX/2. Oxford: Oxford University Press.
- Ferreira, Joaquim. 1984. *Verdadeiro método de estudar*. Luís António Verney. Porto: Domingos Barreira.
- Ferrone, Vincenzo. 1982. *Scienza natura religione: mondo newtoniano e cultura italiana nel primo settecento*. Napoli: Jovene.
- Ferté, Patrick. 1989. «La population étudiante du Rouergue au XVIIIe siècle». Em *Les Universités européennes du XVIe au XVIIIe Siècle. Histoire sociale des populations étudiantes*, II:527–76. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Figueirôa, Silvia, e Clarete da Silva. 2000. «Enlightened Mineralogists: Mining Knowledge in Colonial Brazil, 1750-1825». *Osiris* 15: 174–89.
- Findlen, Paula. 1996. «Courting nature». Em *Cultures of Natural History*, 57–74. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fiolhais, Carlos. 2013. *História da Ciência em Portugal*. Arranha-céus.
- , Décio Martins, e Carlota Simões. 2013. *História da Ciência na Universidade de Coimbra, 1772-1933*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- ., Carlota Simões, e Décio Martins, eds. 2013. *História da ciência luso-brasileira: Coimbra entre Portugal e o Brasil*. Documentos. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Fleischacker, Samuel. 2013. *What is Enlightenment?* Routledge.
- Fletcher, J. 1974. *The History of European Universities, Work in progress and Publications*. 5 vols.

- Flórez Miguel, Cirilo. 2006. «Ciencias, Siglos XV-XVII». Em *Historia de la Universidad de Salamanca*, III.1: Saberes y confluencias:409–32. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- Flynn, James T. 1988a. «Russia's "university question": origins to great reforms 1802-1863». Em *History of Universities*, 7:1–35. Oxford: Oxford University Press.
- . 1988b. *The University reform of Tsar Alexander, I 1802-1835*. Washington, DC: Catholic Univ of Amer Pr.
- Fonseca, Fernando Taveira da. 1995. *A Universidade de Coimbra (1700-1771). Estudo social e económico*. Coimbra: Por ordem da Universidade.
- . 1997a. «A Medicina». Em *História da Universidade em Portugal*, I tomo II (1537-1771):835–75. Coimbra, Lisboa: Universidade de Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian.
- . 1997b. «Os corpos académicos e os servidores». Em *História da Universidade em Portugal*, 1º, Tomo 2 (1537-1771):499–600. Universidade de Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian.
- . 2009. «Universidades Portuguesas. Historiografía y Líneas de Investigación». Em *Historia de la Universidad de Salamanca*, Vol. IV: Vestigios y Entramados:468–99. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- . 2014. «A dimensão pedagógica da Reforma de 1722, alguns aspectos». Em *O Marquês de Pombal e a Universidade*, 49–78. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Fortuna, José Fernandes Álvares. 1815. *De jure naturae positiones dilucidore stylo et ordine*. Coimbra.
- Francisco Fuentes, Juan. 1988. «Luces y Sombras de la Ilustración española». *Revista de Educación*, n. Numero extraordinario 1. La Educación en la Ilustración Española: 9–28.
- Franco, José Eduardo. 2008. «Introdução. I Parte. A reforma pombalina da Universidade Portuguesa no quadro da reforma anti-jesuítica da Educação». *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra*: 15-94. Campo das letras.

- Frank, Robert G. 1973. «Science, Medecine and the Universities of Early Modern England: Background and Sources». *History of Science* 11: 194–216, 239–69.
- Fredrickson, George. 1997. *The Comparative Imagination: On the History of Racism, Nationalism, and Social Movements*. Berkeley: University of California Press.
- Freedman, Joseph S. 1985. «Philosophy Instruction Within the Institutional Framework of Central European Schools and Universities During the Reformation Era». Em *History of Universities*, V:117–66. Oxford: Oxford University Press.
- . 1993. «Aristotle and the Content of Philosophy Instruction at Central European Schools and Universities during the Reformation Era (1500-1650)». *Proceedings of the American Philosophical Society* 137 (2): 213–53.
- . 1999. *Philosophy and the Arts in Central Europe, 1500-1700. Teaching and Texts at Schools and Universities*. 1st Edition. London: Routledge.
- Frijhoff, Willem. 1981. *La société néerlandaise et ses gradués, 1575-1814: Une recherche sérielle sur le statut des intellectuels*. Amsterdam: APA-Academic Publishers Associated.
- . 1986. «Université et marché de l'emploi dans la épublique des Provinces-Unies». Em *Les Universités européennes du XVIe au XVIIIe Siècle. Histoire sociale des populations étudiantes*, I:205–44. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- . 2002. «Modelos». Em *Uma História da Universidade na Europa. As Universidades na Europa Moderna (1500-1800)*, 2:39–105. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Fuertes Herreros, José Luís. 2006. «Lógica y Filosofía, Siglos XIII-XVII». Em *Historia de la Universidad de Salamanca*, III.1: Saberes y confluencias:491–586. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- Gabriel, Astrik L. 1974. «The Ideal Master of the Mediaeval University». *The Catholic Historical Review* 60 (1): 1–40.

- García Ballester, Luis. 2002a. «La “Ciencia y el oficio de la boticaría”». Em *Historia de la Ciencia y de la Técnica en la Corona de Castilla*, I Edad Media:865–914. Salamanca: Junta De Castilla Y León Consejería De Educación Y Cultura.
- . 2002b. «La producción y circulación de obras médicas». Em *Historia de la Ciencia y de la Técnica en la Corona de Castilla*, I Edad Media:709–88. Salamanca: Junta De Castilla Y León Consejería De Educación Y Cultura.
- . 2002c. «Nuevos valores y nuevas estrategias en medicina». Em *Historia de la Ciencia y de la Técnica en la Corona de Castilla*, I Edad Media:647–708. Salamanca: Junta De Castilla Y León Consejería De Educación Y Cultura.
- García Hernández, Santiago José. 2016. *La Enseñanza de la Medicina en la Universidad de Salamanca (1808-1833)*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca y Santiago José García Hernández.
- García Pérez, Arcadio. 2013. *La escuela ilustrada salmantina. Miguel Martel (1754-1835)*. Salamanca: UNED, Universidad Nacional de Educación a Distancia; Universidad de Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca.
- García Ruipérez, Mariano. 1988. *Nuevas aportaciones al estudio de las Sociedades Económicas de Amigos del País*. Madrid: Instituto de Filología.
- García y García, Antonio. 1996. «As Faculdades de Direito». Em *Uma História da Universidade na Europa*, I As Universidades na Idade Média:389–410. INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- . 2006. «La Facultad de Derecho Canónico». Em *Historia de la Universidad de Salamanca*, III.1: Saberes y confluencias:103–20. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- Gascoigne, John. 1985. «The Universities and the Scientific Revolution: the case of Newton and Restoration Cambridge». *History of Science* 23 (4): 391–434.
- Gaudant, Jean. 1997. «La géologie à la Sorbonne (1808-1969)». Em *Pierres & carrières : géologie, archéologie, histoire : textes réunis en hommage à Claude Lorenz : actes des journées Claude Lorenz organisées au Centre de Recherches historiques et juridiques*

- de l'Université Paris*, 35–47. Paris: Association des Géologues du Bassin de Paris et AEDEH.
- Gibson, Roy, e Ruth Morello. 2011. *Pliny the Elder: Themes and Contexts*. Brill.
- Gilbert, Neal Ward. 1960. *Renaissance Concepts of Method*. Columbia: Columbia University Press.
- Gomes, Joaquim Ferreira. 1982. *O Marquês de Pombal e as reformas do ensino*. Coimbra: Livraria Almedina.
- . 1983. «Pombal e a Reforma da Universidade». Em *Como interpretar Pombal? No bicentenário da sua morte*, 235–54. Lisboa, Porto: Edições Bróteria; Livraria A. I.
- González Bueno, Antonio. 2002a. *Antonio José Cavanilles (1745-1804). La pasión por la Ciencia*. Madrid: Fundación Jorge Juan.
- . 2002b. *Tres botánicos de la Ilustración. Gómez Ortega, Zea, Cavanilles. La ciencia al servicio del poder*. 2002: Nivola Ediciones.
- González González, E., e L. Pérez Puente. 2005. *Permanencia y cambio: universidades hispánicas, 1551-2001*. 2 vols. Mexico: Universidad Nacional Autónoma de México.
- Goodman, David. 1983. «Science and the Clergy in the Spanish Enlightenment». *History of Science* 21 (2): 111–140.
- Green, Nancy L. 2004. «Comparative History: Methods, Aims, Problems». Em *Comparison and history Europe in cross-national perspective*, 41–56. New York: Routledge.
- Grendler, Paul F. 2004. «The Universities of the Renaissance and Reformation». *Renaissance Quarterly* 57 (1): 1–42.
- Grew, Raymond. 1980. «The Case for Comparing Histories». *The American Historical Review* 85 (4): 763–78.
- Grzybowski, Andrzej, Barry D. Kels, e Jane M. Grant-Kels. 2015. «Joseph Plenck (1735–1807): Amalgam of dermatology and ophthalmology». *Clinics in Dermatology* 33 (2): 135–39.

- Guerra, J. Pedro Miller. 1984. «A reforma pombalina dos estudos médicos». Em *Pombal Revisitado*, I:189–208. Lisboa: Editorial Estampa.
- Guerrero Galván, Luis René. 2016. «La discusión por la reforma al plan de estudios de la Facultad de Leyes, siglo XVIII». Em *Poderes y Educación Superior en el Mundo Hispánico. Siglos XV al XX*, 167–84. Mexico: Universidad Nacional Autónoma de México. Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación.
- Guntau, Martin. 1996. «The natural history of the earth». Em *Cultures of Natural History*, 211–29. Cambridge: Cambridge University Press.
- Guttek, Gerald L. 1995. *A History of the Western Educational Experience*. Second Edition. Illinois: Waveland Press, Inc.
- Haakonssen, Knud. 1996. *Natural Law and Moral Philosophy. From Grotius to the Scottish Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hajdukiewicz, Leszek, Mieczysław Karaś, Anna Zygalska, e Anna Łagan-Delden. 1978. *The Jagiellonian University: traditions, the present, the future*. Wydawn: Uniwersytetu Jagiellońskiego.
- Hall, Alfred Rupert. 1970. *From Galileo to Newton 1630-1720*. Fontana.
- Hammerstein, Notker. 2002a. «As relações com as autoridades». Em *Uma História da Universidade na Europa. As Universidades na Europa Moderna (1500-1800)*, II:106–47. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- . 2002b. «O Iluminismo». Em *Uma História da Universidade na Europa. As Universidades na Europa Moderna (1500-1800)*, II:595–614. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Haupt, Heinz-Gerhard, e Jürgen Kocka. 2004. «Comparative History: Methods, Aims, Problems». Em *Comparison and history Europe in cross-national perspective*, 23–40. New York: Routledge.
- Hellmuth, Eckhart. 2004. «Enlightenment and government». Em *The Enlightenment World*, 442–56. London ; New York: Routledge.

- Henry, John. 1986. «Occult Qualities and the Experimental Philosophy: Active Principles in Pre-Newtonian Matter Theory». *History of Science* 24 (4): 335–381.
- Herlitz, Lars. 1997. «Art and nature in pre-classical economics of the seventeenth and eighteenth centuries». Em *Nature and Society in Historical Context*, 163–75. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hespanha, António Manuel. 1978. *A História do Direito na História Social*. Lisboa: Livros Horizonte.
- . 2019. «O direito na Academia (Coimbra, 1570-1640). A identificação do direito numa comunidade comunicativa». *Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno* 48: 537–618.
- Heyd, Michael. 1982. *Between Orthodoxy and Enlightenment: Jean-Robert Chouet and the Introduction of Cartesian Science in the Academy of Geneva*. Haia: Martinus Nijhoff.
- . 1988. «The Geneva Academy in the Eighteenth Century: a Calvinist Seminary or a Civic University?» Em *The University and the City: From Medieval Origins to the Present*, 79–99. New York; Oxford: Oxford University Press.
- Hill, Christopher. 1972. *Intellectual Origins of the English Revolution*. London: Oxford.
- Holubar, Karl, e Joseph Frankl. 1984. «Joseph Plenck (1735-1807). A forerunner of modern European dermatology». *Journal of the American Academy of Dermatology* 10 (2 Part 1): 326–32.
- Homem, Amadeu Carvalho. 1981. «Do “Iluminismo” ao Positivismo. Joaquim António da Silva Cordeiro e a sua obra». *Revista de História das Ideias* 3: 37–76.
- Hooykaas, Reijer. 1958. *Humanisme, Science et Reforme - Pierre De La Ramee 1515-1572*. Leyde: Brill.
- Hunter, Michael. 1981. *Science and Society in Restoration England*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ijsewijn, Jozef, e Jaques Paquet. 1978. *The Universities in the Late Middle Ages*. Leuven: Leuven University Press.

- Ingegno, Alfonso. 2008. «The new philosophy of nature». Em *The Cambridge History of Renaissance Philosophy*, 236–63. Cambridge: Cambridge University Press.
- Israel, Jonathan I. 2001. *Radical Enlightenment. Philosophy and the Making of Modernity 1650-1750*. Oxford ; New York: Oxford University Press.
- . 2006. *Enlightenment Contested. Philosophy, Modernity, and the Emancipation of Man. 1670–1752*. Oxford ; New York: Oxford University Press.
- . 2009. *A Revolution Of The Mind. Radical Enlightenment and the Intellectual Origins of Modern Democracy*. Princeton; Oxford: Princeton University Press.
- IV Encuentro de Reales Sociedades Económicas de Amigos del País de España y América*. 2007. Badajoz: Real Sociedad Económica Extremeña de Amigos del País.
- Jara Andreu, Antonio. 1977. *Derecho Natural y conflictos ideológicos en la universidad española (1750-1850)*. Madrid: Instituto de Estudios Administrativos.
- Jaraus, Konrad H. 1982. *The transformation of higher learning: 1860 -1930: expansion, diversification, social opening and professionalization in England, Germany, Russia and the United States*. Stuttgart: Klett-Cotta.
- Johns, Adrian. 1996. «Natural history as print culture». Em *Cultures of Natural History*, 106–24. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jordanova, Ludmilla. 1984. *Lamarck*. Oxford: Oxford University Press.
- Julia, Dominique. 1981. «La naissance du corps professoral». *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* 39: 71–86.
- Kagan, Richard L. 1970. «Universities in Castile 1500-1700». *Past & Present*, n. 49: 44–71.
- . 1974a. *Students and Society in Early Modern Spain*. The Johns Hopkins University Press.
- . 1974b. «Universities in Castile (1500-1810)». Em *The University in Society, II. Europe, Scotland, and the United States from the 16th to the 20th Century*:355–406. Princeton: Princeton University Press.

- . 1986. «Universities in Italy, 1500-1700». Em *Les Universités européennes du XVIe au XVIIIe Siècle. Histoire sociale des populations étudiantes*, I:153–86. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Kaniewska, Irene. 1986a. «La conjoncture étudiante de l'Université de Cracovie aux XVIIe et XVIIIe siècles». Em *Les Universités européennes du XVIe au XVIIIe Siècle. Histoire sociale des populations étudiantes*, I:135–52. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- . 1986b. «Les étudiants de l'Université de Cracovie aux XVe et XVI e siècles (1433-1560)». Em *Les Universités européennes du XVIe au XVIIIe Siècle. Histoire sociale des populations étudiantes*, I:113–34. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Karady, Vincent. 1986. «De Napoléon à Duruy: origines et naissance de l'Université contemporaine». Em *Histoire des universités en France*, 261–322. Toulouse: Privat.
- Kearney, Hugh F. 1964. *Origins of the Scientific Revolution*. London: Longmans Green and Co.
- . 1970. *Scholars and gentlemen: Universities and society in pre-industrial Britain, 1500-1700*. London: Faber.
- Kittelson, J. M, e P. J. Transue. 1984. *Rebirth, Reform and Resilience: Universities in Transition 1300-1700*. Columbus, Ohio.
- Klinge, Matti. 2004. «Teachers». Em *A history of the University in Europe. Universities in the Nineteenth and Early Twentieth Centuries (1800-1945)*, III:123–62. Oxford: Cambridge University Press.
- Koerner, Lisbet. 1996. «Carl Linnaeus in this time and place». Em *Cultures of Natural History*, 145–62. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kulczykowski, M. 1980. *Les Grandes Réformes des Universités européennes du XVIe au XXe siècles. IIIème Session scientifique internationale*. Cracovie.
- Lafuente, Antonio. 1982. «La enseñanza de las ciencias durante la primeira mitad del Siglo XVIII». Em *Estudios dedicados a Juan Peset Alexandre*, II:477–93. Valencia: Universidad de Valencia.

- Le Bras, Gabriel. 1947. «‘Velut splendor firmamenti’: le docteur dans le droit de l’Eglise médiévale». *Revue des sciences religieuses* 21: 121–48.
- Le Goff, Jacques, e Béla Köpeczi. 1985. *Intellectuels français, intellectuels hongrois: XIIIe-XXe siècles*. Budapest: Akadémiai Kiadó.
- Leff, Gordon. 1996. «As Faculdades de Artes». Em *Uma História da Universidade na Europa, I As Universidades na Idade Média*:307–36. INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Leite, Serafim. 1963. *Estatutos da Universidade de Coimbra (1559)*. Coimbra: Por ordem da Universidade.
- Lemos, D. Francisco de. 1980. *Relação Geral do estado da Universidade (1777)*. Coimbra: Por ordem da Universidade.
- Lemos, Maximiano. 1899. *História da medicina em Portugal: doutrinas e instituições*. Lisboa: Manoel Gomes.
- Liendo Tagle, Fernando. 2016. *Pablo de Olavide y la nueva planta de los estudios*. Madrid: Carlos III University of Madrid.
- . 2018. «Un programa ilustrado para la formación de juristas. El Plan de Estudios de Pablo de Olavide de 1768». Em *Estudios Luso-Hispanos de Historia del Derecho*. Madrid: Editorial Dykinson.
- Lindenfeld, David. 2008. *The Practical Imagination: The German Sciences of State in the 19th Century*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- Lindroth, Sten. 1976. *A History of Uppsala University 1477-1977*. Stockholm: Almqvist & Wiksell international.
- Lluch, Ernest. 1995. «La España vencida del siglo XVIII Cameralismo, corona de Aragón y “Partido Aragonés” o “Militar”». *Sistema: revista de ciencias sociales*, n. 124: 13–41.
- . 1996a. «El Cameralismo Más Allá Del Mundo Germánico». *Revista de Economía Aplicada* IV (10): 163–75.

- . 1996b. «La Difusión del cameralismo y de la fisiocracia a través de Europa y en especial de España durante el siglo XVIII». *Sapere aude: el «atrévete a pensar» en el siglo de las luces*, n. 3: 17–26.
- . 1999. «El cameralismo en España». *Economía y economistas españoles 3 (La Ilustración)*: 721–28.
- Lluch, Ernest, e L. Argemi. 2000. «La influencia alemana en España (1800-1860): desde el Cameralism tardío a Jakob, Krause y List». Em *Economía y Economistas Españoles: La Ilustración*, 3:451–58. Barcelona: Galáxia Gutenberg/Círculo de Lectores.
- Luis Peset, José. 2006. «La Nueva Ciencia, Siglo XVIII». Em *Historia de la Universidad de Salamanca*, III.1: Saberes y confluencias:433–54. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- Lytle, Guy Fitch. 1974. «Patronage Patterns and Oxford Colleges c.1300-c.1530». Em *The University in Society. Oxford and Cambridge from 14th to the Early 19th Century*, I:111–50. Princeton: Princeton University Press.
- Marcos, Rui. 1990. «A Legislação Pombalina. Alguns aspectos fundamentais»,. *Suplemento ao Boletim da Faculdade de Direito XXXIII*: 80–82.
- Marín y Mendoza, Joaquín. 2015. *Historia del derecho natural y de gentes*. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid.
- Martínez Neira, Manuel. 1996. «Despotismo o ilustración: una reflexión sobre la recepción del Almici en la España carolina». *Anuario de historia del derecho español* 66: 951–66.
- . 1998a. «Lecturas antiguas y lecturas ilustradas. Una aproximación a los primeros manuales jurídicos». *CIAN. Revista de historia de las universidades*, n. 1: 143–209.
- . 1998b. «¿Una supresión ficticia?. Notas sobre la enseñanza del derecho en el reinado de Carlos IV». *Anuario de historia del derecho español* 68: 523–44.
- . 2000. «Un anónimo conocido. El Schmid y la enseñanza del Derecho en el trienio liberal». Em *Las universidades hispánicas. De la monarquía de los Austrias al centralismo liberal: V Congreso Internacional sobre Historia de las Universidades Hispánicas, 2-Siglo XVIII y XIX*:263–74. Salamanca: Junta de Castilla y León,

- Consejería de Educación y Cultura; Universidad de Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca.
- Martínez Ruiz, Enrique, e Magdalena de Pazzis Pi Corrales. 2010. *Protección y seguridad en los sitios reales desde la Ilustración al Liberalismo*. Alicante: Publicaciones Universidad de Alicante.
- Martins, Décio. 2014. «As ciências físico-matemáticas em Portugal e a reforma pombalina». Em *O Marquês de Pombal e a Universidade*, 2ª, 209–90. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- . 2013. «A Faculdade de Filosofia Natural (1772-1911)». Em *História da Ciência na Universidade de Coimbra, 1772-1933*, 64–115. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Martins, José V. de Pina. 1980. *Luís António Verney contra a escolástica entre 1745 e 1750*. Paris: Fund. Calouste Gulbenkian.
- Mateo Sanz, Gonzalo, e Emilio Laguna Lumbreras. 2004. «Especies de la flora valenciana descritas por Cavanilles». *Flora Montiberica* 28 (XII): 3–22.
- Maxwell, Kenneth. 1995. *Pombal, Paradox of the Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press.
- McClellan, Chris. 2001. «The legacy of Georges Cuvier in Auguste Comte's natural philosophy». *Studies In History and Philosophy of Science Part A* 32 (1): 1–29.
- McClellan, James. 2003. «Scientific Institutions and the Organization of Science». Em *The Cambridge History of Science. Eighteenth-century Science*, 4:87–106. New York: Cambridge University Press.
- . 1985. *Science Reorganized: Scientific Societies in the Eighteenth Century*. Columbia: Columbia University Press.
- McClelland, Charles. 1978. «The aristocracy and university reform in eighteenth-century Germany». Em *Schooling and society: studies in the history of education*, 146–73. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

- . 1980. *State, Society and University in Germany 1700-1914*. Cambridge: Cambridge University Press.
- . 2017. *Berlin, the Mother of All Research Universities*. London: Lexington Books.
- Mcconica, James. 1979. «Humanism and Aristotle in Tudor Oxford». *The English Historical Review* XCIV (CCCLXXI): 291–317.
- McCulloch, Gary. 1991. *Philosophers and Kings: Education for Leadership in Modern England*. New York; Cambridge: Cambridge University Press.
- Mendes, António Rosa. 1998. *Ribeiro Sanches e o marquês de Pombal: intelectuais e poder no absolutismo esclarecido*. Cascais: Patrimônia.
- . 1991. *Ribeiro Sanches e as cartas sobre a educação da mocidade*. Lisboa: A. M. N. R. Mendes.
- Mérea, Paulo. 1957a. «Lance de olhos sobre o ensino do direito (Cânones e Leis) desde 1772 até 1804». *Boletim da Faculdade de Direito* 33: 187–214.
- . 1957b. «Rol dos lentes catedráticos e substitutos das Faculdades de Cânones e Leis desde 1772 (Reforma pombalina)». *Boletim da Faculdade de Direito* 33: 324–30.
- Mestre, Antonio. 1976. *Despotismo e Ilustración en España*. Barcelona: Ariel.
- Miler, Michael. 2004. «Comparative and Cross-National History: Approaches, Differences, Problems». Em *Comparison and history Europe in cross-national perspective*, 115–32. New York: Routledge.
- Mokyr, Joel. 2011. *The Enlightened Economy. Britain and the Industrial Revolution 1700–1850*. Penguin Books.
- Moncada, Luís Cabral de Oliveira de. 1925. «O “século XVIII” na legislação de Pombal». *Boletim da Faculdade de Direito*, n. 9: 167–202.
- . 1938. *Subsídios para uma História da Filosofia do Direito em Portugal (1772-1911)*. 2ª. Coimbra: Coimbra Editora.

- . 1941. *Um «iluminista» português do século XVIII: Luiz António Verney*. Coimbra: A. Amado.
- Monsen, Norvald. 2002. «The Case for Cameral Accounting». *Financial Accountability & Management* 18 (1): 39–72.
- Morales, Antonio Álvarez de. 1990. «La crisis del reformismo en Campomanes». Em *Revista de Historia Moderna. Anales de la Universidad de Alicante*, 185–195. https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/4988/1/RHM_8-9_09.pdf.
- Moravia, Sergio. 1968. *Il tramonto dell'Illuminismo: Filosofia e politica nella società francese. (1770-1810)*. Bari: Laterza.
- Moreno González, Antonio. 1988. «Hacia la Felicidad pública por la Ciencia y la Educación». *Revista de Educación*, n. Numero extraordinario 1. La Educación en la Ilustración Española: 393–419.
- Morgan, Victor. 1974. «Cambridge University and “The Country” (1560-1640)». Em *The University in Society. Oxford and Cambridge from 14th to the Early 19th Century*, I:183–246. Princeton: Princeton University Press.
- Mrozowska, K. 1982. «Les universités polonaises à l'époque de la Commission de l'Éducation nationale». Em *Universitates studiorum saec. XVIII et XIX: études présentées par la Commission internationale pour l'histoire des universités en 1977*, 7–19. Warsaw: Editions de l'Université de Varsovie.
- Nauert, Charles G. 2006. *Humanism and the Culture of Renaissance Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Nelson, Norman Edward. 1947. *Peter Ramus and the confusion of logic, rhetoric, and poetry*. Michigan: Univ. of Michigan Press.
- Nokkala, Ere, e Nicholas B. Miller. 2019. *Cameralism and the Enlightenment. Happiness, Governance and Reform in Transnational Perspective*. Taylor & Francis Ltd.
- Obras*. 1959. 2 vols. Coimbra: Por Ordem da Universidade de Coimbra.

- Ong, Walter J. Ong. 1983. *Ramus, Method, and the Decay of Dialogue*. Harvard: Harvard University Press.
- Outram, Dorinda. 1996. «New spaces in natural history». Em *Cultures of Natural History*, 249–65. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pacchi, Arrigo. 1973. *Cartesio in Inghilterra: Da More a Boyle*. Bari: Laterza.
- Pagden, Anthony. 2013. *The Enlightenment. And why it still Matters*. New York: Random House.
- Palma-Ferreira, João. 1982. «Excertos do “diário” de D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas». *Revista da Biblioteca Nacional*, n. N° 1: 17– 35.
- Paquette, Gabriel. 2009. «Introduction: Enlightened Reform in Southern Europe and its atlantic colonies in the long Eighteenth century». Em *Enlightened Reform in Southern Europe and its atlantic colonies, c. 1750–1830*, Ashgate, 1–22. Cambridge.
- Paquette, Gabriel B., ed. 2009. *Enlightened reform in Southern Europe and its Atlantic colonies, c. 1750-1830*. Empires and the making of the modern world, 1650-2000. Farnham, England ; Burlington, VT: Ashgate.
- . 2011. *Enlightenment, governance and reform in Spain and its empire, 1759 - 1808*. Houndmills: Palgrave Macmillan.
- . 2013. *Imperial Portugal in the age of Atlantic revolutions: the Luso-Brazilian world, c. 1770-1850*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Parra Sandoval, María Cristina. 2008. *Las intimidaciones de la academia: un estudio cuantitativo sobre la dinámica de la profesión académica*. Zulia: Universidad del Zulia; Educación del Vicerrectorado Académico.
- Patricio, Manuel Ferreira. 2008. «Apresentação». Em *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra*, 7–11. Campo das letras.
- Patrides, Constantinos Apostolos. 1980. *The Cambridge Platonists*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Pedersen, Olaf. 2002. «Tradição e Inovação». Em *Uma História da Univeridade na Europa, II As Universidades na Europa Moderna (1500-1800)*:435–72.
- Pedersen, Susan. 2004. «Comparative History and Women’s History: Explaining Convergence and Divergence». Em *Comparison and history Europe in cross-national perspective*, 71–84. New York: Routledge.
- Pereira, José Esteves. 2005. *O Pensamento Político em Portugal no Século XVIII- António Ribeiro dos Santos*. Lisboa: INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- . 2017. «O “enciclopedismo” de António Ribeiro dos Santos (1745-1818)». *Cultura - Revista de História e Teoria das ideias* 36: 103–20.
- Pérez Godoy, Fernando. 2015. «La teoría del derecho natural y de gentes de Johannes Heineccius en la cultura jurídica iberoamericana». *Revista de estudios histórico-jurídicos*, n. 37: 453–74.
- Pešek, Jiří, e David Šaman. 1986. «Les étudiants de Bohême dans les universités et les académies d’Europe centrale et occidentale entre 1596 et 1620». Em *Les Universités européennes du XVIe au XVIIIe Siècle. Histoire sociale des populations étudiantes*, I:89–112. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Peset, José Luis, e Antonio Lafuente. 1981. «Ciencia e História de la Ciencia en la Espana ilustrada». *Boletín de la Real Academia de la Historia* CLXXVIII (2): 267–300.
- , e Mariano Peset Reig. 1983. *Carlos IV y la Universidad de Salamanca*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto «Arnau de Vilanova».
- Peset, Mariano. 1971. «La formación de los juristas y su acceso al foro en el tránsito de los siglos XVIII a XX». *Revista General de Legislación y Jurisprudencia*, n. 2: 297–337.
- Peset, Mariano, e María Alonso Romero. 2006. «Las Facultades de Leyes». Em *Historia de la Universidad de Salamanca*, III.1: Saberes y confluencias:21–74. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- Peset, Mariano, e Pilar García Trobat. 2009. «Historiografía de la Universidad de Salamanca, Siglos XIX-XX». Em *Historia de la Universidad de Salamanca*, Vol. IV: Vestigios y Entramados:389–434. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.

- Peset, Mariano, e Enrique González González. 1990. «Las Facultades de Leyes y Cánones». Em *La Universidad de Salamanca. II Docencia e Investigación*, 9–62. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- Peset, Mariano, e José Luis Peset. 1969. *El reformismo de Carlos III y la Universidad de Salamanca. Plan general de estudios dirigido a la universidad de Salamanca por el real y supremo consejo de Castilla em 1771*. Salamanca: Universidad de Salamanca.
- . 1974. *La Universidad española (siglos XVIII y XIX). Despotismo ilustrado y revolution liberal*. Salamanca: Taurus.
- . 1975. *Gregorio Mayans y la Reforma Universitaria. Idea del nuevo método que se puede praticar en la enseñanza de las iniversidades de Españã. 1 de Abril de 1767*. Serie Menor, II. Valencia: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva.
- . 2002. «Las Reformas ilustradas del siglo XVIII». Em *Historia de la Universidad de Salamanca*, 1:172–204. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- Peset Reig, Mariano. 1968. «La enseñanza del derecho y la legislación sobre universidades durante el reinado de Felipe VII». *Anuario del derecho español* 38: 229–375.
- . 1975. «Derecho romano y Derecho real en las Universidades del siglo XVIII». *Anuario de historia del derecho español*, n. 45: 273–340.
- , e José Luis Peset Reig. 1989. «Política y saberes en la universidad ilustrada». Em *Actas del congreso internacional sobre «Carlos III y la Ilustración»*, 3:31–135. Educación y pensamiento.
- Philipson, Nicholas. 1974. «Culture and Society in the 18th Century Province: The case of Edinburgh and the Scottish Enlightenment». Em *The University in Society. Europe, Scotland, and the United States from 16th to the Early 20th Century*, II:407–48. Princeton: Princeton University Press.
- . 1988. «Commerce and culture: Edinburgh, Edinburgh University, and the Scottish Enlightenment». Em *The University and the City: From Medieval Origins to the Present*, 100–118. New York; Oxford: Oxford University Press.

- Pimentel, António Filipe. 2014. «Cidade do saber/cidade do poder. A arquitetura da Reforma». Em *O Marquês de Pombal e a Universidade*, 291–318. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Pina, Luís de. 1955a. «Medicina e Médicos na História da Filosofia em Portugal». Em *Actas do I Congresso Nacional de Filosofia*, 11, Fasc. 3-4:416–54. Braga.
- . 1955b. *Verney, Ribeiro Sanches e Diderot na história das universidades*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos.
- Piqueras, Juan. 1992. *Sociedades Económicas y fomento de la agricultura en España, 1765-1850*. Valencia: Conselleria d’Agricultura i Pesca.
- Pita, João Rui. 1996. *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1836)*. Coimbra: Minerva.
- . 1997. «Farmácia». Em *História da Universidade em Portugal*, I tomo II (1537-1771):875–82. Coimbra, Lisboa: Universidade de Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian.
- . 2014. «Medicina, Cirurgia e Arte Farmacêutica na Reforma Pombalina da Universidade De Coimbra». Em *O Marquês de Pombal e a Universidade*, 2^a, 141–78. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Piwnick, Marie-Helene. 1986. «La correspondence Mayans-Cenáculo». *Arquivos do Centro Cultural Português XXII*: 483–614.
- Pocock, John G. A. 2008. «Historiography and Enlightenment: A View of Th eir History». *Modern Intellectual History* 5 (1): 83–96.
- Poppi, Antonio. 2000. *Introduzione all’aristotelismo padovano*. Antenore.
- Porter, Roy. 1996. *The Enlightenment*. 1^a. Palgrave Macmillan.
- . 2001. *Enlightenment. Britain and the Creation of the Modern World*. Penguin Books.
- . 2002. «A Revolução científica e as Univesidades». Em *Uma História da Universidade na Europa. As Universidades na Europa Moderna (1500-1800)*, II: 511–40. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- Post, Gaines. 1932. «Masters' Salaries and Student Fees in the Mediaeval Universities». *Speculum* 7 (2): 181–98.
- Prata, Manuel Alberto Carvalho. 2014. «A Universidade e a sociedade portuguesa na 2.^a metade do século XVIII». Em *Marquês de Pombal e a Universidade*, 2.^a ed., 321–46. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Proença, Genoveva Marques. 1955. «D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. Reitor da Universidade de Coimbra». Dissertação para a licenciatura em Ciências Histórico e Filosóficas, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Prost, Joseph. 1907. *La philosophie à l'Académie protestante de Saumur (1606-1685) : thèse complémentaire pour le doctorat*. Paris: H. Paulin.
- Radner, Daisie. 1978. *Malebranche: A study of a Cartesian system*. Assen: Van Gorcum.
- Ramos, Luís A. de Oliveira. 1979. *Da Ilustração ao Liberalismo: temas históricos*. Porto: Lello & Irmão Editores.
- Ramos, Luís de Oliveira. 2007. *D. Maria I*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Randall, J.H. 1961. *The School of Padua and the Emergence of Modern Science*. Padova: Editrice Antenore.
- Rashdall, Hastings. 1895. *The Universities of Europe in the Middle Ages*. 3 vols. Oxford: The Clarendon Press.
- Ricard, Ricard. 1971. «Mayáns et le Portugal». Em *Arquivos do Centro Cultural Português*, III:688–94. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ricuperati, Giuseppe. 1973. «L'Università di Torino nel Settecento Ipotesi di Ricerca e primi risultati». *Quaderni storici* 8 (23 (2), Intellettuali e centri di cultura): 575–98.
- Ricuperati, Giuseppe, e Marina Roggero. 1977. «Education Policies in Eighteenth-Century Italy». *Studies on Voltaire and the Eighteenth Century: Facets of Education in the Eighteenth Century*, n. 167: 223–69.

- Riera, Juan, e Anastasio Rojo. 1982. «La Cirugía Valenciana y el reformismo Borbónico». Em *Estudios dedicados a Juan Peset Alexandre*, III:413–27. Valencia: Universidad de Valencia.
- Roberts, Lissa. 2014. «Practicing oeconomy during the second half of the long eighteenth century: an introduction». *History and Technology* 30 (3): 133–148.
- Robledo Hernández, Ricardo. 2014. *La Universidad Española, de Ramón Salas a la Guerra Civil. Ilustración, liberalismo y financiación (1770-1936)*. Salamanca: Junta de Castilla y León. Consejería de Cultura y Turismo.
- Robledo, Ricardo, e Miguel Ángel Martín Mas. 2014. *Memorias del General Thiébauld en España (1801-1812)*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- Roche, Daniel. 1996. «Natural history in the academies». Em *Cultures of Natural History*, 127–44. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rodrigues, Manuel Augusto. 1990. *A Universidade de Coimbra. Marcos da sua história*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.
- . 1992. *Memoria professorum Universitatis Conimbrigensis*. Vol. 2: 1772-1937. Coimbra: Arquivo da Universidade.
- . 2003. *Memoria professorum Universitatis Conimbrigensis*. Vol. 1: 1290-1772. Coimbra: Arquivo da Universidade.
- Rodriguez Dominguez, Sandalio. 1979. *Renacimiento universitario salmantino a finales del siglo XVIII: ideología liberal del Dr. Ramón de Salas y Cortés*. Salamanca: Ediciones de la Universidad de Salamanca.
- Rodriguez, Juan Luis Polo, e Jacinto de Veja Domínguez. 2009. «Fuentes para el estudio de las Universidades Hispánicas de Antiguo Régimen». Em *Historia de la Universidad de Salamanca*, IV: Vestigios y Entramados:127–47. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- Rodríguez Venegas, Fermín, e Isaías Galindo Salas. 2003. *Una aproximación a la vida de Benito Bails*. Sant Adrià de Besòs: Ajuntament de Sant Adrià de Besòs.

- Rodríguez-San Pedro Bezares, Luis Enrique. 1986b. *La Universdiad Salamantina del Barroco. Período 1598-1625*. Vol. 2. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- . 1986a. *La Universdiad Salamantina del Barroco. Período 1598-1625*. Vol. 1. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- . 1986c. *La Universdiad Salamantina del Barroco. Período 1598-1625*. Vol. 3. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- Roger, Jacques. 1989. *Buffon. Un Philosophe Au Jardin Du Roi*. Paris: Edité par Fayard.
- Roggero, Marina. 1981. «Professori e studenti nelle Università tra crisi e riforme». *Studia d'Italia. Annali* 4: 1039–81.
- . 1987. *IL sapere e la virtù: Stato, università e professioni nel Piemonte tra settecento ed ottocento*. Torino: Palazzo Carignano.
- Romero y Huesca, Andrés, Juan Carlos Moreno-Rojas, Miguel Ángel Soto-Miranda, Francisco Javier Ponce-Landín, Daniel Alejandro Hernández, e Julio Ramírez-Bollas. 2006. «La enseñanza de la Medicina en la Universidad de Bolonia en el Renacimiento». *Revista de Investigación Clínica* 58 (2): 170–76.
- Rosa, Mario. 2002. «Roman Catholicism». Em *Encyclopedia of the Enlightenment*, 3:468–72. Oxford: Oxford University Press.
- Rose, Paul Lawrence. 1975. *The Italian Renaissance of mathematics: studies on humanists and mathematicians from Petrarch to Galileo*. Geneva: Droz.
- Rudwick, Martin J. S. 1997. *Georges Cuvier, Fossil Bones, and Geological Catastrophes*. Chicago: University of Chicago Press.
- Ruegg, Walter. 1996. «Prólogo». Em *Uma História da Universidade na Europa*, 1, As Universidades na Idade Média: XVII–XXIV. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- . 2004. «Themes». Em *A History of the Univerity in Europe. Universities in the nineteenth and early twentieth centuries (1800-1945)*, III:3–32. Cambridge: Cambridge University Press.

- Ruestow, Edward G. 1973. *Physics at Seventeenth and Eighteenth-Century Leiden: Philosophy and the New Science in the University*. Haia: Springer Netherlands.
- Rufino, Salvador Rus. 1999. «La Función del Derecho Natural en la Obra de Gregorio Mayans y Siscar». Em *Actas del Congreso Internacional sobre Gregorio Mayans*, 89–118. Valencia-Oliva.
- Ruiz Torres, Pedro. 2008. *Historia de España*. Vol. 5, Reformismo e Ilustración. Madrid: Crítica: Marcial Pons, Ediciones de Historia.
- Saavedra Alías, Inmaculada Arias de. 2003a. *Ciencia e Ilustración en las lecturas de un matemático: la biblioteca de Benito Bails*. Granada; Barcelona: Editorial Universidad / Academia de Buenas Letras de Barcelona.
- . 2003b. «Libros extranjeros en la biblioteca del matemático Benito Bails (1731-1797)». Em *Los extranjeros en la España moderna: actas del I Coloquio Internacional, celebrado en Málaga del 28 al 30 de noviembre de 2002. Los extranjeros en la España Moderna*, 2:125–38. Ministerio de Ciencia e Innovación.
- Sánchez Cantón, F. J. 1961. *Ideas de los PP. Feijoo y Sarmiento sobre la organización de los estudios*. Oviedo: Universidad de Oviedo.
- Sánchez Granjel, Luis. 1990. «Los Estudios de Medicina». Em *La Universidad de Salamanca*, II, *Atmósfera intelectual y prespectivas de investigación*:97–118. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- Sánchez-Blanco, Francisco. 1997. *La Ilustración en España*. Madrid: Ediciones Akal.
- . 2002. *El Absolutismo y las Luces en el reinado de Carlos III*. Madrid: Marcial Pons. Historia.
- Santos, Cândido dos. 1982. «António Pereira de Figueiredo, Pombal e a Aufklärung. Ensaio sobre o Regalismo e o Jansenismo em Portugal na 2ª metade do século XVIII». *Revista de História das Ideias, O Marquês de Pombal e o seu Tempo* Tomo I: 167–203.
- Sarrailh, Jean. 1988. *Las sociedades Económicas de Amigos del País*. Vitoria-Gasteiz: Servicio Central de Publicaciones, Gobierno Vasco.

- . 1992. *La España Ilustrada de la segunda mitad del Siglo XVIII*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, Sucursal para España.
- Schafer, Robert J. 1958. *The economic societies in the Spanish world, 1763-1821*. Syracuse; New York: Syracuse University Press.
- Schaffer, Simon. 1997. «The Earth's fertility as a social fact in Early Modern England». Em *Nature and Society in Historical Context*, 124–47. Cambridge: Cambridge University Press.
- Schmitt, Charles Bernhard. 1973. «Towards a Reassessment of Renaissance Aristotelianism». *History of Science* 11 (3): 159–193.
- . 1975. «Science in the Italian Universities in the Sixteenth and Seventeenth Centuries». Em *The Emergence of Science in Western Europe*, 35–56. London.
- . 1976. «L'introduction de la philosophie platonicienne dans l'enseignement des Universités à la Renaissance». Em *Platon et Aristote à la Renaissance: XVIe colloque international de Tours*, 93–104. Paris: J. Vrin.
- . 1984. *The Aristotelian Tradition and Renaissance Universities*. London: Variorum Reprints.
- Schmitt-Biggemann, Wilhelm. 2002. «Novas estruturas do saber». *Uma História da Universidade na Europa. As Universidades na Europa Moderna (1500-1800)*, II:473–510. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Schneiders, Werner. 1983. *Christian Wolff, 1679-1754*. Hamburg: Felix Meiner Verlag.
- Scott, John C. 2006. «The Mission of the University: Medieval to Postmodern Transformations». *The Journal of Higher Education* 77 (1): 1–39.
- Seddon, George. 1973. «Abraham Gottlob Werner: History and folk-history». *Journal of the Geological Society of Australia* 20 (4): 381–95.
- Shapin, Steven. 1984. «Pump and Circumstance: Robert Boyle's Literary Technology». *Social Studies of Science* 14: 481–520.

- Shapin, Steven, e Simon Schaffer. 1985. *Leviathan and the Air-Pump: Hobbes, Boyle, and the Experimental Life*. Princeton; New Jersey: Princeton University Press.
- Shapiro, Barbara J. 1971. «The universities and Science in seventeenth century England». *The Journal of British Studies* 10 (02): 47–82.
- Shepherd, Christine Mary. 1974. «Philosophy and science in the arts curriculum of the Scottish universities in the 17th century». Doctor of Philosophy, Edinburg: University of Edinburg.
- Sher, Richard B. 1985. *Church and university in the Scottish Enlightenment: the moderate literati of Edinburgh*. Edinburg: Edinburgh University Press.
- Silva, Circe Mary Silva da. 1990. «Fundação da Faculdade de Matemática em Coimbra em 1772. O início de uma especialização». Em *Universidade(s). História, Memória e Perspectivas. Actas do Congresso «História da Universidade» (No 7º Centenário da sua Fundação)*. Vol. 1.
- Šmahel, František. 1986. «L'Université de Prague de 1443 à 1622: recrutment géogrsphique, carrières et mobilité sociale des étudiants gradués». Em *Les Universités européennes du XVIe au XVIIIe Siècle. Histoire sociale des populations étudiantes*, I:65–88. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Smidt, Andrea J. 2010. «Luces por la Fe: The cause of Catholic Enlightenment in 18th-Century Spain». Em *A Companion to the Catholic Enlightenment in Europe*, 403–52. Linden; Boston: Brill.
- Soppelsa, Marialaura. 1974. *Genesi del metodo galileiano e tramonto dell'aristotelismo nella scuola de Padova*. Padova: Antenore.
- Spary, Emma. 1996. «Political, natural and bodily economies». Em *Cultures of Natural History*, 178–96. Cambridge: Cambridge University Press.
- . 2000. *Utopia's Garden. French Natural History from Old Regime to Revolution*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- Spitzer, Alan Barrie. 1987. *The French Generation of 1820*. Princeton: Princeton university press.

- Stewart, Michael Alexander. 1990. *Studies in the Philosophy of the Scottish Enlightenment*. Oxford: Oxford University Press.
- Stone, Lawrence. 1974. «The size and Composition of the Oxford Student Body (1580-1909)». Em *The University in Society. Oxford and Cambridge from 14th to the Early 19th Century*, I:3–110. Princeton: Princeton University Press.
- Szyfman, Leon. 1982. *Jean-Baptiste Lamarck et son époque*. Paris; New York: Masson.
- Taquet, Philippe. 2006. *Georges Cuvier: Naissance d'un génie*. Editions Odile Jacob.
- Teixeira, António Braz. 1983. *O pensamento filosófico-jurídico português*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Ministério da Educação e Cultura.
- Teles, Inocêncio Galvão. 1951. «Verney e o iluminismo italiano». *Sep. Rev. da Fac. de Direito da Univ. de Lisboa*, n. 7.
- Thiébaud, Paul. 1811. *Informe General Sobre La Universidad de Salamanca*. Salamanca: En la Oficina de Celestino Manuel Rodriguez Grande.
- Torijano Pérez, Eugenia. 2018a. *Los estudios jurídicos en la universidad salmantina del siglo XIX*. Vol. I. Madrid: Dykinson.
- . 2018b. *Los estudios jurídicos en la universidad salmantina del siglo XIX*. Vol. II. Madrid: Dykinson.
- Turner, R. Steven. 1974. «University Reformers and Professorial Scholarship in Germany (1760-1806)». Em *The University in Society. Europe, Scotland, and the United States from 16th to the Early 20th Century*, II:495–532. Princeton: Princeton University Press.
- Valle López, Angela del. 1990. *La Universidad Central y su distrito en el primer decenio de la Restauración borbónica: (1875-1885)*. Ministerio de Educación.
- Van Damme, Stéphane. 2005. «Un modele de transmission universitaire? La circulation des savoirs cartésiens en Europe». Em *Les Universités en Europe*. Orléans: Publications de la Sorbonne.

- Vandermeersch, Peter A. 2002. «Os Docentes». Em *Uma História da Universidade na Europa. As Universidades na Europa Moderna (1500-1800)*, 2:201–48. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Vaquinhas, Irene, e Maria Manuela Tavares Ribeiro. 2020. «Os estudantes da Universidade de Coimbra da reforma pombalina à implantação da República, 1772-1910». *Ler História [Online]*, n. 76: 55–79.
- Vasconcelos, António de. 1941. *Escritos Vários relativos à Universidade Dionisiana*. Vol. II. Coimbra: Coimbra Editora Lda.
- Vaz, Francisco António Lourenço, ed. 2009. *Os livros e as bibliotecas no espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo: repertório de correspondência, róis de livros e doações a bibliotecas*. Fontes. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Venturi, Franco. 1971. *Utopia and Reform in The Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Verger, Jacques. 1981. «Les universités à l'époque moderne». Em *Histoire mondiale de l'éducation*. Vol. II. Paris.
- . 1985. «Les professeurs des universités françaises à la fin du Moyen Âge». Em *Intellectuels français, intellectuels hongrois, XIIIe-XXe siècles, Akadémiai Kiadó/C.N.R.S.*, 22–39. Budapeste/Paris.
- . 1986. *Histoire des universités en France*. Toulouse: Privat.
- . 1996a. «Modelos». Em *Uma História da Universidade na Europa. As Universidades na Idade Média*, I:34–74. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- . 1996b. «Os Professores». Em *Uma História da Universidade na Europa*, 1, As Universidades na Idade Média:143–71. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Verney e o iluminismo em Portugal: actas do Colóquio «Verney e a Cultura do seu Tempo»*. 1995. Braga: Centro de Estudos Humanísticos [da] Universidade do Minho.

- Verney, Luís António. 1746. *Verdadeiro Método de Estudar, para ser útil à República e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal*. Vol. II. Valença: Na Oficina de Antonio Balle.
- Vico Monteoliva, Mercedes. 1988. «Utopía, Educación e Ilustración en España». *Revista de Educación*, n. Numero extraordinario 1. La Educación en la Ilustración Española: 479–511.
- Vidal y Diaz, Alejandro. 1869. *Memoria histórica de la Universidad de Salamanca (1869)*. Salamanca: Imprenta de Oliva y hermano.
- Villa Prieto, Josué. 2017. «La enseñanza en la universidad medieval. Centros, métodos, lecturas». *Tiempo y Sociedad* 26: 59–131.
- Vos, Paula De. 2007. «Natural History and the Pursuit of Empire in Eighteenth-Century Spain». *Eighteenth-Century Studies* 40 (2): 209–39.
- Wakefield, Andre. 2005. «Books, Bureaus, and the Historiography of Cameralism». *European Journal of Law and Economics* 19: 311–320.
- Wallace, William A. 2008. «Traditional natural philosophy». Em *The Cambridge History of Renaissance Philosophy*, 201–35. Cambridge: Cambridge University Press.
- Weijers, Olga. 1987. *Terminologie des universités au XIIIe siècle*. Roma: Ed. dell'Ateneo.
- Whitaker, Katie. 1996. «The culture of curiosity». Em *Cultures of Natural History*, 75–90. Cambridge: Cambridge University Press.
- Whittaker, Cynthia H. 2011. *The origins of modern Russian education: an intellectual biography of Count Sergei Uvarov, 1786-1855*. Northern Illinois University Press.
- Willemse, David. 1966. *António Nunes Ribeiro Sanches – Éleve de Boerhaave et son importance pour la Russie*. E.J. Brill.
- Zemplén, Jolan. 1973. «The Reception of Copernicanism in Hungary». Em *The Reception of Copernicus' Heliocentric Theory*. Torun: Springer.
- Zorzolli, Maria Carla. 1986. «La carrera del professor de derecho en Pavia durante la etapa española (XVI-XVII)». *Historia de la Educación* 5: 107–29.

